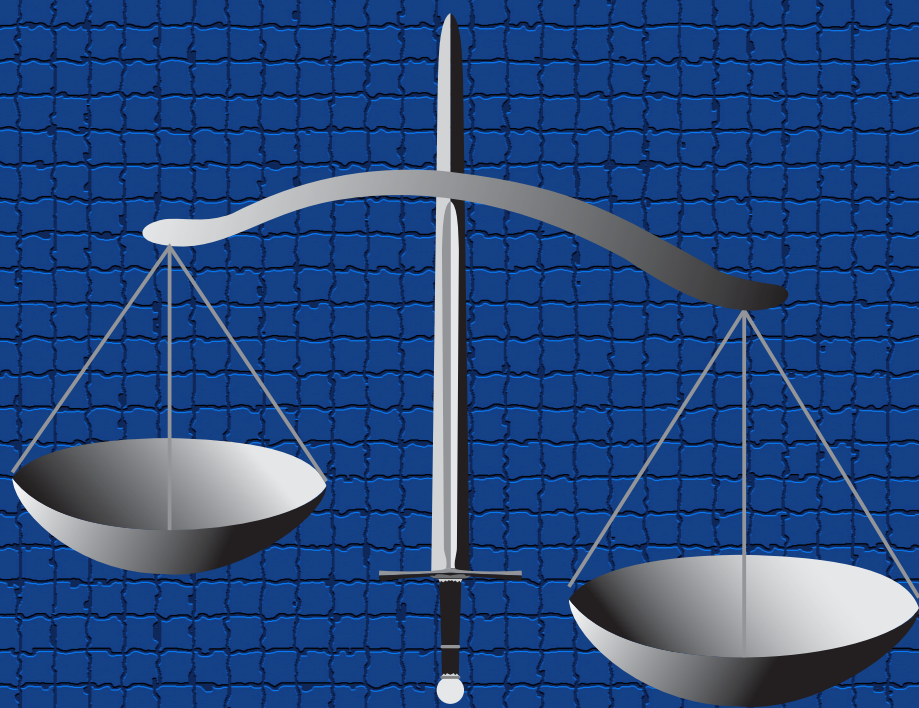


JOSÉ CIMAR RODRIGUES PINTO

O FIO DA ESPADA:

FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL

(1930-1985)



RIO DE JANEIRO 2019

JOSÉ CIMAR RODRIGUES PINTO

O FIO DA ESPADA
FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL
(1930-1985)



Rio de Janeiro 2019

Capa e diagramação:
Anério Ferreira Matos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P659f

Pinto, José Cimar Rodrigues, 1958-

O fio da espada: forças armadas e política no Brasil
(1930-1985). Rio de Janeiro: Escola Superior de
Guerra, 2019.
recurso digital

Formato: PDF

Requisitos do sistema:

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-68649-06-0 (recurso eletrônico)

1. Brasil - Forças armadas - História - Séc. XX. 2.
Brasil - Forças armadas - Atividades políticas. 3. Brasil
- Política e governo - 1930-1985. 4. Livros eletrônicos
I. Título.

CDD - 320.981

Elaborado por Antonio Rocha Freire Milhomens - CRB-7/5917

ÍNDICE

	PREFÁCIO	11
PARTE I	AS RELAÇÕES CIVIS E MILITARES E O BRASIL: EM TEORIA	19
Capítulo 1	OS TRÊS PILARES DO EQUILÍBRIO	25
	Poder, Autoridade e Ideologias	27
	Ideologias Civas	33
	<i>Liberalismo</i>	33
	<i>Fascismo</i>	36
	<i>Marxismo</i>	37
	<i>Conservadorismo</i>	38
	Profissionalismo	39
	Oficialato como Profissão	40
	Ideologia Militar: Realista e Conservadora	44
	Controle Civil Objetivo	51
	Caso Brasileiro	53
	<i>O Umbral: Vocação Política</i>	56
	<i>Vocação Militar</i>	71
	<i>Hierarquia</i>	84
	<i>Disciplina</i>	92
	Imperativos Funcionais e Sociais	96
	O Controle Civil Subjetivo no Contexto do Equilíbrio	99
	A Crítica de Samuel Finner	102
Capítulo 2	RELAÇÕES CIVIS E MILITARES INSTÁVEIS	105
	Vicissitudes das Sociedades em Transição	106
	Pretorianismo	116
	Militarismo Modernizante	132
	Modelo Moderador	143
	Autoritarismos e Ditaduras	148
	Cesarismo	166
	Bonapartismo	174
Capítulo 3	A �TICA DAS PREPONDERÂNCIAS	179
Capítulo 4	COMUNISMO, ANTICOMUNISMO E RESISTÊNCIAS	183
	Comunismo e Anticomunismo	184
	Poder em Rede e Resistências	188
Capítulo 5	A INFLEXÃO: ANTIMODELO DO ENQUADRAMENTO	193

PARTE II	ANTECEDENTES HISTÓRICOS AO 31 DE MARÇO DE 1964	197
Capítulo 6	PRECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO MILITAR NA POLÍTICA	197
Capítulo 7	PRELÚDIO DA REVIRAVOLTA	211
PARTE III	O REGIME CIVIL E MILITAR DE 1964	217
Capítulo 8	O REGIME CIVIL E MILITAR ANTES DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5	217
	Antecedentes ao AI-5	217
	Governo do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco	230
	Desafio da Esquerda Radical	242
	Desafio da Direita e dos Radicais	245
	Repercussões do Governo Castelo Branco sobre a Participação Militar na Política	257
	Governo do Presidente Arthur da Costa e Silva	263
Capítulo 9	O REGIME CIVIL E MILITAR DURANTE O ATO INSTITUCIONAL Nº 5	287
	Fim do Governo do Presidente Costa e Silva	287
	Junta Militar	295
	Governo de Emílio Garrastazu Médici	304
	Governo de Ernesto Geisel	317
	Avaliação do Enquadramento	331
Capítulo 10	O REGIME CIVIL E MILITAR APÓS O ATO INSTITUCIONAL Nº 5	333
	Governo de João Batista de Oliveira Figueiredo	333
	O Antimodelo do Enquadramento ao Final Do Regime	342
PARTE IV	COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES	345
	A PROVA DOS NOVE: ADERÊNCIA AO CONTROLE CIVIL OBJETIVO	360
	CONSEQUÊNCIAS PARA O SISTEMA POLÍTICO E A DEMOCRACIA	365
	NOTAS	371

REFERÊNCIAS	409
APÊNDICES	429
1 ARTIGOS DO CAPITÃO Y (CASTELO BRANCO)	429
Artigo de 24 de Novembro de 1933: Os Politicos e o Exercito	429
Artigo de 28 de Novembro de 1933: O Militar Politico	431
Artigo de 29 de Novembro de 1933: Militarismo Policial	433
Artigo de 01 de Dezembro de 1933: O Trabalho Anonymo do Exercito	435
Artigo de 02 de Dezembro de 1933: Amnistia aos Militares	437
Artigo de 06 de Dezembro de 1933: Missão Militar Franceza	439
Artigo de 09 de Dezembro de 1933: A Defesa Nacional na Constituinte	441
Artigo de 15 de Dezembro de 1933: O Almoço do Dia 12	443
Artigo de 30 de Dezembro de 1933: Garantia Insustituivel	445
Artigo sem data de 1933: A Defesa Nacional e as Novidades	447
2 SUGESTÕES DE HUNTINGTON PARA A ABERTURA POLÍTICA	449
3 CARTA DE GOLBERY PARA FIGUEIREDO	469

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Rosa das Virtudes	81
Figura 2	Diagrama de Situação Hierárquica	90
Figura 3	Representação Dimensional da Situação Hierárquica	91
Quadro 1	Equilíbrio das Relações Cíveis e Militares para Huntington	98
Figura 4	<i>Institucionalização versus Participação</i>	117
Figura 5	Modelos Teóricos de Relação entre Cíveis e Militares	180
Quadro 2	Resumo do Grau de Aderência	363
Quadro 3	Nível de Autonomia Militar: da transição à democracia	365

LISTA DE ABREVIATURAS

AAB	Aliança Anticomunista do Brasil
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AC-SP	Agrupamento Comunista de São Paulo
AI	Ato Institucional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CCCJ	Confederação dos Centros Culturais da Juventude
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGI	Comissão Geral de Investigação
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
CiaPE	Companhia de Polícia do Exército
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CPO	Comissões de Promoções de Oficiais
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI	Destacamentos de Operações e Investigações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FAC	Frente Anticomunista
FAL	Fuzil Automático Leve
FALN	Força Armada de Libertação Nacional
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPCM	Frente Patriótica Civil-Militar
GAC	Grupo de Ação Patriótica
GO	Grupo dos Onze

GRU	Direção Principal de Reconhecimento (URSS)
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
IPMs	Inquéritos Policiais Militares
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
KGB	Comissariado de Segurança do Estado (URSS)
LIDER	Liga Democrática Radical
LSN	Lei de Segurança Nacional
M3-G	Marx-Mao-Marighela e Guevara
MAC	Movimento Anticomunista
MAR	Movimento Armado Revolucionário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MGB	Ministério de Segurança do Estado (URSS)
MPL	Movimento Popular de Libertação
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRMN	Movimento de Resistência Militar Nacionalista
MVD	Ministério do Interior
MVD	Ministério do Interior (URSS)
NKVD	Comissariado Popular do Interior (URSS)
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
OCLAE	Organização Continental Latino-Americana de Estudantes
OBAN	Operação Bandeirante
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ORM-PO	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PAREDE	Partido da Renovação Democrática
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PC-SBIC	Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista
PDS	Partido Democrático Social
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PORT	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAN	Resistência Armada Nacionalista
RCM	Relações Cíveis e Militares
SA	Divisões de Assalto (Sturmabteilung)
SISA	Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica
SNI	Serviço Nacional de Informações
SS	Tropas de Proteção (Schutzstaffel)
STF	Supremo Tribunal Federal
TFP	Tradição Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

PREFÁCIO

A política tem como característica a geração de disputas, a busca de influências, raros consensos, conflitos e, em muitas ocasiões, descargas de violência, mormente resultantes da ambição humana em conquistar e manter o Poder, razão originária da dissensão, seja em virtude do comportamento de pessoas, grupos, instituições e governos que dela participam e de suas variadas visões de mundo, valores, interesses e objetivos, ou, ainda, decorrentes das imperfeições advindas da pactuação original em termos de contradições, restrições, pressões ou constrangimentos impostos pela dinâmica dessas estruturas, com impactos no âmbito nacional e no relacionamento internacional.

Examinando-se um período particularmente representativo dessa complexidade, entre 1954 e 1964,¹ foi observado que tais idiosincrasias não se restringiam, com exclusividade, ao meio político, mas alcançavam todas as dimensões sociais do nosso país e, por mais contraditório que possa parecer aos olhos de hoje, incluíam as Forças Armadas, instituição na qual militares, política e ideologicamente exasperados, conspiravam, com nacionais e estrangeiros, modos e formas para alcançar o Poder, talvez, sem se dar conta de que suas atuações, ora como peças do tabuleiro, ora como jogadores, ocorriam em desfavor da nação e, portanto, tramavam contra si mesmos.

Esses brasileiros absorviam, assim, voluntária ou involuntariamente, aquelas divergências, discordâncias, conflitos e violências vigentes no seio da sociedade como um todo, cuja implicação, não por acaso, introduzia, no interior mesmo da corporação militar, uma fragilização nunca vivenciada, a qual, em seu momento de maior vulnerabilidade, por volta de 31 de março de 1964, admitia, até mesmo, interferência armada de outro país.

Conforme vaticinado por Samuel Phillips Huntington, em *O Soldado e o Estado*,² a consequência imediata do desequilíbrio nas relações entre civis e militares é a vulnerabilização das seguranças militar e nacional, não sendo surpreendente, portanto, a referida atuação de elementos operacionais alienígenos nos limites internos da soberania nacional, de resto, como já ocorrera em diversas ocasiões anteriores na história pátria.

Tratava-se, na verdade, da consequência natural de um cenário onde as intercorrências entre civis e militares tinham alcançado um limite insustentável de instabilidade, o qual, registra-se, afetava não somente a sociedade brasileira, mas, também, larga parcela de nações subdesenvolvidas da África, Ásia e América Latina, cujas sociedades e/ou regimes não estavam amadurecidos para essa disputa política sob

plataforma democrática, conduzindo-os a frequentes crises, não raramente, secundadas por violência política.³

Esse conjunto de circunstâncias ficou bem configurado no denominado *pretorianismo*,⁴ o qual, em resumo, explicitava que, em algum momento das experiências históricas desses países desafortunados, a partir de uma condição de atraso, representado pela vigência de uma estrutura oligárquica, eles teriam iniciado um movimento que deveria ocorrer seguindo uma série de etapas de evolução ou involução política, cada uma delas implicando no enfrentamento de instabilidades e perturbações; as quais, quando ultrapassadas, conduziriam aquelas sociedades a novos patamares de desenvolvimento político e de estabilidade, apenas para, nos próximos degraus, iniciarem novo mergulho na desordem.

Em tais transições, mais parecidas com as emoções vertiginosas das montanhas russas, os participantes ficavam submetidos a provações características, intrínsecas às mesmas, dentre elas, as várias tipificações de violência política.

Tais vicissitudes foram sintetizadas no termo *modernização*: “uma associação de urbanização, industrialização, secularização, democratização, educação e participação nos meios de comunicação”, indutora de mudanças em valores fundamentais, de mobilização social e desenvolvimento econômico; processo que provoca desagregação política e social, cuja continuidade, demarcada por dois instantes magníficos – primeiro de reformas, com a entrada da classe média e, depois, de revoluções, com a incorporação das massas – acarretaria uma tendência para o surgimento de regimes militares autocráticos ou unipartidários.⁵

No Brasil, existe razoável consenso no âmbito acadêmico e intelectual de que a ruptura oligárquica, ativadora dos aclives e declives próprios do pretorianismo, ocorreu por volta de 1930, a partir dos influxos modernizantes desencadeados por Getúlio Vargas na sua Revolução, a qual alcançou seu clímax, conforme acima mencionado, no período entre 1954 e 1964, ocasião em que a luta entre os movimentos conservadores e esquerdistas atingia seu momento de decisão. Tal apogeu foi magnificado por outro desdobramento de igual poder e efeito, neste caso situado no contexto da Guerra Fria.

Essa situação política, que repercutia diretamente sobre as relações entre civis e militares, desequilibrava-as desfavoravelmente aos primeiros. Na verdade, desde a Proclamação da República até o Movimento Civil e Militar de 31 de Março de 1964,⁶ existiam mecanismos, inclusive Constitucionais, que concediam aos militares prerrogativas excepcionais em momentos de crise, levando-os a assumir o poder, mesmo que temporariamente.

Nesse sentido, as Constituições de 1891 (art. 14), 1934 (art. 162) e

1946 (art. 176-178) seguiam um mesmo entendimento quanto ao papel dos militares: o da garantia da lei, da ordem e do funcionamento dos três poderes; e de que a obediência dos militares ao Poder Executivo, somente deveria ocorrer “dentro dos limites da lei”; dessa forma, atribuindo-lhes um caráter discricionário, uma vez que as ordens do Executivo ficavam dependentes de decisão sobre sua legalidade, normalmente arbitrada por chefes militares apoiados ou não em consenso dos demais poderes e da sociedade.

Sob tais condições, até mesmo aqueles componentes que poderiam funcionar como instrumentos de intermediação, como os partidos políticos, transformavam-se em fatores de instabilidade e, algumas vezes, até mesmo de violência, quando adicionavam o convencimento e a manipulação dos militares às suas estratégias e estratagemas.

Esse conjunto de experiências históricas, indutoras de conflitos entre visões de mundo, éticas, valores, ideologias, convicções, objetivos e interesses, gerou antagonismos que esfacelaram, repetidamente, o arremedo de projeto democrático liberal, baseado no modelo republicano, que pressupunha a primazia do Poder Civil sobre o dos militares e que estava em vigor desde a Proclamação da República, o qual, em razão da excepcionalidade concedida – particularmente a partir de 1946, com um maior acirramento – tomou as feições de um modelo de relacionamento civil e militar denominado de “Moderador” por Alfred Stepan.⁷

O Modelo Moderador definiu, para sua época, uma forma de relacionamento que se caracterizava, principalmente, pela utilização do intervencionismo militar armado como ferramenta de manutenção de um sistema político assolado por frequentes crises, mormente de hegemonia, cujo funcionamento dependia umbelicalmente de golpes e contragolpes de Estado, normalmente amparados em amplo consenso, que tinham por finalidade conquistar, manter ou impedir acesso ao Poder, ora de umas ora de outras das facções políticas e ideológicas envolvidas, ações essas imediatamente secundadas pela devolução da regência governamental aos civis. Somente entre 1946 e 1964 ocorreram seis desses eventos.

A partir da análise de Stepan, verifica-se que os estamentos superiores dos militares brasileiros, particularmente após a Proclamação da República e até o Movimento Civil e Militar de 31 de Março de 1964, contentaram-se em exercer esse papel instrumental, embora, aparentemente essencial, na política (dos civis). A esse respeito, aquele autor, ressalta que, para a existência real de tal condição, em meio a tantas intervenções perpetradas, seria necessário admitir a premissa de impossibilidade intrínseca do segmento castrense governar.

Com o surgimento de algumas condições, como a criação da Escola

Superior de Guerra (ESG) em 1949, dentre outras,⁸ os militares passaram a acalantar ambições de assumir o governo civil e implantar as reformas que, consideravam, o País necessitava – e que a esquerda, por outros caminhos, também desejava – mas a ausência de um consenso, juntamente com a clivagem imposta pelas disputas ideológicas, impedia.

O esgotamento do Modelo Moderador, em meio a sucessivas crises de hegemonia, estagnação política e governamental, consenso civil em relação às necessidades de mudança e mobilização popular, aliadas às condições adquiridas pelas lideranças militares, gerou o Movimento Civil e Militar de 31 de Março de 1964, ocasião em que os governantes, por intermédio de manobras, inicialmente dos políticos, depois próprias, não permitiram o retorno de governantes civis ao Poder e, apesar das divergências, receberam o beneplácito de parcela significativa da elite e da sociedade brasileiras até 1985.

No contexto dessas linhas de força que conduziam os destinos do Brasil, existiam outras que, também, viscejavam entre civis e militares. Desses últimos, ocupar-nos-emos nesta obra de um mal estar que perturbava diversas lideranças castrenses que observavam o interior da corporação mirando-a desde posição exterior. Tratava-se, justamente, do incômodo com a excessiva participação do segmento armado na política e com a interferência partidária e ideológica que minava, persistentemente, a coesão das Forças Armadas.

Sobre isso, na década de trinta, Góis Monteiro já explicitava suas preocupações dizendo que: “havia uma espécie de Exército duplo: o que obedecia às ordens do QG revolucionário e o que obedecia ao Ministro da Guerra”;⁹ complementando que “sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército”.¹⁰

Na mesma década, em uma sequência de artigos publicados na *Gazeta do Rio*, em 1933, os quais poderão ser visualizados no Apêndice 1 dessa obra, o então Capitão do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco, corroborava com esta inquietação.

Até mesmo Nélson Werneck Sodré, líder militar comunista, referindo-se ao período getulista, registra que a “intromissão dos militares revolucionários na política e na administração do País trazia evidentes perturbações à vida costumeira das Forças Armadas” contrariando os profissionais “que esposavam honestamente a tese que reservava aos quartéis a atividade do soldado”.¹¹

Portanto, as elites castrenses, dos diversos matizes, estavam cientes dos malefícios causados por tal comportamento desde épocas muito anteriores ao desenlace do Movimento de 1964, os quais, afortunadamente,

foram capturadas no modelo de Alfred Stepan, como se acontecer da realidade anteceder a teoria. Apesar disso, muitos componentes do segmento armado acreditavam que, em ambiente de maior coesão, poderiam restaurar as condições mínimas para a expansão de um sadio profissionalismo.

O direcionamento que se faz para essa temática ampara-se na constatação de que passados mais de cinquenta anos de abstinência daquela atividade típica intervencionista – doravante entendida como fora dos limites da legalidade, vale dizer golpista – que se consagrou no longo período republicano anterior a 1964, incluídas, nesse meio século, diversas crises institucionais, deve-se admitir a evidência de que, após essa extensa permanência, houve, de fato, um retorno dos militares às suas lides e sob o controle civil, apesar dos inúmeros vaticínios midiáticos e acadêmicos com previsões pessimistas sobre o porvir, realizados durante e após tal intervenção, os quais não se confirmaram.

Se essa condição, que será escrutinada em detalhe nesta obra, foi efetivamente alcançada, seria concedida à sociedade brasileira a possibilidade de almejar que tivesse ocorrido a ultrapassagem de uma daquelas difíceis etapas de evolução, intrínsecas aos percursos de modernização, conforme prognosticadas por Samuel P. Huntington na *Ordem Política das Sociedades em Mudança*, possibilitando admitir que o arraigado ativismo político do segmento castrense direcionou-se para a aceitação das mazelas inerentes à convivência democrática, ensejando, nesse caso, o surgimento de uma incógnita quanto à existência de um processo que poderia ter sido efetivado pelos governos encimados por militares no sentido de conter a, historicamente, disseminada¹² participação dos militares na política e de devolvê-los aos seus quartéis.

Tal conjectura ocorre porque, na medida em que o subsistema de poder militar deslocou-se para o núcleo estatal e, portanto, alcançou, hipoteticamente, o máximo de participação dos militares na política, os detentores do poder, supõe-se, deram início a um processo que tratava de conter aquele ativismo dos componentes das Forças Armadas.

Assim, pelo exposto, a questão central que orienta esta obra¹³ é a seguinte: o quê teria ocorrido no regime civil e militar, entre 1964 e 1985, que teria tornado, ao final, os militares menos politizados e mais profissionais do que aqueles que os antecederam?

Como existem muitas conotações para o termo profissional, o conceito adotado refere-se àqueles expostos por Huntington em *O Soldado e o Estado*, nesta obra explicitados no capítulo 1, na subseção Profissionalismo, abrangendo: o Oficialato como Profissão, a Ideologia Militar: Realista e Conservadora; e o Controle Civil Objetivo; todos

considerados como equivalentes e complementares; aos quais adicionou-se os Fundamentos do Profissionalismo: Caso Brasileiro, configurados nas noções dos valores profissionais militares que foram desdobrados em Vocação Militar; Hierarquia; e Disciplina.

Como possível amparo para a interrogação anteriormente formulada, erigiu-se a suposição de que existiu uma trajetória dialética na qual o Regime Civil e Militar, entre 1964 e 1985, instituiu, dentre várias alternativas, uma atitude de antítese à fórmula intervencionista de vigência entre 1889 e 1964, particularmente aquela que ficou representada pelo Modelo Moderador, depois de 1946, objetivando a supressão da participação disseminada dos militares na política, a qual alcançou, ao final, estrutura de relacionamento com características próximas ao do Modelo de Controle Civil Objetivo, conforme formulado em *O Soldado e o Estado*.

Tal condição que se considera original, apesar das sequelas, impulsionou o que seria, até então incognitável: o retorno (até o presente) dos militares aos quartéis; uma contribuição para a (re)conciliação nas relações entre civis e militares, devolvidos às suas lides, e a instauração de uma democracia desconhecida pelos brasileiros, pois livre daquela custódia.

Para encaminhar o tema será analisado o processo das relações entre civis e militares a partir da denominada Revolução de 24 de Outubro de 1930, até o encerramento do Regime Civil e Militar de 1964, o que se pretende efetivar por meio da investigação dos parâmetros de fixação dessa convivência, notadamente em relação ao percurso de ruptura com o modelo liberal anterior a essa data, a encruzilhada das várias alternativas e o encaminhamento das ações políticas e estratégicas no sentido de profissionalizar os militares, vale dizer, fazê-los convergir para uma estrutura que a aproxima daquela do controle civil objetivo.

Após o delineamento desse relacionamento, pretende-se verificar indícios indicativos de que o retorno dos militares aos quartéis pode ser permanente; o que poderia alterar tal condição; e se a democracia instaurada estaria livre da tutela moderadora, o que auxiliaria uma (re)conciliação nacional.

Para atingir a explicitação da proposta acima descrita, a presente obra, será estruturada conforme abaixo assinalado:

- Na Primeira Parte serão apresentadas as estruturas teóricas delineadoras do relacionamento civil e militar, adicionando-se conjecturas sobre seus desdobramentos no cenário nacional, com especial ênfase àquelas que exerceram suas influências nos períodos posteriores a 1930;

- Na Segunda Parte, após breve remissão ao modelo liberal vigente até 1930, serão apresentados os aspectos históricos e conjunturais que

presidiram as relações entre civis e militares no período que se estende de 1930 até 1964, com especial ênfase a etapa que vai de 1954 até 1964;

- Em uma Terceira Parte, será abordado o Regime Civil e Militar de 1964, a ser apresentado em três segmentos considerados característicos, vale dizer, divididos em períodos delimitados pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5) – antes, durante e depois –, ocasião em que serão apresentados fatos, eventos e casos que conformaram momentos marcantes para o rumo estabelecido pelos governantes militares, no sentido de desafiá-los em suas finalidades.

Finalmente, será apresentada a síntese que enfeixa o conteúdo desta obra, privilegiando-se o exame do resultado final do relacionamento civil e militar ao término da atividade dos governantes militares à luz dos elementos colhidos, ademais de serem explicitadas as consequências das alterações introduzidas para a nascente redemocratização plena do país.

Com o intuito de familiarizar o leitor com a linguagem dos diversos autores ao tratarem do relacionamento civil e militar, notadamente quando apresentam estruturas teóricas, ressalta-se que Samuel P. Huntington trata tais arcabouços sob a denominação de “éticas profissionais”, relacionando-as com diversas ideologias; Alfred Stepan usa a designação de “modelos”; enquanto outros autores referem-se ao assunto, simplesmente, como formas de relacionamento.

Nesta obra, raramente, será adotada a especificação de Huntington, para evitar confusão com os temas que expressam o sentido filosófico da ética, vale dizer, de realizar escolhas, e que estarão explicitados quando for tratada a Vocação Política e a Militar, em termos de Ética, Moral e Valores. Prefere-se a noção de Stepan, em termos de modelos, por se considerar que facilita o entendimento das formulações teóricas a serem explicitadas, ou, ainda, o tratamento, simplesmente, como paradigmas ou “formas de relacionamento”, terminologia que se coaduna com a desse último autor.

Um aspecto fundamental do relacionamento civil-militar é a tensão potencial que se manifesta diante de uma dupla necessidade dos governantes políticos civis: de um lado, manter uma força armada como instrumento da política e da ordem interna e, de outro, garantir que o poder militar não usurpe o poder político. Esta tensão tem sido resolvida de modo diferente em diferentes países.

Alfred Stepan, *Os Militares na Política*

PARTE I

AS RELAÇÕES CIVIS E MILITARES E O BRASIL: EM TEORIA

As raízes teóricas mais profundas das relações civis e militares são encontradas entre os filósofos políticos gregos. Para aqueles pensadores, cujas ideias estão bem retratadas nas descrições de Tucídides sobre a *Guerra do Peloponeso*¹ reunir-se na *Agora*, para decidir sobre a segurança da cidade (a *civitas* dos latinos), significava deliberar sobre defesa da liberdade, da autonomia e do modo de vida; ou, ainda, pela imposição das suas vontades sobre outrem; atitudes que representavam, para todos os cidadãos, contribuírem monetariamente, vestirem seus uniformes militares e disponibilizarem-se para a guerra; ou aceitarem a servidão.

O simbolismo dos atos acima relatados, por si, plenos de significados, viria, posteriormente, a ser magnificado com a noção da *respublica*, etimologicamente a coisa pública, a qual assumiria, de forma ampliada, o papel da *civitas* e de seus habitantes, os *civis*, participantes da *urbe* (urbanos), do todo (públicos), onde atuariam politicamente, valendo dizer, comporiam a sociedade civil. Em tal contexto, a segurança da *civitas* seria do interesse coletivo, independentemente das tarefas impostas pela divisão social do trabalho.

Na Era Moderna, a criação da *Kriegsakademie*, em 6 de agosto de 1808, a primeira escola militar especializada na formação de um corpo de oficiais sem os privilégios de mando da aristocracia, além da concessão de acesso de todas as classes aos mais altos postos da carreira – desde que preenchidos os critérios exigidos de instrução, conhecimentos e coragem – consistiu no início da institucionalização dos exércitos profissionais.

Resultado das derrotas prussianas nos primeiros anos das Guerras Napoleônicas, particularmente em Jena/Auerstedt e Austerlitz, a experiência de uma instrução específica como ferramenta para a formação de oficiais e a constituição de um corpo profissional de militares obteve resultados positivos nas fases finais daquele conflito, o que estimulou a

continuidade da experiência.

O processo reformista militar, que não se limitou à oficialidade, foi liderado por Gerhard von Scharnhorst, nomeado Diretor da *Kriegsakademie*, tendo como um de seus assistentes Carl von Clausewitz, o qual ficaria encarregado de ministrar as disciplinas de estratégia e guerra irregular até 1910, ocasião em que foi nomeado preceptor do Príncipe Regente, apesar de continuar a atuar na preparação de novos regulamentos operacionais e táticos para o exército.

Stoppino registra o afastamento da aristocracia de seus privilégios de mando, o que não ocorreu sem fortes resistências, além de criar uma divergência de valores entre os nobres mandatários e a nova categoria militar em ascensão. Para ele, “o início da profissionalização dos oficiais, marca também o fim da subordinação dos militares aos governantes civis enquanto membros da mesma classe que têm os mesmos interesses e objetivos. O complexo problema das relações entre civis e militares começa por esta transformação”.²

A complexidade das sociedades industriais modernas, ao mesmo tempo em que minimizou a participação da maioria dos cidadãos nas atividades bélicas, impôs novos desafios para as relações entre civis e militares. Em seguida, a guerra total e o avanço tecnológico, em um retorno à *civitas*, romperam quaisquer barreiras que pudessem separar as atividades civis daquelas que seriam, exclusivamente, militares, envolvendo-as, até mesmo, naqueles assuntos relacionados com a conduta da guerra.

Assim sendo, as Forças Armadas, em razão das preocupações de organizar o contexto social para a segurança e a defesa do Estado no enfrentamento dos conflitos, tornaram-se instituições políticas, em seu sentido mais puro, embora não no sentido da disputa de votos, ou seja, político partidário.

Tratava-se de estruturar o Poder Nacional, a partir das suas variadas dimensões – política, econômica, societária, militar, científica e tecnológica, dentre outras – para que, de forma coordenada, proporcionasse os recursos necessários, em tempo hábil, para o enfrentamento das ameaças. Em resumo, elas seriam partícipes, em grau crescente, no estabelecimento de políticas públicas voltadas para a segurança e, em última análise, para a defesa da soberania e a garantia da sobrevivência de qualquer nação.

Por volta de 1957, Samuel Phillips Huntington, preocupou-se com os excessos advindos do militarismo alemão, japonês e, segundo ele, estadunidense na Segunda Guerra Mundial, dispondo-se a estudar esse fenômeno, a fim de desvelar “a teoria e a política das relações civis e militares”,³ consistindo na primeira investigação acadêmica especificamente voltada para a compreensão do fenômeno e um alerta *ex post facto* para

a evidência da necessidade da análise dos componentes conceituais envolvidos na sua conformação.

Por isso que, para o cabal entendimento da discussão proposta adiante no decurso desta obra, tornaram-se necessários alguns fundamentos teóricos capazes de proporcionar suporte às análises das relações entre civis e militares a serem escrutinadas, devendo-se ressaltar que, nesse contexto, avultam de importância aquelas concepções de Samuel Phillips Huntington, explicitadas nas duas obras seminais já citadas anteriormente,⁴ as quais serão consideradas complementares entre si neste trabalho.

Esses apoios teóricos, em que pese seus caracteres fulcrais para o entendimento dessa temática, não são suficientes para amparar as reflexões sobre os diversos períodos pretendidos. O próprio Huntington já antecipara, em *O Soldado e o Estado*, outras concepções teóricas explicativas para relacionamentos civis e militares vigentes sob as ideologias: liberais, fascistas, marxistas e conservadoras.

Apesar de o plano deste livro ter em mira perscrutar a evolução da trajetória do envolvimento dos militares brasileiros com a política, representada por dois períodos – 1930/1964 e 1964/1985 –, verificou-se que esses recortes, à primeira vista simplificadores, na verdade, ocultam particularidades distintivas quando se observa suas subdivisões.

Em razão dessas considerações, admite-se que a mera exposição das características históricas delineadoras desses períodos e de suas etapas e fases, não seriam suficientes para dar sentido ao contexto que se pretende analisar, nem à composição dos diversos conceitos, principalmente o de profissionalismo, conforme explicitado no Prefácio, tornando-se necessária uma ampliação dos seus significados intrínsecos e o acréscimo de maiores explicações a serem efetivados por meio da explicitação dos caracteres estruturais teóricos que emolduram cada quadra a ser escrutinada.

Conforme foi, também, exposto no Prefácio, tradicionalmente, essa configuração estrutural, linha condutora dos fenômenos conjunturais, é tratada, no âmbito das intercorrências entre civis e militares, sob diversas denominações, tais como: formas de relacionamento, éticas profissionais ou modelos explicativos, cujas concepções podem permitir suas aplicações isoladamente ou em conjunto, umas com as outras.

Por exemplo, a estrutura de relações civis e militares liberal (oligárquica) que presidiu os acontecimentos nacionais desde o início dos governos civis, após o fim do governo de Floriano Peixoto, até 1930, estruturou o período de ascensão política do Exército Brasileiro e disseminou a participação do segmento armado na política, ainda que sem os viéses ideológicos que iriam tingi-los de emoções depois daquela data.

Sucessivamente, no primeiro período a ser analisado, entre 1930

e 1964, verificou-se o interregno liberal reformista, entre 1930 e 1937, que foi emoldurado pelos primeiros sintomas do pretorianismo e de seu complemento, representado pelo controle civil subjetivo; seguido da ditadura varguista, entre 1937 e 1946; e finalizado, no quadro pretoriano e subjetivista, com a vigência do citado Modelo Moderador, entre 1946 e 1964.

No segundo período da análise, entre 1964 e 1985, vai-se deparar com a transição imposta pelo Regime Civil e Militar, a qual, segundo a suposição desta obra, impôs uma política de afastamento do segmento castrense da política, mediante um longo processo burocrático-autoritário, conservador e modernizador, denominado de Antimodelo de Enquadramento, que viria a desaguar em um forma de relacionamento muito próxima daquela desenhada para o controle civil objetivo.

Ressalta-se que o maior mérito da obra seminal de Samuel P. Huntington, *O Soldado e O Estado*, não está explicitado em lugar nenhum, no Brasil ou alhures, consistindo na já citada noção essencial de “equilíbrio” nas relações entre civis e militares, o verdadeiro nó górdio que deve presidir tais intercorrências e não – como prefere a totalidade dos estudiosos do assunto, por diversas razões – omitir essa característica, enfatizando-se, principalmente, a noção de controle (civil) e a autonomia (militar) em seu viés negativo.

Em termos lógicos e científicos, conceder a primazia a qualquer um desses pares, aparentemente opostos, consistiria em transformá-los em variáveis independentes, vale dizer não influenciáveis, quando, na verdade, em função das inumeráveis instâncias que interferem em tais intercorrências, tanto em seus fluxos verticais, quanto horizontais, os fenômenos decorrentes se apresentam em infinitas fisionomias. Vale dizer que, tanto os controles quanto as autonomias ocorrem de múltiplas maneiras, em decorrência de cada equilíbrio estabelecido e não em razão de um ou de outro isoladamente.

Como essa obra envolve uma tentativa de entendimento sobre as esferas teóricas que impactaram o processo em análise e que não foram encontradas em Huntington, seja no *Soldado e o Estado*, seja na *Ordem Política das Sociedades em Mudança*, então, julgou-se necessário apresentar outras estruturas que, por suposição ou citação expressa de renomados intelectuais, teriam configurado modelos ou influenciado as diversas conjunturas, razão pela qual foram incluídas as concepções de autoritarismo e ditadura, cesarismo, bonapartismo e militarismo modernizante.

Ao mesmo tempo, verificou-se que, para um melhor acompanhamento da trajetória contida na suposição aventada, de que houve uma ação

intencional dos governantes militares no sentido de suprimir as atitudes que ficaram bem representadas pelo Modelo Moderador – por meio de um conjunto de procedimentos e medidas, passíveis de generalizações configuradas em um Antimodelo – e que resultaram em convergência com o controle civil objetivo, foram elencados outros fatores de influência, além daqueles acima expostos, a partir de um amplo universo de variáveis, a saber: a vocação política no seu antagonismo inspirador para a inserção de uma ruptura com a vocação militar; o anticomunismo; e as resistências apostas por opositores.

Assim, a exposição desses fatores que conduziram ou influenciaram os períodos a serem abordados, ganhou, sem que fosse a intenção inicial, uma configuração propedêutica compreensiva sobre a temática, cujo intuito original consistiu em facilitar o entendimento da complexa teia de influências ou atribuições de interferências no processo em análise, mas que, afinal, pretendem: permitir um entendimento amplo da questão; servir como instrumento, a ser utilizado em contexto metodológico específico, para a análise dos fatos e eventos investigados, envolvendo as relações entre civis e militares, em cada período a ser considerado; auxiliar na busca de referências aproveitáveis ao delineamento de um modelo próprio; e possibilitar a verificação das influências que essas configurações geraram na política nacional.

O caráter descritivo de muitas das formulações, originalmente conceituais, terminaram por permitir que, no decorrer das exposições históricas nas Partes II e III, o leitor possa, quase que naturalmente, adquirir inteiro entendimento do fenômeno explicitado ao ler conceitos complexos, ali transcritos em uma ou poucas palavras, pois, certamente, lembrará das configurações, às vezes exaustivas, apresentadas no decurso da Primeira Parte teórica.

Dessa forma, nesta Parte I, serão apresentadas as estruturas consideradas como interferentes no relacionamento civil e militar brasileiro, na seguinte ordem: Capítulo 1, relacionadas à formulação da noção de equilíbrio, conforme propostas por Samuel P. Huntington,⁵ em *O Soldado e o Estado*, tomadas como bases conceituais para toda a análise que será efetivada no livro; Capítulo 2, referentes ao amplo espectro das intercorrências submetidas às instabilidades, de acordo com as propostas de vários autores, inclusive Huntington; no Capítulo 3, associadas à ótica particular das preponderâncias de um ou de outro dos participantes dessas interrelações; Capítulo 4, conectadas à algumas variáveis intrínsecas, que caracterizaram tendências duradouras no processo histórico nacional, quais sejam: comunismo, anticomunismo e resistências; e Capítulo 5, com a proposta do Antimodelo do Enquadramento, a antítese do

Modelo Moderador, a qual, propõe-se, constituiu-se em uma forma de relacionamento precursora de outra muito assemelhada àquela do controle civil objetivo e que foi alcançada ao final do Regime Civil e Militar de 1964.

CAPÍTULO 1

OS TRÊS PILARES DO EQUILÍBRIO

Samuel Phillips Huntington, na obra *O Soldado e o Estado*, editado em 1957, enfrentou um problema cuja questão central versava sobre a forma como deveria se processar ou ser construída uma teoria política para as relações entre civis e militares.

Sua maior preocupação estava voltada para a segurança e a defesa do Estado nacional, cujo ponto fundamental residiria no equilíbrio dessa interação, pois, para ele:

A relação entre civis e militares constitui um dos aspectos da política de segurança nacional. O objetivo da política de segurança nacional é fortalecer a segurança das instituições sociais, econômicas e políticas contra ameaças que surjam de outros países independentes[...] tendentes a enfraquecer ou destruir um país através de Forças Armadas que operam de fora de suas fronteiras institucionais e territoriais. [...] A relação entre civis e militares forma o principal componente institucional da política de segurança militar.¹

[...] Em nível institucional o objetivo dessa política é desenvolver um sistema de relação entre civis e militares que eleve ao máximo a segurança militar com sacrifício mínimo de outros valores sociais. A consecução desse objetivo envolve um complexo equilíbrio de poder e atitudes entre grupos militares e civis. Países que mantêm um quadro adequadamente equilibrado de relação entre civis e militares desfrutam de grande vantagem na busca por segurança. São maiores suas probabilidades de obter respostas certas para questões operacionais de política militar. Países que não conseguem manter um quadro equilibrado de relação entre civis e militares desperdiçam recursos e correm riscos incalculáveis.²

A moldura mais ampla da obra desse autor é conformada pela profunda influência das Teorias: Geral dos Sistemas,³ Organizações, Estabilidade, Controle e Equilíbrio. Esta última, muito importante para aquele autor, tem por origem duas vertentes: a primeira na própria Teoria Geral dos Sistemas, relacionada, portanto, com o equilíbrio dos mesmos, a denominada *homeostase*, que, entre outros efeitos, desencadeia a retroalimentação (*feedbacks*); a segunda, que remonta aos gregos, trata do equilíbrio político, com raízes mais próximas em Montesquieu e Bolingbroke.⁴

A inspiração para tais conjecturas originava-se no entendimento,

arraigado nos Estados Unidos da América (EUA), quanto à realidade de que entre poderes não há, ou não deve haver, submissão, condição *sine qua non* para o equilíbrio e a estabilidade estatal; o melhor seria estabelecer um sistema de freios e contrapesos, a teoria dos *checks and balances* de Bolingbroke;⁵ condição para que vicejasse a democracia na plenitude, particularmente as componentes de igualdade, liberdade e fraternidade.

Em relação aos “controles” e “autonomias” no relacionamento civil e militar, Huntington o concebia idealmente como sendo exercido de forma que o equilíbrio não viesse a ser afetado por extrapolações indevidas de qualquer um dos dois segmentos envolvidos.

Entretanto, em um sistema estatal em que as instituições devem possuir independência para o exercício das tarefas e finalidades que lhes são atribuídas, os militares, em função da sua posição na estrutura estatal e, principalmente, da magnitude ímpar proporcionada pela disponibilidade do recurso às armas, poderiam pretender igualar ou ultrapassar os Poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário. Foi para enfrentar tal situação que Samuel Huntington introduziu as noções de “autonomia política” e “funcional”, no qual limitava o acesso das Forças Armadas somente à essa última.

Mas pode ocorrer, também, que os civis utilizem parcelas do segmento militar em suas maquinações político-partidárias ou ideológicas no afã de maximizar seus poderes, o que caracterizaria o outro sistema que aquele mesmo autor denominou de Controle Civil Subjetivo, o qual, juntamente com o anterior serão expostos adiante neste texto.

Ao perscrutar os paradigmas que permitiriam a investigação sobre o “controle civil”, Huntington observou que, até a data em que redigiu *O Soldado e o Estado* (1957), o próprio conceito não tinha sido definido a contento, admitindo-se “em geral que o controle civil tem algo a ver com o poder relativo de grupos civis e militares. Presume-se daí que o controle civil é alcançado na medida em que se reduz o poder de grupos militares”,⁶ razão para orientar seu questionamento básico para a busca de uma definição para essa noção, o que, em outro nível de análise, permitiria descobrir como minimizar o poder militar.

Nesse contexto, aparece claramente a preocupação com eventuais alterações na conduta dos militares em relação aos civis, o que poderia degenerar em um excesso de autonomia dos primeiros em relação aos últimos. A hipótese para a construção de uma teoria estaria representada na suposição de que seria possível identificar os limites para essa autonomia das Forças Armadas no exercício das atividades militares, o que, em tese, ocorreria circunscrevendo-as aos temas próprios da profissão, espaço onde não caberia interferência naquelas funções atinentes aos

civis, mas admitindo que a reciprocidade fosse verdadeira.

Sobre as intercorrências dessas estruturas como um todo, Huntington acrescenta que: “Como partes de um sistema total, nenhum desses elementos pode sofrer alteração sem produzir alterações maiores nos outros elementos”; como consequência “Tal equilíbrio pode ser obtido numa variedade infinita de formas”.⁷ Assim sendo, mesmo que as metodologias de análise possam ser úteis para a apreciação do relacionamento civil e militar em diversos entes nacionais ou estatais, o resultado a ser obtido em cada caso será diferente.

Essa é a razão principal pela qual, apesar do interesse desta obra estar voltado, apenas, para alguns aspectos componentes dessa estrutura, não é possível deixar de explicitar o “sistema de equilíbrio” como um todo, o qual considera a existência de três pontos nodais para as relações entre civis e militares, submetidos a duas esferas de tensão opostas entre si e correspondentes a cada um dos polos da relação civil e militar, cuja extensa descrição poderá ser melhor visualizada no Quadro 1, adiante, o qual facilitará o entendimento do contexto teórico e histórico dos relacionamentos de interesse a serem expostos.

Como resultado lógico das inúmeras possibilidades de arranjos e, em consequência, de equilíbrios possíveis, as estruturas de relações civis e militares, no entendimento desta argumentação, são exclusivas de locais e períodos, nações e países, sendo temerária qualquer generalização, valendo dizer que cada ente analisado apresentará uma conformação própria.

Isso exposto, abaixo será apresentada a estrutura teórica do equilíbrio, conforme explicitada por Samuel P. Huntington em *O Soldado e o Estado*, a qual receberá alguns poucos acréscimos necessários à sua adaptação ao cenário brasileiro, naqueles aspectos de omissão ou obscuridade no sistema proposto.

Poder, Autoridade e Ideologias

O “primeiro ponto de equilíbrio” do sistema huntingtoniano preocupa-se em expor as polaridades decorrentes dos embates envolvendo poder, autoridade e ideologias. Nesse sentido, Huntington estabelece “que em toda sociedade a relação civil-militar deve ser estudada como um sistema composto de elementos interdependentes”, envolvendo “autoridade, influência e ideologia dos militares, por um lado, e autoridade, influência e ideologias de grupos não-militares, por outro”.⁸

A autoridade se refere à posição formal e estrutural das instituições castrenses em relação às demais do governo; a influência trata do papel informal dos indivíduos ou grupos militares na política e na sociedade

como um todo;⁹ e a ideologia diz respeito à natureza dessa manifestação nesses grupos – que, no caso dos militares, deve ser única: realista e conservadora¹⁰ – considerada em sua relação com ideologias não militares, elencadas pelo autor, sob o nome de éticas: liberal, marxista, fascista e conservadora.

Os critérios formale informal, atinentes, respectivamente, à autoridade e à influência, embora não explicitados pelo autor, têm evidentes raízes em Max Weber¹¹ e na Teoria das Organizações, apesar da inclusão dos grupos e instituições, além do indivíduo, como unidades de análise. Tais parâmetros, haviam sido, também, explorados e detalhados: a) o primeiro por Frederick Winslow Taylor, na Teoria da Administração Científica,¹² e Henry Fayol, na denominada Teoria Clássica da Administração;¹³ e o segundo por Fritz Jules Roethlisberger e William J. Dickson na Teoria das Relações Humanas,¹⁴ baseada na experiência de Elton Mayo, em uma fábrica de *Hawthorne*, bairro de Chicago.

Weber, ao construir sua sociologia política, desenvolve a noção de “dominação”, entendida como a possibilidade de o indivíduo(s)/grupo social exercer sua hegemonia sobre os demais em termos de submissão, obediência.

Ele define três tipos de dominação, distinguidas pelos seus caracteres (pessoal ou impessoal) ou pelos fundamentos da sua legitimidade. São elas: a legal, a tradicional e carismática.

Na primeira, a obediência baseia-se na vigência e aceitação das normas, em aspectos formais, e sua implementação consubstancia-se na existência de uma estrutura burocrática que a preencha e de estatutos que a regulem. A obediência, embora relacionada com a dominância de alguém, é devida à estrutura, às regras e não às pessoas, de onde advém a autoridade, juntamente com a competência, legalidade e uma certa legitimidade para o exercício da dominação, a qual ocorre dentro de limites previamente estabelecidos pelo ordenamento jurídico, vale dizer que, a substituição da pessoa que exerce o domínio/competência sobre determinado aspecto da estrutura estatal não interfere com aquela dominância.

A segunda forma de dominação ocorre pela tradição, pelo costume e está relacionada com aspectos informais (influências), em que a autoridade exerce o poder, normalmente, utilizando seu livre arbítrio; como é o caso da obediência às crenças religiosas, às sucessões hereditárias, a todas as formas de autoridade patriarcal etc.

Finalmente, na última forma de dominação, o que predomina são as qualidades excepcionais de líderes dotados de atributos fora do comum.

Retornando aos elementos interdependentes do sistema de equilíbrio

huntingtoniano, dois deles – autoridade (formal) e influência (informal)¹⁵ – deveriam, ainda, receber outro subparâmetro para efeitos comparativos: o poder, individual ou coletivo, do corpo de oficiais frente aos grupos civis na sociedade,¹⁶ o qual deveria ser aferido em termos de grau – nível relativo e unidade relativa – e alcance.

Para Huntington, poder seria a capacidade de controlar o comportamento de outras pessoas, pois as relações entre pessoas ou grupos envolvem o exercício dessa faculdade em ambas as direções, embora, em faixas superpostas, possam ocorrer de maneiras diferentes.

Uma relação de poder tem, no mínimo, duas dimensões: o grau ou volume, que trata da extensão na qual tipos particulares de comportamento – de pessoa ou grupo – seriam controlado(s) por outro(s), de forma que “quanto mais alto for o nível de autoridade de um grupo, maior será a unidade de sua estrutura”;¹⁷ e o alcance ou a faixa de poder, seria aqueles tipos de comportamento que seriam submetidos à influência de outro indivíduo ou grupo, assim, “quanto mais amplo for o alcance de sua autoridade mais poderoso ele será”.¹⁸

“A *autoridade formal* envolve o controle de uma pessoa sobre o comportamento de outra na base de suas respectivas posições numa estrutura social definida. A autoridade não é inerente ao indivíduo, mas é um atributo de *status* e posição [...] é poder ordenado, estruturado e legitimado”. Dessa forma, “É um padrão ininterrupto de relações que permanece relativamente constante através de sucessivas mudanças nos indivíduos envolvidos por essas relações. Seu exercício tem a sanção de constituições, estatutos, decretos, regimentos internos ou costumes de longa data aceitos”.¹⁹

À autoridade informal (influência) foram apostos quatro índices, por meio dos quais seria possível fazer esta avaliação:²⁰

(1) As associações de grupo do corpo de oficiais e de seus líderes. Um dos testes de influência de um grupo é a extensão e a natureza de suas associações com outros grupos ou indivíduos poderosos.

(2) Recursos econômicos e humanos sujeitos à autoridade do corpo de oficiais e seus chefes.

(3) Interpenetração hierárquica do corpo de oficiais e outros grupos:

A influência militar aumenta quando membros do corpo de oficiais assumem posições de autoridade em estruturas não-militares de poder.

A influência militar decresce na medida em que indivíduos não-militares ingressam em posições dentro do corpo de oficiais formalmente definido.

(4) Prestígio e popularidade do corpo de oficiais e seus chefes. A reputação do corpo de oficiais e seus chefes junto à opinião pública, bem como as atitudes de vastos setores ou grupos categorizados da sociedade para com os militares, constituem, obviamente, elementos capitais em determinar influência militar.²¹

A estrutura comparativa, desse primeiro ponto de equilíbrio, completar-se-ia com a inclusão da categoria ideologia, a qual se refere à natureza da ideologia dos grupos militares *vis a vis* às ideologias dos grupos não militares, considerados como subsistemas isolados.

Pelo lado civil da polaridade, Huntington apresenta algumas ideologias, chamadas de espécies de éticas civis ou mentalidades civis, as quais Alfred Stepan,²² conforme já mencionado, denomina de modelos. Esses modelos eram: liberal, fascista, marxista e conservador, sendo este último, considerado igual ao da ética profissional militar (por isso chamado de profissional).

Pelo viés militar, Huntington, considerava a existência de apenas uma, que ele chama de ética profissional ou mentalidade militar, realista e conservadora, a qual em resumo recebe as influências de Maquiavel e Hobbes no que diz respeito à imutabilidade, irracionalidade, fraqueza e maldade da natureza humana; de Maquiavel e outros pensadores sobre a condição cíclica da história; e da Teoria Realista sobre o relacionamento internacional.²³

Para aquele autor:

Assim como há uma grande variedade de grupos civis engajados na luta pelo poder, há também uma grande variedade de éticas civis ou ideologias. Consequentemente, é impossível admitir um *continuum* se esticando desde valores militares, numa ponta, até valores civis, na outra. A ética militar é concreta, permanente e universal. O termo “civil”, por outro lado, só conota o que meramente é não-militar. Não existe dicotomia entre “mentalidade militar” e “mentalidade civil” porque não existe uma única “mentalidade civil”. Há muitas “mentalidades civis” e a diferença entre duas éticas civis pode ser maior do que a diferença entre uma delas e a ética militar. Portanto, a ética militar só pode ser comparada com uma determinada ética civil. Nesta análise, ela será comparada com quatro manifestações de uma espécie de ética civil - a ideologia política. Ideologia política é um conjunto de valores e atitudes orientados em torno dos problemas de Estado.²⁴

Huntington, portanto, no aspecto do relacionamento entre as ideologias civis e militares, julgava que o critério para a avaliação do equilíbrio seria “a extensão a que a ideologia, vista como um sistema de ideias, compatibiliza-se com a ética militar ou lhe é hostil”. Para ele, das ideologias civis analisadas – liberalismo, fascismo, marxismo e o conservadorismo – todas, exceto a última, eram hostis à ética militar e, por consequência, desequilibravam as relações entre civis e militares:

Se a ideologia for inerentemente antimilitar (como o liberalismo, o fascismo e o marxismo), o militar só adquire substancial poder político sacrificando o profissionalismo e aderindo aos valores e atitudes que predominam dentro da comunidade. Numa tal sociedade antimilitar, o profissionalismo militar e o controle civil são maximizados pela renúncia dos militares à autoridade e à influência, e por levarem uma existência modesta, isolada e divorciada da vida geral da sociedade. [...] As concessões que os militares fazem a fim de adquirir poder numa sociedade que não lhes é simpática são apenas um exemplo do fenômeno geral dos efeitos aperfeiçoadores e enfraquecedores de poder. Parece um truísmo dizer que o poder dissipa o princípio e que aqueles que se apegam a sistemas definitivos, dogmáticos e rígidos de valor são excluídos de poder numa sociedade pluralística. Só aquele que é flexível, desejoso de se adaptar e pronto a se comprometer pode conquistar apoio generalizado; o poder terá sempre que ser comprado por um preço. O preço que os militares têm que pagar depende do tamanho da brecha entre a ética militar e as ideologias predominantes na sociedade. O efeito que a aquisição de poder numa sociedade não conservadora tem sobre os militares é semelhante aos efeitos moderadores que a aquisição de poder tem sobre radicais. Michels observa em determinado ponto de seu *Political Parties* que os “socialistas podem triunfar, mas jamais o socialismo”. O mesmo é verdadeiro com os militares numa sociedade que não lhes é simpática. Os generais e os almirantes podem triunfar, mas não a ética profissional militar. O efeito domador do poder político faz deles bons liberais, bons fascistas e bons comunistas, porém maus profissionais. As satisfações de desempenho profissional e a adesão ao código profissional são substituídas pelas satisfações de poder, posição, riqueza, popularidade e aprovação de grupos não militares.²⁵

Huntington acreditava que a profissão militar, por sua importância

para a sociedade e o poder que pode exercer, notadamente quando o Estado se encontra ameaçado, manifesta um grau de tensão mais alto, que poderia tender ao desequilíbrio, à desestabilização política.

Além disso, seria natural que o sucesso profissional conduzisse ao envolvimento político, uma condição da própria natureza humana; entretanto, tal desiderato conteria os germes da decadência do profissionalismo.

Essas tensões originadas da atividade militar e das ambições individuais seriam irremovíveis do relacionamento entre civis e militares; admitidas como parte do sistema, poderiam, apenas, “ser ordenadas de modo a se tornar mais ou menos suportáveis”.²⁶

Sobre a questão das ideologias no contexto do equilíbrio, conclui Huntington:

Ideologias antimilitares têm florescido em sociedades ocidentais e as demandas de segurança militar ou simplesmente o desejo de poder têm obrigado muitos indivíduos e grupos militares a exercerem um papel dominante em seus governos. Entretanto, eles só têm sido capazes de fazê-lo ao abandonarem a perspectiva militar. Dado que tais indivíduos e grupos militares são pessoas politicamente envolvidas e de grande destaque, suas atitudes são frequentemente identificadas por grupos não militares como sendo típicas do pensamento militar. Assim, militares não militares como De Gaulle, Ludendorff e MacArthur são quase sempre considerados como exemplos representativos da “mentalidade militar”. Na verdade, esses homens expressaram, nos respectivos papéis políticos, valores derivados de fontes não militares.²⁷

Em continuidade à exposição acima, a seguir serão apresentadas as diversas ideologias civis – liberalismo, fascismo, marxismo e o conservadorismo. A única admitida para os militares, aqui denominada de Realista e Conservadora será apresentada no próximo subtópico.

Relembra-se que, para Samuel P. Huntington, as formas de relacionamento civil e militar sob as éticas liberal, fascista e marxista, consideradas antimilitares, são intrinsecamente desequilibradas e, portanto, não deveriam estar situadas neste capítulo que sugere, justamente, a estruturação de equilíbrio daquelas intercorrências. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao controle civil subjetivo e a outros modos de convivência.

Como o autor não fez essa distinção ao apresentar sua estrutura teórica e ela será feita aqui nesta obra, com acréscimo de outras, ressalva-se a apresentação das ideologias civis, juntamente com o controle civil

subjetivo, nesse contexto do equilíbrio, com a finalidade de manter a sequência daquele autor e para dar uma visão coerente com o Quadro 1, apesar de que, de fato, deveriam estar no próximo capítulo que irá tratar das relações civis e militares em condições de instabilidade.

Ideologias Civis

*Liberalismo*²⁸

Huntington trata das relações entre civis e militares, sob a ótica liberal, em diversas passagens da sua obra *O Soldado e o Estado*, não somente quando trata da Ética Profissional e Ideologias Políticas,²⁹ mas, também, ao analisar a evolução das relações entre civis e militares na sociedade estadunidense, o que ocupa mais da metade da sua obra.

Para aquele autor, a ética liberal teve por origem o embate entre os direitos individuais e as necessidades de afirmação do Estado. A preocupação situava-se na garantia desses direitos e na regulação das relações entre indivíduos no contexto social. Ao citar a obra clássica de Guido de Ruggiero sobre o liberalismo europeu, ressalta que foram atribuídas três funções para o Estado (liberal): “a função política de ajustar e sintetizar os interesses dentro da sociedade, a função legal de garantir os direitos dos indivíduos e a função econômica e social de ampliar as oportunidades de autodesenvolvimento individual”. Nesse arcabouço europeu e no estadunidense não havia a função segurança, ela existiria *in vacuo*.

Assim sendo, o sistema liberal é essencialmente individualista, glorificador da autoexpressão e da libertação das energias individuais como forma de alcançar o progresso, independentemente das repetições da história; a natureza humana é naturalmente boa, dócil e pode ser aperfeiçoada pela educação e instituições sociais adequadas; a razão humana evoluída concede-lhe dignidade moral – de forma que, sendo livre, está acima das restrições políticas, econômicas e sociais – e produz harmonia de interesses.

“É mais provável que o homem encontre soluções para seus problemas políticos consultando a razão do que examinando a própria experiência”.³⁰ Considerando-se o critério de racionalidade como predominante, a relação natural entre os homens é de paz; e pode ser sustentada e desenvolvida por instituições de Direito, tribunais e organizações internacionais.

O poder é inerentemente maléfico. O desenvolvimento econômico e o bem-estar são as principais finalidades a serem alcançadas; a segurança e a defesa nacionais, responsabilidade de todos, são decorrentes da força que reside nos indivíduos, na sociedade e na economia, dispensando grande poderio militar, diplomacia de equilíbrio de poder e alianças militares.

Nas relações internacionais seriam suficientes para a boa convivência a aceitação universal do republicanismo, a liberdade de comércio, o desenvolvimento industrial, a diminuição da pobreza e das desigualdades, os tratados de arbitragem, uma corte internacional de justiça, intensificação dos intercâmbios culturais e a proscrição da guerra.

A guerra, como instrumento da política por outros meios, é inerentemente imoral. Armamentos e exércitos permanentes não são uma necessidade e podem constituir ameaças à paz e ao governo constitucional. “Se a organização militar é necessária terá que ser uma organização que reflita princípios liberais” e se “a guerra se tornar necessária, o Estado terá que lutar como uma ‘nação em armas’, confiando em milícias populares e em exércitos de cidadãos”.³¹

A guerra somente é aceitável quando ocorre em defesa dos ideais liberais, em favor de princípios como democracia, justiça e liberdade, universalmente verdadeiros, ocasião na qual se transforma em uma cruzada. Dessa forma, predominam duas correntes entre os liberais: a dos pacifistas e a dos cruzados.

A hostilidade dos liberais perante a profissão militar consubstancia-se em não reconhecer a legitimidade da preocupação desse segmento com a segurança militar do Estado. Tal sentimento é considerado como um obstáculo interposto perante seus objetivos; o primeiro grupo majoritário, dos pacifistas, por entenderem que os militares são, na verdade, fomentadores de conflitos, o que lhes garantiria posição e poder; o outro, dos cruzados, por vê-los desinteressados e insensíveis aos ideais que deveriam nortear as finalidades admissíveis da guerra.³²

Os militares profissionais são acusados de serem retrógrados, incompetentes e descuidados da importância da economia, da moral e da ideologia. O profissionalismo militar é visto negativamente, tanto sob a ótica política interna, quanto na externa. Por exemplo, o militarismo alemão, antes da Primeira Guerra Mundial, era visto pelos estadunidenses como um indicador de inimigo a ser enfrentado; da mesma forma, na Segunda Guerra Mundial. Ao se referir à Primeira Guerra Mundial, Woodrow Wilson dizia: “[...] quando chega a ocasião de fazer coisas novas e fazê-las bem, sempre darei apoio ao amador contra o profissional”.³³

De acordo, ainda, com Huntington, no âmbito da política interna todos os grupos de liberais tinham a tendência de identificar os militares com seus próprios inimigos particulares:

Sem nenhuma função reconhecida numa sociedade liberal e situando-se fora do consenso ideológico norte-americano, os militares têm sido, como grupo, um alvo universal. A identificação com o inimigo político

parecia-lhe um tanto válida, pois as instituições militares do século XVIII eram fundamentalmente aristocráticas e contrárias ao liberalismo. Esse modo de pensar persistiu, entretanto, mesmo depois de terem os militares abandonado a aristocracia e dado início à profissionalização. Todo grupo liberal que surgia identificava-os com os interesses disfarçados da antiga ordem.³⁴

E prossegue o autor:

Na realidade, com exceção de seus vínculos com o Sul, os militares não tinham laços significativos com nenhum grupo da sociedade norte-americana. E é precisamente esse isolamento que os faz elegíveis a se tornarem o inimigo de todos. A identificação dos militares com o inimigo interno tem um efeito duplo. Permite que cada grupo liberal exagere a brecha entre ele e seu adversário político, ao identificar-se com o controle civil e seu adversário, que normalmente estava dentro do consenso liberal, com a profissão militar, que estava fora do consenso. Tal uso dos militares, portanto, é uma das manifestações da tendência de todos os grupos na sociedade norte-americana de aumentar exageradamente suas diferenças políticas vinculando os adversários a grupos estrangeiros ou “anti-Estados Unidos” Ao mesmo tempo, essa prática também serve para reforçar as atitudes antimilitares já presentes na mentalidade norte-americana.³⁵

Para Huntington, essa descrição de hostilidade teria sido a inspiração da política militar nos EUA, cuja essência consistiria na oposição sistemática aos valores e às exigências militares, teria continuidade na tendência da:

[...] virtual eliminação de todas as instituições de violência, procurando assim afastar por completo o problema das relações entre civis e militares. É essa uma política de extirpação. Em contrapartida, quando se faz necessário manter uma Força Armada, o liberalismo norte-americano insiste num rigoroso controle civil subjetivo, no reajustamento das instituições militares às linhas liberais, de modo a perderem suas características peculiarmente militares. É essa uma política de transmutação. Juntas, essas duas concepções representam a solução norte-americana ao problema das relações entre civis e militares. Embora diferentes nos meios, ambas as políticas visam à mesma meta da subordinação dos imperativos militares funcionais e do ponto de vista militar profissional.³⁶

Tal mentalidade inspiraria, ainda, o ideal de “um pequeno Exército permanente”, uma vez que grandes efetivos militares consistiriam em ameaças: às liberdades civis dos cidadãos, em abstrato e concretamente, por atitudes contrárias ao direito de greve, a recusa ao serviço militar e ao pacifismo; à democracia; à prosperidade econômica, sob a acusação de que os militares seriam improdutivos; e à paz, entusiastas que são do armamentismo e das corridas armamentistas.

Essa noção encontraria suporte nos conceitos de “soldado-cidadão” e da “nação em armas”. A defesa militar seria responsabilidade de todos, assim como o sufrágio, não devendo ser exclusividade de um pequeno grupo. Em tempos de paz, as Forças Armadas, se devem ser mantidas, então teriam maior utilidade promovendo outros objetivos socialmente desejáveis e aceitos pelo estamento liberal.

*Fascismo*³⁷

Huntington³⁸ apresenta a influência da ideologia fascista sobre a ética profissional militar de forma comparativa com o paradigma realista e conservador e, raras vezes, com o liberalismo. Para ele, a ética militar e o fascismo possuem similaridades em alguns aspectos, como, por exemplo, a ênfase na manutenção de Forças Armadas fortes. Entretanto, possuem uma diferença fundamental: o realismo conservador da mentalidade militar aceita os dados deletérios da natureza humana, da sociedade ou relacionados com a sobrevivência e o desenvolvimento da entidade estatal como uma realidade – dados esses a serem analisados sob a luz da experiência histórica e neutralizados de forma eficaz; o fascista glorifica tais fatos da existência como valores supremos e deposita na intuição e na vontade a resolução das dificuldades.

Assim sendo, a mentalidade militar realista e conservadora, ideologicamente neutra, apesar do seu ceticismo, considera a universalidade das características da natureza humana; a luta como uma parte intrínseca às relações humanas; o Estado-nação como uma unidade independente; a guerra como uma fatalidade a ser evitada, decorrente de diversos motivos, mas, principalmente, do imperativo de manter a segurança nacional inviolável; a necessidade e utilidade do poder; a supremacia do grupo sobre o indivíduo; a importância da liderança – que pode ser construída – e da disciplina como organizadores da ordem na sociedade; a história, seu realismo prático e sua aquisição empírica, como mestra das decisões.

Os fascistas acreditavam na superioridade natural de um povo ou raça escolhidos e consideravam a luta, pela luta, como a mais elevada atividade do homem; o Estado ou o partido como a encarnação de virtude moral suprema; a violência e a guerra como finalidades dinâmicas, agressivas e

revolucionárias, não como meios ou instrumentos da política, mas como formas romantizadas de expansão e engrandecimento e conduzidas por militares ideologicamente engajados; o poder como um fim em si mesmo, cujo ápice é a supremacia do chefe – gênio inato e virtuoso – e o dever absoluto de subordinação do indivíduo e das instituições (inclusive a militar) à vontade do partido/Estado, sendo, assim, mais individualista que o liberalismo; enfatiza a vontade como o motor do triunfo sobre os obstáculos externos.

Para Huntington, o fascismo seria mais hostil do que o liberalismo à existência de fontes potenciais de poder além do Estado; entretanto, assim como esta última ideologia crê na guerra total, nos exércitos de massa e na obrigatoriedade de todo cidadão se tornar soldado.

Marxismo

Huntington considera que a visão marxista original admite que o homem – de antes do início da História e do final da existência dos processos dialéticos – seria naturalmente bom, racional e pacífico; que é corrompido por instituições maléficas durante a sua existência.

O marxismo filia-se a concepção cíclica e dialética da história, situando-se seus seguidores entre os estudiosos aficionados por essa disciplina. Entretanto, embora considerando o componente de repetição transfigurados na lógica da tese, antítese e síntese, o curso histórico seria linear e progressista.

A realidade da existência dos conflitos, engendradora de luta por toda parte, tem uma componente bem delimitada: a luta de classes e a prevalência das forças econômicas na sua dinâmica.

A ética marxista reconhece a lógica do poder a presidir as relações humanas, todavia, dentre as suas manifestações, conforme já explicitado, sobressai a dimensão econômica. Nessa visão, ressalta-se a importância dos grupos sociais entrechocando-se na procura da satisfação dos seus interesses, segundo um modelo em que a humanidade é segmentada em patamares horizontais de classes; com isso renega a figura do Estado como reflexo de unidade vertical, grupal ou social, para transformá-lo em mero instrumento da luta de classes.

Assim sendo, é a sanha incontida dos detentores do poder econômico, dos dominadores, na sua busca por expansão, na forma de imperialismo, que está na raiz das guerras entre as nações, o que as torna ilegítimas; para que sejam reconhecidas como válidas, devem ser travadas na defesa das classes menos favorecidas e por Forças Armadas, proletárias, que as incorporem e representem.

Nesse contexto, existem, ainda, numerosos estudos sobre a influência

da ética marxista sobre a instituição militar. Destaca-se a contribuição de Hannah Arendt em sua obra *As Origens do Totalitarismo*,³⁹ na qual enfatiza diversos aspectos demonstrativos da hostilidade dessa doutrina à profissão militar; nesse caso muito similares aos de seus opositores ideológicos, os fascistas e nazistas.

Dessas manifestações, de reação ao estamento militar, destaca-se a tendência à multiplicação de instâncias institucionais como forma de gerar divisão, complementaridade e competição em torno do poder. Tal estruturação, além das repercussões sobre as forças militares, interferia com as de segurança ou as utilizava para o controle de todo o sistema.

No caso a que se refere Hannah Arendt, o MVD, Ministério do Interior da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi a organização de inteligência sucessora da *Cheka* e do NKVD, o Comissariado Popular do Interior, e conviveu em regime de competição com o MGB, o Ministério de Segurança do Estado, entre 1946 e 1953, quando foi unificado por Lavrenti Beria no contexto da sucessão de Stalin, e, novamente separado, após a sua execução determinada pelo *Presidium*, quando o MGB foi transformado no Comissariado de Segurança do Estado (KGB), com funções de segurança interna e externa.⁴⁰ Poder-se-ia acrescentar a GRU, ou Direção Principal de Reconhecimento, criada em 1918 por Leon Trotski, que incorporou, inclusive, as forças especiais, até hoje em atividade.⁴¹

Dentre outras atividades, tais aparatos atuavam nas organizações militares por meio de: comissários políticos, ostensivamente, ou por infiltração de agentes, sob sigilo; os quais faziam parte de redes submetidas a hierarquias militares distintas que usavam a intimidação, terror, conspiração, espionagem, expurgos ou envio para prisões, como forma de controle capazes de submeter as estruturas militares às orientações políticas vigentes.

Alfred Stepan⁴² destaca a importância concedida pelos comunistas à força militar e à especialização, ressaltando ser fundamental a questão do controle civil; condições estas que não são diferentes do que preconiza Huntington com o modelo do controle civil objetivo.

Entretanto, o militar comunista vê-se integrado aos valores políticos da sociedade mediante constante doutrinação e por meio da inclusão dos militares de mais alta patente como membros do partido comunista e, até mesmo, como partícipes de instâncias dos Poderes Executivo e Legislativo.

Conservadorismo

Antes de qualquer observação sobre a ideologia conservadora,

conforme exposta por Samuel P. Huntington, registra-se sua exclusão de qualquer outra aproximação teórica que não seja aquela explicitada por Edmund Burke em suas obras seminais: *Reflections on the Revolution in France*⁴³ e *Appeal from the New to the Old Whigs*.⁴⁴

Ressalta Huntington que, diferentemente das demais ideologias civis anteriormente expostas, o conservadorismo “identifica-se à perfeição com a ética militar” em “suas teorias do homem, da sociedade e da História, em seu reconhecimento do papel do poder nas relações humanas, em sua aceitação das instituições existentes, em suas metas limitadas e em sua desconfiança de projetos faraônicos”, além de não ser monístico ou universalístico, como as outras, nem pretender empregar idéias padronizadas para problemas diferenciados ou considerá-las aplicáveis a todas as instituições humanas, visão que proporciona maiores possibilidades em termos de calibragem de metas e integração de valores.

Em consequência, dentre as ideologias civis, o conservadorismo não conduz em sua lógica a nenhum conflito inevitável com a mentalidade e os valores com origem nas demandas da atividade militar, tornando-se a única estrutura que não possui um modelo político-ideológico para impor às instituições castrenses.

Diante dessas assertivas sintéticas propostas por Huntington, dever-se-ia apresentar, imediatamente, a Ideologia Militar: Realista e Conservadora, a qual, na ótica desse autor, identifica-se à perfeição com o conservadorismo burkeniano e, conforme pode ser visto no Quadro 1, extravasa do Primeiro Ponto de Equilíbrio e passa a constituir, também, a noção de profissionalismo, título sob o qual o próximo vértice do sistema daquele autor (do Controle Civil Objetivo) será apresentado a seguir.

Profissionalismo

O “segundo ponto de equilíbrio” do sistema huntingtoniano, denominado de Controle Civil Objetivo, está relacionado diretamente com o grau de profissionalização, a natureza e a finalidade das instituições militares, configurando o ideal para as relações civis e militares, valendo dizer que essa forma de relacionamento, juntamente com a noção de profissionalismo, constitui uma complementaridade inseparável.

Como existem muitas acepções para o termo “profissional”, esse conceito, na elaboração huntingtoniana, ganha maior sentido ao ser aglutinado com as noções de: Oficialato como Profissão e Ideologia Militar - Realista e Conservadora, ambas tomadas em acréscimo a complementaridade acima mencionada.

Conforme já foi citado, esta forma de controle civil, na sua transfiguração

em espelho da ideologia conservadora, seria a que mais contribuiria para o equilíbrio das relações entre civis e militares e conforme a suposição lapidar deste livro, ela é admitida como sendo a referência alcançada ao final do Regime Civil e Militar de 1964.

Ressalta-se, à título de esclarecimento, que Samuel P. Huntington, no seu delineamento do profissionalismo militar, outorga referência especial a certos atributos inerentes à essa condição, apesar de não se aprofundar em detalhamentos, provavelmente por considerá-los autoexplicativos ou porque no contexto da sua teorização tornam-se naturalmente compreensíveis. São eles: neutralidade, hierarquia, disciplina, cooperação, organização, comando, coesão e aquiescência ao poder civil (executivo), conforme podem ser visualizados no Quadro 1.

Ocorre que alguns desses predicados estão diretamente relacionados com o desenrolar dos fenômenos históricos pátrios que se quer analisar. Para a finalidade de delinear um perfil mais completo de profissionalismo, esta obra incorpora explanação própria sobre dois desses predicados em seu contexto nacional – hierarquia e disciplina – particularmente para esclarecer suas interferências na evolução do relacionamento civil e militar brasileiro, às quais, será, ainda, adicionada uma explanação sobre a vocação militar, em razão de que, ademais de complementar o esboço pretendido, em diversos momentos da narrativa tal aspecto entrou em confronto com uma outra estrutura, dessa vez civil: a vocação política, a ser exposta mais adiante.

Todo o exposto, pretende-se, constituirá um arcabouço teórico ampliado em relação àquele proposto por Samuel P. Huntington, o qual permitirá uma maior compreensão dos fenômenos a serem apreciados, com a peculiaridade de estar voltado para o Brasil.

Oficialato como Profissão

Conforme Samuel P. Huntington alertou, diferentemente dos seus congêneres civis, os que se dedicam ao serviço das armas sofrem um processo de socialização que não está voltado, exclusivamente, para os aspectos técnicos do seu *métier*. Registra-se, nesse contexto, que a noção de profissionalismo não tem, somente, a conotação de antônimo de amadorismo, mas abrange um ofício, uma habilidade, para cujo exercício são necessárias qualidades específicas, quais sejam: especialização, responsabilidade e corporatividade. Nesse sentido, são muitas as profissões que, possuidoras desses atributos, servem à sociedade.

Com relação à primeira dessas aptidões, Huntington afirma que “O profissional é um técnico com habilidades e conhecimentos especializados num campo significativo do esforço humano”; e, para se tornar especializado,

necessita “educação e experiência prolongadas”.⁴⁵

A responsabilidade do profissional é caracterizada pela essencialidade do serviço prestado à sociedade – o cliente de toda profissão, individual ou coletivamente – e ao seu funcionamento; corresponde, também, a uma “unidade moral a postular certos valores e ideais”. Tais aspectos implicam que: “a compensação profissional só em parte é determinada pelas transações do mercado e regulada por leis e costumes da profissão”; e a ética profissional é regida por normas, escritas ou não.⁴⁶

A corporatividade diz respeito à “sensação de unidade orgânica e de autoconsciência como um grupo que difere dos leigos”, cujas raízes são encontradas “na disciplina diuturna e no treinamento indispensável à competência profissional, bem como no vínculo comum de trabalho e na solidariedade com uma responsabilidade social única”, cujas manifestações mais típicas são encontradas em associações e burocracias.⁴⁷

No caso do segmento castrense, entretanto, tais características estão direcionadas para a “vocação mais alta a serviço da sociedade”.⁴⁸ Huntington descreve algumas. No âmbito da especialização, recorre a Harold Lasswell, para determiná-la com sendo, essencialmente, a “administração da violência”,⁴⁹ vale dizer, sua aplicação no combate armado bem sucedido. Subentende-se que tal medida extraordinária ocorre em defesa da sociedade a ser protegida. Nesse mister, aquele primeiro autor inclui todas as atividades militares de terra, mar e ar que sejam finalísticas, exercidas pelo que denomina de corpo profissional; e exclui aquelas de caráter técnico, de saúde, educação etc, mesmo que pertencentes àquele segmento. Assim:

Um especialista militar é um oficial peculiarmente afeito a dirigir a aplicação da violência sob certas condições prescritas. A variedade de condições sob as quais a violência pode ser empregada e as diferentes formas nas quais ela pode ser aplicada formam a base da especialização subprofissional. Elas também formam a base para se avaliar a relativa competência técnica. Quanto maiores e mais complexas forem as organizações de violência que um oficial é capaz de dirigir e quanto maior for o número de situações e condições sob as quais ele se empenha, maior será sua capacidade profissional.⁵⁰

[...] É facilmente evidente que a função militar requer um alto grau de especialização. Indivíduo algum, quaisquer que sejam sua capacidade intelectual e suas qualidades de caráter e de liderança, poderá desempenhar eficientemente essas funções sem treinamento e experiência consideráveis.

[...] A essência intelectual da profissão militar exige que

o moderno oficial dedique cerca de um terço de sua vida profissional à escolaridade formal, uma relação provavelmente mais alta de tempo educacional frente ao tempo de prática do que em qualquer outra profissão. Em parte, isso reflete as limitadas oportunidades do oficial para adquirir experiência prática com vistas aos elementos mais importantes de sua vocação. Mas isso também reflete em alto grau a extrema complexidade da especialização militar.⁵¹

Nesse âmbito de longo aprendizado exigido dos militares, Huntington elenca alguns dos conhecimentos exigidos no processo contínuo do desenvolvimento intelectual da especialização dos militares, dentre os quais destaca: a importância concedida ao estudo da História, de onde são extraídos métodos e formas de aplicação da violência em relação aos diversos padrões e contextos culturais em cada época; às ciências jurídicas e sociais, política, economia, sociologia e psicologia; e às ciências naturais, física, química e biologia.⁵²

Acrescenta aquele autor:

Para entender adequadamente esse intercâmbio, cumpre ao oficial ter alguma ideia desse relacionamento com outros campos e meios nos quais essas outras áreas de conhecimento podem contribuir para seus próprios objetivos. Além disso, não lhe é possível desenvolver plenamente suas habilidades analíticas, de percepção, de imaginação e de julgamento se só for treinado para tarefas vocacionais. As habilidades e os hábitos mentais que o oficial requer dentro de seu campo profissional, só através das avenidas mais largas do aprendizado fora de sua profissão é que, em grande parte, podem ser adquiridos.⁵³

Ainda, sobre a especialização, Huntington não se esquece de registrar a constante relação que os integrantes do segmento castrense têm com os seres humanos em todos os âmbitos das suas interações o que enfatiza a necessidade descrita na citação acima.

Conforme mencionado, embora sob outra perspectiva teórica,⁵⁴ a *responsabilidade* da profissão militar – umbilicalmente dependente da sua *especialização* – consiste na segurança militar da sociedade, ou seja, do Estado, da sua existência, sobrevivência e realização, em meio à anarquia e à competição entre as unidades de poder no ambiente internacional. Sob essas condições, não é supérfluo relembrar que, para Huntington, essa modalidade de segurança tem conotação essencialmente externa, vale dizer na atuação das Forças Armadas nacionais contra aquelas que são

adversárias e estrangeiras.

O emprego indiscriminado dessa especialização, por proveito meramente pessoal, arruinaria a tessitura da sociedade. Tal como com a prática da Medicina, a sociedade insiste em que a administração da violência só seja utilizada a bem de objetivos socialmente aprovados. A sociedade tem um interesse direto, permanente e geral no emprego dessa especialização para o fortalecimento de sua própria segurança militar. Enquanto todas as outras profissões são em certa medida regulamentadas pelo Estado, a profissão militar é monopolizada pelo Estado.⁵⁵

Nesse contexto:

O teste de sua competência profissional é a aplicação de conhecimentos técnicos num contexto humano. Entretanto, como essa aplicação é regulada por meios econômicos, o oficial precisa de normas positivas que proclamem suas responsabilidades perante colegas, subordinados, superiores e perante o Estado ao qual ele serve. Seu comportamento dentro da estrutura militar é governado por uma complexa massa de regulamentos, costumes e tradições. O comportamento com relação à sociedade é guiado pela consciência de que suas habilitações só podem ser utilizadas para fins aprovados pela sociedade através de seu agente político que é o Estado.⁵⁶

Por fim, em complemento à descrição do profissional militar, Huntington apresenta a terceira dimensão da sua estrutura: o caráter corporativo do oficialato. Para ele, o “oficialato é uma profissão pública burocratizada. O direito legal de exercê-la limita-se aos membros de um organismo rigorosamente definido”. Além disso, constitui um “grupo social autônomo”, devido aos “imperativos funcionais de segurança” que “dão origem a complexas instituições vocacionais”; relembra que o ingresso e a permanência são restritos, por diversos requisitos, inclusive de educação;⁵⁷ e a exclusão, pode-se acrescentar, é uma prerrogativa estatal que envolve, até mesmo, idade limite anterior a das demais profissões.

A estrutura corporativa do corpo de oficiais inclui não apenas a burocracia oficial, mas também sociedades, associações, escolas, publicações, costumes e tradições. O mundo profissional do oficial tende a abranger uma proporção singularmente alta de suas atividades. Via de regra, ele vive e trabalha longe do restante da sociedade;

física e socialmente, é provável que ele tenha menos contatos não profissionais do que a maioria de outros profissionais. A linha que o separa do leigo ou do civil é simbolizada de público pelo uniforme e pelas insígnias do posto.⁵⁸

Acrescenta Huntington:

O oficialato é, ao mesmo tempo, uma profissão e uma organização burocráticas. Dentro da profissão, os níveis de competência são caracterizados pela hierarquia dos postos; dentro da organização, os deveres se distinguem por uma hierarquia de cargos. O posto é inerente ao indivíduo e reflete suas realizações profissionais medidas em termos de experiência, antiguidade, formação e qualidades. As indicações para o posto são normalmente feitas pelo próprio corpo de oficiais, mediante a aplicação de princípios gerais estabelecidos pelo Estado. Designações para cargos são, de hábito, um tanto mais sujeitas a influências externas. Em todas as burocracias, a autoridade deriva do cargo; numa burocracia profissional a elegibilidade ao cargo se origina do posto. Permite-se ao oficial que exerça certos tipos de serviços e funções em virtude de seu posto; mas ele não exerce o posto porque foi designado para um cargo. Embora na prática se registrem exceções a esse princípio, o caráter profissional do oficialato reside na prioridade da hierarquia do posto sobre a hierarquia do cargo.⁵⁹

Descrito o profissional militar, em termos amplos e, naturalmente, sob a ótica estadunidense, verifica-se que não foge muito de um padrão universal moderno, conforme o próprio Huntington adiantara em seu estudo sobre *O Soldado e o Estado*. Dessa forma, sob a inspiração dessa figura representativa do elemento humano do segmento bélico, pode-se prosseguir para a análise daqueles aspectos elencados no início desta seção.

Ideologia Militar: Realista e Conservadora

Huntington dedica um capítulo de *O Soldado e o Estado* para tratar do realismo conservador da ética profissional militar, sob a ideia aglutinadora de mentalidade militar,⁶⁰ para ele, o paradigma a ser considerado em comparação com as demais éticas, a qual deveria ser analisada sob três ângulos: “sua capacidade ou qualidade, seus atributos ou características e suas atitudes ou substância”; todas cientificamente limitadas.⁶¹

Para esse autor, sob o ângulo da capacidade ou qualidade, a visão

corrente entre os estudiosos considera como medíocre a mentalidade militar, nela incluídas: inteligência, imaginação, percepção e perspicácia, particularmente, quando comparados com os seus congêneres civis; ademais de serem talentos menos expressivos, os oficiais, adentram em uma organização desestimulante para a iniciativa individual e intelectual e raras são as ocasiões em que podem utilizar suas habilidades.

Em acréscimo, no que tange aos atributos ou qualidades mentais da personalidade do militar, existe clara unanimidade quanto à disciplina, rigidez, lógica, racionalidade, inflexibilidade, intolerância, ausência de intuição e emocionalidade nesse segmento da sociedade. Apesar da acreditada veracidade de tais conclusões encontrarem algum amparo na realidade empírica, não há embasamento sobre a causalidade de tais características. Para que se tornem conhecimentos úteis, necessitariam de maiores esforços em busca das suas causas e efeitos.

Sob o aspecto substancial da mentalidade militar, em termos de atitudes, valores, opiniões e visão do militar, Huntington propõe duas técnicas para realizar suas análises a partir dos dados disponíveis na literatura existente: por meio do seu conteúdo ou da sua fonte.

O primeiro método, a partir de relatos eminentemente descritivos, apresenta certas atitudes que seriam de conteúdo militar tais como: a belicosidade e o autoritarismo, as quais induziriam predisposição para políticas nacionais agressivas e belicosas; ou a oposição à democracia, sistema que estaria em desacordo com a organização com base na cadeia de comando. O autor considera que tais suposições seriam arbitrárias e subjetivas, carecedoras de amparo racional.

O outro método consiste em perscrutar e considerar válidas para a conformação da mentalidade militar todas as expressões – atitudes, valores, opiniões e visão – advindas de fontes pertencentes àquele segmento castrense.

Mesmo esse método sofreria com as interferências de origens, culturas, visões de mundo das fontes, de modo que, somente, com uma pesquisa universal, poder-se-ia concluir sobre uma mentalidade militar que abrangesse a diversidade de nacionalidades, religiões, ideologias, posições sociais, econômicas e políticas, dentre outras.

Diante de tantos obstáculos, Huntington opta por considerar como critério determinante o modo de agir profissional, uma vez que o “contínuo desempenho objetivo da função profissional dá origem a uma contínua *weltanschauung*⁶² ou ‘mentalidade’ profissional”. De maneira que as “[...] pessoas que agem da mesma forma durante um longo período de tempo tendem a desenvolver hábitos característicos e persistentes de pensamento”, complementando que uma “...profissão é mais estritamente definida, mais

intensa e exclusivamente procurada e mais claramente isolada de outras atividades humanas do que o é a maioria das ocupações”.⁶³

A partir de tais conjecturas, Huntington passa a explicitar a ética profissional militar, por meio de relacionamentos com aspectos que interferem na construção de um tipo ideal de mentalidade militar, analisados sob três ângulos principais: o homem, a sociedade e a história; a política militar nacional; e o relacionamento com o Estado.

Tomando como referências o homem, a sociedade e a história, a profissão militar “pressupõe interesses humanos em conflito e o emprego da violência para defender esses interesses”.⁶⁴ O conflito seria um padrão universal e a violência, o mal, faria parte da natureza biológica e psicológica de um homem imutável em sua fraqueza, egoísmo e ambição de poder, riqueza e segurança. O homem, portanto, seria aquele originado nas concepções de Maquiavel e Hobbes.

O fato de a profissão militar ter que lidar com as fragilidades humanas, seus temores e defeitos, em meio às condições difíceis da guerra – de incerteza, medo, acaso, fricção, uma vontade que se opõe, das limitações da razão sob tais situações, dentre outras – faz com que os homens tenham que ser preparados e fortalecidos para o enfrentamento de tais vicissitudes por meio de disciplina, cooperação, organização e comando.

Para Huntington, a responsabilidade de qualquer profissão consiste em atender à sociedade; entretanto, a militar tem um encargo especial: a segurança militar do Estado, a sua existência, sobrevivência, em meio à anarquia e à competição entre as unidades de poder no ambiente internacional. Em função das suas atribuições especiais, da natureza da atividade e dos meios que ele emprega para executar esse dever, das fragilidades inerentes ao indivíduo, das necessidades impostas pelo seu preparo, assoma a importância do grupo em detrimento do indivíduo. “O sucesso em qualquer atividade exige a subordinação da vontade individual à vontade do grupo. Tradição, espírito de corpo, unidade, comunidade – essas coisas têm alta cotação no sistema militar de valor”.⁶⁵

Em tais condições, os interesses – vantagens, lucro e prosperidade – e desejos pessoais, na medida do necessário, devem ser deixados em segundo plano em benefício do grupo, tornando a “ética militar... fundamentalmente anti-individualística”.⁶⁶

Sob o magnetismo exercido pela guerra e a dependência de experiências acumuladas como fonte de aprendizado, importantes para instruir o preparo, o militar se torna um aficionado pela história, da própria e dos outros; filiando-se à visão maquiavélica de alternância de ciclos: de ascensão e declínio das civilizações, guerra e paz, da supremacia ora da ofensiva, ora da defensiva etc; e por meio de estudo metódico e objetivo,

procura estabelecer generalizações e desenvolver princípios.

Sob a ótica da política militar nacional, o pensamento castrense preocupa-se com a segurança militar do Estado,⁶⁷ considerada como de sua responsabilidade profissional, levando-o, inicialmente, a considerar cinco aspectos fundamentais relacionados a essa atribuição:

- (1) considerar o Estado como a unidade básica de organização política;
- (2) salientar a natureza contínua das ameaças à segurança militar do Estado, bem como a contínua probabilidade de guerra;
- (3) enfatizar a magnitude e a iminência das ameaças à segurança;
- (4) favorecer a manutenção de Forças Armadas fortes, diversificadas e prontas;
- (5) opor-se à extensão de compromissos e envolvimento bélicos do Estado, a menos que a vitória seja certa.⁶⁸

A relação umbilical da profissão militar com o Estado ocorre por vários motivos. Essa entidade tem sido capaz de constituir forças militares e torná-las permanentes por razões de segurança, apesar de não existir, em tese, essa exclusividade e, até mesmo, por já terem ocorrido exceções no decorrer da história. Depois, em razão das relações entre Estado, objetivos políticos e guerra. Desde Clausewitz, admite-se que a guerra é um instrumento da política.

A razão primordial do Estado consiste em sobreviver e desenvolver-se, em meio à competição e aos conflitos de interesse das outras unidades nacionais. Por isso, formata politicamente a aplicação do instrumento mais apropriado para a consecução dos seus objetivos, qual seja, o segmento castrense, inclusive quando o recurso é a guerra, definindo seu alcance e limites. Em tal contexto não existe a opção de autodestruição estatal ou de devastação das suas Forças Armadas, o que seria uma *contradictio in adjeto*. Assim sendo, o profissional das armas tende a admitir o Estado-nação como forma suprema de organização política.

Para o pensamento militar, a insegurança, as ameaças e a inevitabilidade dos conflitos de interesse decorrem das naturezas: humana, devido às imperfeições já apontadas; e do sistema internacional, em razão do ambiente de competição em que o “fator decisivo é sempre a relação de poder que existe entre os Estados”.⁶⁹ Ocorre que a competição, sofre variações de intensidade, mormente devido à ação do homem, e, em muitos casos, resvala para crises, conflitos, tornando a guerra provável e, até mesmo, inevitável.

Nesse contexto, a ação diplomática, a outra face do poder nas relações

entre Estados, consiste em interface superficial para a realidade das relações de poder e, mesmo assim, somente tem credibilidade quando respaldada por vontade e força adequadas, ademais de produzir ganhos mínimos. Por isso, os profissionais militares são céticos quanto à eficácia dos Acordos, Tratados e Leis internacionais, bem como em relação ao aparato de resolução de conflitos, tais como os mecanismos de arbitragem e dos órgãos internacionais como a Corte de Haia, a Liga das Nações, a própria Organização das Nações Unidas. A confiança dos militares em tais expedientes fica bem explicitada na frase do Almirante Lorde Nelson: “uma frota de belonaves britânicas é o melhor negociador que existe na Europa”.⁷⁰

A magnitude e a iminência das ameaças à segurança constituem outra base importante do pensamento militar, pelos motivos já explicitados. Nesse caso, ocorre a valorização da gravidade e premência do perigo, razão pela qual o segmento castrense é devotado às estimativas e cálculos, tão precisos quanto possível – em termos de poder de combate dos adversários, tempo, espaço, recursos, dentre outros – a fim de obter a adequada segurança militar contra as ameaças, pois não é usual nesse campo trabalhar-se com intenções dos oponentes, aspecto de natureza política, mutável e efêmero, de difícil avaliação; e sim com capacidades e possibilidades que possam ser efetivamente alcançáveis.

Dessa forma, as avaliações da situação pelos militares não atendem apenas às condições geradas pela realidade objetiva da política internacional, mas, também refletem aspectos subjetivos, tais como astúcia e dissimulação, com escassa margem para erros, pois as consequências podem ser fatais. Por isso, em razão das suas responsabilidades especiais perante a sociedade, eles têm uma tendência de magnificar os perigos e admitir a “pior hipótese”, levando-os a um estado de espírito pessimista e a estimar e se preparar para enfrentar ameaças que podem não se configurar, embora sejam possíveis de ocorrer.

Considerando-se os aspectos tratados acima, sob a ótica da Política Militar Nacional, a consequência lógica aparece na preocupação dos militares com a manutenção de Forças Armadas fortes – possuidoras de real e não potencial poder militar, formadas por tropas regulares e profissionais, com armamento eficaz e disponível; diversificadas – em termos de capacidades humanas, operacionais e de equipamentos, aptas a enfrentar o maior número de contingências possíveis; e prontas para enfrentar as ameaças e os perigos à segurança nacional, cuja face mais frequente consiste na demanda por maior aporte de recursos no orçamento nacional.

A dissuasão, condição desejável para a manutenção da paz, somente pode ser alcançada com um poder estatal adequado, pois Estados frágeis

são convites a conquistadores. “Em sua preocupação com o poder, o militar pode vir a considerar o acúmulo de poder como um fim em si mesmo, independentemente das aplicações que se lhe possam dar”.⁷¹

Tal situação pode ser magnificada por meio de expansão territorial, aquisição de bases no estrangeiro, garantias e alianças, considerando-se, cuidadosamente, o custo e o benefício, de maneira que o poder do Estado obtenha mais ganhos do que perdas advindas dos compromissos. A seleção de aliados deve seguir os princípios da *realpolitik*, escolhidos por critérios de interesse nacional e evitando a interferência de afinidades políticas ou ideológicas, pois “aliados fracos, instáveis e aventureiros representam mais uma sujeição do que um recurso”.⁷²

Por fim, mas ainda como consequência da explanação sobre a Política Militar de Segurança, a mentalidade militar tem interesse no correto relacionamento entre meios e fins, não em termos subjetivos: se são desejáveis, moralmente ou ideologicamente, ou não; mas no aspecto objetivo: se os recursos do poder militar são suficientes para atingir as metas fixadas pela política. A segurança do Estado está acima de altruísmos ou afinidades.

Nesse contexto, o profissional das armas considera a opção da guerra como sendo um recurso final e, assim mesmo, quando há razoável certeza sobre um resultado favorável, condição que somente é possível de supor contra adversários muito mais fracos. As razões, muitas já apresentadas, são as mais variadas: as mazelas da natureza humana; as condições difíceis da guerra – de incerteza, medo, acaso, fricção, uma vontade que se opõe, das limitações da razão sob tais situações, dentre outras; a imprevisibilidade das contendas; o aumento das ameaças à segurança do Estado em períodos de beligerância; por maior que seja o preparo, nunca se está completamente preparado para travar um conflito; os riscos pessoais e para o Estado; as perdas inevitáveis, inclusive para os vitoriosos, sendo digno de ressaltar o episódio histórico, transformado no aforismo de “vitória de Pirro”.

Entretanto, reconhece-se como eterna vítima das fomentações à guerra por parte dos civis, devido a duas tendências perigosas nos políticos: de agradar o estamento econômico com cortes orçamentários; ou de utilizar a política externa para aventuras que sirvam para aglutinar a opinião pública. “São os políticos e o povo, a opinião pública e os Governos que dão início às guerras”, “Mas são os militares que têm o dever de travá-las”.⁷³

Sob tais condições a voz do profissional militar propugna antes pela cautela e pela parcimônia do que pelo envolvimento na guerra ou por ações precipitadas ou agressivas, atitude (pacifista) com raízes no seu natural conservadorismo institucional e na preocupação com a segurança do Estado.

Delineada a ética profissional militar sob as óticas do homem, sociedade, história e política militar de segurança, a última das intercorrências que interferem com a construção de um tipo ideal de mentalidade militar refere-se ao seu relacionamento com o Estado.

No relacionamento do profissional militar com o Estado, Huntington trata inicialmente de delimitar os campos de atuação dos primeiros e dos representantes máximos do Estado, denominados de estadistas.

Nesse sentido, retoma as características técnicas específicas do segmento armado, na sua especialização, evento ocorrido juntamente com o de outras profissões no contexto da divisão social do trabalho a partir do século XIX, concluindo que nos tempos hodiernos não é mais possível a acumulação das duas atividades, militar e de estadista, como ocorrera outrora com Napoleão Bonaparte, Otto von Bismarck e Helmuth von Moltke, apenas para citar os mais recentes.

Para Huntington, a profissionalização da ciência militar no século XIX implicou o surgimento de limites que, embora não sejam precisos, são passíveis de serem traçados, de maneira a estabelecer um relacionamento entre estas áreas de poder estatal.

Assim sendo, Huntington trata de delinear quais seriam as características dessas áreas, concluindo de maneira ampla que existem esferas de atuação bastante nítidas, devendo os líderes militares e políticos procurar tratar das suas respectivas competências, tomando como referências a subordinação militar à política, o entrelaçamento da política com a estratégia e a necessidade de compreender perfeitamente as regiões de superposição; e ressalta a importância da lealdade e da obediência militar.

Huntington conclui que “A política se situa além do escopo da competência militar e a participação de militares na política enfraquece-lhes o profissionalismo, reduz a competência profissional, divide a profissão contra si mesma e substitui valores profissionais por valores estranhos”.⁷⁴

Em seguida aquele autor dedica-se a explanar sobre a obediência militar, relacionada com a competência profissional e com valores não militares. Entretanto, por não dizer respeito à mentalidade militar propriamente dita, não será objeto de explicitação neste delineamento da ética profissional militar.

Finalmente, Huntington sumariza a sua ideia sobre a mentalidade militar, sob o título de realismo conservador:

A ética militar enfatiza a imutabilidade, a irracionalidade, a fraqueza e a maldade da natureza humana. Proclama a

supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, da hierarquia e da divisão de funções. Salienta a continuidade e o valor da história. Aceita o Estado-nação como a forma mais alta de organização política e reconhece a constante probabilidade da guerra entre países. Destaca a importância do poder nas relações internacionais e adverte contra os perigos à segurança do Estado. Sustenta que a segurança do Estado depende da criação e da manutenção de Forças Armadas fortes. Preconiza a limitação da ação estatal com relação aos interesses imediatos do Estado, a restrição de compromissos exagerados e taxa de indesejáveis políticas belicosas e aventureiras. Considera a guerra como um instrumento da política, que os militares são servidores do governante e que o controle civil é essencial ao profissionalismo militar. Exalta a obediência como a maior das virtudes do militar. Desse modo, a ética militar é pessimista, coletivista, historicamente influenciada, orientada para o poder, nacionalista, militarista, pacifista e instrumentalista em sua visão da profissão militar. É em suma, realista e conservadora.⁷⁵

Essa configuração da mentalidade militar, no entender de Huntington, ademais de erigir um dos componentes paradigmáticos do militar profissional, irá fundir-se com o controle civil objetivo, ambos considerados como equivalentes e complementares entre si.

Controle Civil Objetivo

Para Samuel Huntington, esta forma de relacionamento, “aquele que eleva ao máximo a segurança militar”,⁷⁶ deve ser entendida como sendo de completa compatibilidade entre as ideologias: conservadora, pelo lado civil; e a da mentalidade militar padrão, realista e conservadora. O ponto exato em que essa noção de controle imbrica-se com aquela de ideologia encontra-se na noção de profissionalismo.

Por meio da utilização desse critério de análise, poder-se-ia verificar o grau em que o relacionamento civil e militar aumenta ou prejudica a segurança militar da sociedade. Mais do que isso. Utilizando-o como parâmetro seria “possível sugerir as mudanças nos elementos componentes do sistema”, necessárias para que ele se aproximasse do equilíbrio.⁷⁷

Por isso, este modelo deveria ser o ideal, a antítese do controle civil subjetivo, configurado sob a forma única e finalística de maximizar o profissionalismo militar, afastando-os da política, em contraposição às diversas manifestações do controle subjetivo tendente a envolvê-los na

política institucional, classista ou constitucional.

A essência consistiria no “reconhecimento do profissionalismo militar autônomo”;⁷⁸ de uma esfera militar funcionalmente independente. Em vez de espelhos de grupos civis representantes do Estado, seriam instrumentos diretos desse mesmo Estado na consecução da sua atividade primordial de proporcionar segurança militar à sociedade. Para Huntington:

O elemento essencial e prioritário de qualquer sistema de controle civil é minimizar o poder militar. O controle civil objetivo atinge essa redução profissionalizando os militares, tornando-os politicamente inúteis e neutros. Isso produz o nível mais baixo possível do poder político militar com relação a todos os grupos civis. Ao mesmo tempo, preserva aquele elemento essencial de poder que é indispensável à existência de uma profissão militar. Um corpo de oficiais altamente profissional mantém-se pronto a realizar os desejos de um grupo civil que detenha autoridade legítima, dentro do Estado. Com efeito, isso estabelece limites definidos do poder político militar sem referência à distribuição de poder político entre os diversos grupos civis. Qualquer outra redução de poder militar, além do ponto em que o profissionalismo é maximizado, só redundaria em benefício de um determinado grupo civil e só serve para realçar o poder desse grupo em sua luta com outros grupos civis. A distribuição de poder político que mais facilita o profissionalismo militar é também, portanto, o ponto mais baixo ao qual o poder militar pode ser reduzido sem posar de favorito entre grupos civis. Em virtude disso, a definição objetiva de controle civil proporciona um singular e concreto padrão de controle civil politicamente neutro e que todos os grupos sociais podem reconhecer.⁷⁹

Ainda segundo Huntington, o ideal das relações entre civis e militares seria aquele em que os militares integrassem um organismo profissional desvinculado da política e onde houvesse uma única fonte de autoridade legítima reconhecida:

[...] Onde há autoridades ou ideias conflitantes quanto a saber a quem cabe a autoridade, o profissionalismo se torna uma coisa difícil e até impossível de alcançar. O conflito de ideologias constitucionais e de lealdades governamentais divide a oficialidade e superpõe considerações e valores políticos sobre considerações e valores militares. A natureza das lealdades políticas de um oficial se torna mais importante para o governo do que o nível de sua competência profissional. [...] Na verdade,

o profissionalismo vê-se mais tolhido do que ajudado quando as classes oponentes se tornam identificadas com instituições governamentais em conflito, cada qual querendo reivindicar alguma autoridade sobre a oficialidade, ou quando as duas classes têm opiniões fundamentalmente diferentes sobre a estrutura constitucional do Estado.⁸⁰

Nesse processo, a ideia central consistiria em neutralizar e esterilizar os militares, afastando-os das atividades políticas, devolvendo-os às atividades típicas da caserna, isto é, militarizando-os, profissionalizando-os. A generalização do conceito significava que, quanto mais profissional for o militar, menos propenso se tornaria para o envolvimento com a política.

Essa evidência, que deveria servir de parâmetro para tantas outras atividades necessárias ao estabelecimento das bases para o funcionamento do Estado, não tinha o menor reconhecimento até então.

Caso Brasileiro

Para a compreensão dos predicados que foram escolhidos para complementar a propositura de Samuel P. Huntington sobre o perfil do profissionalismo, aplicados ao caso brasileiro, quais sejam, a vocação militar, a hierarquia e a disciplina, faz-se mister adiantar algo da narrativa que será apresentada nas Partes II e III.

O cenário de fundo que provocou essa necessidade já foi antecipado no Prefácio, quando, em caráter amplo, foram descritas algumas das vicissitudes que teriam acometido o desenvolvimento do relacionamento civil e militar pátrio, particularmente no envolvimento do segmento castrense com a política, mapeados nesta obra a partir da Proclamação da República, mas que existiam desde o descobrimento do Brasil.

Conforme já foi citado, tal atividade motivou conflitos psicológicos, filosóficos, éticos, político-partidários e ideológicos no interior das Forças Armadas, não raros imbuídos de violência, mas, também, ensejou manifestações de inconformidade de chefes e subordinados com esse estado de coisas.

Vale lembrar que, no contexto dessas conjecturas, foi eleita a suposição de que houve uma interferência notável durante o Regime Civil e Militar de 1964, que objetivou a supressão da participação disseminada dos militares na política, instituindo, dentre várias alternativas, uma atitude de antítese à fórmula intervencionista, agudizada após 1946, e bem representada pelo Modelo Moderador, mas que acabou por alcançar, ao final da permanência dos governantes militares uma forma

de relacionamento com características próximas ao do controle civil objetivo.

Ocorre que, no decorrer da investigação para verificar tal conjectura, foi suscitada uma questão essencial envolvendo possível contradição intrínseca à dita suposição, a saber: como os governantes militares poderiam impor a seus companheiros de armas medidas persuasivas, restritivas e coercitivas, capazes de retirá-los da atividade política, a prática usual, até então, se eles próprios estavam profundamente envolvidos com o processo político em curso.

Sem remover esse impedimento, a lógica do argumento deste livro não poderia prosseguir. Por isso, para obter resposta à tal dúvida, foram desenvolvidos esforços específicos, a fim de reunir argumentos que elucidassem esse aparente paradoxo e que permitissem o prosseguimento da elaboração desta obra.

Em razão da necessidade de coerência com o plano conceitual geral desta obra, mantendo-se, na medida do possível, aderência às formulações sobre as polaridades intrínsecas às relações civis e militares, conforme desenvolvidas por Samuel P. Huntington, as interrogações se direcionaram para a proposta teórica contida em *A Política como Vocação*,⁸¹ de Max Weber, a qual abordou essa temática mediante a utilização de três critérios: nas relações com o Estado, nas motivações envolvidas e na forma ética de proceder, as quais guiarão essa aproximação comparativa.

Essa obra weberiana, ademais de apresentar um *constructo* com as características gerais da atividade apontada em seu título, mantém notável similaridade com a forma de fazer política no Brasil em qualquer época, talvez passível, apenas, de um registro especial, a ultrapassagem do demagogo, tipo síntese do político para Weber, pelo marqueteiro formulador de hologramas e miragens.

Nesse mesmo contexto, a fim de ser viabilizada uma análise política comparativa, observou-se a necessidade de estudo da “vocação militar”, para extrair, de suas particularidades e características específicas, elementos que proporcionassem a elucidação da dúvida e a possibilidade de prosseguimento dos trabalhos de investigação.

Na ocasião, entretanto, o estudo deparou-se com nova dificuldade, a ausência de uma estrutura teórica para enfrentar tal problemática, obrigando-se a coligar elementos relacionados com tais objetos, de forma a perscrutar sincronias e diacronias possivelmente existentes entre essas duas vocações e a encontrar explicação plausível para a aparente contradição encontrada.

Do mesmo modo, quando se esquadrinhou o repositório de conhecimentos que permitissem elucidar as noções de hierarquia e disciplina, elementos componentes do profissionalismo huntingtoniano

e consideradas como muito influentes em todo o desenrolar do relacionamento civil e militar no Brasil, observou-se, também, a total ausência de formulações consistentes sobre o assunto.

Assim, a fim de atender às interrogações acima expostas, serão apresentadas nessa subseção: a formulação teórica de Max Weber sobre a vocação política, cujo caráter explicativo tem o condão de ambientar o leitor, quase que naturalmente, com a rudeza e a peculiaridade da atividade política; e as propostas de arcabouços conceituais para a vocação militar, a hierarquia e a disciplina.

Antes, porém de adentrar-se ao cerne da temática, tratar-se-á de estabelecer algumas premissas sobre alguns aspectos da abordagem sobre a questão da ética.

Em qualquer “vocação”, pode-se relacioná-la com: 1) *ethos*; 2) os diversos entendimentos atribuídos à terminologia pela filosofia ou por outras ciências sociais, tais como, o livre arbítrio, emanado, individual ou coletivamente, em decisões cotidianas decorrentes de deliberações para solucionar os conflitos morais que opõem os homens entre si sobre o que seria bom, justo ou moralmente correto, ou, ainda, as reflexões sobre questões morais, razões ou meios para alcançar justiça e harmonia ou conformidade com a sabedoria filosófica, dentre outras; e, mais modernamente, após a divisão e especialização das atividades laborais; 3) um conjunto de regras que devem orientar a conduta específica de determinados grupos profissionais.

Neste estudo, todavia, a abordagem da ética relacionada à política e aos militares, ater-se-á, apenas, à primeira e à terceira dessas abordagens, em razão de que, apesar das atitudes dos políticos e dos militares não excluírem escolhas morais, conforme o estudo realizado, a ser exposto, não serão elas que irão governar suas condutas e sim as imposições presididas por fatores externos à vontade desses agentes, que os condicionam e constroem a atuar de formas predeterminadas; e que, se assim não for, conduzirão ao fracasso seus desideratos e à falência seus empreendimentos.

Sobre o *ethos*, vale mencionar, possui, também, muitos significados, dependentes do contexto em que for aplicado e, até mesmo, da fonte disciplinar que embasa a sua utilização, seja filosófica, sociológica, antropológica, linguística, retórica, ou outras.

Entretanto, nesta argumentação, terá a conotação de um lugar, que pode ser geográfico, territorial, societário, comunitário ou grupal; o qual imprime uma forma de pensar e proceder genérica, pois é baseada em costumes, hábitos, valores, normas e ações, impostos pelas tradições e pela cultura que preside esse *locus*, importando, apenas, em uma referência,

uma vez que não se atém nem à esfera da moral, nem à crítica da ética. No caso, trata-se de analisá-lo sob a ótica do mundo político e, em seguida, do militar.

Max Weber, conforme citado por Cherkaoui, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, considera o *ethos* como “uma ordem normativa interiorizada, um conjunto de princípios mais ou menos sistematizados que regulam a conduta da vida”; pois, para “explicar e compreender a relação macrossociológica entre religião e economia, Weber é obrigado a traduzi-la ao nível individual introduzindo o conceito de *ethos*”; considerado como “variável independente para o comportamento econômico dos atores”.⁸²

Em analogia com o descrito por Cherkaoui,⁸³ antes de se adentrar na ética propriamente dita, pode-se admitir que o *ethos*, político ou castrense, desempenha esse mesmo papel, de variável independente para o comportamento desses segmentos seja na dimensão da própria ética, seja na interação macrossociológica das relações civis e militares estudadas.

Quanto à terceira abordagem da ética, ela trata das regras específicas que condicionam condutas, inclusive deontológicas, nesse caso aplicáveis mais aos militares do que aos políticos, os quais têm a liberdade de formular e alterar suas próprias regras.

O Umbral: Vocação Política

Observa-se empiricamente, da literatura geral e, até mesmo, da acadêmica, uma clara dicotomia entre a vocação política e aquela vigente no meio militar, a qual, presume-se, condiciona modos de pensar e agir diferentes, apropriadamente celebrizada na alegoria de Samuel Huntington ao comparar a “serenidade severa” da Academia Militar de *West Point* e “a cansativa monot nia e a incrível variedade e discordância do comercialismo de pequena cidade” referindo-se   simpática e colorida *Highland Falls* ao seu lado.

Outra comparação muito elucidativa sobre a natureza desses dois mundos ocorre quando se coteja a finalidade da Justiça dos “Civis” com a Justiça “dos Militares”: a primeira com a tarefa principal de preservar a liberdade, a convivência e os direitos dos cidadãos; e a segunda em matéria (penal) e forma (processual) está voltada, justamente, para tutelar a obediência e os deveres, inclusive em seus limites, na preservação da hierarquia e na manutenção da disciplina, aspectos que serão abordados nas próximas subseções. Para citar um exemplo dessa dicotomia, o princípio vigente para o mundo civil de que *tudo é permitido que se faça, exceto aquilo que a lei expressamente proíbe* não vale para os militares.

Conforme os ensinamentos de Maquiavel em *O Príncipe*, a política não segue ordens normativas, nem conjunto de princípios como ocorre

com todas as demais formas éticas de proceder, mas, entende-se, é inegável que constitui um *ethos*, no sentido de constituir um lugar onde as condutas possuem um modo e uma forma de acontecer, o qual, apesar de ter paradigmas orientadores, está em constante transformação.

Talvez por ter pressentido essa *contradictio in adjeto*, Weber tenha preferido tratar da ética da política sob um outro título: *A Política como Vocação*,⁸⁴ obra resultante de célebre conferência proferida em janeiro de 1919 para alunos da Universidade de Munique, a qual, ademais de abordar a forma de proceder, abrange também o contexto estatal e motivacional desta atividade, constituindo-se, ao mesmo tempo, inspiração e paradigma para a estruturação do presente estudo comparativo com a vocação militar, razão para o tratamento descritivo pormenorizado que recebe.

A política a que se refere Weber é aquela exercida no âmbito do Estado, sobre o qual não há definições claras quanto às suas finalidades, tantas que são, somente há quanto à especificidade do meio que se utiliza para alcançar seus fins, qual seja, o uso da coação física, nesse sentido, assumindo a máxima de Trotsky e de muitos outros autores de que “Todo o Estado se funda na força”.⁸⁵

Se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas subsistiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina “anarquia”. A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é o seu instrumento específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. É, com efeito, próprio da nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser em casos que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência.⁸⁶

Com base em tais pressupostos, Weber conclui com o seu entendimento sobre o que seja a política: “o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre

Estados, seja no interior de um único Estado”;⁸⁷ mais a frente, acrescenta à divisão, a conservação e a transferência.⁸⁸

Em seguida, esse autor apresenta as “motivações” da política. Antes de tudo, como uma vocação pessoal, individual, onde, “Todo o homem que se entrega à política, aspira ao poder – seja porque considere como instrumento à consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder ‘pelo poder’, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere”. Depois como uma “relação de *dominação* do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima”, condição para a existência do Estado e que somente se torna completa com a aceitação de submissão pelos dominados.⁸⁹

Tal situação conduz aquele autor a questões sobre as condições da submissão, as justificativas internas e os meios externos utilizados para tal finalidade, levando-o a apresentar três razões internas para essa aceitação, legitimadas pelas formas de autoridade “do passado eterno” (ou tradicional); fundada “em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo” (ou carismática); e “em razão da legalidade”, devidamente complementadas pela obediência dos dominados, condicionada por “motivos extremamente poderosos, sobretudo pela força física e implantados pelo medo ou pela esperança”.⁹⁰

Weber tende para a segunda delas, apesar de admitir as múltiplas possibilidades de combinações advindas dessas formas de exercício do poder e legitimidade, por considerar ser a mais relacionada com o objeto da sua explanação, a “fonte de vocação onde encontramos seus traços mais característicos”; pois a “História mostra que chefes carismáticos surgem em todos os domínios e em todas as épocas”.⁹¹

Depois de mencionar três figuras históricas emblemáticas: o mágico, o profeta e o *condottieri*; dedica-se ao “livre demagogo”, por sua peculiaridade de ser próprio e ter triunfado no Ocidente, transvestido de “chefe de um partido parlamentar” e “no âmbito dos Estados constitucionais”; pois “este não é em país algum a única figura determinante do empreendimento político e da luta pelo poder. Para ele, o fator decisivo reside, antes, na natureza dos meios que dispõem os homens políticos”, contexto ao qual apõe a questão: “De que modo conseguem as forças políticas dominantes afirmar sua autoridade?”⁹²

Responde ser por meio da obediência dos súditos e do controle dos meios, dentre eles, um estado maior administrativo e meios materiais de gestão, aos quais deverá retribuir atendendo aos interesses pessoais dos seguidores, na forma material, de prestígio social e votos em suas campanhas. Em um segundo movimento, os servidores estatais foram se apartando de outros meios de gestão, tais como aqueles disseminados

no feudalismo, em razão de que os mesmos passaram a pertencer exclusivamente ao ente estatal e seus funcionários passaram a se subordinar à (in)gerência dos dirigentes políticos que detêm poderes na atribuição de cargos e na distribuição de recursos.

Weber aponta várias consequências negativas advindas dessa condição. Ele ressalta que uma gama de dirigentes políticos adquire notoriedade e poder amparado em critérios exclusivamente materiais, vale dizer que o poder econômico elege mais e adiciona mais poder. Tal característica, aliada aquela que implica a separação entre os servidores estatais e os meios de gestão e “As lutas partidárias não são, portanto, apenas lutas para consecução de metas objetivas, mas são, a par disso e sobretudo, rivalidades para controlar a distribuição de empregos” entre os afiliados partidários.⁹³

Melissa Costa, enfatiza que é esse tipo demagógico “que conduz às reflexões sobre a vocação política, ao mesmo tempo, é também nele que se deposita fê, tornando-se determinante ao jogo político no ocidente”.⁹⁴ Para Weber, “este não é em país algum a única figura determinante do empreendimento político e da luta pelo poder. O fator decisivo reside, antes, na natureza dos meios que dispõem os homens políticos”; conduzindo à questão sobre: “De que modo conseguem as forças políticas dominantes afirmar sua autoridade?”⁹⁵

A noção de empreendimento não é introduzida sem finalidade. Weber faz questão de associar a política estatal a um empreendimento (de dominação), nesse sentido, em nada diferente do estilo de uma empresa privada capitalista, cuja discrepância reside, apenas, na envergadura das estruturas, meios e objetivos impostos pelas necessidades do Estado.

Weber, então, passa a tratar do empreendimento que consiste na continuidade administrativa (do domínio organizado), sob qualquer tipo de autoridade, seja tradicional, carismática ou legal. Nesse contexto, o homem político por vocação necessitará da obediência dos súditos aos detentores da força legítima e do controle dos meios materiais que, “em dado caso, se tornem necessários para a aplicação da força física”; valendo dizer, “de um estado-maior administrativo e meios materiais de gestão”.⁹⁶

Se para a obediência dos súditos importam a legitimidade dos tipos de autoridade, acrescidos de medo e esperança, para obter a obediência do estado-maior administrativo torna-se necessário atender a outros requisitos, agora relacionados ao interesse pessoal dos agentes: retribuição material e prestígio social. Nessas condições o temor consiste em perder as vantagens auferidas, “razão decisiva da solidariedade que liga o estado-maior administrativo aos detentores do poder”.⁹⁷

Entretanto, “para assegurar estabilidade a uma dominação que se baseia na violência fazem-se necessários, tal como em uma empresa de

caráter econômico, certos bens materiais”.⁹⁸ Weber, então, apresenta dois tipos de estruturas de dominação: na primeira, o poder dos meios materiais encontra-se distribuído entre o estado-maior administrativo, como no feudalismo, e na outra está concentrado, sob o domínio pessoal do chefe. Conclui pela inclinação do Estado Moderno na direção do segundo tipo:

De um modo geral, o desenvolvimento do Estado moderno tem por ponto de partida o desejo de o príncipe expropriar os poderes “privados” independentes que, a par do seu, detêm força administrativa, isto é, todos os proprietários dos meios de gestão, de recursos financeiros, de instrumentos militares e de quaisquer espécies de bens suscetíveis de utilização para fins de caráter político. [...] E nota-se enfim que, no Estado Moderno, o poder que dispõe da totalidade dos meios políticos de gestão tende a reunir-se sob mão única.⁹⁹

Assim, pouco a pouco, os servidores estatais foram se apartando dos meios de gestão, os quais passaram a pertencer exclusivamente ao Estado. A par desse fenômeno, tais funcionários iniciaram a sua subordinação à (in)gerência dos dirigentes políticos que detêm poderes na atribuição de cargos e na distribuição de recursos.

Com o surgimento do “político profissional”, outro espécime moderno, a política transformou-se na atividade principal e exclusiva. Isso foi importante na lenta, porém contínua, transferência do poder dos príncipes para os homens especializados nas artes da política, para a criação dos gabinetes e o desenvolvimento dos partidos políticos, dentre outros avanços. Entretanto, Weber aponta várias consequências negativas advindas dessa condição.

Ele ressalta que uma gama de dirigentes políticos adquire notoriedade e poder amparados em critérios exclusivamente materiais, vale dizer que o poder econômico elege mais e adiciona mais poder; tal característica, aliada àquela que pressupõe a separação entre os servidores estatais e os meios de gestão, implica que “As lutas partidárias não são, portanto, apenas lutas para consecução de metas objetivas, mas, a par disso e sobretudo, rivalidades para controlar a distribuição de empregos”¹⁰⁰ entre os afiliados partidários.

Não obstante, desenvolveu-se, também, junto ao Estado Moderno, uma outra tendência, esta saneadora, com o surgimento de “um corpo de trabalhadores intelectuais especializados, altamente qualificados e que se preparam, ao longo dos anos, para o desempenho de sua tarefa profissional, estando animados por um sentimento muito desenvolvido

de honra corporativa, onde se acentua o capítulo da integridade”, dos quais são citados os servidores do setor financeiro, do exército e da área jurídica, cujas características peculiares para a consolidação do Estado se impuseram, por “exigências imperiosas, de ordem técnica exclusivas”, diante da vontade dos príncipes.¹⁰¹ Assim, essas duas tendências tornam-se características na feição estatal moderna, constituindo, de um lado, funcionários de carreira e, de outro os funcionários políticos.

Após apresentar a estruturação do estado maior administrativo e dos meios à disposição da forma de empreender a política introduzida pelo Estado Moderno, Weber volta-se para os fatores que contribuíram para o surgimento dos funcionários políticos e para as suas formas de atuação.

Para Weber, “Desde que existem os Estados constitucionais e mesmo desde que existem as democracias, o ‘demagogo’ tem sido o chefe político típico do Ocidente”. Para amenizar o “gosto desagradável” que esta palavra provoca, lembra de Péricles na Grécia Antiga. Na ocasião em que escrevia sua obra, o autor ressalta serem tempos em que a influência sobre os homens ocorria pelo discurso, pela palavra, mormente a imprensa. Tal característica tornava três classes de profissionais especialmente adequados ao papel de demagogos, às exigências de liderança política e como apoios às lideranças e aos partidos: os advogados, os artistas e os jornalistas, estes últimos, “em nossa época, os mais notáveis representantes da demagogia”.¹⁰²

Apesar de reservar o troféu aos últimos, explicita serem os advogados¹⁰³ afeitos, por natureza profissional, à defesa de interesses, condição perfeitamente compatível com o *métier* dos partidos políticos e úteis na dispersão da propaganda. Nesse diapasão, Weber passa a tratar dos partidos políticos, considerados como “empresa de interesses”, ou “um número relativamente restritos de homens interessados pela vida política e desejosos de participar do poder aliciam seguidores, apresentam-se como candidato ou apresentam a candidatura de seguidores seus, reúnem os meios financeiros necessários e se põem à caça de sufrágios”.¹⁰⁴ A consequência natural é que:

Os militantes e, em especial, os funcionários e dirigentes do partido esperam, naturalmente, que o triunfo do chefe lhes traga compensação pessoal: posição ou vantagens outras. Importante é que o esperam da parte do chefe e de maneira alguma, nem unicamente, dos parlamentares. Esperam, acima de tudo, que, no decurso da campanha eleitoral, a influência demagógica da personalidade do chefe lhes assegure votos e mandatos, garanta a abertura das portas do poder, de sorte os militantes contarão com as maiores possibilidades de obter a esperada recompensa pela devoção que demonstraram. Do ponto

de vista psicológico, uma das mais importantes forças motoras que pode contar o partido político reside na satisfação que o homem experimenta por trabalhar com a devoção de um crente em favor do êxito da causa de uma personalidade e não apenas em favor das abstratas mediocridades contidas num programa. É exatamente nisso que consiste o poder ‘carismático’ do chefe.¹⁰⁵

Depois de descartar proeminência aos homens com pendor exclusivo para a vida parlamentar, Weber ressalta o desenvolvimento de uma “máquina” partidária que tende a se sobrepôr a qualquer questão programática, dando origem a partidos sem princípios: organizações de caçadores de empregos, recursos financeiros e poder. Nesse contexto, surge a proeminência dos partidos políticos e do “empresário político”, descrito como “o homem indispensável para coletar diretamente os fundos que os grandes magnatas destinam às organizações”. O parlamentar, nesse ambiente, fica apequenado, mero transmissor de mensagens de interesse partidário, ao ponto de submeter seus discursos ao crivo partidário, fato constatado “pelo tédio mortal que... provocam”.¹⁰⁶

Apesar disso tudo, Weber rende-se ao paradoxo: “ou uma democracia admite como dirigente um verdadeiro chefe e, conseqüentemente, aceita a existência da máquina ou renega a máquina e cai sob os domínios dos políticos profissionais, sem vocação, privados das qualidades carismáticas que produzem líderes”.¹⁰⁷

Após a apresentação do tipo político e de sua estrutura de sustentação, Weber aborda a problemática da ética na política, a partir da seguinte questão: “Quais são, agora, as alegrias íntimas que a carreira política pode proporcionar a quem a ela se entrega e que prévias condições seria preciso supor?” E responde: “Bem, ela concede, antes de tudo, o sentimento de poder. A consciência de influir sobre outros seres humanos, o sentimento de participar do poder e, sobretudo, a consciência de figurar entre os que detêm nas mãos um elemento importante da História que se constrói.” E, neste caso, “podem elevar o político profissional, mesmo o que só ocupa modesta posição, acima da banalidade da vida cotidiana”.¹⁰⁸

Ao que acrescenta outras questões: “quais são as qualidades que lhe permitem esperar situar-se à altura do poder que exerce (por pequeno que seja) e, conseqüentemente, à altura da responsabilidade que esse poder lhe impõe?”. E ressalta: “Essa indagação nos conduz à esfera dos problemas éticos. É, com efeito, dentro desse plano de ideias que se coloca a questão: que homem é preciso ser para adquirir o direito de introduzir os dedos entre os raios da roda da História?”¹⁰⁹

Considerando-se o padrão já descrito do político profissional como

correspondendo ao demagogo, em seu sentido mais alto, um Péricles, Weber adiciona três qualidades necessárias para alcançar a finalidade de se tornar um chefe político, dotado da força exalada da personalidade política. São elas: paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção.

Paixão no sentido de ‘propósito a realizar’, isto é, devoção apaixonada a uma ‘causa’,¹¹⁰ ao deus ou ao demônio que a inspira.¹¹¹ [...] Quando se põe a serviço de uma causa, sem que o correspondente sentimento de responsabilidade se torne a estrela polar determinante da atividade, ela não transforma um homem em chefe político. Faz-se necessário, enfim o senso de proporção, que é a qualidade psicológica fundamental do homem político. Quer isso dizer que ele deve possuir a faculdade de permitir que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por consequência, manter à distância os homens e as coisas.¹¹²

Tais qualidades, todavia, constituídas como uma tríade inseparável, não são destituídas de oposições e tensões internas. Daí, em assertiva de múltiplas conotações, adverte:

[...] Surge, a essa altura, o problema seguinte: como é possível fazer conviverem, no mesmo indivíduo, a paixão ardente e o frio senso de proporção? Faz-se política usando a cabeça e não as demais partes do corpo.¹¹³

Quanto à dicotomia entre paixão e responsabilidade, assim se refere:

Em verdade e em última análise, existem apenas duas espécies de pecado mortal em política: não defender causa alguma e não ter sentimento de responsabilidade – duas coisas que, repetidamente, embora não necessariamente, são idênticas. [...] Contudo, se a devoção a uma causa política é algo diverso de um frívolo jogo de intelectual, constituindo-se em atividade sinceramente desenvolvida, essa devoção há de ter a paixão como fonte necessária e deverá nutrir-se de paixão.¹¹⁴

Na polaridade entre paixão e senso de proporção, explicita:

Todavia, o poder de subjugar energeticamente a alma, poder que caracteriza o homem político apaixonado e o distingue do simples diletante inchado de excitação estéril, só tem sentido sob a condição de ele adquirir o

hábito do recolhimento – em todos os sentidos da palavra. O que se chama “força” de uma personalidade política indica, antes de tudo, que ela possui essa qualidade.¹¹⁵

Diante desse conflito que avassala a alma do pretendente a homem político, Weber adiciona mais um, diríamos externo, pois dependente da sua sucumbência:

[...] Há um inimigo vulgar, muito humano, que o homem político deve dominar a cada dia e cada hora: a muito comum *vaidade*. Ela é inimiga mortal de qualquer devoção a uma causa, inimiga do recolhimento e, no caso, do afastamento de si mesmo. O pecado contra o Espírito Santo de sua vocação consiste num desejo de poder, que, sem qualquer objetivo, em vez de se colocar exclusivamente ao serviço de uma “causa”, não consegue passar de pretexto de exaltação pessoal. [...] A vaidade ou, em outras palavras, a necessidade de se colocar pessoalmente, da maneira a mais clara possível, em primeiro plano, induz frequentemente o homem político à tentação de cometer um ou outro desses pecados ou os dois simultaneamente. O demagogo é obrigado a contar com o “o efeito que faz” – razão por que sempre corre o perigo de desempenhar o papel de um histrião ou de assumir, com demasiada levandade, a responsabilidade pelas consequências de seus atos, pois que está preocupado continuamente com a impressão que pode causar sobre os outros. De uma parte, a recusa de se colocar a serviço de uma causa o conduz a buscar a aparência e o brilho do poder, em vez do poder real; de outra parte, a ausência do senso de responsabilidade o leva a só gozar do poder pelo poder, sem deixar-se animar por qualquer propósito positivo. Com efeito, uma vez que, ou melhor, porque o poder é o instrumento inevitável da política, sendo o desejo do poder, conseqüentemente, uma de suas forças motrizes, a mais ridícula caricatura da política é o mata-mouros que se diverte com o poder como um novo-rico ou como um Narciso vaidoso de seu poder, em suma, como adorador do poder pelo poder.¹¹⁶

A partir da sua exposição, finalmente, Weber adentra na questão de interesse para esta seção: “o problema do *ethos* da política, enquanto ‘causa’ a defender”,¹¹⁷ com as seguintes questões: “Qual é, independentemente de seus fins próprios, a missão que a política pode desempenhar na economia global da conduta na vida? Qual é, por assim dizer, o lugar ético em que ela reside?” Ao que acrescenta: “Nesse ponto, *as mais opostas concepções do mundo* chocam-se umas com as outras, impondo-se escolher entre elas”.¹¹⁸

Ipsa facto, para Weber, a ética na política é uma escolha direcionada; e, nem sempre, tem fisionomia agradável. Ver-se-á seu naípe.

Trata-se, inicialmente, dos interesses materiais “em jogo e – ponto essencial – considerando a *responsabilidade perante o futuro*”;¹¹⁹ submetidos a critérios exteriores aos seus conteúdos, denominados de *sensos* (desta vez, relacionados com a devoção à causa): de realidade, cavalheirismo e dignidade, sobre os quais exemplifica:

Documentos novos trazidos a conhecimento público dezenas de anos após o término de um conflito só podem ter como resultado o despertar de clamores injustificados, cólera e ódio, quando melhor seria esquecer a guerra, moralmente ao menos, depois de ela terminada. Tal atitude só é possível, entretanto, quando se tem o senso da realidade, o senso cavalheiresco e, acima de tudo, o senso da dignidade.¹²⁰

Pois esta forma de ética:

[...] só se preocupa com a culpabilidade no passado, questão estéril do ponto de vista político, porque insolúvel; e não chega a preocupar-se com o que se constitui no interesse próprio do homem político, ou seja, o futuro e a responsabilidade diante do futuro. Se existem crimes políticos, um deles é essa maneira de proceder. Além disso, uma tal atitude tem o inconveniente adicional de nos impedir de perceber até que ponto o problema todo é inevitavelmente falseado por interesses materiais: interesse do vencedor de tirar o maior proveito possível da vitória alcançada – trate-se de interesse material ou moral –, esperança do vencido de trocar o reconhecimento de culpabilidade por certas vantagens. Se há no mundo alguma coisa de “abjeto”, é exatamente isso. Eis o que resulta, quando se pretende utilizar a ética *para* ter sempre razão.¹²¹

Nesse contexto, questiona o autor: “Como se coloca, então, o problema das verdadeiras relações entre a ética e a política? Será certo, como já se afirmou, que não há qualquer relação entre essas duas esferas? Ou seria mais acertado afirmar, pelo contrário, que a mesma ética é válida para a ação política e para qualquer outro gênero de ação?”¹²²

Já se acreditou que exista oposição absoluta entre as duas teses: seria exata uma ou a outra. Cabe, entretanto, indagar se existe uma ética que possa impor, no que se refere ao conteúdo, obrigações idênticas aplicáveis

às relações sexuais, comerciais, privadas e públicas, às relações de um homem com sua esposa, sua quitandeira, seu filho, seu concorrente, seu amigo e seu inimigo. Pode-se, realmente, acreditar que as exigências éticas permaneçam indiferentes ao fato de que toda política utiliza como instrumento específico a força, por trás da qual se perfilha a *violência*?¹²³

E para amparar sua argumentação, Weber passa a utilizar-se de alegorias bíblicas como referências para as suas apreciações políticas. Sobre a parábola do filho pródigo, aduz que “O mandamento do Evangelho é incondicional e unívoco: dá tudo o que possuas – absolutamente tudo, sem reservas”; mas o político “dirá que esse mandamento não passa de uma exigência social irrealizável e absurda, que não se aplica a todos. Em consequência, o político proporá a supressão da propriedade por taxação, imposição, confisco – em suma, coação e regulamentação dirigida contra todos”.¹²⁴

[...] se a ética a-cósmica do amor nos diz: “Não resistas ao mal pela força”, o político, ao contrário, dirá: “Deves opor-te ao mal pela força ou serás responsável pelo triunfo que ele alcance.” Aquele que deseja agir de acordo com a ética do Evangelho deve renunciar a fazer greve – a greve é uma coação – e não lhe restará solução outra que não a de filiar-se a um sindicato amarelo.¹²⁵ E deve, acima de tudo, abster-se de falar de “revolução”.¹²⁶

Ainda sobre tal raciocínio, Weber introduz o dever com a verdade como uma variável a ser sopesada diante da realidade e da responsabilidade da política perante o futuro. Sobre isso, assim se expressa:

É também ele incondicional, do ponto de vista da ética absoluta. Daí se retirou a conclusão de que se impunha publicar todos os documentos, principalmente os que humilham o próprio país, para pôr em evidência, à luz dessas testemunhas insubornáveis, o reconhecimento de uma culpabilidade unilateral, incondicional e que se despreocupa das consequências. O político entenderá que essa maneira de agir, a julgar pelos resultados, longe de lançar luz sobre a verdade, irá obscurecê-la, pelos abusos e pelo desencadeamento de paixões que provocará. Sabe o político que só a elaboração metódica dos fatos, procedida imparcialmente, poderá produzir frutos, ao passo que qualquer outro método acarretará, para a nação que o empregue, consequências que, talvez, exijam anos para deixarem de manifestar-se. Para dizer a verdade, se existe um problema de que a ética absoluta

não se ocupa, esse é o problema das consequências.¹²⁷

A tais assertivas inusitadas, Weber apresenta o paradoxo entre as duas orientações concorrentes e não convergentes, no sentido geométrico das retas, que envolvem a ética em sua relação com a política.

Desembocamos, assim, na questão decisiva. Impõe-se que nos demos claramente conta do fato seguinte: toda a atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irreduzivelmente opostas. *Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicção*. Isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha à ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, à ausência de convicção. Não se trata disso, evidentemente. Não obstante, há oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção – diríamos, em linguagem religiosa, “O cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus” – e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: “Devemos responder pelas previsíveis consequências de nossos atos”. Perderá tempo quem busque mostrar, da maneira a mais persuasiva possível, a um sindicalista apegado à verdade da ética da convicção, que sua atitude não terá outro efeito senão o de fazer aumentarem as possibilidades de reação, de retardar a ascensão de sua classe e de rebaixá-la ainda mais - o sindicalista não acreditará. Quando as consequências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns do homem (pois, como dizia muito precedentemente Fichte, não temos o direito de pressupor a bondade e a perfeição do homem) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as consequências previsíveis de sua própria ação. Dirá, portanto: “Essas consequências são imputáveis à minha própria ação”. O partidário da ética da convicção só se sentirá “responsável” pela necessidade de velar em favor da chama da doutrina pura, a fim de que ela não se extinga, de velar, por exemplo, para que se mantenha a chama que anima o protesto contra a injustiça social. Seus atos, que só podem e só devem ter valor exemplar, mas que, considerados do ponto de vista do objetivo essencial, aparecem como totalmente irracionais, visam

apenas àquele fim: estimular perpetuamente a chama da própria convicção.¹²⁸

Sobre tais referências, adicionadas às demais já apresentadas, deverá se equilibrar o pretendente ao limiar de chefe político. Assim, Weber, considerando a violência como o instrumento decisivo da política, explicita:

A nenhuma ética é dado ignorar o seguinte ponto: para alcançar fins “bons”, vemo-nos, com frequência, compelidos a recorrer, de uma parte, a meios desonestos ou, pelo menos, perigosos, e compelidos, de outra parte, a contar com a possibilidade e mesmo a eventualidade de consequências desagradáveis. E nenhuma ética pode dizer-nos a que momento e em que medida um fim moralmente bom justifica os meios e as consequências moralmente perigosas.¹²⁹

Vê-se nessa assertiva, e nas anteriores sobre o mesmo tema, a sua concordância com a argumentação maquiavélica, a qual é seguida de copiosa exemplificação, particularmente relacionada com o posicionamento dos socialistas revolucionários, nas suas contradições entre a ética das convicções e da responsabilidade. Após apresentar a atitude de Zimmerwald, representante de uma dessas correntes, ao admitir a adesão à continuidade da guerra como sendo mais favorável a instauração de uma revolução na Alemanha, mesmo com os prejuízos decorrentes, e optar pela ética da convicção frente à da responsabilidade, afirma:

[...] pois é perfeitamente ridículo, da parte dos revolucionários, condenar em nome da moral a “política de força” praticada pelos homens do antigo regime, quando, afinal de contas, eles se utilizam exatamente desse meio – por mais justificada que seja a posição que adotam quando repelem os objetivos de seus adversários.

Parece, portanto, que é o problema da justificação dos meios pelo fim que, em geral, coloca em cheque a ética da convicção. De fato, não lhe resta, logicamente, outra possibilidade senão a de condenar qualquer ação que faça apelo a meios moralmente perigosos. E importa acentuar: logicamente.

[...] O partidário da ética da convicção não pode suportar a irracionalidade ética do mundo.

[...] Não é possível conciliar a ética da convicção e a ética da responsabilidade, assim como não é possível, se jamais fizer qualquer concessão ao princípio segundo

o qual o fim justifica os meios, decretar, em nome da moral, qual o fim que justifica um meio determinado.¹³⁰

Referindo-se aos Quakers, da Pensilvânia, reafirma seu argumento:

[...] seitas que professam um pacifismo radical; uma delas tentou erigir, na Pensilvânia, um Estado que se propunha a não utilizar a força em suas relações exteriores – experiência que se revelou, aliás, trágica, na medida em que, quando da Guerra da Independência norte-americana, impediu os Quakers de intervirem, de armas na mão, num conflito cujo objetivo era, entretanto, a defesa de ideais idênticos aos por eles cultivados.¹³¹

Para corroborar a sua hipótese, Weber apresenta copiosa literatura, particularmente religiosa, incluindo hindus, muçulmanos e cristãos, sobre suas adesões à ética da responsabilidade, explicitando que:

Também os primeiros cristãos sabiam perfeitamente que o mundo estava dominado por demônios e que o indivíduo que se comprometesse com a política, isto é, com os instrumentos do poder e da violência, estava concluindo um pacto com potências diabólicas; sabiam aqueles cristãos não ser verdade que o bem gerasse unicamente o bem, e o mal unicamente o mal: constata-se, antes e com muita frequência, o fenômeno inverso.¹³²

A doutrina da corrupção do mundo pelo pecado original permitia, com relativa facilidade, integrar a violência na ética, enquanto meio, para combater o pecado e as heresias que se erigem, precisamente, em perigos para a alma.¹³³

[...] o protestantismo comum reconhece, em geral, o Estado como válido e, conseqüentemente, o recurso à violência como uma instituição divina; justifica, muito particularmente, o Estado autoritário legítimo. Lutero retirou do indivíduo a responsabilidade ética pela guerra e a atribuiu à autoridade política, de sorte que obedecer às autoridades em matérias outras que não as de fé jamais poderiam implicar culpa. O calvinismo também admitia a força como um dos meios para a defesa da fé e legitimava, conseqüentemente, as guerras de religião. Sabe-se que essas guerras santas sempre foram elemento vital para o islamismo.¹³⁴

Que a guerra faça parte integrante da vida é coisa que se verifica lendo na *Bhagavad Gita* a conversa que mantém Krishna e Arjuna. “Age como necessário”, isto é o dever que te é imposto pelo *darma* da casta dos guerreiros e observa as prescrições que a regem ou, em suma, realiza

a “obra” objetivamente necessária que corresponde à finalidade de tua casta, ou seja, guerrear. Nos termos dessa crença, cumprir o destino de guerreiro estava longe de constituir ameaça para a salvação da alma, constituindo-se, ao contrário, em seu sustentáculo.¹³⁵ Todas as religiões, com maior ou menor êxito, enfrentaram esse problema e a exposição feita deve ter bastado para mostrar que não poderia ter sido de outro modo.¹³⁶

Ressalta aquele autor:

A originalidade própria dos problemas éticos no campo da política reside, pois, em sua relação com o instrumento específico da *violência legítima*, instrumento de que dispõem os agrupamentos humanos.

Seja qual for o objetivo das ações que pratica, todo homem que pactua com aquele instrumento – e o homem político o faz necessariamente – se expõe às consequências que ele acarreta. E isso é particularmente verdadeiro para o indivíduo que combate por suas convicções, trate-se de militante religioso ou de militante revolucionário.¹³⁷

Perturbo-me... muito profundamente, diante da atitude de um homem maduro – seja velho ou jovem – que se sente, de fato e com toda a alma, responsável pelas consequências de seus atos e que, praticando a ética da responsabilidade, chega, em certo momento, a declarar: “Não posso agir de outro modo; detenho-me aqui”. Tal atitude é autenticamente humana e é comovedora.¹³⁸

E caso se procure atingir esses objetivos ao longo de um combate ideológico orientado por uma ética da convicção, há risco de provocar danos grandes e descrédito, cujas repercussões se farão sentir durante gerações várias, porque não existe responsabilidade pelas consequências.

Nesse caso, em verdade, o agente não tem consciência dos diabólicos poderes que entram em jogo. Ora, esses poderes são inexoráveis e, se o indivíduo não os percebe, será arrastado a uma série de consequências e a elas, sem mercê, entregue; e as repercussões se farão sentir não apenas em sua forma de atuar, mas também no fundo de sua alma.¹³⁹

Ao concluir sua explanação sobre a questão da ética da convicção e da responsabilidade, Weber reintroduz a figura do chefe político, seu estado-maior administrativo e seus meios de gestão em relação a esses dois pontos cardeais da estrutura da sua argumentação.

A partir do pressuposto que o êxito do chefe é totalmente dependente da organização e que a sua parcela humana não atua sem

inspiração, traduzida em favores duráveis, materiais – aventura, vitória, presa, poder e vantagens –, ou psicológicas, terrestres ou celestes; Weber aduz que o pretendente deverá curvar-se às exigências da sua máquina, as quais “podem ser moralmente baixas”.¹⁴⁰ Pior do que isso, ao se dobrar perante os reclamos esperados, tenderá a optar pela ética da convicção a título de justificativa moral para as imoralidades e desmandos consequentes.

Nesse caso, com efeito, como, em geral, em toda atividade que reclama uma organização devotada ao chefe, uma das condições para que se alcance êxito é a despersonalização e o estabelecimento de uma rotina, em suma, a proletarianização espiritual, no interesse da disciplina. Essa a razão por que os partidários vitoriosos de um chefe que luta por suas convicções entram – e, de ordinário, rapidamente – em processo de degeneração, transformando-se em massa de vulgares aproveitadores.¹⁴¹

Sobre as recompensas psicológicas, Weber cita aquelas ideológicas, advindas da luta de classes: “satisfação dos ódios, dos desejos de vingança, dos ressentimentos e, principalmente, da tendência pseudo-ética de ter razão a qualquer preço, saciando, por consequência, a necessidade de difamar o adversário e de acusá-lo de heresia”.¹⁴²

Ao enfeixar a sua apresentação sobre a vocação da política, Weber reitera a especificidade desse espaço e alerta que “quem deseje dedicar-se à política em termos de vocação deve tomar consciência desses paradoxos éticos e da responsabilidade quanto àquilo em que ele próprio poderá transformar-se sob pressão daqueles paradoxos”; pois quem “deseja a salvação da própria alma ou de almas alheias deve, portanto, evitar os caminhos da política que, por vocação, procura realizar tarefas muito diferentes, que não podem ser concretizadas sem violência”.¹⁴³

Vocação Militar

Desde épocas remotas compreendem-se as peculiaridades das exigências intrínsecas impostas pelos que resolvem trilhar a carreira das armas. Conforme citado anteriormente, já na antiga Grécia, os cidadãos, ao proferirem seus votos na *Agora*, tinham perfeita noção das consequências políticas, financeiras e militares que se lhes impunha tal decisão.

Em Esparta, onde quase toda a atividade era regida pela preparação para a guerra, o adestramento para as lides militares iniciava-se aos sete anos e era tão rigoroso que levava os guerreiros, não raras vezes, à

laceração de seus corpos, à ruptura dos ossos e, até, à morte.

Platão, na descrição dos diálogos de Sócrates com seus discípulos, em *A República*, já adiantava algumas características desejáveis nos combatentes:

Quanto à alimentação necessária a atletas guerreiros sóbrios e corajosos, recebê-la-ão dos outros cidadãos, como salário da guarda que asseguram, em quantidade suficiente para um ano, de modo a não sobrar e a não faltar; tomarão as refeições juntos e viverão em comum como soldados em campanha. Quanto ao ouro e à prata, dir-lhes-emos que têm sempre na alma os metais que receberam dos deuses, que não têm necessidade dos homens e que é ímpio macular a posse do ouro divino acrescentando-lhe o ouro mortal, porque muitos crimes foram cometidos pelo metal em forma de moeda do vulgo, ao passo que o deles é puro.¹⁴⁴

Em tão breves palavras estão consubstanciados muito dos valores que permeiam a vocação militar em todos os tempos: para a defesa da *polis*, fazia-se necessária higidez física, dedicação exclusiva, uma vida frugal, austera e solidária, cuja recompensa não poderia ser encontrada entre os valores materiais, pois os guerreiros seriam dotados daquelas substâncias que somente correm no sangue dos imortais, dentre as quais a coragem para o sacrifício.

Em Roma, seriam encontradas outras dessas características. Lendon, em *Soldiers and Ghosts*,¹⁴⁵ aponta algumas, conforme ensinadas aos soldados: os valores gregos, o conhecimento da história de Roma, a *virtus* (guerreira) e a disciplina. A *virtude bélica* significava a junção da coragem com a agressividade, atributos que somente poderiam alcançar a máximo desempenho se adequadamente temperados pela disciplina; juntos e harmônicos explicavam o sucesso dos romanos perante os adversários considerados *bárbaros*, tão ou mais dotados da *virtus*, mas destituídos de disciplina.

Ao longo da história, às qualidades guerreiras do passado, viriam a ser acrescentadas a *rationale* do Iluminismo, representada pela formação e aprimoramento dos militares por meio de educação específica e estudo sistemático da guerra, e a devoção ao nacionalismo, à invenção romana de *patria*, cujo caudal revolucionário teve sua erupção nas campanhas napoleônicas.

Entretanto, *virtus*, disciplina, *rationale* e devoção somente tornar-se-iam efetivamente harmonizadas com o advento das concepções idealísticas e humanísticas sobre os limites que deveriam ser impostos aos

excessos dos guerreiros. Elaboradas, inicialmente, em contexto teórico, ficaram consubstanciadas nos acordos que positivaram os “direitos à guerra” e “na guerra”, cujos desdobramentos não cessam de apresentar aperfeiçoamentos, como nas atuais interpretações sobre os direitos humanos e os crimes de guerra.

O guerreiro ancestral que, aos poucos, foi sendo aculturado e civilizado, concomitantemente com o avanço das sociedades, nunca esteve livre de retrocessos à barbárie, como demonstra a História, mesmo sob as condições mais rígidas de disciplina.

A partir da evolução do rei guerreiro, ocorrida aproximadamente após o surgimento do Estado Moderno, que implicou dedicação do monarca à liderança política e no surgimento do líder militar especializado, este último assumiu a tarefa de transformar e transmitir para os demais escalões militares, em linguagem apropriada, os objetivos da política e, nesse sentido, exercer função política, passando a conviver com a égide da ética maquiavélica da política, apresentada sob diversas configurações: ética dos meios e fins, da responsabilidade, da *raison d'état*, dos interesses (nacionais) etc.; imposição que iria alcançar os estamentos mais elevados das Forças Armadas.

Todas essas características evolutivas, em razão das diferenças intrínsecas, engendraram éticas contraditórias, como está sendo visto nestas duas subseções, que viriam a constituir duas polaridades contrárias. De um lado, aqueles fatores advindos da ética da racionalidade da política que contribuiriam, justamente, para fragmentar a isenção, o equilíbrio, a inteireza humana e profissional do servidor das armas, sua coesão; de outro, o ideal que deveria ser monolítico da ética, moral e dos valores militares, onde repousariam aquelas qualidades que, sem impedir a vazão das virtudes guerreiras, proporcionassem a moderação necessária à retidão que deve presidir suas atitudes.

Relembra-se que a criação da *Kriegsakademie*, conforme alertou Stoppino, determinou alterações significativas na estruturação das relações entre civis e militares, ao dissolver a integridade dos interesses da aristocracia com o Estado, dentre as quais as motivações para a carreira das armas.

Desde então, as escolas militares, com pequenas variações, mas em caráter universal, passaram a admitir seus componentes em caráter voluntário,¹⁴⁶ valendo dizer que, com este gesto, aqueles que optam por esta vocação escolhem submeter-se a condições de vida e critérios que não trazem os benefícios próprios dos ambientes livres de restrições, dentre os quais, destacam-se: admitir a perda da vida em defesa dos objetivos estatais, a ausência de confortos e a admissão da predominância meritocrática, dentre outras.

Em retribuição à renúncia, intrínseca ao gesto, os optantes pela vocação militar recebem formação integral, em todos os sentidos,¹⁴⁷ incluindo os aspectos: cognitivos, por meio de ensino superior (técnico) e profissional; afetivos, decorrentes da sua socialização, ocasião em que lhes são inculcados os valores, atitudes e comportamentos, inclusive de boas maneiras sociais, esperados de um militar; e psicomotores, voltados para o exercício da vontade, da decisão e da liderança, nos quais a atividade física (para a constituição dos atletas guerreiros de Platão) recebe ênfase especial: além de moradia, alimentação, assistências médica e dentária, salário etc.

A essa carga propedêutica, comum às escolas militares, são acrescidos outros procedimentos complementares tais como: a supressão da convivência familiar, por etapas longas e contínuas; intensa atividade, envolvendo períodos normais diários de dezesseis horas de dedicação concatenada, dentre outras.

Vale ressaltar o trabalho de homogeneização, abrangendo toda a formação, pois se deve considerar que, antes de cruzarem os portões das academias e escolas militares, os candidatos trazem do ambiente familiar suas tradições, valores e visões de mundo. No caso brasileiro, a essas e outras naturais diversidades, são acrescidas as diferenças culturais regionais e, em menor escala, sociais. Sobre esse período de formação da identidade militar alguns autores, nomeadamente estadunidenses, registraram importantes impressões.

Morris Janowitz destaca como crucial a experiência das academias na constituição do soldado profissional, particularmente pela forma abrupta como ocorre a alteração do *status* civil para o militar.¹⁴⁸

Berger e Luckmann ressaltam o fenômeno da “alternação”, “uma forma particularmente intensa de socialização secundária na qual o indivíduo ‘muda de mundos’ e há uma ‘intensa concentração de toda interação significativa dentro do grupo’.”¹⁴⁹

Dornsbusch considera a academia militar como um exemplo extremo de uma instituição assimiladora, pois: “Ela isola os cadetes do mundo de fora, ajuda-os a identificar-se com um novo papel, e assim muda sua autoconcepção”.¹⁵⁰

Vidich e Stein, por sua vez, veem o processo de tornar-se um soldado como uma dissolução da identidade civil anterior em nova identidade militar.¹⁵¹

Charles Mills, sobre a iniciação nas academias militares diz que:

[...] revela a tentativa de romper com os antigos valores

e sensibilidades civis, para implantar mais facilmente uma estrutura de caráter o mais nova possível. É essa tentativa de romper a sensibilidade adquirida que determina a “domesticação” do recruta, e a atribuição, a ele, de uma posição muito inferior no mundo militar. Ele deve perder grande parte de sua identidade anterior para que então se torne consciente de sua personalidade em termos de seu papel militar.¹⁵²

Para facilitar tal processo de socialização militar, conforme citado no caso de Esparta, o recrutamento ocorre nos primeiros anos da juventude. Por centenas de anos, sempre foi normal que a iniciação castrense, tanto para as forças navais quanto terrestres, ocorresse antes dos quinze anos de idade e, ainda hoje, na maioria dos países não ultrapassa muito os dezoito. Isso pela importância que se dá ao amoldamento pessoal às exigências morais e profissionais.¹⁵³

Independentemente de tais conjecturas relacionadas com a identidade e a socialização, ao final do período de formação, o militar deverá estar em condições de exercer a sua especialização na administração da violência; na busca permanente da segurança militar da sociedade, a sua responsabilidade; e no seio da sua corporação. Nessa ocasião, ao iniciar a sua carreira, os conteúdos éticos aprendidos constituir-se-ão em valores e atitudes, observados diuturnamente por superiores, pares e subordinados quanto à conformidade e aderência aos ideais de referência, representados nas virtudes e exemplos, pedras angulares da liderança.

Neste contexto, a noção de ética tem relação absoluta com a sua origem etimológica, no *ethos*, no sentido aventado por Mohamed Cherkaoui, como sendo “variável independente para o comportamento... dos atores”,¹⁵⁴ vale dizer que, por se tratar de militares, a ética referida nesta obra, não é aquela própria do homem comum: do livre arbítrio, emanada, individual ou coletivamente, em decisões cotidianas, nas deliberações para solucionar os conflitos morais que opõem os homens entre si sobre o que seria bom, justo ou moralmente correto; ou reflexão a respeito de questões morais, razões ou meios para alcançar justiça e harmonia ou conformidade com a sabedoria filosófica.

Assim, ética, moral e valores constituem-se em conteúdos que foram originados e desenvolvidos em lento e contínuo processo histórico, a partir do *ethos*, herdados das tradições grega, latina, da cavalaria medieval, da aristocracia guerreira, dentre outras – incluídas as noções de honra e cavalheirismo – que vieram a instituir uma ordem normativa e de princípios, adotados como regras de conduta, tornando-as referências para formas de comportamento que passaram a fazer parte da formação moral

e profissional dos militares, enraizados por meio de ensino sistematizado nas escolas de formação e aperfeiçoamento, particularmente a partir da criação da *Kriegsakademie*, a raiz do núcleo duro de todos os sistemas militares.

Entretanto, depois de saírem dessas instituições, os militares devem apresentar os procedimentos esperados perante as eventualidades de uma atividade essencialmente dinâmica, particularmente na “administração racional da violência”.

Acima de tudo, conforme foi apresentado anteriormente, os profissionais militares são regidos por uma “ética de obediência”, em quase tudo, diferente e, até mesmo, oposta à obediência da ética civil da liberdade e do livre arbítrio e, mais ainda, a da política e das suas motivações, como já foi visto.

Dessa forma, a esfera ética, que irá cingir a conduta militar, é muito mais estreita do que aquela orientadora as escolhas da sociedade sendo, em sua quase totalidade, pré-estabelecida; vale dizer, a hierarquia de valores norteadora das opções éticas e morais dos cidadãos em geral e dos políticos em particular não serve para os militares, pois, estes últimos, recebem-na pronta e serão permanentemente avaliados em relação à maior ou menor adequação das suas ações aos critérios estabelecidos.

Considerando-se a variedade de códigos éticos e morais que orientam cada indivíduo, grupo social, comunidade ou sociedade, incluídas as intromissões de caráter político, religioso, étnico, cultural, ideológico, socioeconômico – apenas para citar alguns aspectos em um universo bem maior de variáveis – e a rigidez dos códigos militares; o potencial de conflitos e implicações para as relações entre civis e militares aumenta muito, mormente por estes últimos possuírem armas. Tais dissensões, conforme já descrito, fragilizam a segurança da sociedade.

Talvez, por isso, Samuel P. Huntington tenha escolhido os sistemas políticos liberais, comunistas e fascistas, elevados à categoria de éticas, como essencialmente antimilitares; admitindo haver harmonia, apenas, com a ética civil conservadora, a ideal para o controle civil objetivo. Poder-se-ia, ainda, incluir no primeiro critério daquele autor: pretorianismo, moderadorismo, militarismo, cesarismo, bonapartismo, entre outros.

Neste ponto, portanto, já se pode constatar que, em uma situação ideal, existem claramente duas posturas éticas a serem seguidas pelo segmento castrense. A primeira, originada na ética racional da política – com seu potencial de fragmentar a isenção, o equilíbrio, a inteireza humana e profissional do servidor das armas, sua coesão – cuja conexão, como citado anteriormente, é exercida no mais alto escalão das Forças Armadas, em seu relacionamento com o mundo exterior ao das suas corporações e

na transformação das finalidades advindas da ética da responsabilidade em objetivos compatíveis com a ética militar. A outra, advinda da ética, da moral e dos valores militares, que deve servir de referência para as relações *interna corporis*.

Assim, para que possam exercer a sua especialização, em sistemas ideais ou não, os militares, além da massificação descrita nas suas formações, recebem explicitação e ampla disseminação de valores, em seus aspectos: constitucionais, decorrentes da Lei Maior; positivos, em leis e regulamentos; normativos, do dever ser; e consuetudinários ou costumeiros, originados de longa tradição.

Sob tais auspícios, os componentes do segmento armado são escrutinados e julgados, em cada ação ou omissão, pela correta interpretação da complexa rede de variáveis que devem manejar no cumprimento das suas responsabilidades.

Considerando-se que esta subseção pretende ressaltar diacronias entre éticas, eleger quais aspectos devem ser privilegiados, nem que seja como elementos de ilustração sobre as dissonâncias existentes, será uma tarefa que sempre deixará lacunas. Por isso, em relação à ética militar, ater-nos-emos aos valores explicitados em alguns poucos documentos civis e militares.¹⁵⁵

Vale registrar a mais gravosa decorrência para a estrutura de valores militares, existente, pelo menos, desde a Constituição de 1824: a possibilidade do sacrifício da própria vida em defesa da independência e integridade territorial, da soberania.

Nesse sentido, o juramento proferido pelos Aspirantes da Escola Naval, por ocasião do recebimento dos seus espadins, é emblemático:

Incorporando-me a Marinha do Brasil prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados, dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida.¹⁵⁶

A Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, *Estatuto dos Militares*, não destoia dessas máximas, nem de regulamentações anteriores, em seu artigo 28, explicita alguns dos valores essenciais orientadores das condutas militares pessoais:

Art. 28. O sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional

irrepreensíveis, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar:

I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal;

II - exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo;

III - respeitar a dignidade da pessoa humana;

IV - cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

V - ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;

VI - zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

VII - empregar todas as suas energias em benefício do serviço;

VIII - praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;

IX - ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;

X - abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa de qualquer natureza;

XI - acatar as autoridades civis;

XII - cumprir seus deveres de cidadão;

XIII - proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;

XIV - observar as normas da boa educação;

XV - garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

XVI - conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar;

XVII - abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

XVIII - abster-se, na inatividade, do uso das designações hierárquicas:

a) em atividades político-partidárias;

b) em atividades comerciais;

c) em atividades industriais;

d) para discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizado; e

e) no exercício de cargo ou função de natureza civil, mesmo que seja da Administração Pública; e

XIX - zelar pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética militar.¹⁵⁷

Em qual código de conduta são encontradas prescrições tão draconianas e com tal intromissão na vida pessoal do profissional? Em nenhum. Ainda mais se considerando não serem somente as restrições legais que são sopesadas; mas, também, as questões morais, costumeiras, consuetudinárias e tradicionais fazem parte disso. Por exemplo, prevaricar no casamento, assumir dívidas acima das possibilidades, abusar de bebidas alcoólicas ou ser usuário de drogas, praticar homossexualismo etc; todas passíveis de sanção, analisadas as circunstâncias. Em qualquer unidade militar, os olhos dos superiores, pares e subordinados estão postos em tais condutas.

Parte dessas prescrições sobre valores pode ser encontrada, na forma de relatos, na obra de Celso Castro, *O Espírito Militar*. Ressalta-se, a título de exemplo: amar a verdade. Trata-se de uma das pedras basilares do sistema militar e, pela sua transcendência, perpassa quase todas as demais. No caso narrado por Celso Castro, a questão que envolve esse valor é exemplificada com o caso da “cola”; a qual não é admitida nas escolas militares, basicamente porque introduz elementos de falsidade, desonestidade e deslealdade nos resultados alcançados.

O militar deve, em princípio, acreditar no outro, sejam nos aspectos morais, sejam nos profissionais. A máxima de que o oficial “tem fé de ofício”, significa a verdade da palavra, não necessitando documento, nem autenticação.¹⁵⁸ Imagine-se, em situações de conflito, deixar de cumprir uma ordem, ou de seguir uma orientação, apenas, por falta de um papel. Não que haja infalibilidade, mas sem tal pressuposto não pode existir um empreendimento militar.

Diante de erros comprometedores da pureza institucional ou capazes de produzir perda de vidas é preferível admiti-los – e tratar das suas consequências – do que escondê-los e contemplar desastres.

Nesse aspecto, a contradição com a ética da política fica bem representada pela frase do calejado diplomata e, então, Ministro da Fazenda, em relação às críticas ao Plano Real e considerando os microfones desligados: “Eu não tenho escrúpulos. Acho que é isso mesmo: o que é bom, a gente fatura; o que é ruim, esconde”.¹⁵⁹

Outro valor fundamental da estrutura ética e moral diz respeito à estreita convivência entre todos os pertencentes ao segmento castrense, inclusive as famílias. Esse aspecto é apropriadamente destacado por Celso Castro ao tratar do companheirismo na Academia Militar das Agulhas Negras.¹⁶⁰ Apontado como ocorrendo na escola em termos de “ajuda mútua (nos estudos, empréstimo de objetos etc.), no compartilhar de momentos bons e ruins, na simples proximidade física diária”, irá se estender para a vida cotidiana nas organizações militares e deverá alcançar as próprias famílias.

Comparando-se com egressos da *vocação política*, não seria normal alguém originário de tal ambiente dirigir-se a um hospital para acompanhar o estado de saúde de subordinados; a situação de dívidas contraídas ou de dependências físicas, químicas ou psicológicas de membros da sua comunidade, seja assessor ou funcionário. Para um líder militar constitui grave descuido deixar de saber a situação de qualquer subordinado.

Para um sistema, eminentemente baseado na disciplina consciente, em princípio, seriam desnecessárias sanções; entretanto, existe todo um aparato repressivo para fazê-lo funcionar nas exceções. Vale registrar que o não cumprimento de uma ou mais das prescrições constitucionais, legais ou costumeiras, impõe a submissão dos infratores a sanções administrativas disciplinares e legais, cíveis e penais, isoladamente ou em concomitância, ressalvados os casos de dupla punição (*bis in idem*), não raras vezes conduzindo os infratores a Conselho de Justificação (para os oficiais) ou de Disciplina (para as praças), cuja consequência mais comum é a exclusão do culpado.¹⁶¹

A questão dos valores também impacta em um aspecto crucial da estrutura militar: a liderança. Em tese, o investimento na formação pessoal do militar tem como um de seus principais propósitos a construção do líder.

A liderança militar, em consonância com a estrutura teórica de Max Weber, com algumas variações semânticas, admite cinco atributos básicos: a autoridade organizacional (burocrática formal); a autoridade moral (advinda das tradições e valores comuns, conformando os aspectos informais); a capacidade técnica (em acréscimo ao sistema weberiano); e o carisma (este relacionado com o talento nato). Sobre estes caracteres essenciais, repousa o papel indefectível do exemplo. Um líder militar que não possua alguma das bases da liderança e não seja capaz de exprimi-las com o seu exemplo não é um líder.

Além disso, admite-se, a liderança é forjada, vale dizer que é construída, embora não se desconheça a eventualidade de talentos natos. A argumentação é simples. Sem adequada designação para o cargo ou função, exigência advinda do caráter burocrático das instituições militares modernas; sem os atributos morais exigidos, alguns já explicitados acima; sem a devida instrução para aquisição de capacidade técnica para entender e gerenciar o material e o equipamento disponível; e o exemplo; restaria para o pretenso líder o seu talento, o carisma, de fato e de direito insuficiente.

Seria, apenas, outra dentre as muitas diferenças para o mundo político, uma vez que, para o demagogo, basta o carisma e, no máximo,

o exercício de mandato, enquanto que para um militar são necessários todos os atributos.

A ascensão profissional, antes de representar privilégios pessoais ou materiais, constitui maior carga de responsabilidade, dedicação ao serviço, restrições individuais e profissionais. Os subordinados reconhecem o chefe que, na austeridade esperada, carrega nos ombros, com sobriedade e prudência, o empreendimento que lhe cabe. Para amenizar sua trajetória, apenas as alegrias proporcionadas pelo apego às formalidades da etiqueta, do protocolo, das cerimônias e, acima de qualquer recompensa, as medalhas.

A figura emblemática da *Rosa das Virtudes*, inspirada na mais alta condecoração do Império Brasileiro, a Ordem da Rosa, publicada no Livroto *Nossa Voga* da Escola Naval,¹⁶² desde pelo menos 1954, e entregue aos novos Aspirantes, apresenta alguns dos valores mais importantes para as Instituições militares.

Figura 1: Rosa das Virtudes



Fonte: Nossa Voga, p. 31.

Para não estender mais essa apreciação, todavia essencial para a compreensão da suposição aventada, sobre o processo de retirada dos militares da política que – apesar de não pretender constituir estruturação teórica autônoma – pretendeu trazer essa temática ao debate, em conformidade com o que se tentou argumentar, pode-se dizer uma obviedade: embora haja uma coincidência para as vocações em análise, no condicionamento imposto pela administração da violência

estatal, no que tange à motivação e à ética da política, elas são, em tudo, discrepantes, indicando, na bifurcação entre elas, que os militares não podem transacionar com as suas motivações e éticas da mesma forma que os políticos.

Isso significa que a vocação política submete todos os que optam pelos seus caminhos à ética da responsabilidade, anunciada por Maquiavel e nomeada por Max Weber, vale dizer aos seus ditames racionais, conflituosos e inumanos, advindos das dimensões impessoais, escuras, frias e atemorizantes do Poder; monstro leviatânico que, com a sua moldagem de manufatura dinâmica e real, acorrenta os homens com promessas de segurança e esperança, mas, ao mesmo tempo, ameaça-os e abastece de medo tais entes que ousam mover-se, transidos, assustados e crentes, sobre a terra.

Já a ética militar, fruto da sua experiência mais do que milenar, rumou para uma condição idealística, formatada por princípios, valores, *virtus*, disciplina, *rationale*, devoção à pátria, aos direitos da guerra e na guerra, cuja hermenêutica de conduta é extraída da mais complexa rede de regulamentações, estabelecidas mediante a integração de tradições, costumes, regras e normas, onde se deve obedecer a tudo que está escrito e mais o que não está, sob as penas administrativas, cíveis e penais, condição que faz convergir, por meio de estímulos, constrangimentos ou sanções, o “dever ser” para o “ser”; e que, mesmo assim, não está livre de retrocessos e barbáries, como bem o demonstra a História.

Trata-se daquela tendência pressentida por Max Weber: “cuja características peculiares para a consolidação do Estado se impuseram, por exigências imperiosas, de ordem técnica exclusivas, diante da vontade dos príncipes”,¹⁶³ condição que, para o meio militar, ficou bem demarcada com a criação da *Kriegsakademie*.

Apesar de, aparentemente, serem éticas irreconciliáveis, não são, uma vez que elas se encontram no vértice em que se articula a política com a estratégia, no qual os militares, em democracias avançadas, devem estar submissos ao poder civil; nesse caso, cabendo aos seus mais altos comandos, a árdua tarefa de converter as decisões políticas em ações militares.

Portanto, os supremos mandatários do Regime Civil e Militar de 1964, mesmo que originários do segmento armado, para cumprir seus desideratos, foram compungidos a abandonar suas vestes, assumindo a máscara própria dos regentes, momento em que deixaram de ser militares para se tornarem soberanos. Da mesma forma que médicos, advogados, professores, funcionários públicos, sindicalistas, dentre tantos outros, não podem conduzir as éticas que condicionam suas profissões para eventuais mandatos que venham a exercer, sob a pena maquiavélica e weberiana do

fracasso, aqueles governantes militares, também, não o fizeram, adstritos que ficaram à imposição dessa diferenciação.

Ao galgarem o centro político, os governantes militares, ao mesmo tempo em que encimaram o sistema armado, enfrentaram e resolveram o aparente conflito entre essas duas vocações. A partir desse entendimento, aqueles mandatários, paradoxalmente, adquiriram as condições para adotar as medidas necessárias à ruptura com a prática das intervenções e o afastamento da fração castrense da atividade política, não sem fricção, demonstração que será objeto dos próximos capítulos. Para isso, contaram com amplo apoio popular, parlamentar e militar, conforme será demonstrado nos Partes seguintes.

Dessa forma, as considerações descritas acima procuraram explicitar, a partir do vértice estatal e do ponto de vista ético e das motivações, tanto dos políticos quanto dos militares, a aparente contradição entre o exercício do poder pelos governantes originados desse último segmento e a atividade exercida no sentido de afastar seus companheiros de armas dessa mesma prática, magnificada como exercício regular e, mesmo, necessário, pelo menos para atender ao sistema político, desde a Proclamação da República, até aquele 31 de março de 1964.

Registra-se que as denominadas revoluções brasileiras nunca tiveram sucesso sem a interferência da cúpula castrense. Situados no cimo bifronte da estrutura político-militar, os chefes obedeciam ao comandamento constitucional de funcionarem como árbitros perante as frequentes fraturas do sistema político brasileiro que implicavam rupturas institucionais, normalmente decorrentes de crises de hegemonia.

Em função do envolvimento militar com a política, não havia a menor contradição ou incompatibilidade entre a atividade castrense e a aplicação regular de golpes de Estado e, assim, a ética militar não ficava violada pela exigência da ética política, em função da racionalidade de que, como partes componentes de segmentos ideológicos e partidários, seria melhor o incômodo temporário da recomposição da hegemonia política, por meio da intervenção militar, do que a ruptura do tecido político e social e a possibilidade de guerra civil.

Situação que, de acordo com a suposição exposta no Prefácio, iria mudar radicalmente, a partir da decisão dos governantes militares, entre 1964 e 1985, de retirar o segmento armado da política e obliterar seus laços com elementos políticos, redirecionando-os para o leito da profissão, vale dizer, longe de partidos e ideologias, assunto, todavia, que deverá ser objeto de outra abordagem.

Em resumo, quer-se dizer que os governantes militares, ao permanecerem no poder por longo tempo, com respaldo político, partidário

e popular, entraram em conflito com a ética profissional das suas origens; o qual se resolveu em função das suas submissões às éticas: maquiavélica, dos meios e fins e da manutenção do poder; e weberiana, da responsabilidade; apoiadas em cuidadosa construção de legitimidade, tanto institucional, quanto no segmento armado, o que lhes garantiu a estabilidade necessária ao cumprimento dos seus desígnios.

Hierarquia

A origem etimológica da palavra hierarquia remete para os vocábulos gregos *hieros*, significando sagrado, e *arkhei*, ordem ou governo, uma vez que, originalmente, sua aplicação voltava-se para as castas sacerdotais. Tendo perdido a primeira acepção por efeito da generalização de sua aplicação ocorrida ao longo da história, manteve, entretanto, a aura de que indica uma estratificação.

Em qualquer estrutura, configura poder e representatividade de forma concreta. Na organização do Estado, configura força e potência (*kratos*), vale dizer poder, pessoal, institucional ou político, estabelecendo, concomitantemente, graus de autoridade (*arkhei*).

Conforme citado anteriormente, no preâmbulo da subseção que tratou do primeiro ponto de equilíbrio – Poder, Autoridade e Ideologias –, Max Weber (1982), ao construir sua sociologia política, desenvolveu a noção de “dominação”, entendida como a possibilidade de os indivíduos ou grupos sociais exercerem seus poderes/hegemonias sobre os demais, em termos de submissão, obediência.

As estruturas weberianas, formais e informais, receberam de Samuel P. Huntington novos subcritérios, dentre eles, uma cuidadosa descrição das posições relativas de civis e militares, em termos individuais, de grupos ou instituições, a partir das quais poderiam ser extraídos os diversos graus de controle e autonomia dessas relações.

Além disso, referindo-se às intercorrências dessas estruturas como um todo, em seus caracteres verticais e horizontais, Huntington acrescentou que: “Como partes de um sistema total, nenhum desses elementos pode sofrer alteração sem produzir alterações maiores nos outros elementos”; e, como consequência, “Tal equilíbrio pode ser obtido numa variedade infinita de formas”.¹⁶⁴

O Quadro 1, encontrado ao final da apresentação do sistema de equilíbrio huntingtoniano, que explicita a fisionomia geral da estrutura proposta por Huntington em sua obra *O Soldado e o Estado*, em caráter ilustrativo e sob a ótica deste autor, ressalta nos espaços sombreados (mais escuros) os aspectos relacionados com a hierarquia, onde se pode verificar a importância concedida por aquele autor a esse critério.

Ocorre que ficou constatado que não existiam parâmetros teóricos no sistema huntingtoniano que orientassem a pesquisa sobre quais variáveis permitiriam analisar os influxos concernentes à hierarquia “no interior do ambiente castrense”, apesar dessa categoria receber menção implícita – com ampla disseminação nos “Pontos de Equilíbrio” e sob diversas denominações, tais como: autoridade, influência, poder, posição, grau, nível, alcance, faixa, subordinação etc. –, e explícita, como no contexto do profissionalismo militar.

A ausência de parâmetros teóricos sobre os caracteres estruturais internos do ambiente castrense que permitissem analisar o seu funcionamento, a importância concedida para a hierarquia no quadro geral do equilíbrio huntingtoniano e a assertiva sobre os impactos recíprocos das intercorrências sistêmicas inspirou conjectura sobre qual teria sido a influência da dessa categoria na dinâmica do relacionamento civil e militar em todo o espaço temporal analisado nesta obra.

A suposição de que tal atributo teria relevância fulcral para o relacionamento civil e militar do período estudado e a ausência de alicerce teórico para enfrentar tal problemática, induziu o desenvolvimento de esforços específicos que permitissem coligar os elementos necessários ao prosseguimento de um estudo que tem pretensões de obter explicações para o caso brasileiro.

Nesse contexto, a instituição militar – com atribuições de envergadura, tais como: ter responsabilidade pela administração racional da violência e a preservação da soberania; ser a *ultima ratio* na conservação da entidade estatal; constituir a face sombria do poder coercitivo do Estado; dentre outras – exerce influência extraordinária sobre a sociedade como um todo e a atividade política em particular; condição agravada em uma sociedade profundamente hierarquizada como a brasileira.¹⁶⁵

Por essa razão, tornou-se imperativa a construção de um modelo próprio que permitisse a realização das análises necessárias à investigação, cuja configuração é abaixo explicitada, particularmente, em virtude de ter sido observado que a mesma poderá encontrar aplicação em outros contextos e estruturas públicas ou privadas.

Nesse sentido, cidadãos, profissionais e políticos, no curso de suas vidas, poderão, em algum momento: deparar-se com alguma forma de hierarquia; não se defrontar com essa experiência; construí-las às suas maneiras; ou, ainda, conquistar o seu lugar em uma qualquer.

Raras são as entidades civis que se assemelham ao segmento armado. O militar, ao ingressar na sua profissão, irá ocupar um lugar predeterminado desde o início, e, seguindo prognósticos definidos, deve galgar a pirâmide, de acordo com o grau de conformidade com a ética, a moral, os valores e

objetivos institucionais e do êxito que obtiver em cada um dos obstáculos que superar; vale dizer, a hierarquia é uma estrutura que está estabelecida, constituída *a priori*, cujo final pode ser divisado desde o início. Nesse sentido, assemelha-se a uma gigantesca engrenagem.

Celso Castro,¹⁶⁶ analisando esse aspecto, em sua inserção na Academia Militar das Agulhas Negras, considera que a hierarquia militar aproxima-se do fracionamento de “um *grupo de pares*”, uma “hierarquia quantitativa”, pois “pressupõe a *possibilidade de ascensão* para todos os seus membros, a partir de uma situação inicial de *igualdade* formal de condições”.¹⁶⁷

Tal constituição contrasta, por exemplo, com a hierarquia qualitativa do sistema hindu de castas, “onde as pessoas ocupam sempre as mesmas posições, inexistindo a possibilidade de ascensão e havendo, desde o início, uma situação de desigualdade de condições”.¹⁶⁸

Esse autor, ao explicar a sua ideia diz: “Um capitão, um coronel ou um general já foram cadetes; pode-se dizer que, de certa forma, eles são cadetes com alguns anos de experiência e de idade a mais”; e “que a distância entre as posições hierárquicas ocupadas por uns e por outros será, basicamente, uma questão de ‘quantidade’ de tempo”.¹⁶⁹

As intercorrências das configurações hierárquicas de civis e militares, contrariando o senso comum, de considerá-las como sendo de fácil apreensão e entendimento, portanto simples, na verdade possuem muitas faces e são complexas. Grosso modo, apresentam duas dimensões: uma externa e outra interna. As relações resultantes impactam todos os sistemas. Por isso, considera-se importante tratar da faceta castrense em sua manifestação *interna corporis*, perspectiva que não foi explorada por Huntington.

Do ponto de vista interno do sistema militar, da mesma maneira que do externo, existem aspectos formais e informais da hierarquia. No primeiro caso estão explicitados na Constituição Federal,¹⁷⁰ em leis e regulamentos, os quais expressam com fidedignidade a essência dessa institucionalização.

Para o caso brasileiro, observe-se, apenas para citar dois exemplos, as redações, respectivamente, dos artigos 176 da Constituição de 1946 e 142 de 1988:

Art. 176 - As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.¹⁷¹

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade

suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.¹⁷²

A Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, o *Estatuto dos Militares*, já referida na subseção que tratou de vocação militar, ademais de repetir o estabelecido em diversas Constituições, no seu artigo 14, apresenta o primeiro critério distintivo de formalidade:

Art. 14. A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade.¹⁷³

Tomando-se os postos (para oficiais) e graduações (para as praças) como referência, tais designações constituem um encadeamento entre indivíduos, no qual é possível, a qualquer momento, localizar a exata posição de cada um na escala hierárquica e o grau relativo de poder exercido em relação aos demais. Nesse contexto, não há nenhum militar que ocupe a mesma posição na escala. Para que isso ocorra, existem regras precisas para determinar o lugar de cada um, abrangendo as três forças singulares. Vale dizer, se três segundos-tenentes, de cada um desses segmentos, encontram-se e não sabem a sua precedência, em linguagem militar, antiguidade, devem aplicar o previsto nos § 2º, 3º e 4º do artigo 17, do *Estatuto dos Militares*:

§ 2º No caso do parágrafo anterior, havendo empate, a antiguidade será estabelecida:

a) entre militares do mesmo Corpo, Quadro, Arma ou Serviço, pela posição nas respectivas escalas numéricas ou registros existentes em cada Força;

b) nos demais casos, pela antiguidade no posto ou graduação anterior; se, ainda assim, subsistir a igualdade, recorrer-se-á, sucessivamente, aos graus hierárquicos anteriores, à data de praça e à data de nascimento para definir a procedência, e, neste último caso, o de mais idade será considerado o mais antigo;

c) na existência de mais de uma data de praça, inclusive de outra Força Singular, prevalece a antiguidade do militar que tiver maior tempo de efetivo serviço na

praça anterior ou nas praças anteriores; e

d) entre os alunos de um mesmo órgão de formação de militares, de acordo com o regulamento do respectivo órgão, se não estiverem especificamente enquadrados nas letras a, b e c.

§ 3º Em igualdade de posto ou de graduação, os militares da ativa têm precedência sobre os da inatividade.

§ 4º Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada ou não, que estejam convocados, é definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou graduação.¹⁷⁴

O segundo critério distintivo de formalidade introduz a precedência funcional:

Art. 17. A precedência entre militares da ativa do mesmo grau hierárquico, ou correspondente, é assegurada pela antiguidade no posto ou graduação, *salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei*.¹⁷⁵

Além disso, embora haja prescrição legal e extremo cuidado para não se designar alguém de um posto inferior para um cargo funcionalmente superior, por diversos motivos, particularmente decorrentes da irregularidade no fluxo da carreira, esse procedimento ocorre com frequência. Portanto, alguém hierarquicamente inferior, do ponto de vista do posto ou graduação, pode adquirir precedência ou, o que é mais comum, igualdade na atribuição de cargos. Essa possibilidade é corroborada, por exemplo, com o prescrito na *Ordenança Geral para o Serviço da Armada*.¹⁷⁶

Art. 3-1-13 O Oficial poderá ser designado para exercer interinamente cargo inerente a Oficial de posto superior.

[...] Art. 4-1-3 Parágrafo único – Em substituição, por deficiência de pessoal ou inexistência de pessoal legalmente habilitado, ninguém da Marinha pode negar-se a assumir cargos, mesmo que inerentes a posto ou graduação superior; a responsabilidade do substituto fica limitada pela habilitação que legalmente tiver.

Adentrando-se nos aspectos informais do exercício da autoridade, observa-se três manifestações de poder hierárquico. A primeira representada pela *proximidade* do indivíduo, grupo ou estrutura em relação ao posto de quem exerce, formalmente, cargo ou função. Nesse caso, o poder e as

possibilidades do seu exercício decorrem das ligações com a verdadeira fonte e fenecem sem ela.

Tal condição pode ocorrer pelo cargo ocupado ou funções desempenhadas, por exemplo, do trabalho como chefe de gabinete de um comandante;¹⁷⁷ ou por motivos pessoais, nesse caso, ainda que por razão funcional, a especificidade da atividade aproxima o indivíduo, ou grupo, do detentor do poder de uma forma íntima.

Considere-se, como referência, um comandante de força singular – da Marinha, do Exército ou da Força Aérea – e tome-se alguém do seu *staff*, de preferência pessoal, seu motorista, por exemplo. Digamos que ele seja um Cabo.

Do ponto de vista de sua graduação, estaria, apenas, acima do soldado ou do marinheiro. Do ângulo funcional, estaria em um dos degraus mais baixos da escala. Entretanto, da perspectiva da proximidade, ganharia acesso direto, diário ao comandante da força. Nessa posição, ocasionalmente cuida de aspectos econômicos do chefe, ou presta apoio à sua família em horas de descanso, dentre outras. Pode-se tornar amigo, ou ser parente. Em virtude dessa relação íntima com o seu superior ou mesmo pela sua posição privilegiada, pode exercer influência sobre todo o Gabinete pessoal do chefe, em seu Estado-Maior, subordinados da cadeia de comando etc. A possível limitação a essa prerrogativa virá dos condicionamentos éticos e de valores militares introjetados.

Em todas as três forças, tal prerrogativa é reconhecida, formal ou informalmente. Por exemplo, a Força Aérea Brasileira garante a preferência de um Soldado, Cabo etc., lotado em gabinete de Brigadeiro, embarcar em avião militar à frente de um Coronel ou correspondente. Significa que, para efeitos de viagem em aeronave daquela corporação, o militar incorpora a precedência do chefe com o qual trabalha.¹⁷⁸

A segunda fonte informal de poder hierárquico advém do *prestígio* adquirido por um indivíduo junto aos seus superiores, pares e subordinados. Tal condição está intimamente relacionada com a liderança e prolonga-se para além do serviço ativo; ao mesmo tempo, apresenta uma face negativa, o desprestígio, que relega qualquer um membro do segmento castrense, incluído nessa situação, ao descrédito perante seus companheiros.

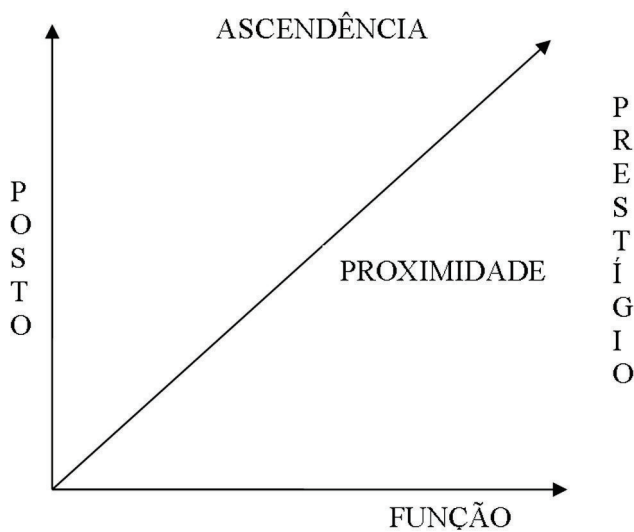
Finalmente, uma terceira fonte informal de poder hierárquico é a *ascendência*. Embora relacionada com a condição anterior, pois quem é prestigiado possui alguma ascendência, esse atributo adquire características próprias, pois independe dela. Assim, mesmo alguém de menor nível hierárquico, detentor de algum talento, qualidade ou conhecimento, para citar alguns critérios, adquire respeitabilidade e confiança para exercer influência.

Em estruturas hierárquicas mais rígidas, como no Exército, ou mesmo rígidas, como na Marinha, as manifestações informais de hierarquia, embora irretorquíveis e existentes, podem ser vistas com desconfiança. Considerando-se que, em tese, existe uma sabedoria que embasa o *discurso de autoridade* do mais antigo, exposições, por exemplo, de um mais moderno que detenha maior conhecimento, mesmo que específico, podem ser percebidas pelos primeiros como altamente desestabilizadoras e inaceitáveis.

Em uma organização mais flexível, como a da Força Aérea, em algumas circunstâncias, admite-se tais prerrogativas. Por exemplo, o piloto da aeronave detém autoridade sobre a mesma na presença de mais antigos, ou quando se encontra na posição de instrutor perante indivíduos com maior grau hierárquico, ocasiões nas quais exerce dominância, ou seja, suas determinações têm que ser acatadas.

Em caráter de resumo, pode-se propor um esboço teórico de estrutura que integre as fontes de poder hierárquicas internas, vigentes nas Forças Armadas,¹⁷⁹ conforme abaixo:

Figura 2: Diagrama de Situação Hierárquica

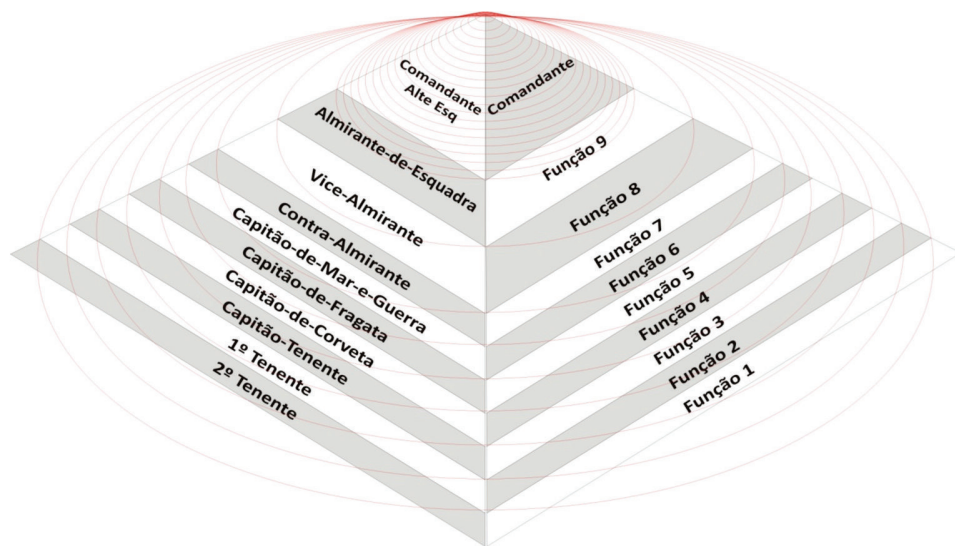


Fonte: O Autor

Na primeira situação, tem-se, por um lado, elementos concretos, tangíveis, tornando possível quantificar os dois aspectos formais da autoridade – posição individual no posto/graduação e situação funcional – e incluir um informal, a proximidade; na segunda, considerar elementos abstratos, intangíveis, intuitivos, cuja participação no processo

dependente de esmerada capacidade perceptiva e permite, apenas, avaliações qualitativas. Em uma representação dimensional, tomando-se como exemplo a estrutura de postos dos oficiais da Marinha do Brasil, sem considerar a ascendência e o prestígio, a configuração da situação hierárquica ficaria conforme abaixo:¹⁸⁰

Figura 3: Representação Dimensional da Situação Hierárquica



Fonte: O Autor

Os reflexos políticos dessa articulação hierárquica são evidentes. Observados desde um ponto de vista externo, do lado civil, possibilitam um dimensionamento real, relativo ao poder, conforme se apresenta e é exercido no interior das Forças Armadas. Essa constatação não torna irrelevante a aparência externa da articulação, com a qual o poder civil está habituado a dialogar, nem substitui a estrutura formal, apenas incorpora maior complexidade ao que, visualmente, apresenta-se mais simples do que realmente é.

Nesse sentido, pode se tornar útil como instrumento de análise em eventuais hiperdimensionamentos de poder, em linguagem contemporânea, na formação de “bolhas”, originadas em indivíduos, grupos ou estruturas, como ocorreu com a hipertrofia do sistema de informações, a qual será abordada nas próximas seções.

Comparativamente ao sistema das relações internacionais, essa estrutura, ora apresentada, corresponderia ao Estado, tributado como

centro da articulação dos poderes interestatais; entretanto, sabe-se, existem outros polos, tão ou mais intensos, sob a égide estatal ou não, que atuam de forma transparente ou dissimulada, como ocorre com as organizações não governamentais, as empresas transnacionais, as organizações internacionais, os regimes, as alianças, os pactos secretos, as organizações regionais etc.

Nada, até o momento, substituiu o abstracionismo estatal, mas verifica-se quantas interferências ocorrem até que alguma entidade ou pessoa diga, em nome do Estado, que aquela é a decisão adotada.

Como apreciação conclusiva, tal estruturação teórica, assim como tantas outras formulações originadas na caserna, não se restringe ao meio militar, podendo ser aplicada, com as devidas adaptações, ao ambiente civil, público ou privado.

Disciplina

Da mesma forma que a hierarquia, a disciplina constitui um dos pilares em que se sustenta o sistema militar e na qual se realiza um enorme investimento. Michel Foucault considera que essa manifestação na caserna chega ao ponto de sequestrar o militar do seu corpo, dissociando-o de si mesmo, para aprisioná-lo no interior de outros poderes, por meio de “limitações, proibições ou obrigações, nos mínimos detalhes, de forma a mantê-lo no nível mecânico, quase um automatismo controlável; mas, uma disciplina diferente da escravidão, da domesticidade, da vassalagem ou do ascetismo e das disciplinas do tipo monástico; uma disciplina imposta, nos mínimos detalhes, definida como uma maneira de investimento político e detalhado do corpo, uma nova microfísica do poder”.¹⁸¹ E isso se torna visível nas atitudes dos militares; pois implica em “redução funcional do corpo ao mesmo tempo em que o insere em um conjunto com o qual se articula e passa a se constituir como peça de uma máquina multissegmentar”.¹⁸²

A importância que a instituição castrense concede à disciplina está assentada nas tradições, nos costumes, nas leis e regulamentos. Veja-se o artigo 14, do *Estatuto dos Militares*, o mesmo que trata da hierarquia, que em seu § 2º estabelece:

Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.¹⁸³

No mesmo *Estatuto*, a palavra disciplina é citada quarenta e nove

vezes, sendo regulada para diversas circunstâncias, particularmente ao se referir às transgressões disciplinares e suas consequências. Tudo para reafirmar que o militar obedece a ordens.

Entretanto, tal obrigação pode ser flexibilizada em situações especiais previstas em leis e regulamentos. Em princípio não pode cumprir determinações inconstitucionais, ilegais e que atentem contra os regulamentos; ou seja, que se constituam em crimes, contravenções disciplinares ou ofensas aos padrões de conduta preconizados. A escusa ao cumprimento de ordens é regulada pelos limites da legalidade e a recusa implica em sanção grave.

Ao mesmo tempo, o militar tem, por determinação ética, moral, constitucional, legal e regulamentar de atender aos preceitos emanados dos acordos internacionais¹⁸⁴ e os que regulam a vida civil, nos campos criminais e cíveis, portanto, fica condicionado às prescrições que regem a vida dos civis. Além disso, devem ser acrescidas aquelas prescrições de caráter ético, moral, constitucional, legal e regulamentar que regem os próprios militares. Ultrapassar os limites permitidos ou proibidos pelas legislações civis ou militares implica em sanções, tanto civis como militares, nos âmbitos criminal, cível ou administrativo disciplinar, todas ao mesmo tempo, ressalvada a sobreposição de sanções.

Para Benjamín Rattenbach, a “disciplina é uma situação de fato, um estado de coisas, que permite apreciar em uma organização, uma instituição, uma empresa ou entidades corporativas similares qual é o grau de respeito e obediência entre superiores e subordinados”. Por ser uma sensação: “não é um elemento diretamente palpável”, somente avaliada “por meio de uma série de fatores, de situações, que a materializam e a tornam visível”.¹⁸⁵

Max Weber, em seus estudos, teve preocupação permanente com essa questão. Para ele, conforme explicitado em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*,¹⁸⁶ haveria uma continuidade entre a disciplina monástica ocidental e aquela que viria a inspirar o ascetismo protestante intramundano e o capitalismo. Nesse sentido, ela comporia um dos fundamentos da dominação racional metódica, conforme institucionalizadas na modernidade. Tal condição, favorável à implantação do capitalismo, tenderia a constituir uma forma de controle para os efeitos das emoções e paixões humanas, induzindo os indivíduos a se tornarem autocontrolados e administráveis.

Em *Economia e Sociedade*, Weber considera “a disciplina militar” como “a fonte da disciplina, em geral, e tem sido um modelo ideal, tanto para a antiga romana quanto para as plantas das companhias industriais modernas”.¹⁸⁷

Portanto, para esse autor, as raízes disciplinares da conduta humana estariam em fontes religiosas e militares, operando no sentido de introduzir racionalidade entre aqueles entes sociais que baseavam suas naturezas e ações em características honoríficas, tradicionais ou carismáticas, no sentido de construir organizações e instituições orientadas por algo mais do que lealdades e emoções. Aduzia, ainda, que a disciplina, em sua “natureza mais íntima, se opunha radicalmente ao carisma e a honra estatal, especialmente a feudal”;¹⁸⁸ e, também, aos excessos e abusos originados de práticas estranhas, como os duelos feitos por disputas em torno da honra pessoal.

Para Weber, essa manifestação seria uma ferramenta extraordinária: “é algo ‘objetivo’ e se coloca com firme ‘objetividade’ a disposição de todo poder que se interesse por ela e saiba estabelecê-la”.¹⁸⁹ Em *Economia e Sociedade*, ele discorre sobre as conquistas de Napoleão na França e seus efeitos até os dias em que escrevia sua obra.

Sobre a disciplina racional, assim explicita o seu entendimento:

Substancialmente, não é somente a execução consequentemente racionalizada, ou seja, exercida de forma metódica, precisa e incondicionalmente oposta a toda crítica, de uma ordem recebida, bem como a atitude íntima exclusivamente direcionada para tal implementação. A esta característica acrescenta-se outra: a uniformidade da ação ordenada. Seus efeitos específicos estão baseados na qualidade da ação conjunta de uma massa, o que não quer dizer que aqueles que obedecem constituam necessariamente uma massa reunida em um único lugar, que obedece a um modo global ou que alcança grandes proporções, de um ponto de vista quantitativo. O fator decisivo é a uniformidade da obediência por parte de uma multiplicidade de homens.¹⁹⁰

[...] Em lugar do transe heróico individual, da piedade, da exaltação entusiasta e da entrega a um chefe enquanto pessoa; em lugar do culto à “honra” e do exercício da capacidade de realizar proezas pessoais consideradas como uma “arte”; a disciplina pressupõe o “adestramento” com a finalidade de desenvolver uma prontidão mecanizada por meio de “prática” e, em função do apelo a fortes razões de caráter ético, pressupõe o “dever” e a “consciência”. Tudo isso a serviço de um ótimo, racionalmente calculado, de energia física e psíquica desenvolvida por massas uniformemente treinadas. Não se trata de que não intervenham o entusiasmo e a paixão incondicionais. Pelo contrário: toda guerra moderna ressalta justamente a importância primordial

de elementos “morais” na eficácia das tropas, utiliza recursos emocionais de todos os tipos – como, dentro de sua esfera, faz o meio mais refinado da disciplina religiosa: os “Exercícios espirituais” de Santo Inácio de Loyola – e intenciona, durante a ação, “inspirar” a conduta dos soldados pela vontade do chefe e direcionar o treinamento para que os dirigidos se “compenetrem” dessa vontade. O decisivo a partir de um ponto de vista sociológico é, no entanto, 1) que nela se *calcula* racionalmente tudo, precisamente estes “imponderáveis” e estes fatores irracionais e emocionais, procedendo-se, em princípio, do mesmo modo com que se calcula a produtividade de depósitos minerais e de carvão. É crucial também 2) que o “fervor”, por “pessoal” que seja o seu caráter, no caso de um líder irresistível, possua em sua tendência e em seu conteúdo normal um traço de “objetividade”, ou seja, significa fervor por uma “causa” comum, um resultado perseguido de forma racional e não por uma pessoa como tal. O oposto ocorre somente quando, por exemplo, o poder e a força de um capataz de escravos impõe disciplina – em uma plantação, em um exército de escravos do antigo oriente ou sobre as galeras da antiguidade ou medievais, tripuladas por escravos ou condenados. Assim, o adestramento mecanizado e a inserção do indivíduo em um mecanismo inevitável que o obriga a “marchar em um mesmo compasso”, que obriga o indivíduo incorporado à uma organização a adaptar-se a totalidade de um modo, por assim dizer, forçado – elemento importantíssimo para a eficácia de toda a disciplina, especialmente nas guerras conduzidas com base nessa – tudo isso constitui o único elemento eficaz e permanece como um “caput mortuum”,¹⁹¹ mesmo onde faltam as qualidades “éticas”: do dever e da consciência moral.¹⁹²

Benjamín Rattenbach, enfeixando a noção de disciplina de Max Weber – a qual, segundo ele, não faz distinção entre sociedade e quartel – apresenta dez características que a resumiriam:

A disciplina consiste 1ª) em uma execução racional, metódica e precisa de uma ordem recebida; 2ª) levada a efeito acriticamente; 3ª) em uma atitude dedicada exclusivamente ao seu cumprimento; 4ª) uniformemente executada; 5ª) com efeitos inclusive na massa, por mais dispersa que esta se encontre; 6ª) no adestramento prévio dos indivíduos; 7ª) na concorrência de fortes motivos éticos; 8ª) na possibilidade de aplicar cálculo racional; 9ª) em fervor demonstrado pelo indivíduo que

não é pessoal, mas objetivo, isto é, dedicado a uma causa e não uma pessoa ; e 10^a) que onde é imposta e sem motivações éticas, tem sua eficácia baseada no rigor e é em última análise, uma execução mecânica, uma ação espiritualmente morta.¹⁹³

Rattenbach considera que esses aspectos continuariam atuais, mesmo tendo sido redigidas por Weber antes da Primeira Guerra Mundial. Ressalva, todavia, as exigências impostas pelo advento de maior dispersão no combate moderno, que exige maior liberdade de ação e iniciativa; a modernização tecnológica dos meios militares, tais como o carro de combate, o avião, o navio, dentre outras; condições psicológicas do pessoal; questões de origem, tais como urbana ou rural; e grau de educação; fatos que implicam na necessidade de adaptações às noções originalmente explicitadas, conduzindo a disciplina de massa para uma mais funcional ou de cooperação. Mesmo essa última teria maior prognose de êxito quando embasada na anterior.

Este mesmo autor ressalta que a observação das características disciplinares, conforme explicitadas por Weber, permite verificar que elas enfatizam um caráter de ação (ou omissão), baseado em atitudes e motivações psicológicas; causa determinante da natureza da relação envolvendo dominantes e dominados, em qualquer sistema que tenha por finalidade proporcionar segurança ou bem estar para a sociedade. Para ele, “No fundo, é o elemento básico da ordem social, da ‘ordem’, que torna possível a coexistência da espécie humana em seus vários agrupamentos empresariais, da família ao Estado”.¹⁹⁴ Poder-se-ia acrescentar que, no ambiente castrense, induz, também, a atitude obediente, respeitosa e conformada.

Assim expostos, em sua facetas racionais e emocionais, a hierarquia e a disciplina constituem bases instáveis para as relações entre civis e militares, ao contrário do que o senso comum considera. A importância concedida a esses alicerces pelos militares, as idiossincrasias intrínsecas aos mesmos e as dificuldades, tanto dos civis, quanto dos militares, em entendê-las em toda a sua extensão, constituem mais um fator a perturbar essas já difíceis relações e, não raro, funcionam como estopim para confusões.

Imperativos Funcionais e Sociais

Apresentados os aspectos que interferem com o equilíbrio em seus “primeiro e segundo pontos”, ademais de incorporar acréscimos considerados necessários à compreensão dos fatos e fenômenos que irão

ilustrar as análises contidas nesta obra, abordar-se-á o “terceiro ponto de equilíbrio”, cujos polos de tensão foram denominados de imperativos por Samuel P. Huntington. Para ele:

As instituições militares de qualquer sociedade são moldadas por duas forças: um imperativo funcional, que se origina das ameaças à segurança da sociedade, e um imperativo societário, proveniente das forças sociais, das ideologias e das instituições dominantes dentro dessa mesma sociedade. Instituições militares que só refletem valores sociais podem ser incapazes de desempenhar com eficiência sua função específica. Por outro lado, poderá ser impossível conter dentro de uma sociedade instituições militares moldadas exclusivamente por imperativos funcionais. É na interação dessas duas forças que está o nó do problema das relações entre civis e militares. O grau em que elas entram em conflito depende da intensidade das exigências de segurança e da natureza e força do padrão de valores da sociedade. Nem sempre é inevitável que existam ajustamento e equilíbrio entre as duas forças; sociedades há que podem ser inerentemente incapazes de prover eficazmente a própria segurança militar – falta-lhes apreço pela sobrevivência numa era de ameaças contínuas.¹⁹⁵

Apesar dessa formulação essencial, a questão não recebeu de Huntington a atenção devotada aos outros pontos de equilíbrio em *O Soldado e o Estado*, obra mais voltada para os EUA, pois, no seu país, “o problema de equilibrar o imperativo funcional com o imperativo societário só recentemente adquiriu um novo significado”, uma vez que, da “segunda década do século XIX à quarta década do século XX, os norte-americanos tiveram poucos motivos de preocupação com a própria segurança”.¹⁹⁶

No seu entendimento, entretanto, o foco da análise deveria se direcionar para a oficialidade, “o elemento ativo da estrutura militar”, o qual estabelecia a tensão com o Estado, o “elemento ativo” da sociedade, particularmente na distribuição dos recursos, os quais expressam os valores sociais, incluídos o apreço ou não pela segurança, por meio da priorização.¹⁹⁷

As relações sociais e econômicas entre os militares e o restante da sociedade normalmente refletem as relações políticas entre a oficialidade e o Estado. Consequentemente, na análise da relação entre civis e militares, a primeira necessidade consiste em definir a natureza do corpo de oficiais. Que espécie de corporação é essa? Que espécie de homem é o oficial?¹⁹⁸

A seguir será apresentada a configuração da estrutura teórica de equilíbrio de Samuel P. Huntington, conforme nosso entendimento.

Quadro 1: Equilíbrio das Relações Civas e Militares para Huntington

O EQUILÍBRIO DAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES PARA HUNTINGTON							
PONTOS DE EQUILÍBRIO	VÉRTICES	CIVIS	MILITARES	EM TERMOS DE	CRITÉRIOS	SUBCRITÉRIOS	RESULTADOS
PRIMEIRO	AUTORIDADE (FORMAL)		PODER INDIVIDUAL OU COLETIVO DO CORPO DE OFICIAIS	POSIÇÃO FORMAL E ESTRUTURAL DAS INSTITUIÇÕES MILITARES NO GOVERNO	GRAU (VOLUME OU EXTENSÃO) DE CONTROLE	NÍVEL RELATIVO	
						UNIDADE RELATIVA	
					ALCANCE	FAIXA OU AMPLITUDE	
	INFLUÊNCIA (AUTORIDADE INFORMAL)			ASSOCIAÇÕES RECURSOS INTERPENETRAÇÃO HIERÁRQUICA PRESTÍGIO E POPULARIDADE	GRAU (VOLUME OU EXTENSÃO) DE CONTROLE	NÍVEL RELATIVO	
						UNIDADE RELATIVA	
					ALCANCE	FAIXA OU AMPLITUDE	
	IDEOLOGIA	LIBERAL			PRINCÍPIOS C/ ORIGEM NAS ÉTICAS (CHOQUE) PRINCÍPIOS MILITARES	PODER AUTONOMIA PROFISSIONALISMO	ANTI-MILITAR
		MARXISTA					ANTI-MILITAR
		FASCISTA					ANTI-MILITAR
		CONSERVADORA	REALISTA E CONSERVADORA				COMPATÍVEL
SEGUNDO	CONTROLE CIVIL OBJETIVO		NATUREZA E FINALIDADE DAS INSTITUIÇÕES	GRAU DE PROFISSIONALISMO	NEUTRALIDADE	GRAU DE ESTERILIZAÇÃO	AUTONOMIA FUNCIONAL
					HIERARQUIA		
					DISCIPLINA		
					COOPERAÇÃO		
					ORGANIZAÇÃO		
					COMANDO		
					COESÃO	TRADIÇÃO, ESPÍRITO DE CORPO, UNIDADE, COMUNIDADE	MÁXIMA SEGURANÇA MILITAR
					AQUIESCÊNCIA AO PODER CIVIL (EXECUTIVO)	SUBORDINAÇÃO MILITAR AO PODER POLÍTICO	MÁXIMA SEGURANÇA NACIONAL
						LEALDADE	
						OBEDIÊNCIA	
TERCEIRO	IMPERATIVOS	SOCIETÁRIOS		FORÇAS SOCIAIS, IDEOLOGIAS E INSTITUIÇÕES DOMINANTES	VALORES	MODERNIZAÇÃO	Instituições militares que só refletem valores sociais podem ser incapazes de desempenhar com eficiência sua função específica
			FUNCIONAIS	AMEAÇAS À SEGURANÇA DA SOCIEDADE			Poderá ser impossível conter dentro de uma sociedade instituições militares moldadas exclusivamente por imperativos funcionais.

Fonte: O Autor, com subsídios de Huntington, *O Soldado e o Estado*, 1996.

Conforme já foi citado, as partes achuradas mais escuras estão relacionadas aos aspectos hierárquicos, enquanto as mais claras ao conjunto do controle civil objetivo e ao profissionalismo, o qual o extrapola levemente. A partir dessa representação, pode-se avaliar o conjunto de fatores considerados por aquele autor para a análise de um sistema qualquer de relações entre civis e militares nas condições originais da sua formulação.

Ressalta-se que a questão dos imperativos, conforme citados texto e representados no Quadro, viriam a ser mais bem delineados por ocasião da análise que Huntington realizou sobre as sociedades em mudança, os quais serão objetos de apreciação no capítulo 2, no contexto das relações civis e militares instáveis.

O Controle Civil Subjetivo no Contexto do Equilíbrio¹⁹⁹

Conforme já foi assinalado anteriormente, esta forma de relacionamento civil e militar encontra-se muito longe da condição de equilíbrio ideal representada, exclusivamente, pelo controle civil objetivo, dentre outros motivos, porque é comum em sociedades liberais, atrasadas ou em transição, em períodos oligárquicos ou pretorianos.

Entretanto, essa estrutura foi exposta por Samuel P. Huntington em *O Soldado e o Estado* e, desconsiderando o “segundo ponto de equilíbrio”, justamente aquele do controle civil objetivo, obedece aos demais fatores de influência e de balanceamento conforme explicitados no Quadro 1. Por isso está posicionado neste parte do texto, não somente porque foi apresentada pelo autor nessas condições, mas, também, por não haver indicações de que estaria em desacordo com a formulação geral.

Para Huntington esta forma de relacionamento, embora corresponda, ao espaço de disputa do âmbito democrático, está inserido na visão (errada) que procura atingir a finalidade clássica do controle civil – de minimizar o poder dos militares – por meio da maximização do poder de grupos civis, incorporando-os às suas políticas e estratégias.²⁰⁰

Pior do que isso, essa forma de controle atinge plenamente o seu desiderato ao “civilizar” os militares, fazendo-os espelho, no Estado, do que tais grupos civis representam e, ao mesmo tempo, negando-lhes a existência como uma esfera de (poder) militar independente.

Como se trata de poder contrastado, vale dizer de disputa, existe um problema, pois o “grande número, o caráter variado e os interesses conflitantes de grupos civis, entretanto, impossibilita-lhes maximizar o poder como um todo em relação aos militares”. Dessa forma, cada grupo civil procuraria incrementar o seu próprio poder em relação aos outros,

inclusive mediante a incorporação de grupos militares favoráveis (ou que se tornassem favoráveis), valendo dizer que “a maximização do poder civil sempre significa a maximização do poder de algum grupo civil particular ou grupos”.²⁰¹

Deduz-se daí que o controle civil subjetivo envolve as relações de poder entre grupos civis. É ele promovido por um dos grupos como um meio de aumentar seu poder às custas dos outros. Transforma-se, desse modo, numa expressão instrumental como “direitos de classe” e não num fim em si mesmo. Assim como a bandeira dos direitos de classe é normalmente levantada por grupos econômicos, que têm mais força em nível de classe do que em nível nacional quando em luta com outros grupos que têm mais poder em nível nacional, assim, também, o *slogan* do controle civil é utilizado por grupos carentes de poder sobre as Forças Armadas em luta com outros grupos civis que têm tal poder. Como os direitos de classe, o controle civil pode abranger uma grande variedade de pecados. É sempre necessário perguntar quais são os civis que exercem esse controle. Na sociedade ocidental só recentemente é que existe controle civil com esse sentido subjetivo. Na verdade, controle civil subjetivo é a única forma de controle civil possível na ausência de um corpo de oficiais profissional. Em suas diversas manifestações históricas, o controle civil subjetivo tem sido identificado com a maximização do poder de determinadas instituições governamentais, classes sociais e formas constitucionais.²⁰²

Huntington ressalta a grande variedade de formas existentes para o exercício do controle civil subjetivo e apresenta, em seguida, alguns casos históricos dessa idiossincrasia, como demonstração das múltiplas combinações possíveis, na qual alguém ou alguns tentam assumir o controle sobre as Forças Armadas para utilizá-las em proveito do seu próprio poder.

No caso do controle civil por instituição governamental cita a pugna entre a Coroa e o Parlamento, ocorrida nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra; ou, na época de seu estudo, a mesma luta entre o Presidente e o Congresso dos EUA. Relembra, ainda, o mesmo conflito, dessa vez sob a inspiração de classe social, entre a aristocracia e a burguesia, nos séculos XVIII e XIX.

Outra forma, ainda, de controle civil subjetivo ocorreria por meio de forma constitucional. Nesse caso, a existência de cláusulas regulatórias daria a conotação de democrática à estruturação do controle, uma vez que,

pressupõe-se, tal regime estaria baseado na persuasão e no consenso, em contraposição aos regimes absolutistas, amparados na força e na coerção, casos em que a administração da violência seria anormalmente ampliada.

Huntington considera, entretanto, que tal argumento nem sempre é verdadeiro e contrapõe dizendo que a profissionalização militar imporá interesses igualmente corporativos. Assim, haveria um permanente potencial de desestabilização desse controle, chegando ao ponto em que, dentre outras possibilidades deletérias, os militares pudessem “solapar o controle civil e adquirir grande poder político através de processos legítimos e instituições de governo e de política (por exemplo, nos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial)”,²⁰³ isso em países democráticos; ou, como ocorre em regimes totalitários, serem fragmentados em unidades competitivas ou submetidos, por infiltração na hierarquia militar ou cadeias independentes de comando, conforme será apresentado adiante.

Conclui aquele autor que tal modelo não poderia mais funcionar em virtude da ascensão da profissão militar, dos conflitos entre os próprios grupos civis na tentativa de maximizar seu próprio poder e dos imperativos funcionais militares (de ameaças à segurança da sociedade), novos e independentes, dentre os quais avassaladores perigos, como a ameaça nuclear, implicando a prevalência deste imperativo *vis a vis* o imperativo societário, das forças sociais, das ideologias e das instituições dominantes.

Por isso, Huntington afirma que a “ação continuada das formas particulares de controle civil subjetivo exigia que esses imperativos fossem negados ou modificados”, prejudicando a segurança da sociedade. “Se isso não fosse feito, o controle civil no sentido subjetivo se tornaria impossível”, pela preponderância incontrolável dos militares.²⁰⁴

Outro aspecto, não menos importante, ressaltado por Huntington diz respeito à constatação de que aquelas múltiplas formas de incorporação dos militares nas questões civis conduziram à participação inevitável dos militares na política, redundando, afinal, em diminuição do controle civil conforme aumentasse o envolvimento desse segmento na política institucional, classista e constitucional.

Dessa forma, seria necessária uma outra articulação política capaz de incorporar novos princípios capazes de restaurar as relações entre os imperativos militares funcionais e os imperativos do restante da sociedade. Entretanto, enquanto “o controle civil não passava de um valor instrumental de determinados grupos civis, era obviamente impossível garantir consenso quanto a seu significado. Cada grupo definia-o como uma distribuição de poder favorável a seus próprios interesses”.²⁰⁵ Para aquele autor:

A definição subjetiva de controle civil pressupõe

um conflito entre controle civil e as necessidades de segurança militar. Isso foi de um modo geral reconhecido por adeptos de determinados grupos civis que costumavam afirmar que a continuada insegurança militar impossibilita o controle civil. Com isso, eles simplesmente queriam dizer que ameaças intensificadas à insegurança militar resultam em maiores imperativos militares contra os quais se torna mais difícil afirmar o poder civil. Por outro lado, o esforço para aumentar o controle civil no sentido subjetivo não raro solapava a segurança militar. Dado que não reconheceram, por exemplo, a existência de uma profissão militar distinta, com sua própria visão de política nacional, os grupos civis, frequentemente, admitiam que a redução do poder militar era necessária para preservar a paz. Entretanto, essa diminuição de poder dos militares quase sempre resultava em maior poder para grupos civis muito mais belicosos. Consequentemente, aqueles grupos civis que tentavam minimizar os riscos de guerra reduzindo o poder dos militares, muitas vezes encorajavam exatamente aquilo que estavam querendo evitar.²⁰⁶

Tal constatação “explica o peculiar fato histórico de jamais ter sido definido satisfatoriamente o controle civil, apesar de regularmente invocado na política e de frequentemente ter-se escrito sobre ele nos séculos XVIII e XIX”.²⁰⁷ E não seria “por mera coincidência que os anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra Mundial presenciaram a sistemática redução do poder político dos militares em todos os futuros beligerantes, com exceção do Japão”; ou que, em tempos mais recentes “a temperatura da Guerra Fria, na União Soviética, parece variar na razão inversa com o poder político de seus generais”.²⁰⁸

Sobre o controle civil subjetivo, conclui Huntington que ele “está fundamentalmente fora de lugar em qualquer sociedade na qual a divisão da força de trabalho é levada a um ponto em que surge daí uma classe diferente de especialistas na administração da violência”.²⁰⁹

Assim, seria necessária uma nova engenharia para restaurar o caráter harmônico do controle civil, a ser efetivada por meio de outro modo de controle, denominado civil objetivo.

A Crítica de Samuel Finner

A fim de dar um fecho para a estrutura teórica do relacionamento civil e militar, conforme proposta por Samuel P. Huntington, não se pode deixar de registrar a célebre discordância aposta por Samuel Finner, em 1962.²¹⁰

Esse autor assumiu como referência para as suas análises uma

noção de mentalidade militar entendida, *a contrário sensu*, como mente civil, cidadã, da *civitas*. No caso do militar, implicaria em reconhecimento – de autoridade e legitimidade – e aceitação de um tipo específico de condutor ou de conduta política. Além disso, os militares deveriam ter a percepção de que a ordem política, na qual estão inseridos, possui o grau de estabilidade e de poder necessários à consecução das suas atribuições. Esses dois fatores, reconhecimento e percepção, conformariam a ação política das elites militares e civis.

Para Samuel Finner, o problema não seria identificar porque os militares interferem na política; a questão consistiria em descobrir a razão pela qual não interferem mais, uma vez que há vantagens comparativas muito grandes entre a estrutura militar e a civil, como por exemplo: a organização, o sentido de missão, o espírito cívico e, o mais importante, a vantagem decisiva da posse de armas. Portanto, qual é o mistério da obediência?

Na linha de raciocínio de Finner, o profissionalismo, em vez de afastar o militar da política pode, ao contrário, aproximar, na medida em que, na sua mentalidade, o militar sinta-se um profissional do Estado e não um servidor de governantes mutáveis ao longo do tempo. Tal posicionamento abre a perspectiva de o militar questionar a aderência dos governantes aos caracteres imutáveis da pátria. Isso ensejaria a possibilidade de intervir nas condições em que aqueles dirigentes se afastassem das referências que fundamentam a existência da nação.

A explicação estaria em uma variável subjetiva essencial, adicionada à questão e de difícil mensuração, que o autor denominou de cultura cívica. Em países de cultura cívica elevada, o profissionalismo, conduziria ao afastamento da política; entretanto, nos países em que fosse incipiente, o mesmo fator levaria a um maior intervencionismo; ao pretorianismo, vale dizer, que a elevada politização da sociedade não encontraria correspondência na institucionalização vigente, um ambiente em que há vazio de poder, uma anomia.

Este fenômeno frequente, de ausência de uma institucionalidade legítima, provoca o preenchimento do espaço por força (física), uma vez que, a sociedade, assim como a natureza, tem fobia ao vácuo. A reação seria a atuação militar no âmbito da política. Essa variável é decisiva na estrutura da crítica de Samuel Finner. Se não houver uma cultura política elevada, a profissionalização, em vez de contribuir para a estabilidade do sistema político, labora no sentido de corrompê-lo. A crítica de Finner receberia atenção de Huntington.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES CIVIS E MILITARES INSTÁVEIS

Samuel P. Huntington procurou abordar a temática proposta neste capítulo em um estudo subsequente, talvez por ter percebido que as condições estudadas em *O Soldado e o Estado* não se adequavam perfeitamente a uma vasta faixa de países que ele considerou em processo de modernização, localizados na Ásia, África e América Latina, a zona de choque da Guerra Fria, naquela época assolada pela violência política, e provavelmente por ter reconhecido a importância da crítica de Finner.

Nesse trabalho – abrangendo o período posterior à Segunda Guerra Mundial e que se estende até 1965, publicado em 1968 nos EUA sob o título *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança* – apesar de não tratar especificamente das relações entre civis e militares, detalha suas ideias, de forma que pudessem ser aplicadas a esses países.

O interesse nessa obra e em outras formulações teóricas que serão apresentadas neste capítulo consiste em proporcionar uma moldura para os variados fatos e fenômenos que configuraram os quadros históricos que serão apresentados nas Partes II e III, pois elas representam as linhas de força que presidiram as relações civis e militares do Brasil em diversos momentos do recorte temporal abrangido neste estudo e, mais do que isso, iluminam qualquer análise que possa ser realizada para períodos posteriores ao dessa investigação.

Por exemplo, no quadro de instabilidades ocorridas entre 1930 e 1964, a compreensão do *pretorianismo* e do controle civil subjetivo, ambos da lavra huntingtoniana, é essencial, por circunscrever teoricamente o Modelo Moderador, estrutura que se tornaria uma referência para os acontecimentos cruciais ocorridos entre 1946 e 1964, além de se constituir em base da dialética que iria reger os acontecimentos até o término do Regime Civil e Militar de 1964.

Ressalta-se que, até agora, examinaram-se, apenas, formas de relacionamento civil e militar que foram originalmente estudadas sob a lente da Teoria das Elites, ótica sob a qual serão apresentados, ainda, o pretorianismo, o controle civil objetivo e o militarismo modernizante. Entretanto, existem outras abordagens. Neste livro foram selecionadas, no contexto de instabilidades, algumas contribuições que tentam oferecer explicações sobre ambientes específicos, como ocorre com o Modelo Moderador de Alfred Stepan e as formulações sobre autoritarismo e ditadura; ou, ainda, aquelas decorrentes das análises marxistas sobre as crises, que incluem o cesarismo e o bonapartismo.

Por isso, iniciar-se-á a apresentação do tema desse capítulo pela exposição significativa feita por Samuel P. Huntington sobre as sociedades em transição.

Vicissitudes das Sociedades em Transição

Na abordagem da *Ordem Política*, Huntington introduziu critérios que podem ser utilizados como complemento aos imperativos societários (do terceiro ponto de equilíbrio), incipientes em *O Soldado e o Estado*, uma vez que aquela primeira estava mais voltada para as atribulações dos países atrasados. Dessa vez, ele explicitaria todo o universo de instabilidades que poderiam ser originados no âmbito das forças sociais, das ideologias e das instituições dominantes, frequentes nesses países.

Esse autor examina a *Ordem Política* defendendo a tese de que a desorganização e a violência são produtos da rápida mudança social e da mobilização de novos grupos para a política, em descompasso com o lento desenvolvimento das instituições. “A instabilidade política nos países em modernização é, em grande parte, uma função do hiato entre aspirações e expectativas, produzido pelo aumento das aspirações que ocorre principalmente nas primeiras fases da modernização”,¹ particularmente de igualdade.

Para corroborar sua hipótese, rememora Tocqueville, para quem “Entre as leis que regem as sociedades humanas, há uma que parece ser mais precisa e clara que todas as outras”, acrescentando: “Para que os homens permaneçam ou se tornem civilizados é preciso que a arte de se associarem cresça e melhore na mesma proporção em que aumenta a igualdade de condições”.² Assim sendo,

A instabilidade política na Ásia, África e América Latina decorre precisamente do insucesso em preencher essa condição: a igualdade de participação política está crescendo muito mais rapidamente do que a arte da associação. As mudanças social e econômica – urbanização, aumento da alfabetização e da educação, industrialização e expansão dos meios de massa – estendem a consciência política, multiplicam as demandas políticas e ampliam a participação política. Essas mudanças minam as fontes tradicionais de autoridade política e as instituições políticas tradicionais; complicam imensamente os problemas de se criar novas bases de associação política e novas instituições políticas que combinem legitimidade e eficiência. As taxas de mobilização social e de expansão da participação política são altas; as taxas de organização política e

institucionalização são baixas. O resultado é instabilidade política e desordem. O problema fundamental da política é o atraso no desenvolvimento de instituições políticas em relação às mudanças social e econômica.³

Comparando essas regiões mais tumultuadas da Ásia, África e América Latina com a estabilidade nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, Europa e os países que integravam o bloco comunista, conclui que não são as formas de governo que importam para esta estabilidade, mas os graus (de efetividade) dos governos.

Para Huntington, “as diferenças entre democracia e ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência, estabilidade e os países cuja política é deficiente nessas qualidades”. Dessa forma, “Tanto os estados comunistas totalitários quanto os estados liberais do Ocidente se enquadram geralmente mais na categoria de sistemas políticos efetivos do que na de sistemas políticos fracos”.⁴

Portanto, aqueles países, estáveis, constituíam comunidades políticas que apresentavam um consenso surpreendente “entre os indivíduos quanto à legitimidade do sistema político. Em cada país, os cidadãos e os seus dirigentes têm uma visão comum do interesse público da sociedade e das tradições e dos princípios em que se baseia a comunidade política”.⁵ Neles, os governos efetivamente, governavam:

[...] instituições políticas fortes, adaptáveis e coesas: burocracias eficientes, partidos políticos bem organizados, um grau elevado de participação popular nos assuntos públicos, sistemas viáveis de controle civil sobre os militares, extensa atividade do governo na economia e procedimentos razoavelmente eficazes para regular a sucessão e controlar o conflito político. [...] dispõem da lealdade dos seus cidadãos e, por isso, têm capacidade de decretar impostos, recrutar pessoal e inovar e executar medidas. Quando o Politburo, o Gabinete ou o Presidente tomam uma decisão, existe alta probabilidade de que a mesma será implementada por intermédio da máquina governamental.⁶

Em posição oposta, os países asiáticos, africanos e latino-americanos, protagonistas do arco de violência política, eram:

[...] carentes de alimentos, alfabetização, educação, riqueza, renda, saúde e produtividade. [...] Além dessas carências e por trás delas, entretanto, há outra maior: a carência de comunidade política e de um governo

com eficiência, autoridade e legitimidade. [...] onde a comunidade política é fragmentada contra si mesma e onde as instituições políticas têm pouco poder, menos majestade e não apresentam flexibilidade – onde, em muitos casos, o governo simplesmente não governa.⁷

Huntington considera que esta situação caracterizaria um governo com baixo nível de institucionalização, fraco, um mau governo, uma vez que a função primordial seria governar. Por isso, um “governo que carece de autoridade, deixa de cumprir a sua função, é tão imoral quanto um juiz corrupto, um soldado covarde, ou um professor ignorante”.⁸

A modernização, por seu turno, desenvolver-se-ia sobre três eixos: o central é político, cujo parâmetro de referência seria o grau de institucionalização política e que se direcionaria para a estabilidade política, ou seja, a ausência de violência política. Essa institucionalização consistiria no processo por meio do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade. Assim, o nível de institucionalização de qualquer sistema político pode ser definido pela adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão de suas organizações e procedimentos. “Se esses critérios podem ser identificados e medidos, os sistemas políticos podem ser comparados em termos de seus níveis de institucionalização”.⁹

Um segundo eixo, que se pode considerar como horizontal, seria o econômico. Ele toma como parâmetro o desenvolvimento econômico e humano, aquilatados pelo aumento da oferta de emprego, renda, poupança, investimento e consumo, entre outros e que se dirigiria para a superação do atraso e a redução das desigualdades – da pobreza, do analfabetismo, das condições de saúde da população e outras.

Por fim, um eixo vertical, social, cujo parâmetro de acompanhamento seria o das forças sociais – representadas, entre outras, por grupos: étnicos, religiosos, econômicos, territoriais, de status, ocupacionais ou de técnicos; empresários, latifundiários, fazendeiros; intelectuais, estudantes, trabalhadores, camponeses; burocracias, inclusive a militar; classes; clãs; famílias. Esse vetor da sociedade emergiria sob contínua incorporação à atividade política, sob a forma de participação, e teria como finalidade o bem-estar da população, sob condições sociais avançadas.¹⁰

Esse processo teria início em países com estruturas oligárquicas, denominadas comunidades políticas tradicionais, caracterizadas pela reduzida participação política, normalmente circunscrita a um pequeno segmento da população, as elites aristocráticas e burocráticas dominantes, em que pese o fato de, até então, gozarem de estabilidade política e assegurarem referência de autoridade e governabilidade. Ele perduraria até o esgotamento do modelo, por impasses políticos, pelos influxos

originados do desenvolvimento econômico, pelo advento de novas forças sociais, ou pela conjunção desses efeitos.

Em muitos casos, especialmente onde a burocracia tradicional é bastante desenvolvida, os primeiros grupos da sociedade tradicional a ficarem expostos à modernidade são os burocratas militares e civis. No devido tempo, surgem em cena os estudantes, intelectuais, comerciantes, médicos, banqueiros, artesãos, empresários, professores, advogados e engenheiros. Esses grupos desenvolvem sentimentos de eficácia política e exigem alguma forma de participação no sistema político. A classe média urbana, em suma, faz o seu aparecimento na política e torna a cidade a fonte de inquietação e oposição ao sistema político e social que ainda é dominado pelo campo.

Os elementos urbanos conseguem finalmente impor-se e derrubam a elite rural dominante, o que assinala o fim do sistema político tradicional. Essa vitória urbana é geralmente acompanhada pela violência e, a partir desse momento, a política da sociedade torna-se altamente instável.¹¹

Rompidas essas estruturas estáveis, não haveria mais como voltar atrás, exceto um caminhar para frente, que deveria passar por duas etapas especialmente cruciais (e violentas) de incorporação popular na atividade política – a da classe média (radical ou reformista) e a das massas, que poderia ser revolucionária – após a qual, atingiria um último estágio de participação, denominada de cívica; um nível de comunidade política moderna, presidida por maior consenso, legitimidade e elevado grau de institucionalização política.

Cada fase dessa evolução decorrente de avanços no âmbito político, econômico ou social, seria potencialmente desestabilizadora e promotora de violência política, de reformas abruptas e revoluções ou até mesmo retrocessos devido à impossibilidade de progressão dos três eixos em harmonia. Huntington acentua que a “relação entre a mobilização social e a instabilidade política parece ser razoavelmente direta”.¹²

Alterações, entre outras, como maior “urbanização e os aumentos nos índices de alfabetização, educação e exposição aos meios de massa provocam um incremento das aspirações e expectativas, as quais, se não satisfeitas, galvanizam os indivíduos e os grupos para a política”. Tudo isso, somado à “ausência de instituições políticas fortes e adaptáveis [...] redundam em instabilidade e violência”.¹³

Assim examinadas, essas fases se caracterizariam por uma sucessão

de hiatos ou descompassos. O hiato que o preocupa é o político, cujo termômetro é a violência política, causado pela ausência de governo e caracterizado por:

[...] crescentes conflitos étnicos e de classe, intermitentes motins e violência de massa, frequentes golpes de estado militares, domínio de instáveis líderes personalistas que tomaram quase sempre medidas econômicas e sociais desastrosas, corrupção generalizada e clamorosa entre os ministros e os funcionários públicos, violação arbitrária dos direitos e liberdades dos cidadãos, declínio dos padrões de eficiência e desempenho da burocracia, profunda alienação de grupos políticos urbanos, perda de autoridade de legislativos e tribunais e fragmentação e às vezes desintegração completa de partidos políticos de ampla base.¹⁴

O hiato econômico, ainda que relacionado com o político, não seria o mais importante, porquanto “países de economia subdesenvolvida podem ter sistemas políticos altamente desenvolvidos e países que atingiram um alto nível de bem-estar econômico podem ter ainda uma política desorganizada e caótica”.¹⁵

Além disso, diz aquele autor, é falsa a premissa largamente utilizada de que o desenvolvimento econômico levaria à estabilidade política, pois “o desenvolvimento econômico e a estabilidade política são dois objetivos independentes e o progresso em direção a um deles não tem necessariamente ligação com o progresso em direção ao outro”.¹⁶ Ele tanto pode promover a estabilidade política, como solapar gravemente essa estabilidade.¹⁷ “Do mesmo modo, algumas formas de estabilidade política podem incentivar o crescimento econômico; outras formas podem desestimulá-lo”.¹⁸

Segundo, ainda, Huntington, as condições da fundação dos EUA – com a emulação de governo, práticas e instituições políticas da Inglaterra do Século XVII; e a linearidade do seu desenvolvimento econômico, “abençoados” com a abundância, bem-estar social e estabilidade política de sobra¹⁹ – ocasionaram um “hiato na experiência histórica” daquela sociedade e tornaram seus cidadãos “especialmente cegos aos problemas da criação de autoridade efetiva nos países em modernização”, de forma que, quando um estadunidense reflete sobre a construção de um governo “volta-se não para a criação de autoridade e o acúmulo de poder, mas de preferência para a limitação da autoridade e a divisão de poder”.²⁰

E acrescenta que, ao seu concidadão, se: “lhe pedirem que projete um governo, apresentará uma constituição escrita, declaração de direitos,

divisão de poderes, formas de controle e verificação, federalismo, eleições regulares, partidos concorrentes – tudo isso dispositivos excelentes para limitar o governo” e, mais, em caso de “necessidade de planejar um sistema político que maximize o poder e a autoridade, ele não tem uma solução pronta. A sua fórmula geral é que os governos devem basear-se em eleições livres e honestas”.²¹

Em muitas sociedades em modernização, essa fórmula não tem valor. Para terem sentido, as eleições pressupõem um certo nível de organização política. O problema não é realizar eleições, mas criar organizações. Em muitos, talvez em quase todos os países em modernização, as eleições só servem para favorecer o poder das forças sociais perturbadoras e muitas vezes reacionárias e para derrubar a estrutura da autoridade pública. “Na formação de um governo que deve ser administrado por homens sobre homens”, advertiu Madison em *The Federalist* nº 51, “a grande dificuldade consiste no seguinte: deve-se, primeiro, habilitar o governo a controlar os governados e, em seguida, obrigá-lo a controlar-se”. Em muitos países em modernização, os governos são ainda incapazes de exercer a primeira função e, muito menos, a segunda. O problema fundamental não é a liberdade, mas a criação de uma ordem pública legítima. Os homens podem, sem dúvida, ter ordem sem liberdade, mas não podem ter liberdade sem ordem. É preciso que a autoridade exista antes de ser possível limitá-la e autoridade é o que falta nos países em modernização onde o governo está à mercê de intelectuais alienados, coronéis turbulentos e estudantes desordeiros.²²

Complementando:

É precisamente essa escassez de autoridade que os movimentos comunistas e de tipo comunista conseguem quase sempre resolver. A história mostra conclusivamente que os governos comunistas não são melhores que os governos livres em atenuar a fome, melhorar a saúde, expandir o produto nacional, criar uma base industrial e aumentar a assistência. Mas uma coisa que os governos comunistas sabem fazer é governar; eles realmente proporcionam uma autoridade efetiva. Sua ideologia fornece uma base de legitimidade e sua organização partidária provê o mecanismo institucional para a mobilização de apoio e a execução de políticas. Derrubar o governo em muitos países em modernização

é uma tarefa simples: um batalhão, dois tanques e meia dúzia de coronéis podem bastar. Mas nenhum governo comunista num país em modernização foi derrubado por um golpe de estado militar. O verdadeiro desafio que os comunistas colocam para os países em modernização não é que eles sejam capazes de derrubar governos (o que é fácil), mas que sejam capazes de constituir governos (o que é uma tarefa muito mais difícil). Podem não dar liberdade, mas exercem autoridade; criam governos que podem governar. Enquanto os americanos se esforçam laboriosamente por diminuir o hiato econômico, os comunistas oferecem aos países em modernização um método testado e provado de preencher o vácuo político. Em meio ao conflito social e à violência que afligem os países em modernização, eles fornecem alguma certeza de ordem política.²³

Quando se dedica ao eixo social da sua construção teórica, Huntington trata da participação das forças sociais na política, na busca de condições que garantam o bem-estar e maior igualdade. Para o autor, o critério de aferição do avançar compassado²⁴ entre as forças sociais e a institucionalização política é aquilatado pelo grau de comunidade política, ou convergência, de uma sociedade e está refletido na relação entre as instituições políticas e as forças sociais que a compõem. “A modernização implica, em grande parte, na multiplicação e diversificação das forças sociais na sociedade”, a partir de famílias, clãs, classes e outras, em movimento crescente de incorporação e participação de novas forças na sociedade política.²⁵

“Quanto mais complexa e heterogênea é, porém, a sociedade, mais a efetivação e manutenção da comunidade política se torna dependente do funcionamento das instituições políticas”. Em uma “sociedade em que todos pertencem à mesma força social, os conflitos são limitados e se resolvem através da estrutura da força social. Não são necessárias instituições políticas claramente distintas”; já em uma sociedade “em que há apenas poucas forças sociais, um grupo - guerreiros, sacerdotes, uma determinada família, um grupo racial ou étnico - pode dominar os outros e efetivamente induzi-los a aquiescer ao seu domínio”; entretanto, em uma sociedade “em que haja maior heterogeneidade e complexidade, nenhuma força social pode dominar e muito menos criar uma comunidade sem criar instituições políticas que tenham alguma existência independente das forças sociais que lhe deram origem”.²⁶

“O mais forte”, disse Rousseau numa frase muito citada, “nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor,

a menos que transforme a força em direito e a obediência em dever”. Numa sociedade de alguma complexidade, o poder relativo dos grupos muda, mas para que a sociedade se torne uma comunidade, o poder de cada grupo é exercido por intermédio de instituições políticas que refreiam, moderam e dão novo rumo a esse poder a fim de tornar o domínio de uma força social compatível com a comunidade de muitas.

Na ausência total de conflito social, as instituições políticas são desnecessárias; na ausência total de harmonia social, são impossíveis. Dois grupos que se veem apenas como arqui-inimigos não podem formar a base de uma comunidade enquanto não mudar essa mútua percepção.²⁷

Assim sendo, “o grau de comunidade política numa sociedade complexa depende, grosso modo, da força e do alcance de suas instituições políticas”, uma vez que ela é “produzida pela ação política e mantida por instituições políticas”. Na história, “as instituições políticas surgiram da interação e do desacordo entre as forças sociais e do desenvolvimento gradativo de procedimentos e dispositivos organizacionais para resolver esses desacordos”, concluindo o autor que foi “precisamente esse desenvolvimento, porém, que deixou de ocorrer em muitas sociedades em modernização no século XX”, com forças sociais fortes e instituições políticas fracas o “legislativo e o executivo, as autoridades públicas e os partidos políticos permaneceram frágeis e desorganizados. O desenvolvimento do estado ficou atrás da evolução da sociedade”.²⁸ Nesse caso, quando um “estado que não possui os meios de mudar, não tem as armas necessárias para a sua própria conservação”.²⁹

Bertrand de Jouvenel reitera que a comunidade significa “a institucionalização da confiança”; e a “função essencial das autoridades públicas” é “ampliar a confiança mútua predominante no âmago do todo social”.³⁰

“As sociedades carentes de governos estáveis e eficientes são também carentes de confiança mútua entre seus cidadãos, de lealdade nacional e pública e de habilidade e capacidade de organização”. Nessas sociedades, “suas culturas políticas são frequentemente assinaladas pela suspeita, inveja e hostilidade latente ou manifesta em relação a todos os que não sejam membros da família, da aldeia, ou talvez da tribo” e, poder-se-ia acrescentar, das mesmas categorias econômicas, religiosas, ideológicas, burocráticas, dentre outras, características encontradas “em muitas culturas, mas talvez sejam mais patentes no mundo árabe e na América Latina”.³¹

Ao discorrer sobre autonomia (e subordinação), critério de institucionalização, já citado, Samuel Huntington afirma que um “sistema político altamente desenvolvido tem procedimentos para reduzir, quando não para eliminar, o papel da violência no sistema e para limitar a influência do dinheiro no sistema a canais explicitamente definidos” e, por isso, em função da “medida em que as autoridades políticas podem ser derrubadas por alguns poucos soldados ou influenciadas por alguns poucos dólares é que falta autonomia às organizações e procedimentos.” Complementando, assevera que na “linguagem comum, diz-se que as organizações e procedimentos políticos a que faltam autonomia são corruptos”.³²

E se essas organizações são influenciáveis por elementos que não têm origem política na própria sociedade, seriam, também, vulneráveis a influências de fora desta sociedade e facilmente infiltráveis por agentes, grupos e ideias de outros sistemas políticos. Dessa maneira, regimes podem ser derrubados com a infiltração clandestina de agentes e armas ou por uma conversa e milhares de dólares. “O governo soviético e o americano gastam presumivelmente somas substanciais tentando subornar altas autoridades de sistemas políticos menos resguardados”, acrescentando: “somas essas que nem sequer pensariam desperdiçar procurando influenciar altas autoridades do sistema político um do outro”.³³

Nessas sociedades em mudança, com pouca ou nenhuma autonomia, novos grupos estão sempre entrando no conjunto das forças sociais, em total descaso com as organizações políticas existentes, com enorme impacto sobre essas organizações e seus procedimentos, ao contrário dos sistemas políticos mais desenvolvidos, que atenuam e absorvem esses impactos. “Num sistema político a que faltem tais defesas, novos membros, novos pontos de vista e novos grupos sociais podem substituir-se uns aos outros, no cerne do sistema, com desconcertante rapidez”.³⁴

Para aquele autor, as instituições têm dimensões morais e estruturais, cujo cerne é o interesse público e não os interesses pessoais, paroquiais ou de classe. “Uma sociedade com instituições políticas débeis não tem capacidade para dominar os excessos de desejos pessoais e paroquiais”. Assim, o “familismo amoral” da sociedade retrógrada de Banfield tem sua contrapartida no “clanismo amoral, no grupismo amoral, no classismo amoral”.³⁵ Portanto, os interesses institucionais públicos diferem dos interesses individuais nas instituições.

Sobre esse entendimento Lucien Pye alerta que “problemas de desenvolvimento e modernização estão vinculados à necessidade de criar organizações mais eficientes, mais adaptáveis, mais complexas e mais racionalizadas”³⁶ e, acrescente-se, ter confiança nelas. “A capacidade de

criar tais instituições, no entanto, tem um estoque racionado no mundo de hoje. É precisamente a habilidade de fazer face a essa necessidade moral e de criar uma ordem pública legítima que, acima de tudo o mais, os comunistas oferecem aos países em modernização”.³⁷

Não bastassem todas as desgraças acima elencadas a se abaterem sobre os países em modernização, Huntington ressalta o flagelo da corrupção endêmica, que ocorreria por diversas causas e geraria muitos efeitos deletérios. A corrupção “é o comportamento de autoridades públicas que se desviam das normas aceitas a fim de servir a interesses particulares”.³⁸

Tanto as funções quanto as causas da corrupção são semelhantes às da violência. Ambas são encorajadas pela modernização; ambas são sintomáticas da debilidade das instituições políticas; ambas são características do que chamaremos posteriormente de sociedades pretorianas; ambas são meios pelos quais os indivíduos e os grupos se relacionam com o sistema político e dele participam, embora por meios que violentam os costumes do sistema.³⁹

O Brasil recebe referências abundantes do autor relativas à época em estudo (1945-1965), o qual, apoiando-se em Martin Needler, afirma que, juntamente com o Panamá, “são famosos pela corrupção mais ‘democrática’ e mais amplamente disseminada”.⁴⁰ E acrescenta, que na “maioria dos casos, a corrupção envolve a troca de ação política pela riqueza econômica”.⁴¹

Sendo assim, “como a corrupção produzida pela expansão da participação política contribui para a integração de novos grupos no sistema político, a corrupção decorrente da expansão da intervenção governamental pode contribuir para estimular o desenvolvimento econômico”, complementando que no Brasil “uma alta taxa de desenvolvimento econômico aparentemente correspondeu a um alto índice de corrupção parlamentar, e os empresários industriais compravam proteção e assistência aos legisladores rurais conservadores”, durante o período Kubitschek.⁴² “Também no Brasil, a fraqueza dos partidos políticos refletiu-se num padrão político e de clientela, em que a corrupção foi um dos fatores mais importantes”.⁴³

Neste estágio, Huntington considera que os “sistemas políticos podem ser, portanto, distinguidos por seus níveis de institucionalização política e por seus níveis de participação política”, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos ou entre tradicionais, em transição e modernos. A cada um desses sistemas corresponderiam formas de coexistência, geradoras de estabilidade ou não, denominadas de comunidades, as quais ele divide

em duas: cívicas (avançadas) e pretorianas (atrasadas).

Após ampla e complexa explanação dos sistemas visualizados, apresenta as características do modelo de relações entre civis e militares de interesse para este trabalho, denominado de pretoriano,⁴⁴ o qual será objeto de exposição a seguir.

Pretorianismo

Da mesma forma que o controle civil objetivo, estabelecido em sociedades com ideologias conservadoras, configura um padrão de relacionamento civil e militar ideal somente existente em sociedades avançadas, o pretorianismo constitui um dos modelos referenciais da teoria política de Samuel P. Huntington para as relações civis e militares, dessa vez como racionalização teórica adequada aqueles países atrasados da Ásia, África e América Latina, assolados por golpes de estado e violência política.

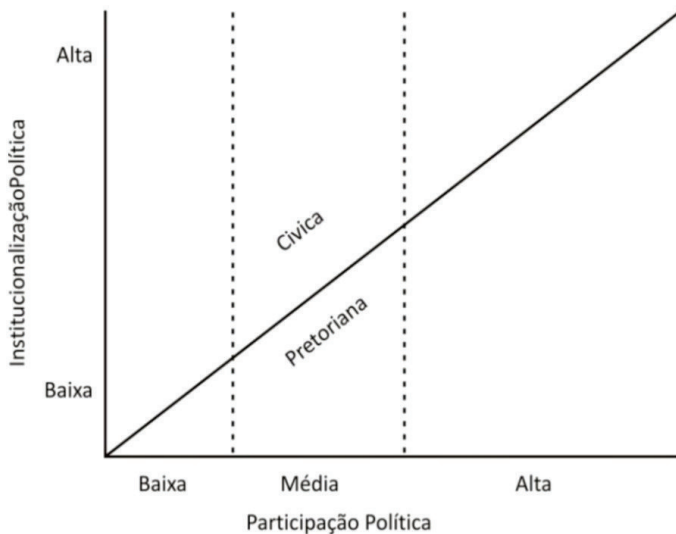
Conforme já citado na explicitação feita na subseção anterior sobre as vicissitudes das sociedades em transição, aquele autor considera que os sistemas políticos podem ser distinguidos pelos tipos de comunidades políticas que prevalecem no âmbito da sociedade, contexto no qual os critérios utilizados para realizar essa discriminação dependem dos níveis de participação e de institucionalização políticas.

A partir da avaliação desses critérios, por fatores qualitativos ou quantitativos, tais sistemas podem ser classificados como desenvolvidos (cívicos), subdesenvolvidos (pretorianos) ou tradicionais, em transição e modernos.

Sob a inspiração, mas sem ser exatamente igual a do sentido histórico conhecido na política da Roma Imperial, o pretorianismo consiste em uma politização das forças e das instituições sociais, por meio de grupos – étnicos, religiosos (clero), econômicos, territoriais, de status, ocupacionais ou de técnicos; empresários, latifundiários, fazendeiros; intelectuais (universidades), estudantes, trabalhadores (sindicatos), camponeses; burocracias, inclusive a militar; classes; entre outras – e não existem instituições, ou elas são incapazes, para mediar os conflitos gerados pela mobilização política originada nesses grupos.

Sob o critério do equilíbrio entre os imperativos de segurança e societários, a vigência desse modelo caracteriza o império das forças sociais, significando, portanto, o desequilíbrio permanente nas relações entre civis e militares. Em uma primeira síntese conclusiva, Huntington operacionaliza seus parâmetros de análise em um gráfico, conforme abaixo apresentado:⁴⁵

Figura 4: *Institucionalização versus Participação*



Fonte: HUNTINGTON, *op. cit.*, 1975, p. 92

Para Huntington a simplicidade que a apresentação gráfica induz é aparente, pois:

A estabilidade de determinada comunidade política depende da relação entre o nível de participação política e o nível de institucionalização política. O nível de institucionalização política numa sociedade com um baixo nível de participação política pode ser muito mais baixo que o de uma sociedade com um nível de participação muito mais alto, mas a sociedade com baixos níveis de ambas pode ser mais estável do que a sociedade que possui um nível de institucionalização mais alto e um nível de participação ainda mais alto. A estabilidade política, como já demonstramos, depende do quociente de institucionalização sobre participação. A medida que aumenta a participação política, a complexidade, autonomia, adaptabilidade e coerência das instituições políticas da sociedade devem também aumentar, para que a estabilidade política possa ser mantida.

[...] Os sistemas políticos com níveis baixos de institucionalização e níveis altos de participação são sistemas em que as forças sociais, utilizando métodos próprios, atuam diretamente na esfera política. Por motivos elaborados mais adiante, tais sistemas políticos são apropriadamente chamados de pretorianos. Já os sistemas políticos com um índice elevado de

institucionalização em relação à participação podem ser classificados como cívicos. Uma sociedade pode, portanto, ter instituições políticas mais altamente desenvolvidas do que outra e mesmo assim possuir um caráter mais pretoriano, por causa de seu nível ainda mais elevado de participação política.⁴⁶

Nesse contexto, o autor ressalta que existem duas características fundamentais da sociedade pretoriana que a distinguem das sociedades mais avançadas, consistindo basicamente na inexistência de legitimidade: das lideranças, grupos ou instituições políticas capazes de intermediar e moderar a ação política e servir de amortecedores para os conflitos originados dos diversos segmentos sociais; e dos acordos quanto aos procedimentos e métodos efetivos para dirimir as divergências, sejam hierárquicos ou eletivos, por petições, audiências, apelos, consultas, consenso ou por quaisquer outros meios aceitáveis. Tal divergência básica refere-se, particularmente, ao encaminhamento da distribuição do *status* e do poder de cada grupo, por meio de cargos ou políticas.

Além disso, outro fator interfere: o grau de funcionalidade da atividade fim, ou seja, o profissionalismo sofre interferência de métodos e procedimentos impregnados pela ação política, quer dizer, existe maior diferenciação, especialização e prestígio na atividade política do que na prestação funcional da instituição. Esse estado de coisas retira a necessária autonomia das instituições e as predispõe à manipulação, ao desvio de natureza e à incapacidade.

Huntington cita exemplos no meio acadêmico das sociedades pretorianas que representam baixos níveis de autonomia institucional como: uso da autonomia universitária para impedir o acesso de forças coercitivas do Estado e criar santuários, inclusive para abrigar terroristas; tempo parcial de dedicação de professores e alunos em universidades; pouca identidade corporativa; funções essenciais de ensino e pesquisa menos prestigiadas do que atividades sociais e políticas, internas e externas; pouco respeito pela cultura e os valores acadêmicos; expectativas de carreira baseadas em *status* social, relacionamentos, afinidades ideológicas, regras não meritocráticas, conchavos, troca de favores e corrupção.

Nessa situação, todas as táticas políticas são aceitas. “Os ricos subornam; os estudantes se amotinam; os operários fazem greve; as massas promovem manifestações e os militares efetuam golpes” e, faltou dizer, os professores fazem proselitismo em vez de dar aulas.

Tal disfunção se transforma em atividade normal da sociedade. A

situação fica mais clara ao ser comparada com a das sociedades mais avançadas, o que inclui os países comunistas, onde existem critérios legitimados e que são coerentemente aplicados e aceitos. As instituições exercem as funções para as quais foram instituídas e seus membros são profissionais e não políticos.

Dessa forma, o que gera diminuição das tensões em sociedades cívicas, provoca aumento nas pretorianas. O caso da maior participação política de indivíduos ou grupos é um bom exemplo. Tome-se o sufrágio universal. Nas sociedades avançadas minimiza os conflitos, mas nas atrasadas pode amplificar as tensões já existentes. Não à toa, o acesso de parcelas da nação ao sistema de voto é um fator extremamente delicado, de lenta e controlada evolução. Assim o “aumento do tamanho, da força e da diversidade das forças sociais torna a tensão e o conflito entre elas cada vez menos tolerável”.⁴⁷

Os motivos, assim são descritos por Huntington:

Nas sociedades simples, um sentimento de comunidade torna possível o desenvolvimento das instituições políticas. Nas sociedades mais complexas, uma das funções fundamentais das instituições políticas, talvez a sua função fundamental, é tornar a comunidade mais uma comunidade. A interação entre a ordem política e a ordem social é assim dinâmica e dialética: inicialmente, a última desempenha o papel principal em dar forma à primeira e, subsequentemente, a primeira desempenha o papel mais importante na criação da última. As sociedades pretorianas, porém, se veem presas num círculo vicioso. Nas suas formas mais simples, a sociedade pretoriana carece de comunidade e isso obstrui o desenvolvimento das instituições políticas. Nas suas formas mais complexas, a falta de instituições políticas efetivas obstrui o desenvolvimento da comunidade. A consequência é que existem numa sociedade pretoriana fortes tendências que a estimulam a permanecer nessa condição. Atitudes e padrões de comportamento, uma vez desenvolvidos, tendem a permanecer e a se repetirem. A política pretoriana torna-se implantada na cultura da sociedade.⁴⁸

Conclui Huntington:

A estabilidade de uma comunidade política cívica varia assim diretamente em função da extensão da participação política; a estabilidade de uma sociedade pretoriana varia na razão inversa da extensão da participação política. A sua durabilidade declina à medida que a participação aumenta. As oligarquias pretorianas podem durar

séculos; os sistemas da classe média, dezenas de anos; os sistemas pretorianos de massa, em geral, apenas alguns anos. Ou o sistema pretoriano de massa é transformado em consequência da conquista do poder por um partido totalitário como na Alemanha da República de Weimar ou as elites mais tradicionais procuram reduzir o nível de participação por meios autoritários como na Argentina. Numa sociedade sem instituições políticas efetivas e incapaz de desenvolvê-las, o resultado final da modernização social e econômica é o caos político.⁴⁹

Ao situar os conflitos inerentes às sociedades pretorianas, Huntington retoma as três fases da evolução política das sociedades: oligárquica, radical e de massas. Sob tais condições, na primeira, a luta ocorre entre grupos de família e de relações pessoais; na segunda entre grupos institucionais e ocupacionais; e na terceira o domínio é das classes e dos movimentos sociais.

A geração de todas as tensões está relacionada com a modernização que, conforme já explicitado, “é uma associação de urbanização, industrialização, secularização, democratização, educação e participação nos meios de comunicação, [...] uma crise”,⁵⁰ cujo foco está centrado no crescimento das cidades, em contraposição ao *status* rural predominante na condição anterior, atrasada.

Entretanto, a capacidade de administração das crises, de pacificação das cidades, paradoxalmente, dependerá do grau de convergência entre a gerência política, as elites e as massas rurais. Se isso não ocorrer, “o governo se vê encurralado numa prisão urbana de instabilidade e funciona ao sabor dos caprichos da população urbana, da guarnição da capital e dos estudantes da universidade central”.⁵¹

No que diz respeito à participação do segmento armado nas sociedades pretorianas, para Huntington: “Poucos aspectos da modernização política são mais impressionantes e comuns que a intervenção dos militares na política. Juntas e golpes, revoltas militares e regimes militares têm sido um fenômeno continuado nas sociedades latino-americanas”;⁵² onde as “técnicas de intervenção militar são apenas mais dramáticas e eficientes que as outras porque, como diz Hobbes: quando nada mais se apresenta, o trunfo é paus”; e o “líder carismático, a junta militar, o regime parlamentar e o ditador populista se sucedem um ao outro numa ordem imprevisível e desconcertante”.⁵³

Essa “instabilidade é a marca-padrão de uma sociedade carente de comunidade política e na qual a participação na política superou a institucionalização da política”; e aqueles grupos “são mobilizados para a

política sem se tornarem socializados pela política”.⁵⁴

A característica de disfuncionalidade, apontada anteriormente para o caso das universidades, ganha contornos mais marcantes no caso do segmento militar. “O profissionalismo militar é fraco; os valores militares, do mesmo modo que os acadêmicos, são subordinados a outras considerações. Fatores sociais, políticos e econômicos se insinuam na esfera militar”.⁵⁵ A autonomia colimada é a política, não a funcional.

Sob tal estado de coisas, na ausência de instituições capazes de mediar os conflitos, os militares não apenas intervêm com regularidade na política, inclusive de forma violenta, mas, também, transferem e recebem os influxos originados da politização geral, como se fossem instituições sem uma camada de proteção, abertas e permeáveis.

Considerando as intervenções militares, recorrentes nos países mais atrasados, como um pressuposto inerente à modernização política, Huntington tenta perscrutar suas causas e consequências, sob a ótica do desequilíbrio gerado pelas instituições, nos seus influxos (*inputs*) sobre o sistema político e refluxos (*outputs*) ocasionados.

Após examinar várias hipóteses comumente levantadas por estudiosos tais como: ajuda externa estadunidense ou soviética para Forças Armadas de países instáveis; oferecimento de cursos nos EUA, com transferência de mentalidade de controle civil; estrutura interna, habilidades pessoais ou origens sociais dos oficiais que participam das intervenções; dentre outras; conclui que tais providências “são estéreis politicamente por si mesmas; não encorajam, nem reduzem as tendências dos militares para desempenharem um papel político”,⁵⁶ pois a causa do intervencionismo é política e não militar, reflexo da estrutura institucional da sociedade.

“Os países que possuem um exército político, possuem também um clero político, universidades políticas, burocracias políticas, sindicatos políticos e corporações políticas”; a “sociedade como um todo está fora de compasso, não apenas as forças militares”; local onde “Coronéis e generais, estudantes e professores, ulemás muçulmanos e monges budistas, todos terminam envolvendo-se diretamente na política”.⁵⁷ Portanto, as “causas não serão encontradas na natureza do grupo, mas sim na estrutura da sociedade ...na ausência ou fragilidade de instituições políticas efetivas da sociedade”.⁵⁸

Nesse contexto, Huntington procura traçar um perfil para a mentalidade militar pretoriana e o faz baseado em cada uma das fases evolutivas da participação política na sociedade: inicial, equivalente à ruptura oligárquica; média, correspondente à passagem do sistema pelas fases radical e de massas; e cívica.

Para o pretorianismo da fase oligárquica, trata o soldado como reformador; para o radical, não indica nomes; para o pretorianismo das

massas, denomina de soldado guardião e cita o exemplo da reação ao peronismo; e, ao final, apresenta o soldado construtor de instituições para a transição do pretorianismo para a ordem cívica.

Segundo aquele autor:

No *pretorianismo oligárquico*, as forças sociais dominantes são os grandes latifundiários, o clero diretor e os portadores da espada. As instituições sociais são ainda relativamente indiferenciadas e os membros da classe dominante com facilidade e frequência combinam papéis de liderança política, militar, religiosa, social e econômica. Os grupos mais ativos na política são ainda de natureza basicamente rural. Famílias, facções e tribos lutam incessantemente entre si em busca de poder, riqueza e *status*. A política assume um caráter hobbesiano individualista. Não há consenso sobre os meios de resolver as disputas e quase não existem organizações ou instituições políticas.⁵⁹

Em outro estágio, ocorre uma evolução, com maior participação política. Em suas origens, surgem rupturas nas oligarquias; monarquias centralizadoras; ou Estados coloniais. A partir de idiosincrasias que vão surgindo no interior do sistema, representadas pelos descompassos entre a institucionalização política, o desenvolvimento econômico e humano e a participação política das forças sociais, aparecem os hiatos, as crises e novas rupturas, notadamente em função da rigidez e fragilidade das instituições diante do surgimento das classes médias e do seu comprometimento com valores modernos; então, ocorre “a derrubada ou desagregação do tradicional sistema de governo”,⁶⁰ a desordem cívica – o custo da maior participação – adentrando-se na ordem pretoriana radical.

Na mudança da “monarquia absoluta ou da oligarquia pretoriana para o pretorianismo radical, os militares desempenham um papel fundamental”; ocasião em que a “classe média faz sua estreia na cena política envergando não o terno do negociante, mas as platinas do coronel”.⁶¹

Diferentemente das intervenções intrínsecas às oligarquias, na qual os golpes militares ocorrem no estrito ambiente palaciano, apenas com a troca de um membro da elite por outro, sem alterações nas estruturas políticas ou militares, no pretorianismo radical, a partir de uma semiautonomia, adquirida com a diferenciação que ocorre concomitantemente com ascensão da classe média, os militares passam a constituir um subsistema de pressão.

A diferenciação advém das formas de recrutamento, que passam a incorporar, nas bases, representantes das classes mais modestas e, na

oficialidade, membros da classe média; e das oportunidades educacionais, no país e no estrangeiro, onde são desenvolvidas habilidades gerenciais e técnicas, instrumentos que são raros em meio a sociedades atrasadas. Tudo isso, redundando em comparações, receptividade às ideias e estruturas observadas, particularmente naqueles elementos de modernização e progresso.

A sintonia com a movimentação da classe média ocorre pela convergência de valores, de diagnósticos e na repulsa à corrupção, incompetência e passividade da oligarquia dominante. Por isso, há uma tendência de aliança com os setores mais avançados: professores e estudantes, particularmente aqueles que tiveram experiência no exterior; a burocracia mais esclarecida, profissionais liberais e setores técnicos.

Em dado momento, esses conspiradores se revoltam e derrubam a oligarquia. Esse golpe se distingue dos golpes governamentais da era oligárquica porque são normalmente chefiados por oficiais de patente média e não de alta patente; os oficiais são unidos mais pela lealdade a um objetivo comum do que pela adesão pessoal a um líder único; têm normalmente um programa de reforma social e econômica e de desenvolvimento nacional e, frequentemente, ocorre um salto quantitativo na dose de violência que acompanha o golpe.

Essa mudança marca a transferência do padrão oligárquico de golpes governamentais ou revoluções palacianas para o padrão radical e de classe média de golpes de reforma.⁶²

Huntington denomina essas intervenções de golpes de penetração, resultado das primeiras intromissões dos militares na política, juntamente com os seus parceiros da classe média, eventuais aliados de grupos econômicos e políticos dominantes. Representa, também, a implementação de reformas nas estruturas vigentes.⁶³

Mais do que isso, conforme já foi citado, essas rupturas, em suas origens, catapultam a sociedade para uma espécie de montanha russa de crises; movimento sem volta, com instantes de calma, seguidos de novos e vertiginosos mergulhos e ascensões, até o possível, embora longínquo e incerto, reencontro com a estabilidade da comunidade cívica. Os intervalos de tempo entre os momentos de (relativa) estabilidade e os sobressaltos não ocorrem de forma regular, senoidal, são irregulares, aleatórios mesmo, podem demorar muito e não estão livres de retrocessos. Huntington explicita que:

Durante essa fase inicial do pretorianismo radical, a política implica tipicamente intrigas e conflitos permanentes entre grupos frouxamente estruturados que são de composição fundamentalmente militar.

[...] Facções de coronéis e generais lutam então entre si para assumir o controle, mas nenhuma facção consegue estabelecer uma base efetiva de autoridade porque nenhuma está disposta a estender o seu apelo (e o seu poder) além das fileiras do exército e mobilizar outras forças sociais para o seu lado. Mas desde que as fontes tradicionais de legitimidade se desacreditam, outros grupos da classe média suplementam em tempo oportuno os militares na cena política e se esforçam por participar da política à sua maneira característica. Entre esses grupos, estão a *intelligentsia* profissional e literária, comerciantes e industriais, advogados e engenheiros. As duas forças sociais mais ativas num sistema pretoriano no seu nível médio de desenvolvimento são tipicamente a *intelligentsia* e especialmente os estudantes, de um lado, e os militares, do outro. Existe uma acentuada correlação entre a participação dos estudantes na política e a dos militares. Ambas são características distintas da sociedade pretoriana radical.⁶⁴

Nessa fase, a autonomia colimada é política, em vez de funcional, profissional. As medidas para alcançar essa finalidade são diversas, dentre as quais se ressaltam: afastamento das lideranças políticas; orçamentos independentes da interferência política; controle quase exclusivo das atividades internas; lideranças originadas de suas próprias fileiras etc.

Sob tais circunstâncias, a atividade militar de interferir na política, por meio de golpes, está em perfeita harmonia com a prática da corrupção, das greves sindicais e manifestações estudantis com fins políticos. Todas essas formas de ativismo são meios de exercer pressão sobre a autoridade. Não são exercício de autonomia funcional ou de autoridade. São exercícios de autonomia política. Trata-se do exercício de atividade que deveria ser, em sua essência, apolítica.

Samuel Huntington observa que, na ausência de canais institucionais legitimados para veicular interesses e reivindicações, na “sociedade pretoriana radical, a intervenção militar na política não é um desvio isolado de um padrão pacífico e normal de política. É simplesmente um fio numa trama complexa de técnicas de ação direta empregadas por uma série de grupos da classe média em conflito”.⁶⁵

Nesse contexto, a intervenção do segmento armado tem a finalidade de: impedir o agravamento das crises políticas, do conflito social, da perda de legitimidade, eficiência e eficácia das instituições políticas,

particularmente da governabilidade; desmobilizar as forças sociais; evitar que a situação saia do controle, que se transforme em movimento mais violento, vire uma revolução; e restaurar a normalidade. “A intervenção militar, em suma, marca muitas vezes o fim de uma sequência de violência em política”.⁶⁶

Diferentemente das conquistas que possam ser obtidas pelas demais forças sociais mobilizadas, as quais podem ficar limitadas às alterações nas políticas vigentes, o golpe muda o governo, a política como um todo. Aí reside sua falta de limite. Os demais movimentos sociais podem dosar os seus objetivos; os militares não, uma vez que não se pode propugnar por determinada(s) alterações política(s) após a aplicação de um golpe: “enquanto outras forças sociais podem pressionar o governo, os militares podem substituí-lo”.⁶⁷

Ao mesmo tempo, as intervenções militares servem como “meio de pôr termo a outros tipos de ação contra essa autoridade” o que permite “reconstituir a autoridade política”; “[...] reduzir o nível de participação, induzindo a retirada das ruas das forças sociais em competição e produzindo um sentimento de alívio e harmonia”; e, ao cabo, após cuidadosa preparação, obter o “fim de uma luta política e o registro dos seus resultados, como acontece num dia de eleição num país democrático”.⁶⁸

O alívio, entretanto, é temporário, pois o pior, ainda, não chegou, uma vez que o pretorianismo radical serve, apenas, como veículo de penetração para a eclosão da próxima fase: a das massas. “À medida que a sociedade muda, muda também o papel dos militares. No mundo da oligarquia, o soldado é um radical; no mundo da classe média, é um participante e um árbitro; à medida que a sociedade de massa desponta no horizonte, torna-se o guardião conservador da ordem existente”.⁶⁹

Nesse ambiente, “de uma maneira paradoxal, mas compreensível, quanto mais atrasada é uma sociedade, mais progressista é o papel do militar; quanto mais adiantada se torna uma sociedade, mais conservador e reacionário se torna o papel dos seus militares”.⁷⁰

Por isso:

A extensão em que as instituições e os indivíduos militares se tornam politizados está em função da fraqueza das organizações políticas civis e da inabilidade dos líderes políticos civis em lidar com os principais problemas de política que o país enfrenta. A extensão em que um corpo de oficiais politizado desempenha um papel conservador ou reformista na política está em função da expansão da participação política na sociedade. A instabilidade e os golpes associados à ascensão da classe média se devem a mudanças na natureza dos militares;

a instabilidade e os golpes associados ao advento da classe baixa se devem a mudanças na natureza da sociedade. No primeiro caso, os militares se modernizam e desenvolvem conceitos de eficiência, honestidade e nacionalismo que os alienam da ordem vigente. Intervêm na política para levar a sociedade ao mesmo nível dos militares. São a vanguarda da classe média e a ponta de lança do seu avanço na arena política. Promovem a reforma econômica e social, a integração nacional e, até certo ponto, a extensão da participação política. Uma vez que os grupos urbanos da classe média se tornam os elementos dominantes na política, os militares assumem um papel arbitral ou estabilizador. Se uma sociedade pode mover-se da participação da classe média para a de massa com instituições políticas razoavelmente bem desenvolvidas (como no Chile, no Uruguai e no México, na América Latina), os militares assumem um papel apolítico, especializado e profissional característico de sistemas com controle civil “objetivo”.⁷¹

E prossegue aquele autor:

Se, entretanto, uma sociedade se move para a fase da participação de massa sem desenvolver instituições políticas efetivas, os militares se empenham num esforço conservador para proteger o sistema existente das incursões das classes baixas, especialmente das classes baixas urbanas. Tornam-se os guardiães da ordem da classe média existente. São assim, de certo modo, os porteiros da expansão da participação política numa sociedade pretoriana; o papel histórico que desempenham é abrir a porta à classe média e fechá-la à classe baixa. A fase radical de uma sociedade pretoriana começa por um golpe militar vivo e modernizador que derruba a oligarquia e proclama o advento do iluminismo na política. Termina com uma série de esforços frustrantes e perniciosos de retaguarda para bloquear a ascensão das classes baixas ao poder político.

As intervenções militares dessa variedade de “veto” refletem assim diretamente a participação crescente da classe baixa na política.

[...] Golpes de veto ocorrem também quando um governo no poder começa a promover políticas radicais ou a conquistar as simpatias de grupos a quem os militares desejam excluir do poder. Foi esse o caso do Peru em 1948, da República Dominicana em 1963, do Brasil em 1964.⁷²

Nesse contexto, conforme o general da força aérea boliviana René

Barrientos, o exército deve ser uma “instituição tutelar [...] velando zelosamente pela observância das leis e pela virtude dos governos”.⁷³ Coincidentemente, em muitas Constituições existiam dispositivos que reconheciam, implícita ou explicitamente, tais pretensões dos militares.

Ao adentrar no papel de guardião, sob o manto dos golpes de veto, o segmento militar passa a atuar como um mecanismo que debilita e corrompe o sistema político. Nessas condições, a “responsabilidade e o poder se divorciam. Os líderes civis podem ter responsabilidade, mas sabem que não têm poder e não têm permissão de criar poder, pois os seus atos estão sujeitos ao veto militar”. Por outro lado, “juntas militares podem exercer o poder, mas sabem que não terão de assumir a responsabilidade pelas consequências de seus atos, pois podem sempre devolver a autoridade aos civis quando os problemas da governança forem demais para eles”.⁷⁴ A atuação como guardião, todavia, tem limitações, pois:

À medida que a sociedade se torna mais complexa mais difícil é para os militares, primeiro, exercer o poder efetivamente e, depois, ter êxito em assumi-lo. Como um grupo razoavelmente pequeno, socialmente homogêneo e altamente disciplinado e coeso, os elementos dominantes no corpo de oficiais podem agir com alguma eficiência como um quadro de liderança numa sociedade ainda relativamente sem complexidade e sem diferenciação. Mas quando a sociedade pretoriana se torna mais complexa e diferenciada, o número de grupos e forças sociais se multiplica e os problemas de coordenação e agregação de interesses se tornam cada vez mais complexos. Na ausência de instituições políticas centrais eficientes para a solução dos conflitos sociais, os militares vêm a ser apenas uma das várias forças sociais relativamente isoladas e autônomas. A capacidade que têm de obter apoio e induzir cooperação declina. Além disso, é claro, os oficiais não são necessariamente versados nas artes esotéricas das negociações, dos compromissos e do apelo às massas que se requer para a ação política numa sociedade complexa. Uma sociedade mais simples pode ser incitada, comandada e levada para um objetivo. Mas onde a diferenciação social está bem adiantada, o líder político deve saber manter o equilíbrio e transigir.⁷⁵

Vale registrar que existe uma relação entre participação política, complexidade das sociedades e efeitos sangrentos. Em sociedades oligárquicas, os efeitos das intervenções são mínimos. A partir dos primeiros estágios de desenvolvimento político, o grau das lesões decorrentes da violência política tende a aumentar. Entretanto, à medida que a sociedade

se torna mais organizada e complexa, tais efeitos podem se tornar, potencialmente, cruentos.⁷⁶

Nesse contexto, em que, naturalmente, há uma maior democratização, não ocorre, como seria de esperar, uma diluição da violência. Ao contrário, os riscos podem ser muito altos. Para Huntington, essa “democratização do governo numa sociedade em que a violência é parte integrante do governo significa também a democratização da violência”. Dessa forma, “O golpe de estado – a guerra limitada de violência interna – pode ser substituída pela guerra revolucionária ou por outra violenta insurreição que envolve numerosos elementos da sociedade”.⁷⁷

Por isso, “A tendência dos militares a preferir um papel de guardiães nas sociedades mais complexas indica por si só alguma consciência das dificuldades de integrar as forças sociais”.⁷⁸ Essa atitude, significa a compreensão do segmento castrense quanto aos limites da técnica golpista em um ambiente de crescente complexidade. Ao mesmo tempo permite o exercício de uma forma de controle que evita os malefícios das mudanças mais radicais. Entretanto, como sempre ocorre no pretorianismo, a válvula serve apenas para uma descompressão temporária do sistema.

Por trás de toda essa movimentação, existe uma crença de que a problemática envolvendo os periódicos colapsos do sistema político nos países atrasados resultariam, apenas, na resolução de um dilema básico, embora simples, para os militares: permanecer acima da política ou intervir para evitar alterações indesejáveis. Essa contradição intrínseca seria resolvida mediante evidências conhecidas de ruptura ou falência do sistema. Mesmo sob essas condições, tais idiosincrasias seguem a premissa de que seriam temporárias. Após removidas as causas que impediriam seu funcionamento, haveria uma tendência de retorno à normalidade.

Para Huntington, entretanto, “as causas são endêmicas ao sistema político e constituem a consequência inevitável da modernização da sociedade. Não podem ser removidas com a eliminação pura e simples das pessoas”.⁷⁹ Além disso, ainda há outro dilema: a possibilidade de represálias por parte dos prejudicados, na sua volta ao poder; o retorno da facção que, definitivamente, não deve chegar ao poder.

São típicas das fases pós-golpistas a desintegração da frente que possibilitou o desencadeamento do golpe; as facções comumente constituídas são aquelas representativas dos radicais ou linhas duras e moderados; cuja razão principal para desentendimentos reside na devolução do poder aos civis.

Para os moderados, o afastamento das lideranças políticas indesejáveis e a implementação das reformas estruturais necessárias

seriam suficientes para a devolução do poder às civis. Todavia, para a linha dura, tais medidas impedem a instauração das reformas mais profundas, o que somente pode ser obtido com uma maior permanência, centralização e autoritarismo; e, ainda, há a possibilidade de revanche. Em geral, a vanguarda é comandada pelos moderados, que chegam primeiro ao poder; mas, no caso de maior permanência, são os representantes da linha dura, infiltrados no núcleo e na retaguarda do movimento, que dão continuidade ao processo.

Enquanto os moderados estão dispostos a assimilar e transigir com as forças sociais emergentes, os radicais tendem a barrar o acesso à maior participação política. “No golpe de penetração, o radical não transige com a oligarquia; no golpe de veto, o radical não transige com as massas. Um apressa a história; o outro resiste a ela”.⁸⁰

Segundo Huntington, a solução ao dilema do retorno dos civis ao poder tem se apresentado sobre quatro formas:

Restituindo o poder aos civis, mas restringindo a ascensão de novos grupos, conforme agiram, sem sucesso: o general argentino Pedro Aramburu, em 1955, ao derrubar Juan Perón e proscrever seu partido político, permitindo, entretanto, a eleição, em 1962, de Arturo Frondizi,⁸¹ da União Cívica Radical Intransigente (UCRI); e seus sucessores militares.

Restituindo e expandindo o poder dos civis, vale dizer, os militares, após obstar a ascensão de determinados grupos civis, mediante concessões de ambos os lados, particularmente, por parte dos civis, permitem a ascensão desses segmentos indesejáveis, preferencialmente sob nova liderança, conforme ocorreu na Turquia em 1960, após a derrubada do governo e execução de Adnan Menderes pelo general Kemal Gursel. Nesse caso, o general foi eleito sob a bandeira do Partido do Povo e permaneceu com maioria fraca até a eleição do seu sucessor, do Partido da Justiça, dos partidários de Menderes, em 1965.

No intervalo, conseguiu obstar uma tentativa de golpe dos militares mais radicais. “Em todos esses casos, os líderes civis... aceitam pelo menos algumas das condições especificadas pelos militares, entre as quais principalmente a de desistir de represálias por quaisquer atos porventura cometidos pelos militares quando estavam no poder”.⁸²

Uma terceira maneira de enfrentar o dilema trata de conservar o poder nas mãos dos militares e, ao mesmo tempo, restringir o acesso dos grupos indesejáveis. Sob tais condições, mesmo que não desejem, são levados a tomar medidas cada vez mais repressivas. De acordo com Huntington, foi o rumo tomado pelo Presidente Castello Branco, após a deposição do governo de João Goulart.

Diante dos resultados desfavoráveis, em 1965, com a eleição de

dois governadores civis da oposição, os militares da linha dura tentaram interferir na posse dos mesmos e ameaçaram a estabilidade do próprio governo; Castello, em vez de enfrentar a reação, aderiu, dissolveu o Congresso Nacional, editou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), aboliu os partidos políticos e impôs maiores restrições à atividade política e à liberdade de expressão.

“A fim de eliminar a possibilidade de um apelo popular às massas, as eleições presidenciais de 1966 foram indiretas e realizadas pelo velho congresso do qual os militares tinham eliminado muitos elementos da oposição”. Em consequência: “Nenhum candidato da oposição se apresentou contra o candidato militar, General Costa e Silva”.⁸³

A última das combinações do dilema apresenta-se nas possibilidades de conservar e expandir. Sob essa formatação, os militares conseguem conservar o poder e utilizar a expansão da participação em seu favor. Conforme Huntington, foi o que ocorreu na Argentina com Perón. Na situação original de um golpe de veto, os golpistas abandonam as condições normais de atuação e aproveitam a expansão da base política para cooptá-la, inserindo novos grupos na sua sustentação.

Essa opção, todavia, apresenta um duplo desafio: surge uma separação entre o líder e a fonte de apoio castrense, pois o primeiro abandona suas origens, elitistas ou de classe média, permitindo o surgimento de um contragolpe conservador; e intensifica-se o antagonismo entre a classe média e as massas radicais. “O comandante militar procura se tornar um ditador popular”. Irá fracassar, pois os militares não abandonam o papel de guardiões. Foi o que ocorreu com Getúlio Vargas e Haya de la Torre.

Eis a sina da sociedade pretoriana. As combinações possíveis para a solução do dilema apenas prolongam a sua agonia e trazem mais pretorianismo. Entretanto, seria possível que uma sociedade se livrasse do pretorianismo? Em vez de permanecer eternamente agrilhoadada pelas forças sociais, seria possível que readquirisse, ao mesmo tempo, autoridade e legitimidade, para ser considerada cívica? Em que instituição, pessoa ou grupo poderia ser fixado o mastro do consenso, dos interesses comuns, das instituições integradoras?

Huntington propõe algumas generalizações possíveis para esses questionamentos. Inicialmente, quanto antes forem constituídas as soluções pacificadoras e integradoras, menores serão os prejuízos para a sociedade; entretanto, quanto maior for o avanço da sociedade em termos de complexidade, mais difíceis são as condições para o surgimento dessas circunstâncias.

Por outro lado, as possibilidades de que as medidas políticas positivas frutifiquem, em princípio, ocorrem em consonância com os líderes e grupos

políticos preponderantes em cada período considerado. Por exemplo, na fase pretoriana radical, a primazia de criação pertence à classe média. Nem mesmo o líder carismático poderia substituir essa preferência, uma vez que existe uma contradição intrínseca entre essa forma de liderança e a construção de instituições.

“A institucionalização do poder significa a limitação do poder que o líder carismático, do contrário, talvez exercesse pessoal e arbitrariamente”. Pois aquele que é “aspirante a construtor de instituições precisa de poder pessoal para criar instituições, mas não pode criar instituições sem abrir mão de seu poder pessoal”; ou, dito de outra forma, “autoridade institucional é o oposto da autoridade carismática e os líderes carismáticos se destroem quando tentam criar instituições estáveis de ordem pública”.⁸⁴

O pretorianismo consiste, essencialmente, na exclusão do outro, na limitação e especialização do próprio grupo, mediante utilização de meios e métodos exclusivos, na busca dos seus interesses particulares. Quem estaria habilitado a gerar maior inclusão e construir instituições? Considerando-se a proveniência dos diversos grupos em disputa, “a liderança mais eficaz na formação de instituições deve provir de grupos que não sejam tão diretamente identificados com camadas étnicas ou econômicas particulares”.⁸⁵

Os grupos enumerados, em outra passagem, por Huntington são: étnicos, religiosos (clero), econômicos, territoriais, de status, ocupacionais ou de técnicos; empresariais, latifundiários, fazendeiros; intelectuais (universidades), estudantes, trabalhadores (sindicatos), camponeses; burocracias, inclusive a militar; e classes.

Huntington acredita que, neste caso:

Até certo ponto, estudantes, líderes religiosos e soldados podem ser incluídos nessa categoria. Os dados sugerem, porém, que nem estudantes, nem grupos religiosos desempenham um papel construtivo no desenvolvimento das instituições políticas. Por sua própria natureza, os estudantes são contrários à ordem existente e são em geral incapazes de constituir autoridade ou de estabelecer princípios de legitimidade. Há numerosos casos de manifestações, desordens e revoltas estudantis e religiosas, mas nenhum caso de governo estudantil e bem poucos de governo religioso.

Os militares, ao contrário, podem possuir maior capacidade de gerar ordem numa sociedade pretoriana radical. Há golpes militares, mas há também governos militares e partidos políticos saídos do bojo do exército. Os militares podem ser coesos, burocratizados e disciplinados. Os coronéis podem dirigir um governo; os estudantes

e os monges não podem. A eficácia da intervenção militar decorre no mínimo tanto das características organizacionais dos militares quanto do controle ou do uso da violência pelos mesmos. A correlação entre a violência política e a presença dos militares na política é, na melhor das hipóteses, intermitente. A maioria dos golpes na maior parte das áreas do mundo implica apenas um punhado de mortes. Um motim de estudantes, uma greve geral, uma manifestação religiosa, ou um protesto étnico produzem geralmente muito mais baixas do que um golpe militar. É, portanto, a capacidade organizacional superior dos militares que torna a intervenção dos mesmos mais dramática, mais perigosa e, apesar disso, potencialmente mais produtiva do que a intervenção de outras forças sociais. Ao contrário da intervenção estudantil, a intervenção militar, que muita gente considera a fonte do mal numa sociedade pretoriana, pode ser também a fonte da cura.⁸⁶

Nesse contexto, Huntington apresenta o soldado como construtor de instituições, um modernizador; nesse estágio, essa participação atua positivamente e, paradoxalmente, parte de um patamar de predomínio do segmento armado.

A seguir será apresentada essa forma de relacionamento civil e militar, a qual, em razão da sua importância receberá acréscimos teóricos de outros autores.

Militarismo Modernizante

De acordo com Mario Stoppino,⁸⁷ do ponto de vista cronológico, o termo militarismo estreou nas críticas formuladas por republicanos e socialistas à excessiva influência militar durante a magistratura de Napoleão III (1852-1870), no período do Segundo Império na França.

Segundo aquele autor, tal posicionamento queria dizer que havia “uma predominância dos militares sobre os civis”, mediante “a crescente penetração dos interesses de caráter militar no tecido social e sua ampla aceitação, o emprego de recursos obtidos com o sacrifício da população e com prejuízo da cultura e do bem-estar e o desperdício das energias da nação nas Forças Armadas”; vindo, mais adiante, a “significar concretamente o controle dos militares sobre os civis e a sistemática vitória das instâncias dos primeiros sobre os segundos”;⁸⁸ condição esta que, na verdade:

[...] nasce em época muito anterior ao século XIX; de fato se apresenta pela primeira vez no período do tardio

Império Romano, quando quer as guarnições sediadas nos confins do Império para defendê-lo contra os bárbaros, quer os pretorianos residentes dentro da cidade de Roma constituíam o instrumento indispensável para a conquista, a manutenção e o exercício do poder imperial. Este fenômeno, denominado pretorianismo, constitui um exemplo esclarecedor do militarismo *ante litteram*. O pretorianismo, porém, era uma espécie de militarismo intermitente que, não tendo bases estruturais necessárias para plasmar a sociedade, acabava por ser somente um substitutivo de procedimentos constitucionais para a transferência do poder.⁸⁹

Desvelada a sua existência, passou-se a pesquisar, nas suas origens, se era uma ideologia concreta, mesmo que encoberta pela confusão dos embates políticos; e quais as suas finalidades.

Stoppino sugere que seria, “um vasto conjunto de hábitos, interesses, ações e pensamentos associados com o uso das armas e com a guerra, mas que transcende os objetivos puramente militares”, pois eles seriam ilimitados e visariam: “penetrar em toda a sociedade, impregnar a indústria e a arte, conferir às Forças Armadas superioridade sobre o Governo; rejeitar a forma científica e racional de efetuar a tomada de decisões e ostentar atitudes de casta, de culto, de autoridade e de fé”.⁹⁰

O próprio pretorianismo romano foi pesquisado, concluindo-se que devido à peculiaridade dos comandos militares serem exercidos por magistraturas extraordinárias dos políticos civis, sob o controle do Senado, particularmente na Roma republicana, não havia intenção de permanência em tais tarefas, ainda mais se comparadas às agruras das campanhas com os confortos da metrópole; regularidade esta que não foi quebrada nem mesmo pelas breves intervenções de Sila e Júlio César.

Mesmo em tempos mais recentes, da Idade Média, por exemplo, alcançando o período das guerras napoleônicas, a característica dos recrutamentos, inclusive dos exércitos nacionais (de massa), era de dissolução e dispensa dos soldados após as campanhas, estas muito reguladas pelos períodos favoráveis ao desdobramento bélico da primavera e do verão.

Diante de tais conclusões, o fenômeno do militarismo terminou por ficar relacionado com a instauração do caráter permanente dos exércitos, ao que veio se somar os *levées en masse*, e, mais tarde, com a revolução industrial, a divisão e especialização da atividade militar, uma das muitas facetas semânticas da chamada profissionalização militar.

Nesse percurso, a primeira experiência do rei Carlos VII da França, após o término da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), de manter um

núcleo de combatentes para fazer frente à própria desmobilização do seu exército, logo desfeita pelo seu filho Luís XI, não chegou a criar as condições necessárias ao florescimento do fenômeno.

Entretanto, o mesmo não ocorreu com o esforço dos prussianos, iniciado ao término das Guerras Religiosas, após o Tratado de Westfalia (1648), com o Eleitor de Brandenburgo, Frederico I, e que teve continuidade com o seu filho Frederico II, o qual instaurou um “processo durante o qual ele se serviu da formação de um exército estável bem consistente como arma para fundar a unidade do Estado contra os privilégios das classes”.⁹¹

Digna de registro nesse contexto, conforme já foi citada anteriormente, a criação da *Kriegsakademie*, em 6 de agosto de 1808, com a priorização da concessão de acesso de todas as classes aos mais altos postos da carreira, retirados os privilégios de mando da aristocracia, com a mera exigência de preenchimento dos critérios de instrução, conhecimentos e coragem, constituiu fato consistente para a institucionalização dos exércitos profissionais, para a unificação alemã... e no germe do militarismo.

Não custa lembrar que Stoppino registra o afastamento da aristocracia de seus privilégios de mando como criador de uma divergência de valores entre os nobres mandatários e a nova categoria militar em ascensão. Para ele, “o início da profissionalização dos oficiais, marca também o fim da subordinação dos militares aos governantes civis enquanto membros da mesma classe que têm os mesmos interesses e objetivos. O complexo problema das relações entre civis e militares começa por esta transformação”.⁹²

Apesar de o militarismo estar associado à inversão na lógica natural da subordinação dos militares aos civis, Huntington (em *O Soldado e o Estado*), relata outras situações em que o fenômeno ocorre, embora, aparentemente, o controle permaneça civil. Cita os exemplos do militarismo profissional alemão⁹³, do militarismo político japonês⁹⁴... e do militarismo estadunidense no período da Segunda Guerra Mundial e depois.

Após a última grande guerra, um dos subprodutos de maior repercussão da, então, nova ordem, consistiu na explosão das aspirações de liberdade das colônias europeias, divididas cuidadosamente por reticulados territoriais que desrespeitaram individualidades culturais e anseios por séculos e cuja reação transformou-se em revoltas de libertação.

A estas novas nações iriam se juntar aquelas que se encontravam nos estágios intermediários da modernização para instaurar um dos períodos mais turbulentos da História. Para agravar o cenário, todos os acontecimentos eram presididos pelos eflúvios da Guerra Fria, que

magnetizavam qualquer movimento no tabuleiro internacional, sem respeitar os traçados virtuais das fronteiras territoriais.

Nesse contexto, proliferaram as intervenções militares na política, sendo que numerosos países foram acometidos de golpes de Estado e passaram a ser regidos por regimes militares de todos os naipes, inseridos no contexto do militarismo, ao subordinar a sociedade civil à governança encimada por militares.

Dentre esses regimes políticos – e apesar de não gozarem da valoração positiva concedida por Stoppino à ditadura revolucionária, quando colimada para a instauração de uma ordem mais justa, de iguais – alguns passaram a diferenciar-se, ao abandonar as características de meros guardiães e restauradores da ordem vigente para direcionar seus esforços em prol da modernização das estruturas, na busca de desenvolvimento e melhoria nas condições sociais dos seus cidadãos. Esta estrutura, modelo de relacionamento entre civis e militares, foi chamado por alguns pensadores de militarismo modernizante.⁹⁵

O militarismo modernizante tem suas bases teóricas em uma escola de pesquisadores que floresceu nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX como alternativa a um tipo tradicional de crítica que era formulada no sentido de que os militares, devido às suas características, regulamentos, uniformes, aquartelamentos, hierarquia e disciplina, entre outras, tenderiam a um isolamento peculiar e perigoso para a sociedade civil.

Essa escola, centrada nas necessidades de unidade, governabilidade e, em alguns casos, de construção da nacionalidade em países mais atrasados, pontuou que os militares poderiam desempenhar um papel construtivo, principalmente no que tange ao desenvolvimento. Por exemplo, um certo isolamento dos militares serviria para evitar pressões tribais, regionais ou dos subsistemas políticos, permitindo a implementação de reformas necessárias.⁹⁶

Um importante representante dessa escola, interessado na América Latina, foi John J. Johnson, com afirmativas tais como:

Até que surjam quadros responsáveis de administradores civis, as Forças Armadas como grupos coesos serão tão competentes quanto qualquer outro grupo ligado à política nacional. Além disso, durante a próxima década, serão a instituição mais adequada para assegurar continuidade política em seus países. Em alguns casos, estabelecer-se-ão como baluartes da ordem e da segurança em quaisquer outras sociedades anárquicas.⁹⁷

Samuel Huntington trata indiretamente do assunto no contexto

da formulação do pretorianismo ao se referir sobre o papel do soldado construtor de instituições, a partir da ruptura do círculo vicioso que agrilhoava os países em modernização, assim resumido:

Nas suas formas mais simples, a sociedade pretoriana carece de comunidade e isso obstrui o desenvolvimento das instituições políticas. Nas suas formas mais complexas, a falta de instituições políticas efetivas obstrui o desenvolvimento da comunidade. A consequência é que existem numa sociedade pretoriana fortes tendências que a estimulam a permanecer nessa condição. Atitudes e padrões de comportamento, uma vez desenvolvidos, tendem a permanecer e a se repetirem. A política pretoriana torna-se implantada na cultura da sociedade.⁹⁸

Huntington considera que nas fases evolutivas de participação política na sociedade – da ruptura oligárquica, com o soldado reformador; média, radical e de massas, com o soldado guardião – o soldado construtor de instituições seria aquele que poderia construir um atalho, a partir de qualquer fase, de transição do pretorianismo para a ordem cívica. Entretanto, existem algumas particularidades:

O pretorianismo tem tendido assim a ser mais endêmico em certas culturas (como a espanhola e a árabe) que em outras e a persistir nessas culturas através da expansão política e da emergência de uma estrutura social moderna mais complexa. As fontes do pretorianismo latino-americano residem na ausência de qualquer herança de instituições políticas do período colonial e, depois, no esforço para introduzir na sociedade altamente oligárquica da América Latina do começo do século XIX as instituições republicanas da classe média da França e dos Estados Unidos. As fontes do pretorianismo no mundo árabe estão no colapso dos estados árabes sob a conquista otomana, o longo período de domínio otomano, que de um alto nível de desenvolvimento institucional degenerou num governo fraco e estranho, perdendo a sua legitimidade com a emergência do nacionalismo árabe e, depois, na sujeição de grande parte do mundo árabe ao semicolonialismo da França e da Grã-Bretanha. Esses fatos históricos estimularam na cultura árabe uma constante fraqueza política comparável à encontrada na América Latina. A desconfiança e o ódio entre indivíduos e grupos produziram um nível constantemente baixo de institucionalização política.⁹⁹

Huntington ressalta que duas generalizações podem ser feitas sobre

o pretorianismo *vis a vis* com as ordens cívicas:

Primeiro, quanto mais cedo esse desenvolvimento se verifica no processo de modernização e na expansão da participação política, menores são os ônus impostos à sociedade. Inversamente, quanto mais complexa é uma sociedade mais difícil se torna criar instituições políticas de integração. Em segundo lugar, em cada fase da ampliação da participação política as oportunidades de ação política frutífera repousam em diferentes grupos sociais e diferentes tipos de líderes políticos.¹⁰⁰

Em cada nível de ampliação da participação política, podem existir certas opções ou possibilidades de evolução que, se não forem aproveitadas, desaparecerão rapidamente. No nível oligárquico do pretorianismo, um sistema partidário viável e capaz de expansão depende da ação dos aristocratas ou oligarcas. Se estes tomam a iniciativa de procurar votos e o desenvolvimento de uma organização partidária, o país pode muito bem sair da sua condição pretoriana nessa fase.

Se isso não acontece, se os grupos da classe média começam a participar de um meio político pretoriano, a oportunidade de agir passa para os militares. Para eles, a modernização não é suficiente e o papel de guardiães é muito pouco. O que é exigido dos líderes militares é um esforço mais positivo para dar forma a uma nova ordem política. Em muitas sociedades, a oportunidade que os militares têm de criatividade política pode ser a última chance real de institucionalização política antes da estrada para o totalitarismo.¹⁰¹

Para as sociedades na fase pretoriana radical, a liderança na criação de instituições políticas duráveis deve evidentemente partir das forças sociais da classe média e deve interessar a essas forças.¹⁰²

Depois de descartar a liderança política carismática como sendo incapaz de realizar a difícil transição, uma vez que existe uma contradição intrínseca entre tal condição e a construção das instituições,¹⁰³ e, também, estudantes, intelectuais ou líderes religiosos,¹⁰⁴ passa a reafirmar as vantagens que os militares¹⁰⁵ poderiam carregar em relação aos demais:

Os militares, ao contrário, podem possuir maior capacidade de gerar ordem numa sociedade pretoriana radical. Há golpes militares, mas há também governos militares e partidos políticos saídos do bojo do exército. Os militares podem ser coesos, burocratizados e disciplinados. Os coronéis podem dirigir um governo; os estudantes e os monges não podem. A eficácia

da intervenção militar decorre no mínimo tanto das características organizacionais dos militares quanto do controle ou do uso da violência pelos mesmos. A correlação entre a violência política e a presença dos militares na política é, na melhor das hipóteses, intermitente. A maioria dos golpes na maior parte das áreas do mundo implica apenas um punhado de mortes. Um motim de estudantes, uma greve geral, uma manifestação religiosa, ou um protesto étnico produzem geralmente muito mais baixas do que um golpe militar. É, portanto, a capacidade organizacional superior dos militares que torna a intervenção dos mesmos mais dramática, mais perigosa e, apesar disso, potencialmente mais produtiva do que a intervenção de outras forças sociais. Ao contrário da intervenção estudantil, a intervenção militar, que muita gente considera a fonte do mal numa sociedade pretoriana, pode ser também a fonte da cura.¹⁰⁶

E prossegue o autor:

A habilidade dos militares em desempenhar esse papel de desenvolvimento ou mesmo um papel de modernização depende da combinação das forças sociais numa sociedade. A influência dos militares numa sociedade pretoriana muda com o nível de participação. Na fase oligárquica, pouca distinção em geral existe entre líderes militares e civis e o cenário político é dominado por generais ou, ao menos, por indivíduos que ostentam o título de generais. Quando a Sociedade se move para a fase da classe média radical, o corpo de oficiais está quase sempre mais nitidamente delineado como uma instituição; a influência é dividida entre os militares e outras forças sociais e um grau limitado de institucionalização política pode verificar-se dentro do esquema de um sistema político estreitamente definido e sem capacidade de expansão. A intervenção militar é quase sempre intermitente, com uma alternância de juntas militares e civis e com o gradativo aparecimento de grupos civis mais poderosos, de equilíbrio. Por fim, na fase pretoriana de massa, a influência dos militares é circunscrita pelo advento de grandes movimentos populares. Em vista disso, as oportunidades de criação de instituições políticas sob auspícios militares são maiores nas fases iniciais de uma sociedade pretoriana radical.¹⁰⁷

Além disso, existiam percalços que poderiam acometer as sociedades pretorianas que buscavam trilhar caminhos fora da solução militar, pois para “que uma sociedade escape do pretorianismo é necessário não só a coligação dos interesses urbanos e rurais, mas também a criação de novas

instituições políticas”.¹⁰⁸

Levando-se em conta que “o aspecto social que distingue o pretorianismo radical é o divórcio entre a cidade e o interior”; e que “a política é um combate entre os grupos urbanos da classe média, nenhum dos quais tem motivos para promover o consenso social ou a ordem política”; Huntington explicita que a “condição social essencial para se estabelecer a estabilidade é o reaparecimento na política das forças sociais que dominam no interior”; pois a “*intelligentsia* tem o cérebro; os militares têm os canhões; mas os camponeses têm gente e votos. A estabilidade política exige uma coligação ao menos entre duas dessas forças sociais”.¹⁰⁹

Ao descartar, também, as possibilidades de alianças entre a *intelligentsia* com os militares e com os camponeses, a modernização dependeria da habilidade do segmento castrense em identificar seu governo com as massas rurais e mobilizá-las em seu favor, canhões e gente contra cérebros;¹¹⁰ sendo “essa a possibilidade que oferece aos militares numa sociedade pretoriana radical a oportunidade de mover a sociedade do pretorianismo para a ordem cívica”.¹¹¹

A continuidade da acomodação poderia ser cimentada por um processo de industrialização, urbanização, enfim, do almejado desenvolvimento, o qual vai permitir o acesso à modernização de parcelas, cada vez maiores, da população.

Entretanto, a conquista do apoio das massas rurais constituir-se-ia em um primeiro passo para o que é realmente essencial: a institucionalização política. As esperanças de melhoria futura garantiriam, efemeramente, alguma legitimidade, a qual tenderia ao declínio. Nessas condições, torna-se necessário erigir “estrutura política que institucionalize algum princípio de legitimidade”; pois, do contrário, o regime resvalará para uma oligarquia militar, sacudida por sucessivos golpes, quando não assediada por uma revolução.¹¹²

Nessa altura, Huntington propõe que a institucionalização deve ocorrer por meio de uma travessia, com a substituição da intervenção pela participação militar na política; opção, segundo ele, de difícil aceitação pelos militares, em razão da sua habitual reação aos políticos em geral e aos partidos políticos em particular; pois, conforme o Marechal de Campo Mohammad Ayub Khan, “dividem e confundem o povo” para depois expô-lo “à exploração dos demagogos sem escrúpulos”,¹¹³ ou Gamal Abdel Nasser – “são elementos de divisão, uma implantação estrangeira, um instrumento dos imperialistas” para “dividir-nos e criar divergências entre nós”.¹¹⁴ Ou o General Ne Win:

Mandei-os embora. De que adiantaria formar outro

partido? Eu tinha de ficar fora da política para ter certeza de que as próximas eleições seriam honestas. Na Birmânia, um partido político não pode vencer uma eleição sem ser corrupto. Se eu tivesse aceito a proposta de formar um partido político próprio, eu tinha de me tornar pessoalmente corrupto e para isso não estou preparado.¹¹⁵

A tendência, nesse contexto transita, justamente, em sentido contrário: de dissolver os partidos políticos, de forma a esterilizá-los de suas mazelas, contaminados que são pelas práticas mais abomináveis aos olhos dos militares e inseminados do vírus da desunião, tão perigoso à estrutura castrense.

Para Huntington, essa atitude de crítica e menosprezo, paradoxalmente, impede que a sociedade alcance o almejado grau de comunidade necessária à sua pacificação e tão valorizada pelos militares; então, os “líderes militares são assim colhidos num conflito entre as suas próprias preferências e valores subjetivos e as necessidades institucionais e objetivas da sociedade”, que seriam:

Primeiro, há necessidade de instituições políticas que reflitam a distribuição do poder existente, mas que ao mesmo tempo possam atrair e assimilar novas forças sociais à medida que surgirem e assim estabelecer uma existência independente das forças que inicialmente lhes deram origem. Na prática, isso quer dizer que as instituições devem refletir os interesses dos grupos militares que subiram ao poder e também possuir a capacidade de transcender mais tarde os interesses desses grupos.

Em segundo lugar, nos estados aonde os militares chegam ao poder, as agências de *output* do sistema político são muitas vezes altamente desenvolvidas em contraste com o caos e a desorganização que predominam nas agências de *input* que devem presumivelmente exercer as funções de articulação e agregação de interesses. As repartições burocráticas, entre as quais as principais são as militares, assumem responsabilidades políticas bem como administrativas. Por conseguinte, há necessidade de instituições políticas que possam restabelecer esse equilíbrio, divorciar as funções políticas das agências e limitar estas últimas às suas tarefas especializadas próprias.

Por fim, há necessidade de instituições políticas capazes de regular a sucessão e determinar a transferência do poder de um líder ou grupo de líderes para outro sem o recurso à ação direta sob a forma de golpes, revoltas ou outro qualquer derramamento de sangue.¹¹⁶

Tais funções, normalmente, são exercidas pelo sistema político partidário nas modernas comunidades existentes nos países mais desenvolvidos. Portanto, a ojeriza do segmento castrense a essa modalidade de política impede a continuidade do processo; situação que, mesmo as soluções intermediárias já tentadas por muitos governos militares, também não conseguem resolver, como é o caso da criação de organizações representativas apartidárias, aproveitamento de associações existentes ou de hierarquias conciliares.¹¹⁷

“Para fazer avançar as suas sociedades do ciclo pretoriano” os militares, “não podem ficar acima da política ou tentar deter a política. Devem, ao contrário, abrir o seu caminho através da política”.¹¹⁸

Os melhores prognósticos nesses casos, insiste o autor, foram aqueles efetivados no México, com a institucionalização da revolução por meio do Partido Revolucionário Nacional; e na Turquia, com a fundação da Associação de Defesa dos Direitos da Anatólia, depois transformada no Partido Republicano do Povo, ocasião em que Mustafá Kemal, o *Ataturk*, definiu a incompatibilidade entre o caminho militar e o político, exigindo que a opção fosse realizada pela oficialidade que o seguiu e levando a representação militar a diminuir cada vez mais no parlamento, até ter, apenas 5%, por volta de 1950, quando o primeiro partido de oposição se elegeu.

O dirigente militar coreano Pak Chung Hee realizou o mesmo caminho para institucionalizar seu Partido Democrático Republicano, para o qual carregou recursos humanos das Forças Armadas e financeiros do governo, conseguindo eleger-se democraticamente para governar a Coreia do Sul em 1963, em aliança com setores rurais e em detrimento dos urbanos, nomeadamente dos estudantes; ocasião em que pode realizar um programa de reformas modernizantes que teriam amplas repercussões posteriores e resolver pendências internacionais, particularmente com o Japão.

Sobre o Brasil, sem situar em que estágio encontrava-se, assim se refere Huntington:

As realizações de Ayub Khan no Paquistão, de Calles e Cárdenas no México, de Kemal e İnönü na Turquia, de Pak e Kim na Coreia e de outros, como Rivera em El Salvador, mostram que líderes militares podem ser construtores eficientes de instituições políticas. A experiência sugere, entretanto, que podem desempenhar esse papel mais efetivamente numa sociedade onde as forças sociais não são plenamente articuladas. A tragédia de um país como o Brasil na década de 1960 foi que

o mesmo, de certo modo, era muito desenvolvido para ter um Nasser ou um Atatürk, e a sua sociedade muito complexa e variada para ser suscetível de liderança por um regime militar. Qualquer líder militar brasileiro teria de encontrar algum meio de estabelecer equilíbrio entre os interesses regionais, industriais, comerciais, cafeicultores, trabalhistas e outros que dividem o poder no Brasil e cuja cooperação é necessária para o exercício do governo. Qualquer governo no Brasil tem de chegar a um entendimento, de uma maneira ou de outra, com os industriais de São Paulo.

[...] no caso do Brasil, pode ser muito tarde para a modernização militar e muito tarde também para que o soldado se torne um construtor de instituições. A complexidade das forças sociais pode impedir a construção de instituições políticas sob a liderança militar da classe média.¹¹⁹

Bem, então teríamos ultrapassado a fase pretoriana radical, condição na qual os militares perdem protagonismo: “Se os militares deixam de aproveitar essa oportunidade” de influência “o alargamento da participação transforma a sociedade num sistema pretoriano de massa. Em tal sistema, a oportunidade de criar instituições políticas passa dos militares, que são os apóstolos da ordem, para aqueles outros líderes da classe média que são os apóstolos da revolução”.¹²⁰ E completa de forma irretorquível:

Entretanto, em tal sociedade, a revolução e a ordem podem muito bem tornar-se aliadas. Facções, blocos e movimentos de massa lutam diretamente uns com os outros, cada qual com suas próprias armas. A violência é democratizada, a política é desmoralizada e a sociedade vive em contenda consigo mesma. O produto final da degenerescência é uma inversão peculiar dos papéis políticos. A sociedade verdadeiramente indefesa não é a que está ameaçada de uma revolução, mas a que não tem capacidade de efetuar-la. Na comunidade política normal, o conservador é dedicado à estabilidade e à preservação da ordem, ao passo que o radical às ameaças de mudança abrupta e violenta. Mas que sentido têm os conceitos de conservantismo e radicalismo numa sociedade completamente caótica onde a ordem deve ser criada graças a um ato positivo de vontade política? Numa sociedade assim, quem é então radical? Quem é o conservador? Não é o revolucionário o único verdadeiro conservador?¹²¹

Modelo Moderador

A percepção de Huntington, abarcando o arco de crises e violência dos países em processo de modernização, encontraria em Alfred Stepan, na sua obra *Os Militares na Política*,¹²² um adequado aprofundamento sobre o ativismo desse segmento, tomando-se o vasto período de 1889 a 1964 como contexto mais amplo e o intervalo de 1946 a 1968 para uma análise mais detalhada.

Para um maior entendimento do Modelo Moderador, admitido como vigente entre 1946 e 1964, consideram-se fundamentais as noções de instabilidade inerente aos países em modernização e de miscigenação militar com a política, encontradas, respectivamente, nas explicitações do pretorianismo e do controle civil subjetivo, paradigmas que, nesse entendimento, envolvem-no e melhor definem a moldura representativa do quadro que antecede ao Regime Civil e Militar de 1964, substrato imprescindível para o entendimento daquele tumultuado período e conteúdo necessário ao preenchimento da lacuna existente na exposição desse modelo e para a construção de um antimitelo.

Antes de apresentar seu modelo próprio, Stepan procurou contextualizar a sociedade brasileira (e latino-americana) utilizando-se do arcabouço teórico do pretorianismo de Rapoport e de Huntington. Para ele, “a maioria dos países latino-americanos combina características de semielitistas, semimobilizados e semidesenvolvidos”, onde “todas as instituições: a igreja, o trabalho, os estudantes são altamente politizados” e “as exigências políticas são elevadas, mas a capacidade política de convertê-las em resultados efetivos é pequena”.¹²³

Segundo Alfred Stepan, para os militares brasileiros, as elites tradicionais tinham interesses estreitos e pessoais, da mesma forma que as classes desfavorecidas, especialmente os trabalhadores sindicalizados, que defendiam objetivos corporativos, sectários e mesquinhos, opostos, muitas vezes, ao bem-estar nacional.

O segmento castrense, ao contrário, considerava-se um grupo sem interesses especiais de classe, com ideais orientados para o pleno desenvolvimento nacional, autoimagem que ia além daquela que visa, exclusivamente à defesa nacional, fato que, também, contribuía para a legitimação do arbitramento de eventos políticos em momentos de crise.

Isso, aliado à crença de ser o povo fardado, transformou-se em um fundamento lógico para a ampliação do Poder Militar. Embora, em tese, os militares não devessem se imiscuir em questões políticas, eles tinham preocupação com a ordem pública (política) e os Clubes Militares institucionalizavam o debate político, chegando a radicalismos verbais,

conforme se pode encontrar em relatos históricos e na leitura das Revistas dos Clubes Militares.¹²⁴

Entretanto, o fato de serem, em sua maioria, cidadãos de classe média,¹²⁵ fazia com que se tornassem partícipes das características dessa classe, tais como: heterogeneidade, ausência de objetivos aglutinadores da classe como um todo, desunião e temor pela ascensão das classes desfavorecidas.

Apesar disso, por serem militares, apresentavam elevado grau de articulação e coesão, sendo o único setor, monitorado e/ou controlado pela classe média, possuidor desses atributos, razão pela qual ela apelava para as suas intervenções nos momentos de crise, pois não se sentia ameaçada por eles, uma vez que tenderiam a representá-la, além de protegê-la.

Para Stepan, no Brasil, as instituições militares seriam comparáveis a subsistemas políticos (iguais aos partidos políticos, grupos de pressão, membros dos legislativos, entre outros) e, portanto, participariam, com reivindicações específicas, da regulação entre grupos, da formulação e implementação de políticas e, mesmo, da escolha e remoção de presidentes, sendo sensíveis às experiências de carreira, particularmente a política, comuns na época, posições funcionais, critérios para a ascensão profissional, exercício de cargos, ao desenvolvimento histórico do País, à percepção de ameaças e alianças entre grupos de nacionais e estrangeiros e ao interesse nacional, entre outras preocupações.

Depois de descartar a aplicabilidade no Brasil dos modelos de controle civil liberal, aristocrático, comunista e profissional¹²⁶ e dos modelos de controle militar (ditadura militar e militar modernizante), Stepan adota um, para definir a participação dos militares brasileiros na política, que denomina de moderador.¹²⁷

Antes de apresentar esse modelo, Stepan concorda com Huntington de que está analisando uma cultura política pretoriana, onde “os militares também são politizados e todos os grupos tentam cooptá-los para aumentar sua força política”,¹²⁸ o que exclui qualquer possibilidade de profissionalização, embora admita que existiriam indícios desse profissionalismo. Para aquele autor, os principais componentes desse padrão de relacionamento civil-militar podem ser resumidos em alguns pontos básicos:

- 1) Todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares. A norma é um militar politizado;
- 2) Os militares são politicamente heterogêneos, mas também procuram manter um grau de unidade institucional;
- 3) Os políticos importantes garantem legitimidade aos

militares, sob certas circunstâncias, para agirem como moderadores do processo político, controlando ou depondo o executivo, ou até mesmo evitando a ruptura do próprio sistema, especialmente quando isto envolve uma mobilização maciça de novos grupos anteriormente excluídos da participação no processo político;

4) A aprovação dada pelas elites civis aos militares politicamente heterogêneos para depor o executivo facilita bastante a formação de uma coalizão golpista vencedora. A negação, pelos civis, de que a deposição do executivo pelos militares seja um ato legítimo, inversamente, impede a formação de uma coalizão golpista vitoriosa;

5) Existe uma crença firme entre as elites civis e os oficiais militares de que, embora seja legítima para os militares a intervenção no processo político e no exercício temporário do poder, é ilegítimo para eles assumirem a direção do sistema político por longos períodos de tempo; e

6) Tomado genericamente, este valor-congruência é o resultado da socialização civil e militar através da educação e da literatura.¹²⁹

Em virtude da herança cultural europeia das elites brasileiras, estas historicamente se recusavam a aceitar a permanência dos militares no governo, o que se por um lado servia para esclarecer a natureza e os limites do papel a ser desempenhado pelos militares na política, por outro configurava o componente principal do modelo moderador de relações entre civis e militares para o período. Prossegue Alfred Stepan:

Tipicamente, os processos parlamentares tentados como a forma ideal de governo fornecem um mecanismo ineficaz para resolver os conflitos políticos numa sociedade pretoriana. Os partidos políticos, geralmente, são fragmentados. Considerando o desejo das elites políticas de manter a ordem interna, de frear o executivo e de controlar a mobilização política de novos grupos e tendo em vista também a ausência de outras instituições para executar estas tarefas de modo eficaz, as elites políticas geralmente julgam conveniente conceder aos militares um grau limitado de legitimidade para desempenhar estas funções específicas sob certas condições. Contudo, somente se confere um grau reduzido de legitimidade à ideia de um governo controlado pelos próprios militares.

Em tal modelo das relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político. Longe de se

constituírem nos “construtores da nação” ou nos “reformadores” como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos. A aceitação deste papel pelos militares está condicionada à sua aceitação da legitimidade e da praticabilidade das formas políticas parlamentares, bem como à constatação, por parte destes militares, de que possuem, em comparação com os civis, uma capacidade relativamente reduzida de governar.¹³⁰

Acrescentando:

Dada a perspectiva deste padrão de relações entre civis e militares, muitas características algo paradoxais da política latino-americana tornam-se menos obscuras. Atendendo que a intervenção militar foi considerada, tradicionalmente, como representativa da decomposição do sistema político, no modelo moderador ela pode ser reputada como o método normal de composição na vida política. O que antes fora julgado golpes de estado rápidos, secretos ou unilaterais, executados pelos militares contra governos civis, agora é visto como um tipo de resposta desenvolvida lentamente, clara e dual das elites civis e militares a crises políticas particulares, nas quais tanto os civis como os militares procuram nas Forças Armadas a solução da crise. O que foi chamado “intervencionismo patológico” no modelo liberal, torna-se o funcionamento normal do sistema político no modelo moderador, por meio do qual os civis confiam aos militares o desempenho de um papel moderador em determinados momentos.¹³¹

Para Alfred Stepan, “historicamente, os civis que formam as camadas politicamente importantes da sociedade brasileira sempre tentaram servir-se dos militares para atingir seus próprios objetivos políticos”, no que eram correspondidos pela “diversidade e a abertura da instituição militar brasileira”, e por militares que “sempre foram altamente politizados”, além de que, em “consequência das cisões internas das Forças Armadas e das tentativas que fizeram os grupos civis para atraí-los à política” eles não eram unânimes em suas convicções políticas e ideológicas, refletindo a ampla diversidade da opinião pública.¹³²

Segundo aquele autor, a manipulação dos militares pelos civis ocorria por meio de três grupos de políticos. O primeiro era representado

pelo governo, isto é, pelo Presidente da República e seus conselheiros, como forma de contrabalançar a pouca margem de manobra concedida pelas persistentes restrições econômicas e um Congresso resistente às reformas, barradas “por elites poderosas, fortemente entrincheiradas, ou por reivindicações conflitantes de seu eleitorado”.¹³³

Isso ocorria, particularmente, por meio das nomeações e atuações dos ministros militares¹³⁴ e dos comandantes militares de área e da participação destes em apoio às manobras do Executivo, mas incluía outros militares e, até mesmo, unidades militares, constituindo-se, na opinião de um jornalista francês, como “os instrumentos de pressão mais eficientes contra o Congresso”,¹³⁵ no caso, ao se referir às pressões dos Comandantes do I, II e III Exércitos a favor do retorno do Presidencialismo no governo de João Goulart.

Um segundo grupo era constituído pelos civis antirregime, opositores ao governo e ao próprio regime, com pretensões de alterar as leis básicas e a estrutura da autoridade. Para Alfred Stepan, esse conluio teve início com o recrutamento sistemático de militares pelos republicanos para a derrubada da monarquia, prosseguiu com a derrubada da República Velha, em 1930, com a queda do Estado Novo (1945) e em outros eventos que se estenderam até o Movimento Civil e Militar de 31 de março de 1964.

Os participantes deste grupo “empregavam constantemente a retórica de que a responsabilidade especial dos militares pelo destino do Brasil requer que se tornem participantes ativos na criação de nova ordem política”.¹³⁶

Finalmente, o último grupo era composto pelos civis pró-regime que, “embora apoiando as leis básicas do regime, frequentemente discordavam do governo e desejavam controlar o executivo através de outros métodos que não o legislativo e os meios eleitorais”. Isso “Inclui elementos do Congresso, governadores, líderes políticos, editores de jornais e eleitores que geralmente aceitam o quadro constitucional e apoiam o regime existente, mas que podem ou não apoiar o governo em períodos específicos”.¹³⁷

Para Stepan, esse grupo, historicamente, é o mais importante, por sua efetividade na fixação da participação dos militares no sistema político e no curso dos golpes militares no Brasil e esperava, desde os primórdios, que os militares desempenhassem o papel político de controlador dos atos do Executivo, já que:

No Brasil, [...] como em muitos países em desenvolvimento, as instituições políticas do legislativo e do judiciário às vezes estão sujeitas ao controle total do executivo.

As eleições se tornam incertas ou são controladas inteiramente pelo governo. Por isso, vários membros da política não tinham muita confiança na eficácia destas instituições para controlar as atividades do executivo. De maneira formal ou informal, os grupos de civis a favor do regime que se acham fora da esfera do governo costumam atribuir esta tarefa aos militares.¹³⁸

Para fundamentar sua argumentação, Stepan cita as Constituições de 1891 (art. 14), 1934 (art. 162) e 1946 (art. 176-178) que seguiam uma mesma linha de entendimento quanto ao papel dos militares: o da garantia da lei, da ordem e do funcionamento dos três Poderes; e de que a obediência dos militares ao Poder Executivo, somente devia ocorrer “dentro dos limites da lei”.¹³⁹

Tais dispositivos atribuíam discricionariedade aos militares, uma vez que as ordens do Executivo ficavam dependentes de decisão, normalmente dos chefes militares ou dos outros poderes, sobre sua legalidade. Por razões óbvias, foram suprimidos na Constituição de 1937.

Segundo, ainda, Alfred Stepan, o Marechal Deodoro da Fonseca, durante a Assembleia Constituinte de 1891, foi contrário a essa cláusula e lutou vigorosamente contra ela, por considerá-la prejudicial à disciplina militar. Para Ruy Barbosa, relator da Constituição, muitos militares também se opuseram a esse artigo; por acharem que ele os dividiria e os envolveria na política, e viram a cláusula com “profunda apreensão e decidida antipatia”.¹⁴⁰

Mas não foi este entendimento que prevaleceu, em um ambiente francamente favorável a participação militar na política e temeroso das ações do Executivo, principal alvo a ser controlado. Ao contrário, o que persistiu foi uma estimulação constante a essa participação, a qual, inicialmente restrita a oficialidade, a partir da assunção do Ministro da Guerra Henrique Lott, como foi visto em Pinto,¹⁴¹ estendeu-se às praças, adicionando novos componentes de instabilidade e de ameaças a uma situação já insustentável, notadamente em função dos matizes ideológicos dos elementos militares atuantes.

Autoritarismos e Ditaduras

O autoritarismo, em suas raízes contemporâneas, está representado, inicialmente, na contestação ao racionalismo iluminista, formulada por teóricos antiliberais, antirracionaisistas, anti-igualitários e antidemocráticos dos séculos XVIII e XIX; posteriormente, iria estabelecer diálogo e deitar novos rebentos entre os liberais, os nacionalistas e até mesmo os

socialistas.

Dentre os teóricos mais importantes dessa época inicial destacam-se: Joseph de Maistre (1753-1821), defensor da ideia da providência divina como organizadora da sociedade, sugerindo o dogma e a fé em lugar da razão e das pretensões legislativas do homem, a tradição contra o progresso, a incontornável desigualdade inerente aos seres humanos, o poder de Deus frente à soberania popular e o dever de obediência à noção de direitos; Louis Gabriel Ambroise (1754-1840), o visconde de Bonald, que retoma a noção do direito absoluto dos reis; Juan Donoso Cortés (1809-1853) que credita ao liberalismo e ao socialismo a pecha de ser um pecado contra Deus, de inspiração satânica; e François René de la Tour du Pin (1834-1924), o marquês de La Charce, que considera a necessidade da restauração das antigas corporações da Idade Média para fazer face aos sindicatos.

O sucessor francês dessa corrente de pensamento seria Charles de Maurras (1868-1952), inspirador da extrema direita francesa antes da Primeira Guerra Mundial, o qual defendia: o culto às Forças Armadas, à Igreja Católica, à ordem e à hierarquia; a monarquia, a desigualdade natural, o antisemitismo; e era contra a democracia, para ele anárquica e destruidora.

Em seguida, essa corrente de recorte francês iria inspirar o pensamento político alemão no século XIX, em cujo âmbito ganharia importância crescente. Dentre seus intelectuais destacam-se: Carl Ludwig Haller (1768-1854), Friedrich Julius Stahl (1801- 1861) e Heinrich Treitschke (1834-1896), os quais exerceram influência considerável sobre as ideologias, ações e realizações políticas do império alemão a partir de Otto von Bismarck, passando por Frederico Guilherme IV, até a Primeira Guerra Mundial.

Posteriormente, como reação às crises nas democracias (liberais) europeias ocorridas nos anos vinte e trinta do século passado, particularmente aquelas decorrentes da vigência da República de Weimar, entre 1919 e 1933, surgiram novos teóricos. Para eles, o igualitarismo democrático, na sua essência, não estaria em condições de produzir autoridade “verdadeira”, razão pela qual, muitos propugnaram pela doutrina do “Estado autoritário”.

Dentre esses autores, destaca-se o intelectual alemão Carl Schmitt pelas marcantes influências que viria a exercer sobre a estruturação política e jurídica do Regime Civil e Militar de 1964, particularmente ao tratar do arcabouço legal para legitimar o Estado, cujas ideias serão objeto de maior detalhamento mais adiante nesta mesma subseção.¹⁴²

Mais recentemente, o autoritarismo recebeu atenção de diversos

intelectuais, com destaque para Juan José Linz, inicialmente aportando explicações para o surgimento de regimes militares no arco das crises, como alternativa ao aprisionamento acadêmico, da lavra anglo-saxônica, cuja temática, até então, transitava, exclusivamente, na dicotomia de democracia e totalitarismo; e Guillermo O'Donnell, cujas teses de recorte corporativista, embora seguindo a linha de Linz, procuram sincretizar tais raízes no denominado burocratismo-autoritário. Ambos, também, serão objetos de explanações a seguir.

Para Gianfranco Pasquino¹⁴³ a noção de autoritarismo pode ser analisada sob três perspectivas: da estrutura dos sistemas políticos, das disposições psicológicas com respeito ao poder e das ideologias políticas. Registre-se que, ao longo do seu relato, esse autor, apesar do foco adotado, não deixa de mencionar outras estruturas que, por razões intrínsecas ou não, apresentam características autoritárias, dentre as quais se destacam instituições: sociais, familiares, escolares, religiosas, econômicas etc.

No primeiro caso, as estruturas autoritárias seriam aquelas antidemocráticas, onde existiria a predominância da autoridade governamental, com a concomitante concentração de poder político – em uma pessoa ou grupo – em detrimento do consenso e com o deslocamento das instituições para posições secundárias. Sob tais condições, oposição e autonomia dos subsistemas políticos seriam relegadas a um plano inferior; as instâncias representativas de autoridade, mormente das camadas mais baixas, aniquiladas ou esvaziadas; e a mobilização e participação da sociedade, toleradas apenas em um baixo grau de atividade.

Nesse contexto, a abordagem das estruturas dos regimes políticos autoritários ocorre mediante a análise de seus perfis, delineados pelo grau de liberdade, real ou formal, conforme tipificadas na democracia, e representadas, principalmente, por ausências: de oposição política, suprimida ou obstaculizada; pluralismo partidário; tolerância com a autonomia de grupos politicamente relevantes que são aceitos, apenas, se não interferirem com o exercício do poder estabelecido etc.

Tal aproximação deve ser efetivada sob dois prismas: da direção em que se dá a transmissão da autoridade, nesse caso, sob a característica marcante dada pela inexistência de atividade parlamentar e de eleições populares, ou, na sua existência, marcada pelo aspecto de mero cerimonialismo e indiscutível predominância do poder executivo; e no grau de autonomia dos subsistemas políticos, nomeadamente os partidos políticos, magistratura, burocracia, forças armadas e de segurança, sistema de educação, meios de comunicação, sindicatos, grupos de pressão, entre outros.

Conforme Samuel P. Huntington e Clemente H. Moore, na época:

[...] podiam ser distinguidas três formas de regimes autoritários: os regimes sem partidos, que correspondem habitualmente a níveis bastante baixos de mobilização social e de desenvolvimento político (Etiópia de Haile Selassie, por exemplo); os regimes de partido único — no sentido real e não formal da expressão — que são os mais numerosos (a União Soviética, por exemplo); e, mais raramente, os regimes pluripartidários em que diversos partidos convencionam em não competir entre si, produzindo resultados funcionais muito semelhantes àqueles que encontramos no monopartidarismo (caso da Colômbia).¹⁴⁴

Pasquino, todavia, em desacordo com Huntington e Moore, separa o autoritarismo do totalitarismo, demonstrando haver uma maior autonomia dos subsistemas no primeiro, embora com menor mobilização política, como ocorre no segundo, neste último caso, atrelada à estrutura do poder exclusivo vigente.

Referindo-se às categorias propostas por Gabriel Almond e G. Bingham Powell,¹⁴⁵ Pasquino introduz uma divisão entre regimes autoritários conservadores e modernizadores:

Os regimes autoritários conservadores, como os de Franco e de Salazar, surgem dos sistemas políticos tradicionais dinamizados por uma parcial modernização econômica, social e política, e têm em vista limitar a destruição da ordem social tradicional usando algumas técnicas modernas de organização, de propaganda e de poder. O poder de mobilização, porém, é muito limitado. O regime não procura entusiasmo e sustentação, contenta-se com a aceitação passiva e tende a desencorajar a doutrinação ideológica e o ativismo político. Os regimes autoritários em vias de modernização que podem ser encontrados em vários países do terceiro mundo surgem em sociedades caracterizadas por uma modernização ainda muito débil e obstaculizada por vários estrangulamentos sociais. Eles pretendem reforçar e tornar incisivo o poder político para superar os impasses no caminho do desenvolvimento. A caminhada para a mobilização é por isso muito mais forte do que nos regimes de tipo conservador; mas a força de penetração do regime é limitada pela consistência das forças sociais conservadoras e tradicionais e pelo atraso geral da estrutura social e da cultura política. Nesta situação, a elite governante se esforça por introduzir os instrumentos modernos de mobilização social, mas não está em condições de organizar um partido de massa verdadeiramente eficiente.¹⁴⁶

Pasquino elege a caracterização de autoritarismo de Juan J. Linz como a melhor dentre as diversas propostas. Ressalta-se que, para esse último autor, os regimes autoritários são: “[...] sistemas políticos com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia elaborada e orientadora, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política intensiva ou extensiva, a não ser em alguns pontos de seu desenvolvimento, e nos quais um líder, ou ocasionalmente um pequeno grupo, exerce o poder dentro de limites mal definidos, mas efetivamente previsíveis”.¹⁴⁷ Sua proposta consiste na divisão em sete dessas manifestações:

1) Os regimes autoritários *burocrático-militares* são caracterizados por uma coalizão chefiada por oficiais e burocratas e por um baixo grau de participação política. Falta uma ideologia e um partido de massa; existe frequentemente um partido único, que tende a restringir a participação; às vezes existe pluralismo político, mas sem disputa eleitoral livre. É o tipo de Autoritarismo mais difundido no século XX: são disso exemplo o Brasil e a Argentina em alguns períodos da sua história, a Espanha de Primo de Rivera e os primeiros anos de Salazar em Portugal.

2) Os regimes autoritários de *estatalismo* orgânico são caracterizados pelo ordenamento hierárquico de uma pluralidade não competitiva de grupos que representam diversos interesses e categorias econômicas e sociais, bem como por um certo grau de mobilização controlada da população em formas “orgânicas”. Existe também amiúde um partido único, com um papel mais ou menos relevante, ao mesmo tempo em que a perspectiva ideológica do regime assenta numa certa versão do corporativismo. Exemplo típico do estatismo orgânico encontramos-lo no *Estado Novo* português; mas também há tendências corporativas na Itália fascista, na Espanha franquista e em alguns países da América Latina.

3) Os regimes autoritários de *mobilização em países pós-democráticos* se distinguem pelo grau relativamente mais elevado de mobilização política, a que corresponde o papel mais incisivo do partido único e da ideologia dominante, e por um grau relativamente mais baixo de pluralismo político permitido. São os regimes usualmente chamados “fascistas” ou, pelo menos, a maior parte deles. O caso mais representativo é o do fascismo italiano.

4) Os regimes autoritários de *mobilização pós-independência* são os resultantes da luta anticolonial e da conquista da independência nacional, especialmente espalhados pelo continente africano. Caracterizam-se pelo surgimento de um partido único ainda débil e não apoiado pelas formações paramilitares típicas dos

regimes fascistas, por uma *leadership* nacional muitas vezes de caráter carismático, por um incerto componente ideológico e por um baixo grau de participação política.

5) Os regimes autoritários *pós-totalitários* são representados pelos sistemas comunistas após o processo de desestalinização. São o resultado combinado de diversas tendências: formação de interesses em conflito — portanto de um pluralismo limitado —, despolitização parcial das massas, atenuação do papel do partido único e da ideologia, acentuada burocratização. São tendências que provocam uma transformação considerável e sólida do anterior modelo totalitário.

6) O *totalitarismo imperfeito*, que constitui geralmente uma fase transitória de um sistema cuja evolução para o totalitarismo é sustada e tende depois a transformar-se em qualquer outro tipo de regime autoritário.

7) A chamada *democracia racial*, domínio autoritário de um grupo racial sobre outro grupo racial que representa a maioria da população (África do Sul), embora internamente ele se reja pelo sistema democrático.¹⁴⁸

Linz, conforme já foi citado, fez parte de uma das correntes de pensamento que procurou romper o dualismo da Ciência Política norte-americana, cujas preocupações direcionavam-se para a dicotomia entre os sistemas democráticos e totalitários. No contexto da investigação sobre a plêiade de sociedades que viviam sob regimes nem totalitários, nem democráticos, eles buscaram o delineamento de tipos intermediários, cujas características abarcariam sistemas autoritários. Por ser caudatário da concepção metodológica da Teoria das Elites, inclusive para a compreensão das crises, ensinou o modelo (elitista) autoritário.¹⁴⁹

Ainda no contexto da raiz autoritária, ressalta-se a contribuição da corrente corporativista¹⁵⁰ da Ciência Política.¹⁵¹ Tal linha intelectual esmiuçou, ainda mais, o conteúdo das explicações, originalmente restritas à dicotomia totalitarismo e democracia (liberal).

Martins Filho¹⁵² apresenta essa corrente de pensamento em sua obra acadêmica e destaca Phillipe Schmitter, o qual, ao perscrutar os aspectos que interferem no sistema corporativista, em suas manifestações políticas, sociais e econômicas, observou contrastes constitutivos entre os subtipos: societal – próprios do capitalismo pós-liberal de países avançados – e estatal – dos Estados de capitalismo tardio, antiliberal, autoritário e neomercantilista; levando-o a considerar tais fatores em suas análises, em virtude dos “constrangimentos, oportunidades e contradições colocados sobre os atores políticos pela operação do sistema econômico”;¹⁵³ e, com isso, a rever as estruturas do capitalismo, particularmente, em suas

consequências para a constituição das classes, da propriedade e dos novos arranjos de poder.¹⁵⁴

Apesar de não abandonar a noção de representação de interesses, os autores dessa vertente intelectual, expandiram-na para além dos círculos restritos do pluralismo, apresentando uma nova estruturação tipológica, mormente nos aspectos políticos e sociais, para essa manifestação representativa.

A novidade consistiu em que a forma de institucionalização proposta por Schmitter, além de ampliar os horizontes das análises disponíveis, preencheu a configuração lacunar de Huntington, os hiatos, com a intromissão de processos efetivos de constituição e institucionalização de poder. A limitação se deveu ao fato de não se afastar dos *institution builders* como matriz para a estruturação e organização do poder estatal e, também, por constatar que, na verdade, muitos regimes políticos poderia se compatibilizar com a análise corporativista.

Para Martins Filho, entretanto, Guilherme O'Donnell é que teria levado mais longe as proposições teóricas dessa matriz, o qual, em seu percurso intelectual, tenta conciliar os conceitos da Ciência Política norte-americana com a Teoria Marxista do Estado. Martins Filho explicita as fases desse itinerário.

Em suas primeiras versões, escritas originalmente em 1972, O'Donnell tratou de construir uma explicação para os “sistemas políticos” de corte militar vigentes na América Latina, nos termos da análise de David Apter sobre os processos de modernização e de Samuel Huntington sobre o *political gap* das sociedades pretorianas.¹⁵⁵ Depois, aquele autor deslocou suas perspectivas: primeiro para uma tentativa de incorporá-las numa variante marxista do corporativismo¹⁵⁶ e, mais tarde, para uma visão histórico-estrutural, como crítica à tradição culturalista e institucionalista da Ciência Política estadunidense, onde ele se propunha a investigar “as relações no tempo entre um sistema de forças e relações sociais – o capitalismo – e seus padrões mutuamente consonantes de dominação política”.¹⁵⁷ Finalmente realizou uma autocrítica.¹⁵⁸

O'Donnell, sem deixar de considerar a lacuna política representada pelos hiatos existentes nas sociedades pretorianas, abeberou-se nas ideias extraídas da estrutura burocrática modernizante de David Apter,¹⁵⁹ à qual foram acrescidos os conceitos extraídos do autoritarismo de Juan Linz, resultando na proposição teórica do modelo burocrático-autoritário.

De acordo com O'Donnell, “esse termo estranho (é usado) porque facilita o emprego do termo ‘autoritário’ como um *genus* que inclui outros tipos de sistemas políticos não democráticos sul-americanos associados com níveis baixos de modernização. O termo ‘burocrático’ sugere os traços

cruciais específicos dos sistemas autoritários de alta modernização: o crescimento do poder organizacional de muitos setores sociais, as tentativas governamentais de controle pelo ‘encapsulamento’, os padrões de carreira e as bases de poder da maioria dos portadores de papéis tecnocráticos, e o papel-chave desempenhado pelas grandes burocracias (públicas e privadas)”.¹⁶⁰

Martins Filho,¹⁶¹ ressalta que a motivação inicial de O’Donnell consistiu em construir uma explicação sobre os sistemas políticos encimados por militares, apresentando “uma explicação *genética* dos sistemas políticos de países como Argentina e Brasil”, com “a hipótese da ‘penetração dos papéis tecnocráticos’ nas sociedades de alta modernização”, o que viria a redundar em uma linha mestra de continuidade analítica representada pela ideia de burocratização.¹⁶²

Refinando ainda mais essa ideia, a constituição dos regimes militares, consubstanciaria uma aliança entre burocracias civis e militares; a qual, em sua dinâmica, concederia autonomia ampla para setores centrais, como a economia, por exemplo, coerentemente com a noção de que constituiriam partes componentes de um todo.¹⁶³ A questão essencial que sobressai dessa linha de pensamento, entretanto, seria a ênfase no estamento burocrático e não no militar.

Com relação ao ponto de vista psicológico, a segunda entre as perspectivas de análise do autoritarismo de Pasquino, a personalidade autoritária seria constituída por traços denotadores de disposição à obediência incondicional aos superiores, podendo incluir obséquio e adulação diante dos que detêm força e poder; isso, combinado com a contrapartida de tratar com arrogância e desprezo os que não possuem poder e autoridade e os subordinados. Apesar de, inicialmente, intentar caracterizar como síndrome psicológica de indivíduos “potencialmente fascistas”, pesquisas posteriores verificaram que tal comportamento alcançava personalidades de esquerda e, até mesmo, verificou-se sua existência em segmentos de todas as classes sociais.¹⁶⁴

No que se refere às ideologias autoritárias, a terceira entre as perspectivas de análise do autoritarismo de Pasquino, elas tenderiam a negar a igualdade e a enfatizar a hierarquia, propugnar por regimes autoritários e exaltar as virtudes das personalidades autoritárias.

Nesse aspecto, o máximo que se pode aduzir seria a tendência de relacionar essas ideologias com aquelas que enfatizam a importância da autoridade; da estrutura hierárquica da sociedade; da ordem; da função conservadora de transformação limitada da sociedade; contrapondo-se, nesse caso, àquelas que advogam a transformação integral da sociedade, incluídas as ideologias totalitárias.

Assim, a questão da ordem assume a condição de vértice essencial para a fundamentação ideológica do pensamento autoritário. Segundo Pasquino:

[...] o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo. Sem um ordenamento rigidamente hierárquico, a sociedade vai fatalmente ao encontro do caos e da desagregação.

[...] É evidente que o problema da ordem é um problema geral de todo o sistema político; e, como tal, não pode ser um monopólio do pensamento autoritário. Mas o que caracteriza a ideologia autoritária, além da visão da desigualdade entre os homens, é que a ordem ocupa todo o espectro dos valores políticos, e o ordenamento hierárquico que daí resulta esgota toda a técnica da organização política. Esta preocupação obsessiva pela ordem explica também por que o pensamento autoritário não pode admitir que o ordenamento hierárquico seja um simples instrumento temporário para levar a uma transformação parcial ou integral da sociedade, tal como acontece, pelo menos na interpretação ideológica, em muitos sistemas autoritários em vias de modernização e nos sistemas comunistas. Para a doutrina autoritária, a organização hierárquica da sociedade acha a própria justificação em si mesma e a sua validade é perene. Além do mais, o Autoritarismo, como ideologia da ordem, se distingue de forma clara do próprio totalitarismo fascista, já que ele apenas impõe a obediência incondicional e circunscrita do súdito e não a dedicação total e entusiástica do membro da nação ou da raça eleita.

[...] Geralmente, as doutrinas autoritárias... são doutrinas antirracionaisistas e anti-igualitárias. Para elas, o ordenamento desejado pela sociedade não é uma organização hierárquica de funções criadas pela razão humana, mas uma organização de hierarquias naturais, sancionadas pela vontade de Deus e consolidadas pelo tempo e pela tradição ou impostas inequivocamente pela sua própria força e energia interna. De costume, a ordem hierárquica a preservar é a do passado; ela se fundamenta na desigualdade natural entre os homens.¹⁶⁵

Nesse contexto, o princípio da autoridade perpassa as três perspectivas de abordagem do autoritarismo – estrutura, disposições psicológicas e ideologias – trazendo, como consequência, a incontestabilidade da ordem e a incondicionalidade da obediência. Isso, porque, em uma estrutura política hierárquica, naturalmente,

prepondera uma visão de desigualdade que exclui ou reduz o acesso da sociedade ao núcleo do poder. Os assomos de participação são vistos como contestação e induzem o emprego de meios coercitivos. Trata-se de condições que restringem, mas não suprimem, a liberdade dos súditos.

Para Pasquino, entretanto, não é possível estabelecer uma integralidade entre as três perspectivas de análise sobre a estrutura autoritária. O fato de que a “personalidade autoritária, por exemplo, sentir-se-á provavelmente à vontade numa estrutura de poder autoritária e achará provavelmente genial uma ideologia autoritária”¹⁶⁶ não quer dizer que haja sempre uma convivência entre elas. Pode ocorrer que:

[...] crenças democráticas sejam impostas através de métodos autoritários. Ou que entre chefes de um Estado autoritário haja indivíduos não marcados por uma personalidade autoritária; ou que um regime autoritário de fato se acoberte por fora de uma ideologia democrática ou de uma ideologia totalitária que perdeu sua carga propulsiva e se transformou numa simples veste simbólica.¹⁶⁷

Uma importante contribuição a essa base teórica sobre o autoritarismo relacionada com os aspectos da estrutura e ideologia políticas do Regime Civil e Militar de 1964, conforme referenciado no início desta subseção, trata da influência exercida pelo teórico Carl Schmitt, que se deu por meio das participações dos juristas Francisco Campos e Carlos Silva Medeiros, mentores do arcabouço político e jurídico que respaldou a edição dos instrumentos mais importantes para a consolidação do poder dos civis e militares que passaram a exercer o poder de 1964 em diante, quais sejam, os Atos Institucionais.

Carl Schmitt, como seus antecessores, ressalta a força da autoridade, o poder do ser, que, por meio de vontade unitária e soberana origina o dever ser, vale dizer, o fundamento da ordem jurídica e da existência do Estado,¹⁶⁸ cuja representação de princípios, cultura, tradições, valores e moral dar-se-ia na Constituição, “a unidade política de um povo vivendo em determinado território”.¹⁶⁹

Para aquele autor, entretanto, a Constituição não era uma peça política original e definitiva, pois era precedida por um fato fundamental: a instauração do *espaço político*, base e pressuposto sobre os quais deveria ser erigida.

Influenciado pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, recorre à guerra para representar o seu argumento. Para Schmitt, a relação

amigo-inimigo estabelece o fundamento das relações políticas, em seu estado fático, ao dizer o que é decisivo e motivador para o enfrentamento.

O inimigo, nesse contexto, é aquele que ameaça ou desafia a existência do Estado, na sua constituição originária e nas crises graves, rupturas e falências da ordem social e política, quando são restabelecidas aquelas condições iniciais da formação do Estado. A política, nessas condições de indeterminação, perde qualquer conteúdo e passa a depender da força daqueles que são capazes de (r)estabelecer e manter a ordem, a fonte real da sua origem.

É a partir desta mais extremada possibilidade que a vida do ser humano adquire sua tensão especificamente política. Um mundo no qual a possibilidade de semelhante combate estivesse completamente eliminada e desaparecida, um planeta definitivamente pacificado, seria um mundo sem a distinção entre amigo e inimigo, por conseguinte, um mundo sem política.¹⁷⁰

O Estado como o conhecemos – exercendo a administração da ordem, incontestável, em um espaço territorial – é posterior ao conflito político original; na verdade, é o seu resultado. Nesse contexto, a política precede a Constituição, pois está fundada na relação primordial entre antagonistas, ou seja, como resultado da força que venceu o confronto primário entre seres humanos em disputa. Sua materialidade seria expressa em conformidade com os princípios e valores dos vencedores.

Sob tais condições, o conceito de Constituição absorve seus componentes de fora do texto constitucional: da relação (de guerra) entre contendores; e o poder constituinte “é a vontade política cuja força ou autoridade é capaz de adotar a concreta decisão de conjunto sobre o modo e a forma da própria existência política”,¹⁷¹ e que teria a tarefa de adotar “a decisão política fundamental de uma unidade política”,¹⁷² qual seja, criar a própria Constituição.

A noção schmitteana de Constituição – ao contrário daquela elaborada por Hans Kelsen, essencialmente normativista no sentido do *dever ser* como princípio da organização e ordem – viria a introduzir um caráter relativístico a essa obra da engenharia política que deveria ser pétrea. Para Schmitt, em termos constitucionais, existiriam fatores de estabilidade e de dinamismo, neste último caso, adicionando movimento ao que, até então, seria estático e imutável.

No primeiro caso, do Estado organizado, no seu aspecto de permanência, a Constituição representaria a situação da sua unidade política, ordenação social, organização jurídica e normativa; no segundo,

relacionado com as origens e as falências do ente estatal, ela é o devir histórico e contínuo, isto é, algo em constante mutação, “o princípio do devir dinâmico da unidade política, do fenômeno da continuamente renovada formação e eleição desta unidade desde uma força e energia subjacente ou operante na base”¹⁷³, vale dizer que “se entende o Estado, não como algo existente, em repouso estático, mas como algo em devir, surgindo sempre de novo”.¹⁷⁴

Tais formulações teóricas viriam a sedimentar a noção de *decisionismo* que estaria contida nas ideias de Schmitt. Macedo Jr. apresenta um resumo da questão:

[...] a essência da Constituição não está contida em uma lei ou em uma norma. No fundo de toda norma reside uma decisão política do titular do poder constituinte; [...] não é o comando, mas a autoridade ou soberania de uma decisão última, dada com comando, que constitui a fonte de todo e qualquer ‘direito’, isto é, de todas as normas e ordenamentos sucessivos; [...] o último fundamento jurídico de todas e quaisquer validades e valores de direito é um processo volitivo, uma decisão que enquanto tal cria o ‘direito’ e cuja ‘força jurídica’ não pode ser derivada da força jurídica de regras de decisão, pois mesmo uma decisão que não corresponde à regra cria direito.¹⁷⁵

Entretanto, o caráter mais incisivo da teoria constitucionalista de Carl Schmitt ficaria representado na explanação sobre a quem caberia a primazia da decisão no espaço da deliberação política. Para ele, não caberia aos Poderes Executivo, Legislativo e, muito menos, ao Judiciário tal prerrogativa, mormente sobre o caráter dinâmico da atividade constitucional.

Em *O Guardião da Constituição*,¹⁷⁶ Schmitt advogou pela necessidade de um quarto poder, “neutro”, semelhante ao Poder Moderador exercido pelo Imperador D. Pedro II; o qual estaria acima dos demais poderes e a quem caberia a defesa, em última instância, da decisão política fundamental, quanto a assegurar as condições que estabeleceram a relação conflituosa original, vale dizer, aquela que firmou os laços entre amigos e que impediu a vitória dos inimigos: denominada Constituição Material, a parte imutável, política, a ser preservada.

A essa primeira parte, segue-se uma outra, formal e mutável, dependente daquela, passível da intervenção dinâmica do soberano. Em *Guardião da Constituição*, Schmitt explicita que ao soberano cabe, inclusive, a suspensão da vigência dessas prescrições, particularmente

nas ocasiões essenciais para a sobrevivência do Estado, como ocorre nas decisões sobre os estados de exceção. Assim, o Estado soberano é aquele cujo representante é capaz de decidir, em última instância, sobre quem são os amigos e inimigos.

Por sua vez, na obra *Teologia Política*, Carl Schmitt volta a afirmar que “soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção”;¹⁷⁷ ou seja: “a Constituição é intangível, enquanto que as leis constitucionais podem ser suspensas durante o estado de exceção, e violadas pelas medidas do estado de exceção”.¹⁷⁸

Sob as condições do estado de exceção, a decisão política fundamental, expressa na Constituição, permanece em sua vigência; entretanto, as leis constitucionais decorrentes deixam, temporariamente, de vigorar. Nesse contexto, de crises políticas ou institucionais, particularmente aquelas que afetam a segurança e a ordem da unidade política, são admissíveis todas as medidas necessárias ao restabelecimento da normalidade do funcionamento estatal.

Esse substrato teórico, conforme explicitado, viria a fundamentar a edição dos Atos Institucionais durante a vigência do Regime Civil e Militar, os quais, curiosamente, jamais foram refutados na sua materialidade, formalidade ou vigência na mais alta corte do País, o Supremo Tribunal Federal.¹⁷⁹

Isso exposto, pode-se adentrar na abordagem do tema relacionado com a configuração de uma ditadura.¹⁸⁰ Suas origens mais remotas são encontradas na Grécia e sua semântica extrai o seu significado, justamente, do seu oposto, a democracia (o governo de todos) – embora, ainda, sem o nome que os romanos lhe dariam, *dictatura* – mas já traduzida nas imperfeições que a acompanhariam.

As formas de governo, no sistema Aristotélico, foram explicitadas sob três manifestações, as quais se completavam com as suas faces opostas, representativas das alterações cíclicas e contínuas que afetavam aquelas originais, levando-as à corrupção e decadência. A monarquia (governo de um só) decaía em tirania; a aristocracia (governo de alguns) em oligarquia, plutocracia ou despotismo; e a democracia (governo de todos) em demagogia.

Aristóteles denominava a corrupção do governo democrático de demagogia, não somente para atingir os sofistas, mas, também, pelo seu caráter despótico de dominação por multidões rudes e ignorantes. A bem da verdade, na classificação daquele eminente filósofo, a forma de governo que mais se assemelhava ao que seria a ditadura seria a tirania, permanecendo, em caráter intermediário, a oligarquia, a plutocracia ou o despotismo, formas voltadas mais para a satisfação da ganância por

riqueza e poder de poucos usufrutuários. São nessas formas corrompidas de governo que se vão encontrar as sementes do que viria a ser denominado de ditadura.

Mario Stoppino, em um recorte mais recente da história, recorre às origens romanas do termo. Ele nos alerta que o “significado moderno da palavra é, porém, completamente diferente da instituição que o termo designava na Roma republicana”.¹⁸¹ Pois:

A Ditadura romana era um órgão extraordinário que poderia ser ativado conforme processos e dentro de limites constitucionalmente definidos, para fazer frente a uma situação de emergência. O ditador era nomeado por um ou por ambos os cônsules, em consequência de uma proposta do Senado, ao qual cabia julgar se a situação de perigo fazia realmente necessário o recurso à Ditadura. O cônsul não podia autonegociar-se ditador, nem este último podia declarar o estado de emergência. O fim para o qual se nomeava um ditador era claramente definido e o ditador a ele deveria ater-se. Geralmente, tratava-se da condução de uma guerra (*dictatura rei gerendae causa*), ou da solução de uma crise interna (*dictatura seditionis sedandae et rei gerendae causa*). Os poderes do ditador eram muito amplos: exercia o pleno comando militar; os cônsules eram a ele subordinados; seus atos não eram submetidos à *intercessio* dos tribunos; gozava do *jus edicendi* e, durante o período no qual exercia o cargo, seus decretos tinham o valor de lei; e, finalmente, contra suas sentenças penais, o cidadão não podia apelar.

Assim mesmo, não eram poderes ilimitados. O ditador não podia revogar ou mudar a Constituição, declarar a guerra, impor novos ônus fiscais aos cidadãos romanos, assim como não tinha competência na jurisdição civil. A Ditadura romana estava circunscrita entre limites temporais muito rígidos. Não podia durar mais de seis meses e ainda menos no caso em que o magistrado, que tinha nomeado o ditador, deixasse o cargo por qualquer razão, ou ainda quando o ditador tivesse chegado ao fim da incumbência para a qual fora nomeado. Esta rigorosa restrição temporal era o cunho característico da instituição e tinha uma eficaz repercussão na conduta do ditador, o qual sabia que num breve prazo de tempo voltariam a vigorar todos os limites e todos os controles constitucionais.¹⁸²

A ditadura romana constituiu-se em uma instituição longamente gestada, datada ainda dos primórdios do surgimento da República, por volta do século V a. C., a qual foi sendo aperfeiçoada nos séculos seguintes,

pelo menos até o século III a. C. Para Stoppino, tal instrumento “era a maneira de suspender temporariamente a sua ordem constitucional a fim de preservar a integridade e permanência”; a qual “permitiu à República fazer frente, de maneira eficiente, às breves guerras da primeira parte da sua história, assim como às várias desordens internas provocadas pela luta de classes”.¹⁸³

Durante as Guerras Púnicas voltou a ser utilizada de forma esporádica, desapareceu ao final do século III a. C., para ressurgir nas guerras civis do século I, sob a Ditadura de Sila (82 a. C. a 78 a. C.) e Julio César (48 a 46 a. C.), já com outro significado; embora mantivesse as características de concentração e o caráter absoluto do poder, não extraía mais sua legitimidade do *múnus* constitucional.

Stoppino considera, ainda, outros três tipos de ditadura: a moderna, para ele erroneamente denominada inconstitucional por alguns intelectuais; a constitucional; e a revolucionária; e descarta a ditadura do proletariado como parte desse contexto.

A noção moderna de ditadura não guarda semelhança com aquela de origem romana. Para dizer que não há coincidências, aquele autor elenca que ela existe, apenas, na “concentração”¹⁸⁴ e no caráter absoluto¹⁸⁵ do poder”,¹⁸⁶ complementando:

Mas a Ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais: se instaura de fato ou, em todo o caso, subverte a ordem política preexistente. A extensão do seu poder não está predeterminada pela Constituição: seu poder não sofre limites jurídicos. E, embora algumas Ditaduras modernas tendam ainda a se autoapresentar como “temporárias”, sua duração não está antecipadamente fixada: a sua permanência, como a de qualquer outro regime político, depende das vicissitudes da história.

Em resumo, a Ditadura romana é um órgão excepcional e temporário, a Ditadura moderna uma forma de Governo normal e durável.¹⁸⁷

Acrescenta Stoppino que, ausente da tradição das monarquias absolutas ou das razões iluminísticas de alguns governos despóticos:

A Ditadura apresenta, preferivelmente, uma ruptura da tradição. Instala-se utilizando a mobilização política de uma grande parte da sociedade, ao mesmo tempo que subjuga com a violência uma outra parte. E não pode garantir sua continuidade, de modo ordenado e regular, nem com o processo democrático, de que é a negação, nem com o princípio hereditário, que contrasta com as

condições políticas objetivas e com sua pretensão de representar os interesses do povo. Daí o caráter precário das regras de sucessão no poder.¹⁸⁸

Como ocorria nas tiranias gregas “nasciam, geralmente, das crises e da desagregação de uma democracia ou de um regime político tradicional, no qual surgia a ampliação do interesse e da participação política” e, do mesmo modo que os tiranos gregos, os ditadores modernos representam uma facção política que se sobrepõe às demais e exercem “comando arbitrário e ilimitado, recorrendo amplamente a instrumentos coercitivos”.¹⁸⁹

A título de resumo sobre as características das ditaduras modernas, Stoppino explicita:

O Governo ditatorial não é refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade. Mesmo quando são mantidas ou introduzidas normas que resguardam nominalmente os direitos de liberdade, ou limitam de outra forma o poder do Governo, estas normas jurídicas são apenas um véu exterior, com escassa ou nenhuma eficácia real, que o Governo ditatorial pode ignorar com discricção mais ou menos absoluta, recorrendo a outras leis que contradizem as primeiras ou que criam exceções, utilizando poderosos organismos políticos subtraídos ao direito comum ou invocando diretamente pretensos princípios superiores que guiam a ação do Governo e que prevalecem sobre qualquer lei. Este absolutismo do poder ditatorial torna caracteristicamente imprevisível e irregular a conduta do ditador ou da elite ditatorial.

Nas Ditaduras mais moderadas, podem aparecer alguns limites concretos postos por grupos dirigentes subalternos que mantenham uma certa autonomia. Estes limites conferem algum grau de regularidade e de previsibilidade à conduta do Governo. Mesmo neste caso não existe nenhuma garantia legal ou institucional que permita dar validade permanente a esses limites.

Em relação aos instrumentos de controle coercitivos que empregam e ao grau de sua penetração e arregimentação da sociedade, os regimes ditatoriais diferem notavelmente um do outro. A respeito deste tema vamos nos remeter para o exposto mais adiante, a propósito da análise das tipologias das Ditaduras.¹⁹⁰

No que diz respeito às sucessões, Stoppino ressalta que elas ocorrem, invariavelmente, de cima para baixo, mesmo quando escudadas na articulação de um partido político, neste caso único. A busca da

legitimidade não pode ser alcançada, pois:

O partido torna-se base exclusiva do recrutamento do novo chefe ou dos novos chefes, mas a forma de sua seleção não pode ser regulamentada de maneira aceitável, porque a função suprema de guia ou de vanguarda se autoproclama e se autoimpõe e não vigora outro sistema para reconhecer o homem ou os homens idôneos para desenvolvê-la, com exceção do sucesso e da prevalência do mero fato. Assim sendo, o regime ditatorial torna-se mais estável porque o partido lhe fornece uma couraça de defesa em relação ao exterior. Mostra-se, porém, descontínuo e irregular quando se apresenta o processo de sucessão de um a outro ditador, ou de um a outro grupo ditatorial.¹⁹¹

Em contraposição às condições vigentes na ditadura moderna, acima descritas, algumas instituições excepcionais foram promulgadas por Estados Constitucionais modernos e têm similaridades com aquelas da ditadura romana, nesse caso, abrangidos genericamente sob o rótulo de ditaduras constitucionais ou governos de crise. São os casos dos instrumentos elencados como: Estado de Sítio, Estado de Emergência, Estado de Defesa ou Leis Marciais, “destinados a superar uma crise repentina e violenta e que comportam um acréscimo extraordinário dos poderes próprios do executivo”,¹⁹² ou quando o poder de legislar é conferido ao executivo nas crises ou guerras.

Mesmo nesses casos existem diferenças marcantes, pois: “Ambos os tipos de instituição correspondem à necessidade de fazer frente à situação de emergência num regime de separação mais ou menos avançado do poder”; entretanto, “A Ditadura romana é um órgão extraordinário (e por isso fala-se de um ditador e de uma Ditadura). Por consequência, não somente o poder ditatorial, mas o próprio órgão que o compõe e seu ocupante, saem do quadro político logo que se restabeleça a situação de normalidade”; enquanto que o governo de crise “funda-se na atribuição de poderes extraordinários aos órgãos normais do Estado; por isso é muito mais difícil desvencilhar a instauração, o exercício e o êxito de um Governo de crise das perspectivas de luta pelo poder das forças políticas militantes”.¹⁹³ Acrescenta Stoppino:

Pelo que nos mostra a história, pode-se relevar que a Ditadura romana viveu por alguns séculos sem pôr em perigo ou alterar significativamente a ordem constitucional. Na Europa e na América contemporâneas, porém, os diversos tipos de Governo de crise chegaram,

muitas vezes, a provocar a destruição da ordem institucional e contribuíram seguidamente para alterar, de modo mais ou menos permanente, a distribuição do poder entre os órgãos constitucionais do Estado.¹⁹⁴

Essa questão essencial tem reduzido a utilidade de tais instrumentos, mormente nos momentos de crise, uma vez que o acirramento dos ânimos contribui para aumentar as desconfianças entre os poderes.

Por fim, nesse contexto de tipificação das ditaduras, Stoppino apresenta a ditadura revolucionária – para ele, justamente o elo que permite a compreensão da magnitude da mudança de significados, entre a ditadura romana e a moderna – entendida como aquela que foi instaurada pela Convenção Nacional na França, em 10 de outubro de 1793. Associada à noção de governo revolucionário, conforme as concepções dos precursores socialista François Babeuf e Filipo Buonarroti, deveria “suceder à explosão revolucionária e anteceder o nascimento da Sociedade dos Iguais”.¹⁹⁵ Segundo aquele autor:

Nesta espécie de Ditadura, que Maurice Hauriou chamou convencional e Carl Schmitt, soberana, o poder ditatorial não era autorizado pela Constituição, nem constitucionalmente limitado. Não era constituído, mas se impunha pelos fatos; a sua função não era superar uma crise parcial do regime vigente: era a função constituinte de fundar um novo regime sobre as ruínas do precedente.¹⁹⁶

Para Stoppino, portanto, a ditadura revolucionária, ademais de incorporar o poder concentrado e absoluto, como na romana e na moderna, não admite limites estabelecidos, o que é característica, apenas, dessa última; além do que, não restringe o exercício do poder a um só ditador, permitindo que se estenda a um grupo, que pode ser uma convenção, assembleia ou partido.

O ponto de aproximação desta modalidade política com aquela dos romanos estaria, apenas, no tempo de duração, uma vez que ambas têm um período de permanência, mesmo nesse caso, com a diferença que no caso dos romanos a garantia da temporalidade advinda da própria Constituição, enquanto que, nesta, depende dos próprios revolucionários e, nessas condições, pode permanecer mais do que o dito, esperado ou razoável.

Em uma avaliação compreensiva, em termos de valor, Stoppino considera que a ditadura romana carrega uma carga positiva, uma vez que consiste em um elemento essencial de restauração e estabilidade da ordem

constituída, utilizada nos momentos de crises graves; considera do mesmo modo a ditadura revolucionária, quando colimada para a instauração de uma ordem mais justa, de iguais. Infelizmente, considerando-se as múltiplas interpretações que podem ser dadas para a igualdade, aquele autor não explicita a que espécie de igualdade se refere; entende-se, entretanto, que para ser positiva, conforme a concepção do autor, certamente ele não se refere à igualdade comunista.

Em sentido contrário, com sinal negativo, apresenta-se a ditadura moderna, entre outros motivos, pelo exercício absoluto e pela concentração do poder; pela forma de transmissão, de cima para baixo; e, também, por suas marcantes características antidemocráticas.

Cesarismo

O termo cesarismo tem sua origem no regime implementado por Caius Julius Caesar, político e general romano, após ter sido nomeado *dictator*, em 9 de agosto de 48 a. C., como resultado de sua pugna com o Senado¹⁹⁷ e em meio a prolongada guerra civil¹⁹⁸ (49 a. C. a 45 a. C.). Eleito Cônsul, a princípio, manteve as aparências, convivendo com Marco Antônio, no papel de *magister equestris*,¹⁹⁹ ou seja, o mestre da ordem dos cavaleiros. Na prática conduziu o *imperium* à esfera política, concentrando todos os poderes na sua pessoa, inclusive com a supressão do controle das instituições sobre o segmento armado, subordinando-as a si mesmo.

A força da significação do termo cesarismo,²⁰⁰ garantiu a sua ampla veiculação pela literatura medieval e moderna. Para Carlo Guarnieri²⁰¹ ele representa a “ideia de um poder forte, que soubesse desvincular-se dos interesses dos grupos e dos indivíduos e aliar-se estreitamente ao exército com o fim de articular uma política equilibrada que correspondesse mais aos interesses globais da comunidade”. Tais condições adicionam maior autonomia estatal diante das forças sociais em pugna, outra característica do fenômeno.

Entretanto, a partir dos desdobramentos da Revolução Francesa (1789), particularmente com o exercício do poder imperial por Napoleão Bonaparte (1804-1815) e, depois, por seu sobrinho Luís Napoleão (1852-1870), a experiência cesarista veio a ser confrontada com a desses dois últimos imperadores, gerando novas interpretações.

Karl Marx,²⁰² em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, foi quem primeiro alertou sobre as dessemelhanças. No contexto teórico da luta de classes, ele aponta as diferenças entre a participação política restrita a alguns privilegiados romanos – os cidadãos livres – diante do envolvimento de toda uma sociedade no ambiente revolucionário francês. Engels também

considera a questão em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.²⁰³ Tais observações deram ensejo ao surgimento de um novo conceito sucessor, o bonapartismo, que será objeto de apreciação na próxima subseção.

Foram os escritores da tradição marxista, particularmente Antonio Gramsci, que viriam a se debruçar sobre o tema, em razão das repercussões que este teria sobre a gênese do nazifacismo, as noções de hegemonia e suas crises. Aquele autor, em sua obra *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* considera *cesarista* “uma situação em que as forças em luta se equilibram de maneira catastrófica, isto é, se equilibram de tal forma que a continuação da luta não pode findar senão com a destruição recíproca”.²⁰⁴ Guarnieri afirma que “Por isso, no jogo político que se desenrola num Estado cesarista, nenhuma dessas forças... nunca se acha completamente vencida”.²⁰⁵ Trata-se daquela mesma condição primordial explicitada por Carl Schmitt, na qual a própria política é (re)criada, vale dizer, ressurgir em cada fase que ocorre um empate político e se instala uma (nova) crise de hegemonia.

Portanto, segundo Gramsci, a causa do cesarismo pode encontrar-se comumente numa situação de equilíbrio entre classes e grupos sociais que se opõem entre si. Se é pacífico para aquele autor o motivo do fenômeno, os elementos que geram tal condição podem ter múltiplas origens.

Ele cita algumas, tais como nas ocasiões em que: os antagonismos não são absolutos, permitindo certa convivência harmônica, como ocorreu na luta entre a burguesia e a aristocracia na transição para o capitalismo; uma força predominante encontra-se dividida e permite que um segmento menor, embora mais coeso, a sobrepuje; ou, ainda, por alterações advindas nas forças que apoiam o bloco dominante.²⁰⁶

Nesse último caso, a condição que proporciona o surgimento do fenômeno cesarista é assim descrita por Gramsci: “quando a força progressiva A luta com a força regressiva B, pode ocorrer, não só que A vença B ou B vença A, mas também que nem vença A nem B e, anulando-se ambas reciprocamente, intervenha de fora uma terceira força, C, e domine o que resta de A e de B”.²⁰⁷

Pelo que respeita aos aceleradores que permitem ao processo encontrar um canal concreto, será útil adotar o conceito gramsciano de crise orgânica. Esta se verifica quando, numa organização, se geram, a diversos níveis, graves contrastes entre representantes e representados. De fato, em certos momentos, os grupos sociais se desligam dos seus partidos tradicionais, não mais reconhecidos desde então como expressão da sua

classe ou grupo social. Quando ocorrem estas crises de representação, a situação fica imediatamente aberta a vários canais, frequentemente representados por chefes carismáticos. Este tipo de crise é, na terminologia gramsciana, sobretudo uma crise de hegemonia da classe dirigente. Crises deste gênero são amiúde resolvidas com uma reestruturação das forças políticas, que restabeleça eficazmente a relação entre representados e representantes. Fenômeno evidente deste processo é comumente a formação de novos partidos ou coalizões de partidos, e o desmoronamento e dissolução de outros. Mas esta solução pode não bastar, quando inserida na já conhecida situação de equilíbrio estático. Neste caso, a reestruturação das forças políticas deve ser ainda mais radical, podendo ser efetuada com êxito por um regime cesarista.²⁰⁸

Sob tais condições Gramsci considera que não é incomum a “solução arbitral”, ser “confiada a um grande personagem”, saído “de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectivas catastróficas”.²⁰⁹

Além de Gramsci, alguns autores também encontraram semelhanças entre o cesarismo e outros regimes. Nikos Poulantzas fez relacionamentos com o bismarckismo; e Hélio Jaguaribe opera com um neobismarckismo aplicado aos países subdesenvolvidos.

No contexto do desenvolvimento político, o bismarckismo seria uma forma de cesarismo relacionada com uma sociedade pré-industrial, sem proletariado ou burguesia desenvolvidos; o neobismarckismo, como uma transição para a industrialização, com proteção ao capital nacional e a formação de uma burguesia, em “países que têm de afrontar um processo de transição de uma situação de dependência colonial ou neo-colonial para uma situação de maior autonomia e independência”; e o fascismo como o cesarismo do capitalismo avançado, nesse caso sem aquela característica de disputa entre forças equilibradas e com o acréscimo das massas.²¹⁰

Guarnieri, entretanto, ressalta que o novo cesarismo, segundo Gramsci, “parece antes característico de sociedades que já desenvolveram suficientemente suas potencialidades e dão, por isso, continuidade a uma articulação de classes sociais que podemos definir, em linhas gerais, como moderna”.²¹¹

Guarnieri cita, ainda, a observação de Alexis de Tocqueville que via elementos do fenômeno na:

[...] predominância cada vez maior da sociedade sobre o indivíduo e a conseqüente afirmação do que se chama

democracia totalitária, isto é, de um tipo de organização política em que perde progressivamente a importância uma série significativa de poderes intermédios, situados entre o Estado e o indivíduo, com o inevitável aumento do poder estatal.²¹²

Ou em Max Weber, que visualizava características cesaristas “nas tendências gerais de democratização e burocratização da sociedade moderna”, embora na condição de um mal necessário:

[...] quando ocorrem em estruturas institucionais de tipo liberal-democrático, desempenham a indispensável função de controlar o poder crescente da burocracia. Eliminada como inadequada a hipótese da eleição direta dos burocratas e dado por suposto o inevitável aumento da importância da burocracia, fruto de um processo mais geral de racionalização iniciado pelo capitalismo moderno, a única solução está na presença de um líder – um presidente eleito pelo povo ou um chefe parlamentar vencedor nas eleições –, “homem de confiança das massas” e por isso capaz de exercer domínio sobre os funcionários burocráticos e de lhes limitar o poder. Em suma, o cesarismo surge como uma exigência que tende a manifestar-se até nas democracias parlamentares, como equivalência, a nível político, do papel do empresário capitalista.²¹³

José Nun²¹⁴ aponta para os mesmos efeitos em sentido oposto, quando a burocracia contribui para as transições, inclusive as violentas. Cita as diversas crises francesas, desde a Revolução, até a queda de Napoleão III.

Diante de tal disseminação e dispersão, conclui Guarnieri: “desde este ponto de vista, o cesarismo – que, para Marx, remontava sobretudo à estrutura social da França do século XIX – torna-se uma característica permanente, conquanto variável, da sociedade moderna”.²¹⁵

João Quartim de Moraes, no contexto do exame da participação das Forças Armadas brasileiras na confecção da Carta Constitucional de 1988, em plena Nova República recorre às questões do cesarismo e do bonapartismo e retoma as análises de Gramsci sobre essa temática. O autor observa que: “após a morte de Augusto, o segundo César” ausente do carisma do seu predecessor “passou a depender cada vez mais do instrumento de coerção armada originariamente destinado a servir de guarda de corpo do imperador”. Diante disso, conclui que o “cesarismo degenerou em pretorianismo: a guarda de corpo do imperador tornou-se corpo da guarda do Império”.²¹⁶

A partir dessa constatação, aquele autor retira dois ensinamentos: o cesarismo precede o pretorianismo, inicialmente por meio do herói carismático que “arrebata o poder à cidadania”, para, em seguida, ver esse poder deslizar em direção à guarda permanente; e a perda do controle social sobre o segmento armado, o qual, com a sua maior independência, reflete a perda do controle sobre o poder político, ou seja, a autonomização do Estado.²¹⁷

Há de se registrar que: o pretorianismo romano, a não ser nos estertores do Império, nunca existiu (autonomamente) sem um *Caesar* e, portanto, não houve condição para que o poder lhe pertencesse com exclusividade, como se refere Moraes, uma vez que, assim como o *imperium*, na sua concepção original, tinha caráter temporário; e o pretorianismo moderno, conforme explicitado anteriormente, tem a conotação justamente contrária àquela propugnada por esse autor, vale dizer, significa a prevalência da mobilização das forças sociais sobre tudo: a política, a segurança do Estado, as Forças Armadas etc.

Em que pese a veracidade dos fatos relatados e a lógica do raciocínio do autor, falho na afirmação da existência autônoma do pretorianismo e incongruente com a sua manifestação contemporânea, seus argumentos permitem embasar análises sobre as condições vigentes no ambiente latino-americano ou brasileiro, apesar da evidente preocupação daquele autor, na época, de tentar influenciar os constituintes.

O fio condutor da argumentação de Moraes parte das lógicas irreconciliáveis entre a acumulação de capital e a planificação socialista, como fonte de opostos, portanto, de geradores da energia que alimentariam a tensão criadora da vida no sistema. Para ele, apoiado em Gramsci:

Namedidaemqueestacontradiçãosetornapreponderante nas sociedades capitalistas desenvolvidas, a preservação dos privilégios do capital passa a depender “da fraqueza relativa da força progressiva antagonista” (isto é, a classe operária); conservar esta fraqueza é, para os capitalistas, conservar as condições de sua dominação de classe. Quando não mais conseguem conservar sua dominação por métodos políticos legais, quando o poder do dinheiro já não basta para manter o dinheiro no poder, no “equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica” que se instaura, o cesarismo tem como objetivo restabelecer pela força as posições de força do capital: por isso, conclui Gramsci, “o cesarismo moderno, mais do que militar, é policial”. Entendemos: está mais voltado para a repressão interna do que para a expansão externa.²¹⁸

Gramsci, naturalmente, referia-se ao fascismo; Moraes, implicitamente, ao Regime Civil e Militar. Para amparar seu paralelismo discorre sobre o nazi-fascismo:

Uma vez instalados no poder, o *duce* e mais tarde o *Führer* assumiram, com seus métodos peculiares, o controle completo do aparelho estatal (polícia, Forças Armadas, administração dos serviços públicos, Economia, Educação, Cultura etc.), adaptando-o à “solução” terrorista da crise de hegemonia do capitalismo liberal. Nesse sentido, contrariamente ao cesarismo histórico e ao bonapartismo, o fascismo e o nazismo, exatamente por terem organizado fora do aparelho estatal a contra-revolução policialesca, não configuraram um processo de autonomização do Estado. Ocuparam-no da cúpula à base, ao mesmo tempo que mantinham e ampliavam, as funções paraestatais do partido e de suas formações militarizadas.²¹⁹

Após extensa digressão sobre o nazi-fascismo e suas terríveis consequências, o autor prossegue no diapasão comparativo:

A estabilização social de longo termo que conheceu, no segundo pós-guerra, o capitalismo liberal europeu, onde a política dita do *welfare state* trouxe aos trabalhadores precárias, mas reais satisfações materiais deslocou para o “terceiro mundo” e notadamente para o chamado “capitalismo tardio” da América Latina a crise de hegemonia de uma dominação burguesa desprovida de conteúdo democrático [...]

[...] A estabilização social colocou-se antes de mais nada, nestas condições, como uma questão de polícia, isto é, de repressão dos movimentos reivindicatórios e políticos dos trabalhadores.

[...] Como é notório, no entanto, a especificidade da contra-revolução latino-americana está no papel dirigente assumido pelas cúpulas militares e, portanto, na *instauração de uma ditadura de caráter burocrático* (e não na de um “cesarismo policial”).²²⁰

O autor em tela, apesar de reconhecer a incongruência entre os dois sistemas, nazi-fascista e Regime Civil e Militar,²²¹ considera, entretanto, haver afinidade entre eles, para cuja lógica demonstrativa utiliza o exemplo da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), “elo biológico entre ambos”.²²² À medida que o triunfo do general Francisco Franco ocorreu por meios militares e não apoiado nas massas, como o nazi-fascismo, constituiu-se em uma ditadura militar, fascista e autocrática.

Contrariamente, pois, ao que ocorreu no Brasil de 1964 a 1985, onde a ditadura militar suprimiu na prática as instituições políticas do capitalismo liberal, mas nunca as renegou abertamente no plano dos princípios, na Espanha o princípio fascista de autoridade absoluta do chefe foi abertamente assumido. Ungido “generalíssimo” e “*caudillo de España*”, Franco colocou-se *acima* das Forças Armadas, ao passo que no Brasil os generais-presidentes foram sempre *delegados* da cúpula militar.²²³

Para Moraes, baseando-se nas interpretações de Morris Janowitz²²⁴ e José Nun²²⁵, o que teria ocorrido no Brasil seria o que Gramsci denominava de “cesarismo sem cesar”; uma solução golpista da classe média à “crise hegemônica”. Ambos os autores citados por Moraes concordam, entretanto, tratar-se de um “caráter progressivo das funções políticas assumidas pelos militares”,²²⁶ uma vez que, preenchendo um vazio social, impedem o colapso político da sociedade como um todo.

José Nun desenvolve o conceito do “golpe de Estado hegemônico” para o caso brasileiro e latino-americano:

Na América Latina dominada pelas oligarquias agrárias, o desenvolvimento tardio e atrofiado do capitalismo não teria permitido que a “classe média” se transformasse em “verdadeira burguesia” e portanto se organizasse politicamente para dirigir a sociedade. Donde o caráter substitutivo e compensatório do “golpe hegemônico” dos militares antioligárquicos, politicamente identificados com as aspirações da “classe média”, da qual constituíam a única fração decisivamente organizada.²²⁷

Para o caso brasileiro, Moraes considera que a tese de Nun pode ser aplicada para o tenentismo, entretanto, apenas parcialmente às demais intervenções militares posteriores. Para o autor, o cesarismo progressivo que Getúlio Vargas esboçou no primeiro quinquênio do seu governo (1930-1935), impulsionado pelos tenentes de 1922, foi arrebatado pela Aliança Nacional Libertadora, gerando uma reação do poder instalado que, como resultante, redundou na desastrada aventura da Intentona Comunista de 1935, a qual, por sua vez, deu motivos para a guinada do regime na direção de um cesarismo policial, cuja plenitude ocorreu após a instauração do Estado Novo.

Ao se orientar, em sentido progressivo, para as bases populares e sindicais, a partir de 1943 até 1945 e no segundo mandato, o varguismo instilou a reação militar que o depôs por duas vezes:

A crise política que conduziu ao suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 reproduziu, no contexto institucional da República liberal, o confronto de 1945: de um lado a cúpula militar aliada à direita liberal pró-americana, de outro o “cesarismo progressista” apoiado nos sindicatos. Atenuado pela euforia desenvolvimentista do governo Kubitschek, o confronto reativou-se com a crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 e com o golpe militar que tentou impedir a posse de seu sucessor constitucional, o vice-presidente João Goulart. A resistência vitoriosa ao golpe conduziu à presidência o herdeiro político do “cesarismo progressista” de Getúlio Vargas. Mas o movimento sindical e as forças progressistas haviam adquirido “massa crítica” suficiente para impor a Goulart, hesitante entre a tentação do “cesarismo progressista” e de uma aliança com o centro, uma política, dita de “reformas de base”, em torno da qual começou a se aglutinar, pela primeira vez no Brasil, uma frente popular no sentido histórico do termo: isto é, uma aliança entre a burguesia, a pequena-burguesia e a intelectualidade democráticas e as forças operárias e camponesas em vista de promover reformas sociais profundas.²²⁸

Moraes expõe, então, que “Não foi, com efeito, para suprir uma ausência, mas para suprimir uma presença... que as Forças Armadas derrubaram o governo legítimo e implantaram a mais longa ditadura de nossa história”.²²⁹ Nesse contexto, descarta as versões funcionalistas de Nun e Oliveiros Ferreira de vácuo institucional. E conclui: “Aquilo que Nun chama de ‘golpe hegemônico’ não passa, portanto, de uma solução golpista do aparelho militar para resolver, por meios burocráticos e coercitivos, a crise de hegemonia (isto é, de direção política) da sociedade”.²³⁰

Apresentado o cesarismo em suas múltiplas aparências e contradições, pode-se tentar extrair, da sua essência multifacetada, alguns traços que permitam delinear um arcabouço de relacionamento civil e militar. De todas as suas manifestações, verifica-se que o cesarismo é um poder extraordinário, confiado a um grande personagem, desvinculado dos interesses dos grupos e indivíduos, aliado estreitamente ao segmento militar, que adiciona maior autonomia ao poder estatal diante de forças sociais em luta, que se equilibram, em um empate, à beira do abismo político, vale dizer, do caos. “Assim, com seus próprios instrumentos, o poder cesarista pode-se fazer de mediador entre os interesses contrastantes das forças sociais; embora não ataque nunca completamente os interesses dos grupos que gozam de uma posição dominante na estrutura social, jamais lhes consolida o poder”.²³¹

Além disso, em conformidade com cada estágio de desenvolvimento da sociedade, o fenômeno apresenta-se sob nova faceta, o que pode alterar alguma das suas características. Por exemplo, certo distanciamento dos interesses dos grupos afasta-o do fascismo, enquanto o contrário o aproxima.

Para o relacionamento entre civis e militares, o cesarismo, significa a transmigração da institucionalidade militar, em sua essência autônoma, embora subordinada, para o núcleo do novo poder; uma união de poderes que deveriam estar separados, configurando, como tal, uma idiossincrasia, tanto do ponto de vista liberal como do marxista.

Entretanto, na democracia, uma correspondência, em termos de fusão entre poderes, pode ser encontrada no parlamentarismo, a expressão da luta entre dois poderes ou forças antagônicas, a coroa e o parlamento. Em primeiro lugar por se tratar de um resultado extraído diretamente da história, sem intermediação teórica, apesar de que apoiada em longa e muitas vezes cruenta luta, como na deposição – por Oliver Cromwell – e na restauração dos Stuart. Em segundo lugar pela característica de fusão entre poderes, no caso, do legislativo com o executivo, embora sem configurar uma corrupção do sistema.

A dimensão completa do tema, entretanto, somente poderá ser divisada com a explicitação do seu desdobramento moderno, o bonapartismo, objeto da próxima subseção.

Bonapartismo

De acordo com entendimento disseminado, o *bonapartismo* seria um gênero da família cesarista, distribuído em duas espécies historicamente delimitadas pelas experiências de Napoleão Bonaparte e do seu sobrinho Luís Napoleão.

Conforme mencionado na seção anterior, Marx e Engels trataram do assunto em um contexto que o diferenciava da experiência romana e o tornava apto à realização de análises, em um sentido moderno do fenômeno, em função da maior participação das massas e do gigantismo que alcançara o aparelho do Estado. Em suas obras, respectivamente, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, os mentores do materialismo histórico referem-se ao bonapartismo como uma condição em que o Poder Legislativo é sobrepujado, passando todo o poder a ser exercido pelo executivo, normalmente sob a égide de um grande personagem carismático “que se apresenta como representante direto da nação, como garante da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes”.²³²

Na realidade, a autonomia do poder bonapartista com relação à classe burguesa dominante é, para Marx e Engels, pura aparência, se se atender ao conteúdo concreto da política por ele levada a efeito, uma política que coincide com os interesses econômicos fundamentais da classe dominante. Esta autonomia é, porém, real a nível da superestrutura política, onde foi efetivamente desautorizado o órgão, Parlamento, através do qual se exprime o poder político da classe dominante.²³³

Pistone refina o entendimento dos marxistas:

Antes de mais nada, o conflito de classe com o proletariado tornou-se de tal modo agudo que a classe dominante, para garantir a sobrevivência da ordem burguesa, se vê obrigada a ceder seu poder político a um ditador que, com seu “carisma” e com os instrumentos de um despotismo não mais tradicional, isto é, não fundado na sucessão legítima, seja capaz de reconduzir à disciplina a classe dominada. Em segundo lugar, a ditadura bonapartista pode sustentar-se, desde que conte com o apoio direto de uma classe que não coincide nem com a burguesia dominante, nem com o proletariado, e que, no caso específico de Napoleão III, foi a classe dos pequenos proprietários rurais, cujos interesses não eram, porém, antagônicos com relação aos da classe dominante.²³⁴

Em conformidade com o cesarismo, o entendimento marxista do bonapartismo tem a ver com o impasse produzido nas “situações de anarquia e desordem devidas a um exasperado conflito entre as classes, as castas ou os grupos corporativos em que se articula a sociedade civil”.²³⁵

Trotsky, corroborando a assertiva anterior, considera que a essência do bonapartismo “consiste nisto: apoiando-se na luta de duas facções, salva a nação com uma ditadura burocrático-militar”.²³⁶

Gramsci, no mesmo diapasão dos primeiros marxistas, adiciona o caráter de progressividade à intervenção de Napoleão Bonaparte e regressividade à de Luís Napoleão. Já foi falado que, para aquele autor, progressivo significa a “criação de um novo tipo de Estado, compatibilizando forças sociais em conflito não antagônico e abrindo caminho para as tendências progressistas do movimento histórico”;²³⁷ enquanto que o regressivo “não representa ruptura em relação ao passado, mas é antes uma evolução do tipo antigo”.²³⁸

Pistone adiciona outra faceta pouco explorada do bonapartismo, aquela determinada por uma “política externa expansionista, que, para além dos objetivos específicos do expansionismo, visa conscientemente o

objetivo da consolidação de um certo regime (e, conseqüentemente, dos interesses dos grupos nele dominantes), contra as contestações radicais de que é objeto dentro do respectivo Estado”.²³⁹

Quartim de Moraes inclui o bonapartismo, junto ao cesarismo, como uma das formas históricas de autonomização do Estado. Entretanto, ressalta que foi em torno do primeiro que “que se elaboraram as principais interpretações (marxistas e não-marxistas) do processo de autonomização do Estado nos tempos modernos”,²⁴⁰ pelas razões já expostas.

O fenômeno bonapartista, em sua origem, não difere do cesarismo em se tratando de “situações em que a autonomização do Estado decorre de uma crise de hegemonia, isto é, de uma crise provocada por um confronto, no qual forças sociais antagônicas, tentam, sem sucesso, conquistar o poder político, desgastando-se reciprocamente nesse esforço”; o que permite o surgimento de “condições propícias para que o Estado se sobreponha à sociedade, impondo-lhe arbitrariamente uma solução arbitrária para a crise de direção política”.²⁴¹

As especificidades dos fenômenos sociais, portanto, referem-se aos seus caracteres de progressividade e regressividade, vale dizer, o conteúdo social e político da solução à crise de hegemonia. Nesse diapasão, o “regime do primeiro Bonaparte foi progressivo porque, assumindo o poder no refluxo da Revolução, consolidou juridicamente (com o Código Napoleão) as conquistas camponesas e burguesas da fase ascendente do processo revolucionário”; enquanto que o “de Luís Bonaparte foi regressivo porque se serviu do poder discricionário do Estado não para consolidar novas conquistas sociais, mas para conservar pela força uma ordem social em crise”.²⁴²

A ressalva apresentada por Quartim de Moraes refere-se que, em ambas as circunstâncias, a autonomização do Estado não conduziu ao pretorianismo, nem ao descontrole sobre a força militar; conclusão que leva o autor a traçar novo paralelo com o Regime Civil e Militar:

É curiosa, neste aspecto, a analogia entre sua evolução e a da ditadura militar brasileira. Sob Luís Bonaparte, realizaram-se três eleições legislativas. Na primeira, em 1857, os partidários do imperador (como os da ditadura nas eleições legislativas de 1970), obtiveram esmagadora maioria (5.471.000 votos contra 665.000 para a oposição republicana). Na segunda, em 1863, os votos da oposição quadruplicaram (cerca de 2 milhões). Na terceira, em 1869, os candidatos do regime obtiveram 4.438.000 votos e os da oposição,

3.355.000. Neste ritmo, os partidários do império seriam certamente derrotados nas eleições seguintes. Situação análoga à da ARENA após as eleições de 1978. Com duas diferenças: graças à ab-rogação do AI-5 e à reforma partidária, o PDS conseguiu adiar, em 1982, o apodrecimento da massa falida da ARENA enquanto, na França, Napoleão III perdeu a coroa ao capitular diante de Bismarck e do Kaiser em 2 de setembro de 1870, frustrando assim o corpo eleitoral francês, que sem dúvida iria infligir-lhe uma derrota decisiva nas eleições previstas para 1873.²⁴³

Quartim de Moraes observa que o cesarismo, em seu caráter histórico e considerando os seus possíveis desdobramentos modernos nas formas de bonapartismo, pode conduzir a dois caminhos: a militarização do poder imperial, no caso romano, considerado progressivo; e o retorno do controle social sobre o Estado, no caso da queda de Napoleão III e do regime bismarckiano, considerados regressivos.

A partir de tais conjecturas, conclui que a retomada do protagonismo pelas forças sociais ocorre nos casos de cesarismo regressivo, uma vez que o cesarismo progressivo teria as condições necessárias para resolver “*pelo alto*, a crise de hegemonia criando novas instituições que tornam compatíveis os interesses sociais em choque”.²⁴⁴

O aparente paradoxo teria como explicação a hipótese formulada por Gramsci de que tal condição proporcionaria a “passagem de um tipo de Estado a um novo tipo, historicamente mais avançado”,²⁴⁵ por exemplo, por meio da resolução do conflito secular entre patrícios e plebeus na Roma antiga; ou com a implementação das conquistas populares obtidas na Revolução Francesa, consolidadas política e juridicamente por Napoleão Bonaparte, bem como sua harmonização com a ordem burguesa, a nobreza e o clero.

Em contrapartida, o cesarismo regressivo “se limita a mudar a forma do governo para preservar pela força os interesses constituídos que a crise de hegemonia colocara em questão”; sendo assim, “não resolve as contradições que haviam provocado a crise: impede-as temporariamente (o tempo que dura a eficácia de seu carisma) de se manifestar”.²⁴⁶

Então, a liberalização do regime, que ocorre nos casos do cesarismo regressivo, teria por força motriz a irresolução das contradições que originaram a intervenção na crise de hegemonia. Sem resolvê-las, portanto, tem de colher o fracasso pessoal, político e institucional do regime, conforme ocorreu com Napoleão III, cuja queda conduziu ao

massacre da *Comuna de Paris* e com o lançamento dos fundamentos do militarismo belicista alemão, herdado dos escombros do regime regressivo de Bismarck.

CAPÍTULO 3

A ÓTICA DAS PREPONDERÂNCIAS

Apresentadas as diversas estruturas teóricas de relações civis e militares de interesse para esta obra, no intuito de enriquecer as possibilidades de análise, pode-se agora expor outros ângulos de visão sobre esses arcabouços que vão além daqueles que privilegiam o equilíbrio e as instabilidades dessas intercorrências.

Sob o ponto de vista cronológico, Samuel P. Huntington esboçou suas primeiras conjecturas em *O Soldado e o Estado*, publicado originalmente em 1957. Naquela edição foi exposta a proposta do equilíbrio, a qual considera-se como a coluna vertebral de todas as suas formulações posteriores e aquela que continha sua argumentação principal.

Apesar de não considerar o controle civil subjetivo no mesmo patamar do controle civil objetivo, esse autor exibiu ambos naquele mesmo livro inicial, introduzindo, exclusivamente, esta segunda forma de relacionamento no quadro geral de equilíbrio, configurando-o como o segundo ponto, dando a entender que aquele primeiro não contribuía da mesma maneira que este outro para a estabilidade das relações estudadas.

Posteriormente, Huntington, após as críticas de Finner e de outros autores, baseados, principalmente, na inaplicabilidade dos pressupostos e argumentos de *O Soldado e o Estado* para os países tumultuados do Terceiro Mundo, introduziu sua estruturação teórica complementar em *Ordem Política das Sociedades em Mudança*, esta sim mais ampla e profunda do que aquela primeira, com pretensões de abarcar o arco de violência e de desequilíbrio que assolavam as regiões mais atrasadas. Dessa lavra profícua fazem parte o pretorianismo e as referências ao militarismo modernizante.

Essas formulações teóricas analisadas isoladamente ou em conjunto não permitiriam a abordagem do relacionamento civil e militar no Brasil, razão pela qual foram incluídas outras aproximações, nomeadamente: o Modelo Moderador, Autoritarismo e Ditadura, Cesarismo e Bonapartismo; seja por expressas menções de renomados estudiosos, seja para o escrutínio de possíveis segmentos que pudessem ser aproveitados no estudo ou, até mesmo, que servissem para a refutação de certas propostas.

Da análise realizada sobre os elementos trazidos à investigação foi possível, ainda, obter resultados complementares àqueles inicialmente considerados nas suas contribuições para a compreensão da estrutura geral do equilíbrio das relações entre civis e militares.

Dentre as múltiplas possibilidades de abordagens capazes de se

constituir em modelos para as relações entre civis e militares, conforme já foram citadas, três grandes vertentes foram privilegiadas, originadas, respectivamente: da Teoria das Elites, por exemplo, todos os modelos huntingtonianos; das análises marxistas sobre o contexto das crises, que incluem o cesarismo e o bonapartismo; ou de contribuições que, apenas, tentam oferecer explicações sobre contextos determinados, como ocorreu como o Modelo Moderador de Alfred Stepan.

Considerando-se, portanto, as relações civis e militares como meios para a acumulação, intercâmbio, distribuição e equilíbrio do poder estatal, a partir do foco apontados anteriormente – da estruturação desse poder, com ênfase nos graus, de origem huntingtoniana; no quadro das crises, de recorte elitista ou marxista, em suas relações com as formas de Estado, de governo ou de regime; e daquelas decorrentes do poder estatal, nas formulações que apreciam o seu caráter: democrático, autoritário, ditatorial, militar etc. – podem, ainda, serem visualizadas duas estruturas (de modelos), com preponderância de um dos polos considerados (civil ou militar), além de uma estrutura de poder contrastado, na qual a prevalência é variável entre civis e militares, conforme abaixo:

Figura 5: Modelos Teóricos de Relação entre Civis e Militares



Fonte: O Autor.

A noção de preponderância, veiculada acima, traduz a impossibilidade de circunscrição dos modelos em um espaço teórico nitidamente delimitado, ou seja, na sua maior parte, tais estruturas convivem umas com as outras, ocorrendo, até mesmo, interferências ou intersecções, não

somente entre elas, mas, também, em relação a outras condicionantes, tais como a convergência intrínseca de crenças e valores, os graus de controle e autonomia, profissionalismo e hostilidades inerentes – por exemplo, aquelas apontadas por Huntington entre as ideologias liberais, fascistas e marxistas *vis a vis* a militar, conforme constantes no Quadro 1 – dentre outras.

CAPÍTULO 4

COMUNISMO, ANTICOMUNISMO E RESISTÊNCIAS

Considerando-se o relacionamento entre civis e militares, conforme repetidamente enfatizado, verifica-se que o seu estudo teórico pode ser realizado de muitas formas, tal é a quantidade de facetas apresentadas por suas interações. Observado empiricamente como objeto isolado ou, ainda, como sistema, permite, respectivamente, possibilidades a serem perscrutadas pela Antropologia Social, como o fez Celso Castro,¹ ou em análises sociológicas mais extensas, conforme explicitado nas obras já citadas de Alfred Stepan, Samuel Huntington ou Benjamín Rattenbach, apenas para citar algumas.

A escolha de estruturas teóricas em termos de modelos ou formas de relacionamento, além de procurar alcançar os propósitos apontados no preâmbulo desta Parte I, in fine – de entender o problema em tela, analisar os fatos e eventos investigados, auxiliar no delineamento de um modelo próprio e verificar influências na política nacional – permitiu o tratamento das influências dessas intercorrências no equilíbrio das relações civis e militares sob outros ângulos, como ocorreu com a exposição da Ótica das Preponderâncias no capítulo 3.

Nesse contexto, verificou-se que a opção de Huntington, tanto na exposição de suas estruturas, quanto no cotejamento ideológico – das ideologias castrense, realista e conservadora, frente a outras, nomeadamente liberal, marxista, fascista e conservadora – abrigou-se em condições menos complexas, compostas por matrizes mais afeitas aos países desenvolvidos e, no caso do arco de violência dos subdesenvolvidos, com a proposta única do pretorianismo.

Em busca de alcançar maior generalização, vale dizer teoria mais abrangente, esta obra adicionou amplitude, ao tratar onze estruturas, e maior complexidade, ao introduzir outras componentes de influência, além daqueles estudadas pelo citado autor, estas relacionadas ao caso brasileiro, como ocorreu, respectivamente, com a intromissão das configurações militarista modernizante, moderadora, autoritária e ditatorial, cesarista, bonapartista e, também, com as vocações política e militar, a hierarquia e a disciplina, todas, com o sentido de complementar aqueles arcaísmos examinados sob a ótica de Huntington.

Ressalta-se que o atalho teórico escolhido de enfocar tais configurações, até mesmo pela necessidade óbvia de delimitação, deixou de privilegiar o exame de outros aspectos intrínsecos ao sistema social militar² que, às vezes, subjazem por trás das causas e efeitos consubstanciados nos modelos apresentados; ou, ainda, no âmago dessas interação,

podendo adquirir protagonismo próprio e adicionar maior complexidade às análises.

Em vista disso, observou-se a existência de aspectos cujo impacto ocorreu com igual ou, até mesmo, maior magnitude que aqueles já explicitados e que, também, exerceram evidente influência no desenrolar dos acontecimentos que motivaram esta obra e, por isso, no intuito de enriquecer o espectro das análises, deveriam receber maior atenção.

Verificando-se que não seria factível abordá-los todos, foram eleitos alguns elementos considerados como mais importantes, por adicionarem maiores possibilidades teóricas e por suas influências sobre o processo em estudo. Assim sendo, elegeu-se três influências que não poderiam deixar de ser perscrutadas: o comunismo, o anticomunismo e a Teoria das Resistências de Michel Foucault.

Comunismo e Anticomunismo

O comunismo e o anticomunismo alcançaram seus apogeus e presidiram as relações sociais e políticas entre 1954 a 1964, com ampla vantagem para os primeiros. Em meio ao conflito que tais ideologias geravam, até mesmo as correntes mais moderadas da esquerda eram confundidas e engolfadas pelo embate. Após a instauração do Regime Civil e Militar, a polaridade se inverteu e a segunda vertente passou a influenciar significativamente a atuação da elite brasileira e, acredita-se, fez parte da política e da estratégia colimadas para o afastamento do segmento castrense da atividade política, como será demonstrado na Parte II.

Para entender essa interferência dentro do contexto da época, enfatiza-se à ideologia que aglutinou todas as correntes conservadoras, correspondente ao arcabouço de ideias chamadas genericamente de anticomunistas.

Essa linha de pensamento tinha como matriz o próprio comunismo, ao qual se opunha. Em seu viés internacionalista, era influenciada pelo ideário de sustentação da Guerra Fria, na sua interpretação ocidental. Em sua vertente nacional essa componente tinha por raízes a denominada “ameaça vermelha” ou o “perigo vermelho”.

Por isso, antes da abordagem desse assunto, serão analisados alguns aspectos atinentes às representações, na forma de crenças, mitos, ideologias e utopias, polos aglutinadores de conteúdos psíquicos que apresentam um encadeamento de complexidade e refinamento crescentes, conforme Marcel Merle explicitou em *Sociologia das Relações Internacionais*, particularmente nas suas influências sobre o comportamento de atores, grupos e dirigentes, nas suas relações com o poder e a política.³

De acordo com Merle, o comportamento de atores⁴ é mais influenciado pela representação dos fenômenos sociais do que pelo jogo dos interesses envolvidos. Essa interpretação é importante para este trabalho porque contraria correntes de pensamento que advogam a primazia dos interesses⁵ e da pura racionalidade nas explicações sobre as ações humanas. Tais concepções, embora adequadas para a análise de determinados fenômenos, não são suficientes para analisar os casos específicos de momentos em que as posições políticas estão radicalizadas, conforme ocorre com o período que é objeto desta pesquisa, fortemente influenciado por aspectos emocionais e componentes ideológicos.⁶

Considerando-se, de forma simplificada, que os fenômenos sociais apresentem componentes cognitivos/rationais (interesses frios), afetivos/emocionais (interesses valorados) e psicomotores/voluntarísticos, entende-se que as influências das representações, particularmente nas ideias, em qualquer desses fenômenos, introduzem uma preponderância de conteúdo emocional, devido aos aspectos psicológicos envolvidos, que, no caso das ideologias, envolve escolha e adesão voluntárias.

Ao introduzirem percepções de mundo específicas, adicionam filtros àquelas adquiridas por meio dos mecanismos cognitivos normais, moldando e transformando o conteúdo desses interesses (em imagens) conformes aos pensamentos preconcebidos, dessa forma, criando sistemas de juízo apriorísticos que interferem com os pretensos interesses (rationais) dos atores, desfigurando-os, como ocorre com o advento de complexos, paranóias, xenofobias, preconceitos ou busca de prestígio, tornando-os irreconhecíveis na sua inteireza para o sujeito da ação, levando-os, inclusive, a errar.

Marcel Merle entende que as crenças são representações isoladas ou acidentais de um fenômeno do presente, na forma de percepção de perigos externos ou para a solução de problemas (como a salvação da pátria), sendo mais influenciadas pela propaganda do que pela verdadeira hierarquia dos perigos ou problemas. Ele cita, entre outros, o exemplo do temor, à época (na década de 1970), de uma invasão soviética na Europa Ocidental, não somente pelos eventos das invasões anteriores na Hungria e na Tchecoslováquia, como pela sensação de que os soviéticos tinham alcançado um ponderável somatório de poder militar. Para ele, é claro “que as crenças isoladas são frágeis e efêmeras. Só começam a oferecer uma certa resistência à manipulação a partir do momento em que se ligam a representações constituídas com mais solidez, como os mitos ou as ideologias”⁷.

Por sua vez, os mitos seriam um conjunto de crenças atraídas ou repelidas por um polo central e, diferentemente das crenças que, por

serem isoladas, somente se relacionam com uma categoria de fatos, “o mito propõe uma explicação ou uma solução sumária, a partir de um elemento deliberadamente privilegiado”.⁸ Para Merle:

[...] uma fase histórica ou pseudo-histórica de referência, como a ‘bela época’ ou a ‘idade de ouro’, um bode expiatório que responsabilizam por todas as desgraças (a internacional dos *marchands* de ‘Canon’ ou ‘o perigo amarelo’), ou, até mesmo, um princípio (como o mito do “equilíbrio” - seja ele internacional ou orçamentário - ou da estabilidade ou da revolução).⁹

O mito carregaria consigo uma carga de indefinição de onde extrairia sua própria força e cuja compreensão, embora vaga, ocorreria por sua simples existência, ao preencher uma necessidade lógica de explicação para os fenômenos (inexplicáveis). O autor exemplifica com o Terceiro Mundo, em suas múltiplas origens, acepções e destinações, o qual se sofresse qualquer tentativa de racionalização, apenas, “chegaria a esvaziar o conceito de seu conteúdo e a tirar-lhe seu caráter mobilizador, pois o mito tira sua força do fato de ser uma espécie de nebulosidade, em torno da qual gravitam temas mais unidos pela sua carga afetiva do que pela sua coerência lógica”¹⁰.

Na interpretação de Marcel Merle, as “ideologias são conjuntos de representações, implicando ao mesmo tempo uma visão coerente da realidade, querendo fornecer uma explicação para a totalidade dos fenômenos, e a adesão a um sistema de valores, constituindo uma justificativa da ação”, o domínio dos “ismos”.¹¹

Evidentemente, as ideologias¹² são numerosas e, por isso mesmo, passíveis da elaboração de uma vasta tipologia. O autor cita como exemplos as denominadas ideologias globais que não se relacionam especificamente com os problemas nacionais; tais como: capitalismo, socialismo, comunismo, liberalismo, fascismo etc.; nem com os internacionais, onde, paradoxalmente, aparece, em primeira grandeza, entre outras, o nacionalismo¹³, a mais universalmente difundida. Além das globais, relaciona as expansionistas, internacionalistas, neutralistas e pacifistas, todas com suas subdivisões.

Para Merle, essas “ideologias (ou utopias) não surgem do nada e não circulam no vazio: sua força de penetração depende ao mesmo tempo de sua adequação à realidade e do sustento que recebem ou suscitam”¹⁴.

Acrescentando:

O choque das ideologias pode provocar o rompimento do consenso e obrigar o Estado-Nação a desaparecer ou

a transformar-se. Não devemos, portanto, negligenciar o poder de aceleração do qual as ideologias de protesto dispõem, principalmente em caso de crise. E isso torna-se ainda mais importante pelo fato destas ideologias poderem ser manipuladas e dirigidas do exterior por potências que tentam enfraquecer seu adversário. O debate ideológico, portanto, não é alheio às disputas internacionais.¹⁵

Neste trabalho, entretanto, o interesse direciona-se para o comunismo e às forças antípodas, ou seja, o anticomunismo. Sobre o primeiro, neste estudo, sua interferência e influência foram abordadas em diversas subseções, razão pela qual, tratar-se-á um pouco mais do último, particularmente por consistir na corrente que animou a ação civil e militar e se manteve viva durante o RCM/64.

Segundo Luciano Bonet,¹⁶ o anticomunismo vai além da sua conotação vocabular de oposição ideológica ao comunismo, por ser um movimento difuso, apesar de organizado, e por constituir-se em uma alternativa efetiva aos regimes tradicionais, tornando-se, dessa maneira, “um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira”¹⁷. Talvez por isso, apresente tantas variantes. O próprio Bonet elenca algumas: clerical, fascista, nazista, norte-americana, de tipo social, democrático – enfeixados, por exemplo, no anticomunismo social-democrata ou liberal – e, até mesmo, “um anticomunismo radical libertário que muitas vezes ocupa posições de extrema esquerda”.¹⁸ Assim sendo:

Se o Anticomunismo é, pois, difícil de definir no plano ideológico, no plano mais especificamente político é entendido como convicção de que não é possível a aliança estratégica, para além de possíveis momentos táticos, com os partidos e os Estados comunistas. Isto não se dá necessariamente em atitudes repressivas internas e agressivas externas: mas tanto a estratégia do confronto quanto a da coexistência pacífica partem uma e outra da constatação da incompatibilidade radical com o campo oposto, da inconciliabilidade dos respectivos valores e interesses, mesmo que isso se mantenha dentro das regras da democracia pluralista e das relações normais entre Estados.¹⁹

Para Luciano Bonet, tanto o anticomunismo interno e o de viés externo compreendem duas esferas distintas de análise. No âmbito interno, esse autor delimita três manifestações do fenômeno ideológico: o do tipo fascista e reacionário²⁰ em geral, um anticomunismo extremo, “que se traduz na

sistemática repressão da oposição comunista, e tem por norma tachar de comunismo qualquer oposição de base popular”;²¹ o de base democrática onde não há oposição comunista relevante, conduzindo a uma integração sociopolítica e legitimação do sistema;²² e o de mesmo viés, mas com forte presença comunista, capaz de constituir uma alternativa potencial, ou “um elemento de constante dialética e de controle da gestão do poder”.²³

Por sua vez, no âmbito externo, o anticomunismo apresenta uma política de alcance planetário, cujos objetivos seriam simultaneamente: conter os influxos oriundos dos Estados socialistas; e interferir nos países afetados por movimentos de inspiração comunista de forma a prevenir e/ou reprimir suas ações.

Para Bonet, a vitalidade anticomunista é inversamente proporcional à estabilidade das relações hegemônicas em nível mundial, tendo levado a um anticomunismo agressivo, praticado abertamente nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, liderado pelos EUA, onde o ápice ocorreu durante o *macarthismo*²⁴, com conotações antissoviéticas, notadamente na Coreia, América Latina, Vietnã e no reforço do papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), entre outras, em função da estratégia expansionista, essencialmente imperialista, executada pela URSS.

Portanto, ao incluir nestes elementos teóricos a formação das representações e suas potencialidades como influências psíquicas, pretende-se inserir o entendimento da raiz emocional motivadora para o *anticomunismo*, arraigado em amplas camadas da população brasileira, o qual, corroborado pelas próprias ações extremadas dos comunistas brasileiros,²⁵ teve papel determinante no desencadeamento das ações que conduziram ao Movimento Civil e Militar de 31 de Março de 1964 e na sua permanência.

Poder em Rede e Resistências

Na obra sobre a *Teoria da Microfísica do Poder* elaborada por Michel Foucault foi ressaltada a explicitação da influência da micropolítica na macropolítica, particularmente naqueles aspectos que envolvem as questões relacionadas com as resistências opostas às influências do poder político exercido sob diversas formas de institucionalização.²⁶

Em estudo sobre a atuação da direita radical, abrangendo o período entre 1954 e 1964,²⁷ o qual este relato toma por referência, ficou assentado o entendimento sobre a atuação dos diversos segmentos extremistas fora do campo macro do Poder Político, seja como desafio à legalidade, seja em desacordo com o âmbito admissível da violência legalizada, nas facetas de

coerção e repressão. Ficou, também, evidenciado que as ações daqueles grupos radicais exerceram efetiva influência sobre o sistema político.

Pois bem, da mesma forma que ocorreu com a dicotomia comunismo/anticomunismo, a polaridade das resistências, antes atuantes para se contrapor às tendências esquerdizantes do regime, após 1964 iriam se transferir para o outro lado do espectro político, no caso, para as correntes de esquerda, particularmente as radicais; estas, sob outra configuração teórica e diferentes denominações, apresentariam reações significativas à continuidade do Regime Civil e Militar.

Roberto Machado, ao elaborar o texto da apresentação da edição brasileira²⁸ da obra²⁹ de Foucault ressalta duas dimensões da análise histórica desse autor: uma arqueologia do saber, que buscava “estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições”, e cuja finalidade “respondia a como os saberes apareciam e se transformavam”,³⁰ e uma genealogia do saber, que procurava o porquê desses saberes, particularmente na explicação de suas existências e transformações, com características essencialmente estratégicas, as quais, “como peças de relações de poder”, foram incluídas no dispositivo político e introduzidas em suas análises históricas como questão de poder³¹ “um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes”.³²

Machado, entretanto, alerta que é preciso não se equivocar, pois Foucault não propõe uma Teoria Geral do Poder, possuidor de uma natureza e uma essência capazes de serem definidas por suas características universais, uma vez que não “existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas dispare, heterogêneas, em constante transformação”, sendo que o “poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”.³³ E continua enfatizando que as observações de Foucault:

[...] indicaram claramente que os poderes periféricos e moleculares não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado. Não são necessariamente criados pelo Estado, nem, se nasceram fora dele, foram inevitavelmente reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central. Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado, distinção que não parece, até então, ter sido muito relevante ou decisiva para suas análises. O importante é que essa relativa independência ou autonomia da periferia com relação ao centro significa que as transformações ao nível capilar, minúsculo, do

poder não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do Estado. Isso pode acontecer ou não, e não pode ser postulado aprioristicamente.³⁴

Nesse contexto, “o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa”, e “não tem apenas como objetivo dissecar, esquadriñar teoricamente as relações de poder, mas servir como um instrumento de luta, articulado com outros instrumentos, contra essas mesmas relações de poder”³⁵.

Dessa forma, embora direcionado para a especificidade de suas análises, qual seja, a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, entre outras – Foucault não perde de vista o relacionamento desses micropoderes com aqueles de nível mais amplo constituídos pelo aparelho de Estado. Isso tudo para explicitar que o Estado não é o único centro, ponto de partida, foco absoluto ou origem do poder da sociedade, embora, em nenhuma hipótese sugira que esse atributo não esteja no Estado. A sofisticação da sua proposta consiste em assinalar que o poder não se limita a um ente específico, pois é múltiplo e está disseminado em toda a estrutura social, funcionando

[...] como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. *Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.* Foucault rejeita, portanto, uma

concepção do poder inspirada pelo modelo econômico, que o considera como uma mercadoria. *E se um modelo pode ser elucidativo de sua realidade é na guerra que ele pode ser encontrado. Ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde*".³⁶

Em resumo, o exame do poder em rede de Foucault destaca a importância das suas características relacionais, intrínsecas aos sistemas políticos, onde as manifestações periféricas e de resistência têm a capacidade de influenciar o núcleo do poder estatal, portanto, a atuação da micropolítica sobre a macropolítica.

CAPÍTULO 5

A INFLEXÃO: ANTIMODELO DO ENQUADRAMENTO

Emoldurado no quadro geral pelo pretorianismo e no particular pelo controle civil subjetivo, o Modelo Moderador, como todo tipo ideal, é uma generalização vívida da realidade que antecedeu a instauração do Regime Civil e Militar de 1964, vale dizer de participação disseminada dos militares na política.

Em função do reconhecimento por sua contribuição explicativa para o fenômeno das relações civis e militares, notadamente brasileiras, bem como por sua ampla aceitação acadêmica e literária, apesar das críticas, foi adotado nesta investigação como a estrutura matriz para as análises a serem realizadas sobre os acontecimentos que conduziram ao desembocar do Movimento Civil e Militar de 1964.

Ao mesmo tempo, por sua capacidade elucidativa, profundidade e abrangência para aquele período estudado, essa forma de relacionamento habilitou-se para ser erigida como uma tese (no sentido platônico) desta investigação, no contexto da proposta de evolução dialética que se supõe tenha alcançado sua síntese em um modelo muito próximo ao do controle civil objetivo ao final do período de permanência dos governantes originados no segmento militar, o qual elevaria tais intercorrências a um novo patamar, proporcionando a oportunidade para a instauração de uma democracia desconhecida pelos brasileiros: livre do intervencionismo militar.

Nessa trajetória, propôs-se a inclusão de uma antítese *in abstracto* – a ser inserida entre essas duas etapas de evolução da lógica proposta – que fosse capaz de adicionar explicações para a interrupção na marcha de corrupção e fragilização do sistema político causado pelas frequentes intervenções militares, conforme impostos na vigência do Modelo Moderador, na forma de um Antimodelo, a qual foi denominada de Enquadramento.

Assim sendo, em caráter hipotético, apresenta-se abaixo a configuração teórica de tal estrutura:

1) Os protagonistas políticos são cerceados na ação de cooptação dos militares em serviço ativo e a norma é despolitizar os militares.

2) Torna-se necessário homogeneizar, neutralizar e esterilizar politicamente os militares, ação que contribui para maior unidade e coesão institucional no âmbito de cada força singular e entre elas.

3) Não há mais rupturas; os políticos são mantidos na função legitimadora, não mais para sustentar o sistema por ocasião das crises, mas para proporcionar-lhe continuidade e referendar reformas constitucionais e legislativas; ao mesmo tempo, há relativo congelamento

de novos grupos, cujos raros representantes se envolvem com parcelas marginais de militares.

4) Não há mais necessidade de aprovação pelas elites civis, os militares extraem sua força política da própria corporação e os civis passam a ser coadjuvantes, inclusive como auxiliares na formatação, estruturação e manutenção do regime.

5) Os governantes militares assumem o sistema político e permanecem nele com respaldo político partidário e de votos dos legisladores e populares e se veem em conflito com a sua própria ética profissional; o qual se resolve em função das suas submissões às éticas: maquiavélica, dos meios e fins e da manutenção do poder; e weberiana, das responsabilidades; apoiadas em cuidadosa construção de legitimidade, tanto institucional como no segmento armado, o que lhes garante a permanência no poder.

Ao galgarem o centro político, encimando o sistema militar, paradoxalmente, adquirem as condições para adotar as medidas necessárias para romperem com a prática das intervenções, afastando a fração castrense da atividade política.

6) Torna-se necessário recondicionar a mentalidade militar para afastá-la da crença de que deve, constantemente, salvar o país de si mesmo.

A invulgar afirmação, contida no item 5) acima, em relação ao apoio político, partidário e popular recebido pelo Regime Civil e Militar de 1964, que pode causar estranheza nos tempos atuais, em razão do distanciamento hitórico e da persistente argumentação, mormente midiática, mas, também, acadêmica, em sentido contrário, será detalhadamente exposta por ocasião da narrativa de cada um dos mandatos presidenciais.

Para que tal assertiva não imponha ao leitor sua permanência em completa perplexidade diante da narrativa hegemônica vigente de que aquele período de governo não passou de uma usurpação da soberania popular e de que permaneceu em completa ilegalidade e ilegitimidade, abaixo, abre-se uma exceção, nesta Parte I eminentemente teórica, para ser apresentado um extrato dos fatos e registros que negam essa narrativa e impõe interrogações à essa unanimidade rodriguelana.

No âmbito do apoio político, em 07 de abril de 1964, o Deputado Pedro Aleixo da União Democrática Nacional (UDN) logrou aprovar uma antiga aspiração das elites brasileiras: a Lei que estabeleceu eleições indiretas para o Presidente e o Vice-Presidente da República, medida que, posteriormente, com o Ato Institucional (AI) nº 2 e a Constituição de 1967 que recepcionou seus pressupostos, foi estendida para os governos estaduais.

Sob tais medidas: a) Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito, pela União Democrática Nacional, com 361 votos de 388 possíveis, sem a

ausência dos quarenta deputados cassados, que haviam sido substituídos por seus suplentes;¹ b) Arthur da Costa e Silva recebeu 295 votos de 472 votantes;² e c) Emílio Garrastazu Médici se elegeu com 239 votos a favor e 76 abstenções.³ Assim, esses três primeiros governantes militares possuíram sólida e condescendente maioria legislativa, cujas exceções redundaram nos Atos Institucionais nºs 2 e 5.

Já no Colégio Eleitoral, que incluiu representantes das Assembleias Legislativas, perfazendo um total de 503 delegados, Ernesto Geisel, concorrendo contra Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, recebeu 400 votos contra 76, além de 21 abstenções dos autênticos do PMDB;⁴ e, João Batista de Oliveira Figueiredo, contra o General Euler Bentes Monteiro e o Senador Paulo Brossard, já no final do *regime*, 355 contra 276.⁵

No âmbito popular, a título de referência, até a eleição de 1930, a parcela da população que possuía direito a voto não ultrapassava 4%, o voto era ostensivo e a corrupção eleitoral disseminada.⁶ Por volta de 1960, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a média de participação eleitoral era de 24% da população, da qual deveria ser subtraída a persistente parcela que a rejeitava, em torno de 30,7%, distribuída em abstenção, votos brancos e nulos do voto, resultando em que menos de 17% da população atuava efetivamente para eleger seus líderes, apesar da obrigatoriedade de comparecimento.⁷

No Regime Civil e Militar de 1964, nas eleições gerais de 15 de novembro de 1966, para um eleitorado de vinte e dois milhões de votantes, compareceram as urnas quase 80% de sufragistas, ou seja, mais de dezessete milhões de votantes, resultando em representação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de 45 senadores e 277 deputados federais; e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de 20 senadores e 149 deputados; a qual participou das citadas eleições indiretas de Costa e Silva e Médici. A posição alcançada pelo partido governista foi complementada pelos resultados obtidos nas Assembleias Legislativas Estaduais, onde a ARENA fez maioria em quase todas elas, com a exceção da Guanabara.⁸

Nas eleições gerais de 1970, a ARENA obteve 40 cadeiras de Senadores, em um Senado renovado em dois terços, aos quais se somavam 19 eleitos em 1966, alcançando 59 senadores; na Câmara, foram eleitos 223 deputados federais. O MDB elegeu 6 senadores, aos quais se juntaram mais 4 da eleição anterior. Quase não alcançou a quantidade mínima para ter representação. Elegeu, ainda, 87 deputados. Nas Assembleias Legislativas o resultado não foi menos significativo: a ARENA obteve maioria em todas, exceto na Guanabara, obtendo 493 cadeiras, contra 208 do MDB.⁹

Nas eleições gerais de outubro de 1974, no Senado Federal, para renovação de 1/3 dos Senadores, a ARENA elegeu 6 e o MDB 16, perfazendo

totais respectivos de 46 e 20 representantes; na Câmara Federal de Deputados, a ARENA obteve 203 cadeiras e o MDB 161; e nas Assembleias Legislativas, a ARENA elegeu 457 e o MDB 330 Deputados Estaduais.¹⁰

A eleição de maioria significativa de senadores pelo MDB em 1974 foi entendida como uma derrota para a situação, induzindo a inovação autoritária do Pacote de Abril de 1977, imaginado para não permitir o surgimento de maioria oposicionista no Senado Federal. Esse instrumento, então, introduziu eleições indiretas para esses cargos, na proporção de um senador eleito por voto direto e outro indireto, em cada Estado.

Assim sendo, nas eleições gerais, em outubro de 1978, realizadas para a renovação de dois terços dos senadores a ARENA e o MDB elegeram, respectivamente, 21 a 1, pela via indireta; e 15 a 8 pela forma direta; perfazendo, juntamente com o 1/3 remanescente, 42 cadeiras contra 25. Na Câmara Federal de Deputados, onde não houve essa interferência, a ARENA obteve 231 cadeiras e o MDB 189; e nas Assembleias Legislativas, a ARENA elegeu 489 e o MDB 357 Deputados Estaduais.

Até o final do *regime* os governantes militares mantiveram a supremacia política, fato corroborado, dentre outros, pela derrota da Emenda Dante de Oliveira para as eleições diretas, situação que não ocorreria, posteriormente, até os dias atuais, vitimada que foi a República por sucessivas crises de hegemonia, um retorno ao período que antecedeu o do Regime Civil e Militar de 1964, fazendo pairar sobre todos os cidadãos a sombra de uma *path dependency*.

Sem o respaldo político e popular, o *regime* não conseguiria levar a cabo seus desideratos, como ocorreu.

*[...] certos homens escolheram o valor da história e quiseram encontrar no materialismo histórico o refúgio intelectual, a regra de ação de que necessitavam. Para eles a história tem um sentido; a era dos nacionalismos já foi substituída pela era dos imperialismos, enquanto se aguarda a era da Sociedade Universal.
[...] Toda ideia falsa termina em sangue, e é a justiça deste mundo. Mas trata-se sempre do sangue dos outros e é a injustiça da nossa condição.¹*

Albert Camus

PARTE II

ANTECEDENTES HISTÓRICOS AO 31 DE MARÇO DE 1964

CAPÍTULO 6

PRECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO MILITAR NA POLÍTICA

O Brasil entre a Proclamação da República e o Movimento Civil e Militar de 31 de Março de 1964 vivenciou experiência histórica que pode ser considerada como *sui generis*. As condições de especificidade e diferenciação desse período diante do anterior, do Império, e do denominado Regime Civil e Militar que veio a suceder-lhe, podem ser descritas, em termos amplos, por suas marcantes características de crise em contraste com a estabilidade e a continuidade: daquele Imperial, cujas exceções servem para confirmar a regra – a instabilidade da Regência, entre 1932 e 1942 instaura-se na ausência de Imperador – e a estabilidade do Estado Novo sob a sombra de uma ditadura.

Com a ressalva dos curtos períodos assinalados, a experiência republicana entre 1889 e 1964 foi um completo fracasso. Sob qualquer critério não apresentava condições mínimas que permitissem a sua caracterização como uma democracia nos moldes liberais ocidentais e, muito menos, que fosse republicana. Antes de adentrarmos aos dados frios das causas, analisaremos seus efeitos.

Considerando-se, apenas, episódios de maior violência política, a partir de 15 de novembro de 1989 (data da Proclamação da República), até 1964, excetuando-se os golpes de Estado, ocorreram as seguintes revoltas, rebeliões, insurreições, motins, conspirações e revoluções,² todas envolvendo, em maior ou menor grau, o intervencionismo³ militar:

Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895; Revolta da Armada, entre 1893 e 1894; República de Cunani, entre 1895 e 1902; Guerra de Canudos, entre 1896 e 1897; Revolução Acreana, entre

1899 e 1903; Revolta da Vacina, em 1903; Revolta da Chibata, em 1910; Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916; Sedição de Juazeiro, em 1914; Revolta dos 18 do Forte, tenentista⁴, em 1922; Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, entre maragatos e ximangos; Revolta Paulista de 1924; Coluna Miguel Costa/Prestes, entre 1925-1927; Revolta de Princesa Isabel, em 1930; Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, em 1932; Intentona Comunista, em 1935; Intentona Integralista, em 1938.

Com relação aos golpes militares, nada ilustra melhor a modalidade do que a própria República, inaugurada por este instrumento de violência política que não cessou de interferir nas relações entre civis e militares nas décadas subsequentes. Para citar, apenas os mais característicos, a partir de 1930,⁵ pode-se elencar:

Revolução de 1930 – golpe de Estado civil e militar que foi o desaguadouro das insatisfações originadas no tenentismo com o sistema oligárquico vigente; Estado Novo, em 1937 – golpe de Estado perpetrado pelo próprio governante, com amplo apoio da liderança militar, contra o sistema democrático vigente e que resultou na instauração de uma ditadura civil; Deposição de Getúlio Vargas, em 1945 – golpe de Estado efetivado pela liderança política civil e militar que depôs Vargas do poder; Segunda deposição de Vargas, em 1954 – golpe efetivado pela liderança política civil e militar que depôs, novamente, Vargas do poder, levando-o ao suicídio; Putsch militar de 1955 – capitaneado pelo General Henrique Duffles Teixeira Lott, um golpe de Estado efetivado pela liderança militar no contexto da contestação da eleição de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, também conhecido como golpe preventivo; Golpe preventivo, em 1961 – golpe de Estado efetivado pelos ministros militares – almirante Sylvio Heck, general Odílio Denys e brigadeiro Eduardo Gomes – no contexto da renúncia do, então, Presidente Jânio Quadros, com a finalidade de impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart na Presidência da República; Contragolpe preventivo de Leonel Brizola, em 1961 – reação liderada pelo então Governador do Rio Grande do Sul contra o golpe efetuado pelos ministros militares no sentido de dar posse na Presidência da República ao Vice-Presidente eleito, João Goulart; e o Movimento Civil e Militar de 31 de Março de 1964 – intervenção militar efetivada pela liderança política civil e militar que instaurou o denominado Regime Civil e Militar no Brasil.

Não foram citadas as revoltas, insurreições, rebeliões, conspirações e motins, cujo alcance político foi menor, mas não menos importantes, como, por exemplo, aquelas de Jacareacanga e Aragarças, dentre tantas outras.

Inicialmente, toda a argumentação política pátria em prol da vigência de uma democracia no período republicano anterior a 1964,

particularmente aquela que vicejou após a Constituinte de 1946, inclusive a originada no proselitismo esquerdista, tem matriz eurocêntrica e toma como premissa inquestionável a condição de que éramos ocidentais e herdeiros das melhores tradições greco-latinas, sem que houvesse reflexão sobre as verdadeiras condições desse pertencimento, meramente idealístico e irreal, pois restrito a uma minoria, cujas mazelas, amplas e disseminadas, foram despidas de suas veleidades por ninguém menos do que Samuel Huntington, o qual assinalou, para os brasileiros, sua indefectível identidade: latina (americana).⁶

Considerando-se a dinâmica das sociedades em mudança, cristalizada na apresentação do pretorianismo, conforme explicitados pelo mesmo Samuel P. Huntington, os três eixos de sua análise operavam em franco descompasso e, naquele período histórico, havia pouco o que fazer. Em contexto de modernização, exacerbavam-se as contradições existentes em uma sociedade submetida a grandes alterações,⁷ das quais podem ser destacadas as interferências da urbanização⁸, industrialização,⁹ secularização, maior democratização e participação dos meios de comunicação, dentre outras.

No eixo político, o grau de institucionalização era baixo e a estabilidade (ou seja, a ausência de violência política) uma quimera. O eixo do desenvolvimento econômico e humano não passava de um desastre: nos quesitos emprego, renda, poupança, investimento e consumo, entre outros; na superação do atraso industrial; e na redução das desigualdades – da pobreza, do analfabetismo, das condições de saúde da população etc.

Entre os passivos do eixo político, verifica-se a falta de mediação proporcionada por mecanismos estabelecidos e aceitos, legitimadores dos sistemas políticos. Para citar, apenas, algumas das mazelas: um Poder Executivo frágil, refém da fragmentação político-partidária, herdeiro de uma Constituição liberal que ao sequestrar o poder de decisão do Executivo, levou-o às sucessivas crises acima explicitadas; um Legislativo segmentado, imobilizado,¹⁰ conservador e local de convergência e irradiação de todos os tipos de “ismos” – patrimonialismo, clientelismo, paternalismo, cartorialismo,¹¹ peleguismo;¹² ambos, entrelaçados com um Judiciário nulo, subserviente a estes poderes, ademais de ausente, distante e alienado dos cidadãos; uma competição eleitoral defeituosa – restrita até 1930 aos candidatos das oligarquias regionais; até 1945 aos indicados por Getúlio Vargas; e, após 1945, afetada pelo banimento de partido político, o comunista – motivos mais do que suficientes para a erosão da representatividade política; além das ausências, por longo período, de voto secreto e universal e do ínfimo envolvimento sufragista.

Sobre esse último aspecto, até a eleição de 1930, a parcela da

população que possuía direito a voto não ultrapassava quatro por cento do total,¹³ o voto era ostensivo e a corrupção eleitoral disseminada. Na eleição para a Presidência daquele ano, considerada fraudulenta, mas que representou um salto e um sintoma das mudanças, Julio Prestes o vencedor obteve 1.091.709 votos, ou seja, 5,7% da população. Não chegou a assumir.

Em 1946, Eurico Gaspar Dutra foi eleito em um processo envolvendo 6.000.000 de eleitores, equivalentes a 13,4% dos brasileiros. Por volta de 1960, a média de votantes era de 24%.¹⁴ Com perto de sessenta por cento da população analfabeta – majoritariamente pobre ou miserável – portanto, sem direito a voto, somada a persistente recusa na participação eleitoral (30,7%),¹⁵ representada por larga abstenção, votos brancos e nulos, apesar da obrigatoriedade de votar, menos de 15% da população atuava efetivamente para eleger seus líderes. Sob essas condições seria, em perspectiva otimista, uma “democracia” similar a da Grécia Antiga, assim mesmo, não considerando a virtual dependência do sistema aos frequentes golpes e contragolpes, o que a transformaria em algo pior.

A ideia de que, por volta de 1930, ocorreu a ruptura do “sistema oligárquico atrasado e sintônico, para dar início às desventuras intrínsecas aos processos de modernização”,¹⁶ induziu conflitos que somente não ganharam maiores proporções por terem sido amordaçados, após a Intentona Comunista, pelo varguismo, com seu Estado Novo, e porque o Brasil não era um país acometido por divisões étnicas, culturais ou religiosas, dentre outras, como ocorria com outros países do “arco da violência”, o que, supõe-se, permitiu-lhe superar algumas das fases e etapas evolutivas iniciais do pretorianismo, mas, pela complexidade alcançada, não aquelas dependentes da incorporação das classes médias e das massas.

Restavam, então, os conflitos por hegemonia entre os remanescentes dos escombros da oligarquia agrocomercial exportadora e as burguesias industrial e bancária e a incipiente classe média, consumidas nas disputas pelo poder e suas benesses, distribuídas pelas práticas mais abjetas da época, representadas pelos “ismos” já citados, cuja adjetivação era tão extensa quanto suas sinecuras e malefícios.

Estrutura essa que, a partir de um arremedo de fascismo, instaurou os pilares de um cesarismo e de um bonapartismo que não conseguiu integrar seus acólitos; apesar de confirmarem sua plena conformidade com os vaticínios de Gramsci, Guarnieri e Weber, como sendo características comuns aos Estados modernos.

Por isso, nesta obra, as apreciações cesaristas e bonapartistas, embora importantes para compor uma visão holística sobre a evolução política brasileira, deixam de ser consideradas como influências teóricas,

uma vez que suas manifestações ocorrem em todo o período do Estado Novo e posterior sem introduzir influências notáveis para o relacionamento civil e militar, conforme considerado nesta investigação.

Embora algumas de suas estruturas tenham perdurado nos dias de vigência daquele Regime e, talvez, até os dias atuais, não foram observadas interferências capazes de introduzir acréscimos, sincronias ou diacronias capazes de interferir com a composição da modelagem estudada, permanecendo, entretanto, as apreciações dos intelectuais que se debruçaram sobre o tema, como contribuições dignas de registro para a composição da ideia geral do presente trabalho e, juntamente com aquelas do pretorianismo huntingtoniano e do controle civil subjetivo, para compor a moldura ampla que envolveu o Modelo Moderador.

Regressando-se à apreciação sobre os eixos de análise das sociedades em mudança, nas chamadas forças sociais – em sua finalidade de contínua incorporação à atividade política sob a forma de participação – à época, não se visualizavam um mínimo de bem estar, nem condições sociais avançadas; ao contrário, o que as aguardava era um cenário de desamparo e de luta por melhores condições. E essas condições iriam perdurar até bem depois de 1964. As contínuas intervenções militares no Estado apenas confirmavam esta situação.

No âmbito do eixo econômico, a imensa maioria de pobres e miseráveis ainda não possuía nem voz e nem vez, na ordem getulista e posteriores, exceto para ser utilizada como massa de manobra pelo “ismo” que acolhe como uma luva todos os anteriores, o populismo:

[...] bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco de poder, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista.¹⁷

Classes trabalhadoras essas que eram submissas, inimigas de si mesmas e caudatárias de desígnios político-partidários que não lhes diziam respeito, onde as ações dos detentores do poder visavam, apenas, manter uma “limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB [...] o primeiro operando como partido do poder e o segundo

como legitimação da ordem vigente”; máquinas, cujas verdadeiras intenções eram “domínio ideológico e controle social”,¹⁸ além de, naturalmente, a obtenção de benefícios pessoais, particularmente por via da corrupção, a raiz do que viria a se configurar em atividade de preferência nacional.

Sob tais condições, os movimentos sociais careciam de autonomia – fossem sindicais, camponeses, estudantis ou quaisquer outros. Vítimas do pretorianismo, permaneciam peiados, incapazes de representar seus partícipes com liberdade e autonomia, para não dizer que eram assalariados do Estado, atrelados, subservientes e venais, verdadeiros zumbis sociais.

As outras formas de influência, participação ou composição política, eram, ainda mais, viciosas. Assim como em toda a sociedade pretoriana, não havia um mínimo de isenção em lugar nenhum. Os gargalos das instituições, estruturas ou meios com interação política eram todos infiltrados, mormente por comunistas e direitistas, aguerridos, em um processo contínuo de geração de crises.

A imprensa falada e escrita era toda partidarizada à direita e à esquerda, motivo pelo qual, não exerciam suas expressões com liberdade, por razões políticas, ideológicas, econômicas e até mesmo por motivos impublicáveis, registrados na sua própria literatura.

No âmbito da educação, índices avassaladores soterravam qualquer perspectiva para os brasileiros: em 1964, apenas 66% da população urbana entre 7 e 14 anos frequentava a escola; na área rural, onde morava a maior parte da população, pouco mais da metade. Nos níveis superiores, os dados eram indicadores, ainda mais aterradores, do atraso geral do país, situando-se em 1%.¹⁹

Oliveiros Silva Ferreira, então militante socialista (democrático), oferece relato pungente e realístico sobre a época, do que denominou de “sistema”,²⁰ o qual se relacionava com apropriação das forças políticas, econômicas e sociais pelo Estado brasileiro, por meio dos seus “príncipes” (elites), cuja ação consistia na supressão da autenticidade da classe operária e dos sindicatos, bem como na incapacidade da indústria, do comércio, do mundo econômico e financeiro em trazer, por si mesmo, o desenvolvimento econômico necessário, que, por fim, transformou essas forças vivas da nação em objetos, retirando-lhes a condição de sujeitos, tornando-os simultaneamente acorrentados e inconscientes.

Segundo Oliveiros Ferreira, isso ocorreu por diversas vias, a partir de 1930, como no caso da introdução das leis trabalhistas e da organização sindical, originadas durante o Estado Novo, “tentativa de planejar as relações sociais mediante o controle das relações entre patrões e empregados,” dessa forma impedindo “novos comportamentos se tornarem conscientes e de elaborarem novas formas de associação entre

os homens”,²¹ características totalitárias mantidas por todos os regimes que se sucederam.²²

Ocorreu, também, em razão da incapacidade dos extratos superiores das classes econômicas e socialmente dominantes em alcançar o desenvolvimento necessário, transferindo para a classe política – governamental – a responsabilidade em regular e adaptar esse descompasso à realidade nacional, situação agravada pela tendência dissonante da elite econômica em se orientar pelo *laissez-faire* e a elite política pela intervenção e a regulação, o caminho de um Estado planificado.

O sistema significava, também, corrupção endêmica, empreguismo e peleguismo, pois:

Sustada pelo Estado a possibilidade de a classe operária reivindicar autonomamente, enquanto sujeito, e de os patrões com ela negociarem diretamente — uns e outros exercitando nos convênios coletivos a prática do diálogo e da vida democrática de base — o sistema social por assim dizer estagnou enquanto processo vital e livre, ainda que desordenado, tendendo a uma racionalidade quase burocrática dos comportamentos coletivos, a qual, se estabelecia uma relativa paz social, tendia a longo termo a impedir a livre concorrência com todas as suas consequências para o desenvolvimento do país, e a frustrar a possibilidade de a produtividade média da indústria situar-se, ou aproximar-se dos níveis da produtividade média mundial.²³

Os sindicatos, dessa forma foram transformados em entes burocráticos e a classe operária em “quase-funcionários públicos”,²⁴ permitindo que:

[...] *no plano do Estado*, os interesses da liderança operária se identificassem com os daqueles que sustentavam as estruturas políticas globais da sociedade, vale dizer os proprietários fundiários, os setores ligados ao comércio de exportação de produtos primários, os industriais e os banqueiros – sem contar os homens que controlavam o aparelho do Estado.²⁵

Oliveiros Ferreira complementa a sua interpretação de sistema com um conjunto de elementos dinâmicos e abrangentes sobre uma série de condições da Política brasileira – que ele chama de jogo – o qual, entre muitas outras idiossincrasias, incluía as rivalidades destrutivas entre os partidos políticos; “o jogo suave das portas sempre abertas à aproximação

com o Poder – em suma, institucionalizando a corrupção”;²⁶ e a ausência de requisitos industriais mínimos para sustentar um Exército estruturado, mas obsoleto.

Para Ferreira, a repercussão na política internacional era a transformação do País em mera peça (peão) da Guerra Fria, conclusão que serviria para excluir a interferência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na condução da revolução brasileira por ser “Expressão de um Estado estrangeiro, ele tenderá sempre a encaminhar a revolução para os rumos que a esse Estado interessarem, e não para aqueles que ao Brasil convierem”;²⁷ e, ainda no âmbito internacional, por ser vítima das imposições das forças econômicas internacionais que impediam o livre desenvolvimento de nossa economia.

Por todos estes fatores, para Oliveiros S. Ferreira, a sociedade foi privada dos seus principais elementos transformadores, inclusive aqueles oriundos do sistema social, o mais importante para impulsionar as mudanças:

Nesse quadro, o Estado foi a única formação social capaz de assumir a hegemonia e a liderança do processo, transformando-se de Poder Soberano, que era, em Patrão e Sócio da Indústria, do Comércio, das Finanças e, indiretamente, da Agricultura – **Bonapartismo Institucional** em que o Estado deixa de ser a expressão de determinados grupos sociais com interesses facilmente identificáveis, para assumir o papel de sujeito, que faz os grupos sociais que o criaram agirem como criaturas. [...] A isso acresce que a estatização dos meios de produção e distribuição das riquezas, processada de forma orgiaca, perseguia também objetivos personalizáveis: e a classe operária jungida ao carro do Estado, identificada por suas organizações com os interesses da ‘classe política’, transformou-se também em ‘gado eleitoral do Estado’, na magistral expressão de Engels ao comentar as nacionalizações de Bismarck. ‘Gado eleitoral’ que não é passivo, como se poderia supor, pois votando, exige a prestação de serviço dos homens que compõem o Estado e que reclamam seu voto, a qual se traduz na burocratização dos serviços e na produtividade marginal das empresas estatais.²⁸

Prossegue o autor:

Destarte, o setor estatal da economia brasileira, ao invés de aproveitar-se dos privilégios que lhe eram concedidos em nome do ‘nacionalismo’ para sobrepujar o setor privado, quer em produtividade, quer em qualidade, passou a ser

a negação mesma da racionalidade que deve presidir a empresa econômica. Com isso, o ‘nacionalismo’ – versão brasileira do estatismo – dos burocratas e dos comunistas que a eles se associam, derrotou Lênin e toda a concepção marxista do domínio e controle pelo Estado da produção e distribuição da riqueza; com efeito, o fundador do Estado soviético havia escrito em 1921: ‘*A missão histórica do proletariado consiste em organizar a produção. Se não produzirmos mais e melhor que o capitalismo é capaz de fazer em sua anarquia econômica, não teremos nada de melhor a fazer senão nos retirar da cena história*’.²⁹

Sob essas condições, geradoras de contradições intrínsecas ao sistema, cujas mazelas haviam sido apontadas separadamente, acrescenta o autor, a título de integração dos diversos segmentos, em quadro demonstrativo conclusivo sobre a questão:

Assim, quando todos os interesses se interligam no plano do Estado: Agricultura, Comércio, Indústria, Finanças e Liderança Sindical, nesse ‘sistema’ não há possibilidade, *no quadro da Constituição escrita*, de uma ação renovadora da vida social para torná-la mais livre, mais agônica, mais criadora, mais autêntica. Não são os trabalhadores rurais que se organizam para reclamar a melhor condição de vida que a situação do campo impõe e que o desenvolvimento do país reclama – é o Estado que pretende realizar as reformas para aumentar o poder político dos que o representam; não são os trabalhadores urbanos que reclamam, espontânea e organizadamente, os direitos inerentes à condição humana – são os ‘pelegos’ que negociam com os patrões para aumentar seu poder pessoal; não são os partidos, enquanto expressão das muitas sociedades particulares que compõem a sociedade global, que oferecem sua mensagem parcial ou totalizadora à consciência da Nação – são os líderes que estabelecem, em conchavos com o Poder, como se fará para perpetuar seu domínio eleitoral sobre a sociedade; não são os fazendeiros e os industriais que elaboram a sua concepção do processo e dizem, planejadamente, como se deve dar o desenvolvimento – é o Estado, e a seus planos todos se submetem, presos que estão aos financiamentos do BNDE, ou ao redesconto do Banco do Brasil.³⁰

Naqueles idos de 1962-1963, segundo Oliveiros S. Ferreira, uma revolução estava em marcha e os comunistas exerciam papel de destaque, introduzindo-se no sistema por intermédio dos sindicatos, senhores do Imposto Sindical, fonte de corrupção das entidades trabalhadoras, uma

vez que o PCB “ligou-se aos interesses mais retrógrados da sociedade brasileira, os da produtividade marginal na agricultura e na indústria, os quais sobrevivem graças ao fato de os setores mais produtivos aproveitarem-se dessa marginalidade, que fixa os preços, para acumular em proporções não imaginadas pelos teóricos da economia”.³¹

Aquele autor, situava o problema em duas vertentes principais: na corrupção, por espoliar a Nação e desacreditar o Estado e o sistema; e na subserviência aos desígnios de uma potência estrangeira, no caso a União Soviética, fato que tornara o País um peão da Guerra Fria, consistindo em uma ameaça à segurança nacional. Por isso, considerava que somente o Povo, excluído do sistema e espectador passivo da espoliação, retirado de seu torpor, juntamente com as Forças Armadas, poderiam resolver as duas questões, caso contrário: “Se esta união não se der, se preconceitos e vacilações acomodatórias impedirem o ‘capitão do povo’ de dar ao Povo um movimento novo, o ‘sistema’ triunfará e a Nação deixará de cumprir o destino que é seu”.³² Daí:

A História tem mostrado que o ‘único partido capaz de tomar o Poder é aquele que tem a coragem de lançar a palavra de ordem mais radical e de tirar dessa todas as consequências’. Em outras palavras, vencerá aquela organização que tiver maior poder – atual ou virtual – maior capacidade de mobilização das massas e, o que é essencial, saiba levar o povo a identificar como *suas* a esperança da Revolução e as palavras de ordem mais radicais da frente única, e como *da outra organização* todas as hesitações, todos os erros, todos os ‘desvios’ e ‘crimes’ cometidos pela Revolução. Decorre daí, na atual conjuntura brasileira, que a hegemonia do processo revolucionário pertencerá necessariamente ao Partido Comunista se a ele não se contrapuser uma organização que tenha uma concepção do processo e se disponha a ousar.³³

Sobre esse aspecto, da organização e penetração do Partido Comunista e da revolução em marcha, Oliveiros Ferreira lança um alerta para a “sua” esquerda socialista, vaticinando:

Temendo morrer à mão dos ‘gorilas’, a esquerda ‘autêntica’ alia-se aos comunistas. Com o que se suicida em vida, entregando ao carrasco as armas que são seu pendão de glórias: sua integridade subjetiva na ação e sua honestidade de propósitos; sua dedicação sem par à causa do progresso social e da liberdade humana e, por que não dizê-lo?, sua ingenuidade.³⁴

Acrescente-se a todas as mazelas apontadas, uma estrutura arcaica de relações de trabalho, indiferença pela situação desumana enfrentada pelos trabalhadores, rurais e urbanos, e ausência de responsabilidade social das empresas, tudo em prol do lucro, vale dizer, o capitalismo selvagem bancado pelo governo, que a Consolidação das Leis do Trabalho tinha conseguido, apenas, tumultuar ainda mais, e que, aliado a crescente urbanização, proletarização e ignorância das lavas de migrantes rurais, criavam as condições perfeitas para uma fábrica às avessas: a superprodução de comunistas, esquerdistas e populistas.

Por isso, a influência comunista adquiriu tanta importância. Essa ideologia, conforme a estrutura exposto por Marcel Merle, adquirira uma conotação mítica e, no período antecedente ao do regime, com a sua “carga de indefinição de onde extrairia sua própria força” ameaçava tragar em suas emanções, até mesmo, os socialistas democráticos nacionais, tratados com indistinção, a ponto de incomodar Oliveiros Ferreira e tantos outros da autorrotulada esquerda autêntica.

A luta entre os defensores e opositores³⁵ dessa doutrina, ou seja, os anticomunistas, havia sido agravada após a Intentona Comunista de 1935, fornecendo conteúdos que beiravam a irracionalidade. Conforme assinalado em trabalho anterior:

[...] a Intentona Comunista de 1935, imbuída de uma característica de traição entre companheiros e de influência direta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de onde Prestes saíra diretamente para chefiar a sublevação, teria consequências funestas para o Movimento Comunista Brasileiro, não somente pela perseguição implacável que os comunistas sofreram em todos os governos conservadores e inclusive nos populistas, mas, principalmente por inculcar no imaginário nacional esse senso de solécia,³⁶ perfídia, frieza e maldade, tão contrário à índole nacional, além de expor a obediência cega a desígnios externos, o que colocaria os comunistas, autodenominados nacionalistas e democráticos, em eterna contradição, idiossincrasia perceptível para a alma nacional que viria a ser corroborada pelos horrores relatados por Nikita Krushev, em 1953, sobre a ditadura de Josef Stalin.

Entre os militares, segmento essencialmente coeso, onde as divergências não deveriam afetar seus valores maiores – hierarquia, disciplina, lealdade (em posição privilegiada), dentre outros – os efeitos da Intentona foram ainda mais devastadores. A Intentona Comunista, desse modo, constituiu-se no maior dos erros praticados pelos comunistas. Sem ela seria difícil de construir o

mito da “ameaça vermelha” e do “perigo vermelho”, que iria assombrar o imaginário popular até o Movimento Militar de 1964, mesmo depois, e conceder a munição poderosa que alimentaria a ideologia e a propaganda anticomunistas.³⁷

A força política, representada pelos comunistas, não era de aparência, exibia conteúdo e abarcava um amplo espectro de cidadãos. A partir de destacada organização e ferrenha dedicação aos seus pressupostos, esse vetor passou a exercer influência cada vez maior sobre o contexto político, particularmente depois de bem sucedida infiltração nas próprias Forças Armadas, no movimento sindical, no sistema educacional, particularmente no ensino superior, e em outros movimentos políticos e sociais.

A partir do cenário que demarcou os conflitos políticos e ideológicos travados em todo o período republicano, até 1964, verifica-se que a complexidade da política brasileira tinha motivos – históricos, políticos, econômicos, sociológicos e culturais – que representavam o choque de visões tidas como mais conservadoras diante daquelas ditas progressistas, convivendo sobre as bases frágeis e artificiais do padrão moderador, o que, como foi dito, corroía, ainda mais, o sistema e dificultava a sua manutenção.

Reprisando o breve período “democrático” de 1946 até 1964, o banimento do Partido Comunista foi aceito como fato normal pelos demais partidos políticos e pela opinião pública, o que é corroborado pelas raras exceções de descontentamento observadas, e, até mesmo, pelos próprios, acostumados a longa clandestinidade e ao exercício do poder nos bastidores – levando-os, aparentemente, a tornarem-se mais organizados e fortes na medida em que eram mais perseguidos.

Isso tudo, intercalado por períodos de inércia política, desgoverno e crises de hegemonia, conducentes aos frequentes golpes de Estado, aplicados pelos militares e apoiados pelos civis, em si mesmos os maiores corruptores do sistema; e os disseminados analfabetismo, desigualdade – embora possa ser apenas suposta, por ausência de dados –, improbidade administrativa, imoralidade pública etc.

Nesse sentido, o primitivismo político que presidiu as relações sociais no Brasil da República, até a instauração do denominado Regime Civil e Militar, carece de maiores estudos, de novas visões, sem repetições. Em todo aquele período (1889-1964), milhares de brasileiros foram mortos, torturados e submetidos a condições desumanas, por razões, exclusivamente, políticas.

Somente as guerras civis foram responsáveis por enormes prejuízos

humanos, sociais e institucionais, para não falar das perseguições perpetradas durante os dois governos de Getúlio Vargas. Com honrosas exceções,³⁸ ninguém quis, nem quer, tomar conhecimento dessas mazelas, nem mesmo as denominadas Comissões Nacionais da Verdade, fato que não causa maior estupor da Nação em virtude de serem, reconhecidamente, ideológicas e parciais.

No caso do golpismo, como observou Alfred Stepan,³⁹ era parte da própria cultura política latino-americana e, no caso do Brasil, representavam até mesmo uma solução para a resolução de conflitos políticos, porquanto evitavam impasses institucionais, a eclosão de guerras civis e asseguravam o retorno pacífico da supremacia civil após cada intervenção.

Os militares, em tal sistema, exerciam papel instrumental, determinado pelos civis, o qual incluía limitações, sendo que a principal dizia respeito à negação da sua permanência no Poder. Apesar de não serem completamente passivos, como alertaram diversos autores críticos de Stepan, o esfarrapado objetivo político, admite-se compartilhado, consistia em conservar o sistema em funcionamento, seja na manutenção ou substituição do governo vigente.

O substrato desta solução bizarra tinha por suporte a admissão de que o sistema político era naturalmente defeituoso, dentre outras razões por possuir institucionalismo frágil, inclusive Constitucional, propositadamente usado como forma de controle sobre um Poder Executivo que excedia regularmente em sua esfera de competência; e, também, em decorrência de um Poder Legislativo fragmentado, excessivamente oligárquico (particularmente até 1930)⁴⁰ e corrupto; tudo levando à corrosão da legitimidade, à crises hegemônicas e à falência dos governos.

Vale ressaltar que, embora não tenha recebido ênfase neste trabalho, em estudo anterior ficou registrado que:

[...] os EUA sempre estiveram presentes e vigilantes e, conforme a situação se aproximava do seu desfecho, ainda mais presentes e vigilantes se tornavam. Desde há muito tempo apoiavam economicamente os governadores dos Estados que se opunham ao governo central (principalmente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os mais importantes), atuavam com agentes da *Central Intelligence Agency* (CIA) e, às vésperas do golpe de 1964, até mesmo, uma Esquadra teve seu deslocamento planejado para as proximidades da costa brasileira na denominada *Operação Brother Sam*.⁴¹

Contexto no qual, além do que foi exposto, as forças da situação, também, recebiam influxos externos dos movimentos esquerdistas

internacionais. Numa época de rupturas, todos apostavam no pior, pois, qualquer que fosse o desfecho, seria melhor, para o lado vencedor, do que o que existia. Os comunistas esbanjavam autoconfiança, e, até mesmo, dispensavam os militares. Para Nélson Werneck Sodré:

[...] o processo da Revolução Brasileira já atingiu o nível e a etapa que nos permite verificar claramente a impossibilidade de realizá-lo por uma quartelada, como a impossibilidade de impedi-lo por uma quartelada. Mesmo porque nada tem de conspirativo. Assim o militar não representa, no Brasil, a vanguarda da revolução, em seu sentido sociológico, e as ações isoladas que estão ligadas a essa compreensão errônea antes distanciam do processo os seus participantes do que os integram nele. As Forças Armadas ajudarão a cumprir o processo da Revolução Brasileira na medida mesmo que se conservarem fiéis à sua missão específica, em que funcionarem como tais, e não fora das suas obrigações normais.⁴²

Acrescentando:

[...] Haverá uma hierarquia mais sólida, uma ordem mais estável, uma subordinação mais consciente, na medida em que as Forças Armadas completem a sua transformação em instituições nacionais. Com a aceitação plena de que só é nacional o que é popular.⁴³

CAPÍTULO 7

PRELÚDIO DA REVIRAVOLTA

A questão da participação militar na política procedia de longa data, pelo menos desde as articulações que conduziram à Proclamação da República. As contradições que a alimentavam apresentaram-se, em verdadeira grandeza, com o “tenentismo”. Além disso, possuía uma raiz que instilava anarquia no âmbito dos membros do segmento castrense, àquela altura, já possuidores de incipientes referenciais profissionais, advindos tanto das influências recebidas e disseminadas pelos Jovens Turcos, quanto pela presença da missão militar francesa; mantendo-os, a partir de então, em permanente dilema, éticos e de valores militares, mercê dos novos parâmetros adquiridos.

Naqueles primórdios do Movimento Tenentista, entretanto, não existiam, ainda, as condições para estancar a longa prática conspirativa e rebelde, nem para a restauração de uma convivência hierárquica e disciplinada. O registro feito por Nélson Werneck Sodré sobre a participação do Tenente Asdrúbal Gwaiier de Azevedo durante Assembleia deliberativa no Clube Militar, às vésperas da deflagração daquele movimento de jovens oficiais, ocasião em que o referido oficial fez as mais graves acusações e proferiu ofensas aos participantes de alta patente presentes, aos parlamentares e, até mesmo, ao Presidente da República, representa, sem necessidade de retoques, as raízes, então, já expostas da anarquia militar.¹

Essa matriz antimilitar presente ao longo de toda a história republicana aparece em diversos comentários dos chefes incomodados, mas comprometidos com a política. Conforme citado na Introdução, segundo Góis Monteiro, ainda no início do Governo Provisório de Getúlio Vargas “havia uma espécie de Exército duplo: o que obedecia às ordens do QG revolucionário e o que obedecia ao Ministro da Guerra”.² Isso, em meio a arregimentação de componentes das Forças Armadas levada a efeito por radicais de todos os matizes que iam dos comunistas aos integralistas.

Relembre-se o registro de Nélson Werneck Sodré do período getulista, que a “intromissão dos militares revolucionários na política e na administração do País trazia evidentes perturbações à vida costumeira das Forças Armadas” contrariando os profissionais “que esposavam honestamente a tese que reservava aos quartéis a atividade do soldado”.³

Dentre eles, destacar-se-ia Humberto de Alencar Castelo Branco, que, em 1933, por ocasião da convocação da Assembleia Constituinte, sob o pseudônimo de Coronel Y, escreveu diversos artigos na *Gazeta do Rio*, tratando, justamente, dessa questão, cujas ideias, constantes do Apêndice 1, seriam utilizadas, posteriormente, no raiar de um novo regime.

O fim do Estado Novo contribuiu para adicionar adeptos à fogueira da participação militar na política. Adentraram novos personagens: os Clubes Militares passaram a funcionar como fomentadores da participação na política, em relação aos diversos governos sancionando, opondo-se ou, mesmo, como epicentro de agitações envolvendo o segmento armado, a qual se espalhava para as Escolas e organizações militares, onde suas publicações eram lidas e debatidas.

Para completar, os mais variados matizes hierárquicos, envolviam-se, diuturnamente, em disputas político-partidárias, inclusive pela Presidência da República e nos governos estaduais, Parlamento etc. Tudo isso, com a participação da imprensa e da opinião pública. A anarquia aumentava.

Não fosse isso suficiente para gerar rachaduras intratáveis na estrutura, a partir de Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, as praças foram adicionadas ao caldeirão da anarquia. Desprestigiado junto à oficialidade do Exército Brasileiro, agravado, mais de uma vez, pelos membros da Força Aérea, juntamente com a oficialidade da força terrestre e de muitos da Marinha que o odiavam, travou disputa pessoal, tratando de buscar a liderança perdida entre os membros mais suscetíveis e frágeis do segmento militar, até então afastados da confusão, apesar de envolvidos nas mazelas advindas das contínuas pugnas.

Em detrimento da cadeia de comando, autorizava as praças a enviar-lhe qualquer das suas insatisfações por meio de carta, levando-os, para a maior irritação da oficialidade, a instaurar um sistema de denúncias contra oficiais e comandantes. O Coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite explicita o fato de conhecimento generalizado para os militares da época:

– Ele (Henrique Lott) criou uma rede direta com os sargentos. Um sargento de cada unidade deveria escrever diretamente a ele. Isso foi fatal, porque ele perdeu, digamos assim, uma pedra angular na questão da hierarquia.

[...] Pois o ódio que isso proporcionou: Os sargentos escreviam diretamente. Qualquer incidente no interior do quartel... O sargento relator poderia se dirigir diretamente ao Ministro... Então, quando eu chegava para um colega, vinha a resposta: “Você não pode servir aqui. O seu nome está na ficha do Primeiro Exército... está na Segunda Seção do Gabinete do Ministro”.⁴

A partir de atuação sempre condicionada pelas lideranças dos oficiais, os sargentos atuaram com maior destaque na Novembrada de 1955, adquirindo cada vez mais autonomia, até se tornarem protagonistas e, quase, roubarem a cena, entre 1961 e 1964, quando já figuravam entre

os artistas principais da anarquia. Viriam, juntamente com os cabos, soldados e marinheiros a se tornar o estopim do Movimento Militar de 31 de Março de 1964. Lott por seu trabalho para as esquerdas, foi agraciado pelos populistas,⁵ sindicalistas e pelegos com um espadim de ouro, gesto imortalizado por Manuel Bandeira:

Excelentíssimo general
Henrique Duffles Teixeira Lott
A espada de ouro que por escote
Os seus cupinchas vão lhe brindar
Não vale nada (não leve a mal
que assim lhe fale) se comparada
Com a velha espada
De aço forjada,
Como as demais.
Espadas estas
Que a pátria pobre, de mãos honestas,
Dá aos seus soldados e generais.
Seu aço limpo vem das raízes
Batalhadoras da nossa história:
Aço que fala dos que, felizes,
Tombaram puros no chão da glória!
O ouro da outra é ouro tirado,
Ouro raspado
Pelas mãos sujas da pelegada
Do bolso gordo dos argentários,
Do bolso raso dos operários,
Não vale nada!
É ouro sinistro,
Ouro marcado:
Mancha o Ministro
Mancha o Soldado.⁶

Parece Huntington falando que “Os generais e os almirantes podem triunfar, mas não a ética profissional militar. O efeito domador do poder político faz deles bons liberais, bons fascistas e bons comunistas, porém maus profissionais”; uma vez que “As satisfações de desempenho profissional e a adesão ao código profissional são substituídas pelas satisfações de poder, posição, riqueza, popularidade e aprovação de grupos não militares”.⁷

Na verdade, em meio a um ambiente que pode ser enquadrado tanto de controle civil subjetivo como pretoriano, vale dizer, de envolvimento dos militares com a política, dificilmente eram alcançados os postos mais altos sem que mais de um político afiançasse a candidatura, vale dizer, que o Alto Comando estava tão loteado quanto outras repartições.⁸

A deterioração da hierarquia e da disciplina foi um corolário desse teorema. Numerosos eventos avisavam sobre a tempestade que

se aproximava: os golpes frequentes, símbolos maiores da falência do sistema; as Manifestações dos coronéis e dos generais, depois acrescidas dos sargentos, terminando nos soldados e marinheiros, assim mesmo, nessa (des)ordem; as ações dos oficiais da Força Aérea, na “República do Galeão”, nas revoltas de Aragarças e Jacareacanga, que “apareceram como manifestações de inconformismo da parte dos elementos mais ingênuos e mais combativos, daqueles que, inclusive, começavam a descrever das possibilidades e da capacidade de seus próprios comandantes”.⁹

Nesse contexto, a participação cada vez mais ativa dos sargentos fica evidenciada no relato abaixo sobre o Contra-Golpe Preventivo de 1961:

Durante toda a crise, e nas três Forças Armadas, em episódios escandalosos, os sargentos, a que se conferia o direito de cega obediência, e com muito mais forte razão que aos oficiais, manifestaram a firme vontade de desobedecer, por terem entendido que obedecer, no caso, era ir contra o país e o povo.

Penetraram assim, no conteúdo da obediência militar e da hierarquia militar. Foram inúmeros os episódios em que a ação concreta dos sargentos salvou a democracia brasileira, naqueles dias tristes, amargos e duvidosos.¹⁰

Cujo significado e consequências aparecem em seguida:

Ao regressar, telefonei ao Brigadeiro Passos, achando-o muito confuso ao telefone. Soube, depois, que o brigadeiro, diante da situação e da confusão entre seus oficiais resolvera tomar um avião com a família e ir embora para o Rio. Abandonou o comando. O Comandante da Base Aérea, igualmente, momentos depois, resolveu decolar num pequeno avião de treinamento, abandonando seu comando. Ficaram a 5ª Zona Aérea e a Base Aérea em verdadeira confusão. Cerca das 14 horas, os esquadrões a jato, armados com munição e bombas, decidiram decolar, quando foram impedidos pelos sargentos que tomaram conta do depósito de armas, muniram-se de metralhadoras e assumiram o controle da Base. Eram mais ou menos 200 sargentos. Os oficiais ficaram retidos, dentro dos prédios, também armados. [...] Encaminhei-os ao General Machado Lopes que providenciou a ida de um batalhão do exército para tomar conta da Base.¹¹

Relatos iguais a esse do então Governador do Rio Grande do Sul tornaram-se recorrentes, também, nas outras forças singulares. Lendo-os, não parece que esse mandatário era um dos maiores fomentadores da dissídia e da discórdia, dentre outras atitudes pela instauração dos Grupos

de 11.¹² Já o Comandante do III Exército, como prêmio, foi convidado para o cargo de Ministro da Guerra, embora, providente, não o tenha aceitado.

O esgarçamento do tecido militar chegara a um ponto em que a hierarquia, a disciplina, a ética e os valores militares estavam em farrapos.¹³ A substituição de ministros militares golpistas em 1961, insustentáveis no cargo em razão das suas atitudes, a assunção de dispositivo favorável ao novo governo e, ainda mais, sustentado no populismo e no sindicalismo, desencadearam uma conspiração permanente, amparada em estruturas políticas, militares e empresariais, com objetivos estabelecidos, estratégias e táticas que previam, até mesmo, atos de sabotagem.¹⁴

A trama, acima referida teve registro do lado conservador veiculado por René Armand Dreifuss, que ressaltou a atuação do complexo dos Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a qual não se restringia a estes repertórios; antes pelo contrário, estava disseminada por toda a estrutura civil e militar do País.

Os anos seguintes, que se escoaram em lenta agonia até o Movimento Militar de 31 de Março de 1964, testemunharam a maior deterioração registrada nas relações entre civis e militares em toda a História pátria. O descompasso entre as forças políticas, econômicas e sociais chegava ao máximo e os episódios da retomada do presidencialismo, por João Goulart, amparado em seu aparentemente leal dispositivo militar, o caminho político tomado pelas praças, com as revoltas de Brasília, dos marinheiros e fuzileiros nos navios e unidades e, em seguida, no Sindicato dos Metalúrgicos, foram os acordes finais de uma tragédia que já se fazia insustentável há muito tempo; que começara pela mais alta hierarquia, esgueirava-se pelas camadas superiores, intermediárias e subalternas até, finalmente, alcançar a arraia miúda.

O caótico final teve protagonismo destacado do Rio de Janeiro: o comício da Central do Brasil; sessões culturais com reprodução de filmes e realização de outras atividades, com tutoria de professores do Ministério da Educação, para estudantes e membros da Associação de Marinheiros e Soldados, em palacete dessa entidade situado no bairro de Botafogo, órgão ministerial aquele financiador das exposições, da organização e do imóvel, incluída a projeção do *Encouraçado Potenkim*, adicionada do comentário “agora vocês sabem o que fazer com os seus oficiais”;¹⁵ logo, revolta dos marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato dos Metalúrgicos, imediatamente liberados e anistiados; revoltas de sargentos, manifestações de Suboficiais e Sargentos, perante oficiais generais e o próprio Presidente da República, no Automóvel Clube etc.

A tragédia de um país como o Brasil na década de 1960 foi que o mesmo, de certo modo, era muito desenvolvido para ter um Nasser ou um Ataturk, e a sua sociedade muito complexa e variada para ser suscetível de liderança por um regime militar. Qualquer líder militar brasileiro teria de encontrar algum meio de estabelecer equilíbrio. [...] no caso do Brasil, pode ser muito tarde para a modernização militar e muito tarde também para que o soldado se torne um construtor de instituições. A complexidade das forças sociais pode impedir a construção de instituições políticas sob a liderança militar da classe média.

Samuel Phillips Huntington

PARTE III

O REGIME CIVIL E MILITAR

CAPÍTULO 8

O REGIME CIVIL E MILITAR ANTES DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

Antecedentes ao AI-5

Os acontecimentos narrados anteriormente, apesar das suas gravidade e didatismo e de se constituírem em raízes e pano de fundo para o tema que será discorrido nesta subseção, não estarão no centro da atenção desse trabalho, pois têm suficiente cobertura intelectual, jornalística e acadêmica. Na verdade, esta narrativa não se desviará mais para tratar de pormenores dessa triste história. Em razão da imposição de racionalidade, dedicar-se-á, na medida do possível, aos elementos que têm congruência com o objeto deste estudo, vale dizer, do relacionamento civil e militar, apesar de considerar que um mínimo desse contexto terá que ser explicitado.

Nesse sentido, esta etapa que antecede ao AI-5, compreende várias fases de acomodação política: de vigência do AI-1, entre 9/04/1964 e 31/01/1965; de ausência de Atos Institucionais, até 27/10/1965; de implementação do AI-2 dessa data até a edição da Constituição de 1967, em 15/03, ocasião em que foi revogado; e da edição do AI-5, em 13/12/1968.

Com o fito de verificar as implicações da instauração do Regime Civil e Militar de 1964 para as intercorrências civis e militares, particularmente quanto à implementação de um modelo antípoda àquele vigente no Modelo Moderador, a atenção estará voltada para as medidas tomadas pelos governos dos Presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco e Arthur

da Costa e Silva no sentido de equacionar uma espécie de “tripolaridade paradoxal” que impactou suas ações, engolfou-os em diversos curtos-circuitos e, pelo menos em duas oportunidades, quase derrubou seus governos, eventos que ficaram bem demarcadas pelos Atos Institucionais nº 2 e 5, conforme será explicitado adiante.

Trata-se, no primeiro polo, da hostilidade dos revolucionários para com os comunistas e a esquerda em geral, identificados como ameaças à continuidade do regime, a qual ficou consubstanciada no constrangimento, perseguição e exclusão de seus próceres; no segundo, a radicalização do segmento esquerdista, visando o encurralamento do regime e, se possível, a sua derrocada, para cuja finalidade erigiu uma rede de poder capaz de instaurar “resistências” significativas, conforme imaginadas por Michel Foucault, cujo clímax iria ocorrer com a deflagração da luta armada; e, na terceira das polaridades, o desafio apostado pela linha dura e os radicais da direita, cujas ações ora se opunham à esquerda ou aos governantes, ora se somavam a um ou outro, levando aqueles mandatários a se direcionarem para suas supressões.

O final dessa primeira etapa de desafios e conflitos acabaria demarcado pela edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5); para o qual, entende-se, todos contribuíram, apesar de, aparentemente, constituírem vértices opostos.

A narrativa da primeira dessas polaridades, de viés autoritário e repressor à esquerda – nas suas diversas repercussões: nos meios políticos, sindicais, acadêmicos, militares etc – pode ser encontrada, dentre outros, em Eurico de Lima Figueiredo;¹ Lúcia Klein e Marcus Faria Figueiredo;² Maria Helena Moreira Alves;³ e Cláudio Beserra de Vasconcelos.⁴

Somente o primeiro adentra conscientemente no campo do relacionamentocivilemilitar, assim mesmo, dedicando-se, exclusivamente, à análise do discurso castelista, o qual reputa como autoritário. Os demais apresentam narrativas consistentes sobre a repressão contra os diversos segmentos da esquerda e levantamentos numéricos dos alcançados pelas medidas adotadas, embora, em alguns aspectos, divergentes entre si; (im)precisão que não constitui objeto desta obra, apesar de que, tais estimativas, não deixarão de ser consideradas.

Desse apanhado, antes de se prosseguir na narrativa, cabe registrar as divergências. Em primeiro lugar, relativamente a Eurico de Lima Figueiredo, representante, à época da sua obra, da narrativa da corrente acadêmica que permanece hegemônica na literatura pátria, a qual admite uma alternância entre o soldado profissional e o soldado político, vale dizer intervencionista, determinada pela normalidade e as crises, constituindo um *continuum* histórico inexorável; argumentação essa que a

história recente, de 1964 até hoje, não sustenta e que esta obra propõe-se, justamente, a refutar.

Tal posicionamento, de rejeição a estas teses, entretanto, não é cega a ponto de deixar de considerar que o soldado, como primeiro e último defensor da integridade do Estado, não assistirá impassível a sua implosão, nesse caso, admitindo que, em vez de decidir autonomamente, vale dizer politicamente, seu papel nas crises, conforme o vaticínio acadêmico majoritário, sua ação estará submissa às determinações dos poderes constituídos, quer dizer, agirá funcionalmente, conforme o veredicto huntingtoniano, não somente pela supressão da extravagância constitucional que lhe era concedida e foi referida anteriormente, mas, principalmente, pela introjeção de ideologia e valores que alteraram a natureza do seu caráter e do seu comportamento a serem explicitadas.

Com relação à repressão, vistas como tendo ocorrido somente contra a esquerda, contrapõe-nas as obras de Maud Chirio⁵ e José Amaral Argolo *et alli*,⁶ demonstrativas das limitações contidas nos trabalhos de Marcus Figueiredo, Moreira Alves e Vasconcelos⁷. Naturalmente que, inicialmente, a atividade repressiva se voltou contra a esquerda, mais atuante, entretanto, ao longo do processo, não poupou ninguém que se opusesse ao desígnio maior, agora revelado.

Outra divergência digna de registro com a narrativa de esquerda refere-se à terminologia “nacionalistas”, aqui considerada de difícil adoção, por pretender identificar uma parcela ideológica que, entende-se, não encontra abrigo na racionalidade ou na realidade. Pretensamente assumida pela esquerda, mormente comunista, como paliçada simbólica contra os inimigos da pátria, apenas, revela a profunda contradição que a ampara.

Para não adentrar em polêmica desnecessária, basta citar as diversas facções, beneficiárias desse termo, que recebiam orientações e, mesmo, ordens, de aparelhos de Estados, Chefes de Estado, organizações e dirigentes estrangeiros.

Por exemplo, uma das mais notórias divergências entre os comunistas que diz respeito a quem obedecer: enquanto o nacionalista Luís Carlos Prestes, integrante da Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), por meio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), desejava seguir a cumprir as determinações emanadas de Moscou, particularmente após a ruptura de Nikita Krushev com o legado de Josef Stalin; outra facção, do mesmo PCB reivindicava a permanência dessa agremiação na senda do stalinismo. Para não falar de outros segmentos, os quais, posteriormente, em função dos conflitos intrínsecos, adotariam linhas de orientação e de ordens chinesas, albanesas, cubanas etc.

Além disso, existiam facções conservadoras, liberais e radicais da direita, que se consideravam, também, nacionalistas, nesse caso, ora por repudiarem as determinações comunistas, ora por reivindicarem maior autonomia em relação aos Estados Unidos da América, condição que contribui, ainda mais, para desnaturalizar o termo.

Por isso, neste trabalho, essa denominação é considerada vazia de sentido no contexto histórico em que foi aplicada – seja por notória incompatibilidade intrínseca entre o termo e a atividade desenvolvida, como é o caso dos comunistas, seja porque coloca em um mesmo conteúdo elementos notoriamente opostos, como é o caso de direitistas e esquerdistas. Por isso, os autodenominados nacionalistas, serão tratados por seus verdadeiros nomes: comunistas, esquerdistas, populistas, conservadores, direitistas, radicais etc; tratamento que augura o surgimento de nacionalistas verdadeiros, condição própria de sociedades fortes, contrariamente aqueles submissos, afeitos a sociedades frágeis, passíveis de subordinação.

Nesse último entendimento, todos os atingidos, na primeira daquelas polaridades apontadas no início dessa subseção, vale dizer, os esquerdistas, comunistas e populistas, independentemente da ideologia professada, seriam originados de uma mesma argila, que instilava anarquia no interior das Forças Armadas, representando, em termos militares, uma velha (des)ordem, para os quais não haveria mais lugar no novo regime. Sem saber, estavam predestinados a participarem, da forma mais rude, da esterilização que iniciava seu avanço.

Retomando-se o raciocínio sobre as polaridades apontadas, na segunda e na terceira dessas arestas, os efeitos da radicalização da esquerda e da direita, adentraram como opção de estudo, por acreditar-se que aportem contribuição adicional às versões apresentadas, complementando-as, e por constituírem narrativas não enfatizadas nos trabalhos citados ou sequer em outras investigações; magnetizados, talvez tenham sido seus autores, pela presença hegemônica das visões de esquerda no âmbito acadêmico.

Na verdade, o que se anunciava é que não haveria lugar para os envolvidos em atividades políticas, em um sistema de relações entre civis e militares no qual o que se visualizava era a retirada dos militares dessa participação, conduzindo-os à neutralidade.

A intromissão dessas polaridades nesta investigação está motivada pela suposição de que desempenharam papel fundamental na alteração da rota daquele regime, com consequências para as relações entre civis e militares, conforme será explicitado adiante, no sentido de retardar ou, até mesmo, impedir a devolução do poder político, ou de parcelas desse poder, aos civis, conforme ocorrera ao longo dos últimos setenta e cinco anos da

República, desiderato que constou do discurso de todos os governantes militares.

Tal fenômeno criou, assim, uma ruptura sem precedentes no curso político, ensejando uma continuidade na atividade desencadeada na primeira perspectiva polar que alterou, de forma definitiva, a História do Brasil e que, ao mesmo tempo em que prolongavam a interferência militar na política com suas ações – sobre a esquerda e dessa em retorno; da linha dura e dos radicais de direita sobre a esquerda e o governo; e desse último em reação a todos – proporcionaram, contraditoriamente, oportunidade, inédita, para a permanência do regime e para a consecução do objetivo de suprimir as atividades políticas no seio castrense. Nesse sentido, todos os atores envolvidos, tiveram um papel similar, mas em outra dimensão, àquele desempenhado pela radicalização da direita no período de 1954 a 1964.⁸

A noção de radicalização, adotada neste obra, da mesma forma que no estudo conduzido anteriormente,⁹ tem razões conceituais e teóricas. A acepção que se pretende adotar é de que seria “a tendência em ver as relações políticas nos moldes das alternativas radicais, a consequente recusa em aceitar a gradualidade e parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso, e a urgente busca do ‘tudo e agora’,”¹⁰ ou “o abandono de qualquer hipótese temporizadora e de toda tática moderada para impulsionar um processo de vigorosa (e portanto ‘radical’) renovação nos vários setores da vida civil e da organização política”.¹¹

Igualmente, “traz implícita uma conotação negativa, que evoca remotos antecedentes filosóficos: já na ética aristotélica, o equilíbrio, a racionalidade, a virtude coincidem com o justo meio, enquanto que os extremos são as paixões de que é preciso fugir”.¹²

Neste texto, todas essas explicações são válidas para o radicalismo de esquerda, o que caracteriza mais uma verossimilhança com o radicalismo de direita – ocorrido no final do período anterior e que persistiria em todo o período desta análise – e um tratamento teórico igualitário para as duas formas de atuação política.¹³

Para bem delinear o conceito, o radicalismo de esquerda e de direita configurou-se em uma série de grupos representativos desses segmentos com posições fanáticas, atuantes nos meios político – particularmente nos diversos níveis legislativos –, militar, sindical, acadêmico e estudantil e nos segmentos que adotaram a luta armada e o terrorismo; os quais tinham a tendência em ver as relações políticas nos moldes de alternativas radicais e a consequente recusa em aceitar a gradualidade e parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso e a urgente busca

do ‘tudo, agora’; o abandono de qualquer hipótese contemporizadora e de toda tática moderada para impulsionar um processo de vigorosa (e portanto ‘radical’) reação nos vários setores da vida civil e da organização política ao regime instaurado; e a disposição ao cometimento de violência, sob a forma de crimes políticos, militares ou conexos, ou seja, aqueles cuja finalidade tenha sido política, por ser esta a interpretação, pode-se dizer histórica, dos tribunais brasileiros.

Por isso, como será observado, há interesse, nesta obra, no relato das atividades efetivadas pelos grupos radicais, pois elas permitem emoldurar o quadro dentro do qual as decisões e, principalmente, as relações entre civis e militares foram contaminadas. Apesar disso, não há interesse ou preocupação em declinar nomes dos autores das ações perpetradas pelos grupos radicais, exceto nos casos em que, pela notoriedade do evento, ou dos seus protagonistas, haja algum indicativo de influência para o objeto deste livro.¹⁴

Vale ressaltar que, em pesquisa anterior, sobre a direita radical,¹⁵ foi formulada a hipótese da existência de um centro de gravidade¹⁶ no subsistema militar, representado pelo Exército Brasileiro como instituição, operando dentro das condições vigentes no Modelo Moderador, inserido em um sistema político em permanente inclinação à esquerda, de forma que, no caso em que os elementos da direita radical identificassem, naquela força armada, indícios de neutralidade, inclinação à esquerda¹⁷ ou infidelidade à sua missão moderadora, deveriam atuar no sentido de que o referido segmento castrense fosse recolocado na sua posição de apresentar a necessária resistência à força, organização e domínio dos comunistas, esquerdistas, populistas e de grupos radicais de esquerda sobre o cenário nacional, de modo a diminuir suas importância e influência, e, também, para atuarem, como força física e moral, para contrarrestar os males decorrentes do sistema político vigente, mormente a corrupção.

Tal condição foi alterada com a assunção do poder político pelos líderes militares, ocasião em que eles se passaram para o centro de gravidade, bem no eixo da política,¹⁸ e, influenciados pelas suas próprias práticas e visões de mundo, passaram a moldá-lo no que consideravam a restauração física e moral do sistema. Com a transmigração, após 1964, de elementos da cúpula do subsistema militar para tal ente político governamental e a permanência no poder, tornou-se imperioso engendrar novas fórmulas de convivência, situação inusitada para todo o segmento castrense, o qual teria de se reinventar.

Essa primeira etapa, de implantação do antimodelo, esboço do Enquadramento, foi facilitada pelo expurgo dos seus mais ferrenhos

opositores, os comunistas,¹⁹ esquerdistas e populistas, garantindo, inicialmente, a manutenção do equilíbrio em relação aos impactos originados desses segmentos, enquanto se reorganizavam; situação que não duraria muito, mas que, em seu retorno, atuariam por fora das Forças Armadas.

Entretanto, o movimento revolucionário, por uma questão estratégica, anterior a 1964, não havia estabelecido objetivos claros, de forma a aglutinar o maior número de correntes políticas possíveis e evitar cisões irremediáveis. Por isso, após a emergência vitoriosa da ação impetrada, todas elas pretendiam dar consecução às suas próprias ideias e interesses, suas revoluções imaginadas.

Essa característica trouxe para a órbita do núcleo dirigente, aqueles segmentos radicais da direita, civil e militar, que haviam atuado significativamente na contenção da ascensão da esquerda, dentre os quais os simpatizantes de Carlos Lacerda, e que, a partir de então, tornar-se-iam, pelo seu passado de lutas, capacidade de articulação e capilaridade na base de sustentação militar, uma ameaça real ao próprio cerne do poder. Ocorre que algumas dessas vertentes revolucionárias, oriundas dos setores de linha dura e de radicais de direita militares, persistiriam na participação política.

Assim, esquerda e direita, ambas com capacidade e determinação, paradoxalmente, iriam ora se opor, ora se compor, em vetores geradores de instabilidades no centro de gravidade político; cuja resultante consistia em contínuo desequilíbrio do sistema: até o AI-5.

Registra-se que, as Forças Armadas, em função da extensa participação nos conflitos internos, sempre estiveram preocupadas em estar preparadas para as contingências comuns ao caótico período republicano, até 1964. Dentre elas, a possibilidade da defesa da Capital Federal era uma das mais importantes, razão principal da localização e do poder militar disponível na Vila Militar, no Rio de Janeiro, e, também, em função da concentração de poder, um dos locais de efervescência política, particularmente na Brigada Paraquedista.

Ainda, antes da deflagração do Movimento Civil e Militar de 1964, numerosos eventos ocorreram naquela organização, inclusive o planejamento de uma tentativa de sequestro de Carlos Lacerda, formulada por um dos seus comandantes e evitada por elementos lacerdistas daquela mesma unidade.

Então, em 31 de março de 1964, em desacordo com o planejamento dos conspiradores que previam o seu desencadeamento para três ou quatro dias depois, mas apoiando-se na comoção gerada no meio militar com os discursos das praças e autoridades no dia anterior no Automóvel Clube, um polêmico, embora hiperativo general, Olympio Mourão Filho, adiantou

o relógio e, em conluio com o seu comandante superior, General de Divisão Carlos Luiz Guedes, comandante da Região Militar e com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, ordenou que a 4ª Divisão de Infantaria, a partir de Juiz de Fora, iniciasse a sua movimentação, com o objetivo de ocupar²⁰ a Cidade do Rio de Janeiro, a apenas 182 quilômetros, onde se encontrava o Presidente da República.

As organizações militares da Vila, sob comando pró-João Goulart, deslocaram-se para a fronteira do território fluminense a fim de enfrentarem a ameaça. A principal arma em apoio à resistência era o Grupo de Artilharia. Sem que suas lideranças soubessem, sabotadores da revolução haviam retirado os percussores dos canhões, engrenagem fundamental para desencadear os tiros, sem as quais os canhões estavam, de fato, inoperantes.²¹ A traição era corriqueira, dos dois lados. Não havia mais a menor réstia de confiança em ninguém, pois o sistema armado falira.

A penetração da política no tecido militar, criara uma complexa rede de mando entrecruzado que se distribuía pelo país com elementos infiltrados em ambos os lados principais da pugna, distribuídos em toda a hierarquia: formal, informal, estrutural e funcional. Poder, autoridade, hierarquia estavam pulverizados; a disciplina, por este e outros motivos, jazia em frangalhos.

Por exemplo, no III Exército – cujo comando não era considerado de absoluta confiança, apesar de ter aderido ao movimento depois de ter sido substituído por João Goulart em pleno dia 31 de março – respondiam pela hierarquia dos conspiradores diversos generais de escalões subordinados, tais como: Adalberto Pereira dos Santos, comandante (Cmt) da 6ª Divisão (Div) de Infantaria (Inf), em Porto Alegre; Mário Poppe de Figueiredo, Cmt 3ª Div de Cavalaria (Cav), em Santa Maria; Hugo Garrastazu, Cmt 3ª DivCav, em Bagé; Joaquim Camarinha, Cmt 2ª DivCav, em Uruguaiana, dentre outros. O próprio general Adalberto, para não acabar refém de comandos subordinados, retirou-se de seu Quartel-General, na capital, dirigindo-se para o interior do Estado.

Nenhuma das lideranças militar apresentou o menor sinal de que iria continuar à frente do poder político, apesar da existência de defensores dessa permanência, civis e militares, particularmente por acreditarem que aquelas condições para a então vigente fragilidade da pretensa democracia nacional, apontadas anteriormente nesta investigação, tinham chegado a um ponto de não retorno e que o Brasil precisava de um trabalho mais consistente de reparo, para cujo serviço o padrão moderador não tinha mais condições de atuar, qual seja, na manutenção do sistema, por moribundo, o que, nesta altura, mais contribuía para a situação de crise permanente em que o país vivia submetido do que ajudava na sua solução.

Jango foi informado por San Tiago Dantas da presença de uma Frota dos EUA nas costas brasileiras três dias antes da irrupção do movimento civil e militar e obteve a confirmação da sua presença pela metade do dia 31 de março.²² Contrariando elementos do seu dispositivo militar, iniciou o que para uns seria a retirada para organizar a resistência, para outros, fuga desabalada, em virtude da impactante informação, logo secundada pela do seu cunhado, Leonel Brizola.²³

Seriam seguidos por muitos. Depois, possibilitariam a esquerda construir, dentre muitas narrativas inverídicas, o mito do exílio para esses fugitivos, “para evitar a guerra civil” etc. Para restaurar a verdade, com a qual os transfugas não tem compromisso, urge registrar que os primeiros exílios ocorreram muito tempo depois, em decorrência das negociações com o fito de atender as exigências dos sequestradores para a libertação de militantes radicais presos em troca de autoridades estrangeiras arrestadas, cujo início ocorreu, apenas, após o rapto do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em 4 de outubro de 1969, com raras repetições posteriores. Essa medida restritiva, emitida pelo AI-13, de 5 de setembro de 1969,²⁴ permaneceu circunscrita, exclusivamente, a esses casos. Portanto, a quase totalidade dos esquerdistas retirou-se do país por muitos motivos, dos quais poucos foram os exilados, sendo mais apropriado declará-los meros fugitivos do novo *regime*, como apropriadamente denominou-os o ex-Ministro do Exército Leonidas Pires Gonçalves.

Retomando-se o fio da narrativa, em 1º de abril, o movimento, para a surpresa de seus próprios mentores, já era vitorioso. Utilizando-se, sem saber, da lição leninista, Mourão Filho detonara a porta podre do edifício falido; e ele veio abaixo, qual um castelo de cartas.

A luta em torno dos neutros havia se inclinado contra os comunistas, esquerdistas e populistas. Sobre essa luta o general Golbery do Couto e Silva, conspirador importante em todos os movimentos entre 1946 e 1964, fez um interessante comentário:

Os ativistas militares pró ou contra o governo constituem sempre uma minoria. Se um grupo militar deseja derrubar o governo, precisa convencer a maioria de oficiais que são ou legalistas estritos ou simplesmente não-ativistas. Os ativistas não querem arriscar derramamento de sangue ou cisões militares, de forma que esperam até que se tenha conseguido um consenso. Deste modo, os movimentos que visam depor um presidente precisam da opinião pública para ajudar a convencer os próprios militares. Assim, ocorreu em 1945, 1954 e 1964. Em 1961, os chefes militares agiram contra a opinião pública e tiveram de retroceder.²⁵

A intervenção militar recebeu a tradicional legitimação por atos emanados do sistema parlamentar, jurídico e, particularmente, pela mídia e – como extensão desta – da opinião pública, conforme se constata nos editoriais²⁶ antecedentes e posteriores às diversas crises, solução amplamente apoiada pelos segmentos políticos, econômicos, financeiros, militares, igreja católica, mídia e opinião pública; afinal tratava-se da tradição moderadora.

Na madrugada de 2 de abril de 1964, o Presidente do Senado e, por consequência, do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, declarou a vacância do cargo, empossou o sucessor constitucional, o Presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzili, na Presidência da República e marcou a data da eleição dos novos Presidente e Vice-Presidente da República no prazo constitucional de trinta dias.

Nesse contexto, surgiu o Comando Revolucionário (auto)assumido pelo General Arthur da Costa e Silva, como poder de fato. Em 2 de abril de 1964, foi convertido em Alto Comando Revolucionário – com a participação do Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, da Marinha do Brasil, e o Brigadeiro Francisco Corrêa de Mello, da Força Aérea Brasileira, o qual passou a se entender com as lideranças civis do Congresso Nacional.

No centro de gravidade político e militar, Arthur da Costa e Silva, o qual se assenhoreou da situação ao engendrar, juntamente com eminentes juristas, o Ato Institucional nº 1, derrubando qualquer pretensão de mando político ao declarado Presidente (Interino) Ranieri Mazzili, o qual, em humilhante périplo até os novos detentores do poder, foi informado da situação: a instituição de um poder superior, acima das instituições políticas.

Assim, Mazzili veio ao Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964 para ser informado pelos Comandantes-em-Chefe das Forças Armadas que “exerceria o cargo de Presidente da República até a eleição de um titular efetivo, que estava sendo escolhido pelas Forças Armadas, cujo nome seria submetido ao referendo do Congresso...que os outros poderes constitucionais continuariam funcionando livremente”.²⁷ Entretanto, seus atos deveriam ser submetidos ao Comando Supremo da Revolução.

A nova condição baseava-se na apregoada origem de todos os poderes: o fato da força. A chamada Revolução buscava institucionalizar-se, legalizar-se, em obcecada travessia. O Ato Institucional nº 1, entretanto, trazia uma novidade: a sua autolimitação no tempo, deveria vigorar por menos de oito meses. Quase uma *dictatura* romana.

Todavia, devido às ideias existentes, tanto entre os militares, como entre os civis, desta vez, seria necessária uma engenharia política mais articulada que as anteriores, por motivo do estado da degradação política,

econômica, militar e psicossocial do país, de forma a eliminar as causas do mau funcionamento do sistema, dentre as quais sobressaíam a atuação dos comunistas e a corrupção disseminada. Conforme o General Jayme Portella de Mello:

A Revolução precisava penetrar mais a fundo, corrigindo, consertando, punindo e depois reformular e construir. Não era um simples golpe de Estado, era, porém, uma Revolução autêntica, que precisava reformular de fato. Teria que realizar modificações essenciais e, para isso, necessitava tomar medidas duras e radicais.²⁸

O inusitado da situação da renúncia de um Presidente da República (em 1961), da fuga do Vice-Presidente empossado e da ausência de regulamentação constitucional sobre a forma de realização da eleição para o próximo Presidente da República (PR), exceto de que deveria ocorrer em trinta dias, ensejou a oportunidade para que um velho desejo das elites começasse a germinar.

Tratava-se do estabelecimento de eleições indiretas, cuja efetivação, entretanto, carecia de roupagem legal, o que, aliás, era verdadeiro para outras ações que, no entender dos revolucionários, seriam necessárias para restabelecer a governabilidade²⁹ e a probidade no País, inclusive àquela que afetava os demais poderes. Na época, existiam diversos projetos propondo tais eleições para o Presidente da República e os Governadores.

Ressalta-se que havia um pensamento antigo e recorrente, da raiz autoritária da cultura nacional, o qual já recebeu referência, que acreditava na incapacidade do povo brasileiro decidir sobre o seu destino e que se manifestara em diversas ocasiões, sendo a mais evidente traduzida no impedimento do voto dos analfabetos, a grande maioria da nação.

A narrativa integralista explicitara isto de forma clara. Para eles, a constituição histórica do Brasil mostrava a ausência dos ideais de pátria, nação e soberania no seio do seu povo, isso, em função da fraqueza do Estado, da inadequação das instituições políticas, da ausência de identidade e da divisão do povo e, por consequência, da falta de uma unidade nacional, entre outras. Salvar a Pátria, expressão tão cara aos integralistas e assimilada pela cultura militar, além de mirar na ameaça interna do comunismo, significava “salvá-la de si mesma”, da sua herança.

Por meio de um dos projetos já existente, o então Deputado Pedro Aleixo (UDN/MG) logrou aprovar, em 7 de abril de 1964, a eleição indireta de Presidente e Vice-Presidente da República pelo Congresso Nacional, medida transformada em Lei pelo Presidente da Câmara dos Deputados no exercício

da máxima magistratura (interina), Ranieri Mazzili. Posteriormente, o AI-2 e a Constituição de 1967, esta última, também, com considerável apoio, estenderiam esse procedimento para os governos estaduais.

Entretanto, na ausência de instrumentos que permitissem a limpeza pretendida pelos revolucionários, o Alto Comando, assessorado pelos juristas Francisco Campos e Carlos Medeiros, diante da resistência do Congresso em autorizar as medidas consideradas necessárias e baseada na tese (de Francisco Campos) sobre a originalidade constituinte do poder de fato dos revolucionários, outorgou, como já foi dito, em 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), o qual não trouxe grandes alterações à Constituição de 1946; exceto aquelas que permitiram a emissão das primeiras cassações de mandatos, cargos e direitos políticos... e a abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Numerosas cassações e prisões dos inimigos da Revolução foram realizadas, estas últimas, sob a égide dos 763 IPMs instaurados após 31 de março de 1964. Foi preciso criar uma Comissão Geral de Investigação (CGI) sob a batuta de um marechal. Seriam, no imaginário dos revolucionários, os instrumentos principais da limpeza e da restauração.

Entretanto, devido à inexistência de uma infraestrutura de Inteligência e de especialização investigativa judicial dos encarregados, ademais da inserção do processo no complexo e conflituoso contexto das competências jurisdicionais comuns, dentre outras idiosincrasias, tais instrumentos tiveram pouco efeito sobre as estruturas visadas, alcançando, apenas, os mais notórios ativistas do regime anterior, sem atingir a imensa rede oculta.

Para citar, apenas, dois exemplos: Carlos Marighela, importante membro do Partido Comunista Brasileiro e que viria a desempenhar papel relevante na resistência ao regime, chegou a ser preso, logo após o desencadeamento do movimento, em um cinema na Praça Saens Peña, no Bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, sendo, logo em seguida solto;³⁰ passado um ano, em 21 de fevereiro de 1965, Tulio Vigevani, membro do Bureau Político do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), com a importante tarefa de atuação nas Ligas Camponesas, nos Grupos de Onze e junto aos sargentos, foi preso e libertado logo depois.³¹ Eram desconhecidos para seus captores.

As investigações realizadas dos denominados corruptos e subversivos ocorreram sob a égide da estrutura jurídica existente, herança que se revelaria conflituosa e que ficaria para o novo presidente administrar.

Costa e Silva, inicialmente, ensejou temores de que poderia se tornar ditador, mas recusou se candidatar e opôs-se a uma candidatura militar. Entretanto, provavelmente raciocinando, ainda, nos termos do padrão

moderador, propôs ao Deputado (UDN/RJ) Armando Falcão, um dos mais ferrenhos lacerdistas, a candidatura do renomado político e professor Carlos Alberto Alves Carvalho Pinto, o qual havia realizado um destacado governo em São Paulo entre 1959 e 1963 e exercido o Ministério da Fazenda no governo presidencialista de João Goulart.³² Não era o que queriam os udenistas, eles mesmos interessados em maior estabilidade, o que exigiria a necessidade da aglutinação militar.

Ocorreram muitas articulações, cada qual das facções políticas tentando capturar para si o momento de ruptura política: o governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSP/SP), com o apoio do general Olímpio Mourão Filho, propôs o nome do general Amauri Kruel, que aceitou e foi apoiado por numerosos congressistas; Aliomar Baleeiro, prestigiado deputado udenista, lançou Magalhães Pinto; alguns políticos propuseram Odílio Denys; o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra foi procurado e instou o PSD a apoiá-lo. Entretanto a articulação dos políticos com o Alto Comando Revolucionário, inclusive com o bandejamento de Ademar de Barros, inclinou-se pela união do general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Tal fato seria, posteriormente, incorporado ao portfólio de acusações contra o *regime*, por ignorância, preconceito ou má fé, como sendo, essencialmente antidemocrático, em absoluto menoscabo às numerosas democracias avançadas que o adotam.

Em 11 de abril de 1964, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito Presidente da República pela União Democrática Nacional (UDN), em votação indireta do Congresso Nacional, com 361 votos de 388 possíveis.³³ Juarez Távora recebeu três votos e Eurico Dutra dois.³⁴ Os quarenta deputados cassados pelo AI-1 haviam sido substituídos por seus suplentes, portanto, não houve essas ausências na votação. Castelo Branco iria governar com sólida e condescendente maioria legislativa, a qual não foi alterada, nem mesmo, com a Edição do AI- 2.

Recorda-se, nessa altura da narrativa, como referência comparativa e, também, como subsídio ao argumento da assertiva 5) do Antimodelo de Enquadramento, que, no âmbito do voto popular, até a eleição de 1930, a parcela da população que possuía direito a voto não ultrapassava 4%,³⁵ o voto era ostensivo e a corrupção eleitoral disseminada.

Por volta de 1960, a média de habilitação eleitoral era de 24% da população, dentre outros motivos pelo alto índice de analfabetismo no país, perto de 60% da população, fator impeditivo para o voto, da qual deveria ser subtraída a persistente parcela que a rejeitava, em torno de 30,7%, distribuída em abstenção, votos brancos e nulos, resultando em que menos de 17% da população participava da eleição de seus líderes, apesar da obrigatoriedade de comparecimento.³⁶

Tal anemia de legitimidade, além do imobilismo legislativo, fragmentação partidária e atrofia do Poder Executivo contribuíam para as frequentes crises de hegemonia e governabilidade, inclusive para esta última que conduziu ao desenlace em 31 de março de 1964.

Tais referências comparativas serão explicitadas nas próximas subseções e Capítulos narrativos correspondentes aos diversos mandatos presidenciais que serão expostos, no sentido de demonstrar o argumento de que os governantes militares exerceram o poder com amplo apoio político, partidário e popular.

Governo do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco

Em razão das muitas revoluções imaginadas grassavam conflitos dentro do novo regime, oriundos de todas as direções, inclusive dos próprios revolucionários, mormente da chamada linha dura e dos radicais de direita, insatisfeitos com os rumos e os limites impostos pelo novo governo à limpeza, aquela altura constrangidos pelo cipoal legal e processual que não fora revogado e pelas resistências apostas pelo sistema judicial.

E não havia, nem poderia haver, ainda, o entendimento de que as vocações política e militar eram excludentes e as Forças Armadas não poderiam governar como Instituição. O que se entendia era justamente o contrário. Elas teriam assumido, finalmente, a sina histórica de salvar a pátria de si mesma.

Tanto Castello Branco, como Costa e Silva, eram originariamente da tradição moderada e legalista e tentavam manter o difícil equilíbrio entre as facções internas – moderados, linhas duras e radicais – e opositoras. O núcleo desse processo repousava sobre a coesão do Exército Brasileiro e, em menor grau, das Forças Armadas, origens de todo o poder e movimento, do qual tudo depende³⁷ do comando político, configurando um centro de gravidade externo ao eixo da política, mais poderoso que aqueles tradicionalmente representados pelos Poderes Legislativo e Judiciário, cuja dependência era apenas formal.

Para tentar estabelecer um mínimo de equilíbrio entre esses polos de tensão, visando particularmente à limpeza inicial, erigiu-se um *tertius*: o Conselho de Segurança Nacional (CSN), composto por todos os ministros e no qual se decidiam as cassações e demais sanções. Nele estavam politicamente representados os militares, que não eram poucos, pois, além das forças singulares, numerosos outros, ocupando pastas ministeriais, também o compunham. Entretanto, pesava, desproporcionalmente, a opinião do Ministro da Guerra e, em menor grau, da Marinha e da Força Aérea, as fontes sobre as quais repousava o novo poder.

Tal condição, nas crises (que foram muitas), impunha um permanente dilema aos novos dirigentes, quanto a que lado atender, principalmente nos embates entre os subsistemas político e militar, em suas várias facções. Enquanto o regime fez esforços ingentes para manter a tradição de legalidade com o fito de legitimar-se, o que durou até o Ato Institucional nº 5, os primeiros foram privilegiados, não sendo poucas as dificuldades advindas da inconformidade do subsistema militar, como será visto adiante.

A área trabalhista, muito agressiva, foi, quase que imediatamente, pacificada; inicialmente pelo expurgo de comunistas, esquerdistas, populistas e radicais³⁸ e, posteriormente, com a normatização – que aguardava desde 1946 – do direito de greve, a denominada Lei de Greve, assinada em 1º de junho de 1964. Foi relatada e conduzida por Ulysses Guimarães, apoiador entusiasmado do novo regime. No cerne, além da regulamentação dessa importante atividade sindical e das relações entre patrões e empregados, criava a Justiça do Trabalho para o julgamento dos contenciosos.

Apesar disso, algumas condições estavam a pressionar o ambiente político. Destacam-se, nesse contexto: as ambições contrariadas de governadores, dentre eles, Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda, os quais, por terem compreendido, ou não, a extensão das energias contidas dentro do Movimento Civil e Militar, ainda acalentavam ambições grandiosas; as cassações de próceres políticos, como Juscelino Kubitschek; as resistências no Poder Judiciário às decorrências dos atos dos revolucionários, particularmente no Supremo Tribunal Federal (STF);³⁹ a intervenção em Goiás, posteriormente aprovada pelo Congresso; a continuidade da crise econômica herdada do governo João Goulart, até certo ponto agravada, devido às medidas de austeridade adotadas; as críticas aos poucos avanços na limpeza, atribuídos ao excesso de escrúpulos legalistas do Presidente da República e de seus colaboradores mais próximos; e a frequente insuflação e, até mesmo, as ofensas, dirigidas aos militares, inclusive por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, particularmente após a derrota dos seus candidatos aos governos, respectivamente, da Guanabara e Minas Gerais em outubro de 1965 de que se falará mais a frente.

Por ocasião das prisões de dois representantes da linha dura: o Almirante Rademaker e o Coronel Osnelli Martinelli,⁴⁰ em junho de 1965, por razões adiante explicitadas, Magalhães Pinto declarou o fim da revolução, pois estaria “comendo as suas próprias entranhas”.⁴¹

Os militares, profundamente sensíveis à honra, revoltavam-se diante de tais vituperações – normais no ambiente da vocação política, onde a retórica não necessariamente corresponde à realidade ou a verdade,

preserva reputações ou se avexa em caluniar, difamar e mentir – pois elas colocavam suas lideranças em cheque.

A área acadêmica e estudantil, onde a infiltração esquerdista e comunista tinha sido exitosa, nunca foi pacificada. Sua permanente mobilização contra o novo regime foi ganhando cada vez mais impulso, particularmente após a reorganização do Partido Comunista e das diversas facções esquerdistas radicais que viriam a desencadear, mais à frente, a luta armada, tendo sido o campo estudantil o mais fértil para a arregimentação de militantes. As reformas nessa área, até mesmo as que se mostrariam positivas no futuro, apenas, agravavam o conflito.

Na verdade, Castelo Branco, imbuído do espírito reformista, iria assumir todas as bandeiras das reformas de base de João Goulart, dessa vez, portador das condições governativas que a crise de hegemonia negara àquele Presidente. De uma forma ou de outra iria enfrentar as questões bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias. A questão agrária, novamente sob objeções dos conservadores, seria equacionada com a edição do Estatuto da Terra, pela Lei 4.504, de 30/11/1964, vigente até os dias atuais.

Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e liderados, discordantes dos rumos adotados, menos rigorosos que o desejado por eles, permaneceriam em constante oposição aos desígnios do Presidente Castelo Branco. Em determinados momentos, essa frente de oposicionistas no interior do movimento, causou problemas consideráveis à estabilidade do regime.

Além desses governadores, some-se o ex-Presidente Juscelino Kubitschek e seus muitos liderados; a linha dura, civil e militar; os encarregados dos IPMs; os membros da Liga Democrática Radical (LIDER) e dos movimentos radicais de direita – Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC), todos de inspiração nazi-fascista; os descontentes da Marinha com a questão da aviação embarcada, criação do Ministério da Defesa e com os rumos da revolução; elementos revolucionários históricos que se julgavam excluídos; os reacionários descontentes com as reformas, particularmente trabalhista e agrária; produtores rurais, industriais, cafeicultores; dentre muitos outros. Castelo governaria sob intensa pressão.

Muitos dentre os descontentes advogavam constituírem-se “forças autônomas” dentro da revolução, vale dizer que seguiam, apenas, o que consideravam apropriado para alcançar seus objetivos. Castelo Branco, em carta ao Ministro da Guerra (Exército), referindo-se aos representantes castrenses, declarou: “Desejo expressar o meu pensamento sobre a atuação de determinados grupos militares que se julgam uma ‘força autônoma’.”

Vários Comandantes, integrados em nossa orientação, não se acham absolutamente de acordo com aqueles grupos que querer constituir-se em 'força autônoma'. Mas não se mostram decisivos com os seus subordinados, alegando, quase sempre, que devem agir com cautela ou 'jeito' para não magoar os faltosos. Ora, nada mais recomendável do que atuar, nesses casos, possuído de meios dissuasórios. É preferível convencer ao invés de impor. Mas, nós sabemos que há um limite para o uso desse método quando se trata de exercício da autoridade.⁴²

Em seu estilo cuidadoso, Castelo Branco se referia aos muitos problemas advindos dessa origem. Sugeria, ainda, a existência de comandantes não integrados. Tratou, também, do problema insolúvel dos IPMs:

É dispensável recordar agora falhas de alguns encarregados de inquéritos. Há, entretanto, via de regra, um desgaste para o Comandante do Exército, para você e para mim quando eles tomam certas providências.⁴³

Os IPMs deveriam ser os principais instrumentos da limpeza. Entretanto, foram parar na mão de militares juridicamente despreparados para enfrentar o cipoal legislativo nacional, gerando contínuos confrontos com o sistema legal vigente.

Os encarregados dos IPMs, muitos movidos por sanha ideológica ou imbuídos, além do razoável, do espírito de limpeza, constituíam uma fonte de tensão e de ameaça permanente à estabilidade do regime. Mas essa não era a única razão das dores de cabeça. Os IPMs eram utilizados para as mais diversas finalidades. Formalmente previstos para serem encerrados em trinta dias, vários permaneciam em aberto passado mais de um ano das suas instaurações. Em casos como o do Rio de Janeiro, onde muitos seus encarregados eram lacerdistas, viraram instrumento político contra os opositores.

Ficou famoso o IPM do Partido Comunista, cujo encarregado, o coronel Ferdinando de Carvalho, quase impediu a posse de Negrão de Lima como governador, após acusá-lo de ter recebido apoio daquele segmento da esquerda, um *deja vu* da eleição e da tentativa de golpe contra Kubitschek. A questão somente foi resolvida, em última instância, pelo Supremo Tribunal Federal; não sem antes, submeter aquele político a inúmeros e constrangedores depoimentos, fato que incomodava Castelo Branco.

Em 25 de abril de 1965, calculava-se que cinquenta mil pessoas tinham sido envolvidos nessa catadupa, sendo dez mil réus e quarenta mil testemunhas, incluídos três mil oficiais.⁴⁴ Nove IPMs ainda estavam em diligências e somente em 11 de setembro de 1965 as prerrogativas concedidas aos encarregados dos IPMs, com base nos artigos 7º e 10 do AI-1, foram suspensas, tendo sido determinado o encaminhamento dos mesmos para a Justiça, o que causou mais conflitos e prisões de encarregados.

Diante desse quadro e considerando-se que os instrumentos disponíveis, quais sejam, a Constituição de 1946 e o AI-1, apresentavam-se circunscritos e inoperantes para encarar as crises, o Presidente da República, após reunião com os ministros militares,⁴⁵ diligenciou pelo encaminhamento de uma Emenda Constitucional que lhe adicionasse alguns poderes,⁴⁶ a fim de contornar os óbices existentes e evitar um prenho catastrofismo que poderia advir da eleição dos governadores de oposição, ao mesmo tempo em que minimizava as pressões da linha dura e da direita radical.

A Constituição de 1946, considerada liberal, na prática, engessava o Poder Executivo, conforme é observado em muitas obras, inclusive acadêmicas, como na já citada tese de Wanderley Guilherme dos Santos.⁴⁷ O AI-1, além das autolimitações, como, por exemplo, a duração prevista até 31 de janeiro de 1966, não atendia às novas exigências. Para agravar a situação, a receptividade no Congresso com a iniciativa governamental foi muito baixa, inclinando o eixo da política presidencial para o vórtice gravitacional militar mais rígido.

Assim sendo, o fio da navalha em que se sustentava o regime tornou-se cada vez mais tênue. Interesses contrariados com as cassações, a reforma trabalhista, a aprovação da reforma agrária sem prévia indenização, a austeridade econômico-financeira ou, ainda, dos atingidos pelos atos e investigações em andamento, dentre outros, retiravam importantes apoios ao novo regime e afetavam a percepção da opinião pública sobre os reais rumos do movimento.

Tudo era habilmente explorado pelos oposicionistas e os aliados do poder. Carlos Lacerda, sem mandato e cada vez mais contrariado, atacou o Presidente da República, chegando a ofendê-lo, levando este último a conclamá-lo a aceitar o resultado das urnas de 03 de outubro de 1965, cujos resultados com a eleição de dois governadores de oposição catapultaram as resistências no interior da revolução. Entre outras vituperações dizia que “Castelo não liderava ‘mais nada. Nem seu próprio governo’.”⁴⁸ Ofensa grave para um governante originado do meio militar.

Outubro foi um mês de crises em todo o segmento castrense,

conforme será adiante relatado, a ponto do Ministro da Guerra ser dado como demissionário.

Em seu discurso na Vila Militar, assim se referiu:

Não sou demissionário. Não é verdadeira a notícia veiculada a esse respeito e, verdadeiramente, trata-se de boato a informação. Tudo o que está sendo ventilado por aí é mentira. O ambiente é de perfeita calma. Disseram que a Vila ia descer, o que não ocorreu, como os senhores estão vendo. Precisamos ter muito cuidado com os boatos, pois os boatos pertencem à técnica comunista. É a arma deles; dos comunistas, que querem lançar a perturbação no país. *As Forças Armadas não são organizações políticas, não lhes cabendo, portanto, decidir se deve dar posse ou não aos eleitos.* A decisão é do Presidente da República e do Congresso. *Querem dar às Forças Armadas um poder que elas não têm. As Forças Armadas apoiam um poder, e esse apoio será dado, irrestritamente, ao Presidente da República.* Se ele disser: dê posse aos eleitos, eles tomarão posse; se ele disser: não dê posse, os eleitos não tomarão posse.⁴⁹

Em 20 de outubro de 1965, a crise latente com o Judiciário agravou-se, ocasião em que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ribeiro da Costa, ao tomar conhecimento do teor da propalada Emenda Constitucional, declarou sua contrariedade com o aumento de membros daquela alta corte, considerando-a inconveniente e inútil, acrescentando “que já era tempo de os militares se compenetrarem de que, nos regimes democráticos, não lhes cabia papel de mentores da nação e que deviam deixar a política e regressar aos quartéis”.⁵⁰ Tais comentários foram tomados como grave ofensa.

Por tudo isso, a revolução balançava. Após diversas pressões, inclusive sobre o Legislativo, verificada a falta de condições para a aprovação das propostas emanadas do Executivo por aquele poder,⁵¹ em 27 de outubro de 1965, foi editado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), o qual, reafirmando o poder originário da revolução, autolimitava sua vigência até a data da posse do próximo Presidente da República, em 15 de março de 1967.

Ao mesmo tempo, produzia alterações na Constituição de 1946, das quais se destacam: foro especial para civis em crimes relacionados com a segurança nacional, o que na prática remetia os IPMs para a Justiça Militar; eleição indireta para Presidente da República e Vice-Presidente da República; suspensão de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juizes; extinção dos partidos políticos; exclusão de apreciação dos atos do Comando Supremo da Revolução pelo judiciário; e regulação da

decretação de recesso do Congresso, das Assembleias Estaduais e das Câmaras de Vereadores pelo Presidente da República.

Apesar disso, o desejo de Castelo Branco de entregar o poder para um Presidente Civil, naquela data aprazada para o fim da vigência do AI-2, com uma nova Constituição para o país, permanecia vivo. Ademais, previa a criação de uma Lei de Imprensa,⁵² uma nova Lei de Segurança Nacional⁵³ e uma Reforma Administrativa⁵⁴. Acreditava que com essas condições estaria criando os instrumentos governativos que estavam ausentes na Constituição de 1946 e na legislação comum e que permitiriam ao próximo Presidente a realização de um governo democrático.

O AI-2, solução de compromisso entre a linha dura e os legalistas (moderados), ensejou maior integração na base de sustentação do governo, notadamente entre os militares, empresários, políticos, inclusive governadores, mídia e opinião pública, dentre outros segmentos conservadores, adicionando maior coesão em suas hostes, particularmente no centro de gravidade militar. Sobre o assunto, o jornalista Carlos Castelo Branco pronunciou:

[...] deverá ter tido o seu instante hamletino no Poder, quando se viu compelido a assinar o Ato Institucional nº 2. Se não o fizesse, ele provavelmente teria sido derrubado. Que teria sido melhor para o país, sua queda *en beauté*, ou a sua sobrevivência nos moldes em que se deu com o sacrifício de uma ordem jurídica já abalada e contestada?⁵⁵

Em contraposição, aumentou o descontentamento entre os que apostavam no fracasso do movimento revolucionário, entre os segmentos de esquerda e aqueles cujas ambições ficavam frustradas, tais como: Juscelino Kubitschek,⁵⁶ particularmente após a sua cassação e a prorrogação do mandato presidencial, que ocorreu, inclusive, contra a vontade do Presidente em exercício; e o ex-governador Carlos Lacerda, o qual estimulava um segmento militar mais radical a não aceitar a posse do governador Negrão de Lima na Guanabara.

A consolidação no centro gerava uma reação de afastamento e polarização de posições entre tais segmentos oposicionistas, levando-os a dissensões internas quanto ao procedimento a ser adotado na contestação ao regime que se fortalecia, inclusive no âmbito político.

O AI-2 contribuiu para a extinção dos numerosos partidos políticos. Apoiado em legislação consecutiva (a Lei nº 4.740/65) criou exigências que, na prática, condicionavam à existência de, apenas, dois partidos, ao mesmo tempo em que realizava outra das aspirações de muitos pensadores

civis e militares, críticos da fragmentação da atividade político-partidária, considerada como uma das razões de ingovernabilidade do país, ao instituir a eleição indireta para Presidente da República. Eliminou, também, a recepção de salários por vereadores, medida muito impopular entre os políticos, acostumados a usufruir do dinheiro público, embora simpáticas à opinião pública.

Para a mentalidade militar, mais acostumada com os contrastes entre o preto e o branco, seriam boas essas e outras soluções, apesar de que contrariavam a mentalidade dos políticos, mais afeita ao espectro difuso e flexível do cinza.

Com os campos político e militar relativamente serenados, o governo Castelo Branco orientou-se para a transferência do poder aos civis e a elaboração de uma nova Constituição. Entretanto, firmou-se, cada vez mais, a candidatura do General Arthur da Costa e Silva, apesar da contrariedade presidencial. Apoiada pelos políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e pelos militares, onde gozava de prestígio, muito do qual adquirido em seu período no Alto Comando Revolucionário, foi homologada pelos convencionais daquele partido em 26 de maio de 1966.⁵⁷

Cioso das suas prerrogativas presidenciais, Castelo Branco não abriu mão de ditar as regras para a sucessão. Cercado por ambições e pressões de todas as ordens, em mandato reduzido que não quis estender mais do que já tinha sido aumentado contra a sua vontade, de março de 1966 para março de 1967, e com o ministro da Guerra arvorado de candidato a candidato, encaminhou extenso documento, do qual se apresenta brevíssimo extrato. Inicia com um histórico e apresenta algumas mazelas:

[...] A candidatura Costa e Silva já teve um episódio de lançamento, sem, entretanto, o seu formal engajamento.

[...] O primeiro Governo teve que optar pelo enquadramento legal, ao invés de enveredar pela ditadura. Aí reside a primeira dissensão revolucionária, a dos partidários do regime de exceção. Outra grave divergência está em não adotar, com a antecipação de cerca de dois anos, a candidatura Lacerda. E a terceira decorreu do fato de não se entregar à coordenação política exclusivista e desejada pelo governador Magalhães Pinto. Além da oposição (MDB) e elementos contrarrevolucionários (cassados, esquerdistas, subversivos etc), aproveitarão o processo da sucessão elementos da primeira dissensão, talvez de uma das duas outras, ou mesmo de ambas, para combater o atual Governo, perturbando-o ou enfraquecendo-o, até, se possível, derrubá-lo. Logo, qualquer candidatura não pode partir desses grupos ou

surgir com a participação deles. É um raciocínio simples, mas muito racional. Pois todos os grupos citados, em maior ou menor escala, fazem conspiratas contra o Governo. Este, entretanto, pensa e age em defesa da Revolução.

A opção adotada tem permitido, passo a passo, a queda dos elementos e a eliminação de outros fatores de desgoverno do Brasil. Oligarcas estão por terra, maus políticos se arredam, novo estilo de governo — responsabilidade, honestidade e autoridade — se amplia. Por outro lado, a administração se aprofunda com um programa e reformas se processam. A remodelação das Forças Armadas está iniciada. Então, o 1966 deverá ser consagrado ao prosseguimento de tudo isso.

[...] Alguns elementos radicais do Exército — uns se dizem da Linha Dura, outros dispostos à ditadura, alguns vinculados a setores políticos inconformados — desejam precipitar as operações da sucessão mesmo com a divisão das Forças Armadas. Em meio desse ânimo, elementos entusiásticos da candidatura Costa e Silva propugnam, por conta própria, a sua intempestiva adoção. Vê-se, então: um lançamento desordenado, pois antes da formação e fora da ARENA; não considerar a existência de responsáveis pela política nacional, inclusive o Presidente da República; incursão nos meios da oposição em busca de adeptos; apresentação de aspectos de oposição ao Governo; agitar os meios militares para formação de pressão, crescente e triunfante; etc. Já houve mesmo a previsão incrível de o ministro da Guerra permanecer na pasta com atos, posição e destino contrários ao Presidente da República.⁵⁸

Sobre a sucessão, traçava um roteiro para as candidaturas:

a) a precipitação do lançamento de qualquer candidatura é uma perturbação aos trabalhos governamentais e um desserviço ao próprio candidato; b) só na ARENA as candidaturas devem ser lançadas, sem prejuízo necessariamente das manifestações da imprensa, correntes de opinião pública etc; c) a pressão militar, além de altamente perturbadora (pronunciamentos e atuação de grupos desatinados ou livres do controle dos chefes), prejudicará o candidato de seu interesse e trará a divisão nos meios das Forças Armadas; o Governo tudo fará para dominá-las; d) a esta altura da evolução política do Brasil, não é possível permitir que um ministério civil ou militar se transforme em centro de propaganda de candidato; e) o candidato escolhido deverá atender, não só à continuidade da Revolução e à

não invalidação das atividades governamentais de 1966, como também às implicações políticas e militares da conjuntura nacional.⁵⁹

A determinação apoiada em medidas constitucionais e legais já implantadas, a serem tratadas mais adiante, tinha diversos recados e endereços, dentre os quais: que não haveria candidatura militar, muito menos ocupando ministério; se Costa e Silva desejava ser presidente, deveria se filiar a ARENA, deixar o ministério, o que, no caso dele, significava passar para a inatividade e concorrer como civil, em convenção.

Embora considerado da linha legalista e moderada, Costa e Silva se deixou cortejar pela linha dura, civil e militar, assumindo-a sob sua liderança. O fiador dessa corrente era o seu próprio Chefe de Gabinete, o general Jayme Portella, considerado um representante daquela facção. Suas atitudes reforçavam seu prestígio com esse segmento e possibilitavam a ampliação da sua base de sustentação política. Entretanto, se por um lado, contribuíram para adicionar estabilidade na fase inicial da consolidação do regime, por outro, tornaram-no refém das suas reivindicações, as quais o conduziriam por veredas que ele, possivelmente, não desejaria e que lhe cobraria, talvez, um preço impagável, sua própria vida, como será explanado mais a frente.

Em primeiro de julho de 1966, após desincompatibilizar-se do seu cargo de Ministro da Guerra e passar para a reserva, atendendo à nova legislação, Costa e Silva deu início à campanha pela indicação do seu nome. Em viagem ao Nordeste, realizada entre 23 e 26 de julho de 1966, por ocasião da sua passagem por Recife, seu avião apresentou problemas e ele teve que prosseguir sua viagem de automóvel.

Na ocasião, na hora prevista para a sua chegada no saguão principal do aeroporto dos Guararapes, às nove da manhã, foi executado um atentado à bomba que ocasionou injúrias em diversas vítimas.⁶⁰ Perpetrado por militantes esquerdistas radicais, causou duas mortes, dentre as quais um almirante, e mais de uma dezena de feridos, inclusive de uma mulher e uma criança.

Esse ato de violência político causou comoção nacional e profunda impressão em Costa e Silva, principalmente porque ficou claro contra quem se dirigia. Ao mesmo tempo, sua estruturação diferenciava-se das tentativas de uso de medidas radicais posteriores a 31 de março de 1964, pois adotava claramente o terrorismo político como tática de ação.⁶¹

Suas verdadeiras repercussões históricas estão para ser desveladas, particularmente porque foi uma das primeiras manifestações de desafio da esquerda radical que estava se iniciando e cujas consequências

seriam, ainda mais, terríveis para o país e sua frágil tentativa de retomar a democracia.

Em 03 de outubro, o Congresso Nacional elegeu o novo Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, por 295 votos de um total de 472 congressistas, com a ausência do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que não apresentou candidato, sob a alegação de que não concordava com o sistema vigente. Alguns de seus membros acabaram aderindo à candidatura, confiando nas promessas de redemocratização.

Em 15 de novembro de 1966, fechando o quadro eleitoral, realizaram-se as eleições para o Congresso Nacional, com a substituição de um terço do Senado e toda a Câmara dos Deputados. Para um eleitorado de vinte e dois milhões de votantes, compareceram às urnas dezessete milhões, quase 80% do eleitorado, número muito superior à média histórica.⁶²

A ARENA elegeu quatorze senadores e 227 deputados federais; o MDB oito senadores e 132 deputados; implicando em representação de 45 senadores e 277 deputados federais da ARENA; e de 20 senadores e 149 deputados do MDB. Esse resultado, obtido sob condições de liberdade de imprensa,⁶³ concedia folgada maioria para o governo, o qual recebia a aprovação popular para as medidas que vinha implementando. A boa posição alcançada foi complementada pelos resultados obtidos nas Assembleias Legislativas Estaduais, onde a ARENA fez maioria em quase todas elas, com a exceção da Guanabara.⁶⁴

Castelo Branco não se deu por satisfeito. “Formal, o espírito apegado à disciplina da lei, Castelo considerava uma nova Constituição inseparável da institucionalização do movimento vitorioso”.⁶⁵ Após as eleições, imbuído em restaurar as instituições democráticas e implementar as medidas consideradas necessárias à restauração da governabilidade, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Constituição que já vinha sendo objeto de discussões há algum tempo. “Seria não somente a implantação de uma ordem jurídica, exprimindo os ideais da Revolução, e consolidando normas dos Atos Institucionais e Complementares, mas também o término do processo revolucionário”.⁶⁶

Fiel aos conselhos de Milton Campos, por quem nutria profunda admiração, entendia que “A Revolução há que ser permanente como ideia e inspiração, o processo revolucionário há de ser transitório e breve”, “para evitar a consagração do arbítrio”.⁶⁷

O Presidente, desde abril de 1966, já encarregara uma comissão de juristas notáveis da confecção de uma proposta,⁶⁸ a qual considerou conservadora e pouco inovadora em relação àquelas de 1934 e 1946; limitada, em relação às prerrogativas consideradas necessárias, por Carlos Medeiros, para a instauração de uma Constituição normativa, com

governo forte, embora não ditatorial; e ausente das medidas que haviam acelerado os processos legislativos, avaliado como estático e uma das causas dos acontecimentos em 1964. A solução de reforma constitucional por Lei Ordinária, também, não lhe agradou.

Embora esse projeto tenha sido conduzido pelas mãos calejadas de Carlos Medeiros, não foi concluída sob a sua inspiração. Muitos políticos e pensadores, dos mais variados matizes, apuseram-lhe suas ideias, sob o beneplácito do Presidente, entre eles: Daniel Krieger; Bilac Pinto, então embaixador em Paris, de onde observava as mudanças impostas por De Gaulle do alto de sua própria experiência; Francisco Campos, que teve a proposta recusada do “estado de emergência” – inspirado no art. 16 da Constituição Francesa, sob a alegação de que “somente uma Constituição que fortalecesse o governo, assegurando-lhe instrumentos adequados para o exercício do poder, evitaria que o país caísse numa ditadura à vista das primeiras dificuldades” – e que seria, posteriormente, considerado, por sua ausência, a causa do AI-5; Vicente Rao, um dos que se opuseram a essa alternativa; Afonso Arinos; Pedro Aleixo; uma enorme quantidade de emendas da situação; e 1.800 emendas da oposição.⁶⁹

O projeto da nova Constituição deu entrada no Parlamento em 13 de dezembro de 1966. Para facilitar seu andamento, até a transferência do governo ao seu sucessor em 15 de março de 1967, declarou revogados os artigos 15, que tratava da cassação e suspensão dos direitos políticos, e 16, regulador dessas condições, do AI-2. Premido pelo exíguo espaço de tempo, o Presidente, em uma das suas muitas apreciações sobre o andamento dos trabalhos congressuais, não esqueceu de solicitar a Ministro da Justiça:

A emenda constitucional que regula o militar candidato e o militar eleito não está transcrita. É uma das grandes conquistas da Revolução. Basta dizer que resolveu o problema do sargento político e do oficial desejoso de ser político. Nada de carreiras paralelas. Peço considerar o assunto, e também cotejar a emenda com este artigo.⁷⁰

Em 24 de janeiro de 1967 a Constituição foi promulgada pelo Congresso Nacional, o AI-2 revogado e o Presidente Costa e Silva assumiu o Executivo em 15 de março de 1967, em um contexto que sugeria um caminho de retorno à democracia.

Ao contrário de João Goulart que ao entrar na política possuía alguns poucos hectares e ao deixá-la era um dos maiores, senão o maior, latifundiário do Brasil, com mais de cem mil hectares de terra,⁷¹ Castelo Branco voltou para o mesmo apartamento que possuía antes da assumir a Presidência da República, na rua Nascimento Silva, em Ipanema, no Rio de Janeiro.

Apesar de não ter sido no campo econômico sua realização de maior destaque, deixou um legado de 9,7% de crescimento, nos três anos de seu governo, correspondendo a 2,9%, 2,7% e 3,8%, entre 1964 e 1966.⁷²

Desafio da Esquerda Radical⁷³

Nesse contexto de transição política do governo Castello Branco, a empreitada esquerdista, inserida na plataforma de João Goulart, desde o seu fracasso, restava na esperança de que houvesse um retorno ao *status quo ante*, qual seja, de retomada na continuidade da inclinação inexorável para a esquerda, até aquele ponto que Nelson Werneck Sodré já considerava alcançado em 1964.

O firme encaminhamento do processo para áreas distantes daquela almejada pelos próceres do regime anterior redundou em diversas atividades políticas e estratégicas antagônicas por parte daqueles aliados do poder, de seus ideais, objetivos ou interesses.

Logo após o estabelecimento do Regime Civil e Militar, na reunião do Comitê Central Partido Comunista do Brasil (PCB), em maio de 1964, despontaram divergências quanto aos rumos a seguir entre radicais e moderados. Na reunião de julho, os integrantes do PCB Mário Alves, Carlos Marighela, Jacob Gorender, Jover Telles e Apolônio de Carvalho advogaram a impossibilidade do movimento revolucionário alcançar as ‘reformas por meios pacíficos’ e pregaram a necessidade de preparar as massas para resistir ao golpe revolucionariamente.⁷⁴

Entretanto, o PCB não detinha o exclusivismo das atividades comunistas no país, apesar da sua importância. Vale registrar, por exemplo, uma outra importante organização comunista, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) que, embora tenha sido reorganizado com esse nome em 1955, possuía uma longa descendência de outras organizações anteriores, cujas origens remontavam ao próprio PCB. O PORT, por exemplo, nunca renunciou à violência como instrumento de luta e teve intensa participação nas Ligas Camponesas, no Movimento dos Sargentos e nos Grupos de Onze de Leonel Brizola.

Essas divergências na esquerda comunista existiam, pelo menos, desde que o PCB havia renunciado à luta revolucionária e ao uso da violência,⁷⁵ assumindo a tese kruscheviana da “coexistência pacífica”, a qual se acirrou, particularmente após as dissensões ocorridas por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ocasião em que Nikita Krushev, além de apresentar as atrocidades cometidas por Josef Stalin, conclamou seus seguidores do comunismo a não violência com os governos democráticos de estilo ocidental, substituindo

a inevitabilidade do choque (da luta armada) entre esses dois mundos pela luta ideológica e a infiltração nas massas. O PCB, confiante na sua capacidade de infiltração e organização, conforme bem assinalava Sodré, acreditava que dispunha dos meios necessários ao enfrentamento político e ideológico com o Regime Civil e Militar no Brasil.

Além disso, para reforçar a confiança dos comunistas, existiam os vaticínios – embasados no determinismo das interpretações histórico-estruturais marxistas – de que aquele regime teria duração efêmera. No entendimento de seus intelectuais mais destacados, em função das contradições e tensões decorrentes do estágio de evolução econômica que se encontrava a sociedade brasileira, o novo governo teria o seu fracasso iminente assegurado.

Pensadores de esquerda, cepalinos, comunistas, esquerdistas de várias origens, populistas etc, acreditavam piamente na estagnação econômica estrutural da economia brasileira, estando o regime predestinado ao imediato fracasso político e econômico.⁷⁶ Embasados em suas convicções, quase religiosas, mantiveram tais crenças mesmo depois do sucesso das medidas adotadas pelo governo Castelo Branco, usufruídas por Costa e Silva e que redundaram no milagre brasileiro, já no período do general Médici.

Alguns militantes mais radicais, mesmo fiéis à interpretação *stalinista*,⁷⁷ permaneceram no PCB, inclusive no Comitê Central.⁷⁸ Entretanto, formaram um grupo organizado, a partir do V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960. Durante as providências para a legalização do PCB, adotadas a partir de março de 1961 – que incluíram: a alteração da sua denominação para Partido Comunista do Brasil e a retirada dos termos “marxismo-leninismo” e “internacionalismo proletário” – a dissidência se acirrou e, em outubro de 1961, a linha *stalinista* foi expulsa do PCB.

Essa divergência redundou na fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entre 11 e 18 de fevereiro de 1961, em São Paulo, o qual manteve a linha de opção política pela luta armada como instrumento indispensável para a resolução do conflito com o capitalismo e, em 1963, definiram-se pelo alinhamento aos Partidos Comunistas da China e da Albânia. Com a instauração do Regime Civil e Militar, essa agremiação praticamente, não foi atingida na sua estrutura e, após 31 de março de 1964, direcionou suas energias para a luta armada no campo e iniciou a preparação de uma guerra popular.

Além do PC do B, outra organização de origem intelectual burguesa e discordante do PCB, amalgamada a partir da integração de diversas tendências comunistas, notadamente *trotskistas*, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO), que ficou conhecida como POLOP,

foi fundada, no interior de São Paulo, em fevereiro de 1961.⁷⁹

Nesse contexto, merece destaque, ainda, a Ação Popular (AP). Com raízes na Ação Católica (integralista) do Cardeal Leme, após a sua dissolução por Getúlio Vargas (em 1937) e a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial, transmigrou-se para a esquerda, sob a influência do bispo católico D. Hélder Câmara.⁸⁰

Posteriormente, os jovens católicos, suficientemente organizados e independentes, criaram seu próprio movimento de esquerda, a Ação Popular, a qual iria radicalizar-se e exercer grande influência no meio estudantil após 31 de Março de 1964, chegando ao ponto de expelir quadros fiéis ao catolicismo, estes por discordância da metodologia que desconsiderava o sacrifício da vida humana em prol dos objetivos políticos.

Essas organizações comunistas, dentre tantas outras não citadas,⁸¹ tiveram ativa participação nos acontecimentos que antecederam ao Movimento Civil e Militar de 31 de Março de 1964, a partir do qual suas atividades, independentemente dos movimentos envolvidos, dividiram-se em duas vertentes: uma enraizada na Teoria do Foquismo⁸² (de inspiração cubana), mais afeita ao interior (o campo); e outra de caráter guerrilheiro urbano.

O atentado em Recife contra Costa e Silva, em 25 de julho de 1966, ocorrido juntamente com outras explosões na cidade, deu seguimento a uma ofensiva planejada e desencadeada por grupos da esquerda radical que, apesar de ausentes de coordenação central, possuíam objetivos claros: desafiar e, se possível, derrubar o regime vigente.

A estratégia era simples. Confiando na reação governista, esperavam massificar a resistência, que deveria ocorrer naturalmente a partir dos estragos causados pela repressão e pelos danos colaterais originados de um sistema tosco e despreparado para enfrentá-los. Para isso contavam com o competente trabalho, realizado por seus atentos recrutadores, a fim de arregimentar corações e mentes de estudantes universitários e secundaristas, para lançá-los contra a máquina de moer carne do regime, visando à instauração da democracia... comunista.

Em agosto, uma bomba explodiu no Cine Itajubá, em Santos, e no mês seguinte várias bombas explodiram na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e eram fortes os indícios de sabotagem num choque de trens ocorrido na Baixada Fluminense, com trinta e cinco mortos.

Apesar desses desafios e de outros originados dos diversos setores insatisfeitos,⁸³ o governo Castello Branco prosseguia com as suas metas de restabelecer a normalidade democrática. Em 03 setembro de 1966, as Assembleias Legislativas de doze Estados,⁸⁴ em votação indireta, elegeram

os novos governadores, configurando um cenário em que dezessete eram considerados como da situação e quatro de oposição.

Em 21 de outubro de 1966, o Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN),⁸⁵ ainda realizou um atentado à bomba contra o monumento do Barão do Rio Branco em Montevideu, símbolo da inutilidade das táticas e estratégias dos radicais da esquerda.

Em novembro de 1966, o desligamento oficial das dissidências universitárias do PCB fez com que o controle do Movimento Estudantil da Guanabara passasse aos estudantes que defendiam a luta armada.

A esquerda radical, na estruturação da sua revanche política, contribuía decisivamente para fragilizar a linha de ação governamental que pretendia restaurar o institucionalismo democrático. Ao mesmo tempo, fornecia munição para o protagonismo da linha dura e dos radicais de direita. Minando a frágil tessitura do novo regime facilitava a armação da sua derrocada. O próximo lance teria a assinatura fatal da direita.

Desafio da Direita e dos Radicais⁸⁶

Em trabalho anterior, abrangendo o período de 1946 até 1964, foram descritas inspirações, atividades e implicações para o Brasil, as relações civis e militares, a segurança e a defesa nacional das facções radicais de direita.⁸⁷ Nesta subseção, far-se-á breve resumo daquelas explanações, a fim de permitir a compreensão dessa atuação no contexto atual.

Antes de 1964, as inspirações motivadoras para os grupos de direita e radicais, conforme o entendimento esposado,⁸⁸ possuíam as seguintes raízes: a Guerra Fria; uma atuação compensatória a qualquer indício de tendência sistêmica à esquerda, particularmente sob a égide comunista; aquela originária do inconformismo com o próprio “sistema” e o “jogo”, nomeadamente a corrupção; e a percepção de componentes históricas, políticas, sociológicas e militares, que alimentavam as tendências anteriores.

Existiam outras vertentes que foram abordadas no trabalho anterior. Trata-se dos influxos provenientes do moralismo,⁸⁹ do integralismo⁹⁰ e do catolicismo conservador e autoritário, dos quais se falou *en passant* nas bases teóricas. Não foram incluídas entre as variáveis consideradas desta obra para não tornar mais complexas do que já são aquelas elencadas e porque, efetivamente, não exerceram, neste novo período, a mesma influência nos acontecimentos como no anterior. O que se quer ressaltar é que não permaneceram inertes.

A substância ativa comum que nutria todas essas raízes era o anticomunismo, cujas origens, antes de qualquer outra influência,

apresentavam conteúdo fortemente amparado na história pregressa do País, mas tinham muito a ver com o seu prognóstico futuro.

Henrique Couto Ferreira Mello, integrante destacado de um primeiro instante de atuação dos grupos radicais, particularmente contra Lott, adiciona luzes, ao se referir à influência exercida pelo Clube da Lanterna que funcionava na casa do, então, jornalista Fidélis dos Santos Amaral Neto e tinha como um de seus mais destacados líderes o deputado federal Carlos Lacerda. “A gente enxergava o Lacerda como o salvador da Pátria”.⁹¹

A ideia de “salvar a pátria” ou “salvar o Brasil” era claramente integralista. Amaral Neto, por exemplo, havia labutado, de 1945 até 1949, como jornalista no *Correio da Noite*, dirigido por Dom Hélder Câmara, ainda na sua fase conservadora (integralista).

O Clube da Lanterna,⁹² ninho de radicais de direita, havia sido fundado, no Rio de Janeiro, por Carlos Lacerda, em 28 de agosto de 1953, para combater o governo do Presidente Getúlio Vargas. Lacerda era um dos ideólogos mais significativos para os radicais de direita.⁹³ Sob a cobertura da revista *Maquis* e do jornal *Tribuna da Imprensa*, a entidade teve importante atuação na crise que redundou no suicídio da Getúlio Vargas. Após provocar diversos conflitos, o clube foi extinto por Decreto do Presidente Juscelino Kubitschek, datado de 24 de novembro de 1956, passando seus membros para a clandestinidade.

Existiam, ainda, numerosos grupos civis e militares, de inspiração integralista, nazista ou fascista que atuavam aberta ou veladamente; instituições, entidades e organizações que serviam como celeiros para o florescimento do radicalismo.

Além das plataformas oferecidas pelos partidos políticos, jornais, revistas, rádios, clubes, inclusive os militares, de orientação conservadora, podem, ainda, ser citadas:⁹⁴ Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada em 1960 por Plínio Corrêa de Oliveira, cuja atuação em defesa dos valores inscritos em seu título e mais no anticomunismo ferrenho datavam de muito antes;⁹⁵ Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), projeto lançado por Plínio Salgado a partir de 1952 para disseminar o ideário Integralista, com existência até os dias atuais, sem as conotações originais e os radicalismos da época; Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que teve sua origem formal em 1962 na Universidade Mackenzie de São Paulo, mas que apresenta registro de atuações anteriores a esta data; a Liga das Nações Cativas;⁹⁶ e as Academias Militares que, também, tinham papel importante na doutrinação política, embora isso não ocorresse de forma institucional, mas por “osmose”, vale dizer, passada pelos próprios companheiros, nesse sentido, atuando como plataformas para as tendências à direita e à esquerda.

Uma dessas muitas organizações relatada por José Amaral Argolo em suas obras trata do denominado Grupo Secreto, que teve atuação antes de 31 de março de 1964, embora sem essa denominação, e que prosseguiu ativamente após.

Em resumo, no que tange às inspirações políticas, ficaram configuradas as influências integralista (idealística e cívica), udenista e golpista na formação da visão de mundo daqueles grupos de direita e radicais. No aspecto ideológico, sobressaíam o viés anticomunista e as ideias salvacionistas e heroicas.

Da vertente política, histórica, sociológica e militar, surgira uma ampla formação reativa a um leque de estímulos, dentre os quais se destacam os ideológicos, às ações governamentais e legislativas e às personalidades, principalmente, aglutinadas nas figuras de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Henrique Lott, dentre outros; atuantes como catalisadores, verdadeiros para-raios, das frustrações, raivas e ódios de uma extensa gama de oficiais das três forças singulares contrárias ao populismo. Posteriormente, seriam adicionados a essa plêiade Leonel de Moura Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião e muitos mais.

Após a instauração do “regime”, iriam se voltar, também, contra figuras de destaque do momento: Castelo Branco, Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva, Heitor de Aquino Ferreira, João Batista Figueiredo, Roberto Campos, Bulhões de Carvalho, Delfim Netto etc.

Lembre-mo-nos de Marcel Merle, conforme descrito anteriormente, e de que os fenômenos sociais apresentam componentes cognitivos/rationais (interesses frios), afetivos/emocionais (interesses valorados) e psicomotores/voluntarísticos, entendendo-se que as influências das representações, em qualquer desses acontecimentos, manifestam uma preponderância de conteúdo emocional, devido aos aspectos psicológicos envolvidos, que, no caso das ideologias, envolve escolha e adesão voluntárias.

Acrescentemos as diversas síndromes de origem psíquica que soem acometer os seres humanos, tais como: paranoias, manias de perseguição, complexos psicológicos,⁹⁷ fanatismos, xenofobias, preconceitos e, até mesmo, a busca de prestígio em decisões variadas que não obedecem a nenhuma racionalidade, para enfatizar o quanto dessas opções nasce e se desenvolve sob tais referências.

A Ciência Política presta pouquíssima atenção a todas essas condicionantes. Prefere analisar ações e atores. Os recrutadores de todos os naipes prestam enorme atenção. São os homens que procuram as ideologias ou são sorvidos por suas servidões e se encaixam nelas? Estude-se os fanáticos, de direita e de esquerda, personagens que costumam transitar de um polo a outro, como Dom Hélder Câmara, ex-integralista,

ou Carlos Lacerda, ex-integrante do PCB, dentre tantos outros.

Portanto, no apanhado dos grupos da direita radical do período anterior a 1964, assim como nos da esquerda de mesmo matiz após 1964, vai se encontrar uma conjunção deletéria de condicionantes históricas, sociológicas, decorrentes das representações (crenças, mitos, ideologias e utopias), das síndromes de origem psíquica e de diversas contrariedades, no caso com a situação vigente, o *establishment* (o sistema e o jogo), a manipulação, pelos políticos e governos, dos altos comandos militares em prol da política de curto prazo e, ainda, pelas perseguições aos discordantes.

Para completar o quadro da vertente histórica, sociológica, psicológica e militar, ressalta-se a ativa participação comunista nesse último segmento, a qual era, também, fomentadora da reação conservadora e radical. Essa pugna, em diversas ocasiões, chegou às vias de fato, causando, inclusive, numerosas mortes, como na Intentona Comunista; fora as injúrias de toda a ordem, ocorridas em quase todos os eventos de violência política antes de 1964, particularmente após 1946, onde, por trás das ações realizadas, sempre estavam os elementos mais aguerridos da esquerda e da direita. Os radicais de ambos os lados não se intimidavam com as possíveis reações e levavam suas ações a extremos.

Mesmo assim, mantinham a sua capacidade de mobilização intacta, recebendo incremento sensível em termos de participantes, financiamentos – inclusive estrangeiro – armamentos, equipamentos e explosivos, para apoiar suas ações.

Por exemplo, no período anterior ao Movimento Civil e Militar de 1964, os representantes da direita radical foram capazes de realizar levantamento financeiro para: deslocamento por via aérea em todo o território nacional, por meio da Empresa Aérea Cruzeiro do Sul,⁹⁸ com possibilidade de aplicação para a obtenção de passagens aéreas para qualquer destino nos aviões dessa companhia e da Viação Aérea do Rio Grande do Sul (VARIG), sendo a Viação Aérea de São Paulo (VASP) utilizada com o apoio do governo de São Paulo; além de fabricar e adquirir armas, inclusive antitanque, e munições.⁹⁹

Com isso, conseguiram imiscuir-se na articulação de seis grandes grupos de conspiradores antes de 1964: do general Costa e Silva, do general Mourão Filho, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), do IPES/IBAD, da Marinha (almirante Sylvio Heck) e da Força Aérea (brigadeiros Fernando Melo e os três *m*: Brigadeiros Grün Moss, Antonio Guedes Muniz e Márcio de Souza e Mello).

O radicalismo de direita, então, estava majoritariamente distribuído entre estes grupos, às vezes atuando em consonância com eles, outras

como força autônoma. João Paulo Moreira Burnier, um destacado militante de um deles, assim se refere ao período:

Que o nosso grupo, que era o grupo da revolução que eu fazia, que eu era o chefe, o líder, nós tínhamos muitos oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, divididos em 33 grupos. Cada grupo tinha três oficiais. Bom, e aumentaram esses grupos com adesões depois de civis e de outras pessoas quaisquer, mas sob o comando desses três oficiais em cada grupinho desses.¹⁰⁰

E complementa acentuando que “tinha grupo que chegou lá a ter 15 civis adeptos. Então esses grupos eram criados, eram juntados, então uma coisa inicial que foram cerca de cem homens, passou no final, quando terminou a revolta, a ter mais de trezentos nesses 33 grupos”, além disso existia “um grupo de número 33, que era da Escola do Estado-Maior do Exército, formado por oficiais, só por oficiais da ECEME”.¹⁰¹

Em 19 de maio de 1962, alguns dos futuros membros do Grupo Secreto quase realizam um atentado à Exposição Soviética, instalada no Campo de São Cristóvão, Rio de Janeiro, o qual não ocorreu por divergência entre os participantes e redundou em denúncia, investigação, prisões e, até mesmo, na já citada Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo Deputado Federal Rubens Paiva, que redundou no fechamento do IBAD, o braço executivo do IPES.

Após 31 de março de 1964, as diversas facções conservadoras, compostas por civis e militares, ficaram representadas, basicamente: pelos moderados, da linha castelista; a denominada linha dura, que consistia em uma constelação de civis e militares, inicialmente, encastelada nos IPMs; e os radicais de direita;¹⁰² estes dois últimos segmentos em cerrada articulação com diversos descontentes com os rumos do regime.

A linha dura, inicialmente, não possuía componentes ou contornos precisos. Entretanto, ganhou importância e fisionomia política logo no início do regime. O Serviço Nacional de Informações (SNI), por exemplo, incluiu essa facção entre os três principais grupos de “opponentes ao governo”.¹⁰³ Embora seja uma pretensão tentar descrever seus representantes, existiam registros identificando alguns no serviço ativo. Entre os militares da reserva e reformados constituíam uma plêiade ainda maior.

O coronel Gustavo Moraes Rego, amigo pessoal do Presidente Castelo Branco, cita alguns expoentes da ativa no Exército.¹⁰⁴ Dentre os coronéis, muitos encarregados de IPMs, Moraes Rego destaca outra parcela no serviço ativo.¹⁰⁵ Na Marinha eram os *Dionnes*.¹⁰⁶

Não estão incluídos, centenas de linhas duras, com intensa

participação política como, por exemplo, o amigo do general Costa e Silva, de quem era conterrâneo, Heitor Lopes de Sousa, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, tropa com atuação marcante e pouco conhecida em movimentos revolucionários e golpes, desde, inclusive, a Proclamação da República. Na Força Aérea, já citados, os 3 *m* e o não menos notório coronel Burnier, este mais para radical da direita.

O ideário da linha dura era ainda mais difícil de delinear. Em abril de 1965, José Costa Cavalcanti, coronel do Exército e deputado federal, irmão do Tenente Coronel paraquedista Francisco Boaventura Cavalcanti Junior, de quem se falará adiante, distribui na Câmara dos Deputados um manifesto apócrifo explicitando que:

A linha dura, guardiã da Revolução, transmite a todos seus membros civis e militares a diretriz que deverá orientar a ação comum no sentido de salvaguardar os ideais revolucionários nos meses que restam no ano de 1965.

Mantendo sua atitude de vigilância e prosseguindo sua ação já comprovada em episódios anteriores em vários Estados da Federação, toma agora posição ao avizinhar-se o recurso às urnas pelas eleições estaduais, por sentir que o inimigo astucioso e pertinaz procura ludibriar a boa-fé do eleitor para tentar restabelecer o *statu quo* antirrevolucionário.

Assim, e dentro do quadro geral do objetivo permanente da linha dura, cabe registrar na presente diretriz os seguintes objetivos atuais: – Vetar o registro a cargo eletivo de candidatos comunistas, subversivos de qualquer jaez, corruptos ou seus prepostos; apoiar o Presidente da República em todas as medidas que tomar com vistas à consecução do objetivo acima.

Atuação, oportuna e enérgica dos militares da linha dura, dentro da diretriz traçada é imperiosa, pois qualquer transigência poderá causar riscos à obra revolucionária,

As direções regionais devem dar ampla e imediata divulgação das atitudes assumidas para que a opinião pública seja devidamente esclarecida dos motivos e elevados propósitos que as determinam.

A linha dura é um estado de espírito, mas age.

a) A Direção Nacional.¹⁰⁷

Da exegese das propostas constantes em numerosos panfletos e manifestos circulantes da direita, pode-se resumi-las nas seguintes reivindicações: extinção dos numerosos partidos políticos, para aglutiná-los em dois; luta contra a corrupção; expurgo dos comunistas de todas

as instâncias participativas; nacionalismo econômico; exclusivismo na interpretação do que seria a revolução, incluindo a tese da hegemonia do poder militar sobre o político, particularmente do Exército; cujo corolário seria o exercício da Presidência da República “como delegação” dessas correntes, mera cumpridora das ideias circulantes, por mais contraditórias que fossem entre si; e, principalmente, um radicalismo repressivo, livre de interferências políticas e judiciais, inclusive quanto aos direitos dos indivíduos.

Um desdobramento importante dessa noção de administração civil e militar do País ficou patente em um manifesto da Liga Democrática Radical (Lider), de que: “o Chefe do Governo nada mais é do que um Delegado do Comando Supremo da Revolução e, conseqüentemente, não pode agir em nenhuma hipótese contrariamente aos ideais revolucionários que se sobrepujaram à própria Constituição”.¹⁰⁸ Seria uma consequência do preâmbulo do AI-1, uma espécie de “soberania revolucionária”, independente das instituições.

Não é necessário reprisar que tais considerações chocavam-se frontalmente com os conceitos de Castelo Branco sobre o papel das Forças Armadas: restrito a uma intervenção institucional temporária, delimitada pelo atingimento dos objetivos da revolução; de busca incessante da restauração Constitucional e legal; de dissociação entre o meio militar e o político; e do governo em equilíbrio com os demais poderes.

Este conflito intrínseco permaneceria pairando entre presidentes e ministros do Exército como uma fonte de tensão permanente, até a crise entre Ernesto Geisel e Sylvio Frota, em 1977.

Mapear a direita radical não é tarefa menos complexa, até porque, muitos a abandonaram, para se acomodar entre os linhas duras e, até mesmo, moderados, escolha que lhes evitava os sobressaltos e desconfortos da primeira opção.

José Amaral Argolo e seus colaboradores aportam contribuição consistente. A rede de conspiradores de direita pode ser parcialmente desvelada a partir das participações dos segmentos conservadores, direitistas e radicais em numerosos eventos antes da eclosão do Movimento Civil e Militar de 1964. As listas de participantes dos movimentos políticos entre 1946 e 1964 são elucidativas. Tome-se os trinta e cinco réus do processo arquivado por Jânio Quadros em junho de 1961.¹⁰⁹ Ver-se-á seus rumos. Seu ideário e atitudes já foram definidos em estudo anterior¹¹⁰ e neste. A maior parte coincidia com os da linha dura, entretanto, sem disposição para mediações.

Desde o início, quando se sugeriu para Castelo Branco a instauração de uma ditadura,¹¹¹ que não foi aceita, numerosos grupos de revolucionários

passaram a hostilizar o novo governo, em busca de uma brecha para atingir os seus objetivos, justamente um regime daquele naipe do que fora recusado.

Tal proposta seria efetivada diversas vezes, particularmente por ocasião das crises. A cada recusa de Castelo Branco, mais agressivas ficavam essas alas revolucionárias. Como dissera Joaquim Nabuco “A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las, e com eles é impossível governar”.¹¹² E eram muitos, matizando o Movimento Civil e Militar de 1964 com uma intensa participação dos segmentos médios da carreira militar, composta por entusiásticos oficiais superiores, intermediários e subalternos.

Nesse contexto, alguns movimentos da direita radical, com atuação legal e ostensiva, empolgaram os instantes iniciais do Governo Castelo Branco: a Liga Democrática Radical (LIDER), que tinha como Presidente o coronel Osnelli Martinelli, encarregado do IPM do Grupo de Onze, da qual faziam parte vários encarregados de Inquéritos e cujo Secretário era o destacado jornalista e conspirador Luís Mendes de Moraes Neto;¹¹³ o Movimento Anticomunista (MAC), fundado por Martinelli na ocasião do restabelecimento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética que, em 1963; o Grupo de Ação Patriótica (GAP), anticomunista, do Almirante Sylvio Heck; a Frente Patriótica Civil-Militar (FPCM) criada por Heck e dirigida, nessa época, pelo general R/1 José Alberto Bittencourt, primeiro presidente da LIDER.

Além desses organismos, atuavam de forma menos radical a TFP e o CCCJ. Todos os demais, de inspiração nazifascista, tais como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Frente Anticomunista (FAC) e outros já citados, como o Grupo Secreto, permaneciam na clandestinidade. Muitos tinham laços com mais de um desses movimentos político. Martinelli, por exemplo, atuava no lacerdismo e no MAC; Heck, na Lider, FPCN etc.

Sem constituir uma organização específica, embora participando de várias delas, individualmente, ressalta-se a figura do, já citado, tenente coronel paraquedista Francisco Boaventura Cavalcanti Junior, um dos mais importantes atores nas ações que evitaram o sequestro de Carlos Lacerda, cuja capacidade de arregimentação e penetração na Brigada de Paraquedistas – além do parentesco com o deputado federal e coronel do Exército José Costa Cavalcanti, seu anticomunismo e lacerdismo ferrenhos – habilitaram-no a exercer liderança marcante em todo esse período que lastra até AI-5...e depois. Boaventura, entretanto, apesar de encontrar-se, em quase todas as conspirações com Martinelli, não se identificava com suas ideias e *modus operandi*.

Um outro grupo radical que merece destaque, refere-se ao reduto constituído na Força Aérea sob a liderança do, então, tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, anticomunista ferrenho, com atuação em diversos episódios antes de 1964, dentre os quais a tentativa de golpe contra Kubitscheck, Aragarças, a defesa do Palácio Guanabara, dentre muitas outras.¹¹⁴

Então, as atividades antigovernamentais da direita provinham, basicamente, desses segmentos, os quais, em virtude das suas relações com os conservadores em geral e os linhas duras, mais os instrumentos de pressão adquiridos com a instauração dos IPMs, periodicamente emparedavam o governo, com o envolvimento dos demais militares, notadamente da Brigada de Paraquedistas.

Tome-se o caso de Pernambuco, onde transcorriam IPMs sensíveis envolvendo dentre outros: Francisco Julião, das Ligas Camponesas, Gregório Bezerra do PCB, atuante na Intentona de 1935, com acusação de morte de companheiros, e Miguel Arraes, todos com rixas históricas com a direita. Um único *habeas corpus* concedido a Arraes pelo STF em abril de 1965 detonou uma crise entre os coronéis dos IPMs que somente terminaria em junho com várias prisões de encarregados.

Em 13 de maio de 1965, os nove encarregados de IPMs lançaram um manifesto, com característica de *ultimatum* exigindo a reforma do STF e a renovação do Ato Institucional, sob pena de renunciarem às suas atribuições. O segmento castrense como um todo, acompanhava atentamente os acontecimentos e as reações ocorriam com alguma frequência, notadamente na Vila Militar no Rio de Janeiro – embora não se restringissem a ela – onde, depois da exclusão dos esquerdistas, remanesciam fortes laços com o governador Carlos Lacerda.

Em 11 de junho de 1965, importante divergência militar acidulou a crise. O almirante Augusto Hamman Rademaker Grünewald, da linha dura da Marinha, um dos membros do Alto Comando Revolucionário e discordante do andamento do regime, sob o pretexto da criação do Ministério da Defesa, proferiu discurso contra o governo, tendo sido preso por dez dias, a mando do Ministro da Marinha, Almirante Paulo Bosísio.

Junho de 1965 constituiu-se em um dos pináculos de crise no âmbito militar, o qual, ainda naquele ano, seria superado por outubro. O setor, majoritariamente lacerdista, mas que incluía outros segmentos da direita radical e da linha dura, havia se somado às insatisfações que grassavam no ambiente castrense. Os encarregados dos IPMs faziam parte da vanguarda desse movimento, mas não estavam sozinhos. Castelo Branco já advertira Costa e Silva sobre o assunto, registrando suas preocupações em carta; a qual redundara em repressão à direita.

Para citar, apenas alguns casos, os coronéis: Osnelli Martinelli, encarregado do IPM do Grupo de Onze, foi preso e transferido para Salvador, a qual encabeçava; Gerson de Pina, do IPM do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi reformado; Rui Castro foi preso; Hêlio Lemos foi transferido para Bagé; e Francisco Boaventura foi preso e transferido para o Mato Grosso. Nenhum chegaria a oficial general. A LIDER e o MAC foram extintos em novembro do mesmo ano. O significado dessas ações seriam menores, não fosse tratar-se de organizações e oficiais que, ademais do engajamento decisivo no movimento, desde seus primórdios, tinham-se destacado nas suas atividades. A revolução cortava na carne. Magalhães Pinto disse que devorava as entranhas.

Ainda nesse contexto, vale destacar que as áreas de ensino sempre foram consideradas como muito sensíveis, em razão do potencial de disseminação de ideias. Castelo desejava-as fora da contenda. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO) que reunia para curso os capitães, na Vila Militar do Rio de Janeiro, sempre foi uma caixa de ressonância importante. Oficiais de regresso dos rincões mais longínquos, após longa separação, desde o término da Academia Militar, reuniam suas insatisfações e eram envolvidos pelos radicais.

No começo de julho, na EsAO, Castelo Branco, para arrostar a crise e as exigências de expurgos pela linha dura independentemente do Judiciário, assim se pronunciou:

Quanto ao expurgo... ele segue inexoravelmente prazos e condições que são exigidos para que tudo se processe em ambiente de seriedade. O expurgo não pode entregar-se a uma ação desvairada e deve dar à nação a impressão de que a justiça se faz obedecendo à lei e a todos os processos que esta impõe.

Agora, parece que me é permitido vos falar e mesmo de vos perguntar qual é a vossa posição. Será a de solidariedade ao Governo? Não. Porque o Exército não é um partido político para apresentar solidariedade ao Governo ou a quem quer que seja. Quem tem o direito de apresentar solidariedade tem o direito de apresentar também desaprovação. O Governo espera vosso apoio? Não. O Exército Nacional não é uma associação para manifestar, aqui, ali e acolá, o seu apoio a este ou àquele elemento porque também terá o direito de desapoiar. Acho que a vossa posição será aquela que ides encontrar no dever militar. Daqui a pouco estareis na tropa, com outros oficiais, com os soldados vossos comandados. E, então, desempenhando as vossas funções de comandantes, tereis, sem dúvida, realizado aquilo que o Governo preconiza e vos lembra, mas que o Brasil

espera: a garantia da segurança nacional.

Infeliz o Exército que deve estar em suas posições de combate para dar apoio ou solidariedade aos governantes ou à oposição. Desgraçado do Governo que esteja à espera dessa solidariedade e desse apoio.¹¹⁵

Apesar de necessitar desesperadamente desse apoio, Castelo Branco não abria mão das suas convicções de que o lugar dos militares era fora da política e que somente se restabeleceria a ordem com o retorno de referenciais disciplinares e hierárquicos.

Mas a crise continuava. Não tinha nada a ver com fatores histórico-estruturais. Era interna ao movimento. Os radicais não aceitavam os rumos apontados e, muitos, apenas por se sentirem marginalizados, viam a sua obliteração adiante. Juntamente com a esquerda e, exatamente como antes de 1964, apostavam no quanto pior melhor, acreditando, assim como seus antípodas, que a queda do governo abrir-lhes-ia as portas do poder.

Castelo Branco, em carta ao seu amigo e confidente, coronel Ibiapina, notório linha dura, que, por ser amigo do Presidente, constituía-se em influente membro do Estado-Maior do IV Exército, com acesso ao comando, assim se expressou:

[...] 3) Vejo que aí a legitimidade de chefia é oposta à que se adota normalmente. Nos I, II e III Exércitos, os chefes comandam de alto para baixo, ouvindo, sem dúvida, aspirações, sugestões e mesmo advertências dos subordinados. Mas daí me informam oficialmente que os Comandantes de unidades apoiam os capitães, depois recebem a aprovação dos generais e estes pedem ao alto que sejam prestigiados. Não compreendo isso. Ainda mais que as soluções não podem contrariar as suscetibilidades dos oficiais. Mas, a dignidade do ministro e do Presidente devem dobrar-se às convicções da oficialidade mesmo agindo dentro da lei.

4) Tenho a impressão de que não querem situar-se no conjunto. Daí, a inconveniência de atitudes. Temos que arranjar uma base política para a Revolução, melhorar o câmbio, arrumar empréstimos, reorganizar tudo. O povo ainda, na sua parte pensante, nos espia, não tendo ainda nos dado um apoio franco e indispensável. O estudante se acha ainda distante da Revolução. Cada episódio fora da lei é um passo atrás na opinião pública (não é opinião pública demagógica) e uma restrição no estrangeiro.

5) Precisamos resolver os problemas que nos desafiam. Não sou somente Presidente de expurgos e prisões. E não pedi para ser o que hoje sou. Aceito sugestões daí!

6) Vejamos um caso: o Supremo dá um habeas-corpus ao Seixas ou ao Arraes. Que devo fazer? Se não soltá-lo será

muito pior, mas muito pior do que soltá-lo. Consultar a oficialidade?

7) Os Comandos (parece!) precisam se antecipar aos acontecimentos. Se permanecem na atitude de discutirem ordens e de só cumprirem o que acharem não contrariar a oficialidade, já estão numa fase de pré-rebelião. O Presidente e o ministro nunca darão ordens indignas e que maltratem a honra militar. Mas os militares não podem desonrar as duas altas autoridades.

8) Examinem os casos dentro da situação nacional e pela consolidação da Revolução.

9) Estou disposto a cumprir a minha missão. Melhor se for com a sua ajuda.¹¹⁶

Cinco de outubro de 1965, dois dias após as eleições para governadores, com a vitória de dois considerados de oposição, um deles juscelinista, representa mais um desses pontos culminantes de insatisfação militar.¹¹⁷ A reação dos excluídos não se faria esperar.

Oficiais da Vila Militar revoltaram-se, levando o Ministro da Guerra (Exército) a pronunciar-se naquele local em 6 de outubro, por ocasião das comemorações da vitória Monte Castelo; o Regimento de Reconhecimento Mecanizado, do Rio de Janeiro, iniciou a mobilização dos blindados para reagir aos acontecimentos, tendo sido contidos com dificuldade;¹¹⁸ o Comandante-Geral dos Fuzileiros Navais, sabidamente próximo a Costa e Silva, reuniu a tropa na Divisão Anfíbia e fez pronunciamentos por todo o dia.¹¹⁹

Havia notícias de inconformidade militar em todo o País; o General Krueel, Comandante do Exército em São Paulo, avisou, “por meio” do brigadeiro Faria Lima, que hipotecava seu apoio ao Presidente; de Minas as notícias não eram boas.¹²⁰ Costa e Silva colocou o Exército em “prontidão”, forma antiga de restaurar as linhas de comando, embora nem sempre funcionasse na direção desejada.

A crise representa uma pugna essencialmente militar, uma luta entre inteligências, pouco compreensível para “os de fora”. Para Ernesto Geisel, ela fora forjada pela linha dura e os radicais de direita para emparedar o governo e extrair mais rigidez para o regime, nas suas palavras “um blefe”. Seu argumento não é destituído de sustentação, baseava-se nas apreciações feitas pelo SNI de Golbery do Couto e Silva, o qual, em um relatório de setembro de 1965, assim se pronunciava:

[...] o grupo da linha dura, por mais que dificulte o governo em sua tarefa administrativa e em seus declarados propósitos de normalização da vida nacional, não tem

possibilidades – nem a isso se propõe, no momento – de abalar o governo, podendo, no máximo, exercer pressões em favor de certas substituições de pessoas, na área militar principalmente. Aliás, é sensível o afrouxamento dessas pressões e a lassitude que invade as áreas da linha dura.¹²¹

O novo regime havia passado a ter alta consideração pelo que ficou conhecido como a “opinião dos quartéis”, a qual ascendia às mais altas instâncias de decisão pelos canais formais da hierarquia e informais do sistema de informações, dentre os quais, encimando-o destacava-se o SNI, o qual, ademais dos seus próprios agentes, possuía pelo menos um representante em cada organização militar nas Segundas Seções.¹²²

Mas os fatos desmentem os dois. O que teria ocorrido? Foram despistados, por processos de dissimulação e engano, tão comuns na guerra, originados tanto na cadeia formal, quanto na informal? Suas fontes eram militares, das unidades que estavam em marcha. Eles no palácio. Na guerra iniciativa e engano decidem.

O resultado do jogo de xadrez foi o cheque-mate da direita: “o sacrifício de uma ordem jurídica já abalada e contestada”.¹²³ Sob o risco de ser derrubado, para não cair *en beauté*, como explicitou o jornalista Carlos Castelo Branco, o Presidente capitulou, teve que engolir o AI-2, em 27 de outubro de 1965, o qual incorporava muitas das reivindicações da linha dura e dos radicais.

Para encerrar a pugna, como cobro à derrota, em dezembro os radicais de direita coronel Boaventura e Hélio Lemos, ainda receberiam ordem de prisão disciplinar, o primeiro por ter lançado mais um manifesto e o segundo por ter se solidarizado com ele.

Repercussões sobre a Participação Militar na Política

Castelo Branco assumiu seu governo imbuído de um espírito reformista, civilista e legalista, apesar de estar sob a égide do AI-1, seu viés autoritário.¹²⁴ Trabalhando como se o mandato fosse expirar efetivamente em 31 de janeiro de 1966, data prevista para o término de vigência do governo deposto, fiel às ideias do *Coronel Y*, encontradas originalmente no distante ano de 1933, por ocasião da edição diversos artigos cujas transcrições podem ser encontradas no Apêndice 1, mirava na construção de um “exército profissional”, o qual, dentre outras características, deveria se afastar da política.

Inicialmente refratário à sua indicação, estoicamente, admitiu, no seu entendimento e de muitos, a difícil missão de restaurar a ordem no

País, incluindo as Forças Armadas. Em virtude da exiguidade de tempo de mandato, durante a sua administração, todas as medidas adotadas revestiram-se de uma certa premência.

Entretanto, conforme o depoimento de Luís Viana Filho, após longa convivência com aquele presidente na condição de Ministro Chefe da Casa Civil, “Castelo gostava das soluções a longo prazo: o efêmero não o seduzia”.¹²⁵ Era um personagem habituado, desde a Segunda Grande Guerra, com as relações entre o estabelecimento de objetivos pela política e a arregimentação dos meios para, contornando antagonismos e obstáculos, serem utilizados pela estratégia para alcançá-los.

Para o bem, ou o mal, aos militares dedicaria atenção especial. Seriam os mais atingidos pelas modificações em curso. Conforme já foi citado, suas reflexões procediam de longa data, tendo sido amadurecidas por toda a sua carreira militar.

Apenas para relembrar, ressalta-se que as ideias de Samuel P. Huntington não eram desconhecidas nem para Castelo Branco, nem para Golbery do Couto e Silva, muito menos para muitos dos governantes ou militares que compuseram os governos sucessivos. Sabe-se que, inclusive, existiram encontros entre essas personalidades, mas são desconhecidos registros históricos desses eventos, naquele governo e em posteriores.

No governo de Emílio Médici, Huntington entregou um projeto de abertura política propugnando uma transição elitista, o qual incluía uma proposta para a participação militar, naturalmente que baseada naquelas suas ideias de criação de partido político centrado no segmento armado, conforme seus modelos mais admirados: do México, Turquia, Egito e Coreia; vale dizer de institucionalização da intervenção militar por meio de partido político. O projeto havia sido encomendado pelo Ministro Chefe da Casa Civil de Médici, João Leitão de Abreu, recebeu o título de “Abordagens da Descompressão Política” e pode ser lido no Apêndice 2.¹²⁶

Entretanto, as soluções de Huntington não se coadunavam com o que o Presidente desejava. Sua ambição era muito maior: a retirada dos militares da política; uma manobra arriscada que poderia levá-los diretamente para o Primeiro Mundo, mesmo que o País, como um todo, ainda tivesse que superar diversas etapas, até alcançar a modernização política correspondente e se transformar na almejada potência. Possuía alguns trunfos. Além da mentalidade estratégica, conhecia o meio militar, detinha as convicções do Coronel Y e, principalmente, vontade de realizá-las. Aos militares seduzidos pelo canto da sereia, reservava o abandono da carreira, sem tergiversações, pois eram vocações incompatíveis.

Sob as condições vigentes em seu governo, dispunha de um amplo

arsenal de providências que poderiam ser adotadas, visando atingir seu principal objetivo no âmbito castrense: a retirada dos militares da participação disseminada na política como instituição, em grupos ou individualmente. Não mediria esforços em prol desse desiderato.

Essa capacidade, originada da Constituição, do AI-1, depois ampliado pelo AI-2, de seus Atos Complementares, leis, decretos e regulamentos, possibilitavam a interferência direta sobre toda a estrutura política, jurídica e regulamentar afeta a esse segmento, de forma a moldá-lo como nunca fora feito anteriormente.

As medidas disponíveis incluíam: cassação; transferência para a reserva remunerada ou reforma; enquadramento individual e coletivo em prescrições contidas em leis, decretos e regulamentos; formatação da carreira de forma a excluir indesejáveis; negativa de promoções, particularmente para os últimos postos da carreira; exclusão da interferência política partidária; punições penais ou administrativas, a partir dos regulamentos disciplinares das forças singulares; negativas de engajamentos e reengajamentos dentre outras.

As primeiras cassações realizadas, ainda antes da sua assunção como Presidente, já indicavam a prioridade atribuída ao setor militar. Considerando-se os sete Atos do Comando Supremo da Revolução, entre 9 e 13 de abril de 1964, ocorridos antes de Castelo Branco assumir, ainda decorrentes das primeiras listas de punições, foram 186 militares em um total de 353 atingidos. Na verdade, existem casos que ocorreram várias sanções: cassações de direitos políticos, transferência para a reserva remunerada ou reforma.¹²⁷

O peso dessas sanções, inicialmente, desabou sobre aqueles considerados comunistas, esquerdistas radicais, populistas, membros ativos do governo derrubado ou militantes políticos de esquerda. Castelo Branco, entretanto não se contentou com essas atividades de depuração do tecido militar. Encetou um processo de reformas que iria atingir a todos.¹²⁸

Nesse contexto, enfrentou logo ao assumir uma importante questão pendente, aberta desde a compra do Navio Aeródromo Minas Gerais, no governo de Juscelino Kubitschek. O problema vinha gerando um conflito permanente entre a Marinha e a Força Aérea Brasileira (FAB) em relação a quem deveria pertencer a aviação embarcada naquela belonave. Tal situação tinha repercussão política, pois insuflava, nos mais emocionados, frequentes arroubos de uns contra outros, no seio do novo regime, vulnerabilizando-o.

Após a renúncia de dois ministros da FAB, um da Marinha e a demissão de oficiais generais das duas forças, a situação foi resolvida

com a definição de que os aviões seriam da FAB, permanecendo sob o comando operacional da Marinha quando em operações; ficando esta última autorizada a operar helicópteros.

O Ministro da Marinha que assumiu, almirante Bosísio, já havia atuado na difícil questão do encerramento dos IPMs. Em seu discurso consignou: “Dois aspectos nortearão a minha administração: a união da Marinha e a coesão dentro da classe; e a união da Marinha com as outras Forças Armadas”.¹²⁹ Restauravam-se as fissuras que haviam sido abertas.

Apenas três meses após assumir a presidência, Castelo Branco fez passar pelo Congresso a Emenda Constitucional nº 9, de 22 julho de 1964, versando sobre a transferência para a inatividade dos militares que ocupassem cargos políticos, os quais exerciam essas atividades em constantes idas e vindas entre a caserna e tais afazeres alheios ao serviço. Em seu art.138, parágrafo único, explicitava:

Art. 138. [...]

Parágrafo único. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

- a) o militar que tiver menos de cinco anos de serviço será, ao se candidatar a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;
- b) o militar em atividade com cinco ou mais anos de serviço, ao se candidatar a cargo eletivo, será afastado, temporariamente, do serviço ativo, como agregado, para tratar de interesse particular;
- c) o militar não excluído e que vier a ser eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva ou reformado, nos termos da lei, ressalvada a situação dos que presentemente estejam em exercício de mandato eletivo, e até o seu término.¹³⁰

Desde o início cortava o cordão umbilical que nutria a carreira política partidária de inúmeros militares, livrando a caserna de interferências exógenas à necessária autonomia institucional e retirava essas influências diretas do interior das casernas. A partir de então, os militares políticos iriam fenecer, por inanição.

A Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965, chamada de *Lei da Inatividade*¹³¹ consubstanciou tais perspectivas. Ademais de extinguir o posto de marechal, fato que por pouco não alcança o Ministro da Guerra adentrou em importantes considerações, pois, fixava, pela primeira vez, idades limites para a permanência nos postos. Naquela ocasião, mais uma vez para atender Costa e Silva, fixou em treze anos a permanência total dos

oficiais gerais, o que, posteriormente foi modificado para doze, conforme a ideia original. Essa medida teve diversas consequências.

Como é sabido, os oficiais gerais não tinham prazos definidos para permanecer no serviço ativo. Por exemplo, Odílio Denys obteve do Congresso a permanência vitalícia na ativa, a chamada Lei Denys; Olympio Mourão Filho requisitou o mesmo direito, que, a muito custo, não lhe foi concedido; Cordeiro de Farias, tinha mais de trinta anos como oficial general; era comum, entre os oficiais gerais, possuir mais de vinte anos nessa posição.

Tal situação, tendia a constituir e reforçar lideranças, o que, no quadro vigente anterior, de pleno envolvimento com a política, acreditava-os junto às correntes político-partidárias, às quais prestavam suas vassalagens. A aglutinação em torno dessas figuras de destaque constituía caudais que carregavam numerosos seguidores, cujos desideratos não eram aqueles do apanágio militar e sim da mesma lavra das mazelas apontadas como pertencentes ao meio da vocação política.

Essa lei teve importante repercussão sobre os militares que exerciam atividade política, embora não partidária, inclusive as praças. Isso porque, ao aumentar de vinte cinco para trinta anos o tempo de serviço, concedeu a passagem para a inatividade àqueles que tivessem alcançado o primeiro requisito (de 25 anos) ao tempo da edição da nova norma, com todos os direitos, inclusive os advindos das legislações do pós-guerra, como a promoção a um ou dois postos acima e percepção pecuniária, com isso possibilitando a milhares dos que atuavam politicamente ou simpatizavam com o *modus vivendi* vigente no período anterior deixassem voluntariamente o serviço ativo, principalmente do lado perdedor.

Todos sabiam que não haveria mais nada para eles, reconhecidos que eram na atuação que passava a ser considerada espúria; e, ainda, levavam todos os direitos. Ao assinar a Lei, Castelo Branco assim se exprimiu: “Até agora... é a lei que sanciono com mais satisfação”.¹³²

Anteriormente, pela Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, visando restaurar a supremacia do mérito e dos valores profissionais sobre as interferências políticas, foram reguladas as promoções, inicialmente, dos oficiais do Exército, as quais posteriormente seriam estendidas para todas as Forças Armadas. Nesse diploma legal, em seus princípios fundamentais, todas as palavras tinham razões e endereços específicos:

Art. 1º A presente Lei estabelece os princípios os requisitos e as condições básicas que regulam as promoções dos Oficiais do Exército, tendo em vista:

1) a seleção de valores profissionais para o desempenho de funções de Comando, Chefia e Direção e

das de colaboração com estas;

2) as necessidades da Organização Militar com base nos efetivos fixados em lei;

3) o acesso gradual, sucessivo, regular e equilibrado aos postos da hierarquia militar, de modo a abrir aos oficiais, em igualdade de condições, possibilidades iguais.

Parágrafo único. A promoção deve ser considerada como de interesse ou necessidade do Exército.

[...]

Art. 3º A promoção aos diversos postos da hierarquia do Exército obedece aos princípios de antiguidade, merecimento e escolha, tendo por fundamento, em qualquer caso, a aptidão para o comando, chefia ou direção.¹³³

Entre outras prescrições, ficavam, ainda, explicitadas as condições e requisitos para as promoções e, conforme abaixo, até mesmo, valores que passavam a norteá-las:

Art. 13. A promoção por merecimento compete ao oficial que atingir o número 1 (um) do Quadro de Acesso por merecimento. Constitui merecimento para promoção o conjunto de qualidade profissionais, reveladas e aperfeiçoadas pelo oficial durante o desempenho de suas atividades militares, que o tornam distinguido no âmbito da classe pelo seu valor.

Essas qualidades são estimadas e examinadas sob os seguintes aspectos:

- 1) caráter;
- 2) inteligência;
- 3) espírito e conduta militares;
- 4) cultura profissional e geral;
- 5) conduta civil;
- 6) capacidade como Comandante ou Diretor e Chefe;
- 7) capacidade como Instrutor;
- 8) capacidade como Administrador;
- 9) capacidade física;
- 10) capacidade como técnico, exclusivamente para os Oficiais dos Serviços, do Quadro de Engenheiros-Militares e Quadro Técnico da Ativa, em extinção.¹³⁴

Ressalta-se, ainda, dessa Lei, a regulamentação das promoções por escolha, as quais afetavam os oficiais gerais, sob o escrutínio, exclusivo, de uma Comissão de Promoções de Oficiais (mais antigos) da própria força singular. Regulamentações similares seriam estabelecidas para as

praças das três forças singulares. Sem as interferências políticas, haveria, naturalmente, a restauração da autonomia dos comandantes militares em decidir sobre os componentes dos altos comandos.

Sobre esse aspecto, durante a vigência do regime, pela razão peculiar da sua origem, houve interferência marginal do Presidente da República, mormente sobre as promoções do Exército. Entretanto, na ocasião da transferência do poder para os civis, em virtude da longa prática e, mesmo, das reações à própria interferência presidencial, o sistema estava pronto para funcionar nos padrões do controle civil objetivo, vale dizer, com maior autonomia da instituição militar.

Com tais prescrições disponíveis, numerosos remanescentes do período de anarquia seriam alcançados e excluídos do serviço militar, nem sempre com gentileza, conforme podem ser visualizados nos trabalhos de Maria Helena Moreira Alves, Lúcia Klein, Cláudio Figueiredo e Vasconcelos. Entretanto, estavam lançadas as bases para a extinção das duas principais influências políticas sobre as Forças Armadas: a político-partidária e a ideológica.

A direção geral do movimento, inexorável, na direção do afastamento dos militares da política, havia se iniciado com os expurgos nos segmentos mais ativos da esquerda, mas alcançaria a direita. Começou nos escalões mais baixos, pelos soldados, marinheiros e cabos; prosseguiria com a eliminação dos sargentos; pegaria entre as suas tenazes os oficiais de mais baixa patente, depois os intermediários, até alcançar os superiores de último posto; para enfim enquadrar, até mesmo, os oficiais gerais.

Não sobraria ninguém. Dos milhares de atingidos em suas origens, iria, paulatinamente, apequenando-se, para, ao final, arrestar, apenas, alguns remanescentes, dentre aqueles que permaneciam inconscientes, cegos em meio às mudanças.

Governo do Presidente Arthur da Costa e Silva¹³⁵

O governo do presidente Costa e Silva ao se instalar possuía amplo apoio político e popular, consubstanciado nas já citadas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966, fato que lhe proporcionara sólida maioria legislativa: a ARENA representada por 45 senadores e 257 deputados federais; o MDB por 20 senadores e 149 deputados.¹³⁶ Em consequência, como candidato, recebeu 295 votos dos 472 votantes no Colégio Eleitoral.¹³⁷

As naturais desconfianças da mentalidade militar em relação à vocação política, entretanto, induziriam o presidente a não abrir mão da base de apoio castrense; origem, sustentáculo e reserva estratégica para os casos de crise.

Embora mais tranquilo com a sustentação política e jurídica proporcionada pela nova Constituição, não tinha dúvidas sobre a verdadeira fonte do poder que representava, pretendente a brotar diretamente do fato; de onde extraía sua dinâmica, ou seja, da base militar; e de que os radicais não estavam mortos, nem adormecidos.

Costa e Silva, apesar dos seus compromissos em direção a uma maior abertura política,¹³⁸ acolhia representação significativa de elementos do núcleo mais conservador, em virtude da sua opção de se deixar cortejar pela linha dura, dentre os quais se destacavam, para desgosto de Castelo Branco, diversos ministros militares representantes daquela corrente, sendo oito da ativa, dois da reserva: Augusto Rademaker, na Marinha, Márcio de Souza e Mello, na Força Aérea, e Afonso de Albuquerque Lima, no Interior e o coronel e deputado federal José Costa Cavalcanti, irmão do coronel Boaventura, nas Minas e Energia; mais os Ministro da Justiça, Luís Antonio da Gama e Silva; das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto; e o Chefe do Gabinete Militar, Jayme Portella de Mello.

Paradoxalmente, acreditava que, com este tipo de apoio, poderia consolidar a plenitude democrática no Brasil. Foi mantida a presença dos tecnocratas civis, em número de seis, a faceta modernizante do regime; dentre os quais Antonio Delfim Netto, no Ministério da Fazenda, e Hélio Beltrão, no Planejamento.

Em algum momento do passado, Costa e Silva percebera o potencial representado pela linha dura e os radicais, civis e militares, órfãos no governo Castelo Branco. Insinuara-se, cuidadosamente, ganhando visibilidade e movimento, a partir da crise de outubro de 1965, no que foi muito ajudado pelos sucessivos erros políticos de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, incluídos o enfrentamento com os castelistas e a derrota dos seus candidatos a governador, levando-os a um relativo afastamento do poder.

Aqueles segmentos mais conservadores, então, naturalmente, buscaram abrigo na sombra do novo poder que se erguia. Magalhães Pinto foi imediatamente pacificado, como soe ocorrer com os dotados para a vocação política, ao receber o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Carlos Lacerda continuava firme na sua trajetória de contestação. Ainda tentou fundar o Partido da Renovação Democrática (Paredo) após o AI-2, mas fracassou.

Fizemos questão de registrar o encerramento das vigências do AI-1 e 2, dentre outros motivos, porque a historiografia pátria raramente o faz, como parte da narrativa revanchista. Embora criticada pelos perfeccionistas, embasados em apreciações de um mundo ideal e não nas condições políticas, econômicas, sociais e militares existentes na época; por analistas

ingênuos; e por aqueles que, sabedores de tudo, estavam motivados por má-fé, à direita e à esquerda; com a Constituição de 1967, voltara-se ao regime constitucional democrático, o qual, em que pese as imperfeições, de resto existentes em qualquer obra jurídica, proporcionava as bases mínimas sobre as quais poderiam ser reiniciados novos avanços.

Em breve resumo, a prerrogativa das cassações, a mais execrada pelos detratores, foi extinta; sobraram o bipartidarismo, a maioria simples, as eleições indiretas e os processos legislativos mais ágeis.¹³⁹ A Lei de Imprensa não restringia a sua liberdade, tanto que teve vigência até recentemente; e o Poder Judiciário, recuperou a sua independência. As pretensões de Francisco Campos e Carlos Medeiros de um executivo mais forte, dotado de instrumentos constitucionais efetivos para enfrentar as crises, não foram adiante.

A acusação que pesa sobre a responsabilidade da direita – que a partir desta narrativa passa a incluir, em termos intelectuais, a esquerda – de uma guinada para o autoritarismo, teria perdido o objeto, voltado para a estaca zero e todos poderiam receber a absolvição.

Em uma sociedade mais avançada, pacificada, com maior grau de convergência, mais comunitária diria Huntington, não haveria traumas com a nova Constituição. Nas condições do atraso brasileiro, em conflito aberto, todavia, constituir-se-ia em grave problema. Serviria, no mínimo, de argumento para a futurologia do pretérito dizer que se a sugestão de Francisco Campos de incluir o Estado de Emergência tivesse sido aceita provavelmente teria sido evitado o AI-5.

Restaurava-se a tradição do Legislativo deter posições de barganha para estabelecer impasses, fato que, somado aos choques existentes com a base de apoio legislativo ao regime desde o governo anterior, em razão das antigas práticas da troca de favores frente ao novo moralismo instaurado, ao mesmo tempo, criava oportunidades para os políticos, na proporção do adesismo, e aborrecimentos para o governo e os militares, quando de reações adversas.

No campo econômico, em virtude das medidas de austeridade ainda necessárias, não havia espaço para um maior afrouxamento, o que aumentava a insatisfação de diversos setores do país. Nesse aspecto, até mesmo a situação e as bases de apoio ao governo (empresarial, militar etc) jogavam contra o *status quo*.

A linha dura e os radicais de direita viram na eleição de Costa e Silva uma chance de penetração mais conservadora no poder, no sentido da perseguição dos seus objetivos, particularmente de combate aos comunistas e corruptos, os quais, no entendimento daqueles segmentos, não tinham sido adequadamente removidos em virtude dos pruridos

castelistas. Muitos dos seus representantes foram incorporados ao novo Governo, recebendo funções de prestígio no âmbito civil e, inclusive, em cargos militares importantes. A noção de que a revolução deles havia sido desvirtuada, de certa forma, recebeu uma oportunidade de restauração, tornando-os responsáveis solidários pelos novos rumos políticos.

Pelo lado da direita civil, ressalta-se o eterno inconformado Carlos Lacerda, com a sua Frente Ampla – lançada em 28 de outubro de 1966 e erigida com o beneplácito de Juscelino Kubitschek e João Goulart – o qual, desde o governo Castelo Branco, ameaçava erodir a base governista ao se aliar à oposição, insuflava os setores militares simpáticos à sua pessoa e, não raras vezes, assacava ofensas aos governantes, inclusive contra o Presidente da República.

A opção de Lacerda pela aliança com lideranças execradas pela linha dura e pelos radicais iria causar uma ruptura de que ambos jamais se recuperariam. A linha de Osnelli Martinelli, desacorçoada, lentamente desapareceria, alguns iriam para a militância radical. A de Boaventura tentaria outras saídas.

Da linha dura, apenas Gustavo Borges, antigo chefe de gabinete do ex-governador, continuaria fiel a sua orientação. O afastamento entre aquele político e seus seguidores militares entraria em rota de não retorno por ocasião da morte de Castelo Branco, em 18 de julho de 1967, quando o seu escudeiro, o jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, publicou artigo considerado altamente ofensivo aquele ex-governante. Até mesmo os desafetos de ex-presidente se solidarizaram com o falecido.

Pela esquerda, alguns vetores de contestação do radicalismo continuavam em franca articulação para o enfrentamento com o regime: os legislativos, as áreas estudantis e da luta armada; e em menor escala, o sindical, setores da mídia e artísticos. Todos recebiam apoio de parcelas dos deputados opositores, situados no MDB, cuja militância reivindicava a declaração de uma anistia, visando, particularmente, os políticos cassados, eleições diretas e uma nova Constituição, desconsiderando a recentemente promulgada. A plethora de políticos opositores solidarizava-se de maneira incondicional com a agitação estudantil e sindical, qualquer que fosse.

A contestação ao regime, no início do governo Costa e Silva, provinha, com mais virulência da área estudantil, notadamente sob a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE), proscrita, mas cujos remanescentes ofereciam renhida resistência e haviam induzido grandes paralisações nas universidades.

Cuba, em busca de assumir a liderança da revolução na América Latina, com apoio irrestrito da União Soviética, tornou-se um centro irradiador ativo das doutrinas revolucionárias da esquerda, inclusive

aquelas de caráter insurrecional guerrilheiro. Sucessivos Congressos preparavam os diversos segmentos, inclusive estudantis, para aquele intento. Além disso, muitos brasileiros recebiam treinamento para a luta armada naquele país.

Em virtude dos desentendimentos surgidos entre os comunistas soviéticos, chineses e albaneses, a estruturação cubana visava, também, limitar a influência dos dois últimos na região. Isso ocorreu com a adoção de um posicionamento em defesa de maior agressividade e violência, vale dizer a instauração da luta armada, disseminado por meio de Congressos.

À I Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, entre 3 a 15 de janeiro de 1966, que ficou conhecida como “Tricontinental”, compareceram representantes de oitenta e dois países, vinte e sete da América Latina. A delegação do Brasil contou com delegados indicados por Leonel Brizola; PCB; Ação Popular; e Miguel Arraes.¹⁴⁰

A Declaração Geral final dessa conferência propunha “o direito geral dos povos para obter sua libertação política, econômica e social pelos caminhos julgados necessários, incluindo a luta armada” e recomendava “incrementar a participação da juventude nos movimentos de libertação nacional”.¹⁴¹

Ao final da Tricontinental, em 16 de janeiro de 1966, reuniram-se os países Latino-Americanos na Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), cuja finalidade consistia em “unir, coordenar e estimular a luta contra o imperialismo norte-americano, por parte de todos os povos explorados da América Latina”.¹⁴²

Para dar seguimento a recomendação de envolvimento dos estudantes com os propósitos anunciados, entre 29 de junho e 11 de julho, efetivou-se o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, com a participação do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), que redundou na Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), cuja primeira resolução propugnava “solenemente que a luta armada, hoje, a mais efetiva e consequente forma de luta” e que “a tomada do poder político, em diferentes países da América Latina, em proveito das classes populares, não poderá ser feita pela via eleitoral ou parlamentarista, mas através da violência revolucionária”.¹⁴³

Apesar disso, outras organizações, dissidentes dessas orientações, dentre as quais o PC do B, tornar-se-iam muito ativas, mesmo seguindo a linha chinesa e, depois, albanesa.

Os movimentos guerrilheiros na Serra do Caparaó (iniciado em novembro de 1966 e suprimido em março de 1967) e no Triângulo Mineiro (de abril a junho de 1967), ambos da lavra brizolista, foram consequências imediatas dessas articulações, para os quais aquele político radical de

esquerda recebeu aporte de recursos do governo cubano.

A essa altura, mais de uma dezena de facções esquerdistas radicais já tinham optado pela luta armada. Apesar de seus dirigentes serem veteranos na luta política e traquejados na organização da subversão, sua fonte de recurso era a juventude, principalmente secundarista. Em breve, centenas estariam no *front* contra a denominada ditadura. Seu idealismo adolescente, a situação política vigente e uma eficaz infiltração, doutrinação e recrutamento, iriam produzir o necessário material humano para a carnificina.

Tais desdobramentos, já do conhecimento dos governantes e dos militares da base de apoio, da linha dura e dos radicais da direita, forneciam munição para maiores exigências de radicalização do regime a fim de evitar os efeitos porventura advindos do extremismo de esquerda.

No campo estritamente militar, as medidas políticas, militares e administrativas, adotadas por Castelo Branco, intocadas e aprofundadas por Costa e Silva, começavam a fazer efeito. Um dos mais notáveis foi o súbito desaparecimento do protagonismo dos oficiais subalternos, intermediários, com a exceção da EsAO, e superiores. Os soldados, marinheiros, cabos, sargentos, subtenentes e suboficiais, após a dura repressão, haviam sumido há algum tempo. E, também, os Clubes Militares, de oficiais e praças. Observava-se, entretanto, o crescimento da participação dos oficiais gerais.

O significado desse fenômeno está diretamente relacionado ao restabelecimento da ordem, da hierarquia, da disciplina e das regras de precedência, em um ambiente claramente mais homogêneo, escoimado dos radicais de esquerda e de direita, estes escaldados por prisões, transferências e expurgos; e dotado de mecanismos capazes de eliminar qualquer divergência política, administrativa ou disciplinar. Os políticos, sempre execrados, haviam sido espanados das proximidades dos quartéis, embora não dos gabinetes dos generais, onde somente compareciam para tratar de amenidades.

Costa e Silva investiu, durante toda a sua administração, no aprofundamento das regras de promoções para oficiais e praças, que haviam sido iniciadas logo nos albores do regime, ainda segmentadas em cada força singular. Tais regulamentações, ademais de enquadrar as carreiras de forma mais uniforme, instauravam diversos gargalos, tanto para os oficiais como para as praças; alguns que escapavam a própria discricionariedade dos comandos, das instâncias políticas e, até mesmo, jurídicas.

Cláudio Vasconcelos, em sua obra, apresenta uma pequena fração desses efeitos, sobre militares, considerados nacionalistas pelo autor, incluídas as praças da Força Aérea. Eles podem ser estendidos para as demais

forças singulares. E incluem aquelas situações que nunca chegaram aos tribunais, simplesmente, por recusa aos engajamentos e reengajamentos, os quais podiam ser negados sem exigências administrativas ou jurídicas, ao atenderem, exclusivamente, a discricionariedade dos comandantes e de seus oficiais subordinados.

Foi, também, o caso da criação das Comissões de Promoções de Oficiais (CPO), cujas decisões eram tomadas em votações secretas, as quais, compostas em duas instâncias, uma de oficiais gerais mais modernos e outra de mais antigos, dos respectivos Altos Comandos, permitiam, por exemplo: que um oficial, ao ser apreciado para promoção fosse relegado perante outro, pelos critérios de merecimento e antiguidade; ou, ainda, que um candidato a oficial general, simplesmente, fosse recusado pelo primeiro colegiado e não prosseguisse para o segundo, retirando desse último a possibilidade de interferir no processo e, nas duas, a possibilidade de alterar a ordem das precedências, vale dizer, quem estava em primeiro passar para terceiro etc. Eram as famosas promoções por escolha, secretas, onde os inadequados poderiam não compor as listas, ou serem ultrapassados por mais modernos, as famosas caronas, decisões essas que nem a justiça poderia interferir; e logo em seguida iria aderir.

Entretanto, novos atores se apresentavam: uma antiga pretensão de Costa e Silva, sucessivamente barrada por Castelo Branco, foi em frente, e ele estimulou a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), inaugurado em julho de 1967, no ministério de Aurélio de Lyra Tavares, um moderado da linha castelista, o qual não se adstringia a mera coleta de informações, como o SNI, e avançava para uma postura operacional ativa;¹⁴⁴ a jovem oficialidade, cujo ponto de convergência ocorria na EsAO; e a velha direita radical, que receberia enxertos de elementos do CIE e de outros órgãos de informações para fazer brotar novos e disseminados rebentos, incluídos elementos terroristas.

Os setores de Inteligência iriam atuar como um poder paralelo crescente, inicialmente no âmbito militar, a partir das Segundas Seções, onde configurariam um arremedo dos famosos comissários políticos dos regimes totalitários, pois detinham atribuições de vigilância interna sobre a tropa, inclusive sobre seus comandantes, atentas a qualquer sinal de manifestação política, muitas vezes elidindo seus informes dos mesmos; estruturas replicadas nas escolas militares e organizações administrativas e de apoio, nas Seções de Informações.

Tais registros nunca seriam apagados, permanecendo nos arquivos para serem utilizados em momentos cruciais das carreiras, tais como, designações para cargos e funções, comandos, missões e promoções.

Inicialmente mais voltadas para o âmbito interno, foram expandindo suas atribuições, terminando por serem direcionadas para questões políticas civis, recebendo responsabilidades de coleta de informações sobre áreas que estavam fora do âmbito das suas organizações. Essa espiral não teria fim, terminando por imiscuir-se em todas as instituições, mas que, logo em seguida, seria sobrepujada pelos Destacamentos de Operações e Investigações (DOI).

A relativa trégua concedida pela linha dura nesse período foi rompida. Apesar do sucesso da repressão contra os surtos guerrilheiros, existiam descontentamentos. Os representantes do grupo do coronel Boaventura resolveram contestar os conceitos contra a despolitização dos militares e o silêncio político institucional. O coronel Rui Castro, diretor da Biblioteca do Exército, chegou a dizer que “o pensamento militar na posição de grande mudo é coisa do passado”.¹⁴⁵

Nesse contexto, o Coronel Boaventura solicitou ao ministro do Exército “para protestar contra os empecilhos à participação política”; contexto no qual “o oficial livra-se dos intermediários hierárquicos - reivindica, aliás, um canal direto de acesso ao presidente e acusa seus superiores diretos de trair seu pensamento - ao mesmo tempo em que reconhece a autoridade ministerial”.¹⁴⁶

O Aviso nº 212, 11 de julho de 1967, entre outros motivos, por considerar que, tal proposta, consistia prática “condenável para o moral e a disciplina” que afeta “os princípios da ética, lealdade, obediências as normas... e o bom nome da classe” recomendava que não fossem mais encaminhadas petições às autoridades governamentais ou do ministério, sem passar pelos canais hierárquicos.¹⁴⁷

Logo em seguida, anunciando o fim da lua de mel com o grupo linha dura do Coronel Boaventura, seus integrantes foram, novamente, redistribuídos pelo território nacional; sendo o próprio enviado para o exterior, na Organização das Nações Unidas, um exílio dourado, de acordo com a antiga prática de retirar o sofá da sala.

No segundo semestre de 1967, a Força Armada de Libertação Nacional (FALN),¹⁴⁸ em Ribeirão Preto, São Paulo, explodiu bombas nos cinemas Centenário, São Paulo, D. Pedro II, São Jorge e Suez; no Mercado dos Campos Eliseos, na agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, na Igreja Mórmon e no 3º Batalhão da Polícia Militar (PM).

No mesmo dia, em Sertãozinho, São Paulo, explodiram bombas em logradouros públicos, nos mesmos horários das acionadas em Ribeirão Preto. Os petardos tinham efeito moral e serviam para espalhar panfletos, nos quais a FALN preconizava a derrubada do Governo e elogiava a figura de Che Guevara.

Em 15 de dezembro de 1967, foi realizado o assalto a uma agência do Banco Mercantil em São Paulo, tendo sido morto o gerente, quando tentou reagir, desconhecendo, ainda, a nova área de atuação do movimento esquerdista radical; e, no dia 30, remanescentes da POLOP e do Movimento Nacionalista Revolucionário de Brizola, muitos deles ex-sargentos alcançados ou não pelas medidas repressivas adotadas, realizaram um assalto em um depósito de onde roubaram dez caixas de dinamite e duzentos detonadores. Depois, iriam constituir a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em março do ano seguinte e, mais adiante, notabilizar-se-iam pela célula no 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna, São Paulo, de onde saíam o Capitão Carlos Lamarca e o Sargento Darcy Rodrigues.

Em 10 de janeiro de 1968, foi realizada uma ação de “expropriação” da lancha “Antonio Alberto”, no Rio Negro, Amazonas, ocasião em que foi morto um tripulante.

Em São Paulo, a Ala Marighella tornava-se muito ativa. Seguindo suas orientações de partir direto para a ação, vale dizer, para a luta armada, pois a “ação faz a vanguarda”, aquele guerrilheiro, ademais de fazer uma crítica à política do PCB, induziu uma nova estratégia. Para dar o exemplo, em março de 1968, o próprio Marighella chefiou o assalto ao carro pagador do Banco Francês e Italiano, na Avenida Santo Amaro, em São Paulo.

Os estudantes estavam cada vez mais organizados. Seus principais líderes,¹⁴⁹ mais radicalizados. Obedientes aos ditames das organizações às quais pertenciam, seguiriam num crescendo de violência: “Dos gritos de protesto iniciais, passaram pelos porretes, atiradeiras, sacos de plástico com clorato de potássio e vidros de ácido sulfúrico, até aos coquetéis ‘molotov’ e as armas de fogo”.¹⁵⁰

A VPR, em 7 de março, assaltou o Banco Comércio e Indústria em São Paulo; no dia 17 desse mês, membros do Comando de Libertação Nacional (COLINA) atacaram uma sentinela, no Museu do Exército, Praça da República; a qual, baleada, teve seu fuzil roubado; e dois dias depois a VPR voltou a atuar e efetuou atentado a bomba contra a biblioteca do consulado estadunidense, tendo um estudante que realizava pesquisa no local perdido a perna e mais dois foram feridos.

No final desse mês, a gerência do Restaurante Calabouço, administrado pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e utilizado pelos estudantes, requisitou a Polícia Militar do Rio de Janeiro para debelar um conflito, segundo a própria, instaurado por estudantes (profissionais)¹⁵¹ comunistas.

A polícia teria sido recebida a pedradas e houve disparos de tiros.

No confronto, foi morto, acidentalmente, o empregado do restaurante (e estudante noturno) Édson Luiz. Foi a centelha que faltava para adicionar combustível ao movimento estudantil, particularmente após a adesão de políticos, intelectuais, artistas e militantes. Daí em diante não haveria mais trégua da parte do movimento estudantil e de seus apoiadores, em movimento espiral ascendente de agitação.

Por ocasião do quarto aniversário do Movimento Militar de 31 de Março de 1964, Carlos Lacerda lançou violenta campanha de contestação ao regime, utilizando-se da Frente Ampla como base política, a qual foi secundada pelos seus seguidores no Legislativo estadual e federal. A ação, que se somava ao desafio da esquerda, envolvia apoio militar de remanescentes da linha dura – particularmente após instâncias que visavam, já, a eleição de 1970 – e instaurava nova crise entre o governo, o meio político e o militar.

Devido à crescente agitação da esquerda e da direita, diversos setores duros e radicais de direita exigiam a decretação do Estado de Sítio, tese apoiada pelos Ministros Militares e da Justiça, mas que não foi aceita pelo Presidente.

Esses radicais, após longo período de inatividade, reiniciariam, naquele ano de 1968, suas atividades violentas. Ressurgidos das cinzas, no vácuo do que consideravam inação e despreparo das autoridades para enfrentar o desafio da esquerda, voltaram para assombrar o País, já sacudido pela agitação, os velhos conhecidos: O CCC, o MAC e o Grupo Secreto.¹⁵² Seriam criados no mesmo ano a Vanguarda Revolucionária, o Movimento Anticomunista da Aeronáutica e a Centelha Nativista,¹⁵³ na Bahia. Com uma novidade. Muitos dos militantes, a partir de então, seriam egressos dos órgãos de informação, particularmente do CIE, integração que iria facilitar muito o recrutamento, a coleta de dados e a seleção de objetivos.¹⁵⁴

Conforme Maud Chirió, diferentemente da atuação da linha dura na fase anterior “Não se trata mais de orientar o poder, mas de agir na sua sombra, em contradição flagrante com a exigência de apolitismo dos oficiais que, não obstante, o Executivo tenta há quatro anos restabelecer em proveito próprio”.¹⁵⁵

Inicialmente a ira desses radicais voltou-se contra os intelectuais, representantes do meio artístico e cultural e da mídia, particularmente em teatros. O tenente coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite,¹⁵⁶ do Grupo Secreto, um desses ativistas, dos primeiros membros do CIE, explica essa opção:

Quem são os nossos inimigos? São as esquerdas! Qual é a parte mais vulnerável da esquerda? A esquerda festiva. Como ela se manifesta? Pelo teatro, televisão, jornais

etc. Como poderá ser mais facilmente desencadeada a operação? Por certo nos teatros, onde há maior movimento e mascara mais a operação... então vamos fazer uma operação nos teatros.¹⁵⁷

O Presidente da República, então, recusando as iniciativas pelo referida exceção constitucional, por considerá-la muito drástica, em 04 de abril de 1968, solicitou ao Ministro da Justiça a cassação do funcionamento da Frente Ampla, o que não impediu a movimentação lacerdista visando às próximas eleições. Nessa quadra, o Ministro do Interior, Afonso de Albuquerque Lima, da linha dura, iniciava, também, a sua singradura na mesma direção, aglutinando aqueles representantes em torno da sua candidatura.

O chefe da Nação, por essa época, autorizou o emprego de efetivos militares em apoio aos esforços policiais militares no caso de incapacidade para o cumprimento das suas tarefas, pois nas Forças Armadas e no Governo, desde muito tempo, firmara-se a convicção do despreparo das polícias civis e militares estaduais para o enfrentamento da radicalização da esquerda e a luta armada, um dos argumentos da linha dura e dos radicais de direita para o reinício das suas atividades.

Em 5 de abril, a VPR efetuou atentado a bomba na sede do Departamento de Polícia Federal; e, no dia 20 de abril, outro, de mesmo teor, contra o jornal *O Estado de São Paulo*, que resultou em 3 feridos.

Em 23 de maio de 1968, no Rio de Janeiro, o COLINA atacou outra sentinela, dessa vez na Base Aérea do Galeão, levando sua pistola 45. No dia seguinte, morreu um policial em choque com os estudantes, o que acirrou os ânimos na Polícia Militar. Em São Paulo, em 25 desse mês, ocorreram graves agitações, com apedrejamento da Secretaria Estadual de Educação, do *City Bank*, queima de automóvel oficial, lançamento de bomba na redação do *Estado de São Paulo* e invasão da sede da Faculdade de Filosofia. No dia 31 de maio, a VPR realizou novo assalto, dessa vez contra o banco Bradesco, em São Paulo.

Nos meses seguintes a agitação estudantil aumentou. A Polícia Militar, nos diversos Estados, invariavelmente era recebida com pedradas e, não raras vezes, a tiros. A população se solidarizava com os estudantes, por serem seus filhos, afinidades ideológicas ou, simplesmente, representarem o lado mais fraco. Muitos jogavam objetos sobre os policiais do alto dos prédios. Os radicais buscavam mais mártires. Um sargento policial foi morto assim.¹⁵⁸ Mas a morte de adversários, também, contribuía, uma vez que acirrava os ânimos, justamente o objetivo, qual seja, massificar a resistência, não importando as vítimas.

Em 21 de junho de 1968, no maior evento articulado pelo PCB, os estudantes realizaram uma passeata no Rio de Janeiro que, segundo seus organizadores, contou com mais de cem mil participantes, incluindo a adesão do clero esquerdista, dos comunistas, sindicalistas e operários, professores, cidadãos da classe média e simpatizantes. Tal manifestação representava uma importante vitória das organizações comunistas e esquerdistas, uma vez que embarcava outros segmentos da sociedade que não somente o estudantil no seu projeto revolucionário.

Todas essas atividades eram apoiadas e secundadas por políticos, dentre eles os “imatuross”, segundo a Deputada Federal do MDB Ivete Vargas, ela própria bastante ativa: os deputados federais Márcio Moreira Alves, Davi Lerer e Mário Covas, entre outros.

Baseado nos órgãos de inteligência do governo, o Secretário Geral do Conselho de Segurança¹⁵⁹ apresentou uma avaliação com elementos informativos de todo o Sistema Nacional de Informações dando conta que o plano de agitação comunista tinha muita profundidade; contava com o apoio dos deputados esquerdistas que, usando das suas imunidades, insuflavam a mobilização; e recebia apoio externo; tudo com o objetivo de enfraquecer o governo, levando o regime à derrocada. A ação “desarmada” comunista fazia tanto ou mais efeito que a luta armada. A opção do PCB não era irrealista.¹⁶⁰

Aliado à luta armada, tais vetores levavam aqueles órgãos a considerar que “se desenvolvia no País um processo de guerra revolucionária, isto é, a luta de facções da população empenhadas em tomar o poder, para implantar uma nova ordem social, com base na ideologia marxista-leninista a que essas facções estavam convertidas”.¹⁶¹

Em 22 de junho de 1968, a VPR realizou assalto no Hospital Geral de São Paulo, em Cambuci, de onde foram roubados 9 fuzis FAL; no dia 26, em São Paulo, o soldado do Exército Brasileiro, Mario Kozel Filho, de 19 anos, foi morto na explosão de um carro carregado de dinamite direcionado contra o Quartel General do II Exército por militantes da Ala Marighella e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No Rio de Janeiro, no dia seguinte, o civil Noel de Oliveira Ramos, foi morto em conflito de rua, no Largo de S. Francisco, por militante comunista; e, em 28 de junho, a VPR realiza um assalto à pedreira Fortaleza, na rodovia Raposo Tavares, de onde foram roubadas 19 caixas de dinamite e grande quantidade de detonadores.

Já se falou na ligação quase orgânica entre os voluntários para a vocação militar; nas bases teóricas foram citados exemplos; não se falou do ambiente paternalístico que preside tais locais, no qual assoma a figura do líder, o responsável. Nesse diapasão, o comandante do II Exército, general Carvalho Lisboa, ao qual numerosas vozes viriam a se somar, inclusive do almirante Heck, assim se pronunciou sobre a morte de Kozel:

Isto é um tumor que devia estourar. É coisa preparada por gente orientada do exterior. É a onda vermelha que pretende tomar o poder à força. Já esperava os atentados. Não sou um homem que dorme de touca. Eu previa isso, mas a violência me estimula. Se levar um tapa, não viro a outra face. Não sou bíblico. Se alguém me der um tiro, que seja pelas costas, porque senão eu almoço o que tentou.¹⁶²

Logo em seguida, em primeiro de julho de 1968, o major do Exército da República Federativa da Alemanha, Edward Ernest Tito Otto Maximilian Von Westernhagen, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, foi metralhado, por engano, em frente a sua residência, na Rua Engenheiro Duarte, na Gávea, Rio de Janeiro, por militantes do Comando de Libertação Nacional (COLINA), confundido com Gary Prado, o oficial boliviano responsável pela captura e morte de “Che” Guevara.¹⁶³ A escola entrou em efervescência.

Em 3 de julho, “dezenas de estudantes portando metralhadoras, fuzis, revólveres e coquetéis *molotov* ocuparam as faculdades de Direito, Filosofia e Economia da Universidade de São Paulo (USP), fazendo ameaças de colocação de bombas e prisão de generais”.¹⁶⁴

A Passeata dos Cinquenta Mil representa o ponto de inflexão do movimento estudantil. Ocorrida a 4 de julho, no Rio de Janeiro, demonstrou que a rebelião caminhava para o descenso, motivada pelo fato do decréscimo de participantes, pelo início das férias escolares e pela convicção que o movimento de massa era insuficiente para a derrocada do poder vigente. Foi a calma que precederia a tempestade. Os estudantes mais radicalizados encaminhar-se-iam para a luta armada, pois o cérebro do movimento estudantil fora tomado pelos comunistas radicais.

A partir de julho, a Ala Mariguela, também conhecida como Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), recebeu os primeiros guerrilheiros enviados em 1967 para Cuba, onde tiveram treinamento militar; enquanto era despachada a segunda leva de vinte e cinco militantes.¹⁶⁵ Trata-se de um exemplo, ao mesmo tempo representativo e desolador: a maioria tinha menos de vinte anos e muitos, logo, estariam mortos.

No famoso XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, São Paulo, conforme o depoimento do Dr. Lúcio Vieira, Diretor do DOPS de São Paulo, no período de 1969 a 1973, 98,5% eram militantes de organizações subversivas.¹⁶⁶

Contrariando o sigilo e a clandestinidade dos congressos anteriores, a polícia, informada do evento por telefonemas anônimos, cercou e prendeu os participantes. Conforme publicado no Orvil, “ficou comprovado que alguns líderes estudantis, de comum acordo com Marighela e Cuba, chegaram

à conclusão que o desencadeamento da luta só seria possível se o seu ‘braço armado’ saísse do meio estudantil”. Isso porque a “classe operária, ainda apática, e o campesinato, abandonado e disperso, não poderiam ser arregimentados a curto prazo”. Nesse contexto, a “juventude, radicalizada e fanatizada no interior das escolas, era o único instrumento que poderia mobilizar as organizações militaristas que estavam surgindo”. Assim, “Nada melhor do que uma prisão em massa, envolvendo comunistas e inocentes úteis, para servir de bandeira e jogar essa ‘força de trabalho’ nos braços da luta armada”.¹⁶⁷

Em julho, o Grupo Secreto, dos radicais de direita, também, reiniciou suas atividades, lançando uma bomba no Teatro Miguel Lemos, em Copacabana; e realizou pichações no Teatro Maison de France. Entre julho e agosto de 1968, a AC/SP praticou as seguintes ações: assaltos a agências dos Bancos Comércio e Indústria e Bradesco; ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí; ao carro pagador da Massey Ferguson; e à Indústria Rochester-Armaz e Explosivos.

Em um *anticlímax* estudantil, após meses de agitação, ocorreu, no dia 03 de agosto, a prisão de Vladimir Palmeira, militante da Dissidência Comunista da Guanabara, ensejando agitações de estudantes na Guanabara, São Paulo e Salvador.

Em 19 de agosto, a VPR realizou novo assalto à agência do Banco Mercantil de São Paulo; e, no dia 28 desse mês, o COLINA realizou assalto à agência do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

No dia seguinte, teria início um fato que, aparentemente, constituía, apenas, mais uma escaramuça, entre tantas outras. A Polícia Militar do Distrito Federal, apoiada por tropas federais, invadiu a Universidade de Brasília (UnB), em meio a um repique de violência estudantil. E por quê?

Alguns estudantes – dentre eles Luis Gonzaga Travassos Rosa, militante da AP, eleito presidente da UNE no XXIX Congresso Nacional, em Valinhos, São Paulo, em julho/agosto de 1967 – homizaram-se no “campus” da UnB. Travassos, por acaso, com prisão preventiva decretada, possuía vários mandatos de captura expedidos. O Reitor, sabedor do dever legal que se impunha ao encarregado do Inquérito Policial, resolveu transformar a Universidade em “santuário” e não atendeu aos reclamos do Delegado de Polícia.

A ocorrência de parlamentares e ativistas estudantis, encorpou o clima de resistência, ao mesmo tempo em que proporcionava palanque para o proselitismo político e o desafio à ordem legal. Agentes do DOPS, para dar cumprimento ao mandato, foram acompanhados por elementos da Polícia Militar (PM), mantidos à distância; foi preso Honestino Guimarães,

presidente da Federação de Estudantes Universitários de Brasília (FEUB), senha para a *reação* contra os policiais civis, ocasião que se tornou necessária a convocação de integrantes da Polícia Militar.

Então, várias viaturas policiais foram viradas e incendiadas em recrudescimento das hostilidades. A PM agiu com violência excessiva, resultando em dois policiais e dois estudantes feridos. O Deputado Márcio Moreira Alves, sabidamente militante do Movimento Popular de Libertação (MPL),¹⁶⁸ chamou os policiais de “bandidos” e “gagsters”.

O antagonismo entre os que apoiavam o regime e seus opositores acirrava-se. As pressões sobre o Presidente da República eram difíceis de suportar. José Carlos Brandi Aleixo, neto de Pedro Aleixo, referindo-se aos segmentos de oposição ao regime, considera dois grupos: um que se opunha a situação vigente e outro que desejava impedir o regresso à normalidade ou prorrogar o mais possível o estado de exceção, acrescentando: “Nem sempre os do primeiro grupo atentavam para o risco de, com suas palavras e ações, involuntariamente, robustecer os do segundo grupo que, muitas vezes, se encontram dentro do governo”.¹⁶⁹

Em agosto, o Grupo Secreto voltou a atacar com novos atentados à bomba: no dia 05, no Teatro Gláucio Gil, Copacabana; em 21 na Embaixada Polonesa, Botafogo e na Representação Comercial Soviética, Laranjeiras; e a 28, novamente, neste último local.

Mesmo assim, Costa e Silva prosseguia confiante que poderia passar o seu governo para um sucessor civil, sob as condições democráticas que tinha recebido seu mandato. Neste firme propósito, acalentava a esperança de aperfeiçoar os mecanismos constitucionais vigentes, para corrigir seus defeitos, particularmente a falta de instrumentos para o enfrentamento da explosão de violência política, cavalcada pelos radicais. Entretanto, existia um nó a ser desatado, o retorno dos cassados e expurgados, fato que o Presidente acreditava poder ocorrer em até dois anos, se tudo corresse bem.

Entretanto, a conjuntura política nacional tornava cada vez mais difícil a concórdia, como propugnavam os bispos, reunidos em Assembleia Nacional. Os grupos de oposição, acima referidos, inclusive os instalados no governo, mais uma vez apostavam no quanto pior melhor. Faltava apenas um detonador para que a crise ganhasse as proporções almejadas pelos radicais dos dois lados, exatamente como em março de 1964.

O mês de setembro de 1968 seria fatídico. No dia 6, o Deputado Federal pelo MDB da Guanabara, Márcio Moreira Alves, reputado, pela linha dura, como comunista, pronunciou na Câmara dos Deputados Federais dois violentos discursos contra o governo. Dentre outras vituperações, perguntava “Quando o Exército não será um valhacouto de

torturadores?” e prosseguia “[...] Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicotassem esse desfile. Esse boicote pode passar também às moças, às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais”.¹⁷⁰

Pronto, o rastilho da pólvora fora aceso, mas, ainda, havia tempo para apagá-lo. Sem se dar conta envolvia todo o Exército na sua acusação. Era um caso de honra.

Lembre-mo-nos que não havia mais base jurídica e, muito menos, constitucional que proporcionassem o recurso às cassações, aos IPMs, aos expurgos, passagens para a inatividade etc. O que restava era o longo e penoso caminho judicial e, no caso, em função das imunidades parlamentares restauradas, por meio do Supremo Tribunal Federal.

As reações dos setores duros e radicais de direita do segmento de sustentação governista, civil e militar, não se fez esperar. Muitos não haviam se dado conta que os poderes revolucionários tinham sido podados, como não se dão até hoje. Nesse ambiente, o Ministro do Exército, Lyra Tavares, atendendo às pressões dos escalões subordinados, particularmente dos membros do Alto Comando, apresentou uma Exposição de Motivos, apoiada pelos Ministros da Marinha e da Força Aérea, propugnando por providências contra o Deputado. Costa e Silva, assim como ocorrera com Castelo Branco, entrou em cheque.

No dia 7 de setembro de 1968, mais uma sentinela¹⁷¹ da PM de São Paulo foi morta por militantes comunistas, quando de sentinela no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

O Grupo Secreto, para não perder a oportunidade de acidular a crise, praticou mais atentados à bomba: no dia 07, contra o Colégio Brasil, Largo do Machado; em 19, no Teatro João Caetano, Centro; a 26, na Escola Nacional de Belas Artes, Centro; e com a utilização de coquetel molotov, no dia 26, contra o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, Centro, utilizando coquetéis *molotov*.

Após verificada a dificuldade de encaminhamento do processo de Márcio Moreira Alves à própria Câmara dos Deputados, por ausência de apoio, inclusive da base governista, em virtude da inviolabilidade do mandato parlamentar, o Ministro da Justiça concluiu pela tramitação do mesmo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), via Procurador-Geral da República. Entretanto, sua instauração dependia da autorização da Câmara para o prosseguimento.

Todo o governo se envolveu na crise, até mesmo o Presidente da República. Foram realizados ingentes esforços pessoais para a liberação,

pela Câmara, do prosseguimento da lide processual no STF, alertado o estado de espírito dos quartéis e o que era inegociável: a impunibilidade do Deputado Federal, pois, neste caso o governo não se aguentaria. O mandato presidencial estava em jogo, pois havia risco de golpe contra o governo. Nada disso adiantou. A própria base governista negou seu apoio ao Presidente e ao seu governo. Singelamente, os insatisfeitos com o moralismo do regime resolveram retomar uma forma de lembrar o governo da importância dos pleitos parlamentares não atendidos, logo na pior ocasião.

Ainda, em 20 de setembro de 1968, o soldado da PM de São Paulo, Antonio Carlos Jeffery, foi morto a tiros, quando de sentinela no quartel da Força Pública de São Paulo, por militantes da VPR, para roubarem sua arma.

O Presidente da República, em 2 de outubro de 1968, ao receber os cumprimentos antecipados dos parlamentares pelo seu aniversário no dia seguinte, assim se pronunciou:

Na Presidência da República, com o pomposo título de Chefe da Nação, continuo cultivando a mesma humildade de sempre e compreendo, assim, que as derrotas são minhas e as vitórias do Brasil. Não tenho nem ódios nem preconceitos, mas quando se trata de manter o equilíbrio do regime e preservar a ordem, sou intransigente: suplico, exijo, não abduco da vitória. Ainda mais quando tenho certeza de que o Brasil precisa dela. Revolução é chegar ao término das suas realizações. O resto é derrota.

E a maior vitória de nossa Revolução será, sem dúvida, chegar às soluções dos problemas sem sair do regime democrático.

Alguns, até bem intencionados, confundem a humildade do Presidente da República, e a sua decisão de não se afastar da legalidade, como uma demonstração de fraqueza. Enganam-se, também, os que pensam que podem provocar o regime. Provocado, reagirei, pois não aceito desafio de irresponsáveis que querem levar o Brasil à desordem e ao caos.

A coisa mais fácil que existe é ser prepotente e agir pela força. Mas isso não resolve os problemas do Brasil, porque só a democracia de verdade soluciona todos os problemas. Somente dentro do sistema democrático é que a Revolução evoluirá até atingir seus altos desígnios.

Estamos diante de um problema grave, que deve ser resolvido dentro das leis e da Constituição. Se a área política compreender bem essa gravidade, por certo emprestará toda a sua cooperação para solucioná-lo

dentro da ordem e da legalidade.

Jamais admiti lançar mão de processos não regulamentares ou anti-constitucionais. Mas é preciso entender que toda ação gera uma reação.

Não pensem que podem agir à vontade contra as instituições, os inimigos delas, e que ficaremos de braços cruzados. É preciso não confundir tolerância com fraqueza. Somos fortes e nossa reação também será forte.

Temos resistido a grandes pressões, mas estamos convencidos de que a Revolução, que continua, chegará ao seu fim dentro da legalidade e da ordem, que muitos procuram contestar.

[...] Por isso a ARENA precisa estar forte e unida. Não pode haver comandos ou lideranças paralelas. Uma vez tomada a decisão, o Partido todo precisa apoiá-la.

Concluo, fazendo um apelo para que haja entrosamento entre as Forças Armadas e as forças políticas para evitar a anarquia e a luta que só prejuízos trariam ao Brasil.¹⁷²

Costa e Silva depositava confiança na “sólida” maioria parlamentar. Mas, em mais um momento daqueles que ocorreram antes, como na ocasião em que, por uma questão menor, fechara-se o Congresso, ao tempo de Castelo Branco, subitamente os líderes parlamentares resolveram invocar as prerrogativas restabelecidas, erigindo um perigoso impasse.

Se não houvesse a honra militar envolvida, incompreensível para aqueles civis, que não era nem para estar ali, onde não era o seu lugar, em meio aos embates próprios da vocação política, de seus conflitos, baixezas e torpezas, tudo teria prosseguido normalmente. Mas não, para azar do Brasil, ela estava atravessada ali, bem no meio do caminho.

Em outubro, o Grupo Secreto atuou novamente: no dia 03, fez pichação contra o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Botafogo; e, no dia 14, praticou atentado à bomba contra a Livraria e Editora Civilização Brasileira, Centro.

A agitação comunista e esquerdista, percebendo o momento de fragilidade, não deu trégua. Em 12 outubro de 1968, Charles Rodney Chandler, Capitão do Exército dos EUA, foi assassinado pela VPR¹⁷³ ao sair de casa, perante seus filhos, por militantes que lançaram panfletos no local, acusando-o de “agente da CIA”; no dia 15 de outubro, a VPR realiza assalto no Banco do Estado de São Paulo, da Rua Iguatemi; dia 18, o COLINA realizou dois atentados à bomba em belo Horizonte, contra a residência do Delegado Regional do Trabalho e do interventor dos sindicatos dos bancários e metalúrgicos; em 24, o civil Luís Carlos Augusto, que encontrava-se na varanda de um prédio no caminho da manifestação estudantil, foi morto

por disparo de arma de fogo, de acordo com as apurações, proveniente dos manifestantes; a 25, a *Corrente*, organização comunista de Minas Gerais, ligada a Marighella, realiza assalto em uma drogaria em Belo Horizonte e o COLINA executa Wenceslau Ramalho Leite,¹⁷⁴ ao roubarem o seu carro; em 27 de outubro, atentado a bomba contra a loja Searsda Água Branca; e a 29, o COLINA realiza assalto no Banco Ultramarino, no Rio de Janeiro.

Em Brasília, os Deputados Federais de esquerda aderiram às passeatas e dispuseram-se a investir sobre o Palácio do Planalto. Afinados no parlamento, dentre eles Mário Covas, tinham tomado conhecimento, em sucessivas ocasiões, das reais intenções do Presidente da República e do seu governo quanto ao desenlace do episódio Márcio Moreira Alves, apostavam que ele estava blefando, pois não teria a força necessária para enfrentar o Legislativo, sem apoio, como estava, da sua própria base parlamentar;¹⁷⁵ o que não deixava de ser verdade. Esqueciam, porém, da reserva estratégica.

Maria Helena Moreira Alves, assim descreve as avaliações que levaram a essa aposta:

Minhas informações provêm também de longas conversas e análises sobre o acontecimento com Márcio, que é meu irmão. A atitude provocadora adotada por este pequeno grupo de parlamentares chamados “autênticos” situada no contexto da época, em meio ao sentimento eufórico de ofensiva oposicionista e à crença de que não só a luta armada seria a única alternativa como a população estava pronta a levantar-se contra o Estado de Segurança Nacional. Acreditava-se inclusive, em muitos círculos oposicionistas da época, que os militares se dividiriam e que seus dissidentes distribuiriam armas ao povo - como acabara de acontecer na República Dominicana.¹⁷⁶

No final de outubro, após muitas audiências com parlamentares, em uma delas com o Deputado Djalma Marinho, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que estava examinando o processo de Márcio Moreira Alves, o Presidente Costa e Silva apresentou o problema que enfrentava dizendo que “o clima nas Forças Armadas não permitia retardar a solução do caso. E achava muito difícil acalmar os ânimos”. Mediante solicitação do deputado por mais tempo, o Presidente lhe disse que nada mais poderia fazer diante da situação.¹⁷⁷

Carlos Lacerda e seu grupo envolveram-se nas tratativas para a defesa de Márcio Moreira Alves. Esquerda e direita embolavam o jogo, que já estava bastante confuso.

Em 7 de novembro, três militantes da VPR, ao realizar o roubo de um carro na esquina das ruas Carlos Norberto Souza Aranha e Jaime

Fonseca Rodrigues, assassinam o motorista, Estanislau Ignácio Correa, desarmado, com três tiros. Em 11 de dezembro, a VPR realiza assalto à Casa de Armas Diana, na Rua do Seminário, roubando armas e munições e ferindo Bonifácio Ignori.

Em novembro, o Grupo Secreto praticou novos atentados à bomba: no dia 1º, contra a Livraria Forense, Centro; a 02, no Cine Campo Grande, Campo Grande; a 7, no Depósito do Jornal do Brasil, São Cristovão; e, no dia 7, na Embaixada Soviética, Botafogo.

Prosseguiu em dezembro: no dia 02, no Teatro Opinião, Copacabana; em 07, contra o Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming, Vila Isabel e a Agência do Correio da Manhã, Centro; e no escritório do herdeiro da Coroa Imperial, Petrópolis.

Em 12 de dezembro, dia da votação da autorização para o prosseguimento da ação contra o Deputado Márcio Moreira Alves, o Presidente Costa e Silva, no automóvel com o seu Chefe do Gabinete Militar, assim se pronunciou sobre a situação:

Comentou que não se deixaria desmoralizar, porque era o fim da Revolução, sendo precisamente o que desejavam certos parlamentares da ARENA, que não se conformavam em não mandar no Governo.

Disse que havia feito o que lhe cabia fazer, apelar para o espírito público daquela gente, pedira a colaboração para a realização da obra do Governo e, no caso em tela, que ajudassem a desagravar as Forças Armadas agredidas torpemente por um deputado carreirista.

Falou, claramente, que se a ARENA votasse contra o Governo, reforçando a votação do MDB, confirmando as informações que se tinha, estava na firme decisão de dar-lhes a resposta devida, baixando um ato institucional. Sabia o ambiente existente nas Forças Armadas, de inconformismo, com agressão sofrida e que elas, jamais conforma-se-iam em ficar agravadas, De sua parte, também não podia se conformar com a traição do seu partido, faltando-lhe numa hora crucial para o País. Mencionou que jurara a Constituição de 1967 e tudo fizera para cumpri-la, mas entre o juramento e o destino do País, que periclitava, podendo rolar para um despenhadeiro imprevisível, preferia faltar com aquele e salvar a Pátria, pois, além de Presidente, era o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e cumpria-lhe defendê-las e mantê-las íntegras para o bem do País. Aludiu ainda, que era incompreensível, que os deputados da ARENA não quisessem entender a gravidade da situação, extremado-se no princípio da inviolabilidade do deputado faltoso, quando a coisa

poderia ter consequências desastrosas. Não era possível que aqueles homens pudessem admitir, que a Câmara negasse a licença para processar o deputado agressor e as Forças Armadas aceitassem a decisão de cabeça baixa, sem uma reação. Ao contrário, só poderiam esperar reação, ultrapassando até mesmo, o Governo, se não ocorresse em tempo, para evitar a hecatombe.¹⁷⁸

Ainda no Rio de Janeiro, na altura do Instituto Oswaldo Cruz, a Rádio *Jornal do Brasil* anunciou o resultado da votação: 216 votos contra e 136 a favor. O governo saía derrotado da crise política. As forças contrárias tinham vencido a batalha em sua cruzada contra o regime, dessa vez, com a adesão da própria base governista. A comemoração, em Brasília, estendeu-se em euforia noite a dentro, com festa no Hotel Nacional.

O Presidente da República, então, começou a enfrentar a tormenta que soprava por todos os lados. Da sua base política e militar, os duros e radicais de direita, dessa vez cobertos de (suas próprias) razões, exigiam medidas enérgicas. Não menor eram as agruras do Ministro do Exército, Lyra Tavares, em seu gabinete no Rio de Janeiro, apupado pelos muitos oficiais gerais sediados na cidade. O General de Exército Moniz de Aragão, nesta ocasião, afirmou, sob o silêncio dos demais que “se o Presidente está vacilando, então deve ser ultrapassado”, alusão clara ao golpe, ao que o Tavares respondeu, “que fizesse, mas sem o Ministro”.¹⁷⁹

No dia 13 de dezembro, após grave distúrbio de saúde, com elevação extremada da pressão arterial,¹⁸⁰ único sinal individual do torvelinho que estava vivendo, o Presidente da República, após votação do Conselho de Segurança Nacional, composto por ele, o Vice-Presidente, todos os Ministros de Estado, mais os Chefes do Serviço Nacional de Informações, do Estado-Maior das Forças Armadas, dos Estados-Maiores das três forças singulares e dos Gabinetes Civil e Militar, aprovou o *Ato Institucional nº 5*, composto por doze artigos e de teor bem mais rigoroso do que o AI-2, cujo único discordante, foi o Vice-Presidente Pedro Aleixo.

O obscurantismo e a audácia haviam vencido a esperança; a linha dura e os radicais de direita, utilizando-se do impulso desencadeado pela esquerda e por seus radicais, do Congresso, das ruas e da luta armada, dessa vez ajudados por parlamentares moderados, tal qual no judô, aproveitavam-no para derrotar seus adversários e o governo. Foram os vencedores. Dessa vez, não haveria Castelo Branco para refreá-los.

A frase do então suplente de deputado federal, Secretário de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, Carlos Otávio Flexa Ribeiro, pronunciada por ocasião da edição do AI-2, permanecia atual para esta segunda onda autoritária:

Em 35, como agora, as esquerdas são responsáveis pela interrupção do regime democrático e pela implantação do regime de exceção. Essas as razões gerais que conduzem a pensar que o atual sistema de forças deverá perdurar por alguns anos. Fora dessa reflexão só há o imprevisível e o improvável, o fortuito e o acidental. A revolução não está dando ao país o melhor, mas salvou o país do pior.¹⁸¹

Maria Helena Moreira Alves¹⁸² é a única, dentre os estudiosos citados, que apresenta os números dos militares atingidos pela limpeza entre 1964 e 1967: 1.228. Baseado na sua fonte, a *Coletânea Preparada pelo Ministério da Aeronáutica*, verifica-se a não inclusão de aproximadamente 1.400 marinheiros e fuzileiros expurgados, em 1964, em decorrência de atos disciplinares praticados, ainda, no final do período de 1963, dentre os quais as rebeliões no sindicato dos metalúrgicos; nem aqueles que citamos que foram excluídos de engajamento e reengajamento; ou os que não foram promovidos; os que foram presos administrativamente; transferidos para lugares distantes; ou que pediram voluntariamente a transferência para a inatividade etc. Por exemplo, da longa lista dos coronéis de linha dura, os encarregados dos IPMs, apenas dois chegariam a oficial general, assim mesmo por adotarem perfil mais afinado com o regime. Apesar disso, não passariam do primeiro patamar.

Conforme foi dito no início desta subseção, esta obra não está tão preocupada com a precisão desses números. Há registros e não há, mas os indícios apontam para muitos milhares.

O que se intentou demonstrar nessa fase, anterior à vigência do AI-5, foi que militares da esquerda e da direita foram reprimidos, das mais diversas formas e pelos mais diversos motivos, mas com um único fio condutor: retirar o ativismo do interior dos quartéis, navios e organizações castrenses, o que envolveu uma verdadeira caça as bruxas, cuja finalidade era atingir o afastamento da participação disseminada dos militares na política.

Ao mesmo tempo, procurou-se descrever a ação governativa contra a esquerda, a direita e seus radicais, as reações desses segmentos contra o governo no sentido de apresentar resistências capazes de desequilibrar o centro de gravidade político do País, de forma e levá-lo a derrocada, objetivo que, mais uma vez, quase foi alcançado; a utilização que tais facções faziam dos impulsos originados em um ou outro desses setores; e a resultante que consistiu no recrudescimento do regime, talvez como única alternativa de sobrevivência, para não contemplar o pior dos cenários de Huntington, o “dos governos que não governam”.

Apesar disso tudo, comparando-se as ações aqui descritas, em relação aos militares, verifica-se que muito foi realizado no sentido daquelas linhas abstratas contidas no Antimodelo do Enquadramento, conforme abaixo descritas:

1) Os protagonistas políticos foram cerceados na ação de cooptação dos militares e a norma foi despolitizar os militares.

2) As ações foram direcionadas para homogeneizar, neutralizar e esterilizar politicamente os militares, ação que contribuiu para maior coesão institucional.

3) Apesar dos perigos passados, permaneceram ausentes as rupturas da magnitude dos golpes, frequentes no Modelo Moderador, os políticos foram mantidos na função legitimadora e o sistema ganhou continuidade; evitando que os raros novos grupos formados se envolvessem com os militares.

4) Não houve mais necessidade de aprovação pelas elites civis, os *governantes* militares passaram a extrair sua força política da própria corporação e os civis passam a ser coadjuvantes, inclusive como auxiliares na formação, estruturação e manutenção do regime.

5) Os militares assumem o papel de governantes e a direção do sistema, delimitam as esferas de atuação e ampliam a separação entre as atividades políticas daquelas próprias da vocação militar.

O tempo da intervenção, inicialmente pré-fixado (pelo AI-1), tornou-se elástico, em razão da dialética política.

6) A necessidade de recondicionar a mentalidade militar para afastá-la da crença de que deve, constantemente, salvar o país de si mesmo, ainda perdurava em muitos setores.

Entretanto, ao final desta fase, restavam atuando com postura política: os oficiais gerais, os capitães da EsAO e, em paralelo à estrutura militar formal, os setores de Inteligência: Centros de Informações, segundas seções e as seções de informação. Os DOI, ainda não haviam sido criados, a linha dura militar, então, estava representada pelos oficiais gerais e os radicais de direita davam os primeiros passos na sua integração com a comunidade de informações.

Ver-se-á se nas fases seguintes se foi mantido o desiderato do antimodelo e quais suas consequências.

CAPÍTULO 9

O REGIME CIVIL E MILITAR DURANTE O ATO INSTITUCIONAL Nº 5

Fim do Governo do Presidente Costa e Silva

Para entender o preâmbulo desta subseção, faz-se necessário reler com atenção a subseção que tratou da Ideologia Militar: Realista e Conservadora. Em que pese aquela formulação teórica estar direcionada à segurança externa, precisa-se admitir que a preocupação militar havia se voltado para a segurança interna, transmutação que, propõe-se, assimilou toda a estruturação mental que, em uma situação normal, deveria estar orientada para fora. Assim, deve-se ter em mente, pelo menos, o seguinte:

A magnitude e a iminência das ameaças à segurança constituem outra base importante do pensamento militar, pelos motivos já explicitados. Nesse caso, ocorre a valorização da gravidade e premência do perigo, razão pela qual o segmento castrense é devotado às estimativas e cálculos, tão precisos quanto possa ser possível – em termos de poder de combate dos adversários, tempo, espaço, recursos, dentre outros – a fim de obter a adequada segurança militar contra as ameaças, pois não trabalha com intenções dos oponentes, aspecto de natureza política, mutável e efêmero, de difícil avaliação; e sim com capacidades e possibilidades que podem ser efetivamente alcançáveis.

Dessa forma, as avaliações da situação pelos militares não atendem apenas as condições geradas pela realidade objetiva da política internacional, mas, também refletem aspectos subjetivos, tais como astúcia e dissimulação, com escassa margem para erros, pois as consequências podem ser fatais. Por isso, em razão das suas responsabilidades especiais perante a sociedade, eles têm uma tendência de magnificar os perigos e admitir a “pior hipótese”, levando-os a um estado de espírito pessimista e a estimar e se preparar para enfrentar ameaças que podem não se configurar, embora sejam possíveis de ocorrer.¹

Observe-se o que dizem os analistas do ORVIL:

A situação interna ia tornando-se crítica. Documentos apreendidos no Congresso da UNE, em Ibiúna, não deixavam dúvidas quanto à interferência de Cuba no processo subversivo brasileiro. Este fato era de

conhecimento público, como o era o da determinação do mundo comunista de mudar o eixo de seu esforço para a América Latina, uma vez liquidada a guerra do Vietnã, conforme deliberado na última conferência dos partidos comunistas realizada em Bruxelas.²

Não há dúvida de que se desenvolvia no País um processo de guerra revolucionária, isto é, a luta de facções da população empenhadas em tomar o poder, para implantar uma nova ordem social, com base na ideologia marxista-leninista à que estavam convertidas essas facções.

A essa altura, o número de organizações subversivas já ascendia a quase duas dezenas. Incentivadas – algumas, mesmo, financiadas e apoiadas – do exterior, essas organizações vinham realizando o recrutamento e o preparo de seus militantes, aos quais era propiciado treinamento em técnicas de guerrilha, particularmente no exterior, em especial em Cuba, na China e URSS, nesta ordem de importância.³

Razão pela qual, referenciando-se ao AI-5:

Embora o ato possa ter respondido, à semelhança da crise de outubro de 1965, à necessidade de restabelecer a unidade militar, que, de qualquer modo, dava sustentação ao Governo, sua razão fundamental foi a preocupação com a subversão. A falta de conhecimento do processo subversivo apenas agravava a situação, porque impedia uma visão correta do perigo e da maneira objetiva e segura de debelar essa insólita forma de luta. O AI-5 pode ter solucionado o problema conjuntural da unidade militar. Sem dúvida, trouxe facilidades para o combate à subversão, mas, neste aspecto, respondia mais à perplexidade do Governo e das forças de segurança que não dispunham de informações precisas e desconheciam os procedimentos adequados e consolidados para empreender esse combate. Se houvesse esses elementos, ele talvez seria dispensável. Por isso mesmo, ele não foi uma solução muito boa para o Governo e para o País. Foi uma solução emergencial, que se fez duradoura.

[...] Houvesse na Constituição de 1967 dispositivos de defesa do regime democrático, adequados a cada circunstância, bem definidos e sem falsos pruridos, que pudessem ser acionados antes que a tênue divisória entre a guerra e a paz – existente nos dias que vivemos – fosse ultrapassada, toda a situação decorrente das medidas tomadas ao arrepio da lei, provavelmente, poderia ter sido evitada.⁴

Argumentos de um lado ou de outro, o fato é que, assinado o Ato Institucional nº 5, a repressão instaurou-se imediatamente. A revolução finalmente iria atender aos reclamos da linha dura e dos radicais da direita. Antes, iria amputar alguns de seus membros. No dia seguinte à assinatura do Ato, em 14 de dezembro de 1968, em meio a outras ações punitivas, foi preso Carlos Lacerda, cujos direitos políticos seriam suspensos no dia 30 do mesmo mês, juntamente com muitos desafetos oposicionistas que apostaram no blefe e atuaram decididamente a favor do recrudescimento do regime.

Em menos de um ano, todos aqueles que haviam sido poupados nas *razias* anteriores seriam alcançados em diversas ondas: a começar pelos políticos, depois representantes da academia, do meio artístico, militares, servidores públicos e, inclusive, cidadãos comuns. Instaurou-se a censura, a qual, assim como ocorreria com os órgãos de informação, iria aprimorar-se, até alcançar a perfeição no exercício do obscurantismo.

Os órgãos, instituições e conselhos, envolvidos na repressão, em muito foram auxiliados pelos próprios integrantes das instituições de origem dos cassados, os quais, movidos por ideologia, ambições e, até mesmo, por desavenças pessoais resolveram que chegara a sua hora.⁵ Assentado no gargalo, como Secretário do Conselho de Segurança Nacional e responsável pelo processo, estava um dos mais ativos representantes da linha dura, o General Jayme Portella de Mello.

No âmbito militar, foram retomadas as ações de transferência para a reserva remunerada, reforma e cassação de direitos políticos. Logo em janeiro, o General de Exército e Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Pery Constant Bevilaqua, aderente inusitado à oposição ao governo e atuando, frequentemente, em desacordo com os revolucionários, foi aposentado compulsoriamente.

Dir-se-ia que estava tudo acabado para os que acreditavam, ainda, na restauração da democracia. Mirando-se a história, estava mesmo. Pelo menos, por onze anos.

Ante o triunfo da linha dura, Costa e Silva, todavia, continuava operando com a mentalidade de dotar o regime de aparência legal. Possivelmente insatisfeito com a obra perpetrada, em estado de negação sobre a natureza das forças que o cercavam e constrangiam, obrigando-o a decidir diante da ameaça de golpe e sob o impacto das cassações, prisões e perseguições, em fevereiro do ano seguinte, começou a estudar diversas Constituições, com o fito de restabelecer tão logo possível a almejada democracia.⁶

Nesses dois primeiros meses do ano, a esquerda radical cometeu

onze assaltos, cinco roubos a mão armada e praticou um ataque contra patrimônio, ocasionando três mortes e duas pessoas feridas.⁷ Os roubos eram, normalmente, dirigidos à obtenção: de automóveis e placas, para realizar suas ações; armamento, munição ou explosivos. Esses eventos possuíam maior concentração nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Já os radicais de direita, concederam uma trégua, provavelmente em função da edição do AI-5.

Uma dessas ações teria repercussões por todos os anos vindouros. O Capitão do Exército Carlos Lamarca, Comandante de Companhia do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, São Paulo, remanescente de uma das últimas células comunistas ainda ativas no interior daquela força singular, realizou o furto de sessenta e três fuzis automáticos leves, acessórios, três metralhadoras INA e uma pistola 45.

Logo em seguida, com base no Ato Institucional nº 5, seria demitido “Das fileiras do Exército, sem prejuízos das sanções penais a que estiver sujeito..., por ter cometido atos de natureza desonrosa à dignidade militar”.⁸ Em seguida, Lamarca iniciaria suas atividades na luta armada, as quais causariam intensa preocupação no meio revolucionário, em razão do conhecimento militar adquirido, aquela altura, de nível tático.

As investigações conduzidas pela Companhia de Polícia do Exército (Cia PE), do II Exército, em São Paulo, não apenas desvendaram, quase por acaso,⁹ o fio da meada dos numerosos atos efetivados pelos radicais da esquerda, com o comprometimento de inúmeros militantes, “aparelhos”, valores e parte do armamento furtado; como também mostraram as limitações de uma organização militar para a condução dessas atividades especializadas, as dificuldades de ligação com os diversos órgãos civis e militares envolvidos, inclusive policiais, e a inexistência de coordenação entre todos para enfrentar o problema.

O General Ernani Ayrosa Sobrinho, Chefe do Estado Maior do II Exército, em São Paulo, citando entrevista com Roberto de Abreu Sodré, Governador do Estado de São Paulo, versando sobre a capacidade daquele ente da federação fazer frente ao desafio da esquerda e manter a ordem, assim se refere à questão:

Ele não tinha esta capacidade, por uma razão muito simples: o problema era muito amplo, a situação insólita e nós mesmos, que antes de irmos para São Paulo nos preocupávamos com o problema e o havíamos estudado, tateamos um bom tempo, em busca da solução. [...] Acima de tudo, a deficiência decorria da falta de unidade de comando, da falta de unidade de coordenação. Embora a Polícia de São Paulo tivesse um

efetivo muito grande, fosse bem equipada e inclusive a Polícia Militar fosse comandada por um oficial do Exército, tendo, portanto, um relacionamento com o Exército razoavelmente bom – não havendo esse problema de divórcio entre a Polícia e o Exército – não havia, também, uma ação coordenada, um objetivo definido. Faltava alguém que superintendesse, que orientasse, que coordenasse as ações. Quando fomos para São Paulo, aquilo que viria a ser a Operação Bandeirante já havia sido esboçada. Prevíamos a necessidade de atuação do conjunto, englobando todos os órgãos de segurança federais e estaduais da área.¹⁰

Enquanto isso, o fio de esperança do retorno democrático, mais uma vez, estava depositado em uma *Emenda* à Constituição de 1967, de cujo texto-base ficaria encarregado o Vice-Presidente da República, Pedro Aleixo, o qual, apesar de ter sido o único voto discordante ao AI-5, permanecia merecedor de todo o respeito do Presidente. Na ocasião, Costa e Silva dissera: “Devemos, portanto, respeitar seu voto. Embora não seja o da maioria do Conselho, eu prezo muito a sua opinião e peço a Deus que não me venha, amanhã, a convencer de que ele é que estava certo”.¹¹ Segundo seu neto, “Pedro Aleixo trabalhou no pressuposto de que, feita a reforma, cessavam os motivos para manter vigente o Ato Institucional nº 5”.¹²

Em meio a tais tratativas, os radicais da esquerda não davam trégua. Entre março e junho de 1969, realizaram trinta e dois assaltos, dois atentados à bomba, três ataques contra militares, patrimônio ou organizações, dois roubos, um sequestro e uma ação de sabotagem. Mataram nove pessoas e feriram cinco nas suas ações, tendo permanecido um incapacitado.¹³

Em 19 de maio de 1969, um expoente militar da linha dura foi alcançado pelas cassações: o Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior, cuja justificativa, que acompanhava o ato, acusava-o de “atividades subversivas e de contestação ao governo da Revolução... Falta ao dever de lealdade aos seus superiores hierárquicos, articulando a organização de um Governo de exceção, chefiado por pessoa incompatível com os princípios da Revolução”, uma vez que “divorciou-se dos deveres fundamentais do militar, tomando posição incompatível com a condição de Oficial Superior do Exército ativo e com as normas basilares da organização das Forças Armadas”.¹⁴

Tratava-se, claramente, da continuidade na senda de reforçar a hierarquia e a disciplina, implicitamente contidas no Decreto e,

subsidiariamente, enfatizar a tendência de retirada dos militares políticos dessa atividade. Teria terminado assim, não fosse o General de Exército Augusto César Moniz de Aragão, da linha dura, ter tomado a defesa de Boaventura.

A questão proporcionaria a oportunidade de desatar um dos nós que agrilhoavam o pensamento de muitos militares, inclusive entre aqueles do mais alto nível hierárquico, no sentido de elucidar a titularidade da legitimidade do governo: se originada nas Forças Armadas ou no povo e suas instituições. O AI-5 e o fechamento do Congresso estimulavam a busca de definições.

Moniz de Aragão, por meio de carta ao Ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, sob o pretexto de defender Boaventura, mas procurando firmar sua liderança na “opinião militar”, força a mão. Mediante o pretexto de não ter recebido resposta do General Lyra Tavares, realiza uma reunião em seu Departamento de Provisão Geral, órgão administrativo, de onde profere críticas ao círculo presidencial, leia-se, particularmente, Jayme Portella, de quem é desafeto, transcritos em nova carta, com data de 17 de junho, dirigida ao seu superior e distribuída em diversos comandos, nas escolas militares, Congresso e, até mesmo, representações diplomáticas.

A acusação, contida na parte inicial, seria de nepotismo e inclinações ditatoriais do círculo palaciano, no sentido de isolamento das demais fontes de representatividade, inclusive aquelas militares. Mais adiante explicita a questão essencial:

Os oficiais das Forças Armadas, porque se julgam responsáveis pelo regime revolucionário, entendem que têm o direito e o dever não só de fiscalizar e apreciar os atos do Governo, que imaginam sua criatura, como até de afastá-lo se dele discordarem.¹⁵

A intenção desta assertiva não significava o afastamento das Forças Armadas do regime, mas o afastamento do presidente em exercício vale dizer sua remoção. Consistia na ressurreição da ideia de que o governante seria um delegado da opinião militar, seja lá o que isso fosse, ou mesmo que existisse. Se errasse poderia ser *ultrapassado*, a palavra mais apreciada pelos novos golpistas.

O General Antônio Carlos Muricy, Chefe do Estado Maior do Exército, assim “como Lyra, interpreta o discurso de Aragão como legitimação de um controle coletivo dos quartéis sobre o governo. Para o primeiro, isso denota uma ‘tentativa de diminuição da autoridade

governamental’.”¹⁶ Vale dizer, tentativa de tutela ou instauração de uma soberania militar.

A vocação política e a vocação militar estavam em choque. O Ministro do Exército apresenta a única solução viável. Em reunião do Alto Comando sobre o Caso Aragão assim coloca a questão:

Nenhum de nós há de sustentar, sobretudo para conhecimento da Nação, que as Forças Armadas fizeram a Revolução sem o Povo, pois que o trabalho do PCB consiste exatamente em afirmar que o Povo está contra a chamada Ditadura Militar criada pela Revolução. A afirmação de um General de Exército, no sentido de que cabe aos oficiais das Forças Armadas fiscalizar os atos do Governo e até afastá-lo do Poder se dele discordarem, provocaria, como consta que já está sendo feita, a pergunta demolidora da Revolução: E o Povo? E as Classes Produtoras? E os Sindicatos de Classes? E os outros Poderes da República?¹⁷

A argumentação equilibrava-se sobre o fio da navalha, posto que o Congresso estava fechado, mas indicava que o regime não renunciaria às referências democráticas e nem aceitaria o retrocesso para o entrelaçamento do político com o militar. Para a surpresa de Moniz de Aragão, a reação dos Generais de Exército foi de repulsa. Ao mesmo tempo em que hipotecavam seu apoio ao Ministro do Exército, propugnavam pela, inédita, exclusão de um membro do Alto Comando, o que foi feito. O General Moniz de Aragão perderia, também, o cargo que ocupava, permanecendo sem função. Dessa maneira, o rumo ficava mantido.

Impávido, Pedro Aleixo tratou de coligar as muitas propostas recebidas para a futura *Emenda*, entregando-a ao Presidente da República em 24 de junho de 1969. Em uma segunda fase, reuniu-se, entre 14 e 17 de julho de 1969, uma Comissão de Alto Nível, presidida por Costa e Silva e composta pelo próprio Vice-Presidente, relator e organizador, e dos Ministros da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, do Planejamento Hélio Marcos Penna Beltrão, do STF Temístocles Cavalcanti, do ex-Ministro do STF Carlos Medeiros da Silva, do Chefe do Gabinete Civil, Rondon Pacheco, e do Reitor da Universidade de São Paulo, Miguel Reale.

Costa e Silva engajou-se no projeto tendo participado de numerosas reuniões, ocasião em que se revelava entusiasmado com o andamento dos trabalhos, apoiando as teses de Aleixo e contrariando às teses do Ministro Gama e Silva, sempre radicais.

Ao término de uma dessas fases de elaboração constitucional, o Chefe do Gabinete Militar, Jayme Portella de Mello, assim expressou seu estado de ânimo:

O presidente havia ficado satisfeito, considerando haver realizado a mais importante obra de seu governo. Sentia-se feliz por ter podido conviver durante aqueles dias com homens considerados portadores da maior cultura jurídica do País. Ele não escondia sua alegria: era como se houvesse tirado uma carga de sua consciência.¹⁸

Em 26 de agosto de 1969, o Presidente encaminhou a redação final do texto base para os Gabinetes Civil e Militar de Presidência da República. A ideia original seria promulgar a nova Constituição, concomitantemente, com o fim do recesso congressional daquele ano.

Em meio às tratativas, a militância radical de esquerda praticou dezoito assaltos, dois atentados à bomba, três ataques contra militares, organizações ou patrimônio em julho e agosto; que resultaram em duas pessoas mortas e uma ferida.

Todavia, não tinha, mesmo, chegado a hora do Brasil ver restabelecida a pugna política em sua normalidade, sem extremismos. O ano de 1969 deslizaria em lenta agonia, sob os apupos da direita e da esquerda, em uma luta fratricida, efetivada por brasileiros contra brasileiros, que não atendia ao chamado da razão, da temperança ou de alguma finalidade. A primeira, a exigir sempre mais repressão, e, a segunda, apesar de combalida, a exacerbar ainda mais as resistências, desta vez, sob a roupagem da luta armada.

Em 29 de agosto de 1969, o Presidente Arthur da Costa e Silva sofreu o primeiro acidente vascular cerebral, o qual o impossibilitaria de governar e o levaria à morte em menos de quatro meses; fato magnificador da fragilidade de um regime que respirava a custa de aparelhos, repressivos, e cuja existência repousava única e exclusivamente na energia vital advinda da coesão militar. Qualquer fissura, poderia virar uma fratura e acabar em uma ruptura. Ainda mais com os ânimos acirrados.

Até esta data, foram alcançados pelas medidas punitivas, no âmbito político: 4 Senadores e 1 suplente, 1 Ex-Governador, 74 Deputados Federais, 7 suplentes de Deputado Federal, 145 Deputados Estaduais, 15 suplentes de Deputado Estadual, 9 Prefeitos, 4 Vice-Prefeitos, 28 Vereadores, 2 suplentes de Vereadores; no Judiciário: 3 Ministros do STF, 1 do STM, 1 do TCU, 5 Desembargadores, 30 Juizes, 6 Procuradores, 5 Promotores, 1 Defensor, 2 Serventuários, 1 Consultor e 1 Tabelião; no Executivo: 186 funcionários públicos, 108 do Ministério da Educação e Cultura, seguido de 35 do Ministério das Relações Exteriores, além de outros; além de 4 policiais militares, 12 policiais civis e 97 cidadãos. No âmbito militar, foram alcançados 81 de seus membros, à esquerda e à direita, sendo um oficial general.¹⁹

Costa e Silva, enquanto lutava pela vida, em seu leito de morte, deixava o País em suspenso. Tal qual ocorre naqueles filmes de ação em que, subitamente, são suprimidas as palavras, e permanecem, apenas, os movimentos; os quais, sem elas, parecem conceder àqueles atos qualidades surreais, às vezes desconexas. Assim estava o Brasil.

Apesar de tudo isso, como Castelo Branco, aquele presidente deixou um importante legado em matéria econômica. De 1966 a 1969, o Brasil cresceu 39,47%, correspondendo, respectivamente, a 4,8%, 11,2%, 10% e 8,8%, a cada ano.²⁰

Junta Militar

No domingo, 31 de agosto, Pedro Aleixo foi informado pelos Ministros Militares que não assumiria a Presidência da República, pois se posicionara contra o AI-5 e, assim como Costa e Silva, era favorável à abertura do Congresso e à promulgação da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, da sua lavra.²¹ Outra parcela afetada atingiu o grupo palaciano, particularmente Jayme Portella de Mello, que advogava a continuidade na gestão de Costa e Silva até o esclarecimento da sua condição de saúde mental, solução recusada.

À constitucionalidade e à legalidade, já devidamente fragilizadas pelos Atos Institucionais, somou-se, em 1ª de setembro, mais um, de número 12, pelo qual os Ministros Militares resolviam que, enquanto durasse o impedimento do Presidente da República, exerceriam suas funções.

Nesse contexto, por vários motivos, instaurou-se o maior risco de retrocesso de todo o Regime Civil e Militar, no tocante aos avanços obtidos por Castelo Branco e Costa e Silva, na persecução do objetivo de retirada da participação generalizada dos militares da política.

Em virtude da recusa em cumprir o único critério existente para pautar a sucessão, por irônico acaso, constitucional, qual seja, entregar o poder ao Vice-Presidente, formou-se um vácuo em relação a todos os procedimentos do processo, inclusive quanto à eleição do novo Presidente e ao período final do governo Costa e Silva.

Em face da sua própria decisão desestabilizadora, restou à Junta Militar partir para a improvisação. A fim dela mesma não ser acusada de instaurar um poder ditatorial, no arremedo que subsistia de legalidade, foi deflagrado um processo sucessório sem regras definidas, ensejando uma deletéria possibilidade de retroação na, recente e polêmica, questão da legitimidade ou soberania dos quartéis.

Novamente, reaparecia o problema da coesão da caserna, diante de

desafios que não lhe eram próprios, mas que teimavam em se apresentar desde que os novos governantes resolveram introduzir seus dedos na roca de fiar do destino político do país; pois era a quimera, dos desavisados e sonhadores, de a vocação militar, amparada em consenso, poder conviver pacificamente com a vocação política, intrinsecamente fragmentária, bem representada na política partidária. Seria o ovo de Colombo para o militarismo político.

A solução não poderia afetar a unidade militar, elemento fundamental para a continuidade do regime e, em última análise, para a estabilidade do Brasil. Vivendo sob uma situação de exceção, qualquer movimento em falso provocaria uma derrocada.

Em meio a essa agonia, a esquerda apupava com os seus tambores de guerra. Logo no dia 4 de setembro, elementos da Aliança Libertadora Nacional e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, oportunisticamente, em viés negativo, realizaram o primeiro sequestro de autoridade diplomática, o Embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, notícia com grande repercussão internacional que chamou a atenção mundial para a luta armada no Brasil; com fins propagandísticos e de desafio ao poder vigente, teve o caráter subsidiário de contribuir para desestabilizar, ainda mais, as difíceis condições em que a Junta governava.

Na verdade, os assaltos, ataques, atentados, roubos de armas, explosivos e assassinatos, embora impactassem a opinião pública e militar, tornavam-se rotineiros, perdendo o efeito almejado por qualquer movimento terrorista.

O fato impressionou muito o triunvirato no poder e trouxe diversos desdobramentos. O ineditismo do ato constrangeu os novos governantes, os quais tiveram que aceitar as exigências dos sequestradores e dos Estados Unidos. Essa atitude de fraqueza provocou reações na linha dura, na comunidade de informações, na *opinião da caserna* e nos quartéis. Assim, no dia seguinte ao do sequestro, foram editados dois Atos Institucionais: o de nº 13 estatuiu a prática dos banimentos,²² no caso, dos prisioneiros libertados, fato que não havia ocorrido com os desafetos do regime, até então meros fugitivos; e o de nº 14 estabeleceu a pena de morte, prisão perpétua ou banimento nos casos de “guerra psicológica, guerra adversa revolucionária ou subversiva”, bem como de guerra externa.²³

O evento ensejou, ainda, alterações na *Lei de Segurança Nacional* (LSN), tornando-a mais estrita e, na mesma ocasião, modificações substanciais na proposta da Emenda Constitucional da lavra de Pedro Aleixo, conhecida como de nº 1, a qual foi outorgada durante o recesso do Congresso Nacional, juntamente com o AI-14, também incorporado à

Constituição de 1967, passando a ser conhecida como a Constituição de 1969, de caráter mais rígido que a anterior.

A LSN, com espectro amplo de aplicações, permitia interpretações sobre o que fosse crime contra a segurança nacional e abrangia atividades envolvendo indivíduos, grupos ou associações, particularmente sindicais; meios de comunicação e informação e partidos políticos; prevendo penas de prisões para greves em serviços essenciais ou públicos e de funcionários públicos; e responsabilizando criminalmente proprietários, editores e jornalistas por divulgação de fatos ou opiniões que afetassem qualquer de seus dispositivos, nesse caso, permitindo a apreensão de edições ou, até mesmo, o encerramento das suas atividades.²⁴ Na prática ficavam cerceadas as liberdades de reunião, associação e opinião, constituindo-se em substancial instrumento repressivo.

Em que pese o amadorismo do ato dos sequestradores ter proporcionado a descoberta da localização do cativado do Embaixador dos EUA, em menos de vinte e quatro horas, a aceitação das suas imposições, somada ao processo de sucessão, levou ao ressurgimento de atitudes autonomistas na tropa.

Os paraquedistas protagonizaram alguns eventos, inclusive de desobediência. No dia 7 de setembro, o Batalhão Santos Dumont recusou-se a desfilar; alguns de seus elementos invadiram a Rádio Nacional para divulgar protesto contra a Junta Militar; deflagraram uma operação, de nome “Pilha Branca”, visando a renúncia dos novos governantes até 9 de setembro; e chegaram a se dirigir ao aeroporto, a fim de impedir que o avião conduzindo os prisioneiros trocados pelo embaixador pudesse partir para o seu destino no México; fato que não ocorreu por questões oriundas da improvisação que cercou o ato. Ao todo, ademais de oficiais superiores, inclusive generais, trinta capitães dessa elite armada estavam envolvidos nas diversas insubmissões.²⁵

Em meio à efervescência da Vila Militar, cento e oitenta e nove oficiais da ativa enviam carta ao postulante à Presidência da República, General Afonso de Albuquerque Lima, explicitando a confusão que lhes vai à mente:

Frente à vida moderna, deixou o oficial do Exército de ser um simples artifice da guerra para dar lugar ao cidadão cômico de suas responsabilidades civis perante a Nação. Tornou-se um elemento com os sentimentos nacionalistas muito mais arraigados que antigamente. Politizou-se no sentido honrado da palavra, para poder fazer frente aos inimigos internos e externos que tentam nos arrastar com sua ideologia anticristã e materialista. Tornou-se um defensor de nossas instituições.²⁶

Essa atitude assinala diferença fundamental. Maud Chirió aponta: “Esse novo papel do oficial nivela a escala hierárquica. Entretanto, os redatores do manifesto querem a liderança do general: não reivindicam o exercício direto do poder”.²⁷

Mesmo assim, todo o trabalho de Castelo e Costa e Silva estava colocado em cheque. Isso tudo em meio a um processo heterodoxo de sucessão presidencial. Para complicar, o candidato preferido dos paraquedistas era o próprio General de Divisão Afonso de Albuquerque Lima, expoente da linha dura, ex-ministro de Costa e Silva que, atendendo às novas imposições, desincompatibilizara-se de seu cargo político e voltara para a atividade militar, embora tenha deixado clara a sua opção de concorrer à Presidência da República.

Entretanto, a Junta já operava sob a nova mentalidade, assim não houve tergiversação. Em 8 de outubro, todos os revoltosos foram presos. Nenhum chegaria ao posto de general.

No mesmo dia, em consequência do rápido desbaratamento da trama envolvendo o embaixador, ocorreu, também, o primeiro sequestro de avião por militantes da esquerda radical, que seria desviado para Cuba. Muitos dos participantes da ação de 4 de setembro fugiam voluntariamente, juntamente com os cativos trocados pela libertação do diplomata. Além disso, abriu-se uma válvula de escape para os militantes capturados, os quais, a partir de então, poderiam ser libertados, via banimentos, em troca de raptados.

A direita radical, em razão dessas ações audaciosas da esquerda, para avisar que não estava morta, cometeu dois atentados à bomba: em 19 de outubro de 1969, na residência do Cônsul de El Salvador, no Flamengo; e, no dia 29 de novembro, na embaixada da então Tchecoslováquia, no mesmo bairro.

A indefinição, inoculada pela improvisação da Junta Militar, apenas aumentava as tensões. Em razão da premência de tempo e da ausência de regras, partiu-se para única ação possível: realizar uma consulta aos comandos militares a respeito do nome que poderia unir os revolucionários. Isso, sem estipular adequadamente os critérios para este escrutínio, como o fizera Castelo Branco nos difíceis momentos em que teve que criar procedimentos para as sucessões estaduais e a sua própria, inclusive quanto ao papel dos militares no processo.

A Junta sabia que corria contra o tempo, ameaçada, dessa vez, pela instabilidade instaurada no interior das Forças Armadas, em decorrência do processo sucessório e das rebeliões militares. Foi um período curto, embora turbulento, no qual o Poder Nacional correu enormes riscos.

A Marinha tentou uma candidatura própria, a do Ministro Augusto Rademaker; o Exército, todavia, deixou explícito que o novo governante sairia de suas fileiras. A Força Aérea não se manifestou por alguém em particular. A Marinha e o I Exército, a quem se subordinava a Vila Militar e os paraquedistas, onde ressurgiam as manifestações e panfletos políticos, inclinaram-se pela indicação do General Albuquerque Lima.

Esse oficial general, por sua vez, interveio ativamente na questão, propugnou por regras, lançou alternativas, advogou a interferência dos líderes e não apenas dos chefes, vale dizer, dos membros do Alto Comando, tumultuando, dessa maneira, a sucessão. Baseava-se na necessidade de união, que, no seu entender, deveria ser obtida pelo grau de convergência da insopitável opinião militar, a qual veio trabalhando desde que assumiu o importante Ministério do Interior. Sem precisar em que ponto deveria parar a consulta, desejava o máximo de gente interferindo no processo, levando o General Muricy a dizer: “Nesse caso, vamos acabar no cabo. Vamos ouvir o cabo, porque ele tem o mesmo direito [...] de opinar numa coisa nacional”.²⁸

Outro oficial, provavelmente General de Exército, em documento que não o identifica, assim coloca a questão:

Quanto à consulta às bases..., não me parece melhor processo utilizável num organismo militar que se alicerça na hierarquia e na disciplina, pois os Chefes os verdadeiros Chefes - são, em qualquer ocasião, máxime nas horas de crise, os depositários da confiança se não da totalidade, pelo menos da grande maioria de seus comandados. Do contrário seria admitir que às vésperas da decisão de uma Batalha, teria o General em Chefe de *consultar milhares ou milhões de soldados*.

Feito o transplante para o quadro político, a situação é a mesma. Por isso, penso e julgo que a auscultação não deveria ir além dos Generais, Chefes que são responsáveis por tudo quanto fazem ou deixam de fazer suas Grandes Unidades.

*A não ser assim, seria a inversão da hierarquia e a subversão da disciplina. Teríamos então voltado aos idos de 1963 [com] os sargentos de JOÃO GOULART e os “Generais do povo”.*²⁹

O Ministro da Marinha Augusto Rademaker enfrentou a reação do Almirantado, derrotado ao oferecer seu nome e, depois, na preferência dos almirantes por Albuquerque Lima, em proporção de 37 de um total de 69, viu-se obrigado a decidir contra a vontade da maioria em favor do indicado, Emílio Médici, apoiando-se, exclusivamente, na posição dos dois

almirantes detentores de comandos de forças: o Comandante de Operações Navais e o Comandante Geral dos Fuzileiros Navais. A Força Aérea aderiu aos majoritários.

Um dos almirantes, recalcitrante, Ernesto de Mello Batista, ensejou a edição do Ato Institucional nº 17, que tinha por finalidade reforçar a cadeia hierárquica na prerrogativa de decidir a sucessão. Acabou preso e transferido para a inatividade. Naquele documento, ficava enfatizada a linha de pensamento do enquadramento:

[...] CONSIDERANDO que as forças armadas, como instituições que servem de sustentáculo dos Poderes constituídos, da lei e da ordem, são organizadas com base nos princípios da hierarquia e da disciplina, resolvem baixar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º - O Presidente da República poderá transferir para a reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das forças armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo, dos princípios basilares e das finalidades precípua de sua destinação constitucional.³⁰

O recado era claro: nem mesmo um oficial ocupante do posto mais alto da hierarquia estava isento de cumprir as determinações advindas dos superiores, mormente quando emanadas dos supremos mandatários.

O processo da imposição de candidato que não era do gosto dos almirantes, além da descoberta de que o Exército tinha prerrogativas na indicação dos presidentes, deixaria sequelas na Marinha, cuja revanche ocorreria no distante ano de 1984; ciente da impossibilidade de interferir por voto, iria agir por veto.

A esquerda radical recrudescera suas atividades, sempre de forma oportunista e devastadora para as hostes militares. Entre a assunção da Junta Militar e seu término, no curto período de sessenta dias, realizou doze assaltos à mão armada, dois ataques à bomba, dois ataques contra o patrimônio, dois roubos, além dos dois sequestros já citados; ações que resultaram em uma pessoa morta e uma ferida.³¹

Mas o Alto Comando do Exército não somente manteve as suas prerrogativas, como conduziu o processo da maneira que considerou ser a melhor. Em meio às diversas interpretações e regras, estabelecidas, muitas vezes em comandos locais, sem um critério unificado, mas considerando que deveria ser um general do mais alto posto o candidato, sob a batuta

daquele colegiado, optou pelo General de Exército Emílio Garrastazu Médici.

Nesses dois turbulentos meses, a coesão militar foi colocada à prova como nunca; a vocação política e a vocação militar estiveram a um passo da improvável fusão; as conquistas de Castelo Branco e Costa e Silva ficaram por um fio, pois a ebulição política na tropa, causada pelo sequestro e pela sucessão, ressuscitou o espírito autonomista das camadas mais baixas da hierarquia que, na época do acidente vascular do Presidente, já estavam devidamente controladas.

Por exigência do candidato, em 22 de outubro de 1969, suspendeu-se o recesso parlamentar. Com o Congresso Nacional reaberto, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) aprovou, por unanimidade, a escolha do General Médici. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), amplamente minoritário e devastado psicologicamente pelas cassações, absteve-se. A ARENA continuava representada por 45 senadores e 277 deputados federais, correspondendo, respectivamente, a 2/3 e 3/5 da representação; e o MDB por 20 senadores e 132 deputados.³² O resultado do Colégio Eleitoral foi de 293 votos a favor e 76 abstenções.³³

O novo Presidente do Brasil foi empossado no dia 30 de outubro de 1969, devendo completar o mandato de Costa e Silva e prosseguir até 15 de março de 1974. Exceto por Mello Batista, não houve maiores reações individuais, nem mesmo da linha dura ou dos radicais. Coletivamente, alguns capitães da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) do Exército lançaram um manifesto, conclamando pela “construção revolucionária coletiva”, leia-se, a participação deles, mas que não teve repercussão.

De 29 de agosto até esta data, seriam alcançados pelas medidas punitivas, no âmbito político: 1 Senador, 8 Deputados Federais, 1 suplentes de Deputado Federal, 11 Deputados Estaduais, 2 funcionários legislativos, 4 Prefeitos, 2 ex-Prefeitos, 7 Vereadores; no Judiciário: 1 Ministro do TRF, 3 Juízes, 4 Promotores e 1 Tabelião; no Executivo: 41 funcionários públicos, sendo 16 do Ministério da Educação e Cultura, incluídos professores universitários, além de outros; além de 5 policiais militares, 6 policiais civis e 46 cidadãos. No âmbito militar foram alcançados 41 de seus membros, à esquerda e à direita, sendo um almirante de esquadra da linha dura e um general de divisão.

Do ponto de vista militar, o processo político de condução da sucessão presidencial evidenciou o triunfo da hierarquia, mesmo que tenha sido necessário valer-se dos recursos disponíveis para a manutenção da disciplina. O poder fluía de cima, dos que possuíam quatro estrelas, dos Ministros, do Exército. Para Maud Chirió, “O grupinho de generais de quatro estrelas parece dotado de força política, militar e simbólica suficiente

para governar o país sem contrapoder e, em caso de necessidade, contra a opinião da própria maioria militar”.³⁴

Em meio à confusão instaurada pelo triunvirato castrense, foi possível manter o rumo do enquadramento e tratar a esfera da vocação política em nível diferente da militar, mantendo a referência do caminho a seguir.

A Junta Militar deu ensejo a uma teoria que ficaria conhecida como dos “Partidos Militares”, adotada por copiosa corrente de intelectuais brasileiros. Não é do interesse desta investigação entrar em considerações sobre as ideias contidas naquela argumentação, entretanto, por consistir em uma formulação que impacta o curso da análise sobre as Relações Cíveis e Militares, objeto desta pesquisa, dedicaremos algumas linhas ao tema.

Para Alan Rouquié, mentor da hipótese,

[...] os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada.³⁵

A primeira parte dessa argumentação assemelha-se à proposição de Samuel P. Huntington de institucionalização de governos militares pela via da partidarização de seus membros, conforme seus modelos mais admirados: Egito, Turquia, Coréia, entre outros. Como já dito e demonstrado, não foi a opção dos governantes militares brasileiros, os quais, contrariando as recomendações daquele autor, adotaram a estratégia mais arriscada e ambiciosa de retirar a peça postiça da engrenagem, o intervencionismo castrense, por atentar contra a coesão e instaurar o dissenso político, contrário a vocação do segmento armado.

Se a hipótese defendida está no caminho certo, tal alternativa levaria o sistema a um choque que o deixaria exposto às suas próprias mazelas; obrigando-o a enfrentar suas falências, vale dizer, uma estrutura engessada, posto que presidencialista, e dependente da cooptação de um corpo político fragmentário, intrinsecamente corrupto, oligárquico e personalista, entre outros malefícios; sem a muleta militar para se apoiar.

Mas aqueles mandatários não seriam irresponsáveis. Habitados ao cálculo dos riscos, aparentemente, tais governantes, almejavam legar um corpo armado confiável, apolítico, autônomo, constitucionalista e legalista, para atuar, apenas, na hora mais indesejável, a da ruptura, a qual, apesar

dos infortúnios, passados mais de trinta anos da restauração democrática, ainda, não se apresentou.

A segunda parte da assertiva, também aparentemente, refere-se ao, já citado, curto período de desordem instaurado pela Junta, o qual durou dois meses, ocasião em que, por falta de seguimento às previsões constitucionais e orientações claras, estabeleceu-se a desordem, quase levando ao retrocesso os avanços obtidos junto ao segmento castrense.

Observando-se as diversas eleições e considerando-se eliminada a via esquerdista: a opção por Castelo Branco corresponde mais a um arranjo conservador, civil e militar, sendo este último sem segmento identificável, uma vez que incluiu, conforme foi visto, largo espectro de tendências; a (auto) postulação de Costa e Silva, da mesma forma, apresenta uma articulação civil, quase ausente de militares, no caso, restritos aos membros do seu gabinete e uns poucos colaboradores. Embora possa aparecer como uma representação da linha dura, a qual serviu mais como instrumento da sua estratégia do que uma efetiva opção política, não prescindiu do apoio dos moderados e nem mesmo dos radicais.

A partir de Emílio Médici fica mais evidente a fratura entre as opções dos governantes militares com as noções teóricas acima expostas. Maud Chirió, referindo-se ao processo eletivo de Ernesto Geisel, apesar de adotar a expressão partido militar diz: “Pertencer a determinada facção não constitui o único quesito determinante na atribuição de cargos, nem resume a maneira pela qual os militares concebem a distribuição da legitimidade política em sua corporação”. Para a autora “o prestígio profissional, a personalidade do oficial e sua reputação, bem como seu passado político e, naturalmente, sua posição hierárquica, são elementos essenciais”.³⁶

Mais todos aqueles atributos da vocação militar e um mais importante do que todos os demais: tal qual para os campos de batalha, o líder deve se encaixar na missão que vai desempenhar. Assim, se o que se prevê é um combate defensivo, não adianta designar um general ofensivo. Mas, se o que se pretende é uma abertura política, então não resolve impor um radical ou linha dura. Além disso, não interessava mais o faccionismo. O verdadeiro líder deve agregar as eventuais divergências.

Nem a candidatura de Emílio Médici, portanto, que serviu de modelo àquele enunciado, atende aos seus pressupostos, uma vez que, ao contrário do que sugere a teoria, apesar da semelhança com o que foi proposto, restrita aos dois meses da confusão sucessória instaurada pela Junta, termina por privilegiar o consenso, a autoridade, a hierarquia e não alguma fração.

Da mesma forma, as opções por Ernesto Geisel e João Figueiredo representam uma fase em que os governantes exerciam uma espécie de *dedazo*,³⁷ dispensando consultas mais aprofundadas. Em que pese terem

gerado algum reduzido descontentamento, não deixaram de buscar o apoio de todos, civis e militares, em detrimento de algum segmento.

Sobre o tema, Maud, novamente, tece apreciações:

O general Geisel chega à frente do Estado brasileiro em 15 de março de 1974 em circunstâncias que podem parecer espantosas, comparadas às duas sucessões presidenciais anteriores. Em primeiro lugar, sua designação como candidato da Arena e da “Revolução”, em junho de 1973, pelo presidente Médici, contradiz a estruturação comumente aceita do espaço público intramilitar. Com efeito, o herdeiro é claramente identificado com a facção castelista, ao contrário de Médici, considerado um radical. Segunda estranheza: nem a revelação da candidatura de Geisel, nem sua “eleição” por um colégio eleitoral passado na peneira, nem sua posse meses mais tarde parecem suscitar polêmica ou resistência no meio militar. A alta hierarquia e a massa dos oficiais curvam-se à escolha do palácio sem um resmungo.³⁸

E conclui que somente “conseguem isso porque as esferas de decisão cerraram fileiras durante os anos de chumbo em torno do palácio presidencial”.³⁹

Para sintetizar, nenhum dos governantes militares se encaixa no modelo dos partidos militares e toda política e estratégia desses mandatários visou, justamente, coibir esse tipo de ação no interior do meio militar, enquanto, ao mesmo tempo, empurrou o Brasil ao duro encontro com o seu amadurecimento.

Se existe algo de próximo ao proposto por Rouquié e seus seguidores seria, conforme já foi referenciado, a aglutinação de segmentos militares em torno de indivíduos, os quais podem ser exemplificados nas pessoas de Góis Monteiro, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, dentre outros. Mesmo nesses casos, estes personagens não constituíram uma corrente de pensamento própria, a ponto de configurar um caudal político, sendo mais apropriado considerar que, sempre, aderiam a alguma corrente política partidária já existente, casos que contribuem, também, para negar aquele enunciado. E foram extirpados, em seu devido tempo.

Governo de Emílio Garrastazu Médici

Para o bem ou o mal, o novo governo herdou um aparato político, jurídico, institucional e militar cuja estrutura possuía maior coerência, harmonia e convergência do que aquelas de seus antecessores. O

instrumental de poder, inclusive repressivo, à disposição do Presidente da República permitia, pela primeira vez, a imposição unilateral das decisões governamentais, vale dizer, sobre as hostes militares, situacionistas, oposicionistas e na cidadania.

No âmbito legislativo, o governo contou com a ampla maioria da ARENA para aprovar todas as decisões julgadas necessárias ao País. A oposição, desproporcionalmente minoritária, por opção do voto popular, acuada e escoimada de seus líderes mais radicais, deixou de oferecer as bases que, em sinergia, com outros segmentos de resistência armada e desarmada, haviam mantido o período anterior sob intensa pressão.

A frente jurídica, exceto pela legislação de exceção a pairar como uma espada de Dâmocles sobre a formação da convicção de seus membros, caminhava para a retomada da sua normalidade, resolvidas as questões de competência que atormentaram os magistrados anteriormente. Tradicionalmente profissional, discreta e pouco envolvida em atividades políticas, conforme pode ser observado no relato das subseções anteriores, sem desconsiderar os efeitos danosos sobre cada indivíduo, foram poucos os atingidos pelas cassações, comparativamente ao número de seus representantes no Brasil. A área mais turbulenta, relacionada aos atos atentatórios à segurança nacional havia sido direcionada para a Justiça Militar, inclusive aqueles casos que envolviam a militância armada.

O governo do Presidente Médici foi o primeiro, também, a colher os resultados do processo de reorganização econômica e da modernização administrativa iniciada com Castelo Branco. Por esta época, o produto interno bruto (PIB) do Brasil já crescia a uma taxa de 9% e a inflação, de mais de 100% do final do período Goulart, caíra para menos de 20% ao ano. A outorga de autonomia aos tecnocratas modernizadores na área econômica, advinda do primeiro presidente do “regime” e mantida sem desvios pelos sucessores, deu resultados promissores. O caminho de uma modernização conservadora, sob estrito controle salarial, ou seja, que optava pelo “aumento do bolo para, posteriormente, distribuí-lo”, apontava para um contínuo desenvolvimento.

Suas políticas de continuarem na senda nacional desenvolvimentista ensejaram diversas medidas. Pelo lado externo, foi ofertado um forte estímulo às exportações, flexibilizando as taxas de câmbio e oferecendo benefícios fiscais, o que, aliado à disponibilidade de mão de obra mais barata do que nos países industrializados, à modernização dos portos e investimentos no transporte marítimo autóctone, gerava vantagens competitivas significativas para o País.

Pelo lado interno, seu governo investiu fortemente na expansão da infraestrutura, mormente de energia, comunicações e transportes;

na modernização da indústria, em especial aos setores de siderúrgico, de construção naval, aeronáutico e petroquímico; e da agricultura e da pecuária, estas últimas com inovações, como os preços mínimos, o crédito agrícola e incentivos à mecanização e aquisição de fertilizantes, além de adequada rede de distribuição. Preocupou-se, também, com o imenso vazio que, ainda, representava larga porção do território nacional, com 50% de terras devolutas, pertencentes aos governos federal, estadual e municipal, para o que criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nas eleições gerais de 1970, o governo amparado em amplo apoio popular, permitiu que a ARENA conquistasse 40 cadeiras de senadores, em um Senado renovado em dois terços, aos quais se somavam 19 eleitos em 1966, totalizando 59 senadores; na Câmara, foram eleitos 223 deputados federais. O MDB elegeu 6 senadores, aos quais se juntaram mais 4 da eleição anterior. Quase não alcançou a quantidade mínima para ter representação. A oposição obteve, ainda, 87 assentos de deputado. Nas Assembleias Legislativas, o resultado não foi menos significativo: a ARENA obteve maioria em todas, exceto na Guanabara, alcançando 493 cadeiras, contra 208 do MDB.⁴⁰

A oposição, nomeadamente de esquerda, costumava atribuir a essa hegemonia à censura, à repressão e à propaganda governamental. A argumentação não se sustenta. Em que pese à frente da mídia, falada, escrita ou televisionada, ter enfrentado, nesse governo, o período de maior cerceamento, tal argumentação não explica esse sucesso. A censura, ainda recente, não se tornara efetiva, além de ter ficado restrita aos grandes centros; no governo Médici as cassações de políticos foram muito reduzidas,⁴¹ pois a Junta tinha feito essa parte do trabalho; e a propaganda dava seus primeiros passos. Para enfatizar, ainda mais, essa derrota oposicionista, na época, a esquerda radical propugnou pela invalidação do voto e colheu uma das maiores participações eleitorais de todos os tempos, com quase 80% de sufragistas.

Para negar toda a argumentação da esquerda, nada melhor do que o ocorrido quatro anos depois, quando os mesmo fatores – censura, cassações e propaganda – então operando em maior ressonância, levariam o governo a experimentar suas primeiras vicissitudes eleitorais. Melhor seria admitir que os efeitos do milagre brasileiro impactavam positivamente a população e, tal êxito, ameaçava esmigalhar a oposição como vetor político.

Registra-se que, desde 1965, a Lei nº 4.737, de 15 de julho daquele ano, instituiu o Código Eleitoral brasileiro e os candidatos a todos os cargos eleitorais tinham acesso aos horários eleitorais gratuitos, onde podiam apresentar suas plataformas políticas.

O movimento estudantil, desde a migração dos seus líderes mais radicais para a luta armada e, posteriormente ao AI-5, com a proibição de manifestações, entraria em longa hibernação. O mesmo ocorria com o setor sindical, este pela pacificação introduzida com a reforma trabalhista da lavra de Ulysses Guimarães, já citada, o expurgo dos comunistas e extremistas e a permanente abertura de postos de trabalho, particularmente na indústria.

Somente em 1978, açoitados pela crise econômica e contemplando maior abertura política, os movimentos sociais voltariam à ativa, sob a égide de um sindicalismo renovado, ocasião em que, novamente, juntar-se-iam ao segmento estudantil, para propugnam por reformas, muito auxiliados, nessa rescidiva, pela revogação do AI-5 em 13 de outubro daquele ano.

O setor acadêmico foi dos mais aquinhoados pela modernização do período. Às 138.000 vagas existentes nas universidades, ao final do governo João Goulart, foram incorporadas 287.000 até o início de 1970, mais do que o dobro do que foi proporcionado pelo Império e a turbulenta República somados, às quais seriam, complementadas, concomitantemente pela intensa ampliação de pós-graduações no Brasil e no exterior.

Para empanar o brilho dessa quadra de aparência ordeira e progressista, apenas a luta armada, o último bastião da revanche esquerdista e espinho na garganta dos generais. Resistia nas cidades e instaurava-se no campo, ao estabelecer a sonhada guerrilha rural, na região chamada de “bico do papagaio” do norte de Goiás, sul do Pará e sudoeste do Maranhão.

Em meados do ano de 1969, quase duas dezenas de organizações radicais de esquerda estavam em plena ordenação, chegando a constituir infraestrutura com alguma sofisticação, com: setores de propaganda, de tratamento de massas, estudantil e operário, de apoio médico-cirúrgico, homizio e repouso etc. Em novembro e dezembro, já no governo Médici, foram realizados onze assaltos, um ataque à bomba e dois roubos.

O saldo da guerrilha urbana em 1969, em termos de estragos, não era desprezível: oitenta e um assaltos à mão armada, sete ataques à bomba, dez ataques a pessoas ou ao patrimônio, onze roubos, três sequestros e uma sabotagem. Decorrentes das suas ações morreram mais de vinte pessoas, entre civis e militares, e um número ainda maior sofreu ferimentos, sendo que, alguns, ficaram mutilados em caráter permanente. Suas “expropriações” resultaram em um bilhão e duzentos e quarenta e quatro milhões de cruzeiros novos e US\$ 2,8 milhões de dólares.

Entretanto, alguns fatores começaram a operar para o fim da sanha extremista: a completa indiferença da população brasileira pela causa; o repúdio de largas parcelas da sociedade à matança indiscriminada

de inocentes, injúrias aos feridos e sequestros; a morte prematura de Carlos Marighela, aparentemente o único talento para sustentar a opção militarista; a formulação e, posteriormente, a replicação da OBAN, na forma dos CODI/DOI.

A estes fatores, a partir de 1970, iria se somar um vetor que atuaria nas entranhas dos movimentos radicais, a contestação à opção da luta armada e ao “foquismo” militarista, como solução política para a derrubada do regime. Por volta do final de 1969,

Algumas organizações subversivas, como as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro – o primeiro –, a Corrente, o Movimento Armado Revolucionário (MAR), a Marx-Mao-Marighela e Guevara (M3-G), foram praticamente desmanteladas. Outras sofreram perdas que abalaram suas estruturas, como ocorreu com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi desestruturada em São Paulo, onde era a mais bem organizada e perdeu seu líder maior.⁴²

Poderia tudo ter terminado por aí. Entretanto, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), recém conseguira estruturar sua guerrilha rural, prevista para ser prolongada, e não iria abrir mão da sua aventura tão cuidadosamente construída. Como diria Albert Camus, com o sangue dos outros. Desde 1967 enviava seus militantes, a maioria de jovens estudantes, para a área escolhida.

Médici, apesar de persistir na ideia de redemocratização plena do País, foi o primeiro presidente a condicionar tal desiderato à convivência com índices mínimos de segurança nacional, de resto, o núcleo duro do projeto revolucionário. Apesar disso, seu Ministro Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, visualizando uma futura abertura política, conforme já foi explicitado anteriormente, encomendou a Samuel P. Huntington, em uma das suas visitas ao Brasil, um projeto de descompressão para o regime, o qual pode ser encontrado no Apêndice 2, sob o título “Approaches to Political Decompression”.

No discurso proferido por ocasião da passagem do seu primeiro ano de governo, reiterou que as crises de 27 de outubro de 1965 e 13 de dezembro de 1968 teriam ocorrido em virtude da autolimitação das prerrogativas outorgadas pelos *Atos Institucionais* em prol da vigência democrática – no AI-1, revogado em oito meses; e no AI-2, pela Constituição de 1967 – ocasiões nas quais, por motivo dessa fragilidade, a democracia, no seu entender, ficou ameaçada, tudo conduzindo, ao final, à edição do AI-5.

Referindo-se ao art. 182, da Emenda Constitucional nº 1 de 1969 à Constituição de 1967, cujo teor incorporava a vigência do AI-5 àquele diploma, ao mesmo tempo que autorizava ao primeiro mandatário a sua revogação, registrou que “Fiel ao compromisso assumido, não me disponho, no momento, ou em futuro próximo, a abrir mão de prerrogativas que pela Constituição me foram conferidas, porquanto as considero imprescindíveis à defesa da própria ordem constitucional”.⁴³

Em relação ao seu compromisso de não lançar mão dos dispositivos excepcionais postos à sua disposição, fez uma ressalva:

Somente para os inimigos do regime, para os que lhe desejam a destruição, pode haver inconveniência ou nocividade nos poderes outorgados pela Constituição, artigo 182, ao Presidente da República, já que esses poderes são usados, única e exclusivamente, em relação àqueles que, pondo-se fora da lei, se insurgem contra as instituições democráticas, ou desrespeitam a moral administrativa.⁴⁴

Entretanto, Médici usou de parcimônia mesmo contra os rebeldes, encaminhando-os à Justiça. A exceção, aparentemente fora do seu alcance, permaneceu com os excessos dos “porões”, os quais, como serão vistos, receberam limitações. Egresso da Chefia do Sistema Nacional de Informações, ele acompanhou o desenvolvimento do processo que conduziu ao confronto dos radicais de direita e de esquerda e, por esta altura, não divisava alteração nessa opção extremista, mormente do vetor que assumia a luta armada.

Assim como ocorrera com a Junta Militar, aquele presidente não iria arriscar a transferência do poder político a um civil em pleno desenrolar desse conflito, cujas consequências permaneciam imprevisíveis e, conforme dissera Costa e Silva, configuraria a derrota da “Revolução”, sonho dos radicais.

Para corroborar com as suas apreensões, os resultados possíveis de serem apurados da guerrilha urbana, em 1970, incluíam oitenta e seis assaltos à mão armada, dois ataques à bomba, treze troca de tiros, decorrentes de invasões de aparelhos ou ataques a pessoas ou ao patrimônio, quatro roubos, três tentativas fracassadas e cinco sequestros e uma sabotagem.

Em consequência dessas ações, morreram treze pessoas, entre civis e militares, e trinta sofreram ferimentos, sendo que alguns ficaram mutilados em caráter permanente. Registram-se, ainda, realizados dois *justiçamentos* de militantes indecisos. As expropriações resultaram em Cr\$

1.569.718,00, NCr\$ 205.041.400,00 e US\$ 3.500 dólares. Considerando o valor apenas em cruzeiros, seriam Cr\$ 1.774.559,00.

Neste ano, Carlos Lamarca foi morto na localidade de Pintada, na Bahia; e o PC do B, com o deslocamento de João Amazonas, como chefe político, e Maurício Grabois, como chefe militar, acompanhados de mais de uma dezena de militantes, deu início ao trabalho de preparação para a instauração de uma guerra popular na região da triplíce fronteira dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás, a sonhada guerrilha rural. Numerosas organizações foram desbaratadas pelo sistema instaurado sob a égide dos CODI/DOI, mas novas surgiram, criadas ou decorrentes de fusões.

No ano seguinte, em 1971, ainda, com forte atuação da luta armada, atribui-se à guerrilha urbana sessenta e seis assaltos à mão armada, dezesseis ataques à bomba, metralhamentos ou incêndios, sete troca de tiros, decorrentes de invasões de aparelhos ou ataques a pessoas ou ao patrimônio, dois roubos de automóveis e duas sabotagens; com onze pessoas mortas, entre civis e militares, e dezenove feridos. Os extremistas praticaram, ainda, cinco *justiçamentos* de militantes, incluindo um não militante e o empresário dinamarquês Henning Albert Boilensen. As expropriações resultaram em Cr\$ 1.419.100,00, além de joias.

A partir deste ano as atividades da guerrilha urbana começaram lentamente a declinar, em virtude dos motivos já apontados. Em sentido contrário, apenas, a guerrilha rural do PC do B no Araguaia. Por essa época, recrudesceram as denúncias de torturas contra os militantes da esquerda radical, as quais se tornariam um “espinho” cada vez mais doloroso na conta dos “revolucionários”, com forte repercussão no exterior.

A direita radical executou duas ações nesse período governamental: em 12 de março de 1970, lançou uma bomba contra a redação de *O Pasquim*, em Copacabana, Rio de Janeiro; e, no mês seguinte, repetiu a mesma ação.

Em 1972, o partido situacionista obteve vitória eleitoral por larga margem nas eleições para prefeito, vencendo em 3.322 municípios contra 463 da oposição, sendo nomeados 162 prefeitos em decorrência da legislação que criara áreas de segurança nacional. Os vereadores eleitos, também, manteriam essa avassaladora diferença.⁴⁵

A partir deste mesmo ano, em que pese a pequena presença de militantes radicais de esquerda, embora mais de uma centena, a guerrilha do Araguaia iria mobilizar, aproximadamente, vinte mil militares do Exército, além de Fuzileiros Navais, em todas as suas três fases: Operação *Papagaio*, *Sucuri* e *Marajoara*. De acordo com o General Viana Moog, “foi a maior mobilização de tropas realizada pelo Exército. Na realidade, foi semelhante à mobilização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na

luta contra o fascismo na Europa durante a Segunda Guerra Mundial”.⁴⁶ Essa alentada desproporção corrobora com o que foi dito nos primeiros parágrafos do capítulo 9: a (super)valorização da gravidade, do perigo e da pior hipótese.

Com a redução da ameaça radical de esquerda, seja urbana ou rural, somente no final de 1974, quando o problema já estaria resolvido, essa questão acabou interferindo diretamente em qualquer pretensão de maior liberação democrática, a qual, mesmo que cogitada, não prosperou.

Pelo lado positivo, o governo do Presidente Médici colheu as mais altas taxas de crescimento econômico na história do Brasil: 50,68% em quatro anos, correspondendo à 8,8%, 13,3%, 11,7% e 14% em cada ano; transformando-se em um dos mandatários mais populares do País, um dos raros, na nossa história recente, cuja presença em estádios de futebol era bem recebida e até aplaudida pelo povo.

Apesar disso, em 1970, ainda ocorreriam trezentos e trinta punições com base nos atos institucionais, sanções que, também, entrariam em acentuado declínio até o final desse governo. Entre os militares, cento e oito foram alcançados por essas medidas punitivas decorrentes dos Atos Institucionais, sem considerar aquelas de caráter administrativo disciplinar.

No âmbito castrense, a convivência respeitosa e harmônica do Presidente com os Ministros das Forças Armadas, particularmente com o Ministro do Exército, General Orlando Geisel, restaurador do rumo do afastamento dos militares da política, abalado do período da Junta. Logo no início do governo, em reunião com o Alto Comando do Exército, explicitou claramente o novo patamar que havia sido alcançado:

Queiramos ou não, estamos metidos na política. O general muitas vezes é obrigado a aparentar que não está metido em coisa alguma, que cuida apenas da parte profissional, mas o general, evidentemente, tem que se meter na parte política; mete-se pelos bastidores... Capitão, major, coronel e o próprio general de brigada devem deixar de fazer política; política é só nos altos escalões. Comandante de exército faz política; faz menos que eu, ministro, faço; e eu, menos que o presidente, mas faz política. É preciso dar a impressão de que nós não estamos cogitando da política.⁴⁷

O mais alto escalão da hierarquia militar, reforçado em sua liderança pelos êxitos alcançados no “enquadramento”, em função das medidas adotadas e do aparato repressivo à sua disposição, a esta altura, tinha

condições de exigir maiores avanços na direção da retirada do segmento castrense do envolvimento em atividades exógenas.

Entretanto, em razão da disseminada presença nacional de seus escalões militares, dos relacionamentos exigidos pelo setor político, necessários ao bom andamento do regime, mormente nos âmbitos estaduais, e dos desafios pendentes impostos pela luta armada, ainda, preservava os mais altos escalões, os generais de divisão e de exército, para o exercício de duas interfaces: uma voltada para o âmbito interno, outra para o mundo político.

Essa terrível missão, que exigia uma dupla exposição, mesmo que apreciada por alguns, obrigava os comandantes ao exercício da convivência entre a vocação política e a militar, cujas dissonâncias intrínsecas, em seus aspectos abstratos, já foram expostas. Mas, havia, também, outros motivos, mais concretos, tais como: os aspectos de personalidade, tipos de relacionamentos, divergência de finalidades nos objetivos imediatos etc.

Nessas condições de ambiguidade, as ações do chefe militar passavam a ser objeto de desconfiança de seus subordinados, mesmo que não explicitadas, uma vez que eram sabedores de que as exigências da política não se coadunavam com as imposições da sua própria ética. Seria preciso muito esforço das lideranças para lograr reter a confiança de seus subordinados no exercício deste papel, as quais, afinal, reconheciam a necessidade implícita de tais atitudes.

Em 14 de junho 1971, ocorreu um episódio envolvendo a linha dura da Força Aérea Brasileira – segmento que era representado na pessoa do próprio Ministro, Marechal do Ar Márcio de Souza e Mello – e radicais de direita atuantes na repressão. Envolveu a morte do militante radical de esquerda Stuart Angel Jones, atuante no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), grupo responsável por inúmeros assassinatos e assaltos a banco.

Capturado por elementos do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), subordinado diretamente a Souza e Mello, desapareceu, após ter sido conduzido às dependências do Quartel General da 3ª Zona Aérea, cujo comandante era o Major Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, conhecido radical de direita; e os indícios apontavam a responsabilidade, mesmo que indireta, para esse e mais seis oficiais componentes do CISA.

O evento teve repercussão no exterior, tendo em vista a relevância social da sua progenitora, das suas relações políticas, inclusive com o Marechal do Ar Eduardo Gomes, e por sua dupla cidadania, o que envolveu o governo e a diplomacia dos EUA.

Esse e outros fatos conduzidos por Souza e Mello desagradaram o

Presidente da República, o qual, em despacho sobre a lista de oficiais gerais a serem promovidos em dezembro na Força Aérea, discordou da inclusão daqueles envolvidos no episódio de Stuart Angel, o que gerou um desentendimento entre os dois. De acordo com Burnier:

Esse desentendimento provocou uma verdadeira mudança na orientação da presidência da República com relação aos oficiais revolucionários da Aeronáutica e foi aí que se iniciou realmente a derrocada da oficialidade que tinha tomado parte da Revolução de 64 que começou a ser ignorada nas promoções.⁴⁸

Em próxima reunião para decidir sobre o controle operacional dos aviões C-130, quando em apoio à Brigada de Paraquedistas, que o Exército desejava que fosse seu e aquele ministro não concordava, veio a demiti-lo, em 29 de novembro de 1971.⁴⁹

De acordo com Burnier “fizemos tudo para o brigadeiro Márcio não pedir demissão, mas nessa época já estava vingando a ideia de que devia haver uma distensão na parte da revolução para poder começar a redemocratização do país. Essa última atitude levou o brigadeiro Márcio então a pedir demissão”.⁵⁰

Logo em seguida, em cumprimento às determinações regulamentares de renovação obrigatória de 25% dos oficiais em serviço ativo, a cada ano, em 31 de dezembro de 1971, Burnier não foi promovido, sendo transferido compulsoriamente para a reserva remunerada, assim como outros oficiais gerais do seu círculo mais próximo, oriundos da área de informações: Márcio César Leal Coqueiro, Roberto Hyppólito da Costa e Carlos Afonso Dellamora, este último Chefe do CISA, dentre outros. Antes, porém, Burnier foi demitido do seu comando e designado para uma função administrativa na Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica.

Para Maud Chirió “Tal argumento, segundo o qual os ‘autênticos revolucionários’ foram afastados por um regime que traíra seus ideais, é rigorosamente idêntico ao dos coronéis do Exército que, sob os dois primeiros governos militares, viram-se punidos e marginalizados pelo poder”.⁵¹

De acordo com Maud Chirió, a gênese consistia em que:

Na linhagem das operações terroristas abortadas que resultaram no escândalo Para-Sar em 1968, esses oficiais administram a repressão política de maneira não apenas sanguinária, mas também independente da cadeia de comando. Não respondem senão ao ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Márcio de Souza e Mello, e se beneficiam de sua proteção.⁵²

Ou seja, por trás dos excessos repressivos, ressuscitavam as veleidades autonomistas dos verdadeiros revolucionários, apoiadas ou não por seus comandantes. Dessa vez, no seio da comunidade de segurança e informações, atitudes que lançariam um novo repto ao regime.

Em cada força armada esse entendimento teve um desdobramento; nenhum caso se compara ao do Exército. Responsável pela defesa territorial, com distribuição, presença e prestígio nacionais, até essa época, organizava-se em grandes comandos, seguindo, mais ou menos, as regiões geográficas brasileiras. Ainda não existia um comando para a Amazônia e São Paulo tinha *status* de região, em função da sua importância.

Conforme citado anteriormente, Castelo Branco se opôs à intenção de Costa e Silva de criar um serviço de informações próprio que não ficasse restrito ao papel tradicional de coleta e análise de informações, como já ocorria com o sistema existente em todas as organizações militares. Ocorre que, antes de 1964 e mesmo depois, no período anterior ao AI-5, em função das interferências políticas, particularmente nos momentos de crise, criavam-se distorções, prejudicando a qualidade das informações, inclusive para fabricar blefes.

Ao assumir a Presidência da República, Costa e Silva criou o Centro de Informações do Exército (CIEEx), quatro meses após a sua posse, em julho de 1967. Ademais da integração das informações do sistema normal, que fluía pelas Segundas Seções, particularmente após a institucionalização da OBAN e, em seus desdobramentos, nos CODI/DOI, essas últimas entidades passaram a exercer atividades operacionais, investigativas e executivas.

Maud Chirió mapeou alguns dos primeiros chefes desse serviço, todos representantes da linha dura, os quais, ao contrário dos coronéis dos IPMs, tiveram atuação discreta, institucional, o que lhes proporcionou a promoção a postos mais altos da carreira. Dentre eles, destacam-se os Generais Adyr Fiúza de Castro, primeiro diretor do CIEEx, Milton Tavares de Souza, seu sucessor, cujo subchefe era José Luiz Coelho Netto; seguidos por Antônio Bandeira, que se notabilizara no combate à guerrilha do Araguaia.

Como sinal de seu prestígio e influência, as organizações envolvidas com o setor de informações obtinham acesso aos mais altos níveis das esferas hierárquicas, funcionais e pessoais, estando ligadas, normalmente, aos próprios comandantes nas suas diversas áreas: o SNI, ao Presidente da República; os Serviços de Informações das forças singulares, aos próprios ministros; os CODI/DOI, aos Comandantes de Exército; e assim por diante.

Desde a organização, estruturação e fortalecimento das instituições que compunham o sistema nacional de informações, os setores operativos, começaram, pela própria natureza da atividade, a obter maior autonomia na execução das suas ações. A proximidade com os comandantes gerava laços afetivos, ascendência e prestígio. A atribuição de orçamentos secretos, muitos dos quais sem necessidade de comprovação, ampliava a independência dessas atividades.

Tal situação não difere do ocorrido em qualquer país que tenha se desenvolvido ao ponto de exibir essa sofisticação no ramo de inteligência. Se em democracias avançadas já são preocupantes e ameaçadoras essas atividades, de difícil controle, em regimes autoritários são muito mais perigosas.

Acontece que a maioria dos comandantes não compactuava com excessos, o que, naturalmente, obrigava os setores mais radicais, apoiados nas necessidades inerentes à atividade de isolamento, sigilo, descentralização das ações e estanqueidade, a procurarem locais fora das vistas desses chefes, formando-se áreas paralelas de atuação, de autonomia.

O próprio General Sílvio Frota,⁵³ considerado um linha dura, nega que, durante seu Comando do I Exército, tenha havido torturas. Pela sua história, pela posição que alcançou, se ele foi um digno representante da vocação militar, deve-se conceder credibilidade ao seu depoimento. Entretanto, apurações posteriores vieram a confirmar que o auge da atuação das “casas da morte”, notadamente em Petrópolis, ocorreu no período do seu comando e, portanto, supõe-se, fora do seu conhecimento.

A posição de Médici, em relação a essas veleidades autonomistas, como no caso narrado da Força Aérea, demonstrou para os meios políticos e militares sua discordância, utilizando-se do evento para mandar um recado claro – contra a articulação entre Comandos militares e representantes dos porões, aos críticos internos e externos e ao governo dos EUA – de que não compactuaria com tais atitudes. Tal posicionamento, ao mesmo tempo em que reforçava a linha dos comandantes contrários aos excessos, empurrava seus membros mais radicais para a clandestinidade.

Em pleno desenrolar da guerra suja e apesar do episódio citado, não seria em sua gestão, entretanto, que ocorreria o enfrentamento firme dos excessos da repressão, mas somente no próximo governo, quando o comandante da organização seria responsabilizado pelas transgressões que ocorressem em sua área, mesmo alegando não saber o que se passava nos porões.

Em 19 de julho de 1973, o Presidente Médici, restaurando o modelo implantado por Castelo Branco, embora exercendo uma interferência que o último não efetivou, indicou como candidato à sua sucessão, para aprovação pela ARENA, o General de Exército Ernesto Geisel, irmão do Ministro dessa mesma força armada.

Apoiado em convenção da ARENA, nos dias 14 e 15 de setembro daquele ano, Geisel teve como companheiro de chapa o General Adalberto Pereira dos Santos, tendo sido aclamado pela unanimidade dos votantes. No dia 22, do mesmo mês, o MDB designou seus representantes: Ulysses Silveira Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho.

No dia 15 de janeiro de 1974, formou-se o Colégio Eleitoral com 503 delegados: 66 Senadores, 310 Deputados Federais e 127 representantes das Assembleias Legislativas estaduais; que contou com a presença de 497 desse corpo político, cuja opção eleitoral ocorreu em sufrágio nominal e aberto.

A chapa da ARENA recebeu 400 votos e a do MDB 76, correspondendo, respectivamente, a 84% e 16% dos convencionais, com 21 abstenções de votação dos membros do denominado *grupo autêntico* do MDB, por discordarem do sistema do pleito.⁵⁴

Nas eleições gerais, em outubro de 1974, no Senado Federal, para renovação de 1/3 dos senadores, a ARENA elegeu 6 e o MDB 16, perfazendo totais respectivos de 46 e 20 representantes; na Câmara Federal de Deputados, a ARENA obteve 203 assentos e o MDB 161; e nas Assembleias Legislativas, a ARENA elegeu 457 e o MDB 330 deputados estaduais.⁵⁵

Para Maud Chirió, “o anúncio da abertura política é contemporâneo do início da campanha eleitoral para as eleições legislativas de novembro de 1974. Estas proporcionam uma imensa liberdade ao MDB, principalmente em termos de propaganda eleitoral, o que lhe vale progressos notáveis, embora não se torne majoritário”.⁵⁶

A eleição para senadores foi considerada uma derrota para a Revolução e um sinal, para os mandatários, da insatisfação do povo brasileiro com um rumo político que não apontava o término do período de governantes militares e da exceção constitucional. Indicava, também, a crescente impaciência com fatores econômicos e sociais que não recebiam atenção dos governantes, notadamente a persistência governamental em concentrar a riqueza amealhada pelo País sem que se divisasse horizonte para sua distribuição.

Por esta época, existiam ainda remanescentes da guerrilha urbana e da rural, no Araguaia. Esta somente seria extinta em outubro de 1974. A linha dura estava completamente adormecida, ou demasiadamente

satisfeita, e a direita radical entrara em hibernação, sono do qual iria acordar em 1976, já com a política de flexibilização de Ernesto Geisel.

Governo de Ernesto Geisel

Ao tempo da assunção do governo por Ernesto Geisel, começaram a operar alguns vetores que terminariam por retirar do regime os seus pilares mais sólidos de sustentação: o contínuo crescimento econômico, o qual, juntamente com a restauração da ordem, constituía fator crucial para o apoio político da população.

No âmbito demográfico, verificava-se um aumento inusitado da população do País, uma explosão. De setenta milhões, em 1960, alcançou quase cem milhões de habitantes por esta época, fato que impôs enorme pressão sobre os governantes e somente poderia ser suportado com a permanência dos altos índices de crescimento econômico.

No aspecto financeiro observava-se a dependência do aporte internacional de recursos para realizar os investimentos necessários, única forma de contornar a eterna ausência de poupança interna, estes, em grande parte, originados dos vultosos excedentes monetários amealhados pelos produtores árabes de hidrocarbonetos, os petrodólares, os quais, juntamente com as exportações, constituíam bases importantes para o almejado desenvolvimento.

Assim, a dívida externa passou de US\$ 3,2 bilhões, em 1964, para US\$ 3,9 de dólares, em 1968, alcançando US\$ 12,5 bilhões em 1973; incremento cujo serviço – incluindo taxas de juros, de risco e administrativas etc –, podia ser mantido pelo aumento sustentado da pauta externa.⁵⁷

Nesse contexto, já exigente de atenção, apresentaram-se outros fatores negativos. Assomam de importância: a decisão pelo Presidente Richard Nixon de uma questão que provinha de longa data, por meio de Lei, em 15 de agosto de 1971, qual seja, dinamitar um dos pilares básicos do Acordo de *Bretton Woods*, no caso, a manutenção da paridade do dólar com as reservas desse metal existentes naquele país, o denominado “padrão ouro”;⁵⁸ e o advento da primeira crise do petróleo, em 1973, ocasião que o barril, cotado a US\$ 10 em 1970, chegaria próximo a US\$ 50, valor alcançado logo, em 1975; com o agravante de ser um insumo, cuja demanda nacional exigia 80% de importações, fato que passou a impactar fortemente as contas externas.

Para se ter uma ideia, na balança comercial de 1973, sob os efeitos iniciais do choque, as importações representavam US\$ 6.192 milhões e as exportações US\$ 6.199 milhões; no ano seguinte, situavam-se, respectivamente, em US\$ 12.641 milhões e US\$ 7.951 milhões; vale dizer,

um superávit de US\$ 7 milhões, transformou-se, em um ano, em déficit de US\$ 4.690 milhões,⁵⁹ condição que, somada ao serviço da dívida, não cessou de se agravar até o final do regime, mormente em decorrência do segundo choque do petróleo em 1979.

A ruptura do padrão ouro e o aumento desmesurado do preço do óleo cru, em curto período, detonaram uma crise de confiança financeira em âmbito global, conduzindo ao “empoçamento” do crédito externo e à elevação da taxa de juros, de forma contínua, de pouco mais de 1% ao ano, em meados dos anos sessenta, para mais de 21% em 1980.⁶⁰

Apesar das advertências de seu Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, Ernesto Geisel não aceitou a adoção das medidas de austeridade requeridas, preferindo manter o ritmo dos investimentos.

Em razão desses fatos, a partir de 1974: iniciou-se uma trajetória declinante do Produto Interno Bruto (PIB), do patamar de crescimento de 14%, em 1973, para 9,8% no ano seguinte e, de forma ciclotímica: para 5,6%, em 1975, 9,0%, em 1976, 4,7%, em 1977, e 6,0% no ano de 1978; enquanto isso, a dívida externa entrava em espiral ascendente contínua, alcançando US\$ 43.511 milhões em 1978, ou seja, acréscimo de 348% em cinco anos.

Nessa ocasião, a população chegaria a cento e dezenove milhões habitantes, o que demandava a criação de um milhão e meio de empregos por ano, além de outras exigências mais candentes, tais como sair da armadilha “de fazer crescer o bolo para depois distribuir” ou atender as necessidades de infraestrutura, escolas, hospitais, habitações etc.

Nesse contexto, restabelecida a ordem, com a guerrilha urbana e rural em seus estertores e a intenção de utilizar o excepcionalismo legal apenas “... para os inimigos do regime, para os que lhe desejam a destruição”;⁶¹ os governantes, sem esquecer as eternas promessas de maior liberalização, nunca realizadas, passaram a pensar, seriamente, no retorno do País à normalidade democrática, particularmente após terem recebido os primeiros sinais de insatisfação da sociedade, advindos das eleições de 1972 e, principalmente, 1974, com o sufrágio, pela primeira vez, de um número maior de senadores do MDB do que da ARENA, o que, apesar de não afetar a folgada maioria do governo, acendeu o sinal amarelo para o regime e a visualização de uma quadra difícil pela frente.

O Presidente Geisel, em seu pronunciamento na primeira reunião ministerial, explicitou as linhas mestras da sua administração, inclusive sobre o pragmatismo responsável, referindo-se ao setor político interno disse:

[...] envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64.⁶²

Posteriormente, a mídia e a academia iriam acrescentar a terminologia “lenta”, como forma jocosa, para escarnecer da política gradual e segura. O supremo governante, conhecedor das manobras militares em suas replicações políticas, sabia que não existe a hipótese de retirada, pois esta, com seus riscos incalculáveis, pode se transformar em debandada, bem representada por semelhante operação na Segunda Guerra Mundial, em Dunquerque.

Na estratégia e na tática militar, o que se preconiza é “retraimento”: com pressão ou sem pressão, manobra pela qual quem se retira procura impor seu ritmo aos adversários, pressupondo-se que, ao final, suas tropas alcançarão a retaguarda em segurança, mesmo que os adversários atinjam seus objetivos, os quais, no caso específico, eram convergentes com um amplo segmento de moderados, no sentido do retorno à democracia, mas não isentos de divergência, em forma e conteúdo, por radicais da direita e da esquerda.

Nesse mesmo pronunciamento, aquele governante, antecipava o fim dos governos autoritários, declarando que:

[...] instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou frequente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional.⁶³

Mais tarde, em entrevista a Alfred Stepan, Geisel revelaria que o verdadeiro inspirador da distensão, prolatada no discurso de 19 de março de 1974, era Golbery do Couto e Silva, seu Chefe do Gabinete Civil,⁶⁴ o qual, por sua vez, somente em 1980, em célebre conferência na Escola Superior de Guerra explicitaria as ideias que nortearam aquela guinada do regime.⁶⁵

Hoje, conforme foi explicitado anteriormente, sabe-se que a inspiração de Golbery pode ter vindo do documento “Approaches to Political Decompression”, em Apêndice 2, elaborado por Samuel P. Huntington, por encomenda do Ministro da Casa Civil do governo Médici, Leitão de Abreu.⁶⁶

Em resumo, em estilo esguiano de análise, baseado nas etapas do planejamento da ação política (e estratégica), a partir de um diagnóstico – fundamentado na argumentação de Oliveira Viana sobre a alternância entre ciclos históricos de centralização e descentralização;⁶⁷ na visão orgânica e funcionalista de Vidal de La Blanche acerca da necessária circulação entre as unidades políticas; e na visão sistêmica de von Bertalanffy – terminaria por estabelecer políticas e estratégias em analogia com os ciclos cardíacos, nas quais o processo político era comparado às sístoles e diástoles daquele órgão humano, correspondentes aos períodos históricos de centralização e descentralização.

Em seu apanhado inicial considerou que “a revolução de 1964 ingressou, quase sem o perceber, numa fase de centralização acelerada que iria permear todos os campos e setores da atividade do Estado”, a qual foi “extravasando-se, aos poucos, a todos os recantos da sociedade nacional em manifestações psicossociais telecondicionadas, se não até mesmo comandadas, desde o Governo central”.⁶⁸ Mencionava, também, que o “inesperado surto terrorista” em muito contribuíra para tal estado de coisas.

Como resultado, observava-se a atrofia do municipalismo, do provincialismo (dos Estados Federados), da atividade legislativa, das iniciativas individuais e coletivas; ao mesmo tempo, proliferavam fundações fictícias, empresas públicas e estatais; tudo concorrendo para mais centralização, a que “acabaria por concentrar na União e, dentro desta, no Poder Executivo a suma do poder público”,⁶⁹ cujo clímax fora alcançado em 1975. Acrescentando:

Marchava-se inconscientemente para o máximo de centralização a par de um máximo de inoperância, numa concentração que se poderia talvez comparar no extremo final, com ironia, aos *black holes* detectados pela astronomia moderna e dos quais nem a luz consegue escapar à atração gravitacional incomensurável.⁷⁰

Um segundo aspecto apontado em seu diagnóstico, muito provavelmente inspirados nos “hiatos” de Huntington, consistia no descompasso entre as dimensões política, econômica, psicossocial e militar, cujas dinâmica e dialética poderiam causar a ruptura de todo o sistema, particularmente em razão dos excessos autoritários e das reações

no âmbito da comunicação social, leia-se censura à imprensa.

Por fim, o general Golbery avaliava os riscos da convergência de todos os problemas para a confrontação bipolar entre o governo e sua sustentação *versus* uma oposição fragmentada, a qual, em razão da sua natureza de aglutinação forçada, apresentava-se como catalisadora de todas as frustrações e insatisfações, fato que se tornava mais perigoso com a possibilidade de união das hostes insatisfeitas da direita, que abandonavam a embarcação, com a esquerda mais radical.

Para enfrentar tal desafio, seria necessário descentralizar e partilhar o poder com estados, municípios, sociedade civil etc., por meio de uma política de liberalização, que incorporasse formas flexíveis de controle social.

A descentralização, mediante liberalização da censura à imprensa – primeiro passo – e da abertura democrática ainda não completada hoje e que se lhe seguiria quase inevitável, viria a instituir-se na área política e de maneira decisiva, renunciando seu extravasamento, mais cedo ou mais tarde, aos demais campos onde se manifestavam resistências ainda bastante fortes, sobretudo no setor crítico da economia.⁷¹

Com o objetivo de evitar o maior dos riscos, qual seja, a convergência por linhas tortas entre a direita e a esquerda, como ocorrera tantas vezes no passado, recorria à estratégia geométrica de Von Bülow,⁷² para, manobrando em linhas interiores, impedir essa possibilidade, a fim de “mantê-los, sempre que possível, separados e alternar ações de contenção, senão de contra-ataque, entre um e o outro, garantindo, para si mesmo, espaço de manobra cada vez maior e, pois, maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos”.⁷³

Com relação à tendência aglutinativa da oposição, aquele general propugnava a sua desarticulação, com a inseminação de uma estrutura político-partidária pluralista, que poderia ser alcançada com a extinção do MDB e a criação de novos partidos.

No quadro geral do retraimento, idealmente sem pressão, Golbery elaborava “Linhas Mestras de uma Estratégia para o Poder Executivo”, cuja datação, de 1980-5, elude o fato de que, na prática, tais diretrizes já vinham sendo cumpridas, pois a toda estratégia corresponde uma gestão estratégica, executada em cuidadoso cronograma de metas.

Assim, em quadro militar de retraimento, ainda no governo de Ernesto Geisel, foi afrouxada a censura à imprensa, considerada como o primeiro passo para a almejada liberação, a qual não pode ir mais adiante em razão

das tensões surgidas no âmbito militar, muitas das quais relacionadas à própria abertura.

Por isso, mais não pôde ser feito, conforme se verá a seguir, ficando para o próximo governo, do qual Golbery faria parte, a execução do plano, pois, uma vez mais, o perigo vinha da retaguarda. Pois, a convergência de objetivos entre as oposições e os governantes, sob o ritmo de Abertura Política, rompeu a harmonia que havia sido estabelecida no governo anterior entre moderados, linhas duras e radicais, dessa vez, colocando o arcabouço do “enquadramento”, novamente, à prova. Além disso, moderados e radicais da oposição discordavam do ritmo do retraimento. O Brasil preparava-se para o embate democrático e os diversos segmentos começavam suas ações de retorno. O cronograma previa isso.

Apesar das boas intenções, a trajetória não seria tranquila. Selecionamos três episódios que se tornaram marcantes e ilustram os desafios ao rumo do retraimento simultâneo dos militares: do exercício do governo e da política. O primeiro apostado pelos radicais unidos à linha dura; o segundo por um representante desse segmento; e o terceiro por um moderado.

O evento inicial que, se deseja registrar, trata do repto arvorado pelos representantes das estruturas repressivas, apoiados por representantes da linha dura.

Desde a criação dos CODI/DOI existiam denúncias de realização de torturas por esses órgãos, sem que fossem tomadas medidas firmes no sentido de apurá-las e coibi-las. A ameaça da guerrilha e seu desbaratamento contribuíram para conceder relevância e consideração, no âmbito do regime, aos seus componentes.

Nos primeiros excessos autonomistas da comunidade de informações, no caso da Força Aérea, quando Médici os enfrentou, houve deslocamento das atividades repressivas para seu escamoteamento e direcionamento para áreas clandestinas de atuação.

Geisel, pelo menos formalmente, desde o início, posicionou-se frontalmente contra qualquer desvio de conduta daqueles órgãos. Ele “faz da luta contra os excessos e indisciplinas dos órgãos de repressão um dos elementos principais da descompressão autoritária; elemento presente desde o discurso inaugural da distensão”.⁷⁴

Entretanto, após o desbaratamento da guerrilha rural e urbana, os órgãos de informação, sem um inimigo para sua autojustificação como atividade relevante, passaram a reprimir as atividades dos partidos comunistas na clandestinidade.

Assim, em 24 de outubro de 1975, o jornalista e militante comunista Vladimir Herzog, após campanha desenvolvida na Assembleia Legislativa

do Estado contra as atividades que desenvolvia na Televisão Cultura, foi convocado a prestar esclarecimentos no CODI/DOI do, então, II Exército, em São Paulo, comandado pelo General de Exército Ednardo D'Ávila Mello, anticomunista da linha dura.

No dia seguinte, voluntariamente, dirigiu-se àquelas dependências, onde após ser interrogado, veio a falecer, tendo as apurações, posteriormente confirmadas em IPM e amparadas em laudos periciais, concluído pelo seu suicídio. Seus companheiros de cárcere alegaram terem escutado solicitações por instrumentos para tortura. O rabino que procedeu suas exéquias, teria, também, constatado sinais de violência em seu corpo.

Nesse mesmo contexto, de diligências para elucidar a atuação do PCB, em 17 de janeiro de 1976, foi preso, interrogado e veio a falecer o operário Manoel Fiel Filho, nas dependências do mesmo CODI/DOI em circunstâncias similares às de Vladimir Herzog.

O IPM instaurado para averiguar o fato em trinta dias, após concluir ter se tratado de suicídio, foi encaminhado à Justiça Militar, cujo procurador encarregado pediu seu arquivamento sob a alegação de que “As provas apuradas são suficientes e robustas para nos convencer da hipótese do suicídio de Manoel Fiel Filho, que estava sendo submetido a investigações por crime contra a segurança nacional. (...) Aliás, conclusão que também chegou o ilustre Encarregado do Inquérito Policial Militar”.⁷⁵ Tratava-se, claramente, de um desafio dos radicais e da linha dura aos rumos estabelecidos pelo Presidente da República.

Para o, então, governador do Estado de São Paulo, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de São Paulo, tratava-se de “de um plano para desestabilizar o governo de Ernesto Geisel”. Paulo Egydio prossegue: “Eu era um homem de confiança do Geisel em São Paulo [...]. Militares linha-dura como o ex-ministro do Exército Sílvio Frota não queriam que o Geisel desse continuidade à abertura política que ele estava implementando. Eles queriam um regime mais forte e violento”. Para ele, as mortes “faziam parte de um plano para tirar o Geisel do poder”. Conta, ainda, em seu depoimento, “ter presenciado uma reunião de Geisel com dirigentes militares após a morte do primeiro, na qual Geisel disse que não toleraria mais esse tipo de crime nas dependências do Exército”.⁷⁶

O extremismo de direita permanecia em seu papel instrumental de assombrar a esquerda, principalmente a radical, vale dizer, informá-la de que poderia mantê-la acuada com seus próprios elementos. Nunca foi uma ameaça séria. O alvo claramente era a linha dura, pois essa, sim, representava um duplo risco: político, para o regime, ainda mais mancomunada com o segmento mais intransigente; e de retrocesso no afastamento dos militares de atividades políticas e no envolvimento da

estrutura institucional com práticas incompatíveis.

Geisel não titubeou. Apesar das conclusões dos IPMs terem sido referendadas pela Justiça Militar, determinou, para grande comoção do seu Ministro do Exército e de outros oficiais, a exoneração do Comandante do II Exército. Assim, cumpria suas promessas e enviava um sinal eloquente para a linha dura e os radicais de que não aceitaria suas provocações e tentativas de constrangimento. As apostas, necessariamente, teriam que subir.

De acordo com Maud Chirió, “Nenhum preso político morre mais sob tortura nas prisões brasileiras depois de Manoel Fiel Filho”.⁷⁷ A partir de 1977, “nenhum assassinato ou desaparecimento político de cidadão brasileiro em solo nacional é mais registrado”.⁷⁸

Na verdade, ainda existiriam algumas vítimas, decorrentes de confrontos com militantes da esquerda ou em decorrência de choques por motivo de greves e manifestações, com a ressurreição dos movimentos operários.

No segundo episódio, que se deseja registrar, o desafio envolveu o próprio Ministro do Exército. Geisel havia escolhido Vicente de Paulo Dale Coutinho, um moderado, para esse Ministério. Apenas dois meses após assumir o cargo, veio a falecer. Diante da contingência, então, o Presidente convidou Sílvio Couto Coelho da Frota, anticomunista ferrenho e representante da linha dura, para o seu exercício.

Reprisa-se que o novo ministro era reputado pela intransigência em relação à quaisquer ameaças à autoridade e à hierarquia. A obsessão com o enquadramento disciplinar levou-o a convencer Geisel a aceitar uma alteração no *Regulamento Disciplinar do Exército*, o qual, em 19 de junho de 1977, passou a incluir os militares da reserva, para grande reação dos alcançados pela medida, nas mesmas restrições quanto a manifestações de caráter político que já constrangiam os da ativa.

Vendo-se obrigado a desempenhar uma dupla representação, política e militar, entretanto, durante o governo, Frota, em diversas ocasiões, apresentou divergências com o governante máximo e com seus colaboradores: seja em relação a promoções de oficiais gerais; nas decisões decorrentes do pragmatismo responsável, como no caso do reconhecimento do governo de Angola, na aproximação com os países comunistas do Leste Europeu e com a China; ou, ainda, com os rumos da propalada abertura política; entre outras.

Porém, a mais ameaçadora das suas posições referia-se à ressurreição da ideia de que o Presidente da República seria um delegado da opinião militar. No estado de centralização hierárquica e disciplinar daquela época, como já foi dito, por mais vaga e indeterminada que fosse essa

noção, no entendimento de Frota, corresponderia aos componentes dos Altos Comandos das Forças, sobressaindo-se, naturalmente, o Exército, cujos supremos intérpretes seriam os ministros militares e, *primus inter paris*, ele mesmo.

Lembremo-nos das primeiras noções explicitadas pela Liga Democrática Radical (Lider), de que: “o Chefe do Governo nada mais é do que um Delegado do Comando Supremo da Revolução e, conseqüentemente, não pode agir em nenhuma hipótese contrariamente aos ideais revolucionários que se sobrepujaram à própria Constituição”,⁷⁹ corolário do preâmbulo do AI-1, a própria soberania revolucionária.

A mesma percepção, indicativa de tutela, foi depois exposta pelo General Moniz de Aragão, ao explicitar que “os oficiais das Forças Armadas, porque se julgam responsáveis pelo regime revolucionário, entendem que têm o direito e o dever não só de fiscalizar e apreciar os atos do Governo, que imaginam sua criatura, como até de afastá-lo se dele discordarem”, frase representativa de que aquela soberania era, originariamente, militar.

Ora, Geisel havia sido o chefe do Gabinete Militar de Castelo Branco, de quem era admirador – embora não concordasse com todas suas ideias, por ser mais nacionalista e autonomista – acompanhara passo a passo a luta para retirar os militares da participação disseminada na política. Percebia, por trás das teses do General Frota, intenções de repetir o percurso que acabara com a imposição da candidatura do Marechal Costa e Silva e, na sua concepção, a Revolução precisava direcionar-se para outro rumo diferente daquele trilhado anteriormente.

Ao perceber a inclinação de Geisel pelo chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), General João Batista de Oliveira Figueiredo, para sucedê-lo, Sílvio Frota resolveu pavimentar a sua própria candidatura, aproximando-se do Congresso Nacional, local em que fez diversas visitas, acompanhadas por um séquito de generais. Era a sua candidatura em marcha. No ano de 1977, formou-se um “um grupo frotista” na ARENA.

Geisel não iria tolerar esta tentativa de emparedá-lo. Frota, naturalmente, tinha acesso ao Alto Comando, local onde tinha condições de articular o apoio para as suas teses, condição que não seria difícil obter, tendo em vista que, ademais das discordâncias existentes com as decisões presidenciais pelos representantes da linha dura e dos radicais, o preferido do Presidente da República não era general de exército, a cláusula pétrea daquela oficialidade e, pelo andar do calendário de promoções, não poderia alcançar aquele posto até a eleição, o que obrigaria a preterição de concorrentes na ativa, desagradando outros tantos, pela perda de seus preferidos. A futurologia do pretérito diz que Frota, com o aval de seus generais, poderia impor condições ao Presidente, ou fazer exigência pior,

conforme disse Paulo Egydio.

Diante dessas dificuldades, Geisel resolveu demitir Sílvio Frota, em 12 de outubro de 1977, um domingo. Em evento com características cinematográficas, protagonizado pelo Chefe do Gabinete Militar, o General Hugo de Abreu, em pleno aeroporto de Brasília, no pátio onde estavam os automóveis enviados pelo Ministro do Exército para conduzir os generais que chegavam para reunião convocada por ele, formulava o convite do Presidente da República para outro encontro, dessa vez no Palácio Presidencial, logrando desviá-los do seu destino. Geisel, então, após pronunciamento e adesão dos componentes do Alto Comando do Exército, demitiu o ministro, juntamente com suas teses e as possibilidades de retrocesso, reforçou o enquadramento e delineou os limites da ambiguidade civil e militar da sua representação.

Seus mais fiéis seguidores foram igualmente atingidos: o General Adyr Fiúza de Castro, criador do CIE e amigo de Frota, foi removido do Comando da 6ª Região Militar na Bahia e transferido para “o último canil do Exército”,⁸⁰ a Diretoria de Inativos e Pensionistas; o Tenente Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, Chefe da Seção de Operações, a mais importante do CIE, foi transferido para um Grupo de Artilharia de Campanha, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul; e, em apenas um mês, nada menos do que sessenta comandantes de unidades seriam exonerados.

O terceiro episódio, de que nos valem, refere-se ao General Hugo de Abreu, empossado no Gabinete Militar da Presidência da República em razão de que o escolhido, General Dilermando Gomes Monteiro, Subchefe do Gabinete Militar, ao tempo em que Geisel o chefiou, ter sofrido grave acidente.

Em janeiro de 1978, quando foi dado conhecimento oficial da preferência presidencial pelo General Figueiredo, o General Hugo de Abreu apresentou seu pedido de demissão alegando que, quando providenciou a demissão de Sílvio Frota, garantia que tal medida não beneficiaria nenhuma outra candidatura à presidência. Declarou ainda, que a escolha desse nome pelo presidente Geisel contrariava a orientação fixada pelo sistema revolucionário de 1964, que exigia um nome resultante de consenso dentro das forças armadas.

Tratava-se de uma ação individual de um oficial respeitado no Exército que havia conquistado sua liderança por ter integrado a Força Expedicionária Brasileira na Itália, onde recebeu a Cruz de Guerra de Primeira Classe, a mais alta condecoração brasileira, por atos de bravura em combate. Ademais da sua participação no Movimento Civil e Militar de 1964, atuou para reprimir as manifestações dos oficiais rebeldes por ocasião do sequestro de Charles Elbrick, nas ações contra a Guerrilha do

Araguaia e o terrorismo no Rio, na ocasião em que comandou a Brigada de Infantaria Paraquedista.

Em outubro de 1978, Hugo de Abreu enviou carta a numerosos oficiais contendo denúncias envolvendo membros do governo do Presidente Geisel, tendo uma delas chegado ao conhecimento público. Por estar ainda na ativa, a atitude ganhou conotação política, mesmo considerando-se que essa correspondência de caráter particular estaria protegida por sigilo e que seu vazamento teria ocorrido por violação ou traição.

O Ministro do Exército, Fernando Belfort Bethlem, então, determinou que lhe fosse aplicada punição disciplinar de vinte dias de reclusão, no caso bastante rigorosa para os padrões militares, considerando-se os numerosos atenuantes em seu favor.⁸¹ Foi uma das raras sanções administrativas com sentido político no período do governo Geisel. Muito poucos, nessa época, ousavam desafiar o arcabouço representado pelos atos institucionais, jurídicos, regulamentares e administrativos disciplinares.

Tais atitudes inauguravam uma nova etapa no processo do enquadramento, com o enfrentamento da linha dura e a contenção dos radicais, para os quais, aparentemente, ainda não soara a hora. A consequência seria a ruptura da sinergia entre esses dois segmentos, uma vez que o primeiro perdia a capacidade de uso instrumental dos extremistas, como mecanismo de pressão sobre o regime e como apoio à liderança que exerciam sobre os conservadores.

A retomada da convergência de rumos entre um governo que intencionava institucionalizar suas relações com as Forças Armadas em geral e o Exército em particular, ao mesmo tempo, reforçava as figuras simbólicas de seus ministros e retirava dos comandantes militares de área, vale dizer, os comandantes de exército, a autonomia que sempre detiveram. Pelo menos sobre os assuntos com repercussão política.

Dessa ocasião em diante, estavam traçados novos limites de tolerância, mais estreitos do que aqueles propalados por Orlando Geisel em sua célebre reunião. Eram os últimos elos dos círculos hierárquicos que faltavam para serem enquadrados. Mas, ainda faltavam os elos funcionais e pessoais representados pelos radicais de direita que operavam nos porões, nas cercanias dos altos escalões. Além disso, ficavam sepultadas, definitivamente, as teses da soberania militar e revolucionária, da opinião dos quartéis, do delegado da Revolução etc.

A trajetória do retraimento, entretanto, não era linear, nem constante. Como ocorre nas operações militares, os avanços e recuos dependem de muitos fatores, inclusive, dos influxos advindos da retaguarda, os quais, sem necessidade de maiores conjecturas, são os piores, os mais perigosos. É preciso estar com essa área segura para enfrentar os que estão à sua frente.

Somente nesse contexto, pode-se entender a trajetória política, aparentemente, errática do governo de Ernesto Geisel, o qual, após as promessas e medidas iniciais, viu-se compelido a tomar atitudes que a desfiguraram, ficando emblemática aquela do fechamento do Congresso e da outorga do *Pacote de Abril*, em 13/04/1977.

Os eventos que levaram à exoneração do Comandante do II Exército, no final de 1975 e início de 1976, os quais ficaram caracterizados como um desafio da direita, vale dizer, dos integrantes da linha dura mancomunada com os radicais, foram tentativas de instaurar crises para fragilizar o governo e depois pavimentar o caminho do Ministro do Exército Sílvio Frota para encetar a mesma singradura que conduziu Costa e Silva ao poder.

Geisel assistira a tudo, na posição privilegiada de Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castelo Branco, chegando a chamar de farsa o levante da Vila Militar que desaguou no AI-2. Mas entendia perfeitamente que eram indícios de insegurança na sua retaguarda, pois as instabilidades fabricadas nos porões acordavam a direita, em serviço ativo, e, particularmente, fora da caserna, retirando-a do longo sono do governo Médici, quando se aglutinou em torno dos comandantes de área, mas, principalmente, do Ministro do Exército.

A essa altura, no entanto, o regime havia institucionalizado o poder em torno dos altos comandos e dos ministros, e, portanto, seriam eles que iriam decidir o final dos eventuais embates entre as vocações políticas e militares e das trajetórias colimadas para o retraimento. Tendo assistido, juntamente com Golbery, Castelo Branco perder o jogo para Costa e Silva, Geisel, agora, faria tudo para vencer. Para tanto, precisava contar com apoio dos membros dos Altos Comandos e, se possível, trazê-los para o seu lado. Por isso, tratou de reforçar a linha moderada e coibir o acesso de linhas duras e radicais aos mais altos postos. Não à toa, foi o Presidente da República que mais interferiu na promoção de oficiais generais.

Nesse contexto, o Presidente ressuscitou uma velha aspiração das elites idealistas, particularmente militares, em transformar o Judiciário em um poder verdadeiro. Como já foi dito, nunca, até então, fora, submetido às suas próprias mazelas, ao Executivo e ao Legislativo. A reforma desse Poder, embora ficasse obnubilada pelas medidas políticas daquele Pacote de Abril de 1977, mereceriam outra tese, pois, sob qualquer ângulo, são, até hoje, seu arcabouço, apesar das tentativas que os Constituintes de 1988 fizeram para desfigurá-la e, em vez de completar o trinômio de independência e harmonia, mantê-lo servil aos seus interesses políticos, como ocorreu em toda a tumultuada República.

Essa medida foi o *ovo da serpente* que os governantes militares legaram para a desequilibrada República, no sentido de restaurar o equilíbrio entre seus poderes, mas passou despercebida por quase todos os observadores da cena nacional, incluído o acurado escrutínio da academia, magnetizados, que ficaram, em criticar a manobra política.

Naturalmente, o Congresso, apesar de manietado, mas já com veleidades de independência, em plena vigência do AI-5, pressentindo talvez as implicações contidas no projeto, não aceitou a proposta de Emenda Constitucional de origem presidencial. Era o que o estrategista esperava. Resolveu a questão do Judiciário, da ameaça de perda de maioria congressual e, mais importante do que todas, mandou um sinal claro de agrado para a direita, de que não abriria mão das prerrogativas autoritárias de que dispunha, utilizando-as na hora que bem lhe aprouvesse.

Por longos meses o Presidente e seus assessores deitaram falação sobre esses eventos. Tratava-se de mais cortina de fumaça. Dessa época, pode-se registrar, por exemplo, a entrevista concedida a jornalistas franceses, em 02 de maio de 1977, que disseminou a noção de “democracia relativa”:

Quando se fala em democracia, muitos consideram a democracia no sentido absoluto. Esta democracia eu acho que não existe em parte nenhuma. Todas as coisas no mundo, exceto Deus, são relativas. Então, a democracia que se pratica no Brasil não pode ser a mesma que se pratica nos Estados Unidos da América, na França ou na Grã-Bretanha. O Brasil tem dois problemas que têm que caminhar paralelamente com o político: os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e com o desenvolvimento social. Não se pode pensar em ter uma democracia política perfeita se não se tem um determinado nível econômico e se também não se tem uma determinada estabilidade social. Então, sem dúvida, o Brasil é um país onde há democracia, onde há liberdade, mas essa democracia não pode ser igual à democracia dos outros países. Ele tem que levar em conta as condições econômicas e sociais em que estamos vivendo. Mas eu creio que, no quadro geral, nossa democracia é efetiva: funciona com determinados problemas em certas circunstâncias, mas funciona.⁸²

Foi um recuo tático para alcançar a indispensável confiança dos conservadores, absolutamente necessária para o lance final, imprevisível, do choque com o seu Ministro do Exército. Para corroborar, voltaram as cassações de direitos de políticos e de cidadãos, fazendo o regime regredir em relação aos progressos obtidos.

Entre os avanços e recuos de seu movimento retrógrado, Geisel sacrificou a frente política, ou seja, a própria Abertura, para restabelecer a ordem, mais uma vez, entre os recalcitrantes da linha dura e da repressão.

No seu governo, a linha dura deu o último suspiro capaz de interferir na política e no processo de enquadramento dos militares, recebendo a clara mensagem de que, independentemente da concentração da energia nos altos comandos e nos ministros militares, um poder maior se levantava, civil, da Presidência da República, mesmo que, fortuitamente, em mãos de um militar, pois, afinal, ficava claro como o dia qual era o mais alto nível da hierarquia, o Comandante Supremo das Forças Armadas, aspecto que nunca foi considerado como tal pelo segmento castrense, conforme constou em diversas passagens desse relato.

Os radicais da direita, por sua vez, em grupos independentes, nos aparelhos do Estado ou em uns e outros ao mesmo tempo continuariam a atuar, bastante acuados, com raras, embora significativas ações.

Radicais de direita, do Grupo Secreto e da recém criada Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), homóloga da organização argentina de mesmo viés, lançariam bombas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na Organização dos Advogados do Brasil (OAB), esta última sem explodir, no Centro do Rio de Janeiro, em 19/08/1976; praticariam o sequestro do bispo católico D. Adriano Hipólito, em Nova Iguaçu, no dia 22/09/1976; e, no mesmo dia, lançariam outra bomba na residência do jornalista Roberto Marinho, no Cosme Velho, Rio de Janeiro. Ainda assombrariam a República no próximo governo; em 15/11/1976 de novembro a sede do jornal *Opinião* é destruída; e, em 6/12/1976 foi a vez da editora Civilização Brasileira.

A partir de 1975, dedicar-se-iam, também, à panfletagem nas casernas, notadamente na Vila Militar, contra a abertura e seus desafetos Ernesto Geisel, Golbery, Figueiredo entre outros. Nesse contexto outros grupos velhos conhecidos retornariam. Os conteúdos dos panfletos, coincidentemente, apareceriam na forma de *Apreciações* formuladas pelo SNI, CISA e o CIE.⁸³

Nas eleições gerais, em outubro de 1978, no Senado Federal a ARENA elegeu 14 e o MDB 8 Senadores. Com a inovação autoritária do Pacote de Abril, introduzindo os senadores denominados de biônicos, a ARENA obteve 42 cadeiras, enquanto o MDB ficava com 25. Na Câmara Federal de Deputados, a ARENA obteve 231 cadeiras e o MDB 189; e nas Assembleias Legislativas, a ARENA elegeu 489 e o MDB 357 Deputados Estaduais.

Apesar desses resultados terem, aparentemente, favorecido a situação, considerados em números redondos, a soma de votos dados para

a oposição, nos grandes centros, particularmente no Centro-Sul do Brasil, a área mais populosa, foi largamente favorável ao partido oposicionista.

Além disso, uma corrente de militares da reserva, considerando que chegara a hora de encerrar a sua participação revolucionária, alinhou-se à candidatura do General de Exército da reserva Euler Bentes Monteiro à Presidência da República, Alinhou-se ao MDB. Essa candidatura expôs a dolorosa condição alcançada pela oposição: a adesão a uma candidatura de um militar, recém aposentado, do mais alto posto da carreira. Bentes ainda tentou resolver esse paradoxo insistindo na sua transformação súbita em cidadão comum.

Entretanto, sob a sombra da prisão do General Hugo de Abreu, um dos seus mais importantes apoiadores, foi derrotado no Colégio Eleitoral pelo candidato oficial, embora este último tenha vencido por uma margem bem mais estreita, com 56% de votos (355 da ARENA contra 276 do MDB),⁸⁴ do que o seu antecessor que saíra vitorioso com 84% de apoio.

Em 13 de outubro de 1978, ainda no governo de Ernesto Geisel, confirmando a vitória da linha moderada sobre a linha dura e os radicais, vale dizer, o restabelecimento da ordem na retaguarda, por meio da Emenda Constitucional nº 11, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 1979, foram revogados todos os Atos Institucionais e Complementares contrários à Constituição Federal. Era o fim do AI-5.

Avaliação do Enquadramento

Comparando-se as ações aqui descritas com a estrutura abstrata do modelo do enquadramento, observa-se que:

1) Os protagonistas políticos cessam a cooptação dos militares em geral e os segmentos em serviço ativo, com a exceção de indivíduos, grupos isolados e setores da inteligência, restam despolitizados.

2) As ações de homogeneização, neutralização e esterilização política dos militares contribuem para uma maior unidade e coesão institucional no âmbito de cada força singular e entre elas.

3) As rupturas não mais ocorreram; os políticos permaneceram com a função legitimadora; o sistema manteve a sua continuidade; e os novos grupos não mais se envolvem com parcelas marginais de militares em serviço ativo, embora existam envolvimento com representantes da reserva.

4) Manteve-se desnecessária a aprovação pelas elites civis; os governantes militares mantêm a força política a partir da energia vital da própria corporação; e os civis tornaram-se coadjuvantes, inclusive como auxiliares na formatação, estruturação e manutenção do regime.

5) Os militares assumiram o papel de governantes e a direção do sistema e deixaram de ser guiados pelos critérios da vocação militar, assumindo aqueles próprios do apanágio político.

O tempo da intervenção, inicialmente pré-fixado (pelo AI-1), tornou-se elástico, em razão da dialética política.

6) A necessidade de recondicionar a mentalidade militar para afastá-la da crença de que deve, constantemente, salvar o país de si mesmo, ainda perdura em muitos setores.

Ao final desta fase, restavam atuando com postura política, apenas, os setores de Inteligência dos Centros de Informações e DOI-CODI; a linha dura militar foi extinta, as articulações entre comandos e porões foi obliterada e aos órgãos de repressão mandou-se a mensagem de que não seriam mais tolerados excessos.

Entretanto, o próximo governo, destituído dos poderes autoritários iria enfrentar o teste definitivo o legado recebido.

CAPÍTULO 10

O REGIME CIVIL E MILITAR APÓS O ATO INSTITUCIONAL Nº 5

Governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo

O último dos governantes militares assumiu sob condições democráticas. Da mesma forma que a Carta de 1967, a Emenda que configurou a “Constituição de 1969”, apesar da má vontade da esquerda, não a transformou em um documento ditatorial. Tanto que vigorou, sem sobressaltos, já no período “democrático” de José Sarney, até a promulgação daquela de 1988. Vale dizer que o novo presidente teria que se haver diante dos conflitos políticos sem os instrumentos disponíveis para os seus antecessores, uma vez que o cerne das prerrogativas autoritárias do regime repousava sobre os *Atos Institucionais*, todos revogados.

Entretanto, João Figueiredo, recebeu um mandato longo, de seis anos, uma das alterações impostas pelo Pacote de Abril de 1977. Em condições normais, já seria um grande desafio governar por tão longo período. Na última fase, sem aliados na retaguarda para acolhê-lo, o que lhe aguardava nessa transição, era um mar de desesperanças, sem porto seguro ou navios para o embarque, vale dizer, sem território político para se abrigar, fruto da opção consciente de não se misturar com a política, nem se imiscuir com a caserna, resultado imposto pelas decisões anteriores de assumir as fronteiras entre essas duas vocações; além de ter de arrostar a ausência de expectativa de continuidade de poder, a maior motivação dos aficionados por esse atributo, para motivar aliados e conter adversários.

Figueiredo, depois de Castelo Branco, foi quem enfrentou a pior das tarefas. Todos os artificialismos do regime seriam postos à prova. A começar pela eleição indireta, nunca absorvida pela sociedade, a qual, independentemente de juízos sobre seus efeitos para a democracia, parece que se estranhou com a consciência popular, mesmo que o sufrágio direto não contribuísse para maior satisfação do eleitor, sendo, o mais das vezes, motivo de frustração.

A liberdade de Imprensa, represada, extravasou, passando a sustentar mídia combativa e mordaz; ao mesmo tempo em que se incrementou o processo do toma lá da cá e das chicanas políticas; tudo o que é normal no âmbito político democrático. Então, a vida do Presidente, com todas as pompas e circunstâncias, seria transformada num calvário, com o qual viveria em eterno confronto.

Seu governo até que começou bem, ao empenhar-se, ele próprio, pelo cumprimento da abertura democrática, incluída a almejada anistia, ampla, geral e irrestrita; a qual não ocorrera no governo Ernesto Geisel por

oposição de Ulysses Guimarães à reciprocidade, cláusula sobre a qual os governantes militares não abriam mão.¹ Ulysses, ao contrário de Tancredo Neves que investia em uma transição negociada, almejava a derrota do regime.

Para enfatizar seu devotamento ao projeto, Figueiredo relembrava ter recebido seu espadim de formatura sem saber onde seu pai estava preso no regime de Getúlio Vargas. Como garantidor da execução do cronograma, ninguém menos do que seu próprio mentor, Golbery, denominado de bruxo, mago ou feiticeiro e, até mesmo, apontado pelo cineasta Glauber Rocha como gênio da raça.

No âmbito político, governou, inicialmente, com folgada maioria no Congresso Nacional e contou, pelo menos até seis de agosto de 1981, com o apoio de Golbery na Casa Civil. Conforme citado, no Senado Federal, a ARENA dispunha de 42 cadeiras, enquanto o MDB detinha 25; na Câmara Federal de Deputados, a ARENA estava representada em 231 cadeiras, enquanto o MDB possuía 189; quadro similar ao das Assembleias Legislativas.

Em cumprimento ao cronograma, em 20 de dezembro de 1979, foi editada a Lei nº 6.767, melhor dizendo, a Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, pela qual, ademais de extinguir a ARENA e o MDB, liberava a criação de novos partidos políticos, a ideia de Golbery pela qual, como já foi dito, utilizava-se o impulso do adversário para derrotá-lo. Essa medida, juntamente com o retorno das lideranças políticas no exílio, permitiu a inclusão das diversas correntes de pensamento esquerdistas e comunistas e a reconstituição de uma feição política partidária mais avançada do que aquela vigente na “democracia” anterior a 1964.

Sob essa obra de engenharia política, todos concorreriam, no ano de 1982. “As eleições seriam livres, por sufrágio universal direto e secreto. Eram consideradas as eleições mais importantes na história brasileira recente, com 55 milhões de eleitores escolhendo nas urnas cerca de 400.000 candidatos a todos os cargos”;² de vereadores a senadores, de prefeitos a governadores; ocasião em que, para citar apenas um caso, Leonel Brizola, considerado um dos maiores adversários do regime, seria eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro, apesar da tentativa de fraude eleitoral que sofreu, originada de setores políticos e da mídia descontentes com sua presença, mas, sintomaticamente, já sem interferência militar.

Permaneciam como “entulhos”, entretanto, os senadores biônicos e alguns municípios considerados como situados em área de segurança nacional; casos em que os prefeitos eram indicados e não eleitos.

Em que pese o risco, a máquina política do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da ARENA, mantinha capacidade de sustentar maiorias

políticas em grande parte dos fóruns representativos e, principalmente, garantir a maioria no chamado *Colégio Eleitoral* da última eleição indireta; assim pensavam os estrategistas governamentais, inclusive Golbery. Principalmente, tratava-se de adicionar a legitimidade necessária à manutenção da estabilidade presente e suficiente para garanti-la no futuro.

Retiradas as rédeas que impediam as manifestações dos movimentos sociais, estes se apresentaram com suas reivindicações: operários, estudantes, Igreja, particularmente por meio das denominadas Comunidades Eclesiais de Base, dentre tantos outros que colocaram suas divergências sobre a mesa. Voltaram as greves e as manifestações estudantis, diferentes, é verdade, daquelas que sacudiram os tumultuados anos sessenta. O Brasil treinava para exercer seus direitos democráticos.

Nesse contexto de dificuldades, tudo era magnificado pela crise econômica que se instaurara desde o primeiro choque do petróleo e, por esta época, do início do governo de João Figueiredo, colhia aqueles juros internacionais de 21% ao ano, já mencionados, fazendo com que a dívida externa aumentasse sem freios, secundada por inflação que cresceu exponencialmente, de 45% ao ano no início do seu governo para 230% ao final; enquanto a população brasileira totalizava 140 milhões de habitantes, exigindo perto de dois milhões de empregos formais ao ano.

Em 1979, o Brasil cresceu 6,4% e, no ano seguinte, ainda obteve 8,5%; mas, a partir de então, foi atingido em cheio pela maré vazante, caindo para - 4,5%, em 1981; e 1,0% em 1982; ocasião em que teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar desses resultados e do revés de - 4,0 % em 1983; em 1984, o PIB alcançou 5,2%.³

No apanhado geral, foi o pior resultado geral de todo o regime, 12,6%, bem representativo do grau das dificuldades enfrentadas e do esgotamento do modelo econômico esposado pelos governantes militares. A retração econômica juntamente com explosão demográfica deixaria um legado devastador ao final do regime. Magnificada com erros econômicos posteriores causaria a estagnação do Brasil por uma década, considerada perdida.

Em meio aos estilhaços políticos, econômicos e sociais que impactavam o retraimento político de João Figueiredo, ele teve que enfrentar a insatisfação dos remanescentes da linha dura e dos radicais da direita. Os primeiros, circunscritos que estavam aos limites traçados nas administrações anteriores, buscavam saídas junto aos fragmentos oposicionistas para obstaculizar o regime; opção que a manobra por linhas interiores de Golbery procurava evitar. Os últimos, coerentes com a sua opção extremista, adotariam atividades violentas para intimidar os

segmentos da esquerda mais ativos e permanecer na espreita para eventual oportunidade de causar uma ruptura que obstaculizasse a Abertura.

Castrada nas suas veleidades, a linha dura não perdera a esperança de reassumir protagonismo, pois, dispunha de seguidores, inclusive na alta hierarquia, particularmente no Exército. Um deles era Gentil Marcondes Filho, Comandante do I Exército no primeiro biênio do governo de João Figueiredo. Justamente no Rio de Janeiro, um dos focos dos radicalismos. Em seu currículo constava ter sido Chefe do Estado Maior de Ednardo D'Ávila Mello por ocasião das mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho e a quem se subordinava o DOI/ CODI.

Conforme descrito, após a repressão que Geisel efetivou sobre os excessos praticados pelos radicais, sob indícios de acobertamento por componentes do topo da hierarquia, deixando claro que tal aliança não seria tolerada – no que foi apoiado majoritariamente pelo Alto Comando – alguns segmentos extremistas adotaram a estratégia de permanecer infiltrados nos órgãos de repressão, embora realizando suas ações mais audaciosas fora dessas estruturas e, em muitos casos, junto com aliados externos, adotando práticas terroristas. José Amaral Argolo, nas obras citadas, apresentou essa situação com profundidade.

Sob os auspícios desses grupos radicais, leia-se a Aliança Anticomunista do Brasil (AAB), o Grupo Secreto e outros, como também foi narrado, seriam realizados dez atentados em 1976; seis em 1977; quinze em 1978; dois em 1979; e, a partir dos indícios de não retorno da abertura, quarenta e seis em 1980; e mais dois em 1981, antes do *clímax*, no Riocentro.⁴

Este último episódio, desfechado em 30 de abril de 1981, não foi efetivado, admite-se, pelo amadorismo e imperícia de seus agentes, demonstrando a recidiva do conluio entre os órgãos encarregados da repressão, leia-se DOI/CODI, e a alta estrutura militar, no caso o Comando do I Exército e elementos radicais na clandestinidade. Sua finalidade clara era obstar a continuidade da Abertura, particularmente no passo importante que significava a reforma partidária e as eleições gerais de 1982, e intentar a repetição do jogo de Costa e Silva e Sylvio Frota no sentido de uma possível continuidade do regime.

Figueiredo não era Geisel. Vinha do Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, embora poupado de participar da “guerra suja”, afinal, encimava funcionalmente, embora não administrativa ou hierarquicamente, essas organizações, das quais foi beneficiário dos dados, análises, alertas e quadros. Também, admite-se, não deveria ter firme a conceituação dos mentores do regime quanto aos limites entre as vocações políticas e militares. Se tivesse, não teria agido como agiu. Tinha uma

visão condescendente com tais excessos, considerando aqueles elementos extremistas como “bolsões radicais, porém sinceros”.

Após a renúncia do primeiro indicado para o IPM que iria apurar o ocorrido, o Coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro; de negociações que envolveram o próprio Ministro do Exército na tentativa de indicação de um segundo encarregado, o General Vinícius Kruehl, o qual fez imposições de total liberdade na apuração, como cláusula para assumir a tarefa, ficando sem resposta e nem promoção; a escolha, finalmente, fixou-se no Coronel Job Lorena de Santana, assim como o anterior, a poucos meses de sua ascensão, no caso, ao generalato.

Cercado de negociações com os grupos radicais, envolvendo, inclusive o Chefe da Agência Central do SNI, General Newton Cruz, seguidas de pressões, despistamentos e contramarchas, o Inquérito, conforme a unanimidade da época, em seguida confirmada por testemunhos e pesquisa histórica, consistiu em grosseira fraude; “os responsáveis pelos atentados terroristas não seriam processados e julgados; em troca, os setores de linha-dura aceitariam a política eleitoral e deixariam de se opor à realização de eleições em novembro de 1982”.⁵

O acordo retirava o respaldo da linha dura ao terrorismo de direita, ao mesmo tempo em que garantia que não se aprofundaria a apuração, a qual, certamente, alcançaria militares de postos mais altos da hierarquia da ativa – dessa vez encastelados não tanto nos comandos, mas na medula do sistema de informações, leia-se CIE e SNI – e na reserva.

Era a última pedra que precisava ser removida do envolvimento político dos militares, a essa altura, massivamente recolhidos às suas atividades castrenses e afastados da política, caminho que os elementos radicais remanescentes recusavam-se a seguir, insuflados por representantes da linha dura com intenções de permanecer no poder.

Se assim ocorreu, representou uma fragilização da linha firme e decidida, implantada por Castelo Branco e mantida por todos os seus sucessores. E, também, desnecessária, em virtude do grau de ligação existente entre o Presidente da República e o Ministro do Exército e da situação alcançada no interior do segmento armado em termos de coesão, autoridade, hierarquia e disciplina. A não ser que houvesse alguém no interior do círculo palaciano manejando tudo e com outras intenções.

Tal solução de compromisso dos governantes gerou enorme reação no âmbito civil e militar. Atitudes de revolta e insatisfação foram observadas em todo o estrato castrense, incluídas as diversas forças singulares. Em meio à tormenta que se abateu sobre a Presidência da República, o Ministro do Gabinete Civil da Presidência da República, descontente com as tratativas e a conclusão do IPM, pediu exoneração do cargo, não sem

antes encaminhar Carta (Pessoal e Confidencial, transcrita no Apêndice 3) para João Figueiredo, contendo sua posição, além de sugestões e providências em relação ao assunto, com isso adicionando mais dores de cabeça ao governo. Pressionado, João Figueiredo enfartou, em 18 de agosto de 1981.

O que não arrefeceu as críticas. A prisão do General Gustavo Moraes Rego, ex-Chefe do Gabinete Militar de Ernesto Geisel, com base no Regulamento Disciplinar do Exército, por críticas ao governo e à promoção ao generalato de Job Lorena, adicionou mais desgaste ao governo, uma vez que refletia a opinião majoritária dos militares em relação a todo o *affair*.

Os testemunhos oculares desses acontecimentos são unânicos em afirmar que João Figueiredo, depois disso, nunca mais foi o mesmo. Apesar desse momento de inflexão ter ficado gravado na narrativa como sendo aquele do infarto, não seria de estranhar que a causa verdadeira tenha sido anterior: a humilhante capitulação, levada a efeito por negociação, diante da direita radical. Maior prova de que se transformara em um político, capacitado, como todos, a engolir sapos do tamanho da República, mas que o velho espírito militar recusava-se deglutir.

A partir desse momento, sem seu escudeiro mor contra a linha dura, abalado física e psicologicamente pelo acidente vascular, um Presidente abúlico e inapetente conduziu-se pelos últimos anos de poder, não raras vezes, desafiado por assomos de rebeldia da direita radical, que, embora sem capacidade de afetar os avanços obtidos na restauração da hierarquia ou da disciplina nos quartéis, ausente de massa crítica e acesso a estes segmentos como era, contribuíam para a desmoralização da sua magistratura.

Então, passou a crescer uma figura enraizada nas sombras da comunidade de informações, cujas ambições apontavam para a continuidade do regime na Presidência da República, o General de Exército Otávio de Aguiar Medeiros, Ministro Chefe do SNI, sobre cujas articulações a História precisa lançar mais luzes. Do núcleo duro do círculo palaciano.

Sintomaticamente, levava para trabalhar naquele órgão de Inteligência o Tenente Coronel Freddie Perdigão Pereira, ativo participante em atentados no Rio de Janeiro, membro do Grupo Secreto, do CODI/DOI-RJ, acusado de estar envolvido em quase todas as atividades clandestinas levadas a efeito pela repressão e... detentor do telefone do DOI para o qual o Capitão Wilson Machado, um dos autores do atentado fracassado contra o Rio Centro, a caminho do hospital, solicitou que fosse informado do seu acidente.

Ao que tudo indica, Otávio Medeiros apoiado, exclusivamente, na comunidade de informações, a essa altura um poder de fato e, por sua

iniciativa, incorporada como reduto do último soluço do militarismo político, passou a desejar reencetar o caminho de Costa e Silva e Frota, paradoxalmente demonstrando total ausência de noção sobre a conjuntura da época, uma vez que, ademais dos avanços obtidos em todos os segmentos do poder nacional, os militares já tinham consciência de suas reais responsabilidades, vale dizer, que eram mais direcionados ao campo profissional, e ele não era detentor das rédeas sobre o Alto Comando, por ser um general de gabinete, administrativo, e sequer deter liderança sobre a tropa. Somente o isolamento causado pelo “efeito redoma de vidro de Brasília”, a cegueira provocada pela vaidade e a ambição desmesurada pelo poder podem explicar esse grau de descolamento da realidade.⁶

De outra parte, na direção da continuidade da Abertura Democrática, surgiam diversos membros do governo João Figueiredo, mas um destacar-se-ia: o Ministro da Marinha, Maximiano Eduardo da Silva Fonseca. Liderança respeitada, capaz e inovadora no âmbito da sua Força, granjeou simpatia e respeito da Imprensa e da opinião pública, principalmente, por seu estilo espontâneo e loquaz, cujas assertivas, nem sempre afinadas com o núcleo duro do poder, projetavam sinceridade, autenticidade e transparência.

Assim, na época em que os atentados perpetrados pela direita radical ganhavam magnitude, no segundo semestre de 1980, sabedor da origem dessas atividades, para repulsa dos recalcitrantes, propugnou abertamente por uma Lei Antiterror.⁷ Foi, também, dos primeiros a defender claramente o fim do regime e, por ocasião do recrudescimento das greves operárias, para desagrado dos conservadores, afirmou: “Temos que conviver com as greves e estamos convivendo”.⁸

Por ocasião do infarto do Presidente “formou com o brigadeiro Délio Jardim de Mattos e o ministro Leitão de Abreu compacto muro de resistência às sugestões para que o vice-presidente Aureliano Chaves não assumisse”.⁹

Não se sabia, mas Maximiano não concordava “com tentativas feitas à sombra do presidente João Figueiredo, visando a perturbar a sucessão”; razão pela qual enviou àquele mandatário “carta confidencial [...] acentuando que a Marinha não apoiaria e ficaria contra quaisquer retrocessos”.¹⁰

Essas e outras manifestações causavam embaraço no grupo palaciano, particularmente entre os que conspiravam para a sua continuidade, leia-se Otávio Medeiros e seus seguidores, incluída a Comunidade de Informações, que via nessas atitudes, não somente de Maximiano, mas, também de Délio, Leitão de Abreu, Aureliano, dentre outros, obstáculos às suas ambições. Sobre Medeiros o Ministro da Marinha não possuía

dúvidas: “não poderia chegar à Presidência da República, como se falava, porque era contrário à normalidade democrática”.¹¹

Entre setembro e dezembro de 1983, o regime sofreu novo desafio, dessa vez, originário de sindicalistas e trabalhadores em batalha política centrada em torno da revogação do Decreto nº 2.045, o qual propunha reajustes salariais de 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), finalmente rejeitado pela Câmara de Deputados. Nessa ocasião, foi Declarado pelo Presidente da República o “Estado de Emergência”, incluído na Carta Constitucional de 1969 como salvaguarda para a revogação do Ato Institucional nº 5.

Sua utilização para a cidade de Brasília, por um prazo de sessenta dias, caracterizou-se mais como uma exceção temporária para o enfrentamento da crise, mas não impediu de alimentar acusações de manifestação ditatorial, incrementar críticas dos próprios militares aos excessos do comandante das tropas, General Newton Cruz, e aumentar a temperatura política. Apesar das sequelas, a situação nesse âmbito ficaria relativamente pacificada com a edição do Decreto nº 2065, o qual, na prática instituiu três políticas salariais.

O ponto de ebulição das desavenças militares atingiu o limite crítico dia 16 de março de 1984, por ocasião do lançamento de navio, no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, quando o Ministro da Marinha concedeu entrevista ao *Jornal do Brasil* elogiando o clima de ordem e tranquilidade com o qual estavam sendo conduzidas as manifestações em todo o território nacional a favor das eleições diretas, considerando que seria natural a participação popular para alcançar as condições democráticas pretendidas.

O grupo palaciano considerou que estava na hora de removê-lo e, após as tradicionais manobras de fritura, foi instado a confirmar as declarações a um constrangido Chefe do Gabinete Militar, Rubem Ludwig, ele próprio um moderado. Ao assentir sobre o conteúdo das suas declarações, dirigiu-se ao Palácio do Planalto, onde, após diálogo ríspido com o Presidente, demitiu-se.

Seria mais uma demissão de rotina se não se tratasse de uma liderança no âmbito da Marinha, atitude com a qual o Almirantado solidarizou-se imediatamente, notadamente o Comandante de Operações Navais, Almirante de Esquadra Paulo de Bonoso Duarte Pinto, sob cujo comando se subordinavam todas as unidades operativas, vale dizer, os navios, tropas e aeronaves daquela Força singular, a qual tem uma característica peculiar, a majoritária concentração no Rio de Janeiro, inclusive a localização daquele comando.

Para demonstrar a solidariedade dos integrantes do segmento naval

para com a atitude do Ministro, toda a oficialidade do Rio de Janeiro compareceu ao Aeroporto do Galeão para recepcioná-lo, ocasião em que lhe foram prestadas as homenagens regulamentares, incluída a continência dos participantes.¹² O motivo disseminado foi que se tratava de uma congratulação de despedida com o chefe naval que encerrava profícua atuação em prol da Marinha, cerimônia nunca ocorrida antes nessas proporções, nem depois.

O recado era claro: a Marinha estava fora do projeto de continuidade e iria lutar contra. Derrotada por ausência de voto, vale dizer peso político, no episódio da eleição de Emílio Garrastazu Médici, demonstrou ter apreendido sobre suas possibilidades e limites e, dessa forma, inovava, apondo seu veto. Era o divórcio do Alto Comando da Revolução e o fim do projeto político de Otávio Medeiros.

Na sua fala Maximiano diria que a Marinha estava disposta a ir mais longe:

[...] estive pronta para rebelar-se. Caso vingassem manobras e teses esdrúxulas, capazes de tumultuar o processo sucessório e de gerar a prorrogação do mandato do general Figueiredo, a Armada deixaria suas bases e fecharia os portos nacionais. O bloqueio chamaria a atenção internacional, porque nenhum navio entraria ou sairia, mesmo os petroleiros.¹³

Triste fim para um projeto que lutava pela coesão das Forças Armadas e contra o divisionismo causado pela contaminação política. Do ponto de vista institucional, foi a maior crise entre elas desde o episódio da aviação embarcada, na disputa sobre quem deveria operar as aeronaves embarcadas no Navio Aeródromo *Minas Gerais*. Não causou maiores consequências devido a aceitação da posição assumida pela Marinha, pelo governo e demais forças singulares. Todos estavam cansados daquela aventura que parecia não ter fim, exaustos de cumprir uma missão inglória, já sob os apupos dos atingidos pelos Atos da Revolução. Foi o último incentivo para a volta aos quartéis.

Depois da derrota no Legislativo da campanha pelas Diretas Já, demonstrando o quão firme continuava a maioria governamental, não se sabe a que custos, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo de Almeida Neves se elegeu Presidente da República, em votação do Colégio Eleitoral, com 480 votos, 72,4% do total, derrotando o candidato da situação Paulo Maluf, sinal de que todos aceitavam que havia chegado a hora da plenitude democrática.

Por fim, o acidente histórico que vitimou o Presidente Tancredo de Almeida Neves proporcionou a última intervenção de cunho militar na política brasileira.

Conforme é de conhecimento geral, diante da fatalidade da morte do mandatário eleito, por ocasião das discussões sobre a impossibilidade da posse e a necessidade da continuidade do processo sucessório, em momento politicamente delicado, estando reunidos diversos políticos para tratar do assunto, no Hospital de Base de Brasília, inclusive dois dos prováveis sucessores – Ulysses Guimarães e José Sarney –, mediante interpelação sobre quem caberia assumir o poder, assistida pelo Ministro do Exército indicado, Leônidas Pires Gonçalves, este apontou para José Sarney, sob o silêncio obsequioso dos demais, desatando polêmica posterior sobre o acerto da interpretação constitucional, embora mantida aquela do comandante militar.

Mesmo nesse caso que sugere uma intromissão militar fora de época, entende-se que aquele Ministro agiu sob inspiração democrática e, não mais, no espírito intervencionista anterior ao do Regime Civil e Militar de 1964, fato, aliás, que goza de amplo consenso acadêmico, midiático e popular.

As dissidências, vinculações políticas, desagregação interna e discordâncias existentes à época do intervencionismo golpista, na prática, tornariam impossível tal atitude naqueles idos de 1964, fato que antes serve para confirmar os argumentos desta tese do que para negá-los. Somente sob alto grau de coesão, organização hierárquica, disciplina e obediência à autoridade poderia um Ministro, ainda não empossado, assumir a liderança em um processo tão delicado e fazer valer, perante seus pares e subordinados, esse procedimento.

Suas atitudes posteriores, agindo sempre institucionalmente, dentro dos canais democráticos, juntamente com os demais ministros militares, confirmaram essa tendência, demonstrando a maturidade alcançada pela caserna.

O Antimodelo do Enquadramento ao Final do Regime

Ao se encerrar o governo do último presidente militar o projeto de retirada dos militares da atuação disseminada na política estava bem adiantado:

1) Os protagonistas políticos restam neutralizados na cooptação dos militares e dos segmentos em serviço ativo e os últimos setores de Inteligência, mormente os núcleos de ativismo radical, sem o respaldo da linha dura, restringem-se às atividades da sua competência.

2) Os militares restam homogeneizados, neutralizados e esterilizados politicamente, condição que, restaurada a fissura sofrida no episódio do afastamento do Ministro Maximiano, logo na transição, contribuiu para

sedimentar maior unidade e coesão institucionais no âmbito de cada força singular e entre elas.

3) As rupturas não mais existiram; os políticos permaneciam com a função legitimadora; o sistema manteve a sua continuidade e os novos grupos não mais se envolviam com parcelas marginais de militares em serviço ativo e sequer com representantes da reserva.

4) A aprovação pelas elites civis retorna sob outra roupagem, institucional, e os governantes, apesar de contarem com o respaldo militar, em função das condições adquiridas de reforço na coesão, autoridade, hierarquia e disciplina, extraem sua força política da articulação com os civis, que retomam o papel de protagonistas, inclusive como auxiliares na formatação, estruturação e manutenção do regime.

5) Os militares deixam o papel de governantes e a direção do sistema político e voltam a assumir as referências da vocação militar.

6) A necessidade de recondicionar a mentalidade militar para afastá-la da crença de que deve, constantemente, salvar o país de si mesmo, deixa de existir.

Ao final desta fase, nenhum setor da estrutura militar atuava politicamente, no sentido de envolvimento partidário, ou com ativistas, seja individual ou coletivamente, exceto aqueles a quem caberia conduzir a cruz das duas faces: os Ministros Militares.

A linha dura militar fora extinta como poder articulado, restando indivíduos isolados, e as articulações entre comandos e os porões foi interrompida, por meio de negociação, apesar de algumas recidivas da direita radical, as quais, por repulsa da maioria dos militares e insignificância, não impactaram os avanços alcançados.

O próximo governo teria que enfrentar um grande desafio político, econômico e social, não mais militar, pois eles estavam, pela primeira vez na República, fora da política.

*Embora ninguém possa voltar atrás e
fazer um novo começo, qualquer um
pode começar agora e fazer um novo
fim.*

Chico Xavier

PARTE IV

COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

Os escombros de República e de democracia que jaziam espalhados por sucessivas crises políticas, econômicas, sociais, governativas, militares, dentre tantas outras e que conduziam a frequentes rupturas institucionais ao longo do período posterior à queda do Império Brasileiro, seriam pulverizados naquele 31 de março 1964, quando o General Olympio Mourão Filho adiantou seu relógio e iniciou o Movimento Civil e Militar de 1964.

Pois chegara-se à conclusão generalizada de que, naquelas condições – de instabilidade contínua e ameaça de convulsão interna – o Brasil não teria condições de se encontrar com o seu destino. O cenário que se apresentava para a restauração da ordem, no quadro da anarquia instaurada, inclusive militar, onde todos apostavam no quanto pior melhor e nos seus cacifes, seria o de uma *revolução*, a qual, com raras exceções, era almejada por todos. Para Samuel P. Huntington, diante das perspectivas de caos generalizado, consequência natural desses desarranjos institucionais, seria a mais conservadora das restaurações políticas.

Para dar cabo dessa missão existiam duas propostas principais. Segundo a corrente comunista, a mais organizada, deveria acontecer uma fase de preponderância nacional e popular, inicialmente burguesa, instaurada por reformas, mas cujo final seria coroado por uma revolução verdadeira. Oliveiros S. Ferreira, um socialista democrático, apresentou alerta coerente sobre os perigos intrínsecos a esta proposta, mas, naquela época, essas nuances nos matizes não eram observáveis, por ignorância, ou antagonismos advindos da radicalização.

Para a outra corrente, conservadora, naquela ocasião menos estruturada para enfrentar o problema, seria mais uma intervenção no estilo moderador, com a devolução do poder aos civis, num prazo um pouco maior do que os anteriores, tendo em vista o grau de deterioração alcançado pelo País, o qual, em muito, devia-se às constantes intervenções militares.

Tendo prevalecido a segunda corrente, instaurou-se, imediatamente, por meio de excepcionalidades, o restabelecimento da ordem e das

condições governativas mínimas, pois se considerava que um dos motivos para a ingovernabilidade seria a ausência de mecanismos constitucionais que outorgassem maiores poderes ao Executivo.

Não há dúvidas de que o sequestro das prerrogativas governamentais, perpetrado na Constituição de 1946, foi intencional. O que não se sabe é quais seriam as verdadeiras intenções em estabelecer tais limites: podem ter ocorrido pela desconfiança histórica em relação aos excessos do poder presidencial, mormente após o fim de um período ditatorial; ou porque, em um sistema engendrado para que o governo não governe, no final, obrigatoriamente, o que se espera é, exatamente, uma revolução.

Tendo já sido suficientemente exploradas as vertentes políticas, econômicas e sociais sobre a permanência dos governantes militares, das quais se extraiu – quando consideradas pertinentes – argumentações de intelectuais que se debruçaram sobre o tema, pode-se passar diretamente para a apreciação da componente que consiste no objeto desta investigação: as repercussões para a Teoria Política das Relações entre Cíveis e Militares; aqui consideradas complementares àquelas apreciações.

Não sem antes reprisar algumas argumentações que nos levaram a ora refutar, ora explicitar características, entende-se, erroneamente reputadas pela academia.

Rejeita-se a existência de uma democracia plena, de recorte liberal, inserida em um contexto republicano de liberdade, igualdade e fraternidade; ou a noção de República; até aquele 31 de Março de 1964. Roberto Janine Ribeiro corrobora. Ampliando o lapso, diz simplesmente: “Nunca tivemos uma democracia de verdade antes de 1985”.¹

Conforme se procurou demonstrar, paralelamente ao objeto que motivou esta obra, o que se verificou foi justamente o contrário dos pressupostos que alimentavam a crença nesse mito. Para citar apenas alguns poucos indícios de dissonância em relação ao imaginário otimista: desigualdades, inclusive a mais básica, de oportunidades, para não citar os índices de miséria, pobreza, analfabetismo, acesso à saúde etc; desemprego; corrupção generalizada, notadamente governamental; exclusão social e abandono da população à sua própria sorte; ampla e disseminada injustiça política, econômica, cultural, jurídica e social; ausência de respeito aos direitos humanos; capitalismo selvagem; dentre muitas outras; além da mais gravosa, a dependência dos golpes de Estado, a própria negação da democracia.

A segunda ressalva trata de trazer à luz uma estranha omissão em relação ao papel exercido pela resistência da esquerda às intenções democráticas do regime, a qual foi incorporada neste trabalho sem pretensão de constituir novidade, bastando lembrar da Intentona de 1935,

mas cujos efeitos ocasionaram estragos ponderáveis aos brasileiros.

Em relação ao silêncio sobre o papel da esquerda, independentemente de seus desdobramentos no âmbito militar, tratou-se de explicitar o seu protagonismo decisivo, muitas vezes em movimento concorrente com o que havia pior no segmento da direita, para causar retrocessos no Regime Civil e Militar de 31 de Março de 1964; representados nas provocações de parlamentares radicais em situações de extrema fragilidade governativa, pela manipulação dos movimentos sindicais e estudantis; pela instauração da luta armada, abraçada pela maior parte do segmento esquerdista; dentre tantas outras que foram explicitadas.

A esse fenômeno, parafraseando Clausewitz, denominou-se polaridade paradoxal, representada por uma esquerda vista como uma ameaça e perseguida; sua radicalização e resistência, até a luta armada; e o desafio apostado pela linha dura e os radicais de direita; cujo ocaso ocorreu próximo ao final do AI-5.

Retomando-se o curso principal da argumentação, a premissa que presidiu esta obra consistiu na suposição de que os governantes militares, após desencadearem o Movimento Civil e Militar de 31 de Março de 1964, deliberadamente, pretenderam alcançar uma condição de relacionamento entre os civis e o segmento castrense com a exclusão da participação disseminada dos militares na política, seja por meio institucional, de clubes, associações, grupos ou indivíduos, tudo no sentido de profissionalizá-los.

Os paradigmas existentes até o desencadeamento do Movimento Civil e Militar de 1964 ficaram mais bem representados naquele do Modelo Moderador, conforme expresso por Alfred Stepan. Assim, a partir da análise de eventos históricos foi possível verificar que o curso das ações adotadas pelos governantes militares indicava a adoção de medidas que impactavam diretamente as premissas daquele modelo, de forma a invertê-las, no sentido da almejada profissionalização, configurando um antimitelo, o qual foi denominado de Enquadramento.

O resultado, que se acredita tenha sido colimado de forma consciente, teria conduzido a algo próximo ao Modelo do Controle Civil Objetivo, conforme proposto por Samuel Phillips Huntington em *O Soldado e o Estado*, obra publicada em 1957.

Apesar das suas origens castrenses, a ética da política empurrou os mandatários para longe da vocação militar, papel que foi assumido, também, conscientemente, no sentido de delinear limites nítidos para as esferas de atuação de cada uma dessas atividades.

Mesmo que os valores das raízes éticas dos governantes militares tenham sido mantidas, nunca empanaram aquelas da responsabilidade,

advinda dos que têm que exercer o mando estatal. Portanto, não houve inversão da fórmula da predominância civil. Essa característica, mesmo que permanecesse encoberta, não impediu os Presidentes de exercerem, naquele contexto, papéis civis, aos quais às Forças Armadas ficaram, cada vez mais, politicamente submetidas.

Em que pese não se saber em que momento do passado, vale dizer, antes daquele Movimento, que a perspectiva contida na suposição aventada ganhou prioridade de implementação, têm-se os registros de veleidades antigas sobre a necessidade de retirar os militares da política, como atores ativos, e, ao mesmo tempo, impedir a sua instrumentalização pelos políticos, conforme se pode encontrar em Góis Monteiro e no *Coronel Y*, em suas obras da década de 1930, tudo visando torná-los mais profissionais e institucionalmente autônomos.

Mais recentemente, sabe-se dos encontros de Huntington com Golbery; e de que redigiu documento, já citado, sob encomenda do então Ministro da Casa Civil do governo Médici, Leitão de Abreu, para um projeto reformista do Regime Civil e Militar, o qual ficou conhecido por propugnar uma transição pelo alto, denominado “Abordagens da Descompressão Política”.

Sabe-se, também, que Huntington, inclusive nesse mesmo documento, aconselhou os governantes para que seguissem a sua fórmula constante da *Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, ou seja, a institucionalização do poder militar por meio da criação de um partido político composto pelos próceres militares do regime.

Como demonstrado nesta investigação, os militares não aceitaram essa proposta, pois tudo apontava, justamente, para o caminho oposto, do afastamento, no sentido da profissionalização, portanto, paradoxalmente, apesar de não seguirem a assessoria daquele intelectual, acabaram por adotar o rumo apontado pelo modelo teórico da sua lavra.

Curiosa dicotomia essa. Os governantes militares, saídos de uma das fases do pretorianismo – a qual nem Huntington se atreveu a identificar, considerando, apenas, ser muito desenvolvido e complexo para ter as soluções militares apostas por um Abdel Nasser ou Kemal Ata Turk – provavelmente confiantes em estabelecer políticas e estratégias, além de serem capazes de implementá-las, pelo menos no âmbito militar, rumavam para cortar caminho em direção a uma estrutura existente, apenas, em países avançados; opção perigosa e cheia de desafios, mas cuja confirmação pode ser obtida nas numerosas crises enfrentadas pelo regime, muitas com origem exclusivamente militar, em alguns casos explicitamente desencadeadas sob a alegação de interferência na participação política dos mesmos.

Considerando-se que o Modelo Moderador seria uma das formas de apresentação do controle civil subjetivo, ou seja, de envolvimento dos militares com a política, para alcançar o paradigma profissional, em caráter abstrato, ter-se-ia que passar, obrigatoriamente, por um estágio intermediário, o qual, conforme explicitado, foi denominado de Antimodelo de Enquadramento, correspondente a uma antítese, desde o ponto de vista dialético.

Tomando-se, ainda, em apreciação, a existência de numerosas influências sobre o relacionamento civil e militar ao longo tanto do Império, quanto da República, as quais, verificou-se, continuavam a exercer seus influxos imediatamente antes, durante e após o período de análise desta investigação,² resolveu-se abordá-las em suas plenitudes, o que configurou, no presente trabalho, a característica de ser, também, uma contribuição teórica.

Daqueles modelos explicitados, encontram-se fragmentos em todos os períodos analisados. Nesse sentido, o arcabouço teórico e metodológico utilizado contribuiu para o entendimento do curso de um processo bastante antigo, que passou por diversas etapas e fases, todas influenciadoras das condições encontradas na ocasião da instauração do novo regime, as quais foram sendo desbastadas, inclusive com a utilização de mecanismos repressivos, disponíveis ou disponibilizados por sucessivos *Atos*.

Para isso, em muito auxiliou a compreensão dos governantes militares sobre os papéis que desempenhavam, não permitindo que se misturassem a *vocação militar* com a *política*, o que contribuiu decisivamente para configurar nitidez ao rumo de restabelecimento hierárquico, disciplinar, da autoridade e da coesão dos militares.

Verificou-se, ainda, que tal caminho não foi trilhado sem vicissitudes ou contratempos, obstaculizado por resistências, os quais, muitas vezes apareciam como contradições, como no caso da união da esquerda com a direita, ameaça enfrentada em diversas ocasiões. Assim, do anticomunismo que serviu de referência e amálgama para o regime, por largo tempo da sua vigência, atingindo em seu roldão uma massa significativa de militares, passou-se para a repressão aos segmentos mais à direita, nomeadamente a linha dura e os radicais.

Nesse percurso, optou-se por fracionar a abordagem desta pesquisa em: anterior, de vigência e posterior ao AI-5, de forma a aglutinar, nesses momentos, os limites que demarcaram três etapas evolutivas em termos dos paradigmas utilizados.

Registra-se que, para alcançar tal desiderato, na análise das relações entre civis e militares, poder-se-ia utilizar aqueles parâmetros assinalados por Samuel Huntington que consideramos como sua Estrutura Teórica

Principal (do Equilíbrio), opção que foi substituída pelo cotejamento com o Antimodelo do Enquadramento, por sua simplicidade, e por considerar-se que, como antítese ao controle civil subjetivo, representado no paradigma moderador, resultaria, abstratamente, na síntese esperada.

Feita essa apreciação, pode-se passar ao sumário conclusivo das descrições, classificações, explicações e confirmações dos dados recolhidos e apoiados nas referências teóricas e metodológicas, as quais se pretende ver integrados nessa seção. Em benefício da concisão, não serão mais abordados os influxos políticos, econômicos, sociais, ou outros, a não ser que tenham estrita conexão com o objeto e contribuam para a argumentação.

Conforme explicitados, na experiência histórica correspondente ao período em apreciação, são encontrados fragmentos dos diversos modelos apresentados ao longo desta pesquisa, dos quais destacamos o controle civil subjetivo, mormente antes do desencadeamento do Movimento Civil e Militar de 31 de março de 1964; liberal, fascista, marxista ou ditatorial; e dos originários das crises, sob a ótica marxista, quais sejam, o cesarismo e o bonapartismo.

Entretanto, entende-se, os modelos mais adequados ao objeto em análise, como envoltórios consistentes para a efetivação das análises, são os seguintes: 1. para o período anterior à instauração, adentrando pelo início do Regime Civil e Militar, o pretoriano combinado com o controle civil subjetivo, melhores representados, pelo paradigma moderador, como adaptação ao caso brasileiro; e 2. para o período do Regime Civil e Militar de 1964, os modelos burocrático autoritário e modernizante, de recorte conservador, cujas projeções, no âmbito estritamente militar, ficaram representados pelo Antimodelo do Enquadramento.

Observamos no desenrolar desta investigação, também, duas tendências majoritárias conflitantes, em termos de relações entre civis e militares: a inércia herdada dos períodos anteriores e as ações impetradas pelos governantes militares no sentido de expurgá-las. Assim sendo, o Regime pós-1964 teria que conviver, por um bom tempo, com a participação militar na política, como instrumentos ou atores; enquanto as medidas que iam sendo tomadas começavam a operar.

Após ser observada a existência de recortes característicos, configuradas em três segmentos temporais – antes, durante e depois do AI-5 – que chamaremos de Etapas, verificou-se que elas, ainda, poderiam ser subdivididas em fases, correspondentes, na sua maioria, a cada um dos governos, mas com interregnos notáveis, representadas: pelas edições dos Atos Institucionais nºs 1 e 2, da Constituição de 1967 e de 1969; e pelos períodos do Alto Comando da Revolução, final do governo Costa e Silva,

Junta Militar e final do governo Ernesto Geisel; aquele segundo, seccionado pelo AI-5, o seguinte, por sua curta, embora tormentosa, duração, e o último, por ter governado sem o AI-5, ao final do seu mandato.

Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro dos governantes militares, enfrentou a difícil tarefa de: instaurar os pilares teóricos, doutrinários e práticos que sustentariam o divórcio de um casamento entre as vocações políticas e militares, que, apesar de historicamente mal sucedido, na sua evolução, gerava impressão de sintonia, harmonia e adaptação ao sistema vigente, contribuindo para a sua manutenção, continuidade e corrupção; afinal, o matrimônio já durava setenta e cinco anos.

Os sinais de ausência de autonomia nacional, interferência de potências estrangeiras e conflitos internos decorrentes, configurando, portanto, ameaças à segurança nacional, aparentemente, acenderam a luz vermelha para os novos governantes.

Castelo Branco possuía moderação e espírito reformista, encimado por visão política e estratégica, racionalidade e vontade de implementar suas medidas, consideradas saneadoras. Na execução da sua tarefa foi precedido pelos efeitos decorrentes da instauração do Alto Comando da Revolução e do AI-1, quais sejam, as cassações, transferências para a reserva remunerada e reforma de militares, a qual, inicialmente, alcançou a parcela mais ativa das Forças Armadas, o esquerdismo militante, duramente atingido nesse primeiro momento.

Governou sem descurar da reorganização do arcabouço militar, centro de gravidade operacional do seu sistema, sobre o qual repousava a fonte principal de seu poder e movimento. Encontrou a base dispersa, conflitada, confusa sobre os seus limites políticos, admitindo mesmo a promiscuidade com a política partidária e ideológica, à esquerda e à direita, mais explicitamente com Carlos Lacerda, mas que abarcava muitos outros.

No âmbito castrense, enfrentou interesses, pretensões, frustrações e resistências dos comunistas, esquerdistas, populistas e radicais da esquerda, além das denominadas forças autônomas, de grupos variados tentando fazer justiça de acordo com suas próprias crenças, como os encarregados dos IPMs e, sobretudo, a sombra ameaçadora da linha dura e dos radicais de direita.

Era, em parte, a herança do Modelo Moderador, mais a linha dura e a esquerda turbulenta. Esta, para magnificar o problema, acoitara-se no parlamento e nos movimentos sociais a caminho de radicalizarem-se. Não aceitariam a intervenção e queriam revanche. Ainda, achavam-se fortes o suficiente para provocar a sonhada ruptura, a derrota do regime,

inclusive com o uso da força, para pavimentar o seu retorno heroico e triunfante.

Navegando em águas turvas e tormentosas, com numerosos gargalos a ultrapassar, Castelo Branco começou a repor o navio no seu curso, editando, quase que imediatamente após sua posse, *Emenda Constitucional* definidora sobre o papel dos militares que optassem pela política, apontando para seus cenários futuros: fora dos quartéis.

Foi o primeiro sinal, que seria seguido por numerosas medidas, das quais se destacam: destampamento da rolha que impedia os militantes políticos em geral, atuando dentro das Forças Armadas, que fossem embora, diminuindo a idade de aposentadoria, preservando e concedendo direitos; estabelecimento de limites de permanência nos diversos postos, iniciando saudável renovação e podando as lideranças que, invariavelmente, dedicavam-se a acumular poder e influência pessoal em detrimento da institucional; regulamentação dos acessos, privilegiando regras claras, transparentes e meritocráticas; isolamento da interferência política nos quartéis e promoções; dentre muitas outras já citadas.

Com base nos poderes concedidos por *Atos Institucionais*, mais alterações na legislação e nos regulamentos, Castelo Branco, adquiriu condições de aplicar sanções em qualquer recalcitrante, restaurando, quase que prontamente, a hierarquia, a disciplina, a autoridade e a coesão, profundamente abaladas no período da anarquia precedente, cujo peso repressivo abateu-se principalmente sobre comunistas, esquerdistas radicais, populistas, membros ativos do governo derrubado ou militantes políticos de esquerda, sem descurar do enquadramento da direita, como foi o caso do Almirante Rademaker, Osnelli Martinelli e tantos outros.

Tudo havia começado com os expurgos das facções mais ativas da esquerda, mas alcançava a direita, desde os escalões de menor nível hierárquico, soldados, marinheiros e cabos; em seguida, os sargentos; depois oficiais de mais baixa patente, intermediários, superiores, até o último posto; para ao final enquadrar os oficiais gerais da República. Não deixaria sobrar ninguém.

Além disso, reprimiu as forças autônomas, o faccionismo militar, as hierarquias entrecruzadas por linhagens políticas partidárias ou ideológicas, a indisciplina generalizada, a corrupção e a subversão; enfim, tratou de restaurar a confiança indispensável à coesão.

A mais importante das suas realizações, para o interesse desta obra, foi lançar as luzes do farol para a incompatibilidade entre a vocação política e a militar, estabelecer limites e apontar caminhos para os que optassem para aquela primeira atividade, sempre divergente daquela segunda. Nas ocasiões em que teve que enfrentar a confusão mental dos que, ainda,

propugnavam ou imaginavam que poderia haver integração entre esse dois mundos, não tergiversava.

Seu discurso na EsAO, no início de julho de 1965, diante das teses de participação coletiva dos componentes das Forças Armadas sobre a governança do País, uma espécie de “soberania militar”, embasada no conceito impreciso de opinião dos quartéis, não deixava dúvidas de que o ato de governar erigia uma dimensão impenetrável para os componentes das Forças Armadas, cujas palavras merecem ser repetidas aqui:

Agora, parece que me é permitido vos falar e mesmo de vos perguntar qual é a vossa posição. Será a de solidariedade ao Governo? Não. Porque o Exército não é um partido político para apresentar solidariedade ao Governo ou a quem quer que seja. Quem tem o direito de apresentar solidariedade tem o direito de apresentar também desaprovação. O Governo espera vosso apoio? Não. O Exército Nacional não é uma associação para manifestar, aqui, ali e acolá, o seu apoio a este ou àquele elemento porque também terá o direito de desapoiar. Acho que a vossa posição será aquela que ides encontrar no dever militar.³

Precisando, desesperadamente, do apoio dos seus camaradas, não hesitava em explicitar suas convicções, empurrando-os para longe da fruta envenenada do poder político. Entretanto, ainda, restariam incompreensões que lastrariam por muito tempo, fruto da inércia cultural vigente no segmento armado, advinda do longo período de promiscuidade política anterior. Tais vislumbres, todavia, serviriam para iluminar as ações de todos os governantes seguintes, de cujo caminho não se afastariam.

Foi vítima daquela articulação que Golbery tanto temia e que explicitou em “A Conjuntura Política Nacional e o Poder Executivo”, a reunião dos polos, direita e esquerda, ora deliberada – como na *Frente Ampla* de Carlos Lacerda, Juscelino e João Goulart –, ora inadvertida, embora concorrente, como quando foi emparedado, por um lado, pela linha dura, tropas paraquedistas e outros grupos militares; por outro, pelos parlamentares e demais movimentos sociais esquerdistas. Para não cair *en beauté*, capitulou. Apesar das boas intenções, foi obrigado a editar o AI-2. Mas não se entregou, passou o governo, zerando o odômetro, sob nova Constituição, sem a sombra daquele *Ato*. Poderia ser um recomeço, mas não foi.

Arthur da Costa e Silva, ainda candidato, foi apresentado à nova assombração, vítima de atentado que provocou mortes, ferimentos e

destruição, perpetrado por uma esquerda radical que se abraçava com a morte, na luta armada. Em suas visões marxistas, proféticas, messiânicas e determinísticas: histórico-estruturais, o regime não tinha condições de se sustentar, seria, então, melhor empurrá-lo mesmo, abismo abaixo.

Ao descerrarem os olhos, estariam esmigalhados, física e moralmente, por um aparato repressivo que ultrapassaria todos os limites. A maioria de secundaristas com idades próximas aos vinte anos. Depois, com raras exceções, defenderiam até o fim o acerto das suas escolhas, suicídio em vida, atrás de um heroísmo que buscariam incessantes, mas que ninguém lhes concederia, fruto que foram de uma opção totalitária e impopular, cujo maior prêmio foi a indiferença da sociedade e a companhia de fantasmas que os assombram até hoje.

Se alguma adição trouxeram, foi para a continuidade do Regime Civil e Militar, para reforçar a linha dura e dar munição ao crescimento da influência da direita radical, infiltrada ou ostensiva, nos órgãos do aparelho repressivo, testemunho veemente do alcance das suas fantasias e da inutilidade das suas contribuições, não fosse o sangue derramado, deles próprios e... dos outros.

Aquele Presidente, em seu governo, deu continuidade aos projetos castelistas, aprofundando o caminho na direção do afastamento dos militares da política, reforçando-os como instituição. Com a retaguarda ainda instável, enfrentou o auge da contestação esquerdista, cujo paroxismo, mais uma vez coadunado pela direita, foi aplacado, com o balde de água fria do AI-5 – o troféu do inferno de Márcio Moreira Alves e dos que acreditavam na fraqueza do regime e no “blefe” – que mergulhou todo mundo na mais escura fase de exceção constitucional, inaugurando a segunda etapa dessas análises.

Apesar disso, Costa e Silva dirimiu diversas questões essenciais, entre as mais profundas enfrentadas pelos governantes militares. Recusou o canto de sereias da linha dura: as iniciativas do Coronel Rui Castro, diretor da Biblioteca do Exército, ao reivindicar que “o pensamento militar na posição de grande mudo é coisa do passado”;⁴ e do Coronel Boaventura, “para protestar contra os empecilhos à participação política”; contexto no qual “o oficial livra-se dos intermediários hierárquicos – reivindica, aliás, um canal direto de acesso ao presidente e acusa seus superiores diretos de trair seu pensamento – ao mesmo tempo em que reconhece a autoridade ministerial”.⁵ Por intermédio do Ministro do Exército expediu documento, contendo instruções claras e contrárias a essas proposições.

Ao final desta etapa, demarcada pela instauração do AI-5, grandes avanços haviam sido obtidos com o Enquadramento: o cordão umbilical, político partidário ou ideológico, estava seccionado e os políticos foram

apartados dos militares; as ações direcionadas à profissionalização avançaram; as crises não conduziram a golpes, embora os Presidentes continuassem a receber apoio dos políticos, em caráter institucional; e a força política dos governantes militares, agora na direção do sistema político, podia repousar, exclusivamente, no estamento militar, ainda que mais sólida com o apoio legislativo.

Apesar disso, não houve mais a imediata entrega do poder presidencial às elites civis; ainda restavam setores militares com postura política: oficiais gerais; capitães da EsAO; e setores de Inteligência: Centros de Informações, segundas seções e as seções de informação. Embora os DOI/CODI, ainda não houvessem sido criados, a linha dura militar, em diversos comandos, deu os primeiros passos para se conectar com a comunidade de informações.

As boas intenções de Castelo Branco e Costa e Silva para restaurar a democracia, também, não conduziram a lugar nenhum e o acidente vascular do último deixou a impressão que a quadra era mesmo sombria e o Brasil parecia caminhar para um atoleiro sem volta.

Já com o AI-5 operando, ainda sob o governo de Costa e Silva, em outra ocasião, quando ressurgiu o dilema apostado pelo General Moniz de Aragão, no episódio da cassação do Coronel Boaventura, sobre qual o lugar em que repousava a legitimidade dos governantes, se nas Forças Armadas ou no povo e suas instituições, com o Congresso fechado, foi brandida a questão essencial: “os oficiais das Forças Armadas, porque se julgam responsáveis pelo regime revolucionário, entendem que têm o direito e o dever não só de fiscalizar e apreciar os atos do Governo, que imaginam sua criatura, como até de afastá-lo se dele discordarem”.⁶

O Chefe do Estado Maior do Exército, General Antônio Carlos Muricy, compreendendo o alcance do questionamento, responde com outro:

A afirmação de um General de Exército, no sentido de que cabe aos oficiais das Forças Armadas fiscalizar os atos do Governo e até afastá-lo do Poder se dele discordarem, provocaria, como consta que já está sendo feita, a pergunta demolidora da Revolução: E o Povo? E as Classes Produtoras? E os Sindicatos de Classes? E os outros Poderes da República? etc. etc.⁷

A resposta ao desafio crucial veio nas medidas inéditas de exclusão de Moniz de Aragão do Alto Comando do Exército e a destituição do cargo militar que ocupava. Costa e Silva manteve o rumo, mas foi este que, por artimanhas do destino, perdeu-se sozinho naquele fatídico acidente vascular cerebral que o retirou da cena política e da vida. Levou

abraçado para o túmulo a *Emenda Constitucional nº 1, a Constituição que não foi*.

À Junta Militar correspondeu um curto e turbulento período de atuação. O segmento castrense, tendo se afastado da esfera política, cuja base legislativa, aquela altura, sob a égide do AI-5, era hegemônica e submissa aos governantes militares, em seu aparente triunfo, pareceu ter se perdido no seu próprio labirinto, chegando a dispensar expressa prescrição constitucional, ao impedir que o Vice-Presidente assumisse, atitude que provocou um retrocesso no afastamento dos militares da política, ao conduzir a sucessão presidencial de forma heterodoxa e atabalhoada, sem referências constitucionais, legais ou regulamentares.

Registra-se, em tempo, que os governantes militares nunca prescindiram de maiorias parlamentares, obtidas em eleições gerais. Para confirmar a regra, as exceções ocorreram quando os parlamentares da maioria intentaram reagir à inapetência governamental pela concessão das benesses que estavam acostumados, ou nos desafios ao poder instaurado, às quais conduziriam aos fechamentos do Congresso: por ocasião da crise que terminou com a edição do AI-2; no AI-5 e no Pacote de Abril de 1977.

Afortunadamente, para o percurso projetado por Castelo Branco, a disponibilidade do AI-5, das leis e regulamentos reformados, além de sintonia inédita entre o Presidente Emílio Médici e os Ministros Militares, notadamente com o do Exército, rapidamente os rumos originais foram retomados, ficando cada vez mais consolidados os conceitos de ordem, autoridade, coesão, precedência, hierarquia e disciplina. Apesar do enfrentamento do auge da guerrilha rural e urbana, esse governo ficou caracterizado como o mais tranquilo em termos de relacionamento político entre civis e militares, muito em virtude do sucesso econômico alcançado, o que contribuiu para a consolidação do rumo da profissionalização do segmento castrense.

Médici teve que enfrentar a continuidade do enxugamento da participação dos militares na política, em direção ao alto, condição que ficou bem explicitada por Orlando Geisel, na 48ª reunião do Alto Comando do Exército: somente Generais de Divisão para cima poderiam se manifestar politicamente. O processo estava quase no final.

Também, foi o primeiro a demarcar os limites para a repressão, quando, por ocasião dos excessos, naquela época supostos, ocorridos no caso de Stuart Angel, processou faxina completa no Ministério da Aeronáutica, com a exclusão do próprio Ministro *et caterva* encastelada no

CISA, incluindo o intocável representante da direita radical, com extensa folha de serviços, Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier.

Suas ações, subsidiariamente, reprimiam o ressurgimento das pretensões autonomistas dos verdadeiros revolucionários, apoiadas ou não por seus comandantes, demarcando os limites que não deveriam ser ultrapassados, o que, sem que fosse a intenção, empurrou os operadores dos excessos para a clandestinidade, mesmo que permanecessem incorporados aos órgãos oficiais de repressão. Isso tudo, em pleno auge da guerra suja, quando líderes menos rigorosos poderiam ter feito vistas grossas.

Em seu favor, também, deve ser debitada a aproximação com Samuel Huntington, efetivada pelo Ministro Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, a fim de ser obtido aconselhamento para o que se desse início ao processo de abertura, no qual muitos veem as raízes do projeto de Golbery, documentos estes citados no início desta Seção.

Sintomaticamente, a última fase dessa etapa coincidiu com a Abertura Política, imaginada como um retraimento militar, com ou sem pressão, assim como em todas as administrações anteriores, propugnada, mas não implementada, por Ernesto Geisel, em virtude dos desafios apostos, desta vez, pela linha dura mancomunada com os radicais de direita encastelados nos órgãos de repressão, ambos segmentos descontentes com os rumos almejados.

A manobra de inspiração bélica tinha uma componente imprevista: não havia abrigo ao final, nem tropas para o acolhimento seguro, em virtude da opção consciente dos governantes militares pela delimitação dos espaços entre políticos e militares, vale dizer, impedir que o dissenso que preside a relação dos primeiros infectasse a coesão dos últimos.

Era uma fragilidade insuportável para o processo revolucionário, pois este não poderia prosseguir sob a ameaça direta da retaguarda, sob pena de naufrágio do projeto. Então, as energias que deveriam estar voltadas para a condução da liberação política tiveram que se direcionar para a continuidade do enquadramento das hostes rebeladas.

Novamente, foi com a borduna em riste que o regime teve que se impor, com a repressão à linha dura e aos radicais, obrigando-os a assumir a clandestinidade das suas ações, mesmo que permanecessem infiltrados nos órgãos oficiais. Além disso, fruto de diversas medidas liberatórias, a esquerda voltava a dar o ar da graça e parecia sequiosa, após longo afastamento do poder, chegando mesmo a aliar-se a alguns segmentos militares descontentes, inclusive com representantes da direita, o temor de todos os temores.

Geisel, em função de sua propalada intenção, teve que enfrentar a recidiva de todos os males escondidos: com Sylvio Frota, a tese da soberania dos quartéis; com Ednardo D'Ávila Mello, a aliança entre comandantes da linha dura e os porões, conluio já espanejado por Médici, por ser espúrio; e com Hugo de Abreu, as ações individuais, com conotações políticas. Reprimiu-as todas, sem deixar dúvidas.

O rumo do enquadramento não foi alterado, pois o regime, na prática, não aceitava tais atitudes. O grau de coesão, nitidez hierárquica e disciplinar alcançados permitiam que a autoridade presidencial e dos Altos Comandos ficassem preservadas e que os segmentos de menor nível hierárquico admitissem a prevalência daqueles seus comandantes.

O término desta etapa coincide com o fim do AI-5, em 1º de janeiro de 1979. Geisel ainda governaria por dois meses e meio, já sem aquele instrumento de exceção.

Nessa ocasião, os protagonistas políticos haviam cessado a cooptação dos militares e os segmentos em serviço ativo, estavam em estágio avançado de despolitização; mesmo assim, persistiam as ações para homogeneizar, neutralizar e esterilizar politicamente os militares, contribuindo para maior unidade e coesão institucional; os governantes apareciam mais fortes no enfrentamento de crises, embora procurassem o respaldo dos políticos para as suas ações; os militares assumiram o papel de governantes e a direção do sistema político e deixaram de ser militares; surgem os primeiros indícios de devolução do poder político a governantes civis.

Apesar disso, a crença em salvar o país de si mesmo ainda perdurava; restavam atuando com postura política, apenas, os setores de Inteligência dos Centros de Informações e nos DOI/CODI; a capacidade da linha dura atuar foi praticamente extinta; as articulações entre comandos e porões foi obliterada; e aos órgãos de repressão foi mandada a mensagem de que não seriam mais tolerados excessos, encaminhando-os à clandestinidade.

Entretanto, quem enfrentaria a parte mais difícil da empreitada seria João Batista de Oliveira Figueiredo. Munido, apenas, da denominada Constituição de 1969, não possuía mais o abrigo dos *Atos Institucionais*, que haviam oferecido as condições consideradas necessárias para o exercício da governabilidade em um ambiente, a maior parte do tempo, hostil.

Para completar o quadro adverso, a *Lei da Anistia*, trouxera todos os adversários autoexilados, exilados, esquerdistas e radicais, em uma cesta única; a reforma partidária abria as comportas para todos os partidos

políticos, inclusive socialistas e comunistas, condição democrática que não existira nem naquela de 1963; e a Constituição não impunha qualquer obstáculo a livre exercício dos seus direitos. Quando muito, o governo podia se amparar na Lei de Segurança Nacional, naquele momento, com muitas limitações na aplicação.

Esse contexto, de última etapa, seria, também, aquele em que o Enquadramento seria submetido à maior de suas provações, pois, sem os instrumentos de exceção, as antigas pretensões da linha dura, dos radicais de direita, infiltrados ou não nos órgãos de repressão, poderiam retornar e detonar a estrutura duramente construída.

Apesar desses resquícios contestatórios terem sido removidos, aparentemente, em humilhante negociação, por ocasião da investigação e acordo em torno do mal sucedido Atentado do Rio Centro, no qual a linha dura aceitou o rumo político traçado e os radicais de direita tornaram suas atividades intermitentes, o resultado, histórico, foi o fim dos últimos bastiões militares envolvidos em atividades políticas, pois a massa estava completamente voltada para as suas atividades, dentro dos quartéis, neutros em relação ao dissenso político partidário, restritos aos ditames institucionais, originadas dos escalões apropriados da hierarquia, disciplinados, coesos, portanto, fora da atividade política.

O penúltimo ato, no âmbito militar, quase desconhecido em meio a tantas turbulências daquele final de participação dos governantes militares, ficou a cargo da Marinha do Brasil. Diante de um Presidente da República incomodado com a sua carga, a mais pesada depois de Castelo Branco, inapetente para o exercício do mando político, surgiram pretensões de continuidade por remanescentes da linha dura e dos radicais de direita.

Pois, no núcleo duro do governo, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, Otávio Medeiros, juntamente com remanescentes no CIE e nos “porões”, com pretensões presidenciais, supostamente, mancomunou-se com atividades antidemocráticas, nos moldes da criação de crises, para sustentar a continuidade do regime, contexto que ensejou a recidiva dos atentados, dos quais o episódio do Riocentro é o mais representativo.

Somente os ares de Brasília, naquele clima de redoma de vidro que a circunda e a aparta da cidadania, poderiam fazer vicejar tal desejo absurdo, inaceitável para a quase unanimidade do povo brasileiro, a essa altura exigindo maior participação política, eleições diretas, dentre outras liberdades, enfim, o que os próceres da Abertura teriam desejado, talvez o próprio Figueiredo... de antes do infarto; além de ser essa, também,

a vontade da maioria dos componentes das Forças Armadas, cansados e decepcionados com os resultados da tarefa hercúlea que haviam assumido.

Então, o Ministro de uma Marinha restaurada, obediente e solidária com aquela autoridade, após seu veto sobre a mesa presidencial e decretou, com um ano de antecedência, o fim dos governantes militares, contribuindo decisivamente para a volta à democracia.

O episódio representou o resultado de uma convicção pessoal, secundada pela solidariedade do Almirantado e de toda a Marinha, para colocar um desafio perante as pretensões de uma facção que se alienara da realidade, para expressar, em caráter institucional, destituído de influências ideológicas, político-partidárias, ou outras que não fossem a salvaguarda das liberdades que se anunciavam, e de que não haveria mais retorno. Seu maior simbolismo consistiu na recepção ao Almirante Maximiano, por toda a oficialidade do Rio de Janeiro, registrada em fotografia, publicada na Revista Marítima Brasileira.

A impossibilidade da assunção do Presidente Tancredo de Almeida Neves, viria a proporcionar a última interferência militar naquele quadro político brasileiro, quando o Ministro do Exército indicado, Leônidas Pires Gonçalves, propugnou pela posse de José Sarney, Vice-Presidente eleito, mas não empossado.

Entende-se que, no mesmo diapasão de Maximiano, aquele Ministro agiu sob inspiração democrática, institucionalmente, em condições que lhe permitiram assumir a liderança em um processo delicado, cujas atitudes posteriores, de agir dentro dos canais democráticos, juntamente com os demais ministros militares, confirmaram essa tendência, contribuindo para demonstrar a maturidade da caserna.

A PROVA DOS NOVE: ADERÊNCIA AO CONTROLE CIVIL OBJETIVO

O modelo de interesse para esta investigação faz parte de um quadro maior, o Equilíbrio das relações entre civis e militares, conforme explicitado no capítulo 1, cuja sugestão de integração cognitiva encontra-se no Quadro 1.

De acordo com a suposição teórica aventada, daquele Quadro 1, o interesse desta obra direciona-se para os segmentos: Ideologia Militar: Realista e Conservadora,⁸ engastado no Primeiro dos Pontos de Equilíbrio, sob o vértice da Ideologia, onde aparece como a única opção de relacionamento a partir do lado militar; e ao Controle Civil Objetivo, correspondente ao Segundo Ponto de Equilíbrio.⁹

Ambos os segmentos, conforme reiterado inúmeras vezes nesta investigação, contribuem para configurar o cerne do conceito de profissionalismo para Huntington, cujo designio maior consistiria, ao mesmo tempo, no afastamento dos militares da política e na contrapartida do “reconhecimento do profissionalismo militar autônomo”;¹⁰ configurando uma esfera funcionalmente, mas não politicamente, dotada de independência.

Sob tais condições, os militares, em vez de espelhos de grupos civis representantes do Estado, seriam instrumentos diretos desse mesmo ente estatal, personificado por seus governantes, visando à consecução da atividade primordial de proporcionar segurança militar à sociedade.

Em função da primazia que concede à unidade do comando político, vale dizer do Poder Executivo, aquele autor propõe a exclusão, na linha de comando, das interferências emanadas de outros poderes, situação que proporcionaria as condições para realização dos desideratos do grupo civil que detém a autoridade legítima dentro do Estado, respeitada a esfera de autonomia funcional, realista e conservadora, do ente militar.

Nesse contexto, a Instituição Militar seria um organismo profissional desvinculado do caráter ideológico das políticas submetida a uma única fonte de autoridade legítima reconhecida. A existência de outras referências que não sejam essas, tais como, ideológicas, de lealdades governamentais, político partidárias seriam causas de divisões, superpondo considerações e valores políticos sobre os militares.

Assumido esse conjunto de características, o poder militar estaria politicamente minimizado – com seus componentes estéreis, neutros, profissionalizados – na proporção adequada à maximização da segurança estatal.

Além desses aspectos, devem ser acrescentados aqueles emanados da mentalidade militar profissional¹¹ a serem analisados sob cinco principais ângulos: homem, sociedade, história; Política Militar Nacional; e relacionamento com o Estado, cujos perfis devem atender as exigências de hierarquia, disciplina, cooperação, organização e comando; onde o grupo está a frente do indivíduo e a tradição, espírito de corpo, unidade, comunidade são valores fundamentais, traduzidos em coesão; atributos que devem ser complementados por princípios; tudo, encimado, pela subordinação militar à política, lealdade, obediência, correto relacionamento entre política e estratégia e compreensão sobre áreas de superposição.

Acrescente-se que, para o interesse dos Estudos Estratégicos, tais condições permitem aquilatar o grau de Segurança da sociedade,

particularmente em razão do segundo segmento ser “aquele que eleva ao máximo a segurança militar”.¹² Registra-se que a Segurança Militar, para Huntington, visualizando a estrutura política, econômica e social de um país avançado, como os EUA, não incorpora o aspecto interno da dimensão estatal.

No contexto que foi apresentado, de um Brasil desunido, desarmônico, desorganizado, sob os influxos de enormes hiatos, geradores de discórdia, constantemente ameaçado pela desagregação social, luta armada, golpes de estado, guerra civil etc; condição exibida antes e durante o período que está se considerando; impossibilitou a exclusão da dimensão interna da segurança militar, a qual, por sua interferência sempre presente nas relações entre civis e militares, recebeu referência explícita quando foi tratado do Governo Costa e Silva no início do capítulo 9.

A partir dos recortes apresentados é possível extrair os critérios cujos conteúdos sintetizam a referência que se quer utilizar como prova do grau de aderência dos indivíduos, grupos e da estrutura institucional militar brasileira ao perfil projetado por Huntington; isso tudo, ao longo do Regime Civil e Militar de 1964, sem desconsiderar o andamento do processo, acompanhado com a utilização do Antimodelo do Enquadramento.

Entretanto, trata-se de examinar a estrutura de um ponto de vista estático, uma vez que o dinamismo advém das interações instauradas no escrutínio do equilíbrio das relações entre civis e militares, o qual, embora tenha sido utilizado para a análise do período anterior a 1964,¹³ não faz parte da hipótese ou do objeto desta obra, apesar de nada impedir que venha a ser feito tal exercício intelectual, da mesma maneira que no trabalho anterior.

Assim sendo, o Quadro 2, abaixo, propõe um resumo dos critérios de Samuel P. Huntington aplicados ao objeto da investigação, sob o ângulo funcional, em cada um dos períodos delimitados,¹⁴ complementados por avaliação qualitativa – dividida em alta, média alta, média, média baixa e baixa¹⁵ – retirada do acompanhamento evolutivo realizado no presente estudo, em relação ao Grau de Aderência do Estamento Militar aos paradigmas do Profissionalismo, Controle Civil Objetivo e da Ideologia Militar: Realista e Conservadora.

Essa avaliação estática do grau de aderência das relações entre civis e militares aos pressupostos de Samuel P. Huntington, naturalmente, sofrerá alterações com a incorporação da dinâmica civil ao processo, a qual, embora excluída desta apreciação, poderá magnificar ou minimizar os efeitos acima estimados.

Quadro 2: Resumo do Grau de Aderência

CRITÉRIO	SUBCRITÉRIO	PARÂMETROS	ANTES DE 1964	ANTES DO AI-5	DURANTE O AI-5	DEPOIS DO AI-5	EM 1985
Segurança	Externa	Interferência Estrangeira	Baixa	Média	Média	Alta	Alta
	Interna	Conflitos	Média	Baixa	Baixa	Alta	Alta
Profissionalismo	Neutralidade	Grau de Esterilização	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Alto
	Hierarquia		Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto
	Disciplina		Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto
	Cooperação		Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto
	Organização		Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto
	Comando		Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto
	Coesão	Tradição, Espírito de Corpo, Unidade, Comunidade	Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Alto
	Aquiesscência ao Poder Civil (Executivo)	Subordinação Militar ao Poder Político	Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto
		Lealdade	Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto
		Obediência	Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto
Autonomia	Desvinculação das Políticas (Dependências)	Ideológica	Baixa	Média	Média	Alta	Alta
		Político Partidária	Baixa	Média	Média	Alta	Alta
		Lealdades Governamentais	Baixa	Média	Média	Alta	Alta

Fonte: O Autor

Diante dessa referência, tome-se, por exemplo, a intromissão nos currículos acadêmicos militares de aspectos decorrentes das ideologias antimilitares – marxistas, fascistas ou liberais, para citar apenas aquelas elencadas pelo autor citado, pois existem outras –, seja por interferência política, seja porque um líder militar prefere assumir a postura de um General Lott. Tal interferência afetará todo o sistema. Por isso, não custa relembrar que:

Se a ideologia for inerentemente antimilitar (como o liberalismo, o fascismo e o marxismo), o militar só adquire substancial poder político sacrificando o profissionalismo e aderindo aos valores e atitudes que predominam dentro da comunidade. Numa tal sociedade

antimilitar, o profissionalismo militar e o controle civil são maximizados pela renúncia dos militares à autoridade e à influência, e por levarem uma existência modesta, isolada e divorciada da vida geral da sociedade.

[...] As concessões que os militares fazem a fim de adquirir poder numa sociedade que não lhes é simpática são apenas um exemplo do fenômeno geral dos efeitos aperfeiçoadores e enfraquecedores de poder. Parece um truismo dizer que o poder dissipa o princípio e que aqueles que se apegam a sistemas definitivos, dogmáticos e rígidos de valor são excluídos de poder numa sociedade pluralística. Só aquele que é flexível, desejoso de se adaptar e pronto a se comprometer pode conquistar apoio generalizado; o poder terá sempre que ser comprado por um preço. O preço que os militares têm que pagar depende do tamanho da brecha entre a ética militar e as ideologias predominantes na sociedade. O efeito que a aquisição de poder numa sociedade não conservadora tem sobre os militares é semelhante aos efeitos moderadores que a aquisição de poder tem sobre radicais. Michels observa em determinado ponto de seu *Political Parties* que os “socialistas podem triunfar, mas jamais o socialismo”. O mesmo é verdadeiro com os militares numa sociedade que não lhes é simpática. Os generais e os almirantes podem triunfar, mas não a ética profissional militar. O efeito domador do poder político faz deles bons liberais, bons fascistas e bons comunistas, porém maus profissionais. As satisfações de desempenho profissional e a adesão ao código profissional são substituídas pelas satisfações de poder, posição, riqueza, popularidade e aprovação de grupos não militares.¹⁶

Samuel Alves Soares, em tese elaborada em 2006,¹⁷ aborda um dos aspectos da estrutura huntingtoniana, no caso, a questão da autonomia militar para o período de 1974 a 1999. Signatário da tendência majoritária de não considerar a bipolaridade emanada da unidade do comando político, inclui outros polos de poder na análise das relações entre civis e militares, além de sincretizar aspectos funcionais e políticos no mesmo contexto.

Embora utilizando-se de critérios diferentes, Samuel A. Soares, abrangendo o final do período estudado nesta investigação e posteriores, apesar de mesclar aspectos multipolares, funcionais e políticos, conclui por uma média alta de autonomia militar, o que corrobora com a conclusão obtida por nossa avaliação mediante os critérios de Samuel P. Huntington.

Ressalvados os aspectos dicotômicos com a formulação de Huntington, suas avaliações para aquela indagação são as seguintes:

Quadro 3: Nível de Autonomia Militar: da transição à democracia

Categorias de análise¹⁸	Nível de Autonomia Militar (1974-1989)
1. Expectativas do sistema político sobre a função, o papel e as missões das Forças Armadas	Alta
2. Participação dos civis na organização da Defesa Nacional	Alta
3. Dimensão das Forças, custo econômico e controle sobre recursos	Média alta
4. Capacidade de fiscalização do Congresso sobre as atividades militares	Alta
5. Decisões sobre a política de pessoal militar	Alta
6. Foros especiais para militares	Alta
7. Produção de informações de inteligência	Alta
8. Atividades das Forças Armadas em ações de defesa interna	Média alta
9. Educação e doutrina militar	Alta
10. Revisão sobre ações do regime autoritário	Alta

Fonte: SOARES, *op. cit.*, p. 197

Ao contrário de Soares, que, de forma subjacente, utiliza sua argumentação para advertir sobre uma esfera de autonomia que considera ampliada, o que Huntington propugnou – e nossa argumentação corrobora – é, justamente, por uma alta autonomia para o segmento militar, a qual, secundada por uma adequada neutralidade, esterilidade e inutilidade políticas, compõe o quadro ideal para o relacionamento entre civis e militares sob o modelo do controle civil objetivo, afinal, aquele reservado aos militares profissionais e “que eleva ao máximo a segurança militar” da sociedade.

Foi o motivo desta tese e, por razões distintas, fez parte dos sonhos de Nélson Werneck Sodré e Humberto de Alencar Castelo Branco, que, hoje, podem comemorá-los na eternidade.

CONSEQUÊNCIAS PARA O SISTEMA POLÍTICO E A DEMOCRACIA

Do esplêndido berço horizontal, por cima do qual repousa a República moderna, ergue-se verticalmente para cima, até onde a vista pode alcançar, um fóssil: a estrutura militar do Estado. Se não for atrasada, pretoriana,

configura imagens de força, hierarquia, disciplina, autoridade, unidade, coesão, obediência, valores éticos e morais, renúncia e oferta da vida pela morte honrosa, dentre tantas outras características que lhe são próprias ou atribuídas.

Não têm nada de democrática, é, essencialmente, autocrática, um vestígio petrificado da milenar aristocracia, particularmente medieval, com quase todas suas tradições cerimoniais de aparências antiquadas, cuja extravagância somente é compensada por um vago sentimento de comunhão com seus rituais simbólicos, resquícios de liturgias quase religiosas, as quais, embora incompreensíveis para o homem moderno, fazem um sentido, inconsciente, por serem arquetípicas, assim, adquirindo uma aparência de admiráveis, em seus espetáculos.

A honra, o pundonor militar, o poder unificado e indivisível do líder, são atributos ininteligíveis para um mundo moderno de valores relativos, perante os quais os militares, hoje, em sua maioria, voluntários, quais sacerdotes, renunciam à liberdade e à igualdade, em troca de obediência, restando, apenas, a fraternidade, tão mais sólida e consistente quanto mais exigentes forem aquelas condições da forja e daquelas imagens que definem seus contornos. Para contrabalançar, apenas, um sistema minucioso de regras, que prevê quase tudo, às quais todos, inclusive os chefes, estão submetidos.

Apesar de tudo, essa cruz de cabeça para baixo, qual a espada que a representa, deve defender, garantir a sobrevivência e o desenvolvimento do Estado Nacional; e a liberdade, a igualdade e a fraternidade dos homens comuns, os civis, que, ademais de livres de tais amarras, vivem e trabalham para manter erguida a República e a democracia liberal moderna. Dotada do poder ilimitado da força, deve se curvar, submissa, aos ditames emanados da vontade popular, congregados na fisionomia do governante máximo.

Para habituar seus integrantes ao exercício diuturno do sacrifício no altar da pátria, à renúncia ao próprio poder, em prol do bem maior, são necessárias condições especiais na hora de educar, ensinar, doutrinar e, até mesmo, de julgar. Fatores que se decorreram ao longo de toda essa investigação, frisados, especialmente, quando da descrição da vocação militar. O exemplo, de que a Justiça da liberdade não pode ser igual à da obediência, dispensa maiores argumentações.

Como foi apresentado, pode-se falar agora que, no Brasil, até o 31 de março de 1964, nunca foi assim que as coisas funcionaram. Ao contrário, diante da tensão, intrínseca às democracias, “de um lado, manter uma força armada como instrumento da política e da ordem interna e, de outro, garantir que o poder militar não usurpe o poder político”, conforme aposta por Alfred Stepan, os brasileiros, da Proclamação da República

até aquela data, optaram, sempre, pela alternativa antidemocrática do intervencionismo militar, cujo clímax paroxístico ocorreu entre 1945 e 1954, ocasião em que foram desencadeados, nada menos do que, seis golpes e contragolpes de estado, que ficaram bem representados no Modelo Moderador; sem contar a miríade de conflitos de menor monta que acometeram esse curto, embora tumultuado, período.

Em um sistema nada democrático ou republicano, poderia ter permanecido, tranquilamente, por mais tempo. Naquela época, a peça postiça que mantinha a máquina funcionando, nas crises que acometiam o País com regularidade, nomeadamente de hegemonia, era, invariavelmente, transvestida por um golpe militar, violência de um Poder que foi introduzido à engrenagem do topo da organização estatal, vale dizer, no mesmo nível do Executivo, Legislativo e do Judiciário, ao qual, originalmente, não deveria pertencer.

Nada, nem ninguém, ousava desafiar essa sina que tantos malefícios causava para a nação e suas pretensões de, um dia, ver-se diante de uma democracia plena e normalizada. Era um mal estar crônico que mantinha o País fraco e depreciado, mas que precisava ser extirpado. Como um médico ferido em batalha, cercado por ignorantes do seu ofício, os militares teriam que remover a lesão com as suas próprias mãos. Era um sonho antigo, esposado de Góis Monteiro a Castelo Branco, naquela época envolvendo próceres da esquerda e da direita, até mesmo comunistas, como Nélson Werneck Sodré.

Além disso, o Brasil, em estágio de evolução política primitivo, no meio de um dos ciclos pretorianos da montanha russa, que nem mesmo Huntington se atreveu a dizer qual, exceto de que era muito complexo para ter uma solução simples, não gozava das condições mínimas para enfrentar o desafio da supressão da peça. Foi, então, que os governantes militares, do pós-1964, ousaram removê-la. Seria preciso muita coragem e determinação.

Considerando-se que este processo já foi abordado nesta investigação, pode-se passar para uma última conjectura: qual seus efeitos sobre o sistema político e a democracia?

Naturalmente que a ótica sob a qual tal questionamento deve ser analisado será aquela que preside as relações entre civis e militares, seu Equilíbrio, o ponto fulcral que ficou assinalado nesta pesquisa, não tanto com a sua finalidade primordial, a segurança e a defesa nacionais, da qual já se falou na subseção anterior, mas, agora, em um estágio anterior, talvez de somenos importância para os países avançados, mas fundamental para o Brasil do momento em que se encerram essas conjecturas, vale dizer, para a etapa que se iniciava em 1985.

Se o raciocínio exposto ao longo deste estudo é consistente com a realidade examinada, o subsistema militar caminhou para um modelo muito próximo ao do controle civil objetivo, o que consistiu em um atalho na montanha russa pretoriana, a eliminação de diversas etapas e a culminância de um estágio próprio de democracias avançadas.

Nessas estruturas políticas, histórica e socialmente amadurecidas, não carece de se falar em submissão funcional, pois ela já existe, mas política, ancorada na engenharia do equilíbrio, em seus freios e contrapesos, constitucionais, legais, regulamentares e culturais, na qual são admitidas autonomias, de forma a não haver interferências mútuas, mas que, ao final, resultarão naquele adequado controle dos máximos e mínimos. Parece simples.

Entretanto, para obstar qualquer otimismo, a democracia brasileira não conseguiu avançar na mesma direção da estrutura militar e, pior, voltou, em muitos aspectos, àquelas condições anteriores a 1964. Enquanto o subsistema castrense embarcava no bonde do futuro, o sistema político, vítima da *path dependency*, voltava para o passado.

Com honrosas exceções. Do Poder Judiciário, por exemplo, ainda engatinhando com as prerrogativas instiladas pelo Pacote de Abril e que, apesar das tentativas em contrário durante a Constituinte, aperfeiçoou-se com a Constituição de 1988 e legislações posteriores; mas que ainda sofrendo com a sua própria inércia, cercado por mazelas, a caminho de se tornar o árbitro da República, apoiado em outros componentes de seu subsistema.¹⁹

Lembre-mo-nos do primeiro princípio da dinâmica de Huntington: “Como partes de um sistema total, nenhum desses elementos pode sofrer alteração sem produzir alterações maiores nos outros elementos”; como consequência “Tal equilíbrio pode ser obtido numa variedade infinita de formas”.²⁰

Não foi intenção deste estudo adentrar na análise que resultou dessas alterações na complexa rede do Equilíbrio, conforme proposta por Samuel P. Huntington. Entretanto, para analisar suas consequências, somos obrigados a verificar que as alterações no subsistema militar não afetaram apenas um dos pontos de equilíbrio.

A modificação implementada no Segundo Ponto de Equilíbrio, do controle civil objetivo, e no segmento ideológico do Primeiro Ponto de Equilíbrio, impactaram todo o edifício, espraiando-se para o reforço nos vértices das autoridades formal e informal. E isso causou efeitos para o sistema político e a democracia no Brasil.

Considerando-se, por exemplo, apenas um indício: enquanto o lado militar se fortalecia diante da opinião pública nacional, fato corroborado pela manutenção dos mais altos índices de aprovação em diversos tipos

de pesquisa, aquele do sistema político, como um todo, enfraquecia-se em direção aos mais baixos índices de respaldo popular.

Entretanto, o pressuposto do modelo do controle civil objetivo é, justamente, a primazia do Poder Civil sobre o Militar, ambos altaneiros, razão pela qual abre mão de interferências sobre a caserna, concedendo-lhe maior autonomia. Em resposta, recebe sua submissão institucional, pois afinal, todas as Instituições estão submetidas aos Poderes maiores da República.

Nesse contexto de desequilíbrio, somente uma hierarquia muito bem estruturada, secundada por disciplina igualmente disseminada, poderia proporcionar a coesão necessária para que a autoridade militar, por ocasião das crises, autoimpusesse limitações que impedissem o retorno ao estágio primitivo dos golpes.

Os graus de autonomia e despolitização alcançados pelas Forças Armadas foram imolados em um altar carente de controle; que ocorreu, essencialmente, por desequilíbrio; vale dizer que o sistema se tornou, sem saber, dependente do autocontrole dos chefes militares, das suas duas faces institucionais, fato que ficou perfeitamente evidenciado no episódio em que o General Leônidas Pires Gonçalves, imbuído do espírito democrático, sob a égide da Constituição reformada de 1969, apontou com um *dedazo*, como nos tempos de Médici e Geisel, o Senador José Sarney como legítimo sucessor de João Figueiredo. E ninguém falou nada.

Então, não foi pela presença das contrapartes civis que o poder militar poderia se manifestar, seria por suas ausências e falências políticas e institucionais. Se a hipótese aqui defendida está no caminho certo, tal condição conduziria o sistema a frequentes instabilidades que o deixariam exposto às suas próprias mazelas; obrigando-o a enfrentar suas dificuldades, vale dizer, uma estrutura engessada, posto que presidencialista, e dependente da cooptação de um corpo político fragmentário, intrinsecamente corrupto, oligárquico, personalista e patrimonialista, entre outros malefícios; sem a muleta militar para se apoiar.

Mas os governantes militares, após enfrentar tantas vicissitudes para alcançar seus objetivos, não seriam irresponsáveis. Habitados ao cálculo dos riscos, aparentemente, aqueles estrategistas, deixariam um corpo confiável, apolítico, autônomo, constitucionalista e legalista, para atuar, apenas, na hora mais indesejável, a da ruptura, a qual, apesar dos infortúnios, passados mais de trinta anos da restauração democrática, ainda, não se apresentou.

De acordo com o novo modelo, segundo o entendimento exposto por esta tese, as Forças Armadas acatariam a condição de *grand muet*²¹e

voltariam para as suas atividades na caserna.

Portanto, as novas fontes de tensão para as relações entre civis e militares, que poderiam afetar o equilíbrio complexo entre os controles e autonomias que devem presidi-las, advém das falências do Poder Civil. Não vamos elencá-las, são inúmeras, disseminadas por todo o tecido estatal, com a notável exceção do subsistema jurisdicional, e continuam a aumentar, agora sob novos e poderosos influxos.

Para citar apenas um exemplo desse mal estar da sociedade, vislumbrado desta vez fora do período de análise que motivou este trabalho. Tome-se o remédio constitucional da remoção do Presidente da República por meio do *impeachment*: foram quatorze proposições contra Fernando Henrique Cardoso; trinta e quatro contra Luís Inácio Lula da Silva; e dez contra Dilma Rousseff, somente no primeiro mandato.²²

Até que se possa analisar tais impactos, em estudo futuro, alguns desses resultados podem ser observados em obras que tratam do tema em períodos posteriores, as quais, agora, poderão ser reestudadas à luz dessa modesta e, torcemos para que seja, útil contribuição.

NOTAS

PREFÁCIO

- 1 Cf. PINTO, José Cimar Rodrigues. *Relações Cíveis e Militares: A Influência da Direita Radical entre 1954 e 1964*. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011, p. 1.
- 2 HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- 3 Cf. Samuel P. HUNTINGTON, em *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, São Paulo: EDUSP, 1975, p. 16, cita, tomando como fonte o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, que, entre 1958 e 1965, ocorreram 373 atos de violência política tais como golpes de estado, insurreições, revoluções e, até mesmo, guerras nessas regiões.
- 4 *Idem*.
- 5 Cf. “Prefácio” de Carlos Castello BRANCO, em *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, *op. cit.*, p. 3.
- 6 A literatura acadêmica tem se inclinado, majoritariamente, para a adoção desse termo. Por considerá-lo representativo da realidade do fenômeno, essa denominação será adotada nesta obra.
- 7 STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.
- 8 Por exemplo: a aquisição de maior confiança na capacidade de governar; e a estruturação de uma articulação política e militar, a qual ficou bem explicitada em DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis: Vozes, 1981; cujo principal artífice foi o General Golbery do Couto e Silva, ex-membro do Corpo Permanente da ESG e formulador de uma Geopolítica para Brasil.
- 9 PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, Meu Pai*, Porto Alegre: Globo, 1960, p. 346.
- 10 MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, s/d. p. 163.
- 11 SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 245.
- 12 A noção de disseminação é fundamental para o entendimento dessa questão, pois está relacionada, também, com o paradoxo, que receberá extensa atenção ao longo de toda esta obra, de que os militares, ao mesmo tempo em que se aprofundavam na atividade política, em virtude do seu envolvimento governamental, tratavam de conter essa propagação na corporação, por eles considerada deletéria, particularmente por ter alcançado os oficiais de menor patente e, também, as praças.
- 13 Essa temática foi objeto de pesquisa científica. Cf. in PINTO, José Cimar Rodrigues. *Relações cíveis e militares entre 1964 e 1985: contribuição teórica e interpretativa*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016, RJ.

PARTE I: AS RELAÇÕES CIVIS E MILITARES E O BRASIL: EM TEORIA

- 1 TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- 2 STOPPINO, Mario, Militarismo, in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, 11 ed., 2 v., Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 751.
- 3 HUNTINGTON, Samuel P. *In O Soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- 4 HUNTINGTON, Samuel P. *Idem*; e *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, São Paulo: Forense/ EDUSP, 1975.
- 5 Cf. em *O Soldado e o Estado*, *op. cit.*, 1996.

CAPÍTULO 1: OS TRÊS PILARES DO EQUILÍBRIO

- 1 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 19.
- 2 *Idem*, p. 20.
- 3 Ludwig von Bertalanffy, autor da Teoria, apresenta suas ideias desde, pelo menos, 1928. O próprio autor admite que, sem esse nome, embora com muitos dos seus pressupostos, ela existe a muitos séculos, citando entre seus predecessores: Leibniz, sob o nome de filosofia natural; Nicolau de Cusa, na sua formulação da coincidência dos opostos; Giambattista Vico e Ibn Khaldun, em suas visões históricas de sistemas culturais; Hegel e Marx, e suas formulações dialéticas; dentre outros. Por volta de 1955, gozava de amplo reconhecimento, tendo publicado o ensaio “General System Theory”, in *Main Currents in Modern Thought*, n. 11, p. 75-83, cap. 2. A influência de Bertalanffy estendeu-se para os mais variados campos do conhecimento, tendo alcançado as Ciências Sociais e Políticas. Posteriormente, a Teoria dos Sistemas teve seguimentos nas Teorias do Caos, da Complexidade e Caos-Complexidade. No Brasil, foi publicada sob o nome de *Teoria Geral dos Sistemas*, Trad. Francisco M. Guimarães, Petrópolis: Vozes, 2006.
- 4 Charles de Secondat, o Barão de Montesquieu (1689-1755), filósofo e pensador francês, desenvolveu a *Teoria do Equilíbrio dos Poderes*; e Henry St. John Bolingbroke (1678-1751), filósofo e pensador inglês, aperfeiçoou a Teoria com a introdução da noção fundamental dos freios e contrapesos (*checks and balances*).
- 5 Bolingbroke introduziu esse importante aperfeiçoamento na Teoria do Equilíbrio dos Poderes, por volta de 1738, no decorrer dos debates sobre as limitações ao poder absoluto da Monarquia.
- 6 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 99.
- 7 *Idem*, p. 99.
- 8 *Ibidem*, p. 16.
- 9 *Ib.*
- 10 *Ib.* Cf. em “Ideologia Militar: Realista e Conservadora” nesta obra.
- 11 WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- 12 TAYLOR, Frederick W. *Principles of Scientific Management*. Nova Iorque: Harper & Row, 1911.
- 13 FAYOL, Henri. *Administration Industrielle et Generale - Prévoyance Organisation - Commandement Coordination - Controle*. Paris: H. Dunod et E. Pinat, éditeurs, 1917.
- 14 ROETHLISBERGER, F. J., DICKSON, J. William. *Management and the worker*. London and New York: Routledge, 1939.
- 15 “Relações informais também existem onde uma única pessoa ou grupo de pessoas controla o comportamento de outras pessoas, não porque ocupa posições particulares numa estrutura formal, mas porque controla outras sanções ou recompensas”. *Idem*.
- 16 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 105.
- 17 *Idem*, pp. 107-8.
- 18 *Ibidem*.
- 19 *Ib.*, p. 105.
- 20 *Ib.*, p. 107.
- 21 *Ib.*, pp. 107-8.
- 22 STEPAN, *op. cit.*, 1971.
- 23 Cf. a descrição da Ideologia Militar: Realista e Conservadora in HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 96.
- 24 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 108.
- 25 *Idem*, pp. 113-14.
- 26 *Ib.*, 1996, p. 114.
- 27 Huntington não esclarece essa assertiva. Quase certamente, refere-se ao posicionamento desses líderes que não aceitaram a subordinação militar à fórmula clauswitziana de que é a política que determina as finalidades (objetivos) e não a guerra, como quis MacArthur com a proposta de lançamento da bomba atômica na Coreia; ou Ludendorff, ao propugnar sobre a supremacia da tática sobre a estratégia e a política. Já De Gaulle, insurgiu-se: contra a capitulação da França, ocasião em que liderou, contra a política

- colaboracionista, a resistência francesa; e mais tarde, contra as restrições da Quarta República, enfeixando maiores poderes.
- 28 Registre-se que o liberalismo exerceu enorme influência sobre as relações entre civis e militares no Brasil, particularmente no Império, até o fim da República Velha, em 1930. Nunca deixou de exercê-la, fato que pode ser observado em um recorrente antimilitarismo liberal que viceja até os dias de hoje no País, o qual, sem a desculpa de priorizar gastos sociais, como faz a esquerda antimilitar, simplesmente, recusa-se a apoiar gastos militares e rebarba-se com qualquer manifestação que considere de raiz militar, como a conscrição universal, propugnando, até mesmo, pelo desarmamento da população, o que demonstra a ignorância sobre as suas raízes.
- 29 HUNTINGTON, 1996, *op. cit.*, p. 108.
- 30 *Idem*, p. 109.
- 31 *Ibidem*.
- 32 Cf. HUNTINGTON, 1996, *op. cit.*, p. 162, situações representativas do posicionamento liberal: em 1784, ocasião em que a desmobilização da guerra da independência havia reduzido o Exército dos EUA a setecentos homens sob o comando do Major General Henry Knox; e 1915, quando Woodrow Wilson “trêmulo e pálido de aflição” questiona o, então, Ministro da Guerra, Henry Beckinridge, sobre a existência de planos militares para uma guerra com a Alemanha. Ao receber resposta não conclusiva, determina a apuração da informação e, caso confirmada, deveria motivar a transferência de toda a oficialidade para fora de Washington.
- 33 Cf. HUNTINGTON, 1996, *op. cit.*, p. 172.
- 34 *Idem*, pp. 172-3.
- 35 *Ibidem*, pp.172-3.
- 36 *Ib.*, pp. 172-3.
- 37 Durante algum tempo, na primeira fase do Regime Civil e Militar brasileiro, ganhou adeptos, entre a intelectualidade de esquerda, a *concepção fascista* como explicação para o regime, dentre as quais destaca-se a posição de Hélio Jaguaribe, em “Brasil; estabilidad social por el colonial-fascismo?” In: Celso Furtado *et alli*. *Brasil Hoy*. México, Siglo Veintiuno, 1968, pp. 28-53. Posteriormente, os próprios acadêmicos de esquerda desqualificaram-na: cf. MORAES, João Q., “La nature de classe de l’État brésilien”, *Les Temps Modernes*, n. 304, p. 651-675, e n. 305, p. 853-878, 1971; BORÓN, Atilio, “El fascismo como categoria histórica; en torno al problema de las dictaduras en América Latina”, *Revista Mexicana de Sociología*, n. XXXIX, v. 2, p. 481-528, abr.-jun., 1977; CARDOSO, Fernando H. “Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina”. In: David Collier (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp.41-63.
- 38 HUNTINGTON, 1996, *op. cit.*, pp. 110-1.
- 39 ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 40 Arendt, também, apresenta o caso alemão, onde as Tropas de Proteção, *Schutzstaffel* (SS), tinham por rivais as Divisões de Assalto, *Sturmabteilung* (SA), neste caso como guardiãs do sistema, e, até, a própria *Wehrmacht*.
- 41 Existe um contrabando da concepção totalitária de controle no Regime Civil e Militar. Assim como ocorreu com os civis, configurou-se na utilização dos serviços de informação para fins de acompanhamento e controle de quaisquer manifestações de caráter político nas diversas organizações militares, efetivados por meio das segundas seções de estado-maior em instalações operativas e dos oficiais de informação nas administrativas.
- 42 STEPAN, 1971, *op. cit.*, pp. 47-8.
- 43 BURKE, Edmund. *Reflections on the Revolution in France: and on the proceedings in certain societies in London relative to that event*. 8 ed. London: J. Dodsley, in Pall-Mall, 1791.
- 44 BURKE, Edmund. *An Appeal from the New to the Old Whigs, In Consequence of Some Late Discussions in Parliament, Relative to the ‘Reflections on the French Revolution’*. 4 ed. London: J. Dodsley, in Pall-Mall, 1791.
- 45 Cf. HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 26.

- 46 Cf. HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 27-8.
47 *Idem*, p. 28.
48 *Ibidem*, 1996, p. 26.
49 *Apud* HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 29.
50 *Idem*, p. 30.
51 *Ibidem*, p. 31. O autor complementa dizendo: “Em casos de emergência, um civil despreparado pode ser capaz de agir como um militar de nível comum por um breve período de tempo. Do mesmo modo, um leigo inteligente também pode, na emergência, prestar socorro até que chegue o médico. Antes da administração da violência tornar-se a tarefa extremamente complexa que é na civilização moderna, era possível que alguém sem treinamento especializado pudesse exercer o oficialato. Hoje, entretanto, só a pessoa que dedica por completo suas horas de trabalho a essa tarefa pode esperar desenvolver um nível razoável de competência profissional”.
- 52 *Ib.*, p. 82.
53 *Ib.*, p. 32.
54 Para uma visão ampliada do contexto da responsabilidade ver Ideologia Militar: Realista e Conservadora.
55 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 31-2.
56 *Idem*, pp. 33-4.
57 *Ibidem*, p. 34.
58 *Ib.*, pp. 34-5.
59 *Ib.*, p. 35.
60 *Ib.*, pp. 77-97, cap. 3, tomado como base nesta seção.
61 *Ib.*, p. 77. Por isso, vai adotar o critério do modo de agir para analisar dita mentalidade.
62 Visão de mundo.
63 *Ib.*, p. 79.
64 *Ib.*, p. 81.
65 *Ib.*, p. 82.
66 *Ib.*
67 *Ib.*, p. 19, Huntington considera a existência de três políticas básicas que dão suporte à Política de Segurança Nacional: a “Política Militar Nacional é o programa de atividades destinado a minimizar ou neutralizar esforços tendentes a enfraquecer ou destruir um país através de Forças Armadas que operam de fora de suas fronteiras institucionais e territoriais. A política de segurança interna trata de ameaça de subversão o empenho para enfraquecer ou destruir o país através de forças que operam dentro de suas fronteiras institucionais e territoriais. A política de segurança situacional, por sua vez, concerne à ameaça de erosão resultante de mudanças a longo prazo nas condições sociais, econômicas, demográficas e políticas tendentes a reduzir o poder relativo do Estado”. A Política de Segurança Nacional teria por objetivo “fortalecer a segurança das instituições sociais, econômicas e políticas contra ameaças que surjam de outros países independentes”.
- 68 *Ib.*, p. 83.
69 *Ib.*, p. 82.
70 *Ib.*, p. 84.
71 *Ib.*, p. 87.
72 *Ib.*, p. 86.
73 *Ib.*, p. 87.
74 *Ib.*, p. 89.
75 *Ib.*, pp. 96-7.
76 *Ib.*, p. 17.
77 *Ib.*, p. 17.
78 *Ib.*, p. 102.
79 *Ib.*, p. 99.
80 *Ib.*, pp. 53-4.
81 Cf. *in* WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999.

- 82 BOUDON, Raymond, BESNARD, Philippe, CHERKAoui, Mohamed e LÉCUYER, Bernard-Pierre. *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. p. 99.
- 83 *Idem*.
- 84 WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999. p. 56.
- 85 *Idem*, p. 56.
- 86 *Ibidem*.
- 87 *Ib.*
- 88 *Ib.*, p. 57.
- 89 *Ib.*
- 90 *Ib.*, pp. 57-8.
- 91 *Ib.*, p. 58.
- 92 *Ib.*, p. 59.
- 93 *Ib.*, p. 68.
- 94 COSTA, Melissa. Reflexões sobre a leitura de “A Política como Vocação” de Max Weber. *Blog Daniel Lage*. Rio de Janeiro, 24 mai. 2013. Disponível em: <<https://lage.milharal.org/2013/05/24/reflexoes-sobre-a-leitura-de-a-politica-como-vocacao-de-max-weber/>>. Acesso em: 13/10/2014.
- 95 WEBER, *op. cit.*, 1999, p. 59.
- 96 *Ib.*
- 97 *Ib.*
- 98 Weber denomina, também, instrumentos de gestão e elenca: recursos financeiros, edifícios, material de guerra, parque de veículos, cavalos etc.
- 99 *Idem*, p. 61.
- 100 *Ib.*, p. 68.
- 101 *Ib.*, p. 69.
- 102 *Ib.*, pp. 79-80.
- 103 “Sem dúvida alguma, ele pode fazer triunfar, isto é ‘ganhar’ tecnicamente uma causa cujos argumentos têm fraca base lógica e que é, em consequência, logicamente ‘má’.” *In* WEBER, *op. cit.*, p. 78.
- 104 *Ib.*, p. 84.
- 105 *Ib.*, p. 89.
- 106 *Ib.*, p. 102.
- 107 *Ib.*, p. 103.
- 108 *Ib.*, p. 105.
- 109 *Ib.*
- 110 “Quanto à natureza da causa em nome da qual o homem político procura e utiliza o poder, nada podemos adiantar: ela depende das convicções pessoais de cada um. O homem político pode dedicar-se ao serviço de fins nacionais ou humanitários, sociais, éticos ou culturais, profanos ou religiosos. Pode também estar apoiado em sólida crença no ‘progresso’ - nos diferentes sentidos dessa palavra - ou afastar totalmente essa crença; pode pretender servir uma ‘ideia’ ou, por princípio, recusar valor a quaisquer ideias, para apenas cultuar fins materiais da vida cotidiana. Seja qual for o caso, uma crença qualquer é sempre necessária, pois, caso contrário - e ninguém pode negá-lo - a inanidade da criatura eclipsará até mesmo o êxito político aparentemente mais sólido”. *In* WEBER, *op. cit.*, 1999, p. 108.
- 111 São recorrentes ao longo da história os relatos sobre essa estranha aliança. Jorge Bastos Moreno, na “Coluna do Moreno”, em *O Globo*, 31/10/2015, p. 3, expõe o que se segue: em campanha contra Paulo Maluf, Tancredo Neves, durante entrevista em Cuiabá, foi perguntado: — O que o senhor achou de o Lula dizer que, para chegar à Presidência da República, o senhor é capaz de fazer aliança com Deus e o diabo? — Eu me sinto lisonjeado, pois ele reconhece que eu não sou como ele, que só faz aliança com o diabo!
- 112 WEBER, *op. cit.*, 1999, p. 106.
- 113 *Idem*.
- 114 WEBER, *op. cit.*, 1999, p. 105.

- 115 WEBER, *op. cit.*, 1999, p. 106.
- 116 *Idem*, pp. 106-7. Weber considera a vaidade no político mais gravosa que no acadêmico, onde “chega a constituir-se numa espécie de moléstia profissional”; entretanto, “por mais antipatia que provoque, mostra-se relativamente inofensiva, no sentido de que, via de regra, não lhe perturba a atividade científica”.
- 117 Interessante que Weber condiciona a questão da ética da política à *causa* e não a *paixão* ou ao *senso de proporção*.
- 118 *Ib.*, p. 105. [sem itálicos no original]
- 119 *Ib.*, p. 110.
- 120 *Ib.*
- 121 *Ib.*
- 122 *Ib.*, p. 106.
- 123 *Ib.*, p. 111.
- 124 *Ib.*, p. 111-12.
- 125 Sindicato desvirtuado de suas finalidades de defesa de classe. NT. In WEBER, *op. cit.*, 1999, p. 112.
- 126 *Ib.*, p. 112.
- 127 *Ib.*, pp. 112-3.
- 128 *Ib.*, pp. 113-4. [Sem itálicos no original]
- 129 *Ib.*, p. 114.
- 130 *Ib.*, p. 115.
- 131 *Ib.*
- 132 *Ib.*, p. 116.
- 133 *Ib.*, p. 117.
- 134 *Ib.*, p. 118.
- 135 *Ib.*, p. 117.
- 136 *Ib.*, p. 118.
- 137 *Ib.*, p. 117.
- 138 *Ib.*, p. 122.
- 139 *Ib.*, p. 121.
- 140 *Ib.*, p. 119.
- 141 *Ib.*, pp. 119-20.
- 142 *Ib.*, p. 119.
- 143 *Ib.*, p. 120.
- 144 PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 149.
- 145 LENDON, J. E. *Soldiers & ghosts: a history of battle in classical antiquity*. New Haven: Yale University Press, 2005.
- 146 Existe uma tendência simplificadora de incluir, por analogia, a formação militar entre aquelas situações alienantes e opressivas referenciadas por GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. de Dante Moreira. São Paulo: Perspectiva, 1974. Celso CASTRO aponta diversas condições que as diferenciam, dentre as quais o caráter voluntário da escolha pela vida castrense, in *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990, pp. 33-4.
- 147 Cf. Celso CASTRO, *op. cit.*, 1990. Esta subseção, eminentemente teórica, ao tratar da formação militar nas academias, fica reforçada por muitas das argumentações e exemplos, explicitados por esse autor em sua obra, mas que não podem ser descritas integralmente por exigências de objetividade desta obra.
- 148 JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD, 1967.
- 149 BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade. In *Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 209. Citado em CASTRO, Celso, *op. cit.*, pp. 31-2.
- 150 DORNSBUCH, Sanford M. The military academy as an assimilating institution. In: *Social Forces*, XXXIII, mai. 1955, p. 321.
- 151 VIDICH, Artur; STEIN, Maurice. The dissolved identity in military life. In: *Identity and Anxiety*. New York: Free Press of Glencoe; Londres: Collier-MacMillan, 1960.
- 152 MILLS, Charles Wright. *A Elite no Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 232.

- 153 RATTENBACH, Benjamin, referindo-se a um Simpósio realizado no Instituto da Armada Argentina em 1969, explicita que: “En la Argentina, por ejemplo, un intercambio de experiencias realizadas por las tres fuerzas castrenses respecto a problemas psicopedagógicos comunes, hizo ver que la edad de 35 años, fijada por la ley como límite máximo para el ingreso de profesionales a la institución militar, no era adecuada. A lo más se podía admitir la de 30 años para que el candidato consiguiera adaptarse a la vida castrense y rendir después eficientemente como profesional militar”. In *El Sistema Social-Militar en la Sociedad Moderna*. Buenos Aires: Pleamar, 1965. p. 42.
- 154 BOUDON, Raymond, BESNARD, Philippe, CHERKAoui, Mohamed e LÉCUYER, Bernard-Pierre. *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. p. 99.
- 155 O costume militar de prescrever todas as formas de proceder transformou suas legislações e regulamentações em um universo incomensurável de documentos normativos que são emitidos desde os mais altos escalões até os de menor nível, conformando um cipoal inimaginável de procedimentos. Aliados à capacidade de observação, crítica e sanções punitivas têm uma efetividade muito maior do que aqueles meramente legais do mundo civil.
- 156 Cf. o Livroto *Nossa Voga*, p. 52-3, entregue aos novos Aspirantes da Escola Naval, o *Juramento* tem origem peculiar. Após o regresso de D. João VI para Portugal, o Ministro da Marinha baixou uma portaria, a 4 de janeiro de 1822, comunicando ao Conselho do Almirantado, em nome do Rei, que foram “expedidas as ordens necessárias para o regresso da Companhia dos Guardas-Marinha do Rio de Janeiro, seu cartório e biblioteca”. O Príncipe Regente D. Pedro não as cumpriu. Com a Independência, alguns professores e alunos obtiveram licença para regressar a Portugal. Em dezembro, foi instituído o juramento da Academia dos Guardas-Marinha, na Câmara Legislativa. Em 7 de abril de 1824, formalizou-se a Ata do juramento de fidelidade à Constituição, prestado por quase todo o pessoal da Academia. Os poucos que não quiseram, regressaram definitivamente para Lisboa. Tal juramento não difere daqueles realizados nas demais academias militares do Brasil. NOSSA voga: publicação destinada aos aspirantes da Escola Naval 2009. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2009. Folheto, color. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/92524966/nossavoga>>. Acesso em: 30 set. 2014.
- 157 Lei n. 6.880, de 09 de dezembro de 1980.
- 158 Cada aspecto moral ou de valor para os militares está em dissonância com o meio civil em geral e político em particular. Por exemplo, se um oficial general, em suas memórias, declara que sob o seu comando não houve torturas e lideranças políticas civis o contrapõem, com afirmativas opostas, a estrutura militar e as pessoas que a compõe, ativos e inativos, debitarão crédito ao primeiro, nem que seja à sua ignorância, pois sabem da existência das muitas interferências, interesses, fraquezas e intencionalidades, inclusive aquelas advindas das lutas políticas, intrínsecas aos que não receberam a “formação”, as quais podem levá-lo a sugerir um comportamento que não existiu; ou seja, para um militar faltar a verdade, além de desonestidade, é uma desonra; para um civil, particularmente se esteve envolvido em conflitos políticos, faz parte da luta.
- 159 “Ricupero tinha sinais de que a inflação estava em queda, mas se negou a dar uma de Mãe Dinah, como costuma fazer Guido Mantega, e não quis antecipar nada. E se justificou: na jornada anterior, tinha sido o contrário: a inflação havia crescido, e ele diz que proibiu técnicos do governo de antecipar dados. Assim, disse, não faria também as otimizistas. Em vez da confissão de um crime, havia ali a exposição de um critério razoável de equilíbrio. Mas aí veio a frase fatal”. AZEVEDO, Reinaldo. Quase 20 anos depois da antena parabólica que derrubou Ricupero, o padrão ético do país caiu. O “diabo” de Dilma é a evidência disso. *Vela.com.Blog Reinaldo Azevedo*, São Paulo, 6 mar. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/quase-20-anos-depois-da-antena-parabolica-que-derrubou-ricupero-o-padrao-etico-do-pais-caiu-o-diabo-de-dilma-e-a-evidencia-disso/>>. Acesso em: 21 out. 2014.
- 160 CASTRO, Celso, *op. cit.*, 1990, p. 36-7.
- 161 Mais uma vez recorrer-se-á à comparação entre a Justiça Civil e a Militar. O número de crimes cometidos pelos militares, mesmo tomados proporcionalmente, corresponde a

- um infinitésimo dos que são perpetrados por civis. Considerando-se que mais da metade do efetivo das três Forças Armadas é composto por Cabos, Marinheiros e Soldados que não recebem a formação mais apurada dos sargentos, subtenentes, suboficiais e oficiais e, portanto, são próximos aos demais cidadãos, o efeito do *sistema* sobre esses militares é ponderável. Cf. Dec. nº 7.946, de 7 de março de 2013 que Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, para 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/9985/defesa---eb---efetivos-para-2013->>. Acesso em: 30/09/2014.
- 162 *Nossa Voga*, *op. cit.*, p. 31.
- 163 WEBER, *op. cit.*, 1999, p. 69.
- 164 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 16.
- 165 Roberto da MATTA, dentre outros autores, em *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984, ressalta essa anormalidade brasileira, herança da colonização portuguesa.
- 166 CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 22.
- 167 CASTRO, *op. cit.*, pp. 22-3.
- 168 *Idem*.
- 169 *Ib.*, p. 22.
- 170 Em Constituições Federais anteriores também.
- 171 BRASIL. *Constituição (1946)*. Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 23 out. 2014.
- 172 BRASIL. *Constituição (1988)*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 out. 2014.
- 173 BRASIL. *Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm>. Acesso em: 23 out. 2014.
- 174 BRASIL. *Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm>. Acesso em: 23 out. 2014.
- 175 *Idem*. [sem itálicos no original]
- 176 MINISTÉRIO DA MARINHA (Brasil). *Ordenança Geral para o Serviço da Armada*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999. (Decreto nº 95.480, de 13 de dezembro de 1987). Vale registrar que a tradição das *Ordenanças* é centenária. A primeira com escopo similar a essa foi editada pelo Decreto nº 8.726, de 06 de fevereiro de 1942.
- 177 Nesta subseção, apesar da investigação estar relacionada com o período em que existiam Ministros Militares, serão explicitados os Comandantes de Força para facilitar o entendimento.
- 178 Cf. os critérios em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/lista-apresenta-13-criterios-para-voos-em-avioes-da-fab>>. Acesso em: 15/01/2016.
- 179 Nesta investigação, tal estrutura teórica é tratada como sendo militar. Entretanto, poderá ser aplicada em estruturas civis, particularmente ligadas ao Estado.
- 180 Os círculos concêntricos representam a proximidade. Para cada camada de posto e função corresponde um novo conjunto de círculos. Registra-se que consideramos fora do objeto desta investigação o detalhamento quantitativo ou qualitativo dessa estrutura, o que poderá ser feito em trabalho mais à frente. O interesse da pesquisa em introduzir esta variável consiste em preencher lacuna existente no universo teórico para ressaltar que exerce influência sobre o subsistema militar e, por consequência, no relacionamento entre civis e militares.
- 181 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 119.
- 182 FOUCAULT, *op. cit.*, 1987, p. 139.
- 183 Lei 6.880, *Estatuto dos Militares*.
- 184 Especificamente os concernentes aos que causam reflexos na atividade militar, tais

- como: das Leis da guerra e na guerra, sobre diversos tratados de limitações de armas, crimes contra a humanidade etc.
- 185 RATTENBACH, Benjamin. *El Sistema Social-Militar en la Sociedad Moderna*. Buenos Aires: Pleamar, 1965. p. 84. (T.A.)
 - 186 WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
 - 187 WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944. T. 4. p. 72. (T.A.)
 - 188 *Idem*, p. 73. (T.A.)
 - 189 *Ibidem*. (T.A.)
 - 190 *Ib.*, p. 72. (T.A.)
 - 191 Do latim: cabeça morta ou princípio morto (inativo). (N.A.)
 - 192 WEBER, *op. cit.*, 1944, pp. 72-3.
 - 193 RATTENBACH, *op. cit.*, p. 86. (T.A.)
 - 194 *Idem*, p. 87. (T.A.)
 - 195 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 20.
 - 196 *Idem*, p. 21.
 - 197 *Ibidem*.
 - 198 *Ib.*, p. 22.
 - 199 *Ib.*, pp. 99-102.
 - 200 Em trabalho anterior, foi considerada a vigência das características do controle civil subjetivo no período anterior ao Movimento Civil e Militar de 1964, podendo-se considerar que permaneceram resquícios de tais traços, pelo menos, até a instauração do AI-5.
 - 201 HUNTINGTON, 1996, *op. cit.*, p. 99.
 - 202 *Idem*, p. 100.
 - 203 *Ibidem*, p. 101.
 - 204 *Ib.*, p. 102.
 - 205 *Ib.*
 - 206 *Ib.*, pp. 103-4.
 - 207 *Ib.*, p. 102.
 - 208 *Ib.*, p. 104.
 - 209 *Ib.*
 - 210 FINNER, Samuel. *The Man on the Horseback*. London: Pall Mall, 1962.

CAPÍTULO 2 : RELAÇÕES CIVIS E MILITARES INSTÁVEIS

- 1 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1975, p. 69.
- 2 Alexis de TOCQUEVILLE, in *Democracy in America* (A Democracia na América), Nova York: Phillips Bradley, Knopf, 1955, 2, 118. Citado em HUNTINGTON, *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, p. 16.
- 3 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1975, p. 17.
- 4 *Idem*, p. 16.
- 5 *Ibidem*, p. 13.
- 6 *Ib.*
- 7 *Ib.*
- 8 *Ib.*, p. 40.
- 9 *Ib.*, p. 24. Sobre instituições e institucionalização o autor cita copiosa literatura acadêmica na nota nº 7, p. 24.
- 10 Essa participação incluiria desde as atividades parlamentares, passando pelas greves, manifestações estudantis, motins militares, proselitismo religioso, até chegar à violência política nas suas várias formas. Na maioria das vezes ocorre por meio de *mobilização* das forças sociais.
- 11 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1975, p. 87.
- 12 *Ib.*, p. 60.

- 13 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1975, p. 60.
- 14 *Idem*, p. 15.
- 15 *Ibidem*, p. 18. O autor cita a Índia, um dos países mais pobres do mundo na década de 1950 e com baixo crescimento econômico, que, graças ao Partido do Congresso, alcançara alto grau de estabilidade política; e a Argentina e a Venezuela, cujas rendas *per capita* eram dez vezes maiores do que a da Índia e com altos índices de crescimento econômico, mas não possuíam estabilidade política.
- 16 *Ib.*, p. 18.
- 17 Mancur OLSON Jr., “Rapid Growth as a Destabilizing Force” (O Crescimento Rápido como Força Desestabilizadora), in *Journal of Economic History*, 23 (dezembro de 1963), p. 532. Citado por HUNTINGTON, 1975, p. 63.
- 18 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 18.
- 19 “Nascidos iguais e daí não terem tido de se preocupar com a criação da igualdade; gozavam os frutos de uma revolução democrática sem a haver sofrido”, TOCQUEVILLE, citado em HUNTINGTON, 1975, p. 19.
- 20 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 19.
- 21 *Idem*, p. 19.
- 22 *Ibidem*, pp. 19-20.
- 23 *Ib.*, p. 20.
- 24 Que adiciona valor e estabilidade para os processos e organizações e, por consequência, traz estabilidade para as relações sociais e políticas.
- 25 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 20.
- 26 *Idem*, p. 21.
- 27 *Ibidem*.
- 28 *Ib.*, pp. 22-3.
- 29 Edmund BURKE, em *Reflections on the Revolution in France* (Reflexões Sobre a Revolução na França), Chicago: Regnery, 1955, p. 37. Citado in HUNTINGTON, 1975, p. 31.
- 30 Bertrand de JOUVENEL, em *Sovereignty* (Soberania), Chicago: University of Chicago Press, 1963, p. 123. Citado in HUNTINGTON, 1975, p. 40.
- 31 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 40.
- 32 *Idem*, p. 33.
- 33 *Ibidem*.
- 34 *Ib.*, p. 34.
- 35 *Ib.*, p. 36.
- 36 Lucien W. PYE, em *Politics, Personality and Nation-Building* (Política, Personalidade e Construção de Nação), Princeton: Princeton University Press, 1965, p. 38, 51. Citado in HUNTINGTON, 1975, p. 44.
- 37 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 38.
- 38 *Idem*, p. 72. Para maiores esclarecimentos sobre modernização e corrupção, ver HUNTINGTON, 1975, pp. 72-85.
- 39 *Ibidem*, p. 77.
- 40 Martin C. NEEDLER, *Political Development in Latin America: Instability, Violence, and Evolutionary Change* (Desenvolvimento Político na América Latina: Instabilidade, Violência e Mudança Evolucionária), Nova York: Random House, a sair. Cap. 6, pp. 15-16.
- 41 HUNTINGTON, 1975, p. 79.
- 42 *Idem*, p. 82.
- 43 Nathaniel LEFF, “Economic Development Through Bureaucratic Corruption”, in *American Behavioral Scientist*, 8 nov. 1964, pp. 10-12. Citado em HUNTINGTON, 1975, p. 76.
- 44 Termo originado de David C. RAPOPORT, *Praetorianism: Government Without Consensus* (Pretorianismo: Governo sem Consenso), University of California, Berkeley, 1960 (tese de doutorado não publicada); e RAPOPORT, in HUNTINGTON, ed., *Changing Patterns* (Padrões em Mudança), pág. 72. Citado em HUNTINGTON, 1975, p. 95.
- 45 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 92.
- 46 *Idem*, p. 92-3.

- 47 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 210.
- 48 *Idem*, pp. 248-9.
- 49 *Ibidem*, *op. cit.*, p. 210.
- 50 Carlos Castello BRANCO, “Prefácio”, em *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, p. 3.
- 51 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 221.
- 52 *Idem*, p. 204.
- 53 *Ibidem*, pp. 95-6.
- 54 *Ib.*, pp. 95-6.
- 55 *Ib.*, p. 223.
- 56 *Ib.*, p. 205.
- 57 *Ib.*, p. 206.
- 58 *Ib.*, p. 207.
- 59 *Ib.*, p. 211. [sem itálico no original].
- 60 *Ib.*
- 61 *Ib.*, p. 213.
- 62 *Ib.*, pp. 215. Entre os exemplos, Huntington cita a queda da monarquia brasileira em 1889 e a aponta como consequência da transferência de poder dos usineiros nordestinos para os representantes do setor cafeeiro e do comércio, em São Paulo e no Rio de Janeiro.
- 63 A literatura apresentada por Huntington, sobre o papel reformador dos militares nessa primeira fase de intervenção, é copiosa. Pode ser encontrada em HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, pp. 214-21.
- 64 *Ib.*, p. 222.
- 65 *Ib.*, p. 224.
- 66 *Ib.*, p. 229.
- 67 *Ib.*
- 68 *Ib.*, pp. 229-30.
- 69 *Ib.*, p. 230.
- 70 *Ib.*
- 71 *Ib.*, p. 234.
- 72 *Ib.*, pp. 234-6.
- 73 RAND, Christopher. Letter from La Paz, in *New Yorker*, 31/12/1966, p. 50.
- 74 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 240.
- 75 *Idem*, p. 241.
- 76 NEEDLER, Martin. Political Development and Military Intervention in Latin America, in *American Political Science Review*, n. 60, set. 1966, p. 619-20, cita que 80% dos golpes na América Latina entre 1935 e 1944 foram incruentos; entre 1945 e 1954, 68% e de 1955 a 1964, 33% apresentaram menores índices de violência.
- 77 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 243.
- 78 *Idem*, p. 240.
- 79 *Ibidem*, p. 244.
- 80 *Ib.*
- 81 As negociações de Arturo Frondizi com Juan Perón em torno das promessas de anulação das leis que impediam o funcionamento do partido peronista, realizadas ainda antes das eleições, mas implementadas durante o seu governo, resultariam em seis tentativas de golpe de Estado, até a sua derrubada definitiva.
- 82 HUNTINGTON, 1975, *op. cit.*, p. 246.
- 83 *Idem*, p. 248.
- 84 *Ibidem*, p. 250.
- 85 *Ib.*, p. 251.
- 86 *Ib.*
- 87 STOPPINO, Mario, Militarismo, in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, 11. ed., 2 v., Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 748-755.
- 88 STOPPINO, *op. cit.*, p. 749.

- 89 STOPPINO, *op. cit.*, p. 749.
90 *Idem*, p. 748.
91 *Ibidem*, p. 749. As classes se referem aos diversos estratos da aristocracia.
92 *Ib.*, p. 751.
93 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, pp. 118-142.
94 *Idem*, pp. 142-157.
95 Ressalta-se que esse modelo guarda estreita correspondência com o terceiro e último tipo de *mentalidade militar pretoriana* de Huntington: o soldado construtor de instituições.
96 Além da obra de Huntington sobre o tema, destacam-se: JOHNSON, John J. *The Military and Society in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1964, p. 261; PAUKER, Guy. Southeast Asia as a Problem Area in the Next Decade, in *World Politics*, XI, Apr. 1959; RUSTOW, Dankwart A. *Political Modernization in Japan and Turkey*. Princeton: University Press, 1964; e, no Brasil, PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
97 JOHNSON, John J., *op. cit.*, p. 261.
98 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1971, p. 249.
99 *Idem*, p. 249.
100 *Ibidem*, p. 250.
101 *Ib.*, p. 273.
102 *Ib.*, p. 250.
103 “A institucionalização do poder significa a limitação do poder que o líder carismático, do contrário, talvez exercesse pessoal e arbitrariamente. O aspirante a construtor de instituições precisa de poder pessoal para criar instituições, mas não pode criar instituições sem abrir mão de seu poder pessoal. A autoridade institucional é o oposto da autoridade carismática e os líderes carismáticos se destroem quando tentam criar instituições estáveis de ordem pública”. HUNTINGTON, *op. cit.*, 1971, p. 250.
104 “Os dados sugerem, porém, que nem estudantes, nem grupos religiosos desempenham um papel construtivo no desenvolvimento das instituições políticas. Por sua própria natureza, os estudantes são contrários à ordem existente e são em geral incapazes de constituir autoridade ou de estabelecer princípios de legitimidade. Há numerosos casos de manifestações, desordens e revoltas estudantis e religiosas, mas nenhum caso de governo estudantil e bem poucos de governo religioso”. HUNTINGTON, *op. cit.*, 1971, p. 250.
105 “Ao contrário de um líder carismático ou dos líderes de uma determinada força social, os líderes militares não se veem diante de um dilema insolúvel no desenvolvimento de instituições políticas. Como um grupo, a junta militar pode conservar o poder ao mesmo tempo em que o institucionaliza. Não há um conflito necessário entre os seus interesses pessoais e os da institucionalização política”. HUNTINGTON, *op. cit.*, 1971, p. 254.
106 *Idem*, p. 251.
107 *Ibidem*, p. 252.
108 *Ib.*
109 *Ib.*
110 *Ib.*, p. 252. Huntington acrescenta que devido à hostilidade que surge entre os segmentos mais articulados da classe média, não é comum a aliança entre cérebros e canhões; e quando ocorre dura pouco. A outra possibilidade, da união entre a *intelligentsia* e os camponeses, normalmente, conduz a revoluções.
111 *Ib.*, p. 252.
112 *Ib.*, p. 254.
113 Discurso do Marechal de Campo Mohammad Ayub Khan, em Karachi (16-6-1960). Citado em D. P. SINGHAL, *The New Constitution of Pakistan*, in *Asian Survey*, 2 ago. 1962, p. 17.
114 Gamal Abdel Nasser, *Speeches Delivered in the Northern Region* (fev. e mar. 1961), p. 88. Citado em PERLMUTTER, Angus. *Egypt's Destiny*. Garden City: Doubleday and Company, 1955. p. 37.
115 Citado em Brian CROZIER, *The Morning After*. Londres: Methuen and Company, 1963.

- p. 73.
- 116 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1971, p. 256
- 117 *Idem*, pp. 257-272, apresenta longa descrição das diversas tentativas realizadas ao redor do mundo, dentre as quais as seguintes: *Agrupamento da Libertação* (1953), de Nasser, no Egito, substituído pela *União Nacional* (1957), seguida da *União Socialista Árabe* (1962); *Associação de Solidariedade Nacional*, na Birmânia (1958-1960); *Democracias Básicas* (1958), com a instauração de *Conselhos*, a partir da representação de cada mil habitantes, até alcançar todo o país, por Ayub Khan no Paquistão.
- 118 *Ibidem*, p. 272.
- 119 *Ib.*
- 120 *Ib.*, p. 273.
- 121 *Ib.*
- 122 STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.
- 123 *Idem*, p. 49.
- 124 Vale registrar o ocorrido na sessão do Clube Militar de 24 de Junho de 1922, Cf. relatado por Nelson Werneck SODRÉ, em *A História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 202 a 208, ocasião em que o Tenente Gwaiier, em debate antológico, acusa oficiais gerais presentes de diversos crimes, contravenções, prevaricações etc; ou nos artigos de Jarbas Passarinho, na década de 1950, na Revista do Clube Militar, escritas sob pseudônimo e denominadas de *Cartas ao Quincas*; dentre muitas outras manifestações.
- 125 Alfred STEPAN, em *Os Militares na Política*, referindo-se aos cadetes matriculados entre 1941 e 1943 e 1962 e 1964, apresenta, respectivamente, 76,4% e 78,2%, como sendo oriundos da classe média. *Idem*, p. 29.
- 126 Definidos por HUNTINGTON, em *O Soldado e o Estado*, p. 109-112. Huntington trata o que Stepan chama de modelos por éticas profissionais e as relaciona com diversas ideologias. Stepan não cita a ética/modelo fascista, cita o aristocrático e chama o modelo do controle objetivo de profissional.
- 127 Segundo STEPAN, 1971, p. 52, a inspiração para o termo vem do poder moderador atribuído ao Imperador durante a monarquia, pelo qual ele detinha a faculdade constitucional de intervir no conflito político em épocas de impasse institucional. Para muitos brasileiros, após a queda da Monarquia, em 1889, os militares não só assumiram como, também, foi delegado a eles o tradicional poder moderador.
- 128 STEPAN, 1971, *op. cit.*, p. 49.
- 129 *Idem*, pp. 50-1
- 130 *Ibidem*, p. 50.
- 131 *Ib.*, p. 51.
- 132 *Ib.*, p. 53.
- 133 *Ib.*
- 134 Cf. STEPAN, 1971, p. 54-56, entre outros episódios sobre a extensa utilização do apoio dos Ministros Militares pelos Presidentes da República, são citados os seguintes: em 1937, para a instituição do Estado Novo; a manobra mal sucedida de Jânio Quadros para voltar com mais poderes, malograda, segundo o próprio Jânio devido à “hesitação” dos militares; e as manobras de João Goulart para retomar seus poderes, retirados em ação forçada pelos Ministros Militares na crise de 1961, inclusive com vistas grossas às ameaças implícitas ao Congresso, formuladas pelo General Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército.
- 135 J.J. Faust, em *A Revolução Devora seus Presidentes*, Rio de Janeiro: Saga, 1965. Citado em STEPAN, p. 55.
- 136 STEPAN, 1971, *op. cit.*, p. 57.
- 137 *Idem*, p. 57.
- 138 *Ibidem*, p. 58.
- 139 Por exemplo, em 1946, no Art. 176: “As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei”; e o Art. 177: “Destinam-se as Forças Armadas a

- defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem". Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2010.
- 140 STEPAN, 1971, *op. cit.*, p. 60.
- 141 PINTO, *op. cit.*, 2011, p. 66, nota 58.
- 142 SCHMITT, notável constitucionalista alemão, viria a dar sustentáculo teórico à edição dos Atos Institucionais e ao conceito de Revolução, utilizados no Regime Civil e Militar; inseminados pelas mãos de dois não menos notórios juristas brasileiros, Carlos Medeiros Silva e Francisco Campos; este último, autor da Constituição que instituiu o Estado Novo, em 1937, cuja revisão foi executada pelo primeiro.
- 143 Cf. PASQUINO, Gianfranco, Autoritarismo, in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, 11 ed., 2 v., Brasília: Universidade de Brasília, 1998. pp. 95-104.
- 144 *Apud* PASQUINO, *op. cit.*, p. 101.
- 145 ALMOND, G., POWELL, G. B., *Comparative Politics: A Developmental Approach*, Boston: Little, Brown, 1966. *Apud* PASQUINO.
- 146 PASQUINO, *op. cit.*, p. 102.
- 147 LINZ, Juan J. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000. p. 159. [T.A.]
- 148 LINZ, Juan J. An authoritarian regime: Spain. In: ALLARDT, Erik, LITTUNEN, Yrjo (Eds.). *Cleavages, ideologies and party systems*. Helsinki: Wesiermarck Society, 1964. *Apud* PASQUINO, *op. cit.*, p. 102.
- 149 Cf. LINZ, Juan J. Crisis, Breakdown and Reequilibration. In: LINZ, Juan, STEPAN, Alfred. *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1978; e The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil, in STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973. 233-54.
- 150 Cf. O'DONNELL, Corporatism and the question of the State. In: MALLOY, James. *Authoritarianism and corporativism in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977. pp. 93-94.
- 151 Juntamente com o pluralismo, sindicalismo, monismo, dualismo etc, constitui uma das formas de arranjo *institucional* "para a vinculação dos interesses socialmente organizados da sociedade civil com as estruturas decisórias com o Estado". *Idem*, MALLOY, *op. cit.*, 1977, p. 86.
- 152 MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- 153 SCHMITTER, Phillipe. Still the Century of Corporatism? In: *The Review of Politics*, v. 1, n. 36, pp. 85-131, 1974.
- 154 Cf. SCHMITTER, Phillipe. The Portugalization of Brazil?. In: STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973. pp.179-232.
- 155 O'DONNELL, Guillermo. *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1973.
- O'DONNELL, Guillermo. Modernization and Military Coups: Theory, Comparisons and the Argentine Case. In: LOWENTHAL, A., FITCH, S. (Eds.). *Armies and Politics in Latin America*. New York: Holmes & Meies, 1986.
- 156 O'DONNELL, Guillermo. Corporatism and the Question of the State, in James Malloy. In: *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.
- 157 O'DONNELL, Guillermo. Desenvolvimento político ou mudança política? In: Paulo Sérgio Pinheiro (Org.) *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- 158 O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os estados burocráticos-autoritários*. Rio de Janeiro, Vértice, 1987. Outras obras relacionadas ao tema: Reply to Remmer and Merckx, in *Latin American Research Review*, XVII(2), pp. 41-50, 1982; Tensões no estado

- burocrático-autoritário e a questão da democracia, in *Contrapontos: autoritarismo e democratização*, São Paulo, Vértice, 1986, pp. 15-43; Bureaucratic-Authoritarianism: Argentina, 1966-73, in *Comparative Perspective*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.
- 159 APTER, David. *The politics of modernization*. Chicago: University of Chicago Press, 1965.
- 160 O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocráticos-autoritários*, Rio de Janeiro, Vértice, 1987. pp. 18-9.
- 161 MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- 162 MARTINS FILHO, *op. cit.*, p. 23.
- 163 CARDOSO, Fernando H. *O modelo político brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Difel, 1979.
- 164 PASQUINO, *op. cit.*, p. 96. Sobre essa característica humana, Pasquino cita, descreve e recomenda as obras *Escape from Freedom* (traduzida no Brasil como *O Medo à Liberdade*), de Erich Fromm, New York: Farrar & Rinehart, 1941, sobre o caráter autoritário; Theodor W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford, *The Authoritarian Personality* (A Personalidade Autoritária), Nova York: Harper 1950; e Seymour M. Lipset sobre o “autoritarismo da classe trabalhadora”.
Considerando-se que não há literatura ou estudos científicos que ressaltem nitidamente tais características de personalidade nos Presidentes ou no alto escalão civil e militar do período em estudo, como ocorre com Getúlio Vargas por exemplo, tal perspectiva de análise não receberá maiores aprofundamentos nesta investigação. Mesmo Francisco Campos ou Carlos Medeiros, mentores dos Atos Institucionais do Regime Militar, não receberam rótulos como personalidades autoritárias, apesar do seu engajamento com aspectos da estrutura política e da ideologia do *regime* que podem ser considerados como autoritários, como será visto adiante, nesta mesma subseção.
- 165 *Idem*, p. 96-7.
- 166 *Ibidem*, p. 96.
- 167 *Ib.*
- 168 SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Alianza Universidad Textos, 2003. p. 34.
- 169 *Idem*, p. 29.
- 170 *Ibidem*, p. 20. (T.A.)
- 171 *Ib.*, p. 94. (T.A.)
- 172 *Ib.*, p. 104. (T.A.)
- 173 *Ib.*, p. 31. (T.A.)
- 174 *Ib.*
- 175 MACEDO Jr., Ronaldo Porto. *Carl Schmitt e a fundamentação do direito*. São Paulo: Max Limonad, 2001, pp. 39-40.
- 176 SCHMITT, Carl. *La Defensa de la Constitución*. Madrid: Tecnos, 1998.
- 177 SCHMITT, Carl. *Teologia Política*, Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 7.
- 178 SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político: Teoria do Partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- 179 Para maior aprofundamento sobre essa importante questão, pouco conhecida mesmo no meio científico, v. VALÉRIO, O. L. S., *A Toga e a Farda: o Supremo Tribunal e o Regime Militar (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado em Direito – Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Os Atos Institucionais, no que se relaciona com o objeto desta obra, serão analisados em próxima seção.
- 180 No Brasil, no âmbito acadêmico, João Roberto Martins Filho defendeu o enquadramento do Regime Civil e Militar na categoria de “ditadura”, qualificada como militar, tendo constituído longa árvore de seguidores. Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

- 181 STOPPINO, Mario, Ditadura, in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, 11 ed., 2 v., Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 368-374.
- 182 *Idem*, p. 368.
- 183 *Ibidem*, p. 368. Para o autor, “A instituição da Ditadura acima descrita é peculiar da República romana, para a qual constituía quase uma necessidade, considerando o grau muito marcante de divisão e de limitação do poder que distinguia sua fisionomia constitucional: pluralidade das assembleias, multiplicidade das magistraturas, sua organização como um colegiado (com direito de veto), sua breve duração (ordinariamente um ano).”
- 184 A concentração tem a sua acepção tomada *in contradictio* à divisão do poder, de fato e de direito, que sói acontecer nas democracias liberais.
- 185 O caráter absoluto está relacionado com as monarquias absolutistas que regeram a Europa entre os séculos XVI e XVIII, situação na qual poderes *indivisos* são exercidos sem limitação de leis.
- 186 STOPPINO, *op. cit.*, p. 368.
- 187 *Idem*, pp. 368-9.
- 188 *Ibidem*, 371.
- 189 *Ib.*, pp. 371-2.
- 190 *Ib.*, p. 373.
- 191 *Ib.*, p. 374.
- 192 *Ib.*, p. 369.
- 193 *Ib.*
- 194 *Ib.*
- 195 *Ib.*, p. 370.
- 196 *Ib.*
- 197 A querela procedia de longa data. César pertencia à facção popular do Senado e havia amealhado rivalidade com os conservadores (*Optimates*), que desconfiavam das suas ambições. Após brilhante carreira política e militar, proporcionando enorme expansão territorial para Roma, em 50 a. C. recebeu ordem de regresso, desmobilização das suas legiões e proibição de se candidatar a Cônsul, a magistratura máxima. Tais medidas afetariam o seu *imperium* (o comando militar, concedido pelo Senado e o povo, que lhe proporcionava poderes extraordinários, para serem exercidos, naturalmente, fora de Roma); e poderiam custar-lhe a própria vida.
- 198 Em 10 de janeiro de 49 a. C., ultrapassa os limites de Roma, no famoso rio Rubicão, e profere as palavras “*alea jacta est*” (a sorte está lançada).
- 199 Título máximo de uma das principais ordens honoríficas romanas.
- 200 O cesarismo, que se procura sintetizar nesta seção, foi objeto de estudos de diversos autores, dos quais são destacados os seguintes: JANOWITZ, Morris. *The Military in the Political Development of New Nation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964; GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; JAGUARIBE, Hélio. *Economic and Political Development: a Theoretical Approach, in the Brazilian Case Study*. Cambridge: Harvard University Press, 1968; NUN, José. América Latina: la crisis hegemónica y el golpe militar, in *Desarrollo Económico*, v. 6, n. 22-23, jul./dez. 1966; e MORAES, João Quartim de. O Argumento da Força, in *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- 201 GUARNIERI, Carlo, Cesarismo, in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, 11 ed., 2 v., Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 160-1.
- 202 MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956.
- 203 ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- 204 Citado por GUARNIERI, *op. cit.*, p. 161.
- 205 *Idem*.
- 206 *Ibidem*.

- 207 Citado por GUARNIERI, *op. cit.*, p. 161
- 208 *Idem*, pp. 162-3.
- 209 *Ibidem*, p. 161.
- 210 *Ib.*, p. 161.
- 211 *Ib.*, p. 162.
- 212 *Ib.*
- 213 *Ib.*
- 214 NUN, José. América Latina: la crisis hegemónica y el golpe militar. In: *Desarrollo Económico*, v. 6, n. 22-23, jul./dez., 1966.
- 215 GUARNIERI, *op. cit.*, p. 162.
- 216 MORAES, João Quartim de. O Argumento da Força, in *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 12. Nesse caso o pretorianismo tem a conotação original, não aquela de Rappoport ou Huntington.
- 217 *Idem*, p. 12.
- 218 *Ibidem*, pp. 19-20.
- 219 *Ib.*, p. 22.
- 220 *Ib.*, pp. 26. [sem itálico no original]
- 221 Uma das argumentações desenvolvidas no artigo de Quartim de Moraes, no mesmo diapasão de João Roberto Martins Filho, trata de demonstrar que se trata de ditadura militar.
- 222 *Ib.*, p. 27.
- 223 *Ib.*, p. 29.
- 224 JANOWITZ, Morris. *The military in the political development of new nations*. Chicago: University of Chicago, 1964. pp. 8-9.
- 225 NUN, José. América Latina: la crisis hegemónica y el golpe militar. In: *Desarrollo Económico*, jul./dez. 1966.
- 226 MORAES, *op. cit.*, p. 31. As noções de cesarismo progressivo e regressivo, também, advêm de Gramsci, querendo dizer o primeiro a “criação de um novo tipo de Estado, compatibilizando forças sociais em conflito não antagonico e abrindo caminho para as tendências progressistas do movimento histórico” (*Idem*, p. 33). Tais conceitos serão melhor explicitados no bonapartismo.
- 227 *Idem*, p. 32.
- 228 *Ibidem*, p. 35.
- 229 Seria “a da frente popular que se gestava no Comando Geral dos Trabalhadores, na mobilização crescente dos camponeses, na Frente de Mobilização Popular, nos centros populares de cultura, na UNE etc”. *Idem*, p. 36.
- 230 *Ib.*, p. 32.
- 231 GUARNIERI, *op. cit.*, p. 163.
- 232 PISTONE, Sérgio, Bonapartismo, in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, 11. ed., 2 v., Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 119.
- 233 *Idem*, p. 119.
- 234 *Ibidem*, p. 119.
- 235 *Ib.*
- 236 Cf. citado em GUARNIERI, *op. cit.*, p. 163.
- 237 MORAES, *op. cit.*, p. 33.
- 238 GUARNIERI, *op. cit.*, p. 161.
- 239 PISTONE, *op. cit.*, p. 120.
- 240 MORAES, *op. cit.*, p. 13.
- 241 *Idem*, p. 15.
- 242 *Ibidem*, p. 16.
- 243 *Ib.*, p. 17.
- 244 *Ib.*, p. 19. [sem itálico no original]
- 245 GRAMSCI, Antonio. *Note sul Machiavelli, sulla Política e sullo Stato Moderno*. Roma: Riuniti, 1971. pp. 86-87. *Apud* MORAES, *op. cit.*, p. 19.
- 246 MORAES, *op. cit.*, p. 19.

CAPÍTULO 4: COMUNISMO, ANTICOMUNISMO E RESISTÊNCIAS

- 1 CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro: Zahar, 1990, pp. 33-4 (obra decorrente de investigação para Dissertação de Mestrado a ser abordada na próxima seção).
- 2 Por exemplo, apenas para citar alguns aspectos: o indivíduo social militarizado; o papel e o *status* do indivíduo na instituição militar; relações sociais, ensino, processos sociais, burocracia e mentalidade militar; normas de conduta; espírito de corpo etc.
- 3 Marcel MERLE, *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- 4 Apesar da finalidade do seu estudo estar voltada para as relações internacionais, considera-se que suas análises são aplicáveis ao objeto desta pesquisa.
- 5 Seria o caso dos seguidores da filosofia utilitarista, dos teóricos do liberalismo econômico, dos realistas, dos racionalistas e, mesmo, de Karl Marx, em *A ideologia alemã* (1846), onde o autor “recusa qualquer autonomia a sistemas de pensamento, que nada mais são que a produção, no plano intelectual, e a justificação, no plano moral, das situações concretas na qual seus autores se encontram”[...] “Segundo esta interpretação, todos os sistemas de pensamento não passam de um disfarce da defesa de interesses e o papel da diligência científica consiste então em desalojar os interesses que se escondem atrás da cobertura das ideologias”. (MERLE, *op. cit.*, pp. 191-2).
- 6 Da mesma forma como não são suficientes para explicar certos comportamentos como nos casos de interferências, nas decisões estatais e particulares, da paranóia de Chefes de Estado, como Adolf Hitler, de complexos psicológicos, como Woodrow Wilson, dos efeitos da xenofobia, preconceitos e, até mesmo, da busca de prestígio nas decisões econômicas em detrimento da rentabilidade e economia do governo; dentre outras.
- 7 MERLE, *op. cit.*, p. 194 e 196.
- 8 *Idem*, p. 196.
- 9 *Ibidem*.
- 10 *Ib.*, p. 196.
- 11 *Ib.*, p. 197.
- 12 Apesar de fora do escopo deste trabalho e para não deixar de referenciar “as *utopias* são uma combinação da ideologia e do mito, sendo este último uma projeção no futuro do polo de atração que sustenta e informa a ideologia. A título de exemplo, podemos citar o mundialismo que comporta uma explicação coerente da desordem estabelecida e uma incitação à procura de soluções na transformação radical das estruturas”. MERLE, p. 198.
- 13 Cf. MERLE, *op. cit.*, p. 201, “Todos os governos são nacionalistas por definição, pelo fato de se apresentarem como os defensores de uma comunidade determinada face às pretensões dos outros [...] Devido à mesma razão, os partidos políticos, visando à conquista ou o exercício do poder, hão de ser nacionalistas. Mesmo quando tentam conseguir o triunfo de uma outra forma de organização social (por exemplo, o internacionalismo proletário) têm de demonstrar primeiro que este objetivo é conforme ao interesse da comunidade nacional - o que os leva a pedir emprestados os temas e a linguagem daqueles que querem combater”, o que justifica o “furor com o qual o partido comunista francês defendeu a independência nacional, durante a campanha eleitoral de 1973”.
- 14 MERLE, *op. cit.*, p. 203.
- 15 *Idem*, p. 203.
- 16 Luciano BONET, in Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO, *Dicionário de Política*, 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- 17 *Idem*, p. 34.
- 18 *Ibidem*.
- 19 BONET, in BOBBIO, p. 34.
- 20 De acordo com o, “Que se opõe às ideias políticas de liberdade individual e coletiva”. In Dicionário Michaelis, *Uol Busca*. Disponível em:< <http://dic.busca.uol.com.br/result.html>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

- 21 Luciano BONET, *op. cit.*, pp. 34-35.
- 22 Fato que ocorreria por meio de “programas e realizações concretas, buscando-se assim privar de conteúdo os motivos que seriam a base principal da adesão e do voto aos partidos comunistas” e “na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas”; quando o anticomunismo “converte-se então em critério discriminante na formação das coalizões: de um lado, as forças não dispostas à colaboração com os comunistas (a chamada prejudicial anticomunista), do outro, os comunistas e as eventuais oposições da extrema esquerda”. Cf. BONET, *op. cit.*, p. 35.
- 23 Luciano BONET, *op. cit.*, p. 35.
- 24 Macarthismo, termo originado a partir do nome do Senador direitista Joseph McCarthy, compreende um período de intenso anticomunismo, perseguição política e desrespeito aos direitos civis nos Estados Unidos que durou do fim da década de 1940 até meados da década de 1950, época em que o medo do comunismo e da sua influência nas instituições norte-americanas tornou-se exacerbado e, em função disso, muitos milhares de americanos - do serviço público, indústria do espetáculo, cientistas, educadores e sindicalistas - foram acusados de ser comunistas ou filocomunistas. Objetos de investigações agressivas, perderam empregos, tiveram suas carreiras destruídas, foram presos e muitos se suicidaram. Na área cultural houve uma verdadeira “caça às bruxas”, atingindo atores, diretores e roteiristas que, durante a guerra, manifestaram-se a favor da aliança com a União Soviética e, depois, a favor de medidas para garantir a paz e evitar nova guerra e perdeu até que a própria opinião pública americana ficasse indignada com as flagrantes violações dos direitos individuais. Caso famoso, nesta época, ocorreu com Charlie Chaplin. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Macartismo>>. Acesso em: 29/12/2010.
- 25 Sob o prisma histórico, os comunistas brasileiros devem seus nomes aos seguidores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), filiado ao Movimento Comunista Internacional da cepa soviética. Entretanto, após o V Congresso Nacional do PCB de 1960, quando ficou assentado o caminho democrático para conquista do poder e, particularmente, após a cisão comunista chinesa e albanesa, variados movimentos comunistas revolucionários passaram a ter atuação destacada. Em discordância com a opção adotada pela *celula mater* do comunismo, entrariam em atividade vulcânica para a instauração de um regime comunista no Brasil, expelindo profusamente facções e chamadas de violência em todas as direções, em conflito insurreccional fratricida, que envolveria, afinal, os famosos justicamentos de seus próprios membros.
- 26 FOUCAULT formulou a questão do poder ao estudar a história da penalidade, direcionando-a, então, especificamente, aos indivíduos enclausurados, sobre os quais incidia uma tecnologia própria de controle, que não era exclusiva da prisão, mas se encontrava, também, em outras instituições como no hospital, no exército, na escola, na fábrica, o que denominou de disciplina ou poder disciplinador. *Op. cit.*, p. XVI.
- 27 PINTO, José Cimar Rodrigues. *Relações civis e militares: a influência da direita radical entre 1954 e 1964*, Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.
- 28 “Por uma genealogia do poder”, FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, p. VII-XXIII.
- 29 MACHADO cita: *História da Loucura?* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e as Coisas* (1966), *A Arqueologia do Saber* (1969), *Vigiar e Punir* (1975) e *A Vontade de Saber* (1976).
- 30 FOUCAULT, 2007, p. X.
- 31 MACHADO afirma que “Uma coisa não se pode negar às análises genealógicas do poder: elas produziram um importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder. Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas precisas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo de sexualidade, Foucault, a partir de uma evidência fornecida pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre Estado e poder”. (FOUCAULT, 2007, p. XI)

- 32 FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, p. X.
- 33 *Idem*, p. X.
- 34 *Ibidem*, p. XII.
- 35 *Ib.*, pp. XII-XIII.
- 36 *Ib.*, p. XIV-XV. [sem itálico no original]

CAPÍTULO 5: A INFLEXÃO: ANTIMODELO DO ENQUADRAMENTO

- 1 VIANA Filho, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Porto Alegre: José Olympio, 1975, p. 59.
- 2 MELLO, Jayme Portella de. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979, p. 383.
- 3 MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Honrando o Compromisso*. Mensagem transmitida do Palácio das Laranjeiras, por rede nacional de rádio e televisão. Brasília: Biblioteca Digital da Presidência, 30 out. 1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/27/view>>. Acesso em: 10/03/2016.
- 4 GEISEL, primeiro Presidente eleito por Colégio Eleitoral, in *O Globo*, Rio de Janeiro, ano XLIX, n. 14.719, p. 6, 16 jan. 1974. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019740116>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- 5 FIGUEIREDO eleito propõe a conciliação nacional. (1978), in *O Globo*, Rio de Janeiro, ano LIV, n. 16.437, p. 1, 16 out. 1976. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019781016>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- 6 DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, pp. 21-2 e 39.
- 7 INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (Brasil). *IPEA 46 anos: o Brasil em 4 décadas*. Brasília: IPEA, 2010, p. 17.
- 8 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Dados Estatísticos*. v. 8. Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.
- 9 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Dados Estatísticos*. v. 9. Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1970. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.
- 10 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Dados Estatísticos*. v. 11. Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.

PARTE II: ANTECEDENTES HISTÓRICOS AO 31 DE MARÇO DE 1964

CAPÍTULO 6: PRECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO MILITAR NA POLÍTICA

- 1 ROCHE, Jean. Resumo da Conferência de Albert Camus, sob o título de “A Europa e o morticínio”, em Porto Alegre, no ano de 1949. In *Revista Província da São Pedro*, n. 14, p. 38.
- 2 Registra-se que, nos dicionários, revoltas, rebeliões, insurreições, motins, são tratados como sinônimos (representando os atos de revolta, de rebelar-se etc.) e que guardam semelhanças entre si. Revolução, aqui, tem esse mesmo sentido, uma vez que o Brasil não testemunhou essa manifestação em seu sentido clássico, como um movimento súbito e generalizado, por meio do qual uma grande parte do povo tenha conquistado, pela força, o governo do país, a fim de dar-lhe outra direção política, causando uma mudança completa de regime, acompanhada de reformas profundas e transformações violentas nas instituições políticas e sociais. Cf. PINTO, *op. cit.*, 2011, p. 50.
- 3 Para uma apreciação abalizada do período ver: CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*, t. III, v. 2: *Sociedade e Instituições* (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1978.

- 4 Cf. in PINTO, *op. cit.*, 2011, p. 51. Tenentismo foi o nome dado ao movimento político-militar, entre 1920 e 1935, que, sob a liderança dos então “tenentes” de 1920, conduziu diversas rebeliões de jovens oficiais de baixa e, depois, média patentes do Exército e da Marinha do Brasil. Esses oficiais, por meio de suas insurreições, expressavam seu descontentamento com a situação política do país. Não tinham ideologia manifesta e propunham reformas na estrutura de poder pátrio. MOVIMENTO Tenentista. Rio de Janeiro: CPDOC. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Dossiês. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/Busca_Consultar.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- 5 Esta cronologia toma por base a descrição contida em PINTO, *op. cit.*, 2011, pp. 50-2.
- 6 A imagem de inclusão no ocidentalismo que alimentou gerações de brasileiros foi desfeita por HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Trad. de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. Ao colocar esta porção do mundo entre os latinos, desvelou suas verdadeiras convicções na obra *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*, New York: Simon & Schuster, 2004, onde explicita a ameaça populacional e cultural que essa parcela representa para aquela anglo-saxônica, para ele, única verdadeiramente ocidental que, até agora, prepondera nos Estados Unidos da América.
- 7 Cf. HUNTINGTON, Samuel P. em *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, São Paulo: Forense/ EDUSP, 1975.
- 8 Em 1960, 54,92% da população concentrava-se na área rural; em 1970 eram 55,94% nas áreas urbanas, chegando a 67,59% em 1980. Cf. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (Brasil), *IPEA 46 anos: o Brasil em 4 décadas*. Brasília: IPEA, 2010, p. 41 e 73.
- 9 Em 1956, 26,6% do PIB; em 1960, 33,2% do PIB, até 1968. *Idem* IPEA, *op. cit.*, p. 27.
- 10 Em acréscimo à exorbitância concedida aos militares, frequentemente citada nesta obra, de discricionariedade perante os Poderes republicanos, a Constituição de 1946 criou diversos outros problemas, além da manutenção dos já existentes nas anteriores, dentre outros: a possibilidade de convivência do Presidente da República de um partido político com Vice-Presidente de outro; condições de ingovernabilidade para o Executivo, pela fragmentação excessiva dos partidos políticos, situação que conduzia a frequentes crises de hegemonia e, ao final, levou ao engessamento do governo e à *débâcle* de 1964, ideia esposada, dentre outros, por Wanderley Guilherme dos Santos, em Tese de Doutorado publicada no livro *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*, São Paulo: Vértice, 1986.
- 11 Cf. DREIFUSS, *op. cit.*, 1981, p. 24.
- 12 Pelego é denominado o couro da ovelha, que tem várias utilidades, particularmente no sul do Brasil, dentre elas a de servir para amaciar a sela do cavalo que o cavaleiro monta. Da similitude com a atividade desempenhada pelos Presidentes de Sindicato, como amaciadores da montaria pelo Estado, surgiu a denominação de pelegos para eles. Cf. PINTO, *op. cit.*, 2011, p. 56.
- 13 DREIFUSS, *op. cit.*, Nota 55, p. 21-22; e Nota 9, p. 39.
- 14 Cf. em IPEA, *op. cit.*, p. 17.
- 15 *Idem*.
- 16 O termo sintônico quer dizer que a essência da dominação da oligarquia agrocomercial na aliança política vigente era mantida em razoável harmonia, apesar das contradições intrínsecas ao sistema, tendentes a gerar conflitos periódicos, particularmente com as novas classes industrial e média.
- 17 DREIFUSS, *op. cit.*, 1981, Nota 55, p. 43.
- 18 *Idem*, p. 27.
- 19 IPEA, *op. cit.*, p. 82.
- 20 FERREIRA, *op. cit.*, 2004, sem numeração de páginas.
- 21 DREIFUSS, *op. cit.*, p. 24, acrescenta que “o estabelecimento de um salário mínimo em 1939 permitiu um nivelamento de salário para a força de trabalho urbana pelo grau mais baixo possível da escala, isto é, a nível de subsistência. Dada a relativa escassez de mão-de-obra qualificada e semiquificada, o estabelecimento de um salário mínimo

- impediu que as forças de mercado estabelecessem salários de equilíbrio em níveis mais altos o que tenderia a inibir uma expansão mais fácil da industrialização capitalista”.
- 22 FERREIRA, *op. cit.*
- 23 *Idem.*
- 24 *Ibidem.*
- 25 *Ib.*
- 26 *Ib.*
- 27 *Ib.*
- 28 *Ib.* [Sem negrito no original]
- 29 *Ib.*
- 30 *Ib..*
- 31 *Ib.*
- 32 *Ib.*
- 33 *Ib.*
- 34 *Ib.*
- 35 Para uma explanação mais detalhada sobre os anticomunistas, suas inspirações e ações, abrigados em diversas facções de direita, inclusive radicais, ver PINTO, *op. cit.*, 2011, particularmente as subseções 4.7 e 4.8, pp. 81-100.
- 36 De acordo como *Novo Dicionário Aurélio*, 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, solércia é uma qualidade de solerte (pessoa sagaz, manhosa ou velhaca); ardil, astúcia, manha.
- 37 PINTO, *op.cit.*, 2011, p. 55.
- 38 OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *Além da Anistia, Aquém da Verdade: O percurso da Comissão Nacional da Verdade*. Curitiba: Prismas, 2015, 348 p.
- 39 STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.
- 40 René Armand DREIFUSS em *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Petrópolis: Vozes, 1981, p. 21 afirma que: “Até 1930, o Estado Brasileiro foi liderado por uma oligarquia agro-industrial [...]”, à qual se deve adicionar a corrupção endêmica e a manipulação eleitoral em eleições censitárias.
- 41 PINTO, *op. cit.*, 2011, p. 71.
- 42 SODRÊ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. pp. 408 e 410.
- 43 *Idem.*

CAPÍTULO 7: PRELÚDIO DA REVIRAVOLTA

- 1 SODRÊ, *op. cit.*, p. 202- 208. O debate está transcrito em PINTO, *op. cit.*, 2011, Apêndice 8.1, p. 142.
- 2 PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, Meu Pai*, Porto Alegre: Globo, 1960, p. 346.
- 3 SODRÊ, *op. cit.*, p. 245.
- 4 ARGOLO, José Amaral; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. pp. 92-3.
- 5 Existia uma categoria especial de militares que, ademais de serem simpatizantes da esquerda, agiam como os políticos populistas, causando especial aversão no segmento conservador e adepto de maior profissionalismo. Era o caso, por exemplo, do Almirante (Fuzileiro Naval) Cândido Aragão. Como ilustração da modalidade de atuação, na sua administração, o Corpo de Fuzileiros Navais passou a deter descomunal quantidade de caminhões pipa, para transporte de água, conforme consta nas fotografias da época, disponíveis no seu Museu. Tratava-se de substância escassa no Rio de Janeiro. Assim, era comum, segundo os testemunhos da época, uma intensa atividade desses veículos para atender as residências de Senadores e Deputados que solicitavam o serviço, na maior parte, feitas diretamente por esposas, familiares e outros, em detrimento das necessidades da corporação. Posteriormente, por ocasião dos motins de marinheiros e fuzileiros, recebeu, para a repugnância geral, o título de almirante do povo. Mais sobre Aragão, ver Nota 88, em PINTO, *op. cit.*, p. 98.

- 6 MAGALHÃES JUNIOR, R. *Antologia de Humorismo e Sátira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. p. 257.
- 7 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 113-14.
- 8 De acordo com Francisco Dornelles, sobrinho e, então, Secretário Particular do Primeiro-Ministro Tancredo Neves, em março de 1962 ele recebeu um telefonema da sua tia, casada com o irmão do General Castelo Branco que lhe informava haver três vagas para General de Exército; que fora informada, duas seriam da indicação de João Goulart e que a terceira seria de Tancredo Neves; solicitava-lhe interferir, pois já havia falado com o seu irmão, pai de Francisco Dornelles, e ele dissera que se fosse falar seria para ele não ser promovido. Encaminhou o pleito a Tancredo que “apadrinhou” a promoção. Cf. in TENDLER, Silvio. *Tancredo: a Travessia*, Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BDmPloadSPc>>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- 9 SODRÉ, *op. cit.*, p. 367.
- 10 *Idem*, p. 382.
- 11 Depoimento do Governador Brizola, em *O Cruzeiro*, Rio, de 2.XII.961, citado em SODRÉ, *op. cit.*, p. 382-3.
- 12 Consistia em uma das inúmeras organizações radicais de esquerda que se preparavam para a tomada do poder. As Instruções aos militantes podem ser encontradas transcritas em PINTO, *op. cit.*, 2011, Apêndice 8.11, p. 175.
- 13 Cf. PINTO, *op. cit.*, 2011, pp. 70-2.
- 14 DREIFUSS, *op. cit.*, 1981, p. 380.
- 15 MARTINS, Hélio Leôncio. Gestão Ministerial do Almirante Ângelo Nolasco e a Renúncia de Janio Quadros: Recordações. In *Revista Marítima Brasileira*, v. 137, Suplemento, pp. 263-64.

PARTE III: O REGIME CIVIL E MILITAR DE 1964

CAPÍTULO 8: O REGIME CIVIL E MILITAR ANTES DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

- 1 FIGUEIREDO, Eurico de Lima, em *Os Militares e a Democracia: Análise Estrutural da Ideologia do Presidente Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- 2 KLEIN, Lúcia e FIGUEIREDO, Marcus Faria. *Legitimidade e Coação no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- 3 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Trad.: Clóvis Marques. 4.^a Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- 4 VASCONCELOS, Cláudio Beserra. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese de Doutorado em História Social – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- 5 CHIRIÓ, Maud. *La politique des militaires: mobilisations et révoltes d’officiers sous la dictature brésilienne (1961-1978)*. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université Sorbonne, Paris 1, 2009. A tese foi publicada no Brasil sob o título *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*, Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- 6 ARGOLO, José Amaral, RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996; e ARGOLO, José Amaral e FORTUNATO, Luiz Alberto M. *Dos Quartéis à Espionagem: Caminhos e Desvios do Poder Militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- 7 Com exceção de Maria Helena Moreira Alves que estudou todo o período do Regime Civil e Militar, os demais abordaram, apenas, segmentos desse período, o que explica as limitações de seus trabalhos aqui apontadas. Quanto aquele de Alves é de estranhar que, na época da sua redação, já conhecidas as ações adotadas contra a fração direitista dos militares, estas não tenham sido levadas em consideração.
- 8 Cf. em PINTO, *op. cit.*, 2011.
- 9 PINTO, *op. cit.*, 2011.
- 10 BELLIGNI, Silvano. Extremismo, em BOBBIO, Norberto *et al.*, *Dicionário de Política*, Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 457-458.

- 11 COLOMBO, Arturo. Radicalismo, em BOBBIO, Norberto *et al.*, in *Dicionário de Política*, Brasília: Universidade de Brasília, p. 1062, 1998.
- 12 BELLIGNI, *op. cit.*, 1998, p. 457.
- 13 Cf. in PINTO, *op. cit.* Existe uma exceção digna de registro para a atuação do radicalismo de direita até 1964 (enquanto estavam em desvantagem), para o radicalismo de esquerda, após 1964 (quando a desvantagem se inverteu): os primeiros, apesar das suas inúmeras atividades extremistas, não causaram, diretamente, nenhuma vítima fatal, chegando membros partícipes (discordantes), inclusive, a avisar às autoridades antecipadamente sobre presumível ocorrência de vítimas – como foi o caso do planejado atentado à Exposição Soviética em 1963, neste caso expondo a própria organização à repressão que ocorreu, levando, ao final, à extinção do IBAD, em decorrência de CPI presidida pelo Deputado Federal Rubens B. Paiva (PTB); enquanto os segundos inauguraram a sua atuação com morte e injúrias a muitas vítimas e mantiveram os abomináveis “justiçamentos” de seus próprios membros, inclusive de inocentes, prática antiga dos comunistas. No seu retorno, mais tarde, a direita radical quase ao final, adotaria métodos que, sem incluir tais práticas, seriam similares aos dos seus antagonistas.
- 14 Para um levantamento detalhado dessas ações, assim como dos autores, cf. ARGOLLO, *op. cit.*, 1996 e 1997; e *ORVIL: Tentativas de Tomada do Poder*, inicialmente disseminado apocripadamente e, posteriormente, em 2012, sob a autoria do Tenente-Coronel Lucio Maciel e do Tenente José Conegundes do Nascimento, como organizadores, pela Editora Shoba, de Salto-SP, s/d. Segundo o Jornalista Lucas Figueiredo, que teve acesso a um dos quinze exemplares da primeira lavra, a obra foi confeccionada a mando do então Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves (1985-1989), por um grupo de trinta oficiais do exército do Centro de Informações do Exército (CIE), conhecedores do tema. O General Leônidas reconheceu a autoria da empreitada em entrevista, àquele jornalista, na mesma edição que publicou a existência e o conteúdo do livro no *Jornal Correio Brasiliense* de 15/04/2007. O conjunto da obra fez com que Lucas Figueiredo fosse agraciado com o Prêmio Esso de Reportagem 2007, com o tema *O livro secreto do Exército. Projeto Orvil*. Doravante será tratado como ORVIL.
- 15 PINTO, *op. cit.*
- 16 Conceito explicitado por Clausewitz significa “o centro de todo o poder e movimento, do qual tudo depende”. CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. 2 ed. Trad. de Maria Tereza Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- 17 Uma vez que no primeiro caso, reforçava a tendência dominante de inclinação do País à esquerda, enquanto na segunda não impedia tal resultado.
- 18 Segundo Campos Sales, quarto Presidente do Brasil: “A eleição do Presidente da República é o grande eixo da política nacional”. Citado em VIANA Filho, *op. cit.*, 1975, p. 58.
- 19 Em virtude da incipiente organização da Inteligência e do posicionamento firme contra os excessos de Castelo Branco, teve pequeno alcance inicial, o que levou à insatisfação dos segmentos *duros e radicais* do novo regime e a uma segunda onda repressiva, após o AI-2.
- 20 Na doutrina militar terrestre *ocupar* é uma tarefa atribuída quando não se sabe se haverá resistência. Quando há previsão de resistência o termo é *conquistar* e quando não há é *apossar-se*.
- 21 ARGOLLO *et al.*, *op. cit.*, 1996, p. 186-7.
- 22 Waldir Pires, Consultor Geral da República, um dos auxiliares de confiança de João Goulart, em depoimento no Seminário sobre os cinquenta anos do comício da Central do Brasil, revelou que San Tiago Dantas avisou ao Presidente, com três dias de antecedência, da presença da esquadra estadunidense nas costas brasileiras. Cf. COSTA, Mariana Timóteo; FARAH, Tatiana. Waldir Pires e Almino Afonso revelam como foi o 1º de abril de 1964 de Jango, in *O Globo Digital*, Rio de Janeiro, 01/04/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/waldir-pires-almino-afonso-revelam-como-foi-1-de-abril-de-1964-de-jango-12052900>>. Acesso em: 21 set. 2015.
Em 31 de março, Jango: “No meio da tarde passou a avaliar a situação junto a seus

- ministros. Sua estratégia era barrar o caminho de Mourão com tropas profissionais do Regimento Sampaio e intervir em Minas Gerais, depondo Magalhães Pinto. No entanto foi alertado por San Tiago Dantas de que o movimento poderia ter o apoio do Departamento de Estado norte-americano. Segundo Dantas, Afonso Arinos de Mello Franco lhe garantia que o governo dos Estados Unidos apoiava a sublevação e que, não apenas reconheceria o estado de beligerância de Minas Gerais, como também interviria militarmente no país se fosse preciso. Diante de tais informações, Jango recuou. Tudo está relatado in GOMES, Angela de Castro e Ferreira, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. FGV, 2007, p. 194. Essa informação foi confirmada, no mesmo dia, pelo General de Exército Amaury Kruel, Comandante do II Exército, em São Paulo, no telefonema em que impôs condições ao Presidente para apoiá-lo, as quais não foram aceitas.
- 23 A fuga de Leonel Brizola está relatada em <http://www.geneton.com.br/archives/000306.html>.
- 24 BRASIL. *Ato Institucional n. 13, de 5 de setembro de 1969. Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, 1969a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCCIVIL_03/AIT/ait-13-69.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.
- 25 Alfred STEPAN, *op. cit.*, 1971, p. 74.
- 26 Muitos dos quais foram transcritos por Alfred STEPAN, *op. cit.*, 1971.
- 27 Cf. MELLO, Jayme Portella de. *A revolução e o Governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979. p. 183.
- 28 MELLO, *op. cit.* p. 186.
- 29 Sobre a governabilidade, vale registrar que todos os Primeiros-Ministros e o próprio Presidente João Goulart eram unânimes quanto à ausência desses instrumentos, o que, conforme explicitamos, era proposital.
- 30 Cf. MACIEL, Lucio, NASCIMENTO, José Conegundes. *ORVIL: Tentativas de Tomada do Poder*. Salto, SP: Shoba, p. 179.
- 31 ORVIL, *op. cit.*, p. 224.
- 32 Cf. citação em VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 51.
- 33 *Idem*, p. 59.
- 34 *Ibidem*.
- 35 Cf. in DREIFUSS, 1981, pp. 21-2 e 39.
- 36 Cf. in IPEA, 2010, p.17.
- 37 CLAUSEWITZ, *op. cit.*
- 38 Sobre a repressão, ver Maria Helena Moreira ALVES, *op. cit.*
- 39 Já foi dito anteriormente que não houve resistência aos *Atos Institucionais* ou *Complementares*, nem no Judiciário, nem no Legislativo. Entretanto, algumas ações decorrentes entraram em choque com a legislação que não havia sido alterada. Foi o caso, por exemplo, dos IPMs, pois as atividades dos encarregados era continuamente obstada pelo Poder Judiciário, particularmente na concessão de *habeas corpus*; fato que gerava permanente tensão no ambiente e, somente, seria resolvida, mais tarde, com a transferência da competência desses julgamentos para a Justiça Militar.
- 40 Cf. CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 68 e seg. A autora acompanha, em sua obra, dentre outros, a carreira política deste radical de direita, presidente da Liga Democrática Radical (LIDER) e encarregado do IPM sobre o Grupo dos Onze (GO), células de radicais de esquerda instituídas por Leonel Brizola. Sobre o GO v. PINTO, *op. cit.*, 2011, Apêndice 8.1, Instruções dos Grupos de Onze.
- 41 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 300.
- 42 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. *Carta de 2 de junho de 1965 para o Ministro da Guerra*. Brasília, DF, 1965. Cópia autenticada pertencente ao Arquivo – Presidente Castelo Branco – da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- 43 *Idem*.
- 44 Cf. *Jornal do Brasil* de 25 abr. 1965.
- 45 No dia 7 de outubro de 1965, o *Correio da Manhã* publicava sobre a reunião: “Foi deliberada a rápida adoção de várias medidas, inclusive legislativas, que se destinam

- ao fortalecimento da ação revolucionária, independente dos resultados das recentes eleições”. Citado em VIANA FILHO, *op.cit.*, p. 333.
- 46 A revolução insegura pretendia: eleição indireta do Presidente da República; legislação específica para cassados; secretarias de segurança e polícias militares com direção submetida à aprovação prévia federal; ampliação das prerrogativas para intervenção nos Estados; aumento do número de ministros do Supremo Tribunal Federal.
- 47 Publicada no livro *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*, São Paulo: Vértice, 1986.
- 48 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 337.
- 49 *Idem*, p. 335. [sem itálico no original]
- 50 MELLO, Jayme P., *op. cit.*, p. 286.
- 51 Quando se tomou conhecimento no Congresso Nacional da iminência de edição do AI-2, até mesmo os representantes do PTB se apressaram em votar a Emenda de igual teor em tramitação; entretanto, sob protestos daqueles parlamentares, a base de apoio governamental retirou do plenário seus representantes, de forma que a votação não se processasse e o Ato fosse editado (MELLO, *op. cit.*, p. 292).
- 52 A Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, apesar de muito criticada pela mídia, não foi revogada por nenhum dos governos civis depois de 1985. Foi abolida, em 30 de abril de 2009, após alegada a sua inconstitucionalidade, advinda da promulgação de Constituição de 1988. Logo em seguida, o Ministro dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi apresentou projeto que incluía o controle social da mídia, muito mais restritivo do que o que constava na *Lei de Imprensa*. Sob os apupos da mídia, postergou o projeto.
- 53 O Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967 foi precedido de outras legislações sobre o mesmo tema: a Lei nº 38, de 4 de abril de 1935; e a Lei nº 1.802 de 5 de janeiro de 1953. Posteriormente foi substituído pelo Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969; a Lei nº 6.620 de 17 de dezembro de 1978 e a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, promulgada durante o governo do presidente João Figueiredo e ainda em vigor.
- 54 Ficou consubstanciada no Decreto-Lei nº 200.
- 55 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 355.
- 56 A questão com Juscelino abalou o regime no seu início, uma vez que tinha forte liderança no Partido Social Democrata (PSD), o qual contava com 250 parlamentares no Congresso. A situação somente foi contornada com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da situação, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, fato ocorrido em 20 de novembro de 1966.
- 57 Dos 361 convencionais, Costa e Silva recebeu 329 votos.
- 58 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 381.
- 59 *Idem*, p. 383.
- 60 Cf. ORVIL, *op. cit.*, 41-3. Atribuído ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), embora nunca tenha sido provada ou reivindicada a autoria. Antes desse evento, na noite de 19 de maio de 1965, Carlos de Lima Aveline, membro do Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul, junto com José Lucas Alves Filho, colocou duas bombas num avião C-47 da Força Aérea Brasileira, no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, inicialmente previstas para serem posicionadas em um avião estadunidense, cujas detonações falharam. Em Recife, em 31 de março de 1966, também já haviam sido praticados três atentados à bomba e, menos de dois meses depois, foram lançados dois coquetéis *molotov* contra a Assembleia Legislativa de Pernambuco, todos sem causar vítimas.
- 61 Dentre estas tentativas, destaca-se a ação das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALM) comandada por Jefferson Cardim de Alencar Osório que tinha por objetivo iniciar um movimento sedicioso no Rio Grande do Sul e que chegou a emboscar, em 27 de março de 1965, tropas da 5ª Região Militar, matando um terceiro-sargento, mas que foi derrotada logo em seguida. A FALM era o resultado militar da formação da Frente Popular de Libertação (FPL) idealizada por Leonel Brizola e que teve o apoio de outras organizações de esquerda.
- 62 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Dados Estatísticos*. V. 8. Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.

- 63 Nem mesmo a *Lei de Imprensa* pode ser invocada contra essa afirmativa, uma vez que não existia ainda.
- 64 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil), *op. cit.*, 1971.
- 65 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 452.
- 66 *Idem*, p. 452.
- 67 *Ibidem*.
- 68 Orozimbo Nonato, Temístocles Cavalcanti, Seabra Fagundes e Levi Carneiro.
- 69 VIANA FILHO, *op. cit.*, Capítulo XXIII, p. 463-476.
- 70 *Idem*, p. 462.
- 71 Segundo Viana Filho foi Antônio Carlos Magalhães quem “já no fim do Governo Goulart, revelou o imenso e inacreditável patrimônio territorial do Presidente, que, recebida pequena herança, possuía mais de cem mil hectares de terra. Acreditava-se que a subversão se aliara à corrupção”. *Idem*, p. 16.
- 72 Cf. *The World Bank: Country Study, Brazil: Human Resources Special Report, 1979*. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1979/10/1556055/brazil-human-resources-special-report>>. Acesso: 24 jan. 2016.
- 73 O relato descritivo sobre a atuação da *esquerda radical*, particularmente de suas ações, toma, dentre as suas fontes, o livro *ORVIL: Tentativas de Tomada do Poder*.
- 74 Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- 75 Após as denúncias contra Stalin ocorridas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o PCB, atordoado, não adotou linha nenhuma, retardando qualquer decisão sobre o assunto. Agildo Barata e outros intelectuais propugnam pela autocrítica, adotando a linha de Nikita Krushev. Outros, de linha *stalinista*, como Arruda Câmara, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Grabois, propugnam pelo continuísmo. Em agosto de 1957, após reassumir o controle do Comitê Central (CC), Luís Carlos Prestes, provocou a expulsão desses últimos da Direção Executiva do partido. Em março de 1958, sem levar o assunto à deliberação emitiu uma “Declaração de Março”, aderindo à *coexistência pacífica*. O V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960, sacramentou a adesão às novas diretrizes do XX Congresso do PCUS. Cf. *Projeto Orvil, op. cit.*, p. 100.
- 76 Cf. dentre outros: JAGUARIBE, Hélio. Brasil: estabilidade social por el colonial-fascismo, in *Brasil Hoy*, México: Siglo Veintiuno, 1968, pp. 28-53, p. 51; MARIGUELLA, Carlos. *A Crise Brasileira*. São Paulo: Livramento, 1979, p. 55; REIS, Daniel A. *A Revolução Faltou ao Encontro: os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 67. Para uma visão compreensiva ver MARTINS FILHO, João Roberto. Visões da crise: a esquerda brasileira e a crise do final dos anos 60, in *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice, 1990, pp. 98-116.
- 77 Dentre os quais Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Orlando Pioto, Carlos Danielli, Calil Chade, Lincoln Cordeiro Oest, Henrique Cordeiro Oest, Ângelo Arroio, José Duarte, Elza Monerat e Walter Martins. Cf. in *ORVIL, op. cit.*, p. 101-2.
- 78 Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli e Henrique Cordeiro Oest. Cf. in *ORVIL, op. cit.*, p. 101.
- 79 Dentre seus fundadores destacam-se: Êrico Sachs, Êder Simão Sader, Rui Mauro de Araújo Marini e Teotônio dos Santos. Cf. in *ORVIL, op. cit.*, p. 103-4.
- 80 A Ação Católica, por volta de 1960, dispunha de três organismos sobre a qual exercia influência: a Juventude Estudantil Católica (JEC), entre os estudantes secundaristas; a Juventude Operária Católica (JOC), no operariado; e a Juventude Universitária Católica (JUC), no nível superior.
- 81 Por exemplo, as diversas engendradas por Leonel Brizola.
- 82 O foquismo consiste na teorização feita por Che Guevara – em *Passagens da Guerra Revolucionária e Guerra de Guerrilhas: um método* – e Régis Debray – *Revolução na Revolução*, Havana: Casa das Américas, 1967 – da prática ocorrida na revolução cubana, desde as suas origens até a tomada do poder. Em resumo, uma atividade guerrilha deveria iniciar-se em um ou vários pequenos núcleos – o foco, prosseguir com a escolha de lugares favoráveis no campo, onde, inicialmente, procuraria conhecer o ambiente (de preferência em locais pouco acessíveis como montanhas e selvas) e estabelecer relações

- com a população, buscando ganhar o seu apoio, para, em seguida, desenvolver as fases da ação revolucionária.
- 83 Dentre essas manifestações, deve-se destacar a formação da denominada *Frente Ampla*, organizada por Carlos Lacerda, procurava a união de todos os políticos cassados, notadamente, Juscelino Kubitschek e João Goulart.
- 84 Na época não havia coincidência de mandatos entre todos os Estados.
- 85 Cf. ORVIL, *op. cit.*, p. 169, o MRMN foi fundado pelo ex-Almirante (Fuzileiro-Naval) Cândido de Assis Aragão, em Montevidéu, em 20 de maio de 1966. A partir de dezembro de 1966, o movimento passou a se chamar Resistência Armada Nacionalista (RAN).
- 86 O relato sobre a direita apoia-se nas obras já citadas de José Amaral Argolo, Maud Chirió e deste autor.
- 87 Cf. PINTO, *op. cit.*, 2011, estudo em que esse breve esboço toma por base.
- 88 PINTO, *op. cit.*, 2011.
- 89 Um exemplo de desdobramento político dessa vertente é a Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe (APCRG) que por volta de 1954 apoiou candidatos afinados com a sua linha de pensamento, contribuindo para eleger Carlos Lacerda como o deputado federal mais votado naquele ano. Organização de caráter conservador, mormente abrigada pela UDN, tinha por sustentáculo uma tendência crescente na sociedade brasileira em direção a um moralismo, que tinha duas vertentes: uma de moralizar o País como um todo, por considerá-lo corrompido, e outra de submeter a solução de todos os problemas nacionais a uma questão moral, de estabelecimento de valores, naturalmente aqueles esposados pelos seus mentores e contra as mazelas do populismo. Maiores informações sobre o tema podem ser encontrados em “O Moralismo e a Alienação das Classes Médias”, Republicado em Simon, editor, *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*, Brasília: Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, pp. 32-38. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/moralismo.htm>>. Acesso em: 16/01/2015.
- 90 A narração integralista da constituição histórica do Brasil mostrava a ausência dos ideais de pátria, nação e soberania no seio do seu povo, isso, em função da fraqueza do Estado, da inadequação das instituições políticas, da divisão do povo e, por consequência, da falta de uma unidade nacional, entre outras. “Salvar a Pátria”, além das ameaças externas (comunismo), significava salvá-la de si mesma, da sua herança, por isso, propunha a construção de uma nova nação. O integralismo chegou a ter amplo apoio popular. Para maiores informações ver Miguel REALE, *ABC do Integralismo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1935; e Plínio SALGADO, *O que é o Integralismo*, Rio de Janeiro: Schmidt Editora, 1933.
- 91 Cf. José Amaral ARGOLO *et al.*, em *Dos Quartéis à Espionagem: Caminhos e Desvios do Poder Militar*, Rio de Janeiro: Mauad, 2004. Depoimento p. 15-55.
- 92 Cf. em LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. “Clube da Lanterna”, em *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 1378.
- 93 Ver a unanimidade nos depoimentos encontrados em ARGOLO, José Amaral *et al.*, *A Direita Explosiva no Brasil, Dos Quartéis à Espionagem: Caminhos e Desvios do Poder Militar*, *op. cit.*, ou, ainda, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
- 94 Estas e outras organizações de períodos posteriores a esta pesquisa podem ser encontradas em José Amaral ARGOLO, *Imprensa e Terrorismo: a espetacularização do horror*. Tese de Doutorado do Programa de Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. (Inédita)
- 95 Em 1929 Plínio fundou a Ação Universitária Católica (AUC) e, em 1943, lançou um livro denominado *Em Defesa da Ação Católica*, ambas ações já embasavam os valores que viriam a inspirar a TFP.
- 96 A Liga das Nações Cativas era constituída por refugiados da ex-União Soviética e de seus Estados satélites: lituanos, letões, estonianos, poloneses, húngaros, romenos etc. Possuía extensa ramificação no país. Atuavam em apoio às atividades clandestinas anticomunistas como no ramo das falsificações de documentos, ingressos, dentre outras

- atividades. In ARGOLO *et al.*, *Dos Quartéis à Espionagem: Caminhos e Desvios do Poder Militar*, p. 205. Argolo, na Nota 12, refere-se à colaboração da Liga com os serviços de informações brasileiros, após 1964, e ao fato de ter sido tema de livros de *John Le Carré* que descrevem a ação das redes de refugiados da Europa Central e suas colaborações com os serviços secretos ocidentais.
- 97 Cf. em MERLE, *op. cit.*, p. 192 a citação do estudo de Sigmund FREUD e William C. BULLITT, in *Le President Thomas W. Wilson: Portrait psychologique*. Paris: A. Michel, 1967.
- 98 Por meio do Presidente da Viação Cruzeiro do Sul, José Bento Ribeiro Dantas, e do Vice Leopoldino Amorim.
- 99 O Governador de São Paulo, Adhemar de Barros entregava Cr\$ 4.000.000 (quatro milhões de cruzeiros) cada vez que o Tenente Coronel João Paulo Burnier a ele se apresentasse. A finalidade consistia em “contrabandear” armas e munições para o seu grupo e para a Polícia Militar de São Paulo, com cinquenta mil policiais militares em condições de lutar, utilizando-se de um *Constellation*, vindo dos EUA, que desembarcava a encomenda em uma das fazendas do “rei do café” Jeremias Lunardelli. Cf. em ARGOLO *et al.*, *op. cit.*, 1996, pp. 167-172.
- 100 BURNIER, João Paulo Moreira. *João Paulo Moreira Burnier* (depoimento, 1993). Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. p. 84 do arq. pdf.
- 101 *Idem*, *Depoimento* de BURNIER, 1993.
- 102 Huntington, ao teorizar sobre o pretorianismo, divide quaisquer facções de golpistas em moderados e linhas duras (*hard liners*) ou radicais. Cf. em 2.4.2.1, p. 77. Nesta investigação, entretanto, separamos a linha dura dos radicais sob o critério, para os segundos e conforme já explicitado, de aceitação do cometimento de violência política ou a rejeição à mediação política ou institucional, à política, aos políticos, justiça etc, vele dizer, a tudo que se interponha no caminho dos seus objetivos. Por isso, enquanto não houver registros históricos de radicalização por indivíduos ou grupos eles serão tratados sob a aceção de linhas duras. Cf. 3.2, p. 203, acima.
- 103 Arquivos Luis Viana Filho, Arquivo Nacional, *Impresso Geral do SNI*, n. 5, 7-14 set. 1964. Caixa 1. Dossiê 1-1.2.4.
- 104 Em primeiro plano João Dutra de Castilho, comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre (Brigada Paraquedista); e Afonso de Albuquerque Lima, chefe do Estado-Maior do I Exército, a quem a brigada ficava subordinada; mais Syseno Sarmiento, Sylvio Frota, Ramiro Tavares Gonçalves, Arthur Duarte Candal, Ednardo d'Ávila Mello, Oscar Luis da Silva, José Anchieta Paes, Henrique Assunção Cardoso e Clovis Brasil. Cf. Depoimento de Gustavo Moraes Rego Reis a Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, p.26. Consulta em: 13/08/2014.
- 105 Osnelli Martinelli, Gérson de Pina, Ferdinando de Carvalho, Luis Alencar Araripe, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Sebastião Ferreira Chaves, Amerino Raposo Filho, Hélio Ibiapina de Lima, Adyr Fiúza de Castro, Hélio Lemos, Hélio Mendes, Heitor Caracas Linhares, Rui Castro, Sebastião José Ramos de Castro, Florimar Campelo, César Montagna de Sousa, Antônio Erasmo Dias, Osvaldo Ferraro, Confúcio Danton de Paula Avelino, Joaquim Vitorino Portela Alves, Augusto Cid Camargo Ozório, Cabral Ribeiro, Plínio Pitaluga, Confúcio Pamplona, Antônio Carlos de Andrada Serpa, Luis Gonzaga Andrada Serpa, Valter Pires e Antônio Bandeira. Ambas as listas se destacam mais pelas ausências de notórios representantes do que pelas citações. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>, p. 24-5. Consulta em: 13/08/2014.
- 106 O termo alude às gêmeas *Dionne*, nascidas nos Estados Unidos em 1934, as primeiras quintuplas conhecidas a sobreviver. São eles: Ernesto de Mello Batista (ministro da Marinha até fevereiro de 1965), Augusto Hamann Rademaker Grönewald, Levi Pena Aarão Reis, Mario Cavalcanti de Albuquerque e Saldanha da Gama.
- 107 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXV, n. 93, p. 4, 23 abr. 1965. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19650423&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 10 fev. 2011.
- 108 *Jornal do Brasil*, 23 jun. 1965, p. 3.
- 109 ARGOLO, José Amaral *et al.*, *A Direita Explosiva no Brasil*, *op. cit.*, p. 152.

- 110 PINTO, *op.cit.*, 2011.
- 111 Não há registros históricos sobre tais propostas. Existe, entretanto, a frase de Costa e Silva, ao término da primeira reunião ministerial que traçou os rumos do novo regime, diante do gigantismo das tarefas que se apresentavam, em um cenário político caótico e incerto e, com certeza, resistente às mudanças “disse ao Presidente, entre sério e irônico, ‘Você não quis ser ditador...’”. Era como se acentuasse que tudo seria mais fácil sob uma ditadura.” Cf. VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 91.
- 112 *Apud* VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 83.
- 113 Neto do ex-Presidente Prudente de Moraes e radical de direita.
- 114 Sobre a extensa atuação de Burnier, antes de 1964, ver ARGOLO, *op. cit.*
- 115 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 97.
- 116 Carta de setembro de 1964. Citada em VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 323.
- 117 Juscelino Kubitschek, um dos desafetos dos militares que, dentre outras perversões, para a moral da época, acusavam-no de corrupto, havia se autoexilado em Portugal. Retornou inesperadamente, desembarcou em tom festivo no Rio de Janeiro, seguindo em carreata triunfal pela cidade.
- 118 MELLO, *op. cit.*, p. 277-8.
- 119 Relato verbal feito pelo então Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (1990-1994), Luiz Carlos da Silva Cantídio, para o autor, seu Assistente na ocasião; confirmado pelo CMG (FN-RM1) Francisco Sérgio Bezerra Marinho, ex-Ajudante de ordens do Almirante Heitor e ex-Comandante do autor no Batalhão Humaitá.
- 120 VIANA FILHO, *op.cit.*, pp. 332-3.
- 121 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (Brasil). *Estimativa n. 3*. Brasília, DF, 15 set. 1964. Arquivo Nacional, AP 17 1.30. Caixa 1.24-1.71.
- 122 A organização dos Estados Maiores é estruturada em Seções, sendo as mais tradicionais a Primeira, de Pessoal, Segunda, de Inteligência, Terceira, de Operações, e a Quarta, de Logística. Como o menor escalão em condições de Planejar (a função precípua dos Estados Maiores) é o Batalhão, esses órgãos foram identificados, abreviadamente, pela letra S, seguida do número da seção correspondente, respectivamente, 1, 2, 3 e 4. Nos escalões superiores as letras mudam, embora o primeiro número não; e podem ser acrescentadas outras seções, dependendo da estrutura e necessidades. Posteriormente, com o acréscimo na complexidade dessas atividades, outras seções foram acrescentadas a essa tradicionais, particularmente nos escalões mais elevados da hierarquia.
- 123 Citado em VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 355.
- 124 Ademais das características do seu discurso apontadas em FIGUEIREDO, Eurico de Lima, *op. cit.*, 1980.
- 125 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 271.
- 126 O interessante relato sobre esse evento pode ser encontrado em MENDONÇA, José Márcio, Os conselhos do doutor Huntington, de Médici à abertura, coluna “De Brasília”, in *Jornal da Tarde*, São Paulo, 29 mar. 1982.
- 127 Cf. in MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA (Brasil). *Atos da Revolução de 1964: De 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967*, V. I. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo Polícias Políticas do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB). s/d. Pasta Secreto n. 77. Os somatórios das cassações decorrentes das medidas governamentais, nesta e nas próximas seções, foram feitos por este autor com base nos registros constantes neste documento de v. I e do v. II.
- 128 Não conseguiu levar a adiante algumas: a ideia da criação do Ministério da Defesa, sob direção de um civil, por oposição da Marinha, sendo que um dos demissionários da crise da aviação embarcada, o almirante Saldanha da Gama, transformar-se-ia em vigoroso opositor dessa medida, já na condição de Presidente do Clube Naval, além de Rademaker que, como vimos, acabou preso; e o voto para os analfabetos, recusado pelo Congresso na tramitação da Emenda Constitucional nº 9.
- 129 VIANA FILHO, *op.cit.*, p. 204.
- 130 BRASIL. *Emenda Constitucional n. 9, de 22 de julho de 1964*. Altera os artigos 38, 39, 41, 45, 81, 82, 83, 95, 132, 138 e 203 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência

- da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc09-64.htm>. Acesso em: 04/01/2016.
- 131 BRASIL. *Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965*. Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.
- 132 VIANA FILHO, Luís, *op. cit.*, p. 207.
- 133 BRASIL. *Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964. Regula as Promoções de Oficiais do Exército*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4448.htm>. Acesso em: 04/01/2016.
- 134 *Idem*, Lei nº 4.448.
- 135 A partir desta subseção, o relato apresentará os conteúdos referentes à atuação da esquerda, da direita e as repercussões sobre os militares em um mesmo texto, sem subdivisões.
- 136 SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-1964)*, 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 35.
- 137 Cf. in MELLO, *op. cit.*, 1979, p. 383.
- 138 Dos relatos disponíveis de seus assessores mais próximos, Costa e Silva, da mesma forma que Castelo Branco, ambicionava passar o governo a um civil.
- 139 Qualquer exegese isenta não encontrará dispositivos antidemocráticos ou antirrepublicanos naquela carta constitucional. Mesmo a eleição indireta, a rigor, não caracteriza tais defeitos. Embora urdida por razões elitistas e autoritárias e rejeitada pelos brasileiros em todas as oportunidades que se lhes deram opção, existe em numerosos países democráticos avançados.
- 140 Cf. ORVIL, *op. cit.*, p. 214.
- 141 *Idem*, p. 215.
- 142 *Ibidem*.
- 143 *Ib.*, pp. 215-6
- 144 Que iria se juntar ao Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), existente desde 1957; e acolher o Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (SISA), fundado em 1968.
- 145 CASTRO, Rui. Declarações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXVII, n. 61, 17 jun. 1967. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19670617&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 16 jan. 2015.
- 146 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 102.
- 147 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (Brasil). *Aviso nº 212, 11 de julho de 1967*. Brasília, DF, 28 jul. 1967. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2912340/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-07-1967>>. Consulta em: 11/11/2014.
- 148 Mais uma dissidência do PCB, foi fundada por Wanderley Caixe, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.
- 149 Marc Frederick Van Der Weid e Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, da Ação Popular; Vladimir Palmeira, Franklin de Souza Martins e Carlos Alberto Vieira Muniz, da Dissidência da Guanabara; José Dirceu de Oliveira e Silva, da Ala Mariguella, depois ALN; Marco Antonio da Costa Medeiros e Elinor Mendes Brito do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.
- 150 ORVIL, *op. cit.*, p. 268.
- 151 Assim eram considerados por não terem compromisso com objetivos acadêmicos e, sim, políticos, possuírem idades completamente fora da média dos estudantes e representarem as diversas facções da esquerda radical.
- 152 Para maiores informações sobre as atividades desse grupo, antes de 1964, ver ARGOLLO, José Amaral *et al.*, *op. cit.*, 1996 e 2004; sobre os reflexos políticos ver PINTO, *op. cit.*
- 153 Composta por oficiais paraquedistas, dentre os quais se destacam: José Valporto de Sá, Kurt Pessek, Ivan Zanoni Hauer. Cf. CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 124.
- 154 ARGOLLO, José Amaral *et al.*, *op. cit.*, 2004. A narrativa das atividades do *Grupo Secreto* segue esta obra, cujo Quadro Resumo se encontra na p. 279.
- 155 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 125.

- 156 Luiz Helvécio, depois de 1964, já havia atuado na 2ª Seção do Estado Maior do I Exército e na bem sucedida repressão ao grupo de Lamarca na guerrilha do Caparaó.
- 157 ARGOLO, *op. cit.*, 2004, p. 215.
- 158 Em 21 junho de 68, no Rio de Janeiro, o Sargento PM GB Nelson de Barros foi morto após ser atingido por pedaços de madeira, atirados do alto de um edifício, quando da realização de uma passeata, no Rio.
- 159 General Jayme Portella de Mello.
- 160 Cf. MELLO, Jayme P., *op. cit.*, p. 564.
- 161 ORVIL, *op. cit.*, p. 334.
- 162 *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1968.
- 163 Detalhes da operação podem ser encontrados em BAIARDI, Amílcar. Brasileiro lamenta não ter sido o 'vingador de Che': Amílcar Baiardi conta como foi errar o tiro contra o assassino do revolucionário 40 anos após sua morte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 out. 2007. Entrevista concedida a Lucas Pretti. Coluna Internacional, América Latina. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,brasileiro-lamenta-nao-ter-sido-o-vingador-de-che,62274>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- 164 ORVIL, *op. cit.*, p. 271.
- 165 Agostinho Fiordelízio, Alex de Paula Xavier Pereira, Antonio Carlos Bicalho Lana, Antonio Espiridião Neto, Benjamin de Oliveira Torres Neto, Darcy Toshiko Miaki, Guilherme Otávio Lessin Rodrigues, Isis Dias de Oliveira, José Júlio de Araújo, José Luiz Del Royo, José Luiz Paz Fernandes, José da Silva Tavares, Luiz Almeida de Araújo, Luiz José da Cunha, Márcio Leite Toledo, Maria Amélia de Araújo Silva, Norberto Nhering, Paulo de Tarso Celestino da Silva, Renato Leonardo Martinelli, Ricardo Apgaua Paulo Guilherme, Sérgio Ribeiro Granja, Viriato Xavier de Mello Filho, Waldemar Rodrigues de Menezes, Washington Adalberto Mastrocinque Martins, Yuri Xavier Pereira e Zelik Traj Ber. Cf. ORVIL, *op. cit.*, p. 284.
- 166 ORVIL, *op. cit.*, p. 273.
- 167 *Idem*.
- 168 Dentre as dezenas de movimentos, o MPL consiste na contribuição do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, no exílio, para radicalismo esquerdista. Cf. ORVIL, *op. cit.*, p. 320, "Deveria constituir uma frente 'anti-imperialista' no Brasil, integrada pelas várias tendências de oposição existentes, que pudesse formar elementos ligados aos movimentos operário e estudantil, atingindo a maior parte do território nacional" a ser desenvolvida em duas fases: "A primeira, já em andamento desde 1966, visava à unificação de todas as oposições ao governo federal e ao regime. A segunda fase seria o desencadeamento da luta armada, combinando a guerrilha urbana com a rural."
- 169 VIEIRA, Simone Bastos (Org.). *A Constituição que não foi: história da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. p. 17.
- 170 MELLO, *op. cit.*, p. 585.
- 171 Eduardo Custódio de Souza.
- 172 MELLO, Jayme P., *op. cit.*, p. 596-7.
- 173 Condenado por um tribunal comunista composto por Onofre Pinto, João Carlos Kfoury Quartim de Moraes e Ladislav Dowbor, o crime foi executado por Pedro Lobo de Oliveira Marco, Diógenes José Carvalho de Oliveira e Marco Antonio Braz de Carvalho (o "Marquito").
- 174 Apontados Fausto Machado Freire e Murilo Pinto Silva como os autores. ORVIL, *op. cit.*, p. 303.
- 175 MELLO, *op. cit.*, p. 628.
- 176 ALVES, *op. cit.*, p. 130.
- 177 MELLO, *op. cit.*, p. 622.
- 178 *Idem*, p. 638-9.
- 179 *Ibidem*, p. 647.
- 180 Menos de um ano depois sofreria grave acidente vascular cerebral que o impossibilitaria de governar.

181 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 373.

182 ALVES, M.^a Helena Moreira, *op. cit.*, p. 65. Como fonte, Alves menciona a *Coletânea Preparada pelo Ministério da Aeronáutica*, cujos dados podem ser encontrados no Volume I *Atos da Revolução de 1964*, abrangendo o período de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967, portanto antes do AI-5; e no Volume II, de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1970, depois do AI-5. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Rio de Janeiro/RJ. Fundo “Polícias Políticas” do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB). Pasta Secreto nº 77.

CAPÍTULO 9: O REGIME CIVIL E MILITAR DURANTE O ATO INSTITUCIONAL Nº 5

1 ORVIL, *op. cit.*, p. 51.

2 *Idem*, pp. 333-4.

3 *Ibidem*.

4 *Idem*, p. 338.

5 Ficou famosa e representativa a interferência do Professor Eremildo Luiz Vianna, na então Faculdade Nacional de Filosofia, logo após o 31 de março de 1964, acusando a Professora Maria Yedda Linhares e outros, de uma extensa lista, de atividade comunista. O IPM concluiu que o acusador é que era um intrigante. Mesmo assim, ele ocupou o lugar que era dela na rádio MEC, embora nada tenha ocorrido com a professora. Entretanto, após o AI-5, a lista foi ressuscitada e muitos foram atingidos.

6 BRASIL, Senado Federal. *A Constituição que não foi: história da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. BASTOS, Simone Vieira (Org.). Brasília: Senado Federal, 2002. p. 18.

7 Reitera-se que, conforme citado anteriormente, os somatórios de ações e efeitos causados pelos radicais de esquerda foram realizados pelo autor com base no ORVIL, *op. cit.*

8 CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). *Diário Oficial da União, de 10 abr. 1969*, n. 67, Seção 1, Parte 1, fls. 3038. Brasília: Imprensa Nacional, 1969. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2930158/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-04-1969/pdfView>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

9 O relato completo do acaso que permitiu desvelar essas atividades encontra-se no ORVIL, *op. cit.*, pp. 444 e seguintes.

10 ORVIL, *op. cit.*, pp. 461-2.

11 ALTMAN, Fábio. *13 de dezembro de 1968. O Dia do AI-5. Revista Época*. Rio de Janeiro: n. 29, p. 86, 7 dez. 1998.

12 BRASIL, Senado Federal, *op. cit.*, Introdução, por José Carlos Brandi Aleixo, p. 19.

13 ORVIL, *op. cit.*

14 CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). *Diário Oficial da União, de 19 mai. 1969*, n. 92, Seção 1, Parte 1, fls. 4238-9. Brasília: Imprensa Nacional, 1969. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2973805/pg-14-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-05-1969/pdfView>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

15 Trecho de carta do general Moniz de Aragão ao general Lyra Tavares. In: CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: Impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1979. p.199.

16 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 141.

17 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (Brasil). Ata da 42ª reunião do ACE. Rio de Janeiro, GB, 21.7.1969, in *Arquivo Nacional* (Brasília), Arquivos do SNI, Atitudes do Gen Ex Moniz de Aragão - A0063230 - 1980.

18 MELLO, *op.cit.*, 793.

19 Os dados referentes às cassações, nesta e nas próximas Seções, foram obtidos na *Coletânea Preparada pelo Ministério da Aeronáutica*, nos Volumes I *Atos da Revolução de 1964*, abrangendo o período de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967, portanto, antes do AI-5; e II, com o mesmo título, de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro

- de 1970, depois do AI-5. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Rio de Janeiro/RJ. Fundo “Polícias Políticas” do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB). Pasta Secreto nº 77. Os somatórios de atingidos foram feitos pelo autor.
- 20 *The World Bank: Country Study, Brazil: Human Resources Special Report, 1979.* Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1979/10/1556055/brazil-human-resources-special-report>>. Acesso em: 24 jan. 2016.
 - 21 CHAGAS, Carlos. Um exemplo de resistência. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 4, 07 mar. 1975.
 - 22 BRASIL. *Ato Institucional n. 13, de 5 de setembro de 1969. Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências.* Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCCIVIL_03/AIT/ait-13-69.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.
 - 23 BRASIL. *Ato Institucional n. 14, de 10 de setembro de 1969.* Dá nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCCIVIL_03/AIT/ait-14-69.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.
 - 24 BRASIL. *Decreto-Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969.* Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10898.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.
 - 25 CHIRIÓ, *op.cit.*, pp. 151-3.
 - 26 O'REILLY, Marcos de Mendonça. *A Ideologia da Corrente Militar “Revolucionário-Nacionalista” (1967-1969)*, Dissertação (Mestrado em História), – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1985, p. 250-3.
 - 27 CHIRIÓ, Maud, *op.cit.*, p. 155.
 - 28 MURICI, Antonio Carlos. *Antonio Carlos Murici* (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015. p. 724.
 - 29 Carta enviada do Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1969, ao General Albuquerque Lima, reproduzida em Marcos de Mendonça O'Reilly, *A ideologia da corrente militar “Revolucionário-Nacionalista” (1967-1969)*, *op.cit.*, p. 302-4.
 - 30 BRASIL. *Ato Institucional n. 17, de 14 de outubro de 1969.* Autoriza o Presidente da República a transferir para reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCCIVIL_03/AIT/ait-17-69.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.
 - 31 Os somatórios das ações e consequências decorrentes da luta armada instaurada pela esquerda radical, nesta Seção e nas seguintes, foram feitos por este autor com base nos registros constantes do ORVIL, *op. cit.*
 - 32 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Dados Estatísticos. 8º Volume.* Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.
 - 33 MÉDICI, Emílio Garrastazu. Médici, Emílio Garrastazu. CPDOC, Biografias. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>>. Acesso em: 15/10/2015.
 - 34 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 164.
 - 35 ROUQUIÉ, Alain. “Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil – Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ____ (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s/d., p. 13.
 - 36 CHIRIÓ, *op.cit.*, pp. 170-171.
 - 37 O *dedazo* representa o auge da hegemonia política do Partido Revolucionário Institucional do México, na qual o governante do momento indicava o seu sucessor sem necessidade de consultas prévias ou processo de seleção.
 - 38 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 167.

- 39 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 169.
- 40 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Dados Estatísticos. 9ª Volume. Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1970. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.
- 41 Embora continuassem as cassações, da sua assunção até as eleições, de 701 deputados estaduais, treze foram alcançados, e de 3.947 vereadores, também treze seriam atingidos por essas punições.
- 42 ORVIL, *op. cit.*, p. 441.
- 43 MÉDICI, Emilio Garrastazu. *Honrando o Compromisso*. (Discurso lido no Palácio das Laranjeiras). Brasília: Biblioteca Digital da Presidência, 1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/27/view>>. Acesso em: 10 mar. 2016. Realizado em rede nacional de rádio e televisão, no primeiro aniversário de governo, em 30 out. 1970.
- 44 *Idem*.
- 45 BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Dados Estatísticos. 10ª Vol. Eleições Municipais realizadas no Brasil em 1972. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.
- 46 Citado por DÓRIA, Palmério, BUARQUE, Sérgio, CARELLI, Vicente e SAUTCHUK, Jaime. A Guerrilha do Araguaia. *História Imediata*, n. 1. São Paulo: Alfa-Omega, , 1978. p. 5.
- 47 *Ata da 48ª reunião do Alto Comando do Exército*. Citada em Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 137. De acordo com Maud Chirio, a data aventada, de 26 de julho de 1979, está errada, pois teria ocorrido em novembro de 1969.
- 48 BURNIER, João Paulo Moreira. *João Paulo Moreira Burnier* (depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista633.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011. p. 173.
- 49 Para o então Ajudante de Ordens do Brigadeiro Souza e Mello, José Teixeira Louzada, em depoimento verbal para o autor, este foi o único e verdadeiro motivo para a demissão. Com base nos depoimentos de Burnier, mais adiante corroborados por componentes da linha dura, e nas ações desencadeadas contra os participantes do *affair*, entende-se, todavia, ter sido a gota d'água.
- 50 *Idem*.
- 51 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 179.
- 52 *Idem*.
- 53 Cf. FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- 54 Cf. GEISEL, primeiro Presidente eleito por Colégio Eleitoral, in *O Globo*, Rio de Janeiro, ano XLIX , n. 14.719, p. 6, 16 jan. 1974. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019740116>>. Acesso em: 15 out. 2016.
- 55 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Dados Estatísticos. 10ª Vol. Eleições Municipais realizadas no Brasil em 1972. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.
- 56 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 173.
- 57 ALVES, *op. cit.*, p. 332.
- 58 HISTORY CHANNEL 2, *Segredos de Estado*, Temporada 3, Episódio 26.
- 59 GOLDENSTEIN, Sérgio. *A dívida externa brasileira 1964/1983: evolução e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. Quadro 27, p.114.
- 60 *Idem*, Quadro 37, p. 124. N.A.: trata-se da *prime rate*.
- 61 MÉDICI, Discurso no Palácio das Laranjeiras, *op. cit.*, 1970.
- 62 GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial em 19 de março de 1974*. Brasília: Biblioteca Digital da Presidência, 1974. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/03.pdf/view>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- 63 *Idem*, GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial em 19 de março de 1974*.
- 64 Cf. in *Os militares: Da abertura à Nova República*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 46.

- 65 Apesar de ter sido realizada sob sigilo, seu conteúdo *vazou* para a imprensa e foi publicada pela Revista *Veja*, de 10 de setembro de 1980. Sob o título “A Conjuntura Política Nacional e o Poder Executivo”, posteriormente foi incluída, em versão integral, no livro de sua autoria *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.
- 66 O interessante relato sobre esse evento pode ser encontrado em MENDONÇA, José Márcio, Os conselhos do doutor Huntington, de Médiç à abertura, coluna “De Brasília”, in *Jornal da Tarde*, São Paulo, 29 de março, 1982. José Amaral Argolo, em *Golbery: preâmbulo para um enigma*, apresenta abrangente descrição sobre esse personagem e suas ideias.
- 67 Golbery cita que essa sua análise apoia-se na obra de Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1933.
- 68 SILVA, *op. cit.*, p. 22.
- 69 *Idem*.
- 70 *Ibidem*, p. 24.
- 71 *Ib.*, p. 25.
- 72 VON BÜLOW, Dietrich Heinrich. *The Spirit of Modern System of War*. Trad. C. Malorti de Martemont (Ed.). Cambridge, UK/ New York, USA: Cambridge University Press, 2013. N. A.: Reprodução da edição de 1806. Escrito originalmente em 1799.
- 73 SILVA, *op. cit.*, p. 27.
- 74 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 176.
- 75 FILHO, Manoel Fiel. Cópia xerográfica do Parecer do Procurador da Justiça Militar. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/upload/009%20-%20Manoel%20Fiel%20Filho%20relat%C3%B3rio%20da%20morte.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.
- 76 COSTA, Marina Timóteo da. *Paulo Egydio: mortes de Herzog e Manuel Fiel Filho aconteceram para desestabilizar Geisel*. *Globo.com*, Rio de Janeiro, 26 nov. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-acomteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>>. Acesso em: 25 mar. 2016.
- 77 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 186.
- 78 *Idem*, p. 187.
- 79 *Jornal do Brasil* em 23 abr. 1965.
- 80 D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Orgs.). *A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Depoimento do General Adyr Fiúza de Castro, p. 197.
- 81 Em 1979, seria, novamente preso, ao publicar o livro “O outro lado do poder”, no qual detalhava as acusações.
- 82 Declaração a jornalistas franceses, 2 mai 1977. Reproduzido no Arquivo Ernesto Geisel, EG pr 1975.00.00/ CPDOC.
- 83 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 188.
- 84 FIGUEIREDO eleito propõe a conciliação nacional. In *O Globo*, Rio de Janeiro, ano LIV, n. 16.437, p. 1, 16 out. 1976. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019781016>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CAPÍTULO 10: O REGIME CIVIL E MILITAR APÓS O ATO INSTITUCIONAL Nº 5

- 1 MONTEIRO, Tânia. Venturini: o grande mentor da anistia foi Figueiredo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,venturini-o-grande-mentor-da-anistia-foi-figueiredo,423015,0.htm>>. Acesso em: 20/04/2016.
- 2 ALVES, *op. cit.*, p. 278.
- 3 BACHA, Edmar L., BONELLI, Regis. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. In *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 3, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572005000300001>. Acesso em: 20/04/2016.

- 4 Cf. ARGOLO, *op. cit.*; ALVES, *op. cit.*, p. 279-80.
- 5 ALVES, *op. cit.*, p. 280.
- 6 Suas veleidades começariam a implodir com o Caso Baumgarten, o assassinato de um de seus agentes, em 13 de outubro de 1982, o qual morreu acusando-o de envolvimento no *affair*, em *dossiê* deixado para ser entregue no caso do seu desaparecimento.
- 7 A narrativa que se segue, sobre o papel desempenhado pelo Almirante Maximiano e da Marinha, toma por base os conteúdos constantes da Biografia do Almirante Maximiano e relato de *O Estado de São Paulo*, fontes descritas nas notas seguintes.
- 8 FONSECA, Maximiano Eduardo da Silva. Biografia. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maximiano-eduardo-da-silva-fonseca>> Acesso em: 25 mar. 2016.
- 9 C.C. Marinha impediu o retrocesso político. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 02 jul. 1985, p. 3.
- 10 *Idem*.
- 11 *Ibidem*.
- 12 Este autor foi testemunha ocular do evento ao qual compareceu.
- 13 Cf. Jornal *O Estado de São Paulo*. Marinha impediu o retrocesso político. 02 jul. 1985. p. 3.

PARTE IV: COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

- 1 RIBEIRO, Roberto Janine. In *Valor Econômico*, 30 mar. 2015, p. A 12.
- 2 Como, por exemplo, o efeito do antimilitarismo liberal. Para não se pensar que deixou de existir, examine-se a transmutação dessa modalidade ideológica em neoliberalismo, na instauração da Nova República, após 1985, cujas ações e consequências deletérias se tornaram inesquecíveis e indelévels para os militares.
- 3 VIANA FILHO, *op. cit.*, p. 97.
- 4 Cf. in *Jornal do Brasil*, 17 jun. 1967.
- 5 CHIRIÓ, *op. cit.*, p. 102.
- 6 Trecho de carta do general Moniz de Aragão ao general Lyra Tavares. In: CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: Impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1979. p.199.
- 7 BRASIL. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Ata da 42ª reunião do ACE. Rio de Janeiro, GB, 21.7.1969, in *Arquivo Nacional* (Brasília), Arquivos do SNI, Atitudes do Gen Ex Moniz de Aragão - A0063230 - 1980.
- 8 Essa característica foi descrita sob o título de *Ideologia Militar: Realista e Conservadora*. Em HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, encontra-se na p. 77.
- 9 Apresentado no Quadro 1.
- 10 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 102.
- 11 *Idem*, pp. 77-97.
- 12 *Ibidem*, p. 17.
- 13 PINTO, *op.cit*.
- 14 Poderia ter sido feita por período governamental. Optou-se pelos períodos mais amplos adotados na pesquisa.
- 15 A avaliação qualitativa será feita em relação ao *critério* exposto na coluna mais a esquerda do Quadro.
- 16 HUNTINGTON, 1996, *op. cit.*, p. 113-14.
- 17 SOARES, Samuel Alves. *Controles e Autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: UNESP, 2006.
- 18 A descrição dessas categorias pode ser encontrada em SOARES, *op. cit.*, pp. 29-32.
- 19 Para a sorte do País, por ocasião da Constituinte de 1988, apesar das tentativas de retrocesso intentadas por políticos da esquerda e da direita desejosos de vê-lo inoperante, a quase totalidade das medidas daquele *Pacote* foram mantidas. Ampliadas, posteriormente, com aperfeiçoamentos na atuação dos *Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Advocacia Geral da União etc*, viriam a afetar o *equilíbrio*... mas no futuro.
- 20 HUNTINGTON, *op. cit.*, 1996, p. 16.

- 21 O papel de *grande mudo*, de autocontrole e subordinação ao espírito democrático, ficaria mais evidenciado por ocasião dos processos de *impeachment* do Presidente Fernando Collor e Dilma Rousseff.
- 22 Cf. in <http://noblato.globo.globo.com/meus-textos/noticia/2015/09/quando-o-pt-pediu-o-impeachment-de-fernando-henrique-cardoso.html>.

REFERÊNCIAS

ABREU, Hugo de. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. 208 p.

ALMEIDA, Cândido Mendes. Sistemas políticos e modelos de poder no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-41, 1966.

ALTMAN, Fábio. 13 dezembro de 1968: o dia do AI-5. *Época*, Rio de Janeiro, p. 86, 7 dez. 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984. 337 p.

APTER, David. *The politics of modernization*. Princeton: Princeton University Press, 1965. 481 p.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 568 p.

ARGOLO, José Amaral. Golbery: preâmbulo para um enigma. *Cadernos de Estudos Estratégicos [da Escola Superior de Guerra]*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 70-117, jun. 2010.

_____. *Imprensa e terrorismo: a espetacularização do horror*. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação de Cultura e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. 338 p.

ARGOLO, José Amaral; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 247 p.

ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. 332 p.

AZEVEDO, Reinaldo. Quase 20 anos depois da antena parabólica que derrubou Ricupero, o padrão ético do país caiu. O “diabo” de Dilma é a evidência disso. *Blog Reinaldo Azevedo*, São Paulo, 18 fev. 2017. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/quase-20-anos-depois-da-antena-parabolica-que-derrubou-ricupero-o-padrao-etico-do-pais-caiu-o-diabo-de-dilma-e-a-evidencia-disso/>. Acesso em: 21 out. 2014.

BACHA, Edmar L.; BONELLI, Regis. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 163-189, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n3/a01v25n3.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BAIARDI, Amílcar. Brasileiro lamenta não ter sido o ‘vingador de Che’: Amílcar Baiardi conta como foi errar o tiro contra o assassino do revolucionário 40 anos após sua morte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 out. 2007. Entrevista concedida a Lucas Pretti. Coluna Internacional, América Latina. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,brasileiro-lamenta-nao-ter-sido-o-vingador-de-che,62274>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1978. 247 p.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. Tradução Francisco M. Guimarães. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 360 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução Carmen C. Varriale et al. 11. ed. Brasília, DF: UnB, 1998. 2 v. 1.330 p.

BOUDON, Raymond et al. *Dicionário de sociologia*. Tradução Antônio J. Pinto Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. 292 p.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. O almoço do dia 12. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. Amnistia aos militares. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. *Carta de 2 de junho de 1965 para o ministro da guerra*. Brasília, DF, 1965. Cópia autenticada. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do presidente Castelo Branco. 2 p.

BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. A defesa nacional e as novidades. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. A defesa nacional na constituinte. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. Garantia insubstituível. *Jornal Gazeta do Rio*, 30 dez. 1933. Rio de Janeiro, Coluna assumptos militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. O militar politico. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. Militarismo policial. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. Missão militar franceza. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. Os politicos e o Exercito. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

_____. O trabalho anonymo do Exercito. *Jornal Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1933. Coluna assumptos militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Arquivo do marechal Castelo Branco, pasta J - pensamento civil e militar, plásticos 1 e 2.

BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição de 1891. *Diário do Congresso Nacional*: Brasília, DF, p. 523, 24 fev. 1891. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. [Constituição (1934)]. Constituição de 1934. *Diário Oficial da União*: seção 1, Suplemento, Brasília, DF, p. 1, 16 jul. 1934. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. [Constituição (1946)]. Constituição de 1946. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 13059, 19 set. 1946. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. [Constituição (1967)]. Constituição de 1967. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 953, 24 jan. 1967a. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 8865, 20 out. 1969a. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Emenda Constitucional n. 9, de 1964. Altera os artigos 38, 39, 41, 45, 81, 82, 83, 95, 132, 138 e 203 [da Constituição Federal] e dá outras providências. *Diário do Congresso Nacional*: seção 1, Brasília, DF, p. 5647, 23 jul. 1964a. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-9-22-julho-1964-363037-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

BRASIL. Lei n. 4.448, de 29 de outubro de 1964. Regula as promoções de Oficiais do Exército. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 9828, 30 out. 1964b. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4448-29-outubro-1964-376667-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Lei n. 4.902, de 16 dezembro de 1965. Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 13073, 20 dez. 1965. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4902-16-dezembro-1965-369005-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade manifestação de pensamento e de informação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1657, 10 fev. 1967b. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5250-9-fevereiro-1967-359026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Lei n. 6.880, de 09 dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 24777, 11 dez. 1980. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6880-9-dezembro-1980-356681-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Ministério da Marinha de Guerra; Ministério do Exército; Ministério da Aeronáutica Militar. Ato Institucional n. 13, de 5 de setembro de 1969. Institui a pena de banimento do Território Nacional para o brasileiro que se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 7609, 9 set. 1969b. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-13-5-setembro-1969-363607-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Ato Institucional n. 14, de 10 de setembro de 1969. Dá nova redação ao parágrafo 11 do artigo 150 da Constituição do Brasil, acrescentando que não haverá pena de morte, de prisão perpétua [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 7649, 10 set. 1969c. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-14-5-setembro-1969-354940-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Marinha de Guerra; Ministério do Exército; Ministério da Aeronáutica Militar. Ato Institucional n. 17, de 14 de outubro de 1969. Autoriza o Presidente da República a transferir para reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 8705, 15 out. 1969d. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoinstitucional/1960-1969/atoinstitucional-17-14-outubro-1969-354943-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Presidência da República. Decreto de 19 de maio de 1969. Transfere para a reserva de 1ª classe o coronel da arma de artilharia Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior. *Diário Oficial da União*: seção 1, parte 1, Brasília, DF, p. 4238-9, 19 maio 1969e. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2973805/pg-14-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-05-1969/pdfView>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. Decreto n. 7.946, de 7 de março de 2013. Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, para 2013. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 mar. 2013. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2013/decreto-7946-7-marco-2013-775473-publicacaooriginal-139182-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2014.

_____. Decreto n. 95.480, de 13 dezembro de 1987. Dá nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 21548, 14 dez. 1987. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Suplemento, Brasília, DF, p. 4, 27 fev. 1967c. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 314 de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 2993, 13 mar. 1967d. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 8162, 29 set. 1969f. Publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2016.

_____. Demissão do capitão de infantaria Carlos Lamarca das fileiras do Exército. *Diário Oficial da União*: seção 1, parte 1, Brasília, DF, p. 3038, 10 abr. 1969f. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2930158/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-/dou-de-10-04-1969/pdfView>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BURNIER, João Paulo Moreira. *Entrevista [temática]*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1993. 10h20min. Entrevista realizada no contexto do projeto “1964 e o regime militar”. Entrevistadores: Maria Celina D’Araujo e Celso Castro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista633.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2011.

CARDOSO, Fernando H. *O modelo político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1979. 211 p.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. t. III, v. 2. p. 7-37.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. 3 v. 2016 p.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. 176 p.

CASTRO, Rui. Declarações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXVII, n. 61, 17 jun. 1967. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19670617&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 16 jan. 2015.

CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1979. 306 p.

CHAGAS, Carlos. Um exemplo de resistência. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 07 mar. 1975.

C.C. Marinha impediu o retrocesso político. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 02 jul. 1985.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 264 p.

_____. *La politique des militaires: mobilisations et révoltes d'officiers sous la dictature brésilienne (1961-1978)*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Tradução Maria Tereza Ramos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 1.001 p.

COSTA, Marina Timóteo da. Paulo Egydio: mortes de Herzog e Manuel Fiel Filho aconteceram para desestabilizar Geisel. *Globo.com*, Rio de Janeiro, 26 nov. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-aconteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>. Acesso em: 25 mar. 2016.

COSTA, Marina Timóteo da; FARAH, Tatiana. Waldir Pires e Almino Afonso revelam como foi o 1º de abril de 1964 de Jango. *Globo.com*, Rio de Janeiro, 01 abr. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/waldir-pires-almino-afonso-revelam-como-foi-1-de-abril-de-1964-de-jango-12052900>. Acesso em: 21 set. 2015.

COSTA, Melissa. Reflexões sobre a leitura de “A política como vocação” de Max Weber. In *Blog Daniel Lage*. [S. l.], 24 maio 2013. Resenha. Disponível em: <https://lage.milharal.org/2013/05/24/reflexoes-sobre-a-leitura-de-a-politica-como-vocacao-de-max-weber/>. Acesso em: 13 out. 2014.

CROZIER, Brian. *The morning after*. London: Methuen and Company, 1963. 299 p.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 310 p.

DÓRIA, Palmério et al. A guerrilha do Araguaia. *Revista História Imediata*, São Paulo, n. 1, p. 1-78, 1978.

DORNSBUCH, Sanford M. The military academy as an assimilating institution. *Social Forces*, Ipswich, v. 33, n. 33, p. 316-21, May 1955.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. 899 p.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 215 p.

A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945: movimento tenentista. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, [20--]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>. Acesso em: 25 nov. 2015.

FERREIRA, Oliveiros S. *As forças armadas e o desafio da revolução*. [S. l.]: eBooksBrasil.org, 2012. E-book. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/desafior.html>. Acesso em: 10 fev. 2011.

FIEL FILHO, Manoel Fiel. Parecer do procurador da Justiça Militar. *Verdadeaberta.org*. São Paulo, [20--]. Cópia xerográfica. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/upload/009%20-%20Manoel%20Fiel%20Filho%20relat%C3%B3rio%20da%20morte.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 139 p.

FIGUEIREDO eleito propõe a conciliação nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano LIV, n. 16.437, p. 1, 16 out. 1976. Acervo digital. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=navegacaoPorData=197019781016>. Acesso em: 15 out. 2016.

FINNER, Samuel. *The man on the horseback*. London: Pall Mall, 1962. 268 p.

FONSECA, Maximiano Eduardo da Silva. *Verbetes biográfico*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, [1989?]. Atualizado por Moizês Ariosa. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maximiano-eduardo-da-silva-fonseca>. Acesso em: 25 mar. 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes. 1987. 288 p.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 662 p.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. 512 p.

GEISEL, Ernesto. *Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial em 19 de março de 1974*. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 2009. 29 p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/03.pdf/view>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GEISEL, primeiro presidente eleito por colégio eleitoral. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano XLIX, n. 14.719, p. 6, 16 jan. 1974. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019740116>. Acesso em: 15 out. 2016.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução Dante Moreira. São Paulo: Perspectiva, 1974. 317 p.

GOLDENSTEIN, Sérgio. *A dívida externa brasileira 1964/1983: evolução e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 185 p.

GOMES, Angela de Castro; JORGE, Ferreira. *Jango: as múltiplas faces*. Ed. FGV, 2007. 272 p.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999. 294 p.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Tradução Luiz Mario De Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 444 p.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Tradução M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. 455 p.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Tradução Pinheiro de Lemos. São Paulo: Forense: Edusp, 1975. 504 p.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Tradução José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996. 547 p.

_____. *Who are we?: the challenges to America's national identity*. New York: Simon & Schuster, 2004. 428 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (Brasil). *IPEA 46 anos: o Brasil em 4 décadas*. Brasília, DF: IPEA, 2010. Texto para Discussão 1500. 104 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf. Acesso em: 10 fev. 2011.

JAGUARIBE, Hélio. *Economic and political development: a theoretical approach, in the Brazilian case study*. Cambridge, UK: Harvard University Press, 1968. 202 p.

_____. Brasil: ¿estabilidad social por el colonial-fascismo? In: FURTADO, Celso *et al. Brasil Hoy*. México: Siglo Veintiuno, 1968.

JANOWITZ, Morris. *The military in the political development of new nation: an essay in comparative analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964. 143 p.

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Tradução Raul Sá Barbosa. Rio de Janeiro: GRD, 1967. 434 p.

JOHNSON, John J. *The military and society in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1964. 308 p.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus Faria. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. 202 p.

LAMARÃO, Sérgio. *Clube da lanterna*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, [20--]. Verbete temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-da-lanterna>. Acesso em: 10 fev. 2011.

LENDON, J. E. *Soldiers & ghosts: a history of battle in classical antiquity*. New Haven: Yale University Press, 2005. 468 p.

LINZ, Juan J. *Totalitarian and authoritarian regimes*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000. 343 p.

LINZ, Juan J. The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil. In: STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven: Yale University Press, 1973. p. 233-54.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred (ed.). *The breakdown of democratic regimes: crisis, breakdown and reequilibration*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978. 144 p.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. *Carl Schmitt e a fundamentação do direito*. São Paulo: Max Limonad, 2001. 225 p.

MACIEL, Lucio; NASCIMENTO, José Conegundes. *ORVIL: tentativas de tomada do poder*. Salto: Shoba, 2012. 925 p.

MADDISON, Angus. *Contours of the world economy, 1-2003 AD: essays in macro-economic history*. New York: Oxford University Press, 2007. 448 p.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Antologia de humorismo e sátira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. 465 p.

MALLOY, James. *Authoritarianism and corporativism in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977. 529 p.

MANIFESTO dos Capitães. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXV, n. 93, p. 4, 23 abr. 1965. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19650423&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 fev. 2011.

MARIGHELLA, Carlos. A crise brasileira, 1966. In: ESCRITOS de Carlos Marighella. São Paulo: Editorial Livramento, dez. 1979. p. 48-97.

MARTINS, Hélio Leôncio. Gestão ministerial do almirante Ângelo Nolasco e a renúncia de Jânio Quadros: recordações. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 137, Suplemento, 2017, p. 261-266.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1979)*. 1993. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. 239 p.

MARTINS FILHO, João Roberto. Visões da crise: a esquerda brasileira e a crise do final dos anos [19]60. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, v. 1, p. 98-116, 1990.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956. 108 p.

MATTA, Roberto da. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1984. 82 p.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Honrando o compromisso*. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 2008. 178 p. Transcrição do discurso lido no Palácio das Laranjeiras, através da rede nacional de rádio e televisão, por ocasião da passagem do 1º aniversário do governo do presidente Médici, em 30 out. 1970. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/27/view>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MELLO, Jayme Portella de. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979. 1.032 p.

MENDONÇA, José Márcio. Os conselhos do doutor Huntington, de Médici à abertura. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 29 mar. 1982. Coluna de Brasília.

MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Tradução Ivonne Jean. Brasília, DF: UnB, 1981. 384 p.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. Coordenação editorial Rosana Trevisan. São Paulo: Melhoramentos, 2004. 2.267 p. Disponível em: <http://dic.busca.uol.com.br/result.html>. Acesso em: 28 mar. 2011.

MILLS, Charles Wright. *A elite no poder*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 422 p.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA (Brasil). *Atos da revolução de 1964*: de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967, V. I. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), [196-?]. Fundo Polícias Políticas do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB), pasta secreto n. 77.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA (Brasil). *Atos da revolução de 1964*: de 13 dezembro de 1968 a 31 dezembro de 1970, V. II. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), [196-?]. Fundo Polícias Políticas do arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB), pasta secreto n. 77.

MINISTÉRIO DA MARINHA (Brasil). *Nossa voga*: publicação destinada aos novos aspirantes da Escola Naval. Rio de Janeiro: Escola Naval, 1957.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (Brasil). Atitudes do Gen Ex Moniz de Aragão. In: _____. *Ata da 42ª reunião do ACE, Rio de Janeiro, 21 jul. 1969*. Brasília, DF: Arquivo Nacional, 1980. Arquivo do SNI, pasta A0063230.

_____. Aviso [ministerial] nº 212, de 11 de julho de 1967. [...] recomendar que: a) não sejam mais utilizados, pelo pessoal civil e militar deste Ministério, meios de petição diferentes dos previstos nas Leis e nos regulamentos [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 19-20, 28 jul. 1967. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2912340/pg-19-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-07-1967>. Acesso em: 11 nov. 2014.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A revolução de 30 e a finalidade política do exército*: esboço histórico. Rio de Janeiro: Andersen Editores, [1934?]. 231 p.

MONTEIRO, Tânia. Venturini: o grande mentor da anistia foi Figueiredo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. __, 22 ago. 2009. Seção Política. [Versão on-line]. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,venturini-o-grande-mentor-da-anistia-foi-figueiredo,423015,0.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MORAES, João Quartim de. O argumento da força. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de et al. *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 11-56.

MURICY, Antonio Carlos. *Entrevista [história de vida] I*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1981. 57h20min. Entrevista realizada no contexto da pesquisa “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”. Entrevistadores: Ignez Cordeiro de Farias, Aspásia Alcântara de Camargo e Lucia Hippolito. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/antonio-carlos-muricy-i>. Acesso em: 10 fev. 2015.

NEEDLER, Martin C. Political development and military intervention in Latin America. *The American Political Science Review*, Cambridge, UK, v. 60, n. 3, p. 616-626, Sept. 1966.

NUN, José. América Latina: la crisis hegemónica y el golpe militar. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 6, n. 22-23, p. 355-415, jul./dec. 1966.

O'DONNELL, Guillermo. *Bureaucratic authoritarianism: Argentina, 1966-73, in comparative perspective*. Berkeley, CA: University of California Press, 1988. 338 p.

_____. *Modernization and bureaucratic-authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley, CA: University of California Press, 1973. 219 p.

_____. *Reflexões sobre os estados burocráticos-autoritários*. Tradução Claudia Schilling. Rio de Janeiro: Vértice, 1987. 75 p.

_____. Corporatism and the question of the state. In: MALLOY, James M. (ed.). *Authoritarianism and corporatism in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977. p. 47-88.

_____. Desenvolvimento político ou mudança política? In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). *O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 23-95.

_____. Modernization and military coups: theory, comparisons and the Argentine case. In: LOWENTHAL, A.; FITCH, S. (ed.). *Armies and politics in Latin America*. 2. ed. rev. New York: Holmes & Meier, 1986. p. 96-133.

_____. Tensões no estado burocrático-autoritário e a questão da democracia. In: COLLIER, David (org.). Tradução Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 267-296.

_____. Reply to Remmer and Merckx. *Latin American Research Review*, Albuquerque, v. 17, n. 2, p. 41-50, 1982.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *Além da anistia, quem da verdade: o percurso da Comissão Nacional da Verdade*. Curitiba: Prismas, 2015. 348 p.

O'REILLY, Marcos de Mendonça. *A ideologia da corrente militar "revolucionário-nacionalista" (1967-1969)*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985. 168 p.

PAUKER, Guy. Southeast Asia as a problem area in the next decade. *World Politics*, Washington, DC, v. 11, n. 3, p. 325-345, Apr. 1959.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960. 298 p.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 216 p.

PERLMUTTER, Angus. *Egypt's destiny*. Garden City: Doubleday and Company, 1955.

PINTO, José Cimar Rodrigues. *Relações civis e militares*: a influência da direita radical entre 1954 e 1964. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. 191 p.

PINTO, José Cimar Rodrigues. *Relações civis e militares entre 1964 e 1985*: contribuição teórica e interpretativa. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 419 p.

PLATÃO. *A república*. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2005. 320 p.

RAPOPORT, David. A comparative theory of military and political types. In: _____. (ed.). *Changing patterns of military politics*. New York: The Free Press, 1963. p. 71-101.

RATTENBACH, Benjamín. *El sistema social-militar en la sociedad moderna*. Buenos Aires: Pleamar, 1965. 154 p.

REALE, Miguel. *ABC do integralismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. 139 p.

REIS, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro*: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989. 67 p.

REIS, Gustavo Moraes Rego. *Entrevista [temática]*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1992. 7h20min. Entrevista realizada no contexto do projeto “1964 e o regime militar”. Entrevistadores: Maria Celina D’Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/gustavo-moraes-rego-reis>. Acesso em: 10 fev. 2011.

ROCHE, Jean. A Europa e o morticínio. *Revista Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 14, p. 38, 1949. Resumo da Conferência de Albert Camus.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa Omega, 1984. 476 p.

_____. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. 155 p.

RUSTOW, Dankwart A. *Political modernization in Japan and Turkey*. Princeton: Princeton University Press, 1964. 512 p.

SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editora, 1933. 138 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986. 195 p.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político: teoria do partisan*. Tradução Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. 264 p.

SCHMITT, Carl.. *La defensa de la constitución*. Tradução do alemão para o espanhol de Manuel Sánchez Sarto. Madrid: Tecnos, 1998. 256 p.

_____. *Teologia política*. Tradução Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 152 p.

_____. *Teoría de la constitución*. Tradução do alemão para o espanhol de Francisco Ayala. Madrid: Alianza Universidad Textos, 2003. 384 p.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 96 p.

SCHMITTER, Philippe C. Still the century of corporatism? *The Review of Politics*, Cambridge, UK, v. 1, n. 36, p. 85-131, Jan. 1974.

_____. The “portugalization” of Brazil? In: STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven: Yale University Press, 1973. p. 179-232.

SCHWARTZMAN, Simon (ed.). *O moralismo e a alienação das classes médias*. [S. l.]: Schwartzman.org, 2008. Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, v. 2, n. 2, p. 150-9, jan./jun. 1954. Republicado em: *O pensamento nacionalista e os “cadernos de nosso tempo”*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981. p. 32-38. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/moralismo.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.

SEGREDOS de Estado, temporada 3, episódio 26. [S. l.]: History Channel, [20--]. Vídeo, son., color. Série Segredos de Estado.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (Brasil). *Estimativa n. 3*. Brasília, DF: SNI, 15 set. 1964. Arquivo Nacional, AP 17 1.30. Caixa 1.24-1.71.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. 273 p.

_____. *Planejamento estratégico*. Brasília, DF: Cadernos da UnB, 1981. 536 p.

SOARES, Samuel Alves. *Controles e autonomia: as forças armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: EDUSP, 2006. 224 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 439 p.

STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973. 266 p.

_____. *Os militares da abertura à nova república*. Tradução Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 116 p.

_____. *Os militares na política*. Tradução Italo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1971. 223 p.

STEPAN, Alfred. The new professionalism of internal warfare and military role expansion. In: LOWENTHAL, Abraham F.; FITCH, J. Samuel (ed.). *Armies and politics in Latin America*. 2nd ed. New York: Holmes & Meier, 1986. p. 134-150.

TANCREDO: a travessia (2011). Roteiro e direção: Silvio Tendler. Supervisão: Roberto D'Ávila. Rio de Janeiro: Intervideo Digital, 1 set. 2014. Color., 1h43min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BDmnploadSPc>. Acesso em: 24 jan. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Dados estatísticos*. V. 8: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1965 e 1966. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1971.

_____. *Dados estatísticos*. V. 9: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1970. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1971.

_____. *Dados estatísticos*. V. 10: eleições municipais realizadas no Brasil em 1972. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1988.

_____. *Dados estatísticos*. V. 11: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1974. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1977.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Tradução Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 228 p.

VALÉRIO, O. L. S. *A toga e a farda: o Supremo Tribunal e o regime militar (1964-1969)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, Universidade São Paulo, São Paulo, 2010. 222 p.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. 307 p.

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Porto Alegre: José Olympio, 1975. 604 p.

VIDICH, Arthur J.; STEIN, Maurice R. The dissolved identity in military life. In: STEIN, Maurice R.; VIDICH, Arthur J.; WHITE, David M. (ed.). *Identity and anxiety: survival of the person in mass society*. New York: Free Press, 1960. p. 449-479.

VIEIRA, Simone Bastos (org.). *A Constituição que não foi: história da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. 544 p.

VON BÜLLOW, Dietrich Heinrich. *The spirit of the modern system of war*. Tradução e edição de C. Malorti de Martemont. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013. 368 p.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução Leonidas Hegenber e Octany Silveira Mota. São Paulo: Cultrix, 1999. 128 p.

_____. *Economía y sociedad*. Tradução José Medina Echavarría *et al.* México: Fondo de Cultura Económica, 1944. 2 v. 1.425 p.

_____. *Ensaio de sociologia*. Tradução Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. 530 p.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Edição de Antônio Flávio Pierucci. Tradução José Marcos Mariani Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 336 p.

THE WORLD BANK. *Brazil: human resources special report (english): a World Bank country study*. Washington, DC, Oct. 1979. 623 p. PUB-2604. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/266031468744099040/Brazil-Human-resources-special-report>. Acesso em: 24 jan. 2016.

APÊNDICE 1

ARTIGOS DO CAPITÃO Y (CASTELO BRANCO)¹

Artigo de 24 de Novembro de 1933²: Os Politicos e o Exercito

O Exercito, como órgão directamente subordinado ao governo federal, tem sua efficiencia e equilibrio de suas funcções, em grande parte, sujeitos e decorrentes da orientação dos governos.

Se a maioria dos dirigentes nacionaes de todos os tempos tivesse o conhecimento dos problemas de defesa nacional e a noção, aliás, muito vulgarizada nos paizes de educação politica, de que o Exercito não é um apparelho controlador dos poderes da nação nem uma milicia partidária, a vida das forças armadas já teria tomado um sentido verdadeiro e exclusivamente militar, uniforme e progressivo. Quasi sempre o assunto “classes armadas” apparece nos discursos, programmas e plataformas como chavão gasto e illusorio e muito raro como problema de governo.

Os elementos políticos dos quadros do Exercito infelizmente têm concorrido para isso, cabendo-lhes também, sem duvida, uma parcella de responsabilidade no desvirtuamento da missão das instituições militares.

O nosso politico não estuda, em regra, as questões vitaes de um Exercito permanente, que para sua normal consecussão não devem ficar restrictas aos meios profissionaes. Além dessa lamentavel ignorancia, o homem publico brasileiro, quando em sua etapa provinciana vê, sente e observa, no que diz respeito ás cousas do “pessoal de farda” somente o que lhe podem offerecer as policias estaduaes. Ahi, elle aprende os methodos para o manejo das forças militares: remessa de officiaes e destacamentos para as cidades do interior com o fim de ser assegurado a todo custo o prestigio de uma facção, promoções ao arbitrio dos pendoros pessoaes, quasi sempre uma rudimentar istrucção, uma finalidade vaga do conjunto...

Alçando o vôo para o scenario federal, como congressista, membro da alta administração ou dirigente, o politico logo vislumbra no Exercito a ampliação da policia de sua terra. E vemos, então, intervenção disfarçada em algum Estado com a remessa de batalhões, transferencia da séde de corpos de tropa, promoções injustas e perniciosas, um desconhecimento impune da missão precipua das classes armadas... Em consequência, as instituições soffrem abalos e desequilíbrios em suas funcções.

1 A transcrição dos artigos segue a grafia original da época.

2 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. Os Politicos e o Exercito: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

Mas, já se pode dizer que cresce o numero dos políticos que estudam os problemas militares e vinculam a defesa nacional aos sagrados interesses do Brasil. E compete ao Exercito auxiliá-los e estimulá-los com elevado espirito de collaboração.

CORONEL Y

Artigo de 28 de Novembro de 1933:³ O Militar Politico

A Assembléa Constituinte, quando tratar do capitulo “Defesa Nacional” da futura Constituição, também discutirá e assentará suas idéas sobre as condições em que o militar pode ingressar na politica.

Trata-se de uma these de ha muito tempo debatida, controvertida, em seus aspectos theoricos e sempre acompanhada de conclusões abstractas. Só ultimamente veio a ser discutida mais a fundo pelo membro militar da Comissão do ante-projecto da Constituição. É um assumpto vital para a disciplina dos quadros do Exercito e que não mais convém continuar estatuido nas leis de modo confuso e á mercê dos interesses pessoases.

O chefe do governo provisório, em sua mensagem de 15 de novembro, opinou dizendo que julga “natural que, como qualquer cidadão, o militar exerça actividade politica”. É infelizmente uma opinião vaga para uma questão de prática tão visivel e sensivel e, sobretudo, de consequências tão concretas. Ella permite varias interpretações, inclusive a de que o official pode ser politico permanecendo, em toda sua plenitude, como militar.

Os deputados á Constituinte têm, porém, onde muito estudar, desde os tempos do Imperio ate os nossos dias, em que, segundo diz a ultima mensagem, não existem “medidas tendentes a delimitar a acção dos militares na política”.

Parece que o Exercito não tem duvidas sobre este assumpto. Os desencantos da politica, declamadora de suas virtudes e impiedosa quando o divide, já devem ter servido de lições imperecíveis para melhor viver longe das lutas partidárias.

O official do Exercito, como qualquer cidadão, pode aspirar os cargos politicos. Seria odioso vedar-lhe o Ingresso ao Parlamento e aos cargos administrativos, fechar-lhe as portas de politica, que devem ser accessiveis ao militar que “evidencie competencia e pendores especiaes” como bem diz o chefe do governo em sua mensagem. A farda não é uma barreira ás justas ambições de um patriota, muito menos uma condição de inferioridade intellectual ou moral do militar em relação ao civil.

O que, porém, deve ficar assentado é em que situação o official fica, quando ingressa na politica.

O militar, antes de tudo, pertence a uma classe, faz parte de uma hierarchia concorre em promoções e conta tempo de serviço em seu próprio beneficio. Passando a desempenhar uma função civil, é militarmente

3 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. O Militar Politico: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

logico e individualmente honesto que elle se torne um egresso de sua classe. Pertencer ao Exercito e exercer, ao mesmo tempo, um cargo politico, ter acesso nos postos militares como deputado ou funcionario civil, é estabelecer um parallelismo de exercicio de funcções incompativeis é dar ao militar uma situação de privilegio, pernicioso aos quadros de officiaes, lesiva e prejudicial aos direitos dos que trabalham nos cargos da profissão das armas.

Que temos visto até agora, sobretudo nestes últimos tempos? O official do Exercito fazer carreira politica e progredir parallelamente nos postos da hierarchia, contar como tempo de serviço militar o período em que está fora de suas funcções militares, occupar um logar nos quadros e concorrer em suas promoções sem nelles ter actividade. O acesso se lhes apresenta mais facil mesmo muito rápido, em detrimento da selecção dos chefes, do interesse da instrucção e da disciplina, do estímulo e direitos dos que ficam trabalhando no Exercito e para o Exercito. É quasi o desamparo ao verdadeiro profissional, o desprestigio de sua honestidade, o desanimo para os que estão entregues ao trabalho anonymo da tropa, das escolas e dos estados maiores. Além disso, o militar politico, cem relação ao civil politico, constitue uma espécie de lobishomem, um homem de existência dupla e mysteriosa, que mette medo com uma das modalidades da sua vida...

Para assegurar o direito, aliás justos e impostergável, do militar ingressar na politica e resguardar os quadros do Exercito de existências parasitarias, a Constituinte estudará a opinião vaga do Chefe do Governo Provisório e provavelmente lhe dará uma forma pratica, inconfundivel e que corresponda ás necessidades profissionaes de um Exercito moderno. E os senhores, deputados devem lembrar-se que, quando surgem os grandes abalos da politica brasileira, uma das pontes que o politico encontra para passar e entrar no Exercito é o militar politico, com ou sem funcção civil. Através deste, as classes armadas tem sido desviadas do seu rumo e desgraçadamente divididas.

CORONEL Y

Artigo de 29 de Novembro De 1933:⁴ Militarismo Policial

O chefe do governo provisório, em sua mensagem de 15 de novembro, disse de uma maneira categorica e desassombrada, que “perturbadora seria a interferência collectiva dos militares, como corporação ou classe na vida politica do paiz, sobrepondo-se á consciência civica nacional, para instituir o regime militarista”.

Tem ahi a Assembléa Constituinte uma opinião clara, decisiva e, sem duvida confortadora.

Mas, para evitar a politica das armas é preciso, entre outras coisas, legislar tendo em vista os nossos vícios, tendências e qualidades.

Os senhores deputados não poderão deixar de examinar detidamente os factos concretos que se têm verificado entre as classes armadas e a politica, principalmente a partir de 1930, afim de que possam bem fundamentar e estabelecer certas partes do capitulo “Defesa Nacional”.

O seu exame, porém deve ir além e alcançar o ambiente em que vivem as forças policiaes, sua actuação e situação dentro de cada Estado. Esse estudo muito poderá concorrer subsidiariamente para a conclusão pratica que irá regular na lei basica a organização das milicias estaduaes.

Ninguém mais pode contestar, como brasileiro, o sentido completamente errado que algumas unidades da Federação têm dado ás forcas auxiliares do Exercito. Os inconvenientes se fazem sentir de longa data e os resultados já estão sendo colhidos.

Ha conveniência em apontar um facto, ainda recente e de aspecto alarmante, que bem caracteriza as condições perigosas em que a politica collocou as policias estaduaes.

Quando o dr. Olegario Maciel falleceu, esboçou-se em Minas, de maneira indisfarçavel, uma manifestação militarista através de uma mensagem politica dos coroneis de policia. O occorrido não podia deixar de causar sensação e atordoar todos os brasileiros acostumados a verem no grande Estado uma tradicional expressão civilista.

O preechimento do cargo de Interventor, que se processou automaticamente, foi motivo para um surpreendente telegrama dos commandantes de corpos e chefes de serviço ao governo provisório da Republica dizendo que a força policial “manifestava sua satisfação por ter recahido a escolha” no actual interventor interino e “declarava estar disposta a acatar e cumprir as determinações” do novo chefe do executivo

4 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. Militarismo Policial: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) , Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

estadual e a “prestar seu decidido concurso á obra revolucionaria” etc.

Vê-se nessa mensagem uma inédita declaração de insubordinação, inoportuna e dispensavel e ao mesmo tempo uma imposição de ordem politica. De boa fé não se pode acreditar que tal documento tenha sido enviado com o conhecimento ou por encommenda dos políticos interessados, nem remettido a revelia dos signatários.

Essa demonstração, aliás de quem menos autoridade tem para fazel-a, se fez muito antes do pronunciamento dos partidos políticos e das muitas associações de classe do Estado.

A politica mineira sempre se manifestou por meio de attitudes bem estudadas com gestos sobrios e moderados, agindo sempre em segurança e, sobretudo, norteadas por um tutelar senso das oportunidades. Jamais deixou de entrar efficientemente em acção nas occasiões difficeis de nossa historia, mas nunca foi precipitada, muito menos intempestiva. Na nova Republica viveu em bons termos, com o tenentismo do Exercito, evitando, porém, sua entrada na vida interna do Estado, não devendo portanto cahir depois, inexplicavelmente, no militarismo dos coronéis de policia.

Focalizemos esse facto de feitio de verdadeiro “militarismo policial” com o objectivo exclusivo de chamar para elle a attenção dos senhores deputados á Constituinte.

CORONEL Y

Artigo de 01 de Dezembro de 1933:⁵ O Trabalho Anonymo do Exercito

As diversas manobras realizadas pelas Escolas, em regiões diferentes, bem podem attestar que a seiva do Exercito tem resistido aos mais variados germens de dissolução.

Apezar de afastado periodicamente de seu roteiro, de esquecido ás vezes pelos dirigentes e de ameaçado em sua primazia pelos numerosos exércitos policiaes, não lhe têm faltado animo e estoicismo para se manter “permanente”, nem as fraguas dos dias tormentosos lhe esmorecem a vontade de vencer silenciosamente, de vencer para existir fóra e acima da politica.

Todos os annos, mesmo logo depois dos movimentos revolucionários, são levados a effeito exercicios de unidades isoladas, demonstrações para os centros de instrucção de officiaes e manobras de quadros e com tropa. A realização dessas grandes provas militares crescem de valor por serem arrancadas a golpes de energia e por comportarem antes de seu desenvolvimento uma manobra preliminar contra as resistencias do ambiente desfavorável de nossos dias.

A Escola de Estado Maior se transportou no mez de outubro para o Rio Grande do Sul e na região de Alegrete estudou uma situação de campanha de larga envergadura, na qual seus alumnos se aprofundaram, com interesse e ligados por um sadio espirito de camaradagem, nos conhecimentos da nossa doutrina de guerra.

A Escola Militar, no mesmo mez, deixou os quartéis do Realengo para, na zona de Rezende, corôar sua instrucção com uma manobra de apreciaveis resultados práticos para o futuro official. O Corpo de Cadetes esteve durante uma dezena de dias entregue a pesados trabalhos de campanha, em cujo desenvolvimento o ardor e a disciplina dos jovens militares se manifestaram de modo a confortar os mais velhos da carreira das armas.

Ante-hontem nos terrenos de Gericinó, as escolas de Arma, numa proveitosa acção conjunta de seus corpos de tropa, fizeram o ultimo exercicio do anno lectivo. Na grande assistência, que acompanhou o desenrolar complexo do exercicio, estava o chefe do governo provisório, num comparecimento attencioso que constitue um estimulo de inestimável repercussão.

5 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. O Trabalho Anonymo do Exercito: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

A demonstração de Gericinó, destinada aos officiaes que se aperfeiçoam nas Escolas de Arma, pode constituir, ao mesmo tempo, para o chefe do governo provisório e políticos que também lá estiveram, uma demonstração do que é o trabalho do Exercito.

A aviação, sem que se pudesse individualizar osapparelhos executou um bombardeio; a artilharia desencadeou uma preparação para o ataque e della só foi visto o arrebetamento dos projectis; a infantaria atacou e de seus elementos sómente puderam ser observadas as silhuetas indistinctas dos infantes; a engenharia installou os meios de transmissão que se consertaram invisíveis. Os convidados não ficaram sabendo quaes os collaboradores da organização do exercito, nem o nome dos officiaes encarregados de sua realização. Foi, no entretanto, a apresentação real de um trabalho de cerca de mil homens. Mas simplesmente um trabalho anonymo, cuja recompensa única os executantes viram estampadas na physionomia de cada um – a satisfação do dever cumprido. Assim é o verdadeiro trabalho do Exercito perante a nação. Os seus effeitos e resultados o Brasil sente e vê. E esta é a melhor característica dos Exércitos que têm seus officiaes integrados nos labores da profissão.

Provavelmente o chefe do governo provisório, quando procurava divisar nos mattos de Gericinó os executantes, sem poder vislumbra-los, deve ter se lembrado que os officiaes que transbordam de “ideologia” que se proclamam “authenticos” e que julgam o Exercito só comportar os differentes “modelos” de revolucionarios (1922, 1924, 1926, 1930), não podiam achar-se naquelle ambiente proffisional. Aonde elles andarão?...

CORONEL Y

Artigo de 02 de Dezembro de 1933:⁶ Amnistia aos Militares

O movimento em prol da amnistia parece estar generalizado e já constituir a unanime aspiração dos brasileiros no momento. Dirigentes por suas vozes autorizadas, constituintes e governados, proclamam todos os dias a sua incontestável necessidade.

Não se pode compreender, porém, as razões do governo em protelar-a e de seus correligionários discutirem a quem pertence a competencia para decretar-a quando existe entre nós um Ditador.

A comissão que examina as reformas administrativas dos militares não mostrou ainda a intenção de alongar seu estudo pelos postos elevados da hierarchia. Seu trabalho, portanto, não resultará num acto semelhante ao da concessão da amnistia, mesmo restricta.

O modo de encarar e fixar o gráo de culpabilidade de accordo cem o posto do revolucionário não é um critério justo, nem corresponde ao sentimento e á iniciativa que provavelmente a totalidade dos officiaes, sem distincção de graduação, teve ao participar da revolução. Parece que assim a comissão quer julgar somente tendo em vista a amplitude dos effeitos occasionados pela acção de commando de cada um.

Se ha de facto sinceridade nas declarações officiaes e officiosas, se ha desejo de apagar no Exercito as lamentáveis dissensões e de tentar remover as fundas separações existentes, que se decrete logo a amnistia e não se prosiga nessa espécie de supplicio chinez, isto é, pingando concessões que provocam consequencias quasi oppostas ás desejadas.

Os políticos, desunidos no ultimo movimento revolucionário, já se approximam em movimentos lentos e seguros, alguns almoçando juntos nos restaurantes e outros se sentando hombro a hombro nas bancadas da Constituinte. Os officiaes, que ocuparam as trincheiras oppostas e que expuzeram a vida ás rajadas de metralhadoras e aos obuzes, continuam separados e sangrando numa divisão muito differente da dos políticos e que á politica é assumpto indifferente.

Os militares não podem ter mais illusões sobre os resultados práticos, sobretudo para o Exercito, dos movimentos armados e sobre a divisão dos sacrificios que delles decorre, principalmente depois que o sr. Assis Brasil inventou, em 1924, o cargo revolucionário de “chefe civil da revolução”, com o qual foi conduzido ao Congresso em contraposição ao exílio e processo de justiça de seus commandados.

6 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. Amnistia aos Militares: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

Os políticos brasileiros precisam saber, porém, que não são absolutamente os militares que articulam essas queixas contra a política partidária que periodicamente envolve o Exército. São civis que, de melhor observatório, vêm os factos, dizem á nação os processos que nos envergonham e mostram as grandes falhas da nossa educação política.

O sr. Oliveira Vianna, que não tem ligação com as classes armadas, num de seus livros, traça o verdadeiro graphico das fluctuações que têm desviado o Exército de sua finalidade: “Os nossos políticos civis sempre viram no Exército um campo a explorar, em beneficio dos interesses delles: os da opposição – para subirem ao poder; os do governo – para se conservarem nelle. Os que estão de baixo vão aos quartéis para desalojar do poder os que estão de cima; estes apoiam-se nos quartéis para não serem desalojados pelos que estão de baixo. E tem sido esta – a de mero instrumento das ambições civis – a funcção propriamente política do Exército em nossa historia”.

A concessão da amnistia poderá ser uma das medidas do governo para reintegrar o Exército em sua posição fóra e acima da política partidária.

CORONEL Y

Artigo de 06 de Dezembro de 1933:⁷ Missão Militar Franceza

O governo acaba de renovar o contrato da missão estrangeira de instrução do Exército e, em sua mensagem de 15 de novembro, sublinhou com muita justiça a contribuição dos officiaes francezes na solução dos problemas dos nossos quadros.

Esse acto governamental, apesar de conter disposições incompletas, corresponde, em parte, ás necessidades do ensino nas escolas do Exército e do serviço de Estado Maior.

O elemento civil, em geral, estranha a prorrogação da permanência da Missão Militar Franceza entre nós. Á primeira vista, já parece dispensável a sua collaboração e o Exército acha-se no dever de se emancipar de mentores contratados e prover, por seus próprios meios, a direcção de seus estabelecimentos de ensino.

Antes de tudo, é preciso que se tenha em vista que a acção dos officiaes francezes sempre foi circumscripta ás escolas, ficando para os officiaes brasileiros a direcção e a execução do serviço de estado maior e da instrução dos corpos de tropa. Dessa maneira, o trabalho, para instruir a officialidade nos múltiplos sectores de actividade dos quadros e, sobretudo, para estabelecer solidamente uma uniforme doutrina de guerra, tem de ser lento e progressivo.

Principios de guerra e processos de combate não podem ser diffundidos e sedimentados em uma dezena de annos, principalmente com o prejuizo de varias interrupções motivadas pelos seguidos movimentos revolucionarios. Não foi possível com os abalos periódicos, realizar-se a continuidade, nem estabelecer-se uma prática ininterrupta, em todos escalões, dos ensinamentos dados nas escolas.

Outra circumstancia importante a considerar é, sem duvida, o facto do nosso Alto Commando ainda não estar regularmente formado e completamente constituido. Impõe-se ainda a assistência de elementos mais experientes em determinadas questões, como seja a preparação e realização das manobras de grandes unidades.

Além disso, os exércitos da Europa têm verdadeiros laboratórios de estado e de experiencias dos meios e processos de combate. E um dos modos das forças militares do Brasil instruirem-se e evoluírem, mediante as condições modernas da guerra, é mantendo em suas escolas um reduzido numero de capazes e seleccionados officiaes pertencentes áquelles centros

7 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. Missão Militar Franceza: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

de instrucção.

Parece, no entanto, que o Ministério da Guerra não viu o problema da renovação do contrato da Missão Militar Franceza com todos os factores de facto existentes.

Ha necessidade ainda de estar á frente de cada escola, pela menos durante um anno, um official da Missão que tenha feito a guerra e que conheça os programmas e a execução do ensino da escola congenera da França. Assim, poderia ser feita, para as nossas novas Escolas de Arma, a transposição, mediante as necessárias e indispensáveis adaptações, de cursos modernos e bem organizados.

Apesar disso, o governo renovando o contrato não deixou de attender aos interesses profissionaes do Exercito, cujo Estado Maior se vê assim satisfeito em suas proposições e estimulado em seus proposições em prol da instrucção e das escolas militares.

CORONEL Y

Artigo de 09 de Dezembro de 1933:⁸ A Defesa Nacional na Constituinte

ANTES das eleições de 3 de maio, houve quem propuzesse e propagasse a conveniencia dos militares votarem em seus camaradas candidatos á Constituinte e pedirem a seus amigos votos em favor destes noveis politicos. Allegava-se simplesmente a vantagem de fazerem parte da representação nacional elementos das classes militares para que pudessem ser pleiteadas na Assembléa as idéas sobre defesa nacional dominantes nos forças armadas. O retraimento, apesar de discreto, era generalizado e havia até quem tivesse a desconfiança de que os officiaes politicos não conhecessem bem aquellas idéas.

Proclamados os candidatos victoriosos e verificado o reconhecimento do diploma de deputado de mais de dez officiaes, não deixou de haver ainda quem suppuzesse a possibilidade das questões militares terem na Constituinte tenazes e proficientes defensores. A par dessa boa fé, grande parte das classes armadas sabia que os actuaes militares politicos não podiam ser differentes de seus antecessores.

Abertos os trabalhos da Assembléa Constituinte, uma expectativa ansiosa dominou os arraiaes militares. Vieram as estréas, apartes, reuniões e emendas, e com tudo isso o desencanto, a decepção...

A resenha, publicada nos jornaes, da reunião de terça-feira dos constituintes militares diz bem o que se pode esperar de sua acção parlamentar em prol das classes armadas. Tratou-se de pormenores das leis da Organização do Exercito (batalhões de engenheiros e de trabalhadores, colonias militares, autonomia do Estado Maior, etc.) e depois de questões particularistas, adstrictas exclusivamente aos interesses pessoaes dos desprendidos servidores da nação presentes á Constituinte.

Como resultado pratico da reunião, foram apresentadas antehontem á Assembléa duas emendas symptomaticas – permissão para a arregimentação politica dos militares e direito á promoção para os militares que exerçam cargos politicos.

Trata-se de collocar na Constituição dois dispositivos nocivos ás instituições militares, verdadeiro prejuizo aos que permanecem trabalhando na profissão e tambem nada mais do que uma deselegante defesa de interesses visceralmente pessoaes.

Pensa-se nas classes armadas que a esta altura da vida do Brasil o

8 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. A Defesa Nacional na Constituinte: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

Exercito e a Marinha já pudessem estar livres de parasitas em seu quadros de officiaes.

Na referida reunião, um joven militar politico, debatendo a idéa contida na segunda emenda, disse que o official que se dedica á politica soffre certas restricções nas promoções impostas pelas exigencias dos cursos. Ora, o illustre politico ao dizer semelhante coisa sabia que articulava uma impiedosa pilhéria a seus antigos camaradas, pois no anno passado foi contemplado com a graça de uma promoção por merecimento sem possuir os cursos a que se referiu...

O mais graduado dos militares presentes, por ser talvez o mais profissional e o mais experiente delles, encarou as idéas de ordem puramente pessoal de seus companheiros com assignalado heroísmo. Honra lhe seja feita!

E possivelmente a reunião deba[...] ⁹o sympathico general se lembrou o [...] ¹⁰seus sacrificados livros militares...

De tudo isso se conclue que absurdamente o militar não representa as classes armadas na política. A experiência tem demonstrado que, em regra, o official que se dedica a outras actividades é um profissional mediocre e pouco devotado ao dever militar, esquecendo-se quasi sempre dos problemas vitaes da sua classe. Os órgãos do Exercito e da Marinha são os elementos mais autorizados para o interesse das forças armadas perante as camaras políticas, sobretudo agora, na Assembléa Constituinte, onde os ministros da Guerra e da Marinha podem ter assento e falar com a assistência technica dos respectivos estados-maiores.

E o militar político é praticamente um deputado como outro qualquer, útil á defesa nacional quando bem orientado e emancipado das conveniências de ordem pessoal [...] ¹¹ prejudicial se que agir desconhecendo o assumpto e attendendo a privilegiadas situações particulares.

CORONEL Y

9 Ilegível por motivo de ruptura na cópia.

10 Idem.

11 Idem.

Artigo de 15 de Dezembro de 1933:¹² O Almoço do Dia 12

Os efeitos de um agape no espirito e na acção dos convivas constituem ainda uma coisa duvidosa. Os banquetes de character politico, com mais forte razão, não merecem credito de ninguém, a não ser de algum homenageado ingenuo. Essas reuniões em torno de mesas de refeição, na Republica Velha, ficaram desmoralizadas. Ao contrario do que se esperava, o chamado novo regimen procurou revivel-as e animal-as a propósito de tudo, até para fazer a confraternização dos componentes de uma classe.

O almoço do dia 12 no Club Militar, porém, já é um facto consummado. Mas, os discursos lá pronunciados ainda ecoam nos meios militares, animando uns, estimulando outros e decepcionando certos espiritos exigentes ou talvez mais bem avisados.

Innegavelmente o orador que saudou o general Góes Monteiro esteve á altura da missão e, de maneira incisiva, se referiu aos problemas capitaes do Exercito neste momento.

Tem-se a impressão de que o general Pantaleão Pessoa synthetizou com felicidade um verdadeiro programma para um ministro da Guerra que o Exercito está a pedir na quadra de confusão que atravessamos. Suas palavras não foram ambiguas e disseram, sem rebuços, a situação quasi inconsistente das classes armadas.

O aparelhamento militar, para melhor garantir a integridade pátria e dar sancção ao poder federal, a disciplina e a hierarchia, como attributos da honra do soldado, mereceram destacada referencia em seu discurso. Não fugiu á affirmação de que os militares estão cansados de ouvir criticas ao Exercito de elementos menos autorizados, ignorantes dos problemas das forças armadas ou exploradores de seus erros. Focalizou também o interesse das classes militares corrigirem suas próprias falhas, esquecerem os dissidios, especialmente os de fundo politico. O orador foi, assim, sem duvida, bastante objectivo, opportuno e, sobretudo, um fiel interprete de seus companheiros.

O discurso do general Góes Monteiro, lido no almoço dos militares, parece que melhor caberia, como parte principal, na oração proferida no banquete politico. As brilhante idéas geraes, as generalidades sobre variados assumptos, inclusive sobre as classes armadas, poderiam ter sido endereçadas aos políticos seus amigos como orientação, directivas, ou mesmo como mais uma de suas uteis divagações sobre as questões

12 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. O Almoço do Dia 12: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

da defesa nacional. Os seus camaradas, porém, suppunham que iam ouvir idéas precisas sobre o momento militar, que lhes fosse traçada claramente a posição do Exercito na reorganização politica do paiz, como único elemento de força terrestre na Federação e que as promessas trouxessem um cunho objectivo e de realização immediata.

Disse o general Pantaleão Pessoa em sua saudação que os melhores espíritos do Exercito “parecem acordar todos os dias procurando uma voz de commando, uma força de attracção moral e profissional, uma sensação de segurança e continuidade”. A impressão que se tem é de que elles continuam a acordar diariamente em meio de uma confusão contristadora, onde as responsabilidades dos chefes, divididas e inexpressivas, desaparecem no rebojo dos acontecimentos. O rumo a seguir não está balizado, um braço de general não aponta a direcção, nem traça os objectivos successivos a conquistar... A tropa se acha quasi cansada de esperar por quem queira conduzi-la á victoria de suas aspirações, á posição de órgão nacional, efficiente e único no género.

Deante dessa espécie de acephalia, todo mundo, como diz o general Pantaleão, “se sente em condições de opinar, resolver e legislar sobre assumptos militares”.

Relembrando o almoço do anno passado, o orador ainda disse que a actuação do general Góes Monteiro não pôde corresponder ás esperanças e que estas, no entretanto, persistem desafiando a capacidade e os sentimentos cívicos do homenageado.

Os seus camaradas que esperem, então, mais um pouco e não desesperem do advento de melhores dias.

Parece que o general Góes Monteiro só quer agir depois de ver completamente asseguradas as possibilidades de successo e desenvolver sua acção dentro de uma situação estável, onde os homens e as idéas estejam alinhadas atrás de sua pessoa. Mas, numa occasião como a que vivemos, é preciso, antes de tudo, “reunir” para depois “marchar”.

Militarmente falando, o joven general dá a impressão de que deseja articular um perfeito serviço de segurança, guardar-se com um systema clássico e completo de segurança em todas as direcções, para depois agir. Os grandes chefes, tão conhecidos do general Góes Monteiro, procuraram sempre não perder as oportunidades para manobrar, mesmo com uma cobertura vulnerável. Assim é que o seu mestre mais recente da estratégia, o marechal Foch, disse que a arte da guerra pode enfeixar-se nesta

xpressão: “AGIR, ET AGIR EN SURETÉ. MAIS, COMBIEN LE PREMIER, AGIR, EST PLUS GRAND QUE LE SECOND.”

CORONEL Y

Artigo de 30 de Dezembro de 1933:¹³ Garantia Insustituível

Na vida descuidada e alegre do Brasil, cheia sempre de novidades e surpresas, o dictado corriqueiro – “De onde não se espera dahi é que vem” — não deixa de corresponder a essa realidade, de encerrar mesmo muita sabedoria.

A entrevista do sr. Alcantara Machado a O JORNAL pode entrar para o rol dessas coisas brasileiras inesperadas que emanam de onde não deviam originar-se, ou que se revelam inopinadamente causando espanto e decepção.

O “leader” paulista disse que os Estados tem nas policcias a “garantia insustituível de sua autonomia”. Tal afirmativa, além de avançada, está muito longe de praticamente reduzir a verdade dos factos. Se não, vejamos.

O chefe da bancada bandeirante sabe muito bem que o Marechal Hermes deixou de consummar a intervenção em São Paulo, no anno de 1910, não foi receiando o poder incipiente de sua milicia. Houve de sua parte, entre outros factores, um justo respeito á resistencia civica de seus politicos naquelle tempo e uma submissão á repulsa generalizada dos brasileiros. A politica paulista, impregnada de um espirito legalista incomparavel, não ia escudar-se exclusivamente na eficiencia de seus soldados de policia.

O sr. Alcantara Machado não desconhece que o presidente W. Luis poderia ter facilmente deposto o presidente João Pessoa e que se absteve de fazel-o, não por medo da redusidissima milicia da Parahyba, mas, em parte, por não julgar necessario e acatar incontestavelmente a envergadura moral da attitude resoluta do mallogrado parahybano. Ao contrario, o presidente Arthur Bernardes entrou facilmente no Estado do Rio por ter encontrado um presidente mais fraco que sua policia e uma politica estadual bastante inconsistente.

O representante paulista sabe também que, neste anno, São Paulo achando-se submettido ao governo federal e com a milicia desmoralizada perante a propria opinião de seu Estado, teve suas aspirações levadas em consideração, aliás de uma maneira muito honrosa para o chefe do governo por terem seus politicos se apresentado desassombradamente com elas definidas e revestidos de um indiscutivel mandato popular.

E’ ainda do conhecimento do “leader” da chapa unica de S. Paulo que o

13 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. Garantia Insustituível: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

Estado de Minas tem actualmente a policia de maior effectivo, de armamento mais numeroso e considerada pela politica official desta unidade da Federação como legitima expressão da dignidade mineira. S. ex. viu que isto não impediu absolutamente que a politica federal, politicos de outros Estados, revolucionarios authenticos e falsificados, opinassem e se intromettessem na escolha do interventor para Minas Geraes, cujas pretenções foram levadas por seus proprios politicos, divididos em plena confusão de interesses, para os apartamentos e mesas dos restaurantes de padrinhos prestigiosos.

Ora, o illustre autonomista bandeirante sabe de todas as coisas e, mais, que todas as intervenções federaes só se realizaram com o apoio dos Estados que hoje alardeiam a proposito de tudo o principio de autonomia - Rio Grande Sul, S. Paulo e Minas. S. ex. deve estar lembrado de que intervenção no Ceará foi estimulada pelo Rio Grande, a que se verificou no Estado do Rio recebeu da politica de Minas um intransigente e impiedoso apoio e o famoso caso de Princeza teve da politica paulista defensores dedicados e interessados.

O sr. Alcantara Machado, porém, deixou de dizer, em sua entrevista, por esquecimento ou omissão voluntaria, que as policias são uma terrivel arma de oppressão e de intervenção summaria nos municipios. O deputado paulista não deve estar esquecido que os chefes do executivo de muitos Estados enviam sempre destacamentos milicianos para as cidades onde o prestigio de seus correligionarios esteja periclitando e onde haja necessidade de se fazer uma demonstração de força a favor do partido dominante.

É lamentável, pois, ouvir-se de um dos deputados á Constituinte de graves responsabilidades como o “leader” paulista que as policias constituem a garantia “insubstituível” da autonomia dos Estados. A cultura, o civismo, a resistencia moral, ou melhor as forças politicas cedem lugar ás forças policiaes.

Dessa maneira, vae-se formando no Brasil uma convicção falsa e attentatoria a seus fóros de paiz de educação politica. Os seus politicos dão a impressão de que querem viver em paz e isoladamente dentro de cada Estado, apoiados nas milicias, em vez de buscarem na força de suas attitudes uma das garantias de autonomia estadual. A historia, no emtanto, mostra que quem confiar semente na “garantia insubstituível” apregoada pelo “leader” de S. Paulo póde ter duras decepções.

E o sr. Alcantara. Machado, que, em materia de defesa nacional, só quer organizar a resistencia dos Estados contra as investidas do Exercito, manejado pelo governo federal, não deve illudir os outros com uma coisa que sabe não corresponder á realidade e poder falhar. S. ex. estava em S. Paulo nos tormentosos dias do tragico desfecho da revolução paulista e viu de que maneira falhou a “garantia INSUBSTITUÍVEL” DE SUA TERRA...

CORONEL Y

Artigo sem data de 1933:¹⁴ A Defesa Nacional e as Novidades

O Exercito, nestes últimos dias, andou bem aquinhoado de proposições extravagantes. Não se pôde avaliar ainda o que desejam os reformistas com suas sugestões esdruxulas, si dissovel-o ou caricatural-o.

Os Jornaes da semana passada revelaram duas idéias sobre o “aproveitamento” das forças armadas, que, á primeira vista, parecem estar em franca divergência, mas que, enuncianco coisas aparentemente differentes, são oriundas de uma mesma mentalidade e visam um mesmo fim. Trata-se de uma entrevista de um deputado mineiro e de uma proposta feita no Congresso do Nordeste por um representante de Pernambuco na Constituinte, respectivamente coronel de policia e capitão do Exercito.

Os militares devem estar alarmados deante do destino que estes deputados lhes querem dar e, ao mesmo tempo, desolados com a renitente incompreensão da existência e finalidade das classes armadas por parte dos políticos.

O deputado miliciano promette apresentar á Assembléa algumas emendas á secção “Defesa Nacional” do projecto da Constituição e que, segundo a sua própria advertência, constituem “novidades” entre nós. As suas preposições visam dar ao Exercito uma organização que permita aproveitá-lo plenamente no trabalho civil, cultivando tudo que a nossa terra possa produzir, explorando minas, montando e mantendo usinas e fabricas de toda espécie, construindo estradas etc. Para isso, haverá officiaes agrônomos, batalhões-agrarios, unidades mineiras, localização da tropa secundo as necessidades do cultivo da terra, etc. De accordo ainda com a sua previsão, as forças armadas passarão a dar grandes rendas e ficarão livres de comprar batata, armamento, trilhos, etc.

Não se pode acreditar que as emendas a serem apresentadas decorram do programma do partido a que pertence o coronel da policia mineira autor da entrevista. Além disso, os deputados progressistas não desejarão pilheriar em plena Constituinte e, muito menos, comprometter sua reputação de legisladores encampando uma idéa que patenteia o desconhecimento do que seja rudimentarmente um Exercito, de sua finalidade precípua de formar reservas e das absorventes actividades de seus quadros para instruir e educar o soldado. A bancada de Minas Geraes, ciosa de seu bom senso, provavelmente não irá subscrever as “novidades”, nem procurará chamar a si a responsabilidade de propor a desorganização da defesa nacional.

14 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. A Defesa Nacional e as Novidades: Transcrição do artigo. Rio de Janeiro, RJ: Jornal Gazeta do Rio, Coluna Assumptos Militares, 1933. Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Arquivo do Marechal Castelo Branco, Pasta J, Pensamento Civil e Militar, Plásticos 1 e 2.

O entrevistado não para ali e, em contraposição ao destino que quer dar às forças armadas nacionais, sugere que as polícias sejam inteiramente equiparadas ao Exército, (instrução, promoções, remuneração, garantias, etc), ficando, porém, subordinadas diretamente aos governos estaduais.

Não é difícil ver-se no conjunto das “novidades” do deputado mineiro o propósito das milícias dos Estados usurparem a posição do Exército e este transformar-se num órgão essencialmente agrícola, disseminado pelo sertão e subordinado em consequência no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A outra idéia não deixa de ser também uma interessante novidade. Durante um debate travado no Congresso do Nordeste sobre a repressão do cangaceirismo, um deputado pernambucano apresentou a proposta dos Estados conseguirem das autoridades federais a localização, em determinados centros do interior, de unidades do Exército, que, pelo menos por sua presença, poderão afugentar os bandos de cangaceiros.

Este deputado, aliás capitão das forças armadas nacionais, quer transformar o Exército em polícia, ao contrário do outro deputado, coronel de milícia estadual, que deseja fazer de cada polícia um Exército.

O jovem militar político parece que também não sabe para que servem as instituições armadas da Federação e, ainda menos, as idéas básicas que presidem a distribuição da tropa nacional pelo território da República. A sua proposta de entregar ao Exército o policiamento dos sertões não deixa de ser a negação do objectivo principal do Exército sob o ponto de vista profissional, de formar, por meio da instrução militar, o maior número possível de reservistas.

Que proporá como “aproveitamento” das polícias? Irá, sem dúvida, ao encontro do deputado mineiro, isto é, fará sua sugestão de transformá-las numa tropa igual à que ainda hoje é o Exército.

Ha muito tempo que as classes armadas não colhem idéas tão attentatorias a seu destino. O acatamento a uma instituição que de modo inconfundível, na paz e na guerra, tem mantido a unidade nacional, o respeito a uma tradição de cultura e patriotismo, o orgulho do país possuir, como penhor de sua soberania no concerto internacional aquillo que os povos organizados consideram intangível, não soffrerão provavelmente o descrédito decorrente da propagação e aprovação das duas propostas.

Os dois deputados, que se completam em suas idéas, querem

* Essas anotações foram elaboradas apenas para sugerir possíveis perguntas, alternativas e modelos que possam ser levados em conta ao se considerar o futuro desenvolvimento político brasileiro. Julgamentos sérios sobre a importância das consequências e a adequabilidade relativa dessas diferentes abordagens e das suas trajetórias exigiriam uma pesquisa muito mais intensiva do que a que ocorreu neste breve memorando. (Nota de Huntington)

voluntariamente trocar as características das corporações a que pertencem. E os officiaes do Exercito, si elles conseguirem a acceitação de seus projectos, estarão deante de um penoso dilemma: plantar batatas como deseja o coronel de policia ou pegar cangaceiros como quer o capitão do Exercito.

CORONEL Y

APÊNDICE 2

SUGESTÕES DE HUNTINGTON PARA A ABERTURA POLÍTICA

A tradução livre deste autor, transcrita abaixo, consiste de documento formulado por Samuel Phillips Huntington contendo recomendações para um possível processo de abertura política a ser empreendido durante o Regime Civil e Militar de 1964. Foi solicitado pelo, então, Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo de Emílio Garrastazu Médici, João Leitão de Abreu, por ocasião de uma das muitas visitas desse intelectual ao Brasil, a qual foi recebida em data não registrada do ano de 1973.

O documento do original em inglês digitalizado pode ser obtido no endereço: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/receita-samuel-huntington#pagina-17>. A transcrição desse texto encontra-se logo em seguida à tradução em português.

A fim de orientar o leitor, a numeração das páginas do original foi introduzida nas transcrições entre colchetes.

ABORDAGENS À DESCOMPRESSÃO POLÍTICA*

I. OS COMPONENTES DA DESCOMPRESSÃO

O termo “descompressão” parece ser usado genericamente e envolver, logicamente, três fenômenos bem diferentes, embora relacionados:

(1) institucionalização de procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos, principalmente na Presidência, mas, também, no Congresso, nas instituições estatais e por grupos relevantes de formulação de políticas públicas na tomada de decisões;

(2) a ampliação da base seletiva dos funcionários públicos e dos formuladores de políticas, de modo a representar grupos de interesse e setores da população no processo governamental; e

(3) a liberalização das restrições existentes sobre os direitos políticos e civis dos indivíduos e uma discussão pública aberta sobre questões governamentais e políticas.

A descompressão, pode-se argumentar, também deve ser pensada para incluir “civilização” e “democratização” do governo. No entanto, na medida em que a base política do regime é ampliada e canais mais eficazes são fornecidos para [1] a representação de uma gama mais ampla de grupos sociais no governo, algum grau de civilização ocorrerá. O uso do termo por si só, por outro lado, pode parecer implicar que os civis desalojariam os militares de todos os papéis políticos. Isso, no entanto, não é realista nem necessário. “Democratização” também tem mais conotações explícitas do

que aquelas necessariamente decorrentes pela descompressão. Geralmente é interpretado como significando a representação das pessoas no governo através de eleições competitivas. Existem, no entanto, outras formas de proporcionar representação o que, em parte, podem ser tão apropriado para o Brasil nos próximos anos como a representação eleitoral.

II. OPORTUNIDADE E SEQUÊNCIA DA DESCOMPRESSÃO

A descompressão é desejável em termos de valores éticos básicos, estabilidade política, eficácia e capacidade de resposta governamentais e para a imagem internacional do Brasil. Mas, deveria ser francamente observado, a descompressão também envolve problemas e perigos para o governo. O relaxamento dos controles em qualquer sistema político autoritário pode muitas vezes ter um efeito explosivo, no qual o processo fica fora do controle daqueles que o iniciaram e leva a consequências que não desejavam, nem previam. Uma consequência pode ser a desordem, a instabilidade e o colapso do regime, à medida que a oposição capitaliza as oportunidades e que a dinâmica das medidas de descompressão as proporcionam. Alternativamente, um relaxamento muito rápido ou imprudente dos controles pode [2] estimular um movimento forte na direção oposta e a reimposição de medidas ainda mais repressivas do que aquelas anteriormente existentes. Isso aconteceu em outros países latino-americanos e, de fato, aconteceu no Brasil nas crises de outubro 1965, dezembro de 1968 e setembro-outubro de 1969.

Uma descompressão eficaz e duradoura, portanto, deve ser um processo gradual sobre o qual o governo mantém um controle firme. Para alcançar isso, três coisas são desejáveis. Primeiro, a iniciativa na descompressão deve vir do governo. O governo deveria, de fato e na aparência, agir a partir de uma posição de força. Não deve parecer estar cedendo às pressões ou demandas dos grupos de oposição, porque se isso acontecer, as demandas de oposição irão aumentar e o governo poderá facilmente perder o controle do processo. Além disso, a descompressão deveria conduzir a novas configurações políticas como um resultado natural da evolução política brasileira desde 1964 e não a uma restauração artificial das práticas pré-1964. Como o rápido desenvolvimento econômico no Brasil gerará novas demandas de descompressão, seria bom que o governo iniciasse esse processo o mais cedo possível, antes que essas pressões se tornassem ativas. Os passos oportunos para a descompressão política são, em certo sentido, o resultado necessário do sucesso econômico do regime.

Em segundo lugar, as medidas de descompressão têm claramente

de ser enquadradas de tal forma a minimizar a oposição a ela pelos elementos da linha dura e de outros componentes do governo e do corpo de oficiais. Isso exigiria, em grande parte, que eles não se tornassem excessivamente [3] identificados com nenhum indivíduo em particular. O Brasil, tem sido dito, é uma ditadura sem um ditador. Isso implica que deveria ocorrer a descompressão sem um descompressor. Outros países que passaram com sucesso por processos comparáveis usualmente o fizeram sob a liderança de um líder carismático extraordinariamente popular (Cardenas no México, Mustafa Kemal na Turquia). Para melhor ou para pior (e acho que provavelmente melhor), o Brasil não tem esse tipo de personalidade. Mas isso não significa que a descompressão terá que ser um processo coletivo apoiado por um consenso entre os grupos dominantes no governo.

Em terceiro lugar, uma descompressão ordenada e segura requer a sequência adequada de ênfase nos diferentes componentes.

Os três principais componentes da descompressão são, obviamente, intimamente inter-relacionados. Mas o movimento em um componente não necessariamente exige um movimento simultâneo nos outros. Do ponto de vista do governo, parece essencial que a prioridade deve ser dada em primeiro lugar à institucionalização, depois, à expansão da participação e da representação, e finalmente a liberalização.

A institucionalização contribuirá para garantir a estabilidade do governo, para impedir um possível retorno à instabilidade e às condições políticas ineficazes que prevaleciam antes de 1964 e para minimizar a possibilidade de conflitos e divisões irreconciliáveis que poderiam ocorrer dentro do governo por causa de desacordos sobre o processo. Antes que possa aumentar a participação ou liberalizar os controles, o regime deve explicitar claramente [4] seu próprio caráter político. A necessidade mais premente, neste caso, envolve o processo de sucessão presidencial.

Em segundo lugar, apenas pela necessidade de regularizar a sucessão é que existe a imposição de proporcionar mecanismos institucionais para a representação de interesses no governo e nos níveis mais altos da participação política, a qual, quase invariavelmente, ocorrerá como consequência do rápido desenvolvimento econômico. A falta de canais para essa participação pode levar a um crescente antagonismo com o regime. Em geral, os interesses que mantêm relações com o governo e se sentem representados no seu interior por meio de canais legítimos não se transformarão em violência contra ele, enquanto que a obstaculização de canais de participação a grupos importantes tendem a se transformar em violência. A cooptação de potenciais grupos da oposição, relacionando-os

ao sistema governamental, é uma política muito menos onerosa do que tentar reprimir tais grupos.

Consequentemente, três tópicos têm importância crítica no processo de descompressão:

- (a) institucionalizar a sucessão presidencial;
- (b) prover uma estrutura para a representação mais ampla de interesses no governo;
- (c) identificar e analisar as demandas políticas e as pressões futuras que resultarão do sucesso do desenvolvimento econômico do Brasil. [5]

III. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Em muitos países onde os regimes militares chegaram ao poder, naturalmente, o problema da sucessão é evitado por quem quer que esteja no poder usando quaisquer meios que sejam necessários para se manter no poder. O Brasil está um grande passo à frente desses países em que se estabeleceu o princípio de que haverá sucessão. O continuismo foi rejeitado. Este é um passo criticamente importante no caminho para a estabilidade institucional que foi adotado. O problema agora é institucionalizar os procedimentos de nomeação de presidentes para que cada sucessão não provoque uma crise institucional, ou seja, para evitar situações em que uma controvérsia sobre quem deve ser presidente se torna uma controvérsia sobre como o presidente deve ser escolhido. A experiência de 1969 sugere que o conflito simultâneo sobre quem e como é uma possibilidade muito real na ausência de um acordo adicional sobre os procedimentos.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de procedimentos mais claramente institucionalizados deve crescer a partir dos processos que ocorreram dentro do corpo de oficiais em 1966 e 1969. O elaborado processo de consulta entre os oficiais gerais e seus comandos que ocorreu em 1969, por exemplo, pode ser formalizado e gradualmente ampliado para incluir os grupos críticos de liderança na burocracia civil, na comunidade empresarial, nas profissões, na agricultura e no trabalho. Como tanto a lógica quanto a experiência de outras sociedades indicam, essa ampliação e formalização do [6] “Colégio de Cardeais” brasileiros teria que ocorrer em algum tipo de estrutura partidária que fosse um desdobramento e um reflexo da estrutura existente de poder e não, como a ARENA, simplesmente um apêndice a ela.

Os processos de sucessão em 1966 e 1969 e o início do processo agora para 1974 mostram certas semelhanças com o processo de consultas pelo qual os presidentes do México foram escolhidos durante os últimos

trinta anos. Em cada país, a nomeação do presidente envolve um processo complexo e prolongado de consulta, lobby, recomendação e construção de consenso entre os principais membros da elite política. No México, o processo também tem as seguintes características:

(a) uma gama bastante ampla de líderes de grupos políticos, governamentais, empresariais e de grupos organizados participam do processo;

(b) o processo de nomeação ocorre de forma discreta e sem muita publicidade dentro do quadro reconhecido do Partido Revolucionário Institucional;

(c) a escolha da elite política é endossada pela convenção do Partido e depois ratificada em uma eleição popular;

(d) o presidente em exercício desempenha um papel crítico e provavelmente decisivo na escolha de seu sucessor;

(e) a prática agora está bem estabelecida de alternar presidentes mais conservadores e mais radicais;

(f) nos últimos vinte e cinco anos, os presidentes foram escolhidos entre as fileiras de líderes governamentais civis e funcionários do partido. [7]

As maneiras pelas quais esse processo no México difere do que parece ser a prática emergente no Brasil são, em grande parte, diferenças no nível de institucionalização política. No México, existe uma estrutura partidária bem organizada para encapsular o processo. Se houvesse uma diferença séria sobre quem deveria ser o candidato entre os membros da elite política, existe o mecanismo institucional para resolver essas diferenças na forma da convenção do partido. Portanto, a ameaça de crise institucional não aparece no pano de fundo de cada sucessão. Embora claramente existam grandes diferenças na história política e nas instituições do Brasil e do México, um estudo aprofundado das maneiras pelas quais o governo mexicano institucionalizou o processo de sucessão presidencial pode sugerir procedimentos que possam ser úteis no Brasil.

IV. UMA ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO MAIS AMPLA

A representação e a participação na política podem ser organizadas em termos de seguidores pessoais, classes sociais, grupos de interesse, estruturas corporativas, movimentos de massa e, naturalmente, partidos políticos. Para simplificar grosseiramente o desenvolvimento brasileiro, tem havido, ao longo dos anos, uma mudança na importância relativa da política personalista do líder individual e de seus seguidores locais (coronelismo) para as movimentos conflitivos do corporativismo, por um

lado, e do populismo, por outro. A história política do Brasil desde 1930 pode, pelo menos em parte, ser escrita em termos do conflito entre esses dois princípios, [8] em que houve primeiro um movimento em direção à predominância do corporativismo e depois da Segunda Guerra Mundial um inflexão bastante estável em direção à política cada vez mais populista, que, naturalmente, foi interrompida em 1964.

Em termos da questão da representação e da participação, o problema crítico do Brasil parece ser a necessidade de encontrar uma estrutura adequada para integrar suas tradições corporativistas e populistas.

O desenvolvimento de um sistema para representar os principais grupos organizados da sociedade no processo político e no governo, ou seja, a elaboração de um sistema de representação corporativa, começa claramente no topo e desce. Onde quer que tenha sido tentado, no entanto, a representação formal corporativa ou de grupo nas estruturas reais do governo geralmente não funcionou muito bem. A representação corporativa, no entanto, pode e tem funcionado quando se realiza por meio da estrutura de um partido político. Os partidos políticos brasileiros têm sido frágeis e os dois partidos atuais permanecem assim, entre outras razões, porque eles se conceberam apenas como organizações eleitorais destinadas à política populista. Eles não tentaram integrar na estrutura partidária grupos sociais, econômicos, profissionais e burocráticos organizados.

O Brasil é praticamente único entre os principais países da América Latina, na medida em que nunca teve um partido político solidamente enraizado em um grande interesse socioeconômico. No México [9], o PRI foi baseado nas principais organizações empresariais, camponesas e trabalhistas da sociedade. Na Venezuela, a força da Acción Democrática se apoia em seus estreitos laços com os sindicatos agrários. No Peru, o APRA permaneceu uma força política por causa de seu sólido círculo eleitoral entre os sindicatos ao longo da costa. No Chile, o Partido Conservador tinha ligações estreitas com a federação agrária nacional e os partidos socialista e comunista com os sindicatos. Cada uma dessas partes, portanto, tinha fortes laços funcionais com um grande grupo de interesse organizado. Em contraste, nenhum partido político brasileiro desenvolveu essa relação, embora o PTB estivesse começando a fazê-lo no início dos anos 1960 com os sindicatos trabalhistas. Ao longo dos anos de 1946 a 1964, no entanto, os partidos brasileiros eram fracos, alterando as coalizões ao sabor de personalidades individuais e interesses locais. Essa característica da política brasileira refletia-se nos resultados das eleições: havia pouca consistência na votação nos distritos eleitorais de uma eleição para outra. Alternativamente, em outros países da

América Latina, os partidos estão vinculados a grupos socioeconômicos, que, por sua vez, estão solidamente enraizados em distritos específicos e, conseqüentemente, proporcionam níveis consistentes de apoio ao partido, de eleição a eleição.

O que isso sugere é que pode ter chegado a oportunidade para uma grande inovação política no Brasil: a criação de um partido político funcional, intimamente ligado a grupos socioeconômicos baseados ou organizados. O governo está em uma posição única para poder fazer isso agora e integrar em tal partido [10] a mais ampla gama de interesses corporativos. Tal desenvolvimento poderia, de fato, ser a chave crucial para a futura estabilidade política do Brasil, porque se o governo não fizer isso durante os próximos anos, movimentos e grupos de oposição certamente tomarão a iniciativa.

Diferentemente de qualquer outro período da história brasileira, esse partido forneceria os meios, como o PRI faz no México, para reconciliar os princípios do corporativismo e do populismo e de preencher a lacuna entre a elite tecnocrática-burocrática e a política partidária. Se esse partido organizado pelo governo fosse capaz de abranger a maioria dos principais interesses organizados no país, os partidos da oposição provavelmente continuariam no velho padrão volátil, personalista e populista. Se a coalizão de grupos dentro do partido do governo fosse menos ampla, os partidos da oposição tentariam, sem dúvida, desenvolver laços com os grupos excluídos. Mas em ambos os casos, o partido patrocinado pelo governo teria a clara vantagem em termos da representação dos interesses corporativos em nível nacional e estaria em uma boa posição competitiva em relação aos partidos da oposição nas disputas eleitorais em nível local e nas legislaturas. Esse partido forneceria a estrutura para regular a sucessão presidencial, organizar campanhas locais e legislativas e representar os principais interesses organizados na sociedade brasileira. O sistema partidário como um todo poderia ter certas semelhanças com os do México e do Japão. Esse sistema estruturado de partidos de base funcional parece ser [11] a alternativa mais viável ao sistema atual de um governo político autoritário - divorciado de partido e um retorno à política partidária populista, personalista e fracamente estruturada que prevaleceu antes de 1964.

V. AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os períodos de rápido desenvolvimento econômico aumentam as desigualdades na distribuição de renda, interrompem as relações

estabelecidas entre grupos na sociedade, estimulam níveis mais altos de mobilização social, intensificam as tensões sociais, aumentam as pressões sobre o governo e encorajam o envolvimento de grupos na política. A triste lição da história é que durante esses períodos muitas vezes tanto aqueles que estão ficando melhor quanto aqueles que estão se tornando relativamente piores se tornam mais insatisfeitos psicologicamente e politicamente. O rápido crescimento econômico, portanto, gera o potencial de conflito político e instabilidade. A experiência do Paquistão é um bom exemplo: o rápido desenvolvimento econômico daquele país durante o início e meados da década de 1960 levou a grandes distorções na alocação estabelecida de benefícios econômicos que, por sua vez, levaram diretamente à queda do governo de Ayub Khan em 1969 e indiretamente ao desmembramento do país em 1971. As mudanças econômicas que estão ocorrendo no Brasil agora poderiam ter consequências disruptivas comparáveis. Esta é uma das razões pelas quais é tão importante iniciar o processo de descompressão agora. É, também, razão pela qual seria altamente desejável iniciar um [12] estudo sistemático das potenciais consequências políticas do atual desenvolvimento econômico do Brasil. Entre as tendências relevantes estão:

(a) mudanças no tamanho e composição de classes sociais e grupos ocupacionais;

(b) padrões de migração e assimilação de migrantes em áreas urbanas;

(c) mudanças nos níveis de alfabetização e educação;

(d) mudanças nos níveis de renda relativos de classes e grupos ocupacionais;

(e) mudanças nas formas e coesão dos grupos organizados;

(f) mudanças nas maneiras pelas quais as forças sociais dentro da sociedade vêm seus próprios interesses e suas atitudes em relação ao governo.

Sem dúvida, muitos desses tópicos foram estudados por economistas e demógrafos. O objetivo é analisar essas tendências com vistas a identificar suas possíveis consequências políticas, particularmente em termos de padrões de demandas do governo por serviços e benefícios e pressões pela participação em processos políticos. Os resultados de tal análise seriam de importância crítica na determinação mais explícita das formas e direção desejáveis que a descompressão política deveria tomar. [13]

VI. MODELOS ESTRANGEIROS RELEVANTES

Cada país é único e tem que resolver os seus próprios problemas de forma consonante com a sua própria cultura e tradições. No entanto, as sociedades que enfrentam problemas comuns podem, às vezes, aprender com as experiências dos outros no tratamento desses problemas. Durante os últimos quinze anos, por exemplo, economistas desenvolvimentistas aprenderam, em grande parte por meio de tentativa e erro, que algumas técnicas e políticas tendem a ser mais eficazes do que outras. Na política, a comparação de problemas entre sociedades provavelmente não é da mesma ordem. Mas, no entanto, nenhuma sociedade é tão singular que não possa aprender algo com a experiência política de outras sociedades que enfrentaram problemas semelhantes. Por isso, faz algum sentido olhar para a experiência de outros sistemas políticos ao lidar com o problema geral da descompressão política.

Os dois exemplos mais óbvios a serem examinados seriam os casos do México e da Turquia nas décadas de 1930 e 1940. No México, um governo dominado pelos militares foi institucionalizado no início da década de 1930 com a criação de um partido político abrangente que reunia políticos locais, burocratas civis, militares e líderes de organizações camponesas e movimentos trabalhistas. Este partido forneceu o mecanismo para a civilização gradual do governo e para relacionar grupos sociais ao sistema político. Na Turquia, da mesma forma, um único partido foi criado na década de 1920, que também forneceu o veículo para estabilizar o governo, civilizar a liderança política [14] e lidar com sucesso com o problema da sucessão. No final da década de 1940, uma segunda transição foi feita do sistema de partido único para um sistema bipartidário competitivo. O Brasil é claramente uma sociedade muito mais desenvolvida e complexa do que o México ou a Turquia, quando fizeram suas transições do regime militar para o governo partidário. Poderia, não obstante, haver aspectos significativos de sua experiência que poderiam ser relevantes para o Brasil.

O Japão é outra sociedade cuja experiência pode ser relevante. O Japão, de fato, se parece com o Brasil de várias maneiras. Preservou um sistema econômico basicamente capitalista e acrescentou-lhe um elevado grau de direção e controle do estado. As relações entre negócios e governo estão muito próximos. O Japão enfrentou e, em certa medida, resolveu o problema de reunir políticos burocráticos e eleitorais dentro de um quadro

* These notes are designed only to be suggestive of possible questions, alternatives, and models which might be kept in mind in considering future Brazilian political development. Serious judgments as to the important consequences and relative desirability of these different approaches and paths of development, would require much more intensive research than went into this brief memo.

de partidos políticos. Muitos dos ministros do gabinete no Japão foram ex-funcionários burocráticos que haviam sido eleitos para o Parlamento. Após um período de domínio militar na década de 1930 e durante a guerra, o Japão fez a transição para um sistema estável de competição partidária, no que tem sido descrito como um sistema partidário de um-e-meio. O Partido Liberal Democrático tem consistentemente dominado a política japonesa desde o fim da ocupação dos EUA, enquanto o Partido Socialista da oposição permaneceu uma minoria forte.

Outros sistemas também lidaram com alguns dos problemas agora confrontando o Brasil. Em Taiwan, por exemplo, o governo da República [15] da China avançou gradualmente para a descompressão, combinando eleições competitivas no nível local (que os candidatos da oposição geralmente ganham nas grandes cidades) dentro do quadro de um sistema de partido único com governos mistos de civis e militares. É até possível que os movimentos em direção à liberalização na Checoslováquia em 1967-68, antes da intervenção soviética e na Iugoslávia durante a última década, possam ter paralelos sugestivos. O ponto aqui não é que qualquer um desses países poderia fornecer um modelo geral para o desenvolvimento brasileiro. Isso claramente não é o caso. O ponto é sim que em qualquer problema específico de descompressão que surge no Brasil, é provável que haja alguma experiência de um ou mais outros países que possam lançar alguma luz sobre como lidar com o problema brasileiro. [16]

APPROACHES TO POLITICAL DECOMPRESSION*

I. THE COMPONENTS OF DECOMPRESSION

The term “decompression” appears to be used generally and to involve logically three quite different, although related, phenomena:

(1) institutionalization of procedures for determining succession in public office, most notably in the Presidency, but also in Congress and state offices and for decision-making among the relevant groups in the formulation of public policy;

(2) the broadening of participation in the choice of public officials and policy-making so as to represent more legitimate interest groups and sectors of the population in the governmental process; and

(3) the liberalization of existing restrictions on the political and civil rights of individuals and an open public discussion of governmental and political issues.

Decompression, it might be argued, also should be thought of including “civilianization” and “democratization” of the government. To the extent, however, that the political base of the regime is broadened and more effective channels provided for [1] the representation of a wider range of social groups in the government, some degree of civilianization will take place. The use of the term by itself, on the other hand, might seem to imply that civilians would displace military officers from all political roles. This, however, is neither realistic nor necessary. “Democratization” also has more explicit connotations than are necessarily implied by decompression. It is usually interpreted to mean representation of the people in government through means of competitive elections. There are, however, other ways of providing for representation which, in part, may be as appropriate for Brazil in the coming years as electoral representation.

II. TIMING AND SEQUENCE OF DECOMPRESSION

Decompression is desirable in terms of basic ethical values political stability, governmental effectiveness and responsiveness, and Brazil’s international image. But decompression also involves, it should be frankly noted, problems and dangers for the government. The relaxation of controls in any authoritarian political system can often have an explosive effect in which the process gets out of the control of those who initiated it and leads to consequences which they neither wished nor anticipated. One consequence may be disorder, instability, and the collapse of the regime as the opposition capitalizes on the opportunities and momentum

which the decompression measures afford them. Alternatively, too rapid or injudicious relaxation of controls can [2] stimulate a strong movement in the opposite direction and the reimposition of even more repressive measures than existed previously. This has happened in other Latin American countries and it, in effect, happened in Brazil in the crises of October 1965, December 1968, and September-October 1969.

Effective and lasting decompression hence must be a gradual process over which the government maintains firm control. To achieve this, three things are desirable. First, the initiative in decompression should come from the government. The government should in fact and in appearance be acting from a position of strength. It should not appear to be yielding to the pressures or demands of opposition groups, because if it does, opposition demands will escalate and the government could easily lose control of the process. In addition, decompression should lead to new political forms which are a natural outgrowth of Brazilian political evolution since 1964, not to an artificial restoration of pre-1964 practices. Since the rapid economic development in Brazil will in time generate new demands for decompression, it would be well for the government to begin this process as early as possible before those pressures become operative. Timely steps onward political decompression are, in a sense, the necessary result of the regime's economic success.

Second, decompression measures clearly have to be framed in such a way as to minimize opposition to them by linha dura elements and others within the government and officer corps. This would, in large part, require that they not become overly [3] identified with any particular individual. Brazil, it has been said, is a dictatorship without a dictator. This implies there should be decompression without a decompressor. Other countries which have successfully gone through comparable processes have usually done so under the leadership of an extraordinarily popular charismatic leader (Cardenas in Mexico, Mustafa Kemal in Turkey). For better or for worse (and I think probably for better), Brazil lacks this type of personality. But this does mean that decompression will have to be a collective process supported by a consensus among the dominant groups in the government.

Thirdly, an orderly and sustained decompression requires the proper sequence of emphasis on the different components. The three major components of decompression are, of course, closely interrelated. But movement in one component does not necessarily require simultaneous movement in the others. From the viewpoint of the government, it would appear essential that priority first be given to institutionalization, then to the expansion of participation and representation, and finally to liberalization.

Institutionalization will help to provide for the stability of government, to prevent a possible return to the unstable and ineffective political conditions prevailing before 1964, and to minimize the likelihood of irreconcilable conflicts and splits developing within the existing government because of an absence of agreement on procedure. Before it can extend participation more broadly or liberalize controls, the regime clearly has to [4] define more explicitly its own political character. The most immediate need here involves the process of presidential succession.

Second only to the need to regularize succession is the need to provide institutional mechanisms for the representation of interests in government and for the higher levels of political participation which almost invariably will be the product of Brazil's rapid economic development. Failure to provide channels for this participation could lead to increasing antagonism to the regime. By and large, interests which can relate themselves to the government and feel represented within the government through legitimate channels will not turn to violence against the government, while important groups which are denied channels of participation are likely to turn to violence. Co-optation of potential opposition groups by relating them to the governmental system is a much less costly policy than attempting to repress such groups.

Three topics of critical importance in the process of decompression, consequently, are:

- [a] institutionalizing presidential succession;
 - [b] providing a framework for broader representation of interests in government;
 - [c] identifying and analyzing the future political demands and pressures which will result from Brazil's successful economic development.
- [5]

III. INSTITUTIONALIZING PRESIDENTIAL SUCCESSION

In many countries where military regimes have come to power, of course, the problem of succession is avoided by whoever is in power using whatever means are necessary to keep himself in power. Brazil is one major step ahead of these countries in that the principle has been established that there will be succession. Continuismo has been rejected. This is one critically important step on the path to institutional stability which has been taken. The problem now is to institutionalize procedures for nominating presidents so that each succession does not itself provoke an institutional crisis, that is, to avoid situations in which a controversy over who should be President becomes a controversy over how the president

should be chosen. The 1969 experience suggests that simultaneous conflict over both who and how is a very real possibility in the absence of further agreement on procedures.

At the same time, the development of more institutionalized procedures clearly must grow out of the processes which took place within the officer corps in 1966 and 1969. The elaborate process of consultation among the general officers and their commands which took place in 1969, for instance, might be formalized and gradually extended to include the critical leadership groups in the civil bureaucracy, the business community, the professions, agriculture, and labor. As both logic and the experience of other societies indicate, this broadening and formalization of the [6] Brazilian "College of Cardinals" would have to take place within some sort of party framework which was an outgrowth of and a reflection of the existing structure of power and not, like ARENA, simply an appendage to it.

The succession processes in 1966 and 1969 and the beginnings of the process now for 1974 show certain similarities with the process of auscultation by which, the presidents of Mexico have been chosen during the past thirty years. In each country, the nomination of the president involves a complex and prolonged process of consultation, lobbying, recommendation, and consensus-building among the key members of the political elite. In Mexico, the process also has the following characteristics:

(a) a fairly wide range of political, governmental, business, and organized group leaders participate in the process;

(b) the nomination process takes place quietly and without much publicity within the recognized framework of the Partido Revolucionário Institucional;

(c) the choice of the political elite is endorsed by the Party convention and then ratified in a popular election;

(d) the incumbent president plays a critical and probably decisive role in the choice of his successor;

(e) the practice has now been well established of alternating more conservative and more radical presidents;

(f) for the past twenty-five years presidents have been chosen from the ranks of civilian governmental leaders and party officials. [7]

The ways in which this process in Mexico differs from what appears to be the emerging practice in Brazil are largely differences in the level of political institutionalization. In Mexico there is a well organized party framework to encapsulate the process. If there were

a serious difference over who should be the candidate among the members of the political elite, the institutional mechanism exists in the form of the party convention to resolve these differences. Hence the threat of institutional crisis does not loom in the background of each succession. While clearly there are major differences in the political history and institutions of Brazil and Mexico, a close study of the ways in which the Mexican government has institutionalized the process of presidential succession could well suggest procedures which might be useful in Brazil.

IV. A FRAMEWORK FOR BROADER PARTICIPATION

Representation and participation in politics can be organized in terms of personal followings, social classes, interest groups, corporate structures, mass movements, and, of course, political parties. To grossly oversimplify Brazilian development, there has, over the years, been a shift in relative importance from the personalistic politics of the individual leader and his local followers (*coronelismo*) to the conflicting pulls of corporatism, on the one hand, and populism, on the other. The political history of Brazil since 1930 can, at least in part be written in terms of the conflict between these two principles, [8] in which there was first a movement toward the predominance of corporatism and then after World War II a fairly steady swing toward increasingly populist politics, which, of course, was to a sharp halt in 1964.

In terms of the problem of representation and participation, the critical problem of Brazil appears to be the need to find some appropriate framework for integrating its corporatist and populist traditions.

The development of a system for representing the major organized groups in society in the political process and the government, i.e., the elaboration of a system of corporate representation, clearly begins at the top and works down. Wherever it has been tried, however, formal corporate or group representation in the actual structures of government generally has not worked very well. Corporate representation can and has worked however, when it has taken place through the framework of a political party. Brazilian political parties have been weak and the two parties today remain weak because, among other reasons, they have conceived of themselves purely as electoral organizations designed for populist politics. They have not attempted to integrate into the party structure organized social, economic, professional, and bureaucratic groups.

Brazil is virtually unique among major Latin American countries in the extent to which it has never had a political party solidly rooted

in a major socio-economic interest. In Mexico [9] the PRI was based on the major business, peasant, and labor organisations in the society. In Venezuela, the strength of the *Acción Democrática* lay in its close ties with the agrarian syndicates. In Peru APRA has remained a political force because of its solid constituency among the labor unions along the coast. In Chile the Conservative Party had close links with the national agrarian federation, and the socialist and communist parties with the trade unions. Each of these parties thus had strong functional ties with a major organized interest group. No Brazilian political party, in contrast, has ever developed such a relationship, although the PTB was beginning to do so in the early 1960s with the labor unions. Throughout the years from 1946 to 1964, however, the Brazilian parties were weak, shifting coalitions of individual personalities and local interests. This feature of Brazilian politics was reflected in the election returns: there was very little consistency in voting in election districts from one election to another. In contrast, in other Latin American countries, parties are tied in socio-economic groups, which, in turn, are solidly rooted in particular districts and which consequently provide consistent levels of support for the party from election to election.

What this suggests is that the time may have come in Brazil for a major political innovation: the creation of a functional political party which is closely tied in with and based on organized socio-economic groups. The government is in a unique position to be able to do this now and to integrate into such a party [10] the broadest range of corporate interests. Such a development could, indeed, be the crucial key to the future political stability of Brazil, because if the government does not do this during the next few years, opposition movements and groups will surely take the initiative away from it.

Unlike any other party in Brazilian history, such a party would provide the means, as the PRI does in Mexico, of reconciling the principles of both corporatism and populism and of bridging the gap between the bureaucratic-technocratic elite and the electoral politicians. If this government-organized party was able to encompass most of the major organized interests in the country, the opposition parties would probably continue in the old volatile, personalistic, and populist pattern. If the coalition of groups within the government party were less broad, the opposition parties would undoubtedly attempt to develop links with the excluded groups. But in either case the government-sponsored party would have the clear advantage in terms of the representation of corporate interests at the national level and would be in a good competitive position vis-a-vis opposition parties in the electoral contests at the local level and in

the legislatures. Such a party would provide the framework for regulating presidential succession, organizing local and legislative campaigns, and representing the major organized interests in Brazilian society. The party system as a whole might well have certain resemblances to those of Mexico and Japan. Such a structured system of functionally-based parties would appear to be [11] the most viable alternative to the present system of a political authoritarian government-divorced-from-party and a return to the populist, personalistic, and weakly structured party politics which prevailed before 1964.

V. POLITICAL CONSEQUENCES OF ECONOMIC DEVELOPMENT

Sustained periods of rapid economic development increase inequalities in income distribution, disrupt the established relations among groups in society, and stimulate higher levels of social mobilization, intensify social tensions, increase pressures on government, and encourage involvement of groups in politics. The sad lesson of history is that during such periods all too often both those who are becoming better off as well as those who are becoming relatively worse off become more dissatisfied psychologically and politically. Rapid economic growth thus generates the potential for political conflict and instability. The experience of Pakistan is a good case in point: the rapid economic development of that country during the early and mid-1960s led to major distortions in the established allocation of economic benefits which, in turn, led directly to the downfall of the Ayub Khan government in 1969 and indirectly to the break-up of the country in 1971. The economic changes which are taking place in Brazil now could have comparable disruptive consequences. This is one reason why it is so important to initiate the process of decompression now. It is also a reason why it would also be highly desirable to initiate a [12] systematic study of the potential political consequences of Brazil's current economic development. Among the relevant trends are:

- (a) changes in the size and composition of social classes and occupational groups;
- (b) migration patterns and assimilation of migrants in urban areas;
- (c) changes in the levels of literacy and education;
- (d) changes in the relative income levels of classes and occupational groups;
- (e) changes in the forms and cohesiveness of organized groups;
- (f) changes in the ways in which social forces within society see their own interests and their attitudes toward the government.

Undoubtedly many of these, topics have been studied by economists

and demographers. The point is to analyze these trends with a view to identifying their potential political consequences, particularly in terms of patterns of demands on government for services and benefits and pressures for participation in political processes. The results of such an analysis would be of critical significance in determining more explicitly the desirable forms and direction which political decompression should take. [13]

VI. RELEVANT FOREIGN MODELS

Every country is unique and has to solve its own problems in ways consonant with its own culture and traditions. Yet societies faced with common problems can at times learn from each other's experiences in handling those problems. During the past fifteen years, for instance, developmental economists have learned, largely through trial and error, that some techniques and policies are likely to be more effective than others. In politics, the comparability of problems between societies is probably not of the same order. But nonetheless no society is so unique that it cannot learn something from the political experience of other societies which have confronted similar problems. Hence it makes some sense to look at the experience of other political systems in dealing with the general problem of political decompression.

The two most obvious possible instances to examine would be the cases of Mexico and Turkey in the 1930s and 1940s. In Mexico a military-dominated government was institutionalised in the early 1930s by the creation of an all-encompassing political party which brought together local politicians civilian bureaucrats, military officers, and the leaders of the organized peasant and labor movements. This party furnished the mechanism for the gradual civilianization of the government and for relating social groups to the political system. In Turkey, similarly, a single party was created in the 1920s which also furnished the vehicle for stabilizing the government, civilianizing the political [14] leadership, and for handling successfully the problem of leadership succession. In the late 1940s a second transition was made from the single-party system to a competitive two-party system. Brazil is clearly a much more highly developed and complex society than either Mexico or Turkey was when they made their transitions from military rule to party government. There could, nonetheless, be significant aspects of their experience which might be relevant to Brazil.

Japan is another society whose experience might be relevant. Japan, indeed, resembles Brazil in many ways. It has preserved a basically

capitalist economic system and has added to it a high degree of state direction and control. The relations between business and government are very close. Japan has confronted and in some measure, solved the problem of bringing together bureaucratic and electoral politicians within a political party framework. Many of the cabinet ministers in Japan have been former bureaucratic officials who had been elected to Parliament. After a period of military dominance in the 1930s and during the war, Japan made the transition to a stable system of party competition, in what has been described as a one-and-a-half party system. The Liberal Democratic Party has consistently dominated Japanese politics since the end of the U.S. occupation while the opposition Socialist Party has remained a strong minority.

Other systems have also grappled with some of the problems now confronting Brazil. On Taiwan, for instance, the Republic [15] of China government has gradually moved toward decompression, combining competitive elections at the local level [which opposition candidates usually win in the large cities] within the framework of a single-party system with a government of mixed civilians and military officers. It is even quite possible the movements toward liberalization in both Czechoslovakia in 1967-68 before the Soviet intervention and in Yugoslavia during the past decade might have suggestive parallels. The point here is not that any one of these countries could provide a general model for Brazilian development. That clearly is not the case. The point is rather that on any specific problem of decompression which comes up in Brazil, there is likely to be some experience from one or more other countries which may shed some light on how to deal with the Brazilian problem. [16]

APÊNDICE 3

CARTA DE GOLBERY AO PRESIDENTE FIGUEIREDO¹⁵

Há cousas que só devem ser ditas com nitidez, franqueza e precisão. Por isso, é sempre melhor escrevê-las. Eis a razão desta nota, com que espero não importuná-lo. Lida com a atenção que requer, talvez o melhor seja destruí-la, dada a natureza do que nela se contém.

O lamentável caso do Riocentro, em seqüência a outros episódios de menor relevância (bancas de jornais, *Tribuna da Imprensa*, atentado Contra o deputado Genival Tourinho, em Brasília etc.) ou gravidade muito maior (OAB), tem evoluído de maneira até mesmo mais favorável e discreta do que se poderia esperar ao começo. Tudo indica que o IPM, não divulgado ainda, mas do qual a nota dada à imprensa pelo encarregado – bem lançada, aliás – parece dar idéia satisfatória, substanciará as conclusões finais de ter havido crime na área de competência da Justiça Militar, mas de não existirem elementos suficientes à indicação dos culpados. Exagero, o seu tanto ridículo, foi a tentativa de apresentar os dois participantes como vítimas de criminosos desconhecidos e embuçados...

Até o momento, bem parece que o divulgado atendeu ao que era desejado, sem graves comprometimentos. As reações da opinião pública – imprensa, Políticos, Associações etc – foram, como se esperava, atenuadas pelo reconhecimento dos perigos maiores de qualquer atitude radical, capaz de prejudicar o processo de abertura democrática, reconhecido, mesmo de público, que o essencial é não torpedear a realização das eleições diretas marcadas para 1982. Alguns comentários mais fortes, agressivos ou persistentes correrão certamente por conta de momento especial – véspera de largo período de recesso parlamentar, provável vazio de notícias ou desejo de alguns de marcar posição para futuras atitudes e ações. Não há por onde confiar em que, tornadas irreversíveis as eleições e desencadeada a campanha política, não venham a surgir ataques fortes, violentos e mesmo irresponsáveis contra o governo e as autoridades quanto à conduta seguida no episódio. E isso poderá – ampliando-se até justas suspeitas ou falsas deduções a toda série de atos terroristas antecedentes, graves alguns –, pela dinâmica das ações e reações em cadeia de maior radicalização, a situações de gravidade e conseqüências imprevisíveis.

Daí convir – impor-se na verdade – que algo se faça desde já, com vistas a evitar ou atenuar tais repercussões futuras.

Por outro lado, não cabe confundir a branda e aparentemente compreensiva reação de agora – mesmo que o venha a ser efetivamente

15 SILVA, Golbery do Couto e. Carta s/d (Estritamente Pessoal – Confidencial). Transcrição de Publicação. Revista Veja, Edição de 23 de setembro, São Paulo, SP: 1987. pp. 20-21.

– em face da divulgação das investigações com a convicção generalizada acerca do ocorrido. **E esta é a do envolvimento certo dos dois militares vitimados na prática da ação terrorista frustrada, mas altamente temerária.**

E para quem sabe, como nós, com base em informações de fonte altamente fidedigna (não utilizáveis, embora, em qualquer investigação formal ou processo criminal), que tal convicção tem fundamento real mesmo – problema muito mais grave e que não é apenas um problema de consciência, exige decisão lastreada no conhecimento da verdade dos fatos. Decisão nunca protelatória, nem retardada, muito menos ambígua.

Verdade indiscutível é que um grupo radical, minoritário apenas, irresponsável e adepto de práticas terroristas – como aliás o qualificou o presidente em sua entrevista a jornalistas peruanos, não faz muito – se não dominou ou controla, pelo menos infiltra os órgãos “vulgarmente chamados DOI-Codi” e, desde aí, a coberto dessas organizações e valendo-se, assim, de grandes facilidades e larga soma de poder, desencadeou ações terroristas múltiplas obedecendo a linhas hierárquicas distintas das legais e legítimas e que se estendem não se sabe até que níveis superiores dos escalões governamentais. Certo parece, por exemplo, que o Comando do I Exército está fora do circuito. Por outro lado, operando em terrenos afins, com amplas atividades de informação e contra-informação, órgãos mais vinculados à Presidência deverão achar-se de alguma forma envolvidos, uma vez que o simples saber ou mesmo desconfiar da intenção da prática de atos terroristas por parte de terceiros implica, em muitos casos, certa dose de responsabilidade pessoal para quem busque intervir, seja mesmo para contenção ou fazê-los abortar, ou sequer omitir-se de qualquer providência.

Como quer que seja, a convicção bem generalizada de que os “chamados DOI-Codi” – por elementos como o capitão e o sargento vitimados, pelo menos – tiveram participação ativa na autoria do atentado frustrado coloca o governo e, infelizmente, o próprio presidente – por mais que se tenha conseguido colocá-lo fora do quadro decisório, apenas do ponto de vista exclusivamente formal - num dilema inescapável: ou incapacidade de ação repressora, por falta de autoridade efetiva, ou complacência e comprometimento de fato, em grau maior ou menor, no entanto terrorista, pelo menos em seu acobertamento.

Daí: ou a existência alarmante de um núcleo de governo paralelo, agindo com um êxito que só lhe acrescentará, dia a dia, a arrogância do poder – o que prenuncia, para o futuro, quase certamente, cousas ainda mais graves no mesmo quadro de ações extremistas e irresponsáveis, inclusive terrorismo – ou, o que seria até mais grave, estariam sendo

postas em dúvida as incisivas declarações do próprio presidente quanto à sinceridade e honestidade com que impressionaram e confortaram a Nação toda, quando ditas e reditas.

Algo precisa e deve ser feito.

Ao parecer, ordem presidencial – presidencial porque só a imagem e a autoridade do presidente que precisam ser resguardadas e consolidadas – para que sejam logo extintos os “chamados DOI-Codi”, claramente, expressa e difundida, sem estardalhaço, embora nem comportando justificativas, para tanto servirá, certamente. Nem haverá dano qualquer de monta que se possa apontar em sã razão.

Irrelevante julgo venha a ser, na oportunidade, preocupar-se em distinguir DOI de Codi, com definições precisas que não vêm ao caso, antes só servirão para confundir o grande público.

Além do mais, dizer-se que isso é confessar que se conhece e apontar, indiretamente, a autoria dos atos delituosos – na verdade, não calha como argumentação válida. Não se trata de saber ou não saber a verdade verdadeira. Indiscutível, veemente, inegável é a suspeição evidente aos olhos de todos. Que maior justificativa, quando valores tão altos – a autoridade do governo, a credibilidade no governo e na palavra presidencial – estão em jogo!

E trata-se de ato da alçada exclusiva do Executivo, que não terá de dar quaisquer explicações a respeito. Como também não da discreta remontagem do serviço de informações de que o Exército imprescinde, mas sob controles ajustados, alertas e confiáveis.



Esta obra foi confeccionada na ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João - Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



José Cimar Rodrigues Pinto

Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval) da Reserva da Marinha do Brasil, força em que exerceu atividades de instrução, operacionais, administrativas e de comando no 2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais e no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo.

Graduou-se em Ciências Navais pela Escola Naval (1979) e exerceu as funções iniciais da carreira em unidade combatente, foi instrutor de Liderança e Comandante de Companhia de Aspirantes daquela escola, tendo posteriormente sido Assistente do Comandante Geral dos Fuzileiros Navais (1991-1994) e Observador Militar da ONU na ex-Iugoslávia (1992-1993); e, também, em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1985), vindo a ser Assessor de Justiça do Ministro/Comandante da Marinha (1999/2001).

Pós-graduou-se na Escola de Guerra Naval, onde obteve os títulos dos Cursos Superior de Guerra Naval (1998), de Política e Estratégia Marítimas e de Relações Internacionais pela COPPEAD/UFRJ (2004). Posteriormente, alcançou os graus de Mestre em Estudos Estratégicos (2012) e Doutor em Ciência Política (2016) pela Universidade Federal Fluminense.

Desde 2008 exerceu suas atividades na Escola Superior de Guerra, no então Centro de Estudos Estratégicos, local em que foi encarregado das publicações científicas até o ano de 2012 – Revista da Escola Superior de Guerra e Cadernos de Estudos Estratégicos – e desenvolveu estudos e prestou assessorias para a elaboração da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e para o Livro Branco da Defesa Nacional dentre inúmeras outras tarefas.

Atualmente é Adjunto na Divisão de Assuntos Psicossociais e dedica-se ao ensino, estudos e pesquisas nas áreas de segurança, defesa e sociedade, particularmente no que se refere ao relacionamento civil e militar.